A Arquitectura do Turismo Terapêutico

Madeira e Canárias, 1800-1914

Arquitectura
Teoria e História

Rui Manuel Carneiro de Campos Matos

Orientador: José Manuel da Cruz Fernandes
JÚRI:

Presidente e vogal:
Doutor José Duarte Centeno Gorjão Jorge,
Professor Associado com Agregação,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.
Vogais:
Doutor Rui Alexandre Carita Silvestre,Professor Catedrático,
Universidade da Madeira;
Doutor José Manuel da Cruz Fernandes, Professor Catedrático,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;
Doctor Nicolás Gonzáles Lemus, Profesor,
Escuela Universitária de Turismo Iriarte adscrita a la Universidad de la Laguna;
Doutor João Rosa Vieira Caldas, Professor Auxiliar,
Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa;
Doutor Amílcar Gil e Pires, Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Documento definitivo
Janeiro 2016

Tese financiada pela FCT, Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Referência: SFRH/BD/708640/2010

Resumo

Constituem objecto da investigação, numa perspectiva comparada, as tipologias arquitectónicas que, nos arquipélagos da Madeira e Canárias, durante todo o século XIX e primeiro quartel do século XX – período a que se convencionou chamar de *turismo terapêutico* – acolheram os enfermos que se deslocavam em cura de ares e os seus acompanhantes: quintas de aluguer, hotéis e sanatórios.

Enquadrando-as no contexto da paisagem e cidades insulares, com as quais teceram estreitas relações, procedeu-se à sua caracterização morfológica e tipológica, revelando a sua singularidade no contexto da produção arquitectónica nacional e internacional. Questões de natureza cultural – como tradição, especificidade local, importação de modelos internacionais – que na Madeira adquirem particular acuidade quando confrontadas com as Canárias, foram também aprofundadas, tornando mais claros os contornos de uma arquitectura que, apesar da dominante presença britânica, nunca se desvinculou da sua matriz portuguesa.

A investigação dá a conhecer, pela primeira vez, a arquitectura do turismo terapêutico, pondo em evidência o seu valor cultural e fazendo ver em que medida ela contribuiu – e poderá continuar a contribuir – para a identidade turística insular, num sector de actividade vital para a economia da região.

Palavras chave

Arquitectura, Turismo terapêutico, Madeira, Canárias.

Abstract

This study examines comparatively the architectural typologies that, in Madeira and the Canary islands, between 1800 and 1914 – a period conventionally known as *therapeutic tourism* – received the sick people who, together with their companions, travelled in search of a cure by 'taking the airs': 'rental quintas', hotels and sanatoriums.

Framing them within the broader context of the island's landscapes and cities, with which they wove a close relationship, this study focuses on their morphological and typological dimensions, revealing its uniqueness in the context of national and international architectural production. Cultural issues – such as tradition, local specificity, import of international models – which in Madeira acquire particular acuteness when compared with the Canary Islands, have also been enhanced, making clearer the contours of an architecture that despite the dominant British presence, has never detached itself from its Portuguese matrix.

The research sets forth, for the first time, the architecture of *therapeutic tourism*, highlighting its cultural value and showing to what extent it contributed – and will continue to contribute – to the island's touristic identity, in an industry that is vital to the region's economy.

Keywords

Architecture, *Therapeutic tourism*, Madeira, Canary Islands.

Agradecimento

Esta tese só foi possível graças à opinião crítica e sugestões do Professor José Manuel Fernandes e do apoio dos professores Rui Carita, Maria Calado, Martina Emmonts e González Lemus a quem expresso o meu agradecimento.

Agradeço também a informação dispensada pelo Dr. Duarte Mendonça, Dr. Marques da Silva, Dr. Francisco Clode de Sousa (Diretor de Serviços de Museus e Património Cultural), Dr.ª Margarida Camacho (Directora da Casa Museu Frederico de Freitas), Dr.ª Teresa Pais (Directora do Museu Quinta das Cruzes) , Dr.ª Helena Araujo (Directora do Photografia Museu -"Vicentes"), Dr. Alberto Vieira (Presidente do Centro de Estudos de História do Atlantico) e o Dr. Luis Miguel Jardim (Director do Arquivo Regional da Madeira).

Pela ajuda prestada, os meus agradecimentos ao Dr. Eduardo Jesus e ao Eng. Pedro Amaral, bem como aos meus colegas Arq.ª Luz Ramalho, Arq. Luis Vilhena, Arq. Borges Pereira, Arq. Miguel Malaguerra, Arq. João Francisco Caires, Arq.ª Isabel Teixeira e a Ana Silva (estudante de arquitectura).

Índice

INTRODUÇÃO **1**
1. Tema 3
2. Metodologia 4
Objectivos 5
Questões de investigação 7
Recolha e análise de informação 8
3. Estado da arte 9
4. Estrutura da tese 15

I TURISMO TERAPÊUTICO **17**
1. Turismo terapêutico 19
1.2 A peste branca 24
1.3 Climatoterapia 26
1.4 Madeira e Canárias, dois *health resorts* atlânticos 28
1.5 Presença inglesa 34

II PAISAGENS E CIDADES **41**
1. Paisagem e cidade 43
2. Paisagem 44
2.1 Sob o signo de Humboldt 44
2.2 Paisagens míticas 48
2.3 Manifestações do Sublime 51
2.4 Paisagem do turismo terapêutico 54
3. Cidade 57
3.1 Quatro cidades portuárias 57
3.2 Período de formação 59
3.3 A era do turismo terapêutico 64
3.3.1 Metrópoles industriais e cidades insulares 64
3.3.2 Papel dos portos 65
3.3.3 O ruir das muralhas 69
3.3.4 Sistema respiratório da cidade 76
3.3.5 Estâncias terapêuticas 77
3.4 Funchal 80
3.4.1 Da fundação à cidade fortificada 80

3.4.2 Capital do turismo terapêutico 84
Ocupações inglesas 84
Cidade das Angústias 85
Análise cartográfica: três plantas da primeira metade do século XIX 87
Silvestre Ribeiro e a cidade do turismo terapêutico 91
Segunda metade do século XIX: a expansão fora de muros 94
Uma cidade de quintas 98
Planta dos engenheiros Adriano e Aníbal Trigo 101
Monte – uma estância de altitude 108
Cidade turística: o plano de melhoramentos de Ventura Terra 111
3.5 Cidades canárias 113
3.5.1 Santa Cruz do Tenerife 113
De porto de La Laguna a capital do arquipélago 113
Cidade-porto 116
3.5.2 Puerto de la Cruz 122
Porto de La Orotava 122
Região de turismo terapêutico 125
Vila de Orotava, estância de altitude 130
3.5.3 Las Palmas de Grã Canária 133
Cidade fundacional 133
Expansão para norte 137

III ARQUITECTURA 143

1. Quintas de aluguer 145
1.1 Quinta madeirense e quinta de aluguer 145
1.2 Testemunho dos guias e relatos de viagem 151
1.3 Alguns testemunhos literários 160
1.4 Aspectos morfológicos comuns 163
1.4.1 Uma arquitectura sem arquitectos 163
1.4.2 Estrutura e os materiais 166
1.4.3 Casa e jardim 169
1.4.4 Espaços de mediação: escadas, alpendres, varandas e terraços 173
1.4.5 Telhado 174
1.4.6 Fachada 175
1.5 Contribuição inglesa 177
1.5.1 Henry Veitch, o cônsul-arquitecto 177
1.5.2 As *Villas* dos *wine merchants* 180
Quinta do Vale Formoso 183
Quinta do Palheiro Ferreiro 184
Quintas Palmeira, do Monte e Deão 185
Quintas de Richard Davies 186
1.5.3 Casa e paisagem, o programa romântico 187
1.5.4 Novo repertório formal 192
1.5.5 Outros padrões de conforto 197

1.5.6 Organização interna da habitação 201
1.6 Tipologia 202
1.6.1 Tipo 1 – casa rural sobrada anterior ao século XIX (Figs.73 a 85) 203
1.6.2 Tipo 2 – as *villas* dos *wine merchants* (Figs.86 a 100) 206
1.6.3 Tipo 3 – casa compacta de origem oitocentista (Figs.101 a 116) 208
1.6.4 Localização, quadros, imagens e plantas das quintas de aluguer 211
Tipo 1 A casa rural sobrada anterior ao século XIX (Figs.73 a 85) 217
Tipo 2 As villas dos wine merchants (Figs. 86 a 100) 229
Tipo 3 A casa compacta de origem oitocentista (Figs.101 a 116) 243
1.7 Quintas madeirenses e *fincas* canarinas 260
1.7.1 A questão tipológica 262
1.7.2 C*ottages* de aluguer 265
2. Hotéis e sanatórios 271
2.1 *Boarding houses* e *family hotels* 271
2.2 A cadeia Reid 276
2.2.1 *Royal Edinburgh* 281
2.2.2 *Carmo Hotel* 282
2.23 *German Hotel* 285
2.2.4 *Santa Clara Hotel* 286
2.3.5 *Reid's New Hotel* 289
2.3 Bela Vista e o Savoy 295
2.4 Hotéis portugueses 299
2.5 Hotéis do Monte 300
2.6 Primeiro sanatório português 304
2.6.1 Papel do médico 305
2.6.2 Concurso internacional 307
2.6.3 O arquitecto 312
2.6.4 Arquitecto local 314
2.6.5 O Hospício e a tipologia hospitalar oitocentista 317
2.6.6 Questão estilística 324
2.6.7 Jardim 328
2.7 Projecto falhado dos Sanatórios alemães 331
2.8 Canárias: fondas e hotéis do turismo terapêutico 336
2.8.1 *English hotels* e *Spanish fondas* 336
2.8.2 Questão tipológica 344
2.8.3 1890, o ano charneira 347
2.8.4 Grandes hotéis do turismo terapêutico 348
2.8.5 Papel dos arquitectos 355
CONCLUSÃO 363
FONTES E BIBLIOGRAFIA 377

Lista de imagens

Fig. 1 Funchal - doente em repouso no jardim
Fig. 2 Região da Macaronésia
Fig. 3 Mapa das Canárias, 1764
Fig. 4 Arquipélago das Canárias: locais de fixação do turismo terapêutico
Fig. 5 *Vue de la Capitale de la Grande Canarie,*1836
Fig. 6 Tenerife*, Valle de la Orotava,* 1890-95
Fig. 7 *From Funchal in Madeira,* Eckersberg, 1854
Fig. 8 *The Peak Castle from the Bay of Funchal*, Robert Westall, 1812
Fig. 9 Funchal, St.ª Cruz, Puerto de la Cruz e Las Palmas, 1890-1900
Fig. 10 As cidades do turismo terapêutico no início do séc. XX
Fig. 11 A evolução da malha urbana do Funchal
Fig. 12 A evolução da malha urbana de Las Palmas de Grã Canária
Fig. 13 A evolução da malha urbana de Santa Cruz do Tenerife
Fig. 14 A evolução da malha urbana de Puerto de la Cruz
Fig. 15 Mateus Fernandes, *Planta da Cidade do Funchal*, 1570
Fig. 16 Capt. Skinner, *Plan of the Town of Funchal*, 1775
Fig. 17 Paulo Dias de Almeida [atribuída], *Planta da Cidade do Funchal*, 1804-1815
Fig. 18 Marques Rosa, *Planta da Cidade do Funchal*, 1780-1801
Fig. 19 Feliciano António de Matos, *Planta da Cidade do Funchal*, 1804
Fig. 20 Captain A. Vidal, *Funchal Bay*, 1845
Fig. 21 Joseph Selleny, *Catedrale in Funchal*, 1857-59
Fig. 22 Funchal, Ponte Monumental
Fig. 23 Funchal, bairro operário, R. do Brigadeiro Couceiro
Fig. 24 Edward John Poynter, *The Morning Sun*, 1877
Fig. 25 Planta do Funchal com a localização das quintas de aluguer.
Fig. 26 O Funchal visto de Oeste, zona dos Ilhéus
Fig. 27 *Planta Roteiro da Cidade do Funchal*
Fig. 28 Funchal, Jardim Municipal e Teatro Maria Pia,1890-95
Fig. 29 Funchal, Entrada da Cidade, 1880-90
Fig. 30 Funchal, Praça da Constituição, 1900-10
Fig. 31 Funchal, Hotel Central visto do Forte de S. Lourenço, 1880
Fig. 32 Funchal, Mercado de D. Pedro V, 1915-20
Fig. 33 Funchal, Obras portuárias no cais da Pontinha, 1885-95
Fig. 34 Gaspar e Gouveia, *Planta da Cidade do Funchal e seus Arredores,* 1905
Fig. 35 Monte, Sítio do Atalhinho
Fig. 36 Parque do Monte
Fig. 37 Ventura Terra, *Planta Geral de Melhoramentos para o Funchal*, 1913-15
Fig. 38 Funchal, Av. do Mar, 1945-50
Fig. 39 Torriani, *Porto di Sª Cruz della Isola di Tenerife*, 1588
Fig. 40 Lermeño, *Plano de Santa Cruz de Tenerife*, 1771
Fig. 41 *Plaza de la Constituicion* [Candelária] *Santa Cruz de Tenerife*

Fig. 42 Santa Cruz do Tenerife, Praça do Príncipe das Astúrias
Fig. 43 Santa Cruz do Tenerife, Teatro Guimera e mercado
Fig. 44 *Santa Cruz de Tenerife, Calle Viera y Clavijo*, Bairro de *los Hoteles*
Fig. 45 Santa Cruz do Tenerife, planta turística
Fig. 46 Santa Cruz do Tenerife, *Calle de la Marina*
Fig. 47 Próspero Casola, *Puerto de la Orotava*, 1635
Fig. 48 Antonio Riviére, *Plano del Puerto de la Orotava*, 1741
Fig. 49 Alvares Rixo, *Plan Topografico del Puerto de la Cruz,* 1828
Fig. 50 Francisco Coello, *Puerto de la Cruz ò de Orotava*, 1849
Fig. 51 Locais de concentração de britânicos no Vale de Orotava no séc. XIX
Fig. 52 Hotel Taoro, em último plano, visto de Puerto de La Cruz
Fig. 53 Puerto de la Cruz, Igreja Anglicana
Fig. 54 Puerto de la Cruz, *The Orotava Library*
Fig. 55 Orotava
Fig. 56 Planta de Orotava, *La Columna Nobiliar*
Fig. 57 Las Palmas de Grã Canária, Praça de Santa Ana
Fig. 58 Torriani, *Plano de la Ciudad Real de Las Palmas*, 1590
Fig. 59 Agustín del Castillo, *Ciudad de Las Palmas de la Isla de Canaria*, 1686
Fig. 60 Marqueli, *Plano de la Ciudad y Plaza de Las Palmas*, 1792
Fig. 61 Las Palmas de Grã Canária, baía de *Las Isletas*
Fig. 62 López Echegarreta, *Plano de la Ciudad de Las Palmas de Gran Canaria*, 1883
Fig. 63 Las Palmas, várzeas de Santa Catalina e Alcaravaneras ,1883
Fig. 64 Las Palmas de Grã Canária, fachada atlântica, 1905
Fig. 65 W. S. Pitt Springett, *English Chapel, Funchal*
Fig. 66 Localização das *villas* dos *wine merchants*
Fig. 67 Quinta da Achada em 1854
Fig. 68 James Bulwer, *Jardin de Serra, Madeira,* 1827
Fig. 69 Robert Adam, Luton Hoo, 1766-70
Fig. 70 Robert Taylor, Harleyford Manor, 1755
Fig. 71 John Soane, Pell Wall House, 1822
Fig. 72 *A Villa plan of the early nineteenth century*
Fig. 73 [N.º 15] Quinta das Cruzes
Fig. 74 [N.º 60] Quinta do Faial.
Fig. 75 [N.º 72] Quinta do Prazer
Fig. 76 [N.º 38] Quinta do Descanso
Fig. 77 [N.º 45] Quinta Mareta - Pinheiro
Fig. 78 [N.º 9] Quinta das Angústias - Lambert
Fig. 79 [N.º 9] Quinta das Angústias - Lambert
Fig. 80 [N.º 8] Quinta Aluízio
Fig. 81 [N.º 26] Quinta de São João - Faber
Fig. 82 [N.º 31] Quinta da Achada - Lindon
Fig. 83 [N.º 42] Quinta da Levada - Cossart
Fig. 84 [N.º 65] Quinta Avista Navios
Fig. 85 [N.º 62] Quinta da Mãe dos Homens

Fig. 86 [N.º 57] Quinta do Vale Formoso
Fig. 87 [N.º 29] Quinta Veitch - Cossart
Fig. 88 [N.º 29] Quinta Veitch - Cossart
Fig. 89 [N.º 71] Quinta do Palheiro Ferreiro
Fig. 90 [N.º 68] Quinta do Jardim da Serra
Fig. 91 [N.º 47] Quinta Palmeira
Fig. 92 [N.º 37] Quinta Deão - *The Deanery*
Fig. 93 [N.º 70] Quinta do Monte - Cossart - Rocha Machado
Fig. 94 [N.º 70] Quinta do Monte - Cossart - Rocha Machado
Fig. 95 [N.º 14] Quinta Cova - Wallas
Fig. 96 [N.º 1] Quinta Magnólia
Fig. 97 [N.º 35] Quinta do Til
Fig. 98 [N.º 67] Quinta Calaça
Fig. 99 [N.º 30] Quinta Vigia - Davies
Fig. 100 [N.º 73] Quinta Sant'Ana
Fig. 101 [N.º 54] Quinta de Sant'André
Fig. 102 [N.º 63] Quinta da Nora
Fig. 103 [N.º 61] Quinta Hollway - Elizabeth
Fig. 104 [N.º 46] Quinta Olavo
Fig. 105 [N.º 52] Quinta Sales - Pimenta - Saudade
Fig. 106 [N.º 6] Quinta da Vista Alegre - Pita - Stanford
Fig. 107 [N.º 3] Quinta Perestrelo
Fig. 108 [N.º 16] Quinta Faria
Fig. 109 [N.º 17] Quinta Favila
Fig. 110 [N.º 43] Quinta Loaring - Veloza - Kehog
Fig. 111 [N.º 44] Quinta Lyra - Vidal - Vale Paraíso
Fig. 112 [N.º 64] Quinta da Almas
Fig. 113 [N.º 19] Quinta da Fonte
Fig. 114 [N.º 69] Quinta Josefina
Fig. 115 [N.º 20] Quinta dos Ilhéus - Villa Amélia
Fig. 116 [N.º 11] Quinta do Ribeiro Seco - Bianchi
Fig. 117 Casa pátio canária
Fig. 118 Pátio interior de uma casa canária
Fig. 119 *La Palmita,* Tenerife, Vale de Orotava
Fig. 120 *La Marzaga,* Tenerife, Vale de Orotava
Fig. 121 *El Castillo,* Tenerife, Vale de Orotava
Fig. 122 Casa da família *De la Puerta,* Tenerife, La Laguna
Fig. 123 Casa de recreio, Grã Canária, Tafira Alta
Fig. 124 Casa de Mr. James Pinnock, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 125 *El Robado*, Tenerife, Vale de Orotava
Fig. 126 *Risco de Oro*, Tenerife, Vale de Orotava
Fig. 127 *Sitio Little*, Tenerife, Vale de Orotava
Fig. 128 Royal Albion Hotel, Brighton
Fig. 129 Casa Jaquinet, Funchal

Fig. 130 *Royal Edinburgh Hotel,* Funchal
Fig. 131 *Carmo Hotel*, Funchal
Fig. 132 *German Hotel,* Funchal
Fig. 133 *Santa Clara Hotel*, planta e fachada Nascente, Funchal
Fig. 134 *Santa Clara Hotel*, alçado Nascente e varanda de repouso, Funchal
Fig. 135 *Reid's New Hotel,* perspectiva, Funchal
Fig. 136 *Reid's New Hotel*, Funchal
Fig. 137 *Reid's New Hotel* em 1910 Funchal
Fig. 138 *Villa Victoria*, Funchal
Fig. 139 *Falkner's Private Hotel* , Funchal
Fig. 140 *Jone's Hotel Bella Vista*, Funchal
Fig. 141 *Jone's Hotel Bella Vista,* Funchal
Fig. 142 *Royal Hotel,* Funchal
Fig. 143 *Monte Palace Hotel,* Funchal
Fig. 144 Hotel Belmonte, Funchal
Fig. 145 *Reid's Mount Park Hotel,* Funchal
Fig. 146 *Reid's Mount Park Hotel,* Funchal
Fig. 147 Hospício Princesa D. Maria Amélia
Fig. 148 Planta do Funchal com a localização do Hospício
Fig. 149 *Brompton Hospital,* Londres
Fig. 150 *The City of London Hospital for Diseases of The Chest*
Fig. 151 Capela do *Brompton Hospital,* Londres
Fig. 152 *Royal National Sanatorium for Diseases of the Chest,* Bournemouth
Fig. 153 Hospício Princesa D. Maria Amélia, Funchal
Fig. 154 Hospício Princesa D. Maria Amélia, Funchal
Fig. 155 Átrio de entrada do Hospício (
Fig. 156 Localização em planta das capelas do *Brompton* e do *Royal National Sanatorium*
Fig. 157 Vãos do Hospício Princesa D. Maria Amélia
Fig. 158 Hospício Princesa D. Maria Amélia
Fig. 159 Projecto de um *exercise-room* para o *London Hospital for Diseases of the Chest*
Fig. 160 Confronto do jardim do Hospício com a planta de uma *villa* de Loudon
Fig. 161 Planta de A.A. Gonçalves com o traçado dos jardins do Hospício, 1860
Fig. 162 Doentes em repouso na varanda do Hospício
Fig. 163 Av. do Infante vendo-se o Hospício e o seu jardim, Funchal, 1948
Fig. 164 Planta dos sanatórios alemães previstos para o litoral , 1905
Fig. 165 O *Sanatório dos Pobres*, 1905
Fig. 166 *Kurhotel Amélia,* Monte
Fig. 167 *Fonda Jakson,* Puerto de la Cruz
Fig. 168 Pátio da *fonda Casino*, Puerto de la Cruz
Fig. 169 Hotel Turnbull, Puerto de la Cruz
Fig. 170 *Sanatorium de Orotava*, Puerto de la Cruz
Fig. 171 Hotel Monopol, Puerto de la Cruz
Fig. 172 Hotel Marquesa, Puerto de la Cruz
Fig. 173 *Fonda La Marina*, Puerto de la Cruz

Fig. 174 *Tremearnes's Hotel*, Puerto de la Cruz
Fig. 175 *Fonda Gobea*, Orotava
Fig. 176 *Camacho's Hotel,* Santa Cruz do Tenerife
Fig. 177 Hotel Europa, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 178 Hotel Aguere, La Laguna
Fig. 179 Hotel Taoro, Puerto de la Cruz
Fig. 180 Hotel Santa Catalina, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 181 *Reid's New Hotel*, Funchal
Fig. 182 Hotel Santa Catalina, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 183 Hotel Santa Catalina, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 184 Hotel Taoro, Puerto de la Cruz
Fig. 185 Hotel Taoro, Puerto de la Cruz
Fig. 186 *Hotel Pino de Oro,* Santa Cruz do Tenerife
Fig. 187 *Gran Hotel Quisiana*, Santa Cruz do Tenerife
Fig. 188 Hotel Battenberg, Santa Cruz do Tenerife
Fig. 189 Hotel OlsenSanta Cruz do Tenerife
Fig. 190 Hotel Victoria Santa Cruz do Tenerife
Fig. 191 Hotel Metropole, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 192 Hotel Metropole, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 193 Hotel Imperial, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 194 Hotel Continental, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 195 Hotel Quiney, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 196 Hotel Central, Las Palmas de Grã Canária
Fig. 197 Hotel Santa Brígida, Monte Lentiscal

Lista de gráficos, quadros e plantas

GRÁFICO I
Crescimento demográfico nas cidades e ilhas do turismo terapêutico.....68
QUADRO I
Quintas de aluguer, Funchal - localização e referências em plantas e guias.....215
QUADRO II
Quintas de aluguer do Funchal - quadro cronológico e tipológico.....216
PLANTA I Localização das quintas de aluguer.....213
PLANTA II Localização dos hotéis.....279

Acrónimos

ACMF	Arquivo da Câmara Municipal do Funchal
APHPDMA	Arquivo Particular do Hospício Princesa D. Maria Amélia
ARM	Arquivo Regional da Madeira
BA	Biblioteca da Ajuda
BACL	Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa
BCM	Biblioteca Central da Marinha
BMCSCT	Biblioteca Municipal Central de Santa Cruz de Tenerife
BMF	Biblioteca Municipal do Funchal
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BPRM	Biblioteca Pública Regional da Madeira
CEHA	Centro de Estudos de História do Atlântico
CMFF	Casa Museu Frederico de Freitas
DRAC	Direcção Regional de Acção Cultural
DSIGC	Direção de Serviços de Informação Geográfica e Cadastro
FEDAC	Fundación para la Etnografía y el Desarrollo de la Artesanía Canaria
IGP	Instituto Geográfico Português
MQC	Museu Quinta das Cruzes
PDM	Plano Director Municipal
PMV	Photographia – Museu "Vicentes"
RAM	Região Autónoma da Madeira
RIBA	Royal Institute of British Architects
RIBA-BAL	Royal Institute of British Architects, British Architectural Library
SCML	Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa
SREC	Secretaria Regional da Educação e Cultura
ULPGC-BU	Universidad de Las Palmas de Gran Canaria - Biblioteca Universitaria

Abreviaturas

ca	cerca de
col.	colecção
fot.	fotografia
imp.	implantação
lvt.	levantamento
plt.	planta
s.d.	sem data
s.l.	sem local

INTRODUÇÃO

1. Tema

Situadas na rota atlântica que ligava a Europa do Norte às chamadas Índias Ocidentais e Orientais, Madeira e Canárias foram, desde o século XVII, ponto de passagem ou estadia de inúmeros viajantes europeus, a maioria deles britânicos. Do relato de viagem à obra de natureza científica, sobre ambas se produziu uma abundante literatura que as viria a promover como estâncias de cura para as doenças pulmonares, fazendo delas os primeiros *health resorts* do Atlântico Norte. A amenidade do clima, com reduzidas amplitudes térmicas, contribuiu de forma decisiva para essa promoção. A este período de génese do turismo insular – todo o século XIX e primeiro quartel do século XX – convencionou chamar-se de *turismo terapêutico*. Constituem objecto da investigação as tipologias arquitectónicas que acolheram esses primeiros fluxos turísticos, maioritariamente constituídos por enfermos e seus acompanhantes: quintas de aluguer – vulgarmente conhecidas como *quintas madeirenses* –, hotéis e sanatórios.

O período em estudo começou no início do século XIX, que corresponde à consolidação definitiva da Madeira como lugar de cura, facto que, em grande parte, fica a dever-se às guerras napoleónicas (1799-1815). Estas dificultaram o acesso dos ingleses às tradicionais estâncias mediterrânicas e estiveram na origem de duas ocupações sucessivas da ilha por forças britânicas (1801-1802 e 1807-1814), reforçando a influência da colónia aí residente. Suceder-se-ia mais de um século de vilegiatura higienista associada ao tratamento da tuberculose e outras doenças pulmonares. Nas duas últimas décadas do século XIX este paradigma começou a alterar-se. Factores diversos fariam com que o turismo terapêutico viesse a dar lugar, progressivamente, ao turismo de lazer, actividade que, após a Primeira Grande Guerra, passou a ser dominante, encerrando o período estabelecido para a investigação.

Embora centrando-se na Madeira, a investigação abarcou também as Canárias – em particular as ilhas do Tenerife e Grã Canária – as únicas do arquipélago espanhol onde o fenómeno do turismo terapêutico se manifestou. Elas constituíram, durante parte do período em estudo, o *health resort* que mais directamente concorreu com a Madeira. Os dois arquipélagos integram uma região atlântica designada como Macaronésia onde cabem também os Açores e Cabo Verde. Dentro das acentuadas cambiantes climáticas que caracterizam este vasto conjunto, a climatologia médica oitocentista descobriu nos climas da Madeira e das Canárias propriedades excepcionais para o tratamento das doenças pulmonares. Sobre ambas escreveram os mesmos viajantes e os mesmos homens de ciência – clima, saúde, geologia, meio natural, todos estes temas foram objecto de estudo

comparativo. Do passado comum resultou, neste conjunto de ilhas, um património construído com características semelhantes, cuja estudo comparativo é levado a cabo, neste estudo, pela primeira vez.

2. Metodologia

A investigação situa-se no campo da História da Arquitectura, ramo da História da Cultura, que estabelece com a História da Arte algumas sobreposições problemáticas, em parte resultantes da própria definição da Arquitectura como arte e de outros dilemas que a disciplina enfrenta na actualidade. Na verdade, estabelecer um consenso sobre o que é a História da Arquitectura e como deve ser feita, parece ser tão difícil quanto estabelecer o que é a Arquitectura e como deve ser feita[1]. Não restam dúvidas, todavia, que a História da Arquitectura se distingue das outras 'histórias' pela escolha dos materiais que utiliza «como materiais de uma construção histórica»[2], isto é, o seu objecto será sempre, em última análise, o facto arquitectónico. Trata-se de um objecto específico que, contudo, se compreende melhor quando integrado no âmbito mais vasto onde cabem também as outras artes.

Factos arquitectónicos e factos históricos são, todavia, objectos com elevado grau de indeterminação – em última análise, depende do historiador a escolha dos mais significativos. A História parece, pois, não escapar à ambiguidade semântica do próprio termo que a designa: por mais rigorosamente que proceda, a indeterminação do seu objecto impede-a de aspirar ao estatuto de ciência exacta. Tal não significa, porém, que ela seja redutível a uma arte da narrativa – «oscilará provavelmente sempre entre esta, a inteligência do conceito e o rigor das provas»[3]. Com efeito, o rigor da prova, a «supremacia da evidência» e a verificabilidade dos factos estabelecem com clareza a fronteira entre ficção e História – ou, se se quiser, entre um certo relativismo que reduz conhecimento a ideologia, e a própria possibilidade e universalidade desse conhecimento[4].

Dito isto, não é possível deixar de reconhecer – no plano puramente epistemológico – o papel que a narrativa pode desempenhar como instrumento de tradução e interpretação da experiência humana, seja ela passada ou presente[5]. Onde os critérios de coerência e não contradição, de verificabilidade ou falsificabilidade do pensamento lógico-científico se

[1] Andrew Leach, *What is Architectural History?* (Cambridge, UK: Polity, 2010), p.2.
[2] Giulio Argan, *História da arte como história da cidade*, 4. ed. (São Paulo: Martins Fontes, 1998), p.14.
[3] François Furet, *A Oficina da História* (Lisboa: Gradiva, 1986), p.98.
[4] Cf.: E.J. Hobsbawm, «The Historian between the Quest for the Universal and the Quest for Identity», *Diogenes* 42, n. 168 (1 de Dezembro de 1994): 51–63, doi:10.1177/039219219404216805.
[5] Jerome Bruner, «The Narrative Construction of Reality», *Critical Inquiry* 18, n. 1 (1 de Outubro de 1991): 1–21.

revelam por vezes inoperantes, o recurso a uma hermenêutica que reconhece a irredutibilidade do singular e a aleatoriedade dos comportamentos humanos, poderá obter resultados convincentes e férteis. A investigação foi inclusiva e aberta ao contributo pluridisciplinar, procurando na Geografia, Sociologia, Antropologia, Economia e sobretudo na diversidade temática e teórica da Nova História Cultural[6] um enquadramento que lhe permitisse responder com maior eficácia às questões formuladas.

De mencionar, ainda, a utilização do método comparativo, consubstanciado no confronto entre Madeira e Canárias. Este foi essencial para estabelecer algumas das singularidades da estância portuguesa e da sua arquitecura. O confronto alargou-se também à arquitectura inglesa, cuja presença deixou marcas profundas, mas distintas, nos dois arquipélagos. Neste âmbito, revelou-se essencial a atenção dada aos testemunhos de viagens, especialmente dos britânicos, onde ganha forma um olhar exterior sobre a paisagem, cidades e arquitectura das ilhas. Estes aspectos põem, aliás, em evidência o interesse do tema abordado nesta tese para a análise das relações transculturais e transnacionais Portugal-Espanha-Inglaterra.

Objectivos

Como estância terapêutica, a Madeira foi, no contexto europeu, uma região pioneira. A *arquitectura do turismo terapêutico*, porém, nunca tinha sido encarada como *corpus* coerente de estudo. A ausência de conhecimento constituiu, portanto, o problema fulcral da investigação. O seu primeiro objectivo foi, pois, o de dar a conhecer as tipologias arquitectónicas do turismo terapêutico, como se enquadraram na evolução das paisagens e cidades insulares, quais as relações que com elas teceram, a sua história, as suas especificidades e as mutações que sofreram. Para além disso, houve que demonstrar a operatividade do próprio conceito de *arquitectura do turismo terapêutico* bem como a sua adequação a um contexto cronológico e geográfico pré-estabelecido.

Embora centrando-se num período passado, a investigação pretendeu sempre ter um carácter prospectivo. O seu conteúdo constitui, com efeito, uma importante fonte de informação, não só para aqueles que actuam ao nível do planeamento do território insular, como para os que se encontram envolvidos em projectos de equipamentos turísticos, em particular projectos de restauro, ampliação ou adaptação de quintas – projectos cada vez mais frequentes na Região, onde a recuperação deste património está na ordem do dia. No primeiro caso, há que referir a sua aplicabilidade na revisão do actual P.D.M do Funchal, que enferma de várias incongruências no que respeita à forma como são encaradas as

[6] Peter Burke, *What is cultural history?* (Cambridge: Polity, 2008).

periferias históricas da cidade, nomeadamente as zonas de encosta ocupadas por algumas das quintas de aluguer que foram identificadas e caracterizadas neste estudo.

As quintas madeirenses – aqui designadas como *quintas de aluguer* – constituem, aliás, no que se refere à aplicabilidade dos resultados desta investigação, um caso paradigmático. Reconhecendo o seu valor patrimonial, a legislação regional consigna-as como uma «tipologia de empreendimento turístico»:

> [as Quintas da Madeira] devem ser constituídas por casas senhoriais antigas, renovadas e ou ampliadas, que pelas suas características arquitectónicas, baseadas no traçado original, contribuam para a preservação do património regional e transmitam a história e cultura da Região.[7] [sublinhado meu]

A legislação não esclarece, todavia, o conceito de «casa senhorial antiga», nem o que nele cabe. Poderão, por exemplo, as quintas dos *wine merchants,* construídas no primeiro quartel do século XIX, ou as quintas de aluguer, da segunda metade desse século, ser consideradas «casas senhoriais antigas»? Para quem estudou estes exemplares, a resposta é, obviamente, negativa. Todavia, ninguém se atreveria a afirmar que estas quintas não «transmitem a história e cultura da Região». Um dos objectivos desta investigação foi, pois, criar um corpo de conhecimentos que poderá vir a rectificar alguns destes equívocos.

O futuro a dar aos muitos edifícios aqui estudados, que sobreviveram até aos nossos dias, tem sido questão recorrente nos arquipélagos. A partir dos anos 80 do século passado, assistiu-se a um rápido crescimento dos perímetros urbanos e à construção de novos equipamentos turísticos. Muitos dos edifícios que constituem objecto deste estudo sofreram alterações: alguns deles foram restaurados, outros ampliados e outros, ainda, demolidos. Na maioria dos casos, estas operações tiveram lugar num quadro de ausência de informação histórica que orientasse a acção do arquitecto – este foi, aliás, um dos móbiles da investigação. Os resultados aqui obtidos poderão vir a constituir um instrumento de identificação, avaliação – ou mesmo de eventual classificação – de um património arquitectónico em risco.

Mas o carácter prospectivo deste estudo não se esgota no apoio imediato à prática profissional do arquitecto. O conhecimento mais profundo do período de transição do turismo terapêutico ao turismo de lazer – fenómeno que está na génese do turismo

[7] Assembleia Legislativa, «Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M» (Diário da República, 2009), http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/tur122009m.pdf. O Artigo 4º do D.L.R. n.º 12/2009/M estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos; o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (Decreto Legislativo Regional n.º 17/2002/M) já preconizava as "Quintas da Madeira" como tipologia de empreendimento turístico específico da Madeira

contemporâneo – complementa um tema que ciências sociais tão diversas quanto a Sociologia, Antropologia, Economia ou a Geografia têm vindo a debater nos últimos tempos. Um dos objectivos deste estudo era, com efeito, avaliar qual o papel que coube à *arquitectura do turismo terapêutico* na génese da identidade turística insular – primeiro passo para se vir a saber em que medida poderá ainda contribuir para a reforçar.

Questões de investigação

Esta tese partiu de uma possibilidade: a singularidade da *arquitectura do turismo terapêutico*. Eis a questão nuclear da investigação. A sua formulação resultou, em primeiro lugar, da ausência de conhecimento sobre a matéria – problema que constitui um dos móbiles deste estudo. Aparentemente simples, a questão encerra, todavia, a formulação de uma primeira hipótese: a de que o turismo terapêutico, num determinado enquadramento cronológico e geográfico, terá dado origem a *uma arquitectura* – e que, portanto, esta se constitui como objecto de estudo pertinente. Foi desta questão nuclear – e de um segundo pressuposto que levou a identificar, na Madeira e nas Canárias, três tipologias distintas – quintas de aluguer, hotéis e sanatórios – que decorreu o seguinte conjunto de sub-questões:

- O que caracteriza, do ponto de vista funcional e morfológico, cada uma destas tipologias?
- Que relações teceram com a paisagem e as cidades insulares?
- Que papel desempenharam na sua transformação?
- Como se enquadram no contexto mais vasto da produção arquitectónica nacional e internacional do seu tempo?
- Que mutações sofreram ao longo do período em estudo?
- Haverá distinções tipológicas a estabelecer entre as duas ilhas?

A esta investigação não é alheio o princípio da lógica dedutiva que Popper formulou com clareza: o conhecimento não parte de observações nem da recolha de dados ou de factos, mas sim de problemas[8]. As questões de investigação levantadas reflectem desde logo este postulado – muitas delas encerram o próprio problema, ou pressuposto. Muitas surgiram ao longo deste estudo, ou resultaram da reformulação de questões inicialmente levantadas: encarou-se este processo como uma dialéctica na qual dedução e indução se articularam e interagiram. Afigurou-se, porém, estéril começar por formular uma questão que, pela sua abrangência, procurasse abarcar toda a complexidade do tema, na tentativa de obter uma generalização de amplo alcance ou a descoberta de uma lei.

Duvida-se, aliás, que em muitos casos, a boa questão ou o problema bem colocado sejam «mais importantes do que a habilidade ou a paciência em trazer à luz do dia um facto

[8] Karl Raimund Popper, *Em Busca de um Mundo Melhor* (Lisboa: Fragmentos, 1989), p.72.

desconhecido, mas marginal»[9]. Da marginalidade do facto desconhecido, porventura da sua singularidade, podem induzir-se outras verdades, cujo potencial de generalização, embora não possuindo a natureza de uma lei, não deixa de significar um avanço no conhecimento[10]. É este princípio que leva, por exemplo, em alguns dos casos abordados, a ter como objectivo não a generalização empírica, nem a procura da tipicidade dentro de uma determinada categoria, mas sim a revelar os próprios casos na sua irredutível singularidade. Singularidade essa que, enquanto tal, é o reflexo de uma conjuntura mais vasta que desta forma se deixa explicar com maior eficácia.

O interesse da investigação focou-se, portanto, não na previsão e controle dos fenómenos mas na sua compreensão sendo a metodologia proposta, fundamentalmente, qualitativa. A posição adoptada face às metodologias alternativas foi, no entanto, de inclusão e abertura: não se pôs de lado o tratamento da informação quantitativa nem, por exemplo, o recurso aos métodos próprios da narrativa. Estes foram utilizados na interpretação dos relatos dos enfermos e da abundante literatura de viagens oitocentista; na reconstituição dos dilemas que enfrentaram algumas personagens cujas vidas se escrutinaram ou, finalmente, na interpretação e leitura de textos literários, como os de Maria Lamas [11] ou Agustina Bessa-Luís [12], que abordam com fulgurante intuição interpretativa alguns dos temas desta investigação.

Recolha e análise de informação

Recolha, análise e interpretação dos documentos, são actividades que só artificialmente se podem isolar em compartimentos estanques. A recolha, como já se mencionou, não foi arbitrária: para que ela tivesse um objectivo foi necessário equacionar minimamente o problema – e o mesmo cabe dizer da análise e interpretação. Fez-se preferencialmente uso de fontes documentais primárias – constituídas pelos próprios edifícios do período em estudo – que foram analisados *in situ* sempre que tal se justificava e, na ausência de informação disponível, desenhados e fotografados. De entre as fontes documentais escritas e/ou iconográficas, destacou-se a abundante literatura de viagens e os guias para turistas e enfermos, material com vasta informação sobre as tipologias a investigar. Os arquivos cartográficos e fotográficos constituíram, também eles, uma valiosa fonte de informação.

[9] Furet, *A Oficina da História*, p.84.
[10] D. J Clandinin, *Handbook of narrative inquiry: Mapping a methodology* (Sage Publications, Inc, 2007), p.7.
[11] Maria Lamas, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica* (Funchal: Eco do Funchal, 1956).
[12] Agustina Bessa-Luís, *A Corte do Norte* (Lisboa: Guimarães Editores, 1987).

O modelo analítico pelo qual se optou decorreu, naturalmente, das questões de investigação formuladas. A análise do material iconográfico respeitante aos edifícios do período em estudo incidiu, numa primeira fase, sobre cada um dos grupos tipológicos predefinidos: as quintas de aluguer, os hotéis e os sanatórios. Sempre que possível, fez-se uso dos instrumentos próprios da profissão – relações de escala, proporção, dimensão – aplicados sobre os elementos desenhados resultantes do trabalho de campo levado a cabo – levantamentos, fotografia – ou recolhidos em arquivos municipais – espólios de autor, bibliografia específica. Os exemplares considerados mais significativos foram redesenhados, confrontados à mesma escala e analisados nos seus aspectos formais, funcionais, construtivos e espaciais.

A análise, embora focada no século XIX e primeiro quartel do século XX, teve presente a origem histórica destas tipologias. A este estudo não é alheio o conceito de «tempo longo» que a Nova História introduziu e que obriga a olhar para períodos antecedentes para compreender, por um lado, a evolução do território e da cidade e, por outro, o da sua arquitectura[13]. Outro aspecto, não menos importante, foi o do seu enquadramento no contexto mais vasto da produção arquitectónica nacional e internacional da época, por forma a que fosse possível estabelecer comparações. No que se refere às fontes documentais escritas – maioritariamente constituídas por relatos de viagem, guias para enfermos e viajantes e obras de ficção da época – estas foram organizadas cronologicamente, delas tendo sido purgada toda informação relevante sobre as diferentes tipologias: sua localização, funcionamento, aspectos formais e o significado que o viajante ou o «turista» oitocentista lhe atribuíram. Este tipo de informação revelou-se fulcral na medida em que permitiu não só identificar edifícios cujo uso original se tinha alterado, como também obter dados sobre aqueles que já tinham sido demolidos.

3. Estado da arte

Nos arquipélagos da Madeira e Canárias, a *arquitectura do turismo terapêutico* não foi ainda objecto de um estudo sistemático, razão pela qual é aqui difícil eleger, sumariamente, qual a obra mais significativa sobre o tema. Existem, todavia, importantes contributos de outras disciplinas que têm aprofundado o conhecimento deste período. Na Madeira, eles surgem sob a forma de artigos dispersos, publicados em revistas culturais da

[13] José Manuel da Cruz Fernandes, «Cidades e Casas da Macaronésia. Evolução do Território e da Arquitectura Doméstica nas Ilhas Atlântidas sob Influência Portuguesa. Quadro Histórico, do Séc. XV ao Séc. XVIII» (Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1992), p.14.

região – *Atlântico* e *Islenha* – ou, marginalmente, em obras sobre a literatura de viagens, como os *Apontamentos Sobre o Quotidiano Madeirense*[14] (1750-1900) de Marques da Silva; *A Economia da Madeira*[15] (1850-1914) de Benedita Câmara na área da economia; ou, na área da história, a *História da Madeira – O longo século XIX*[16] (1834-1910) de Rui Carita, o único historiador que, a par de António Aragão[17], dedicou à arquitectura madeirense algumas das suas obras [18].

Sendo bastante mais rica que a madeirense, a historiografia Canária possui alguns estudos na área da história da arquitectura que, embora não coincidindo na cronologia aqui proposta, a abrangem parcialmente. É o caso de autores como Hernández Gutiérrez, Darias Príncipe ou Alemán Hernández, a cujas obras adiante se fará referência. Na área da história do turismo, destacam-se os numerosos trabalhos de Nicolás González Lemus, autor que focou a sua atenção, precisamente, no turismo terapêutico: *Las Islas de la Ilusion: Britanicos en Tenerife, 1850-1900*[19] ou *Comunidad Britanica y Sociedad en Canarias: La Cultura Inglesa y su Impacto Sociocultural en la Sociedad islena*[20] são dois trabalhos deste autor que constituíram inestimáveis fontes de informação sobre a presença dos *invalids* nas Canárias, permitindo localizar hospedarias, hotéis e quintas desse período no arquipélago espanhol.

Apesar de González Lemus não ter como foco de interesse a arquitectura, na caracterização do fenómeno do *turismo terapêutico* nas ilhas atlânticas não poderia ser ignorada a sua obra *Clima y medicina: los orígenes del turismo en Canárias* (2008). O tema convoca, aliás, saberes de disciplinas tão diversas quanto a Sociologia, Antropologia e a História Cultural. Cabe aqui referir, a esse respeito, duas obras que ajudaram a esclarecer a relação, por vezes problemática que *turismo* e *turismo terapêutico* teceram entre si: a *História dos Tempos Livres*[21] de Alain Corbin, bem como o estudo mais recente de John Urry, *The Tourist Gaze*[22]. Contributo também importante sobre esta questão foi dado pelo artigo publicado por Jankovic – «The Last Resort: A British Perspective on the Medical

[14] *Passaram Pela Madeira* (Funchal: Edições Funchal 500 Anos, 2009).
[15] *A economia da Madeira (1850-1914)* (Lisboa, Portugal: Impr. de Ciências Sociais, 2002).
[16] *História da Madeira - O longo século XIX (1834-1910)*, vol. 7, 7 vols. (Funchal: SREJE, 2008).
[17] António Aragão, *Para a História do Funchal, pequenos passos da sua memória*, 2ª edição (Funchal: DRAC, 1989); António Aragão, *O Espírito do Lugar: a Cidade do Funchal* (Lisboa: P. Ferreira, 1992).
[18] Rui Carita, *O regimento de fortificação de D. Sebastião (1572) e a carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)* (Funchal: Centro de Apoio Universitário Secret. da Educação, 1984); Rui Carita, «A arquitectura militar na Madeira : séculos XV a XVII» (Universidade de Lisboa, 1993); Rui Carita, *Funchal 500 anos de História*, Guias do Funchal 3 (Funchal: Funchal 500 Anos, E. M., 2008).
[19] *Las Islas de la Ilusion: Britanicos en Tenerife, 1850-1900*, 1. ed (Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, 1995).
[20] *Comunidad Britanica y Sociedad en Canarias: La Cultura Inglesa y su Impacto Sociocultural en la Sociedad islena*, 1. ed (Tenerife: Edén, 1997).
[21] *História dos tempos livres : o advento do lazer* (Lisboa: Editorial Teorema, 2001).
[22] *The tourist gaze* (London: Sage Publications Ltd, 2002).

South, 1815–1870»[23] – onde se abordam os dilemas da climatologia médica oitocentista e o lugar que as estâncias mediterrânicas e a Madeira nele ocuparam. Neste capítulo, é de assinalar a contribuição d'*A Corte do Norte*, de Agustina Bessa-Luís, obra literária que, com invulgar perspicácia, nos revela algumas das idiossincarsias insulares do período em estudo.

Nos capítulos que dizem respeito à paisagem e cidades, para melhor explicar as especificidades do Funchal relativamente às urbes canárias, recuou-se historicamente ao período de formação da capital madeirense. Sobre este tema, o *Cidades e casas da Macaronésia*[24], de José Manuel Fernandes, apresenta-se como obra de referência no que respeita ao estudo comparativo da estrutura urbana dos aglomerados da Macaronésia entre os séculos XV e XVIII. O trabalho seminal de António Aragão – *Para a História do Funchal, pequenos passos da sua memória* – e o de Rui Carita – *Funchal 500 anos de História* – complementam a análise da evolução da estrutura urbana do Funchal traçada por José Manuel Fernandes. Nas Canárias – ao contrário do que sucedeu na Madeira, onde este tipo de estudos escasseiam – historiadores, geógrafos e alguns arquitectos produziram uma vasta bibliografia sobre as cidades do seu arquipélago, grande parte dela abrangendo o século XIX.

Alguns desses trabalhos permitiram traçar com bastante eficácia o quadro de simetrias e assimetrias que caracterizaram a evolução das duas estâncias terapêuticas concorrentes. Obras de referência como *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981*[25] de Darias Príncipe, sobre Santa Cruz do Tenerife, ou as dos geógrafos Barroso Hernández – *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*[26] – e Martín Galán – *La formación de Las Palmas, ciudad y puerto : cinco siglos de evolución*[27] – deram importantes contributos a esta investigação. Não menos importante foi uma obra de síntese que abarca sinteticamente, e com a colaboração de diversos especialistas, o fenómeno urbanístico e arquitectónico em todo o arquipélago espanhol: *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX,* de Hernández Gutiérrez e Carmen Milagros Chávez,

A literatura sobre as **quintas de aluguer** é escassa e dispersa. Foi, todavia, possível encontrar algumas publicações bastante úteis pelo seu conteúdo informativo, como os

[23] «The Last Resort: A British Perspective on the Medical South, 1815–1870», *Journal of Intercultural Studies* 27, n. 3 (Agosto de 2006): 271–98.
[24] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia».
[25] *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981* (Santa Cruz de Tenerife: Ayuntamiento de Santa Cruz de Tenerife, 2004).
[26] *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad* (Puerto de la Cruz: Ayto. de Puerto de la Cruz, 1997).
[27] *La formación de Las Palmas, ciudad y puerto : cinco siglos de evolución* (Las Palmas de Gran Canaria: Junta del Puerto de la Luz y Las Palmas, 1984).

artigos de Sainz-Trueva nas revistas *Atlântico* e *Islenha*[28] ou o artigo de Rui Vieira *Um Olhar sobre as Quintas da Madeira*[29]. Na maioria, porém, prevalece quase sempre um carácter impressionista que se fica pela celebração da beleza destes exemplares. Entre elas, todavia, merece especial destaque o livro de Maria Lamas – *Arquipélago da Madeira, Maravilha Atlântica* (1956) – que dedica 45 páginas às quintas da região. Trata-se de um roteiro histórico e sentimental onde a autora registou, com notável intuição, o papel que estas casas e os seus jardins desempenhavam. Embora reportando-se a um período anterior, a obra de referência para o entendimento da ascendência histórica desta tipologia continua a ser o *Cidades e casas da Macaronésia: evolução do território e da arquitectura nas ilhas atlântidas sob influência portuguesa : quadro histórico do séc. XV ao séc. XVIII* (1992) de José Manuel Fernandes.

No que respeita à arrumação tipológica das quintas de aluguer aqui apresentada, revelou-se importante o estudo de João Vieira Caldas sobre *A Casa rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII,* que embora abordando exemplares de outra época e com características diferentes, levanta problemas metodológicos da mesma natureza. Nas Canárias, não se conhece nenhum estudo sobre as *quintas de aluguer*. São abundantes, todavia, as obras dedicadas à arquitectura popular do arquipélago, o que facilitou o estudo comparado da casa canária com a madeirense. Entre elas importa aqui referir, pela rigorosa e abundante informação que contém, a *Arquitectura Doméstica Canaria*[30] de Martín Rodríguez.

Na historiografia anglo-saxónica, não existe nenhuma obra que aborde a arquitectura das quintas madeirenses de influência inglesa – influência que se faz sentir em muitas destas casas e dos seus jardins. Marcus Binney, nas *Casas Nobres de Portugal*[31] , refere-se apenas a quatro importantes exemplares, num texto que, apesar de correcto e sucinto, se limita a complementar as excelentes fotografias de Nicolas Sapieha e Francesco Venturi. A contextualização desta influência encontra, porém, fundamentação substancial em duas obras de referência nesta área: *The Villa: Form and Ideology of Country Houses*[32],

[28] José de Sainz-Trueva, «Tectos madeirenses armoriados», *Islenha*, n. 1 (1987): 111–24; José de Sainz-Trueva, «Quinta do Monte», *Islenha*, n. 16 (1988): 304–11; José de Sainz-Trueva, «Quinta do Palheiro do Ferreiro», *Atlântico*, n. 15 (1988): 222–31; José de Sainz-Trueva, «A Moda que não Vingou (Papéis de parede pintados numa quinta madeirense)», *Atlântico*, n. 19 (1989): 165–69; José de Sainz-Trueva, «Quinta da Mãe dos Homens», *Atlântico*, n. 17 (1989): 5–15; José de Sainz-Trueva, «Quinta do Jardim da Serra», *Atlântico*, n. 18 (1989): 105–12.
[29] «Um Olhar sobre as Quintas da Madeira», *Almanaque do Posto Emissor do Funchal*, 2003.
[30] *Arquitectura Doméstica Canaria* (Santa Cruz de Tenerife: Aula de Cultura de Tenerife, 1978).
[31] *Casas Nobres de Portugal* (Lisboa: Difel, 1987), pp.206–13.
[32] *The villa : form and ideology of country houses* (Princeton N.J.: Princeton University Press, 1990).

de James Ackerman, e *Life in the english country house: a social and architectural history*[33], de Mark Girouard.

No que diz respeito à tipologia **hotel** e sua evolução histórica, *A History of Building Types* de Pevsner, constituiu, ainda, a obra de referência fundamental. Sobre a Madeira, não existe nenhum estudo focado neste período, pese embora o significado desta tipologia no panorama da arquitectura regional e na formação da sua capital. Artigos esparsos, publicados em revistas locais, referem-se a estes primeiros hotéis como curiosidades de uma pré-história turística, sem critérios claros quanto à sua tipificação arquitectónica, inserção no contexto urbano, evolução, ou caracterização. Sobre o próprio *Reid's Hotel*, projectado em finais da década de 80 do século XIX, por um arquitecto inglês, não existe nenhuma publicação que aborde a sua arquitectura com um mínimo de conhecimento de causa.

Já no que se refere às Canárias, há que mencionar o importante trabalho de Hernández Gutiérrez: *Cuando los hoteles eran palacios: Crónica del turismo histórico en Canarias: 1890-1914*[34]. Trata-se de uma abordagem crítica da arquitectura hoteleira do arquipélago espanhol que abrange o período final deste estudo, com algumas incursões em épocas precedentes, razão pela qual constituiu uma fonte de informação fundamental para estabelecer um paralelo entre os dois arquipélagos. O autor dedicou também um importante estudo ao Hotel Taoro, em Puerto de La Cruz – *De la Quinta Roja al Hotel Taoro*[35] – uma das unidades que, a par do Santa Catalina, em Las Palmas, foi das mais importantes da arquitectura hoteleira de Canárias neste período. A informação contida na sua obra foi, pois, determinante para caracterizar o que aqui se designou como *os grandes hotéis do turismo terapêutico*, três unidades surgidas nas ilhas quase simultaneamente nos anos de 1890-91.

Nas estâncias atlânticas de turismo terapêutico, o **sanatório** aparece por vezes associado ao hotel, não apresentando a autonomia que, no segundo quartel do século XX, o viria a transformar em tema recorrente da história da arquitectura moderna[36]. Focada no Hospício Princesa Dona Maria Amélia, o primeiro sanatório português, construído no Funchal (1856-61), com projecto de um arquitecto inglês, a investigação teve de confrontar-se com a inexistência de bibliografia sobre a arquitectura do edifício. Quando da sua visita à Madeira, em 1859, Maximiano, imperador do México[37], deixou uma primeira descrição do

[33] *Life in the English Country House: A Social and Architectural History*, 9.ª ed. (New Haven: Yale University Press, 1984).
[34] *Cuando los hoteles eran palacios: Crónica del turismo histórico en Canarias: 1890-1914* (Dirección General de Ordenación e Infraestructura Turística, 1990).
[35] *De la Quinta Roja al Hotel Taoro* (Santa Cruz de Tenerife; Las Palmas de Gran Canaria: Idea, 2009).
[36] Sobre os sanatórios deste período existe, aliás, uma extensa bibliografia que não cabe nos limites cronológicos fixados para este projecto de tese.
[37] Maximiliano de Habsburgo-Lorena (Viena, 1832 - Santiago de Querétaro, 1867) arquiduque da Áustria e príncipe da Hungria e da Boémia, renunciou a estes títulos para se tornar o imperador do México,

sanatório, que a essa data se encontrava em fase de conclusão[38]. Uma segunda aparece em 1867, tendo por título: *Visita de Sua Majestade a Imperatriz do Brazil, viúva, Duqueza de Bragança, á Ilha da Madeira e fundação do Hospicio da Serenissima Princesa D. Maria Amelia*[39]. Trata-se de um texto póstumo de um jornalista de um periódico local, que acompanhou a construção do edifício, legando, sobre ele, um rico manancial de informação, que alimentaria, mais tarde, todos os autores que se referiram ao Hospício.

Entre estes, conta-se o artigo de João M. Henriques[40] e a entrada que Fernando Augusto da Silva lhe reservou no Elucidário Madeirense[41]. Em 1962, celebrando o centenário da instituição, surgiu uma publicação apócrifa[42] que veio acrescentar alguma informação à obra de Nóbrega, pondo em destaque o importante papel que viria a desempenhar a casa real Sueca na fundação do estabelecimento, bem como o de todos os médicos que o dirigiram. Finalmente, em 2009, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança publica a correspondência da princesa D. Maria Amélia, numa obra com algumas referências à história do edifício[43]. É esta a literatura que se conhece sobre o Hospício. Em nenhuma destas obras, porém, a sua arquitectura é abordada numa perspectiva crítica que revele o seu verdadeiro alcance e significado. Tornava-se, pois, urgente formular uma primeira proposta interpretativa que abrisse caminho a futuras investigações e que desse a conhecer toda a informação que sobre a sua arquitectura se foi coligindo – incluindo informação inédita proveniente do arquivo da instituição.

Por desconhecimento, a historiografia anglo-saxónica é, também ela, omissa relativamente a este edifício. É nela, todavia, que se encontra informação mais relevante no que se refere ao seu enquadramento tipológico e evolução histórica: o *Hospital and Asylum Architecture in England, 1840-1914: Building for Health Care*[44] de Jeremy Taylor é um

---

encabeçando o Segundo Império Mexicano entre 1864 e 1867. Persuadido pelo imperador francês Napoleão III e por realistas mexicanos a aceitar a coroa do recém-fundado Império Mexicano, aí acabaria por ser executado em 1867 quando as tropas francesas retiraram. Tendo vivido bastante tempo em alto-mar, visitou por diversas vezes a Madeira deixando registo dessas visitas no seu diário. Foi noivo de D. Maria Amélia até ao falecimento precoce da princesa na Ilha da Madeira, em 1853.

[38] Maximilian, *Recollections of My Life. by Maximilian I., Emperor of Mexico.*, vol. 2 (London: London R. Bentley, 1868), p.345.

[39] Januário Justiniano de Nobrega e Júlio da Silva Carvalho, *Visita de Sua Majestade a Imperatriz do Brazil, viúva, Duqueza de Bragança, á Ilha da Madeira e fundação do Hospicio da Serenissima Princesa D. Maria Amelia* (Funchal: Typ. da Flor do Oceano, 1867).

[40] Pe. João M. Henriques, «Hospício da Princesa D. Maria Amélia», *Das Artes e da História da Madeira*, 1979. O artigo foi originalmente publicado em 1899 no semanário Semana Ilustrada de que era redactor o Pe. João M. Henriques.

[41] Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo Meneses, *Elucidário Madeirense*, 3 vols. (Funchal: DRAC, 1984).

[42] *Centenário do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia* (Lisboa, 1962).

[43] Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, *A Princesa Flor Dona Maria Amélia A Filha mais Linda de D. Pedro I do Brasil e IV do Nome de Portugal* (Funchal: DRAC, 2009).

[44] *Hospital and Asylum Architecture in England, 1840-1914: Building for Health Care* (London: Mansell Publishing, 1991).

estudo que se revela essencial, complementando o capítulo relativo aos hospitais de Pevsner em *A History of Building Types*. No que diz respeito a E. B. Lamb, o autor do projecto, destaca-se o artigo que Edward Kaufman publicou no *Journal of the Society of Architectural Historians*, «E.B.Lamb A Case Study in Victorian Architectural Patronage»[45] onde se faz uma exaustiva análise da clientela do arquitecto e se referencia muita da sua obra. De referir também, no que respeita ao enquadramento deste arquitecto no contexto da sua época, o pioneiro artigo de Goodhart-Rendel[46], publicado em 1949, e o estudo mais recente de Mordaunt Crook: *The Dilemma of Style: Architectural Ideas from the Picturesque to the Post-modern*[47].

Sobre a arquitectura dos sanatórios alemães, construídos ou projectados na Madeira no início do século XX, não existe bibliografia especifica – apenas dois estudos históricos: um publicado na revista *Islenha*, autoria de Nelson Veríssimo[48] e outro de Gisela Medina Guevara[49] que os situam apenas no contexto do conflito anglo-alemão que precedeu a primeira guerra mundial.

4. Estrutura da tese

Esta tese divide-se em três capítulos e uma conclusão. O primeiro é dedicado à caracterização do *turismo terapêutico* como fenómeno social. Nele se abordam, também, alguns temas conexos, como a climatoterapia, a tuberculose e a presença britânica na Madeira e Canárias. O segundo é dedicado às paisagens e cidades do turismo terapêutico. Funchal, Santa Cruz do Tenerife, Puerto de la Cruz e Las Palmas de Gran Canária são as cidades sobre cuja evolução morfológica é traçado um paralelo, desde o período de formação, até ao fim da era do turismo terapêutico, com especial destaque para a capital madeirense. O terceiro capítulo, do qual consta o corpo nuclear da investigação, é reservado à caracterização arquitectónica das três tipologias seleccionadas: quintas de aluguer, hotéis e sanatórios. Estas foram agrupadas em dois subcapítulos, o primeiro exclusivamente dedicado às quintas de aluguer, que constituem o mais importante e original contributo da Madeira para a arquitectura do turismo terapêutico, e o segundo aos hotéis e

[45] Edward Kaufman, «E.B.Lamb A Case Study in Victorian Architectural Patronage», *JSTOR: Journal of the Society of Architectural Historians* 46, n. Nº 1 (1988): 30–38.
[46] H. S. Goodhart-Rendel, «Rogue architects of the Victorian era.», *RIBA Journal*, n. 1949 Apr. (1949): 251–59.
[47] Joseph Mordaunt Crook, *The Dilemma of Style: Architectural Ideas from the Picturesque to the Post-modern*, New edition (John Murray Publishers Ltd, 1989).
[48] Nelson Veríssimo, «A Questão dos Sanatórios da Madeira», *Islenha*, n. 6 (1990): 124–44.
[49] *As relações luso-alemãs antes da Primeira Guerra Mundial: a questão da concessão dos sanatórios da Ilha da Madeira*, Estudos de história regional 13 (Lisboa: Edições Colibri, 1997).

sanatórios, os quais, no período abarcado por este estudo, constituíram uma tipologia difusa, que partilhava entre si diversos dispositivos formais e funcionais, razão pela qual foram ambos agrupados num mesmo subcapítulo.

I TURISMO TERAPÊUTICO

1. Turismo terapêutico

> By a curious irony of fate, the places to which we are sent when health deserts us are often singularly beautiful.
> Robert Louis Stevenson in *Ordered South*

1.1 Sobre o conceito de turismo terapêutico

Na historiografia da Macaronésia, a expressão *turismo terapêutico* designa o fenómeno que trouxe aos arquipélagos da Madeira e Canárias, sazonalmente, os enfermos que procuravam na amenidade do clima subtropical, se não a cura, pelo menos, o alívio dos seus males. Oriundos, na sua grande maioria, dos frios países do Norte da Europa, era a conselho médico que se deslocavam para o sul, onde passavam, normalmente, a estação do inverno em cura de ares. No arquipélago português, este período começa no início do século XIX, que coincide com as duas ocupações sucessivas da ilha por forças britânicas (1801-1802 e 1807-1814), e termina no século seguinte com o eclodir da Primeira Grande Guerra. No caso das Canárias, devido a um conjunto de circunstâncias, entre as quais a mais importante foi a inexistência de condições de alojamento – actividade que, na Madeira, era controlada pela influente comunidade inglesa aí residente – o arranque foi bastante mais tardio[50]. O *turismo terapêutico* acabaria por ter profundos reflexos sobre as culturas autóctones de ambos os arquipélagos.

Na Madeira, entre os investigadores que se dedicaram aos temas insulares, a utilização da expressão *turismo terapêutico*, goza de um significativo consenso. Data de 1985 o pequeno estudo coordenado por Iolanda Silva[51], onde, pela primeira vez, se fixaram com clareza as balizas cronológicas do fenómeno. Este estudo incorreu, todavia, no erro de considerar a expansão ultramarina portuguesa como um fenómeno turístico: «Podemos sugerir a existência de duas épocas no «turismo» madeirense: a colonial (séc. XV-XVIII) e a terapêutica (séc. XIX e início do séc. XX)»[52]. Marques da Silva, alertando para esse infundado erro, concordou, contudo, com a designação *turismo terapêutico* e com a sua demarcação cronológica: «Cremos que o turismo, revestindo formas de certo modo semelhantes às do turismo actual só começa, efectivamente, na Madeira ou nas Canárias,

[50] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, pp.65,66.
[51] *A Madeira e o turismo : pequeno esboço histórico* (Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, D. R. A. C., 1985).
[52] Ibid., p.7.

nos inícios do séc. XIX. No entanto não estamos perante o 'turismo industrial', característico da época, mas do 'turismo terapêutico'»[53].

Em finais dos anos 80 do século passado, o tema foi revisitado por Sainz-Trueva em duas exposições que deram a conhecer a riquíssima iconografia oitocentista madeirense que sobreviveu até aos dias de hoje[54]. A primeira delas tinha, aliás, o sugestivo título: *Forasteiros Na Madeira Oitocentista, Uma Estação de Turismo Terapêutico*. Foi a partir de então que a expressão *turismo terapêutico* se generalizou, passando a figurar nas abordagens feitas ao século XIX pela historiografia local[55]. Rui Carita atribuiu à propaganda médica, que desde finais do século XVIII fazia a apologia do ameno clima madeirense, um papel determinante. Para este autor, na segunda metade do século XIX, o rico coberto vegetal e a calma de que os enfermos gozavam na ilha, tinham mesmo posto a Madeira à frente das estâncias que, na Europa, com ela concorriam, como o Sul da França, a Itália e a Grécia[56].

Nas Canárias, muito embora pareça reinar entre os investigadores um relativo consenso quanto ao significado e cronologia do fenómeno, a utilização da expressão *turismo terapêutico* nem sempre foi unânime. Hernández Gutiérrez, autor de uma estudo seminal sobre história do turismo e da arquitectura hoteleira em Canárias[57], não a utiliza, sendo peremptório ao afirmar: «*Hasta finales del siglo XIX no podemos decir que a Canarias llegaron extranjeros con fines turísticos, pues la definición que de ellos tenemos no se ajusta en nada a aquellos primeros viajeros científicos, ni a los enfermos pulmonares*»[58]. Já autores como González Lemus – cuja vasta obra sobre o tema é amiúde citada nesta tese[59] – e o geógrafo Martin Galán, que publicou um importante artigo sobre as

[53] António Ribeiro Marques da Silva, «Os Inícios do Turismo na Madeira e nas Canárias. O Domínio Inglês», vol. 30 (Colóquio Internacional de História da Madeira, Funchal: CEHA, 1989), p.471.
[54] José de Sainz-Trueva, *Forasteiros na Madeira Oitocentista, Uma Estação de Turismo Terapêutico - Catálogo da Exposição* (Funchal: D. R. A. C, 1985); José de Sainz-Trueva, *Viagens na Madeira Romântica* (Funchal: D. R. A. C, 1988).
[55] Carita, *História da Madeira - O longo século XIX (1834-1910)*; Alberto Vieira, «A História do Turismo na Madeira Alguns Dados para uma Breve Reflexão», *TURISMO Revista de la Escuela Universitaria de Turismo Iriarte*, n. 1 (2008): 95–117.
[56] Carita, *História da Madeira - O longo século XIX (1834-1910)*, 7: pp.582,583.
[57] Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*.
[58] Ibid., p.16.
[59] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*; Nicolás González Lemus, *Clima y medicina. Los orígenes del turismo en Canarias* (Tenerife, España: Ediciones Idea, 2008); Nicolás González Lemus e Melecio Hernández Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística* (Puerto de la Cruz: Centro de Iniciativas y Turismo del Puerto de la Cruz, 2005); González Lemus, *Comunidad britanica y sociedad en Canarias*; Nicolás González Lemus, «Las Islas de la Macaronesia como los Nuevos Health Resorts del Siglo XIX», *Islenha*, n. 17 (1995): 64–74.

origens do turismo na Grã Canária[60], utilizam a expressão sem reservas, quando se reportam ao período em que as ilhas eram frequentadas por enfermos em cura de ares.

González Lemus preocupou-se, aliás, em dar uma definição tão exacta quanto possível do conceito de turismo terapêutico no quadro do arquipélago canário:

> [...] el nascimiento o, más exactamente, los inicios del «turismo» en la isla de Tenerife – Puerto Orotava -, así como en la vecina Gran Canaria, están estrechamente vinculado más a la atención sanitaria invernal que a los viajes de placer. No se trataba de buscar centros de esparcimiento sino centros que mas favorecieran a la mejora de la salud de los *invalids*. Se trataba de un turismo terpéutico. Aunque lo uno trajo imediatamente lo otro [sublinhado meu].[61]

O turismo terapêutico, como esclarece o autor, esteve, pois, na origem do turismo dito de lazer, isto é, do turismo, tal como hoje o concebemos – questão consensual entre todos. O desacordo reside, portanto, na expressão *turismo terapêutico*, uma vez que, para alguns, os enfermos, ou *invalids* – como os ingleses os designavam – não podem ser confundidos com turistas.

Axel Wilhelm é um dos investigadores madeirenses que partilha deste ponto de vista, considerando a expressão *turismo terapêutico* como um «eufemismo inaceitável»[62]. Na sua opinião, os muitos ingleses e alemães que hoje repousam no cemitério inglês do Funchal são a prova de que não era com fins recreativos que tinham frequentado a ilha.... Com efeito, o turista, tal como hoje é visto pelo senso comum, cabe bem na definição que dele deu a antropóloga Valene Smith: «*a temporarily leisured person who voluntarily visits a place away from home for the purpose of experiencing a change*»[63]. A expressão *turismo terapêutico,* utilizada para designar a deslocação destes enfermos, não passaria, portanto, de um desastrado equívoco. Pois se é certo que a maioria das estâncias terapêuticas oitocentistas se transformaram, no século seguinte, em estâncias turísticas – o caso da Suíça e o das *rivieras* francesa e italiana são paradigmáticos – nada mais errado do que equiparar a motivação de um enfermo à de um turista.

---

[60] Fernando Martín Galán, «Islas, sol, barcos, hoteles y climatoterapia. El turismo en Las Palmas de Gran Canaria hasta la primera Guerra Mundial», *TURISMO Revista de la Escuela Universitaria de Turismo Iriarte*, n. 1 (2009): 143–74.
[61] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.76.
[62] Eberhard Axel Wilhelm, «Hamburgueses falecidos na Madeira (1868-1896)», *Islenha*, n. 20 (1997): p.64.
[63] Valene L. Smith, ed., *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977), p.2.

Deste ponto de vista, a deslocação do enfermo inscrever-se-ia na tradição milenar do viajante involuntário, daquele que abandona a sua morada, não por vontade própria, mas por desígnios superiores que lhe são impostos; não para desfrutar de um prazer, mas para se sujeitar a um tratamento que o curará, eventualmente, dos seus males – transformando-o, quem sabe, num homem mais sábio porque mais consciente da sua precariedade. Esta virtude da viagem como «trabalho», patente na palavra inglesa *travel* – do francês *travaille* – aflora claramente nesta passagem de Olivia Stone, autora do mais conhecido guia oitocentista das Canárias[64]:

> Yet, with all these changes and improvements, my heart goes back with feelings almost of regret to those days when, to visit the Isles of the Blest, required work, forethought, and determination, and when the traveller, to see them, had really to travel — to go through a considerable amount of exercise and life in the open air[65].

Exercise and life in the open air, eis os trabalhos aos quais o viajante, tal como o enfermo, se deveria sujeitar para que a cura tivesse lugar, já que as «comodidades» estavam reservadas ao turista.

Este sentido da jornada como provação tem, aliás, uma longa história, já presente na tradição das grandes narrativas de viagem que a cultura Ocidental criou, desde a Epopeia de Gilgamesh até aos duros périplos de Ulisses e Hércules, os heróis da antiguidade clássica[66]. Expulsos do Jardim do Eden, Adão e Eva foram, eles próprios, viajantes involuntários e penitentes, tal como o eram os peregrinos medievais que calcorreavam os caminhos do continente europeu. Para todos eles, a jornada fazia-se com esforço, perseverança, capacidade de suportar a dor e, a morte, sempre presente, era uma possibilidade. Ora, tudo isto é estranho ao turista, para quem viajar é um prazer, uma fuga à rotina, o exercício displicente de uma liberdade. O enfermo não poderia, pois, ser confundido com um turista.

A verdade, porém, é que, entre os dois, não é possível traçar uma fronteira clara. De certa forma, pode considerar-se terapêutica a necessidade que o turista, provindo das grandes cidades industriais do século XIX, sentia de quebrar a rotina do seu quotidiano, de escapar a um *spleen* do qual Baudelaire sabia ser impossível escapar: «*Cette vie est un hôpital où chaque malade est possédé du désir de changer de lit. Celui-ci voudrait souffrir*

[64] Olivia M. Stone, *Tenerife and Its Six Satellites; Or, The Canary Islands Past and Present* (London: London, New York [etc.] M. Ward & co., limited, 1889).
[65] Ibid., p.vi.
[66] Eric J Leed, *The Mind of the Traveler : From Gilgamesh to Global Tourism* (New York, N.Y.: Basic Books, 1991), pp.7–15.

en face du poêle, et celui-là croit qu'il guérirait à côté de la fenêtre. Il me semble que je serais toujours bien là où je ne suis pas [...]»[67]. Todos estavam «doentes» na poluída e desmesurada metrópole industrial, porque a doença era civilizacional. Por essa razão, a quebra da rotina, a viagem com fins recreativos, foram – e continuam a ser nas sociedades contemporâneas – encaradas, também, como terapêuticas.

Quanto ao enfermo que viajava por prescrição médica, se parece despropositado confundi-lo com um turista – pondo de lado a carga negativa que o termo implicava e continua a implicar[68] – mais despropositado, ainda, seria considerá-lo apenas um enfermo. Robert Stevenson, ele próprio um doente pulmonar, no seu ensaio sobre a viagem terapêutica[69], apercebeu-se bem da natureza dúplice do *invalid*: «*He is like an enthusiast leading about with him a stolid, indifferent tourist*»[70]. «Um entusiasta conduzindo um turista apático e indiferente», os dois fundidos numa só pessoa: quem melhor que o criador de Dr Jekyll e Mr Hyde poderia traduzir a ambiguidade do *turismo terapêutico*?

Esta ambiguidade não foi, aliás, uma inovação oitocentista: a prática do *turismo terapêutico* remonta à Antiguidade Clássica onde os tratamentos de águas, para além de medicinais, incluíam sempre o prazer e o negócio[71]. A tradição europeia da cura de águas, que se prolongou desde este período até aos dias de hoje, deu continuidade ao mesmo paradigma: os enfermos frequentavam as termas tanto para se tratarem quanto para conviver e serem vistos[72]. No século XVIII, sofisticados rituais de socialização e cura tinham lugar nas estâncias termais europeias, promovendo o convívio entre a aristocracia rural, então dispersa pelo território[73]. Corbin demonstrou bem todo processo de transformação por que passaram, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, muitas vilas costeiras europeias, que começando por ser recomendadas pelos médicos como lugares terapêuticos depressa se transformavam em lugares de lazer e de moda[74].

A expressão *turismo terapêutico* traduz, pois, com justeza, não só a ambiguidade do fenómeno, o indelével enlace entre lazer e cura, como também o facto de ambos terem coexistido durante séculos. Dir-se-ia que *invalids* e *pleasure seekers* teceram entre si uma

---

[67] Charles Baudelaire, *Petits poèmes en prose* (Manchester University Press, 1968), p.83.
[68] Sobre a carga negativa da palavra cf.: James Buzard, *The Beaten Track: European Tourism, Literature, and the Ways to `Culture', 1800-1918* (Oxford: Clarendon Press, 1993), pp.1–17.
[69] Robert Louis Stevenson, «Ordered South», *Macmillan's Magazine*, 1874.
[70] Ibid., p.69.
[71] Jorge Manuel Mangorrinha Martins, «A cidade termal: ordenamento do território e turismo» (Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2009), p.22; González Lemus, *Clima y medicina. Los orígenes del turismo en Canarias*, pp.5–8; Urry, *The tourist gaze*, p.4.
[72] Susan C. Anderson, «Introduction: The Pleasure of Taking the Waters», em *Water, Leisure and Culture: European Historical Perspectives*, ed. Bruce Tabb e Susan C. Anderson (Berg Publishers, 2002), p.2.
[73] Urry, *The tourist gaze*, p.4.
[74] Corbin, *História dos tempos livres : o advento do lazer*.

relação inextricável, a qual, por vezes, coexistiu numa mesma pessoa. O enfermo que frequentava a Madeira ou as Canárias, em cura de ares, não era, pois, apenas e só um enfermo, condenado a fortificar-se ou a fenecer. Ao seu difuso quadro de sintomas, que podia ir da tuberculose a vagos estados de melancolia, aplicava-se um difuso quadro de medidas terapêuticas, do qual fazia parte a contemplação da paisagem. Da varanda de repouso de um hotel ou do mirante de uma quinta, esta paisagem assumia os contornos de um Eden: o refúgio bucólico dos pestilentos miasmas da metrópole industrial, a morada ideal de um turista em férias.

Fig. 1 Funchal - doente em repouso no jardim (col. PMV)

1.2 A peste branca

> [...] donnez-moi une grande ville, avec son hygiène dépravée, et je vous rendrai une population de tuberculeux.
> Prof. Pierre in *Traité de Médecine*

A grande maioria dos enfermos que frequentaram a Madeira e as Canárias em cura de ares eram tuberculosos. Importa, pois, mencionar aqui, ainda que sucintamente, o impacto social e cultural que a doença teve durante o período abarcado por este estudo. Com efeito, muitas das reformas urbanas que tiveram lugar no século XIX, bem como muitas das transformações que se operaram na arquitectura da época – em particular naquela que aqui se designa como arquitectura do turismo terapêutico – estão relacionadas com a profilaxia ou o tratamento da tuberculose, isto é, com as convicções que os médicos foram formando sobre a doença e a sua etiologia.

A tuberculose parece ter acompanhado desde sempre a humanidade, havendo registos da sua presença desde a pré-história até aos dias de hoje[75]. *Consumption* – consumpção em português – é o termo inglês mais utilizado para designar a doença no século XIX, aquele que se encontra com mais frequência em tratados médicos, ou em guias de viagem, que na sua grande maioria, nesta época, eram escritos nessa língua. Tal como o termo *phthisis,* de raíz grega – *tísica* em português – a origem semântica da palavra *consumption* está associada ao estado de magreza que consumia os corpos dos doentes[76]. Estes eram designados como *invalids*[77] ou *consumptives* pelos britânicos. O termo tuberculose surge pela primeira vez em 1840, muito embora a sua vulgarização tenha ocorrido apenas em pleno século XX[78].

O século XIX é o século da tuberculose: a doença fez parte da cultura oitocentista. O seu carácter epidémico foi uma das consequências da situação social e económica gerada pela Revolução Industrial, em particular das grandes concentrações urbanas, às quais estiveram sempre associados graves problemas sanitários. Como questão de saúde pública que afectou vastas comunidades humanas, a tuberculose teve, portanto, uma origem urbana. A forma como a doença evoluiu em Inglaterra, um dos primeiros países a industrializar-se, é prova disso mesmo. A partir de 1730, verificou-se um aumento gradual do número de casos, que atingiu o máximo na primeira metade do século XIX[79], e a tuberculose – *The Great White Plague* –transformou-se na principal causa de morte das populações Europeias, ameaçando mesmo a sua sobrevivência[80].

Até à descoberta do Bacilo de Koch, em 1882, que veio provar que a doença se propagava por contágio, prevaleceram duas teorias quanto à forma de transmissão. A que viria a vingar – a contagionista – foi estabelecida por um florentino no século XVI, sendo adoptada sobretudo nos países mediterrânicos como a Itália, a Espanha e o sul de França.

---

[75] René J Rene Jules Dubos, *The White Plague: Tuberculosis, Man, and Society* (New Brunswick: Rutgers University Press, 1987), p.5.

[76] Na viva descrição de Dickens: «*a disease in which death and life are so strangely blended, that death takes the glow and hue of life, and life the gaunt and grisly form of death*». Charles Dickens, *The Life and Adventures of Nicholas Nickleby* (London: Chapman and Hall, 1839), p.481; Ismael Cerqueira Vieira, «Conhecer, tratar e combater a "peste branca". A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853 -1975)» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012), p.77.

[77] A propósito desta designação, González Lemus escreve: «*Este término es de suma importancia para poder comprender la historia del turismo, y más concretamente el de Canarias. El léxico inglés 'invalid' no puede traducirse por «inválido», tal como lo podríamos hacer hoy.*[...] *El término invalid se deriva de las palabras inglesas infirm (persona enfermiza, débil de salud física) y de 'disabled' (personas imposibilitadas por alguna enfermedad, lesión o herida etc., cuyos síntomas los incapacitaban para llevar una vida normal)*». González Lemus, *Clima y medicina. Los orígenes del turismo en Canarias*, pp.17–18.

[78] Dubos, *The White Plague*, p.5.

[79] O número de casos decresceu até finais do século XVII - em 1715 a doença era a causa de apenas 13% dos óbitos. Cf.: Ibid., p.8.

[80] Ibid., p.10.

Pela mesma altura, surgiu, na Faculdade de Medicina de Paris, a teoria da hereditariedade, isto é, a da existência de uma propensão hereditária para contrair a doença. Esta gozou de maior aceitação nos países da Europa Setentrional[81]. Em Itália e em Espanha, a convicção contagionista deu origem às primeiras medidas de saúde pública para evitar a propagação da doença[82]. O rigor e excesso de zelo com que foram aplicadas, sobretudo em Espanha, geraram nas populações um clima de temor e repúdio pelos doentes. Este clima ainda se fazia sentir nas Canárias em pleno século XIX, sendo, aliás, como adiante se verá, uma das razões porque os *invalids* preferiram a Madeira, onde, sob influência inglesa, predominou a teoria da hereditariedade.

1.3 Climatoterapia

> Air is the cause of all our distempers, as well as of our life.
> William Oliver in *A practical Essay on Fevers*

Nos arquipélagos da Madeira e Canárias, o turismo terapêutico foi, fundamentalmente, uma cura de ares, isto é, tirou partido das propriedades climatéricas das ilhas e das supostas qualidades do seu ar como forma de tratamento das «doenças do peito» e, em particular, da tuberculose. Era o desconhecimento da etiologia da doença que levava os médicos a recomendar a climatoterapia. As suas decisões baseavam-se nos dados fornecidos pela climatologia, a ciência que estudava as propriedades do clima de um determinado local ou região – temperatura, grau de humidade, regime de ventos etc. – e à qual muitos deles se dedicaram. O *turismo terapêutico* pode ser considerado, portanto, como uma consequência directa da climatoterapia.

Como método terapêutico, a climatoterapia esteve presente desde longa data na medicina ocidental. Não é por acaso que, nas primeiras palavras do seu tratado *Sobre os Ares, as Águas e os Lugares*, Hipócrates começou por estabelecer uma relação entre doenças e estações do ano[83]. As primeiras recomendações de cura pelo ar e pelo clima tiveram, pois, origem na Antiguidade Clássica e, a partir de então, nunca deixaram de ser utilizadas. Os romanos Plínio, o Antigo, e Celso recomendaram como forma de tratamento

[81] Ibid., pp.28–33.
[82] Ibid., p.30.
[83] : «*Whoever wishes to investigate medicine properly, should proceed thus: in the first place to consider the seasons of the year, and what effects each of them produces for they are not at all alike, but differ much from themselves in regard to their changes*». Hippocrates, *On Airs, Waters, and Places*, trad. Francis Adams, sem data, http://classics.mit.edu/Hippocrates/airwatpl.mb.txt.

para a tuberculose as viagens por mar ao Egipto e à Líbia[84], e Vitrúvio alertava para a salubridade dos locais onde implantar as novas cidades e para o perigo dos miasmas[85].

Durante muitos séculos, aplicou-se no tratamento da tuberculose o mesmo tipo de receita: uma combinação de diferentes regimes alimentares, deplecções, purgas e climatoterapia. Os medicamentos, herdados, na sua maioria, de um passado que remontava à Antiguidade, eram utilizados como coadjuvantes ou paliativos. Até meados do século XIX «predominaram as práticas terapêuticas essencialmente empíricas, baseadas nas ilusões dos sentidos, nas melhorias aparentes e nas pseudo-curas»[86]. Numa segunda fase, a qual se iniciou em finais do século XVIII e se acentuou sobretudo a partir de meados do século XIX, predominou o tratamento baseado nas propriedades climáticas e do ar dos diferentes locais[87].

O período compreendido entre meados do século XIX e meados do século XX foi a era dos sanatórios, ora localizados junto ao mar – como foi o caso do Hospício Princesa Dona Maria Amélia, no Funchal – ora nas montanhas, tirando partido das baixas pressões atmosféricas e da pureza do ar – a altitudoterapia ou climatoterapia de montanha. Os climas que se considerava terem uma acção terapêutica mais eficaz contra a doença foram, portanto, os climas marítimos e os montanhosos[88]. Os primeiros tiveram primazia até meados do século XIX, altura em que começaram a perder progressivamente a popularidade, sendo substituídos pelos segundos.

Nos arquipélagos atlânticos, prevaleceu sempre a terapia com ares marítimos, muito embora, na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX, se tivesse começado a tirar partido, na Madeira, do clima de altitude[89]. A climatoterapia foi, portanto, o tratamento mais utilizado para a tuberculose durante o período abrangido por este estudo[90].

---

[84] Vieira, «Conhecer, tratar e combater a "peste branca"», p.170.

[85] «[...] quando as brisas matutinas, ao nascer do sol, chegarem ao opido, e as nebelinas nascidas se juntarem a elas, tornarão o lugar pestilento, espargindo com o seu influxo, misturadas com a névoa, os miasmas envenenados dos animais palustres nos corpos dos moradores».Vitrúvio, *Tratado de Arquitectura*, trad. Manuel Justino P. Maciel (Lisboa: IST Press, 2006), p.41.

[86] Vieira, «Conhecer, tratar e combater a "peste branca"», p.161.

[87] Ibid., p.162.

[88] Ibid., p.178.

[89] «A insuficiência de espaço no hospício ou a mudança de serviços prestados levou a que na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX, aquando da intensificação do movimento sanatorial português, se começasse a falar na necessidade dum estudo aprofundado da climatologia das montanhas da Madeira para a construção dum verdadeiro sanatório de montanha». Ibid., p.874.

[90] A climatoterapia aplicava-se também a outras doenças que não a tuberculose: «*Clark and Johnson stressed the importance of choosing the right locality because every ailment called for its climate, regimen and season. Slow digestion, hypochondriasis and disposition to haemorrhage improved in Naples and Nice. Dyspeptic patients required Italy. Rome suppressed gastritis. Pisa was recommended to those vulnerable to winds. Wounds healed faster in the dry and hot Nile Valley. And the effect of almost any sunny landscape seemed to be believed to arrest the progress of consumption, the most devastating chronic condition known in Britain*». Jankovic, «The Last Resort», pp.276,277.

Só nas duas últimas décadas do século XIX os esforços se concentraram na procura de um medicamento específico para a cura da doença: surgiram, então, a tuberculina e os soros. Finalmente, a partir de 1945, a utilização de antibióticos acabaria por pôr fim à era da climatoterapia.

1.4 Madeira e Canárias, dois *health resorts* atlânticos

> Poets have sung and physicians praised the delicious climate of Madeira; and I doubt if there be in the world a more salubrious.
> Charles W. March in *Sketches and adventures in Madeira, Portugal, and the Andalusias of Spain*

Situadas na rota atlântica que ligava a Europa do Norte às chamadas Índias Ocidentais e Orientais, Madeira e Canárias foram, desde o século XVII, ponto de passagem ou estadia de inúmeros viajantes europeus, a maioria deles britânicos. Do relato de viagem à obra de natureza científica, sobre ambas se produziu uma abundante literatura que as viria a promover como estâncias de cura para as doenças pulmonares, fazendo delas os primeiros *health resorts* do Atlântico Norte. A amenidade do clima, com reduzidas amplitudes térmicas, contribuiu de forma decisiva para essa promoção. Os dois arquipélagos integram um conjunto de ilhas atlânticas conhecido como Macaronésia [91] – um conceito biogeográfico e botânico onde cabem também os Açores e Cabo Verde (Fig. 1).

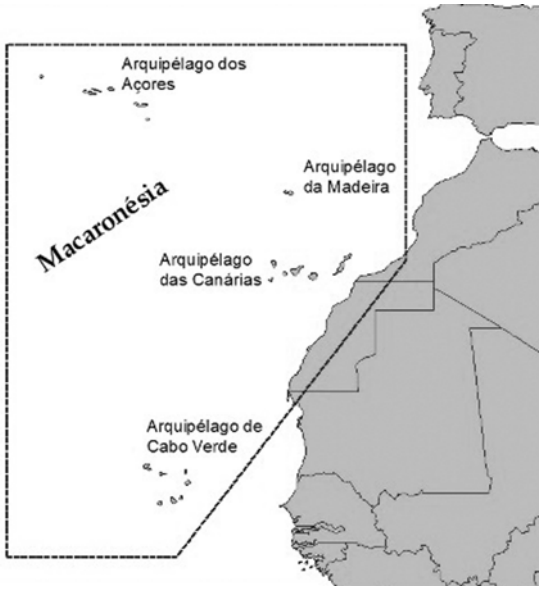


Fig. 2 Região da Macaronésia (fonte: ESRI Data & Maps CD)

[91] O termo é de etimologia grega sendo usualmente traduzido por «ilhas afortunadas» (*makárôn nêsoi*). Cf.: Francisco García e Talavera Casañas, «La Macaronesia. Consideraciones geológicas, biogeográficas y paleoecológicas», em *Ecología y Cultura en Canarias*, 1ª ed. (Tenerife: Organismo Autónomo: Complejo Insular de Museos y Centros, 1999), p.41.

O seu clima, de fracas amplitudes térmicas, é dominado pela corrente marítima das Canárias e pela presença quase constante dos Alísios, ventos originados pelo anticiclone dos Açores. Conforme se caminha para sul, esta influência vai-se dissipando, e começa a fazer-se sentir, com mais intensidade, a presença dos ventos de origem saariana[92]. Estas massas de ar quente trazidas do vasto deserto africano, secas e com poeiras em suspensão, afectam ciclicamente a Madeira e as Canárias, onde são conhecidas, respectivamente, como o «tempo de leste» e «*tiempo sur*» – incidentes metereológicos de curta duração que não passaram despercebidos à climatologia médica oitocentista. Apesar da constância dos Alísios e dos efeitos da corrente de Canárias, o clima da Macaronésia varia de ilha para ilha, condicionado pela orografia e pelo coberto vegetal. Entre os dois arquipélagos as temperaturas médias são, todavia, bastante semelhantes, registando-se apenas 1 a 2 graus a menos na Madeira, devido, fundamentalmente, à diferença de latitude[93].

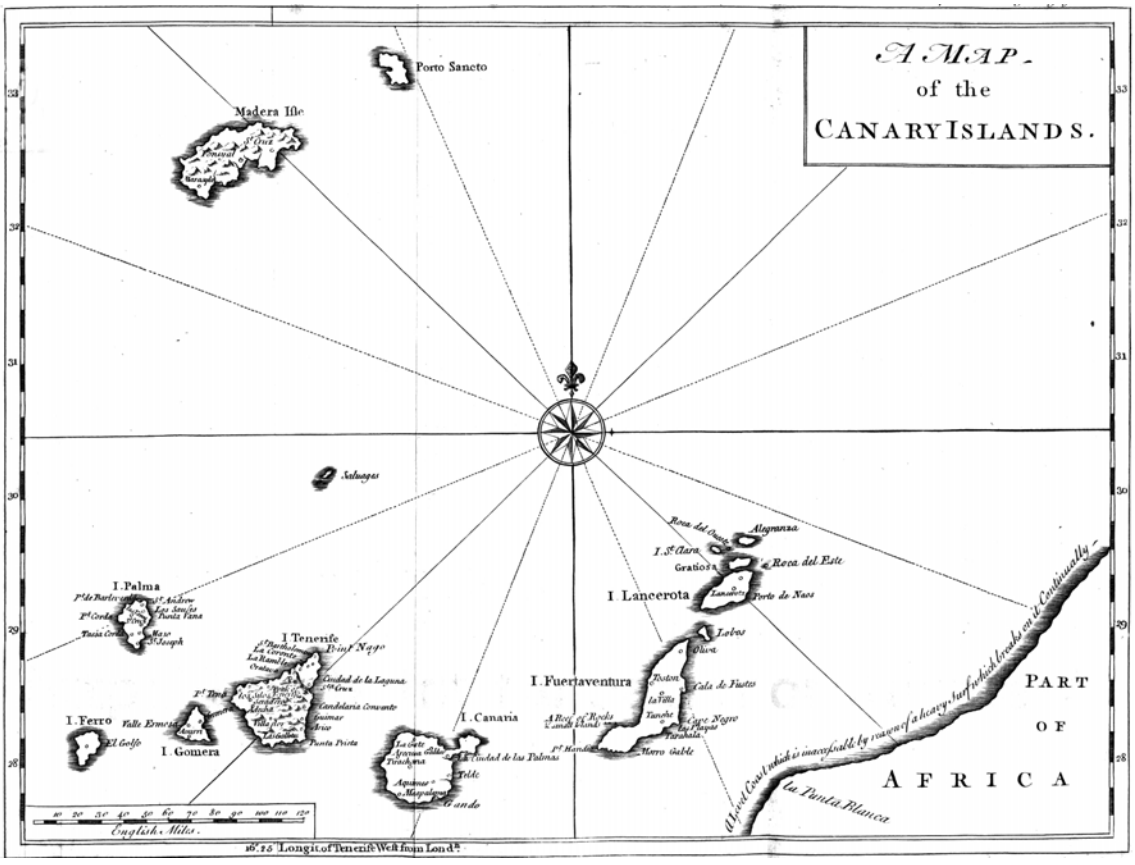


Fig. 3 Mapa das Canárias - 1764 (in Galindo, *The History of the Discovery and Conquest of the Canary Islands*)

[92] García e Casañas, «La Macaronesia. Consideraciones geológicas, biogeográficas y paleoecológicas».
[93] Ibid., p.49.

De entre os vários microclimas que caracterizam a Macaronésia, a climatologia médica oitocentista elegeu o dos arquipélagos da Madeira e das Canárias – neste último particularmente na ilha do Tenerife – como tendo excepcionais propriedades para o tratamento das doenças pulmonares (Fig. 2). As primeiras referências à amenidade e salubridade dos ares madeirenses datam do século XVII, estando já presentes nos relatos de viagem de Jean Moquet (1617)[94] e de Ovington (1689)[95]. Todavia, foi apenas na segunda metade do século XVIII que os médicos ingleses, nos seus estudos climatológicos, começaram a tentar apurar cientificamente as propriedades terapêuticas do clima insular tendo em vista o tratamento da *tísica*[96]. No início do século XIX, com a ocupação militar da Madeira por forças inglesas (1801-1802 e 1807-1814), bloqueando o acesso dos britânicos às tradicionais estâncias mediterrânicas, estava aberto o caminho para que a ilha se visse transformada, como afirmam alguns autores[97], num *health resort* capaz de competir com as *rivieras* francesa e italiana[98].

A primeira metade de oitocentos foi, com efeito, para a climatologia médica inglesa, a braços com o surto da *peste branca*, um período bastante produtivo, em que a Madeira se constituiu como incontornável objecto de estudo. Nela fixaram residência alguns médicos britânicos, ou madeirenses formados em universidades inglesas. Muitos deles tuberculosos, publicaram importantes estudos sobre a ilha e o seu clima, fornecendo dados estatísticos sobre o mesmo e, por vezes, sobre a sua prática no tratamento dos *invalids*. Estudos pioneiros como os de Adams (1808), Gourlay (1811)[99] e Nicholas Pitta (1812)[100], ou os testemunhos de Heineken e de Renton, contribuiram para aquela que viria a ser a grande obra de referência da climatologia médica inglesa da primeira metade do século XIX – *The sanative influence of climate: with an account of the best places of resort for invalids in*

[94] Jean Mocquet, *Voyages en Afrique Asie, Indes orientales et occidentales. - Paris, Menqueville 1617* (De Heuqueville, 1617).
[95] J. Ovington, *A Voyage to Suratt, in the Year, 1689* (Jacob Thomson, Judges Head in Fleet-Street, 1696).
[96]Os estudos climatológicos de Heberden são geralmente citados como sendo dos primeiros a debruçar-se sobre a Madeira. Cf.:Thomas Heberden e W. Heberden, «A Continuation of the Account of the Weather in Madeira. By Dr. Thomas Heberden. Communicated by Dr. W. Heberden, F. R. S.», *Philosophical Transactions* 48 (1 de Janeiro de 1753): 617–20, doi:10.1098/rstl.1753.0081.
[97] González Lemus, *Clima y medicina. Los orígenes del turismo en Canarias*, p.69; A. Sebastián Hernández Gutiérrez, *La Edad de Oro: orígenes del turismo en Canarias* (Santa Cruz de Tenerife: Idea, 1996), p,13.
[98] O Dr. Gourlay foi dos primeiros a chamar a atenção para a Madeira como *health resort* durante as Guerras Napoleónicas: «*But the late changes in the political hemisphere, have given the British government a new interest in this island. A British garrison has been appointed for its defence, and the southern parts of Europe, being inaccessible to patients on the score of health, this spot has on both accounts a claim to particular attention*». William Gourlay, *Observations on the Natural History, Climate, and Diseases of Madeira: During a Period of Eighteen Years* (London: J. Callow, 1811), p.v.
[99] Gourlay, *Observations on the Natural History, Climate, and Diseases of Madeira*.
[100] Nicholas Cayetano de Bettencourt Pitta, *Account of the Island of Madeira* (Longman, 1812).

England, the south of Europe, &c [101] – cuja primeira edição teve lugar em Londres no ano de 1829.

Foi nesta obra que o Dr. James Clark, o seu autor, considerado a grande autoridade da época no tratamento das *doenças do peito*, agradecendo as contribuições de Heineken e de Renton, os seus colegas radicados na ilha, e baseando-se nas tabelas climatológicas de Gourlay, cunhou a frase que iria consagrar a Madeira como o *health resort* de eleição em toda a Europa: «*the climate which, of all others, I consider the best suited to consumptive patients generally, is that of Madeira*»[102]. O resultado desta constatação não se fez tardar: a partir de 1829, a data da sua publicação, o numero de *invalids* que acorriam à ilha em cura de ares não parou de aumentar. Em meados do século, o Funchal era já a estação invernal de algumas figuras de proa da aristocracia europeia, o que lhe conferia o estatuto de «lugar frequentável» entre as élites sociais do Velho Continente[103].

A James Clark se tinha ficado a dever, com efeito, a descoberta da *Cachexia Londinensis* [104], doença a que estariam sujeitos os habitantes de Londres por via da insalubridade do ar que respiravam e da aspereza dos seus invernos. Londres – a capital do país que a Revolução Industrial transformara na maior potência económica e militar da época – era uma cidade com dimensões nunca antes vistas na história do planeta a braços

[101] Sir James Clark, *The sanative influence of climate: with an account of the best places of resort for invalids in England, the south of Europe, &c* (Murray, 1841).
[102] Ibid., pp.55–56.
[103] Entre essas figuras esteve a Imperatriz do Brasil, Duquesa de Bragança, acompanhando a sua filha, a Princesa D. Maria Amélia, que sofria de tuberculose. A jovem princesa instalou-se com o seu séquito no Funchal, a conselho do médico, o Dr. Barral, que a acompanhou. O interesse deste clínico pela climatoterapia levá-lo-ia a publicar, no ano seguinte, um estudo que tinha por título, "O Clima do Funchal e a Sua Influência no Tratamento da Tísica Pulmonar". Nesse estudo Barral traçou um minucioso estado da arte, onde criteriosamente inventariou tudo o que de mais importante a climatologia médica inglesa tinha publicado sobre os benefícios do clima insular. Dele constam, também, os seus detractores que, por meados do século, começavam já a fazer-se ouvir, dando início a um debate sobre as virtudes dos diferentes climas – mediterrânicos, subtropicais ou alpinos – que se prolongaria até à descoberta do único tratamento eficaz para a tuberculose, um século mais tarde. O Dr. Thomas Burgess, um desses detractores, na obra que publicara sobre o clima de Itália, tinha mesmo chegado a pôr em causa a eficácia da própria climatoterapia. O livro continha um capítulo inteiro dedicado à Madeira onde, utilizando os dados metereológicos que o seu colega James Mason obtivera na ilha, tentou provar a total ineficácia do clima da estância. Barral discordava com veemência destas conclusões. Sustentando-se em meticulosas observações das variáveis climáticas – temperatura, grau de humidade, pressão atmosférica, ventos, etc. – em estatísticas de cura e na opinião de médicos e doentes – como era boa regra nesta ciência – chegou à seguinte conclusão: existem comprovados benefícios no clima da Madeira para a cura da tísica quando esta se encontra em fase incipiente; em períodos adiantadas da doença, a eficácia é incerta. Tratava-se de uma conclusão prudente que vinha corroborar a de James Clark , com quem Barral não só concordava como reconhecia que era a ele que, «sem dúvida alguma, a Ilha devia uma boa ou a melhor parte da sua reputação nestes últimos tempos». Francisco António Barral, *Notícia Sobre o Clima da Madeira e Sua Influência no Tratamento da Tisica Pulmonar* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1854); Thomas Henry Burgess, *Climate of Italy in relation to pulmonary consumption*, 1852; J Mason, *A treatise on the climate and meteorology of Madeira* (London: J. Churchill, 1850).
[104] «[…] *that destructive malady, which may be justly termed Cachexia Londinensis, which preys upon the vitals, and stamps its hues upon the countenance of almost every permanent resident in this great city*». Clark, *The sanative influence of climate*, p.4.

com graves problemas sanitários. Para além da tuberculose, a principal causa de morte[105], a medíocre qualidade do ar que aí se respirava era propícia a toda a espécie de maleitas do foro pulmonar – bronquites, tosses, asmas, catarros. Para uma ciência que estabelecera como um facto a estreita relação entre clima e saúde, a deslocação em cura de ares afigurava-se como o melhor remédio, e os ingleses – os que podiam dar-se a esse luxo – foram os que afluiram em maior número às quintas e hospedarias do Funchal. Na opinião de James Clarke, nem a viagem por mar, que poderia durar de dez a quinze dias, em precárias condições de conforto, constituía uma desvantagem. Para um tísico, afirmava o médico, o enjoo e o vómito, bem como o permanente baloiçar do barco, podiam ser úteis [106].

Nunca houve, porém, total consenso relativamente ao clima mais eficaz para a cura da tísica. Madeira, Tenerife, Tanger, Nice, Roma, Pisa, Egipto – as estâncias terapêuticas do Sul eram inúmeras, as estatísticas de cura pouco fiáveis e a moda – os lugares de turismo terapêutico que a aristocracia mundana elegia para tratamento – também pesava na decisão. No último terço do século XIX, o arquipélago português viu-se confrontado com a nova moda da altitudoterapia, ou climatoterapia de montanha – a feroz concorrência de estâncias de altitude, como Davos na Suiça. As propriedades curativas do seu clima continuaram, todavia, a gozar de fama considerável, atraindo sempre os enfermos até ao eclodir da Primera Grande Guerra.

Nas Canárias, o turismo terapêutico foi praticamente inexistente até às duas últimas décadas do século XIX, pese embora o facto de, na opinião de médicos como o próprio James Clark, William White Cooper[107] ou William Robert Wilde[108], o clima do Tenerife, sob certos aspectos, apresentar algumas vantagens em relação ao da Madeira. Foi, porém, Belcastel, um político francês que se radicou na ilha do Tenerife em 1859, quem deu os primeiros passos para traçar um quadro climatológico mais preciso das ilhas Canárias[109]. O seu livro, com o sugestivo título *Les iIles Canaries et la Vallée d'Orotava au Point de Vue Hygiénique et Médical*[110], publicado em 1862, foi traduzido para espanhol no ano seguinte, convertendo-se, como refere Lemus, num verdadeiro *leitmotiv* do turismo canarino[111].

---

[105] Taylor, *Hospital and Asylum Architecture in England, 1840-1914*, p.88.
[106] Clark, *The sanative influence of climate*, p.60.
[107] William W. Cooper, *The Invalid's Guide to Madeira: With a Description of Teneriffe, Lisbon, Cintra, Mafra, Etc., and a Vocabulary of the Portuguese and English Languages* (London: Stewart and Murray, Old Bailey, 1840).
[108] William R. Wilde, *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and Along the Shores of the Mediterranean* (London: Curry, 1840).
[109] Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, p.31; González Lemus, *Clima y medicina. Los orígenes del turismo en Canarias*, p.36.
[110] Gabriel de Belcastel, *Les iIles Canaries et la Vallée d'Orotava au Point de Vue Hygiénique et Médical* (Paris: J.B. Baillière, 1862).
[111] González Lemus, *Clima y medicina. Los orígenes del turismo en Canarias*, p.39.

O problema, contudo, residia na inexistência de alojamentos que oferecessem condições mínimas de conforto para receber os enfermos, como reconheceram unanimemente os historiadores canários: «*Clark reconocía que el clima de Santa Cruz de Tenerife poseía algunas ventajas en invierno, en grados de temperatura y en sequedad que Funchal, pero en la ciudad canaria no había instalaciones para invalids*»[112]. Esta inexistência tinha várias explicações, entre as quais se destacam as seguintes: em primeiro lugar, a repugnância que a aristocracia local sempre tivera pela profissão de «estalajadeiro» e a dificuldade com que encarava a possibilidade de alugar as suas casas a *invalids*[113]; em segundo, o verdadeiro pavor com que os tuberculosos eram encarados, o qual, como já se mencionou, terá tido origem na convicção vigente em Espanha de que a tuberculose era uma doença contagiosa; e, por último, a exportação da cochonilha, negócio cujos elevados proveitos desinteressavam as élites locais de outras fontes de rendimentos.

Hernández Gutiérrez, um dos investigadores que também reconheceu este «atraso» na actividade hoteleira do arquipélago espanhol, atribui à Madeira, durante todo o período abarcado por este estudo, um papel pioneiro como *health resort*:

> Por fortuna, Canarias tuvo, para la ocasión, un espejo en el que pudo mirarse: Madeira. El archipiélago portugues era, a medidos de siglo, un consolidado núcleo turístico, gracias a su adscripción britanica, capaz de competir con otros centros balnearios europeos del estilo de Badem-Badem, Bath, la costa Adriática o el sur azul de Francia. La clave de su éxito estuvo en el aprovechamiento de sus condiciones naturales como lugar de restablecimiento terapéutico que era reclamado por un tipo de cliente que hacia de Funchal y sus alrededores su segunda residencia[114].

Fazer ombrear a Madeira com estâncias terapêuticas Europeias como Baden-Baden, Bath, ou as *rivieras* francesa e italiana, é, talvez, um pouco exagerado, mesmo quando se trata de demonstrar o «atraso» das Canárias no domínio do turismo terapêutico. Na verdade, o arquipélago português nunca foi capaz de competir ao mesmo nível com aqueles afamados *health resosrts,* porque, pela sua posição geográfica periférica, não só ficava mais distante das grandes capitais europeias, como não dispunha da mesma comodidade de alojamentos[115]. Com efeito, um dos principais óbices das estâncias terapêuticas insulares foi sempre a sua difícil acessibilidade, razão que as impediu de competir em pé de igualdade com as suas congéneres continentais. Estas últimas, a partir de meados do século XIX,

[112] Ibid., p.30.
[113] Cf.: González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.323.
[114] Hernández Gutiérrez, *La Edad de Oro*, p.13.
[115] Jankovic, «The Last Resort», p.16.

estavam já servidas pela rede de caminhos de ferro – um meio de transporte com o qual, nessa época, o barco a vapor ainda não conseguia competir, quer em conforto, quer em rapidez.

Outra das razões que tornava mais difícil esta competição era a diversidade dos serviços postos à disposição dos enfermos. Um dos atractivos destas estâncias, para além da qualidade da oferta residencial, era a qualidade e variedade das distracções que ofereciam aos seus visitantes: casinos, clubes, salas de espectáculos e também os espaços públicos. Neste aspecto, as *rivieras* francesa e italiana estavam mais bem servidas que o Funchal, o que contribuiu para que, preferencialmente, o grosso das élites europeias tendessem a optar por elas. A tão propagandeada eficácia do clima era, sem dúvida, um factor de peso no momento da escolha do destino. A verdade, porém, é que, nessa escolha, pesavam bastante outros factores de ordem social que nada tinham a ver com a eficácia terapêutica dos ares da estância.

1.5 Presença inglesa

> En effet, bien que rentrée officiellement en 1815 sous la domination portugaise, Madere n'a jamais cessé d'être de fait une sorte de colonie britanique.
> Princesa Maria Carlota in *Un Hiver à Madère*

A presença inglesa na Madeira foi tema que ocupou alguns historiadores[116] e que mereceu a atenção da grande maioria dos autores que escreveram sobre o arquipélago – independentemente da sua nacionalidade ou do motivo que os levou a fazê-lo. Passagem obrigatória de quase todas as rotas que ligavam a Inglaterra às suas colónias, a ilha foi, sobretudo desde o século XVI, um importante ponto de paragem e reabastecimento dos navios. A partir deste século, nela se foi fixando uma pequena comunidade de mercadores britânicos, cuja influência não parou de aumentar até inícios de oitocentos, altura em que adquiriu grande protagonismo, graças à conjuntura das Guerras Napoleónicas, que suscitou a ocupação da ilha por forças britânicas.

Começando por se dedicar ao comércio do vinho, que exportava não só para a metrópole como para as colónias, esta pequena comunidade de *wine merchants,* que mesmo

[116] Paulo Miguel Rodrigues, *A Madeira Entre 1820 e 1842 Relações de Poder e Influência Britânica* (Funchal: Funchal 500 Anos, E. M., 2008); Desmond Gregory, *The beneficent usurpers: a history of the British in Madeira* (Associated University Presse, 1988).

no auge da sua pujança, em pleno século XIX, nunca terá excedido os 300 residentes[117], acabou por controlar todos os sectores rentáveis da economia da ilha: o comércio dos vinhos, o turismo terapêutico, e a navegação. Gregory resume a situação nos seguintes termos: «*In the space of about three hundred years the whole economy of Madeira passed almost wholly under British control, since the local people had neither the capital nor the energy to compete, nor did they have the markets available*»[118].

Este domínio foi perene durante todo o período abarcado por este estudo, incluindo o próprio século XX. Com efeito, ele viria a manifestar-se no traumático episódio que, uns anos antes da Primeira Grande Guerra, opôs a Inglaterra à Alemanha, quando os ingleses residentes na ilha impediram os alemães de aí construir um complexo de sanatórios de luxo – neste caso, com um claro prejuízo do turismo local, como acabaria por reconhecer o próprio *Foreign Office*. Não cabe aqui, todavia, avaliar quais as consequências que a presença inglesa teve no plano económico, mas antes as que se reflectiram no plano cultural, em particular na arquitectura, no modo como esta foi um lugar de encontro – ou desencontro – de duas comunidades circunscritas a um mesmo espaço.

No seu *Account of the Island of Madeira,* publicado em 1812, o Dr. Pitta é dos primeiros autores oitocentistas a referir-se à proverbial hospitalidade com que a colónia britânica residente na ilha recebia os seus compatriotas[119]. A esta colónia se ficou a dever a criação de algumas das infraestruturas que permitiram o rápido desenvolvimento do turismo terapêutico na Madeira: foi em inícios do século XIX que surgiu no Funchal um novo Cemitério Inglês – *The New Burial Ground* – construído em 1808, na Rua da Carreira, onde iria permanecer até hoje[120]; não longe, ergueu-se, uns anos mais tarde, a Igreja Inglesa, concluída em 1822 – um templo de feição neoclássica, cujo autor foi o próprio cônsul britânico, Henry Veitch[121], um *amateur architect* que iria construir na ilha várias *villas* (ver Cap. III, 1.5.1); e, em 1830, abriam os *English Reading Rooms* – um clube com biblioteca e sala de jogos, destinado à comunidade residente e aos *invalids*.

A proliferação destes equipamentos testemunha bem o protagonismo que, a partir das duas ocupações militares de início de oitocentos, a comunidade britânica, ligada ao comércio do vinho, ia progressivamente adquirindo na vida do Funchal. A ela se deve também, o aluguer de quintas e a gestão da grande maioria das *boarding houses* e *family hotels* que se instalaram no centro da cidade. Sem a sua presença, seria difícil explicar o

[117] Gregory, *The beneficent usurpers*, p.18.
[118] Ibid.
[119] Pitta, *Account of the Island of Madeira*, p.120.
[120] Gregory, *The beneficent usurpers*, p.78.
[121] Ibid., p.79.

crescente número de *invalids* que, em meados do século XIX, começavam a ter algum impacto na economia da ilha. John Adams Dix[122], tendo permanecido no Funchal durante o inverno de 1843, apercebeu-se da importância crescente do turismo terapêutico. A propósito da crise que assolava o comércio mundial e os seus reflexos na economia da ilha, escreveu:

> But for the annual influx of invalids, who come here to pass the winter months, and who expend, at the lowest calculation, $150,000 in Funchal, the suffering would be still greater. This foreign tribute is, in fact, to a large portion of the amount, a consumption of the products of the island, or the employment of its labor. It puts in requisition the services of a great number of persons in the city, and brings from the interior the articles of subsistence which are necessary for the support of the foreign visitors[123].

A ilha estava anglizada, como lamentava, em 1873, Álvaro Rodrigues de Azevedo: «anglizada, na raça, nos costumes, na propriedade, no comércio, na moeda; e a língua inglesa é aqui a mais falada depois da nacional»[124]; «*almost certainly anglicised to a greater degree than any other island that does not wear the British flag*»[125] – escreveu Koebel. Não é, pois, de admirar que, em 1868, Júlio Dinis, em cura de ares no Funchal, desabafasse em carta a um amigo: «Enquanto nós, os portugueses, só sabemos notícias dos nossos duas vezes no mês, a colónia inglesa daqui tem-nas da Inglaterra quase de oito em oito dias, e, às vezes, com intervalos mais curtos»[126].

Esta anglização foi um dos factores que contribuiu para que o *turisimo terapêutico* se tivesse instalado bastante mais cedo na Madeira do que em Canárias, onde a presença inglesa, apesar de remontar ao século XVII, foi inconstante e, por vezes, mesmo conflituosa[127]. A ordem emanada, em 1620, pelo Tribunal da Santa Inquisição, que proibia os protestantes ingleses, escoceses e holandeses de fixar residência ou sequer hospedar-se nos portos espanhóis, aplicava-se, ainda, em pleno século XVIII[128]. Não deixa de ser esclarecedor o facto de o primeiro casamento entre uma natural de Canárias e um

[122] John Adams Dix (1798 -1879) era um homem culto e genuinamente interessado na realidade social dos locais que visitava; foi senador americano, Secretário do Tesouro e governador de Nova York.
[123] John Adams Dix, *A Winter in Madeira: And a Summer in Spain and Florence* (New York: William Holdrege, 1851), pp.104–105.
[124] Silva e Meneses, *Elucidário Madeirense*, vol.II, p.322.
[125] W. H. Koebel, *Madeira: Old and New* (Francis Griffiths, 1909), p.1.
[126] Júlio Dinis, *Cartas e esboços literários: cartas de Júlio Dinis sobre assuntos literários, cartas familiares, cartas literárias, cartas dirigidas a Júlio Dinis, esboços literários* (Livraria Civilização, 1967), p.136.
[127] Sobre este tema consultar: Francisco Fajardo Spínola, «Una Comunidad Mercantil Atlántica: los Ingleses en las Islas Canar», *Anuario de Estudios Atlánticos*, n. 59 (2013): 381–428.
[128] González Lemus, *Comunidad britanica y sociedad en Canarias*, p.32.

protestante anglo-americano, realizado em 1817, ter tido lugar na Madeira, porque só o seu Bispo tinha licença pontifical para realizar matrimónios entre dissidentes[129].

Para além dos conflitos que opuseram Inglaterra a Espanha – 1625, 1655, 1702[130] – a questão religiosa ajuda também a explicar a razão pela qual, ao longo do século XVIII, os ingleses foram substituídos, na sua quase totalidade, pelos católicos irlandeses, que se fixaram, na sua maioria, em Puerto de la Cruz, na ilha do Tenerife, onde se dedicaram ao comércio do vinho[131]. Curiosamente, entre meados das décadas de 70 e 80 do século XIX, altura em que, nesta vila da costa Norte do Tenerife se dá o arranque do turismo terapêutico nas Canárias, a comunidade estrangeira mais numerosa, não era ainda a inglesa mas sim a suíça, muito requisitada pelos conhecimentos de hotelaria que possuía[132].

Só a partir de finais da década de 80 do século XIX, os ingleses começam a afluir em maior número, formando uma poderosa colónia que passou a dominar não só a nova indústria do turismo, como toda a actividade portuária do arquipélago (ver Cp. II, 3.3.2). Eis a razão porque, ao contrário do que sucedeu na Madeira, a construção das primeiras igrejas protestantes de Canárias data da última década do século XIX, inícios do século XX – a de Puerto de la Cruz 1890, Las Palmas 1891 e Santa Cruz do Tenerife 1903[133] – o mesmo se podendo afirmar de outros equipamentos que serviram a comunidade britâncica. A anglização é, portanto, um fenómeno bastante mais tardio nas Canárias do que na Madeira, facto que irá ter repercussões na arquitectura do turismo terapêutico de ambos os arquipélagos.

1.6 Espaços de fixação do turismo terapêutico

Na Madeira, o turismo terapêutico concentrou-se, desde do início do século XIX, no Funchal, a capital do arquipélago e o seu principal porto – um vasto anfiteatro aberto a sul, sulcado por três ribeiras, em que a cidade se dispersa subindo a mais de 300 metros e atingindo quase os seiscentos no Monte. Nas Canárias, onde o fenómeno foi, como já se mencionou, mais tardio, apenas as duas maiores ilhas do arquipélago – Tenerife e Grã Canária – contaram com a presença de enfermos em cura de ares. Nessas duas ilhas, foram

[129] Ibid., p.36.
[130] Fajardo Spínola, «Una Comunidad Mercantil Atlántica: los Ingleses en las Islas Canar», p.393.
[131] González Lemus, *Comunidad britanica y sociedad en Canarias*, p.40.
[132] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.397.
[133] González Lemus, *Comunidad britanica y sociedad en Canarias*, pp.123–129.

três os principais núcleos urbanos onde o fenómeno teve lugar: Puerto de la Cruz e Santa Cruz, na ilha do Tenerife, e Las Palmas, na ilha de Grã Canária[134].

Situado na orla marítima Norte do Tenerife, Puerto de la Cruz, apesar de não ter passado de uma vila – que nunca aspirou, aliás, à capitalidade do arquipélago – foi não só a primeira como a mais importante estância de turismo terapêutico canarina. A sua situação geográfica, integrando o fértil vale de Orotava, um majestoso anfiteatro rodeado a sul por montanhas e a norte pelo mar – orientação inversa à do Funchal – apresenta, todavia, um enquadramento que fisionomicamente se assemelha com o da capital madeirense. Uma delas é, desde logo, a paisagem agrícola de povoamento disperso que contorna a vila, subindo até aos 600 metros – um patamar que Humboldt designou como o das vinhas[135].

Fig. 4 Arquipélago das Canárias: locais de fixação do turismo terapêutico (fonte: Atlas Digital de Tenerife - Cabildo de Tenerife)

Santa Cruz do Tenerife, Las Palmas de Grã Canária e o Funchal, cada uma na sua ilha, foram as três capitais do turismo terapêutico, encabeçando três estâncias terapêuticas que competiram entre si. Com efeito, entre a Madeira e as Canárias existiu sempre, ao longo de todo o período abarcado por este estudo, uma forte concorrência – não só no que respeita à atracção dos *invalids*, como também na captação da navegação transatlântica que procurava portos de apoio e reabastecimento no Atlântico Norte. Tal não impediu que, por

[134] De acordo com Martín Galán as três cidades foram «En los cuarenta años que fueron desde 1876, [...] a 1916 o 1918, años de plena crisis del turismo en Canarias a causa de la Guerra Mundial [...] un centro de estación internacional de visitantes por motivos de salud (*invalids*, con padecerse pulmonares en su mayoría), a modo de estación sanatorium». Martín Galán, «Islas, sol, barcos, hoteles y climatoterapia. El turismo en Las Palmas de Gran Canaria hasta la primera Guerra Mundial», 144–5.
[135] González Lemus e Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*, p.21.

sua vez, as duas cidades espanholas – Santa Cruz e Las Palmas – embora pertencentes a uma mesma nação, não deixassem, elas próprias, de competir entre si num despique feroz pela capitalidade do arquipélago, que viria a ter profundos reflexos no crescimento urbano de ambas e que ficaria conhecido na historiografia canária como o «Pleito Insular»[136]. A história do turismo terapêutico foi, pois, também, uma história de rivalidades e competição entre as estâncias atlânticas.

[136] Este pleito pelo controle das políticas económicas e administrativas entre os blocos de poder dominantes das duas maiores ilhas do arquipélago canário, levou a que ambas as cidades se equipassem e modernizassem o melhor que podiam na ambição de chamar a si a capitalidade. Cf.: A. Sebastián Hernández Gutiérrez e Carmen Milagros González Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX* (Santa Cruz de Tenerife; Las Palmas de Gran Canaria: Viceconsejería de Cultura y Deportes, 2009), pp.86–89.

II PAISAGENS E CIDADES

1. Paisagem e cidade

> *Tout paysage se présente d'abord comme un immense désordre qui laisse libre de choisir le sens qu'on préfère lui donner.*
> Claude Levi Strauss, in *Tristes Tropiques*

«Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e/ou humanos»[137] – eis a definição adoptada pela Convenção Europeia da Paisagem. Esta definição não está isenta de problemas. Na verdade, a diferentes doseamentos do natural e do cultural – entendendo-se como natural o que existe por si e cultural o que resulta da acção humana – correspondem paisagens distintas que podem ir da absoluta contingência da natureza livre, onde o homem não participa senão como observador, protector (ou predador), à chamada «paisagem urbana» onde a «artificialidade» da construção humana é dominante. A leitura da cidade como paisagem – leitura, aliás, sancionada pela definição da própria CEP[138], e explicitamente defendida por alguns autores[139] – tornou-se hoje um lugar comum.

Mas não deverá a paisagem pressupor a manifestação da natureza e da sua contingência, daquilo que o homem pode modificar mas não gerar[140]? Não deverá a vegetação ser o seu material dominante? Poderá a cidade, como artefacto do domínio exclusivamente cultural, ser encarada como paisagem? Para autores como Rosário Assunto, esta possibilidade está excluída da megalópole – a *insensata cidade industrial*[141]. Entre ela e a urbe pré-industrial, «confinante com a paisagem, mediante o corte das muralhas ou a dissolvência cruzada das plantações, dos jardins, das *ville*[142]» existe uma profunda diferença: a ausência do tempo próprio da natureza, do ciclo das estações que só a vegetação pode dar. A megalópole, «na sua unidade de cidade-território», é espaço sem tempo e, como tal, nunca poderá ser vista como paisagem, porque esta pressupõe uma dimensão não só espacial como temporal[143].

---

[137] «European Landscape Convention», 20 de Outubro de 2010, artigo 1º, alínea a), http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/176.htm.
[138] No artigo 2.º pode ler-se: «Sem prejuízo das disposições constantes no Artigo 15º, a presente Convenção aplica-se a todo o território das Partes e incide sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e peri-urbanas». Ibid., artigo 2º.
[139] Cf.: Martin Seel, «Uma Estética da Natureza», em *Filosofia da paisagem : uma antologia*, por Adriana Veríssimo Serrão (Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011), p.417.
[140] Para autores, como Martin Seel, a «natureza continua a ser um domínio do não-feito, por mais que seja modificada, para o bem ou para o mal». Cf.: Ibid., p.399.
[141] Rosário Assunto, «A Paisagem e a Estética», em *Filosofia da paisagem : uma antologia*, por Adriana Veríssimo Serrão (Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011), p.352.
[142] Ibid., p.353.
[143] Cf.: Ibid., p.356.

Nas ilhas, a industrialização foi um fenómeno tardio e de expressão muito limitada, razão pela qual nenhuma das suas pequenas urbes, neste período, atingiria a escala das metrópole industriais europeias. A partir de meados do século XIX, o Funchal, na ilha da Madeira e o Puerto de la Cruz na ilha do Tenerife, as duas cidades insulares que integravam territórios férteis e intensamente agricultados – aqueles onde o turismo terapêutico inicialmente se fixou e teve sempre maior expressão – começaram a expandir-se de forma espontânea, ao longo de novas vias ou de antigos caminhos vicinais. E, se é certo – como se verificou no Funchal – que a nitidez do corte que a muralha estabelecia entre a cidade e o campo se viria a perder ao longo do século XIX – numa «dissolvência cruzada das plantações, dos jardins, das *ville*» – a imagem da cidade como entidade autónoma e confinante com a paisagem não se perderia nunca.

Daqui se infere que, no quadro insular, as cidades do turismo terapêutico fizeram sempre parte da paisagem, nunca chegando a constituir-se a si próprias como paisagem, isto é, «cidades a perder de vista»: o Funchal foi um elemento na paisagem do fértil anfiteatro onde se inseria, como Puerto de la Cruz o foi na vasta moldura do Vale de Orotava. Ainda hoje, falar na «paisagem do Funchal» ou na «paisagem de Puerto de la Cruz» remete para o horizonte das suas periferias semi-rurais. Do ponto de vista da climatologia médica oitocentista, a pequenez destas urbes foi, aliás, uma virtude. Na proximidade da periferia semi-rural, residia, em grande medida, o seu potencial terapêutico – nem poderia ser de outra forma: como lugares de cura, as pequenas cidades sanatoriais tinham de ser o reverso da «cidade paisagem», a interminável metrópole industrial, poluída e saturada de miasmas.

2. Paisagem

2.1 Sob o signo de Humboldt

> *From the summit of these solitary regions our eyes hovered over an inhabited world.*
> Alexander von Humboldt, in *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of the New Continent*

O início do período histórico sobre o qual versa este estudo coincide com a longa viagem de exploração à América Latina (1799-1804) realizada por Alexander von Humboldt – figura seminal da geografia física e da biogeografia, cujo pensamento marcou profundamente todo o século XIX. A caminho do continente americano, o explorador

começou por visitar a ilha do Tenerife, onde se demorou alguns dias para escalar o Teide. Na extensa obra onde registou os resultados da sua expedição – *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of the New Continent*[144] – fez uma breve referência aos dois arquipélagos atlânticos:

> Every traveller who writes the narrative of his adventures, begins by a desription of Madeira and Teneriffe; and if in the natural history of these islands there yet remains as it were, an immense field untrod, we must admit, that the topography of the little towns of Funchal, Santa Cruz, Laguna, and Orotava, leaves scarcely anything untold[145].

O interesse desta passagem não reside na referência às duas ilhas – Madeira e Tenerife eram, frequentemente, objecto de estudo comparado pelos naturalistas da época[146] – mas sim na forma como o autor parece querer diferenciar dois campos de interesse distintos: por um lado, o mundo natural – «*the natural history of these islands*» – e, por outro, as suas pequenas cidades, sobre as quais já tudo teria sido dito. Na visão holística que Humbolt cultivava, porém, tanto o mundo natural, como aquele que o homem habitava e transformava, faziam parte de um todo inseparável[147]. Isto é, tanto o mundo natural, como as cidades que o povoavam, não só participavam da paisagem, como contribuíam para a sua singularidade.

Ora um dos aspectos mais interessantes do pensamento humboldtiano prende-se, exactamente, com o conceito de paisagem. Para Humboldt, só através da paisagem – descrita ou desenhada – a natureza, tornando-se esteticamente presente, poderia ser compreensível pelo homem[148]. Uma paisagem caracterizar-se-ia pela beleza das composições e das formas que, no seu conjunto, revelariam a impressão global de uma região, o seu carácter individual, a insubstituível singularidade de cada lugar. Referindo-se à costa oeste da ilha do Tenerife, Humboldt louvou-lhe a variedade e «a harmoniosa

---

[144] Alexander von Humboldt e Aimé de Bonpland, *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of the New Continent During the Years 1799-1804* (Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1822).
[145] Ibid., pp.119–120.
[146] Sandra Rebok, «La exploración naturalista de Madeira en el siglo XIX: Los viajeros alemanes y su interés por esta isla», *Arbor* CLXXXV, n. 740 (3 de Dezembro de 2009): p.1323.
[147] Esse todo era, aliás, não só inseparável como capaz de despertar – naquele que o contemplava como paisagem – diferentes tipos de emoções: «At one time the heart is stirred by a sense of the grandeur of the face of nature, [...] at another time, softer emotions are excited [...] by the sight of human habitations raised beside some wild and foaming torrent.» Alexander von Humboldt et al., *Cosmos: A Sketch of a Physical Description of the Universe* (London, H.G. Bohn, 1849), p.4.
[148] Cf.: Joachim Ritter, «Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna.», em *Filosofia da paisagem : uma antologia*, por Adriana Veríssimo Serrão (Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011), pp.108–109.

distribuição das massas de verdura e formações rochosas»[149]. Tratava-se de um conceito fisionómico de paisagem em que o subjectivo e o estético tomavam parte[150]. Nas suas descrições, onde se consumava – como escreveu Darwin – uma «rara união entre poesia e ciência»[151], estavam presentes as emoções que a natureza contemplada lhe evocava.

Paisagem é um termo que, na concepção de Humboldt, tinha um duplo sentido: não só designava a coisa como a sua própria imagem ou representação. Como observou Farinelli, foi essa a sua «argúcia» – e foi, também, na opinião deste autor, a «astúcia» do proeminente naturalista alemão: o ter explorado com eficácia a ambiguidade semântica do conceito[152]. Sob a influência de Goethe – para quem a pintura, tanto quanto a literatura, auxiliavam o cientista a elaborar a sua síntese – Humboldt atribuiu ao desenho da paisagem um papel de relevo: «*and thus in his hands* [as mãos do pintor] *the grand and beautiful form of nature which he would portray resolves itself, like the written works of men, into a few simple elements*»[153]. Não cabe aqui aprofundar a teoria sobre a pintura de paisagem que o autor expôs no *Ansichten der Natur*[154], mas, tão só, fazer uma breve referência ao papel que, depois dele, esta arte – praticada com diferentes graus de destreza por viajantes, naturalistas e «turistas» – teve na descrição da ilhas e das suas paisagens.

---

[149] «*Harmonious* [...] *distribution of the masses of verdure and of rocks*». Humboldt e Bonpland, *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of the New Continent During the Years 1799-1804*, p.134.

[150] Nas suas descrições, Humboldt procurava captar a «peculiar fisionomia» da paisagem. As suas memórias da passagem pelo vale de Orotava – que tiveram um profundo eco nos viajantes que lhe sucederam – são bom exemplo disso: «*If I might be allowed to abandon myself to the recollections of my own distant travels,* [...] *I would describe the summit of the Peak of Teneriffe, when a horizontal layer of clouds, dazzling in whiteness, has separated the cone of cinders from the plain below, and suddenly the ascending current pierces the cloudy vail, so that the eye of the traveler may range from the brink of the crater, along the vine-clad slopes of Orotava, to the orange gardens and banana groves that skirt the shore. In scenes like these, it is not the peaceful charm uniformly spread over the face of nature that moves the heart, but rather the peculiar physiognomy and conformation of the land*». [sublinhado meu]. Cf.: Humboldt et al., *Cosmos*, p.4.

[151] «*I believe from what I have seen Humboldt's glorious descriptions are and will for ever be unparalleled: but even he with his dark blue skies and the rare union of poetry with s cience which he so strongly displays when writing on tropical scenery, with all this falls far short of the truth*.[...] *I am at present fit only to read Humboldt; he like another sun illumines everything I behold*.» [February] 28th [1832]. *The Works of Charles Darwin*, edited by Paul H. Barrett & R.B. Freeman, (London: William Pickering, 1986), *Diary of the Voyage of H.M.S. Beagle*, vol. I, pp. 37–8.

[152] «*In fondo, l'astuzia di Humboldt (e l'arguzia del paesaggio) si reggono su di un solo ed unico accorgimento: su di una parola – e il caso è davvero raro, se non unico, nella storia del sapere scientifico – che serve a designare la cosa e allo stesso tempo l'immagine delle*». Franco Farinelli, «L'arguzia del paesagg», *Casabella*, 1991, 575–76.

[153] Alexander von Humboldt e Elizabeth Juliana Leeves Sabine, *Aspects of nature, in different lands and different climates with scientific elucidations*, [3rd ed.] (London: J. Murray, 1849), vol.II,p.29, disponível em: http://www.biodiversitylibrary.org/bibliography/45601, consult. em Set. 2013.

[154] Alexander von Humboldt, *Ansichten der Natur* (Stuttgart und Tübingen: Cotta, 1807). Para o aprofundamento do tema consultar: Mattos, Claudia. 'Landscape Painting Between Art and Science'. In *Alexander von Humboldt From the Americas to the Cosmos*, by Raymond Erickson, Mauricio A. Font, and Brian Schwartz, 141–155. New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies, 2004. http://web.gc.cuny.edu/dept/bildn/publications/humboldt.pdf.

É, com efeito, através das representações de pintores e aguarelistas como William e Richard Westall (1765-1836), Andrew Picken (1815–1845), Frank Dillon (1823-1909) ou Johan Fredrik Eckersberg (1822–1870) que hoje é possível revisitar algumas paisagens da Madeira que já não existem. O mesmo se aplica ao arquipélago canário, onde, pela mão de J.J. Williams ou Marianne North (1830-1890), se tornam mais vivos os contornos das pequenas cidades ou da flora insular. Mais tarde, serão os fotógrafos a registar nas suas emulsões de nitrato de prata as transformações que o território foi sofrendo – Vicente Gomes da Silva (1827-1906) na Madeira, João F. Camacho (1833-1898) e J.H.T. Ellerbeckque (?) nos dois arquipélagos, são apenas alguns dos muitos que captaram com as suas câmaras as paisagens das ilhas.

Na boa tradição humboldtiana, essa «rara união entre poesia e ciência» de que falava Darwin era recorrente no discurso dos homens de ciência que se deslocaram às ilhas ao longo de todo o século XIX[155]. Nesse século em que o mundo natural se iria tornando progressivamente objecto exclusivo do saber científico – esta perspectiva, que normalmente se associa ao romantismo alemão e à influência de Goethe[156] – continuaria viva entre os viajantes cultos que aportavam às ilhas, sobretudo na primeira metade do século[157]. Estava-se longe, ainda, do divórcio entre «poesia e ciência» que, no século XX, iria culminar com uma visão mais «especializada» e «objectiva» da paisagem, encarada agora como ambiente ou ecossistema – um conjunto de fenómenos biológicos e físicos do domínio das ciências da terra e da vida[158]. A própria Geografia – que nos textos fundadores de Humbolt tinha por objecto, nada mais, nada menos, que a desmesura do cosmos – não se estilhaçara ainda em

[155] Referindo-se a Bowdich – um naturalista do círculo de Humboldt que estudou a geologia e fauna da Madeira – Robert Wilde, um prestigiado médico irlandês que visitou a ilha uns anos mais tarde – define-o como «*one of the most talented and interesting of modem travellers, and who has so graphically and at the same time so scientifically, described the scenery, botany, and geology of this garden of the Hesperides* » [sublinhado meu]. Na verdade, tanto um como outro, nas suas vigorosas e ilustrativas descrições, não se coibiam de convocar a poesia para revelar o singular carácter das paisagens da Madeira ou do Tenerife. Cf.: Wilde, *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and along the Shores of the Mediterranean*, p.74; Thomas Edward Bowdich, *Excursions in Madeira and Porto Santo: During the Autumn of 1823, While on His Third Voyage to Africa* (G.B. Whittaker, 1825), pp.105–106.

[156] Raymond Erickson, Brian Schwartz, e Mauricio A. Font, *Alexander von Humboldt From the Americas to the Cosmos*, vol. I (New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies, 2004), p.xvi, http://web.gc.cuny.edu/dept/bildn/publications/humboldt.pdf.

[157] Rebok, «La exploración naturalista de Madeira en el siglo XIX», p.1324.

[158] Não menos revelador das oscilações deste olhar ambíguo, em que arte e ciência, emoção e razão, se enlaçavam, é a curiosa observação de Olivia Stone, a autora do mais influente guia oitocentista do arquipélago canário, sobre o Vale de Orotava: «*We had one pleasure derived from knowledge, and therefore appealing to the reason, not the senses, that made us contemplate El Valle with satisfaction. It is considered by all authorities — English, French, German, Swedish, and Spanish — to be without exception the healthiest place on the face of the globe*». Reconhecendo que a satisfação com que contemplava o vale resultava de tudo quanto sobre ele tinha aprendido nos relatórios de climatologia médica, era com este olhar ambíguo, oscilando entre *sense and sensibility*, que a maioria dos viajantes escrutinava a paisagem insular.Cf.: Stone, *Tenerife and Its Six Satellites; Or, The Canary Islands Past and Present*, p.37–38.

subdisciplinas cuja especialização viria a fragmentar um campo de saber que nascera sob o signo de Gaia, mãe da Terra, do Universo e dos Gigantes...

Não cabe aqui discutir a pertinência e actualidade do ponto de vista humboltiano face a outras concepções, putativamente libertas de valores subjectivos, das quais as disciplinas que abordam o tema da paisagem se aproximaram no século passado. Constata-se, apenas, que foi esse o ponto de vista adoptado por naturalistas, médicos, autores de relatos de viagens, de guias ou de registos desenhados, que frequentaram as ilhas neste período. Foi a partir desse ambíguo ponto de vista, em que arte e ciência, emoção e razão, subjectividade e objectividade se enlaçavam, que o olhar destes viajantes tentou desbravar as paisagens insulares. Hoje, num tempo em que se volta a falar da «identidade estética dos lugares»[159], e em que não se tem mais receio de declarar a beleza e a singularidade de uma paisagem como valores a defender, o modelo interpretativo de Humboldt parece querer retomar actualidade. Através dele, tornam-se mais claros os contornos de uma paisagem que já não existe: a paisagem do turismo terapêutico.

2.2 Paisagens míticas

O território de fixação preferencial do turismo terapêutico circunscreveu-se fundamentalmente a dois espaços que comungavam de algumas afinidades fisionómicas: o anfiteatro do Funchal, na ilha da Madeira e o Vale de Orotava, na ilha do Tenerife. Na verdade, tanto Las Palmas de Grã Canária como Santa Cruz do Tenerife – as outras duas cidades do arquipélago canário onde, durante este período da sua história, o turismo terapêutico se manifestou – não integravam o mesmo tipo de paisagem, isto é, não faziam parte do quadro edénico de um território fértil e humanizado – um *locus amoenus*, capaz de pacificar e, quem sabe, curar os seus frequentadores. Os esparsos palmares que as povoavam faziam delas, quanto muito, pequenos oásis num território árido e agreste[160] (Fig. 5).

[159] Paolo D'Angelo, «Repensar a Paisagem», em *Filosofia e arquitectura da paisagem: um manual*, por Adriana Veríssimo Serrão, Aesthetica 3 (Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade, 2012), p.340.
[160] Já Torriani, na sua descrição de Las Palmas, fizera menção dos «montes circunvizinhos estéreis e desnudados». Leonardo Torriani, *Descrição e história do reino das Ilhas Canárias antes ditas Afortunadas : com o parecer das suas fortificações*, trad. José Manuel Azevedo e Silva (Lisboa: Edições Cosmos, 1999), pp.116–117; *Las Islas de la Ilusion*, p.134.

Fig. 5 *Vue de la Capitale de la Grande Canarie,*1836
(in Webb, *Histoire Naturelle des Iles Canaries*)

Fig. 6 Tenerife*, Valle de la Orotava,* 1890-95 (col. FEDAC)

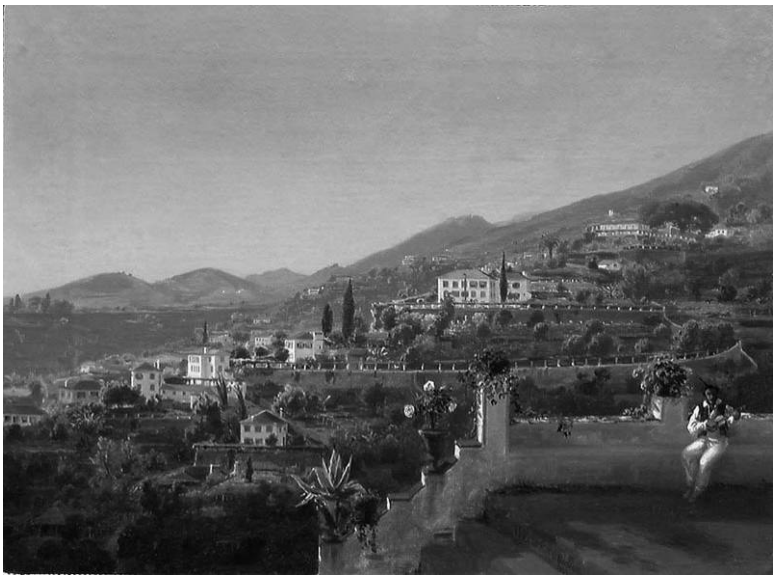


Fig. 7 *From Funchal in Madeira,* Eckersberg, 1854 (col. Nasjonalmuseet)

O testemunho dos viajantes foi eloquente a este respeito: em 1776 George Glas descreveu a periferia de Santa Cruz como «*dry, stony and barren*»[161] e, um quarto de século depois, a caminho da Cochinchina, Barrow comparou-a ao Funchal nos seguintes termos:

> The town of Santa Cruz has pretty much the same appearance as that of Funchal; but the steep and ragged scenery, with which it is immediatly surrounded, has a barren and a forbidding aspect: the rocky surface being of an uniform sombre hue, unenlivened by the least verdure[162].

Oito décadas mais tarde, Burton voltava a reforçar a mesma impressão: «*brusque was the contrast between the vivid verdure of Sylvania, the Isle of Wood, and the grim nudity of north-eastern Tenerife*»[163]. Chegado ao Vale de Orotava (Fig. 6) – ultrapassada a desilusão inicial que as veementes descrições de Humboldt, quando confrontadas com a realidade, sempre desencadeavam nos viajantes[164] – as suas palavras mudavam de tom, e o explorador britânico redescobria, na paisagem do *Vale da Felicidade*, qualidades que o próprio Funchal não possuía:

> it was Funchal many times improved. Beyond the terraced foreground of rich deep yellow Clay, [...] lay the Happy Valley. Its contrast of vivid greens, of white quintas, of the two extinct volcanos overlooking Orotava, and of the picturesque townlets facing the misty blue sea, [...] had not a symptom of the Madeiran monotony of verdure[165].

«*At last we learned* – exclamava Burton – *why the Elysian Fields, the Fortunate Islands, the Garden of the Hesperides* [...] *where Night bore the guardians of the golden apples – were such favourites with the poet.* »[166]. Esta referência aos mitos da Antiguidade Clássica – Campos Elísios, Ilhas Afortunadas, Jardim das Hespérides – que era recorrente na maioria das narrativas destes viajantes, remetia sempre para o mito matricial da Idade de

---

[161] Juan de Abreu de Galindo e George Glas, *The History of the Discovery and Conquest of the Canary Islands: Tr. from a Spanish Manuscript Lately Found in the Island of Palma. With an Enquiry into the Origin of the Ancient Inhabitants. To Which Is Added, A Description of the Canary Islands, Including the Modern History of the Inhabitants, and an Account of Their Manners, Customs, Trade, &c.* (London, R. and J. Dodsley [etc.], 1764), p.237.
[162] Sir John Barrow, *A Voyage to Cochinchina, in the Years 1792 and 1793: To Which Is Annexed an Account of a Journey Made in the Years 1801 and 1802, to the Residence of the Chief of the Booshuana Nation* (T. Cadell and W. Davies, 1806), 32–33.
[163] Richard Francis Burton e Verney Lovett Cameron, *To The Gold Coast for Gold, Vol. I A Personal Narrative* (London: Chatto & Windus, Piccadilly, 1883), 122.
[164] «The first aspect of the Orotava Tempe was disappointing after Humboldt's dictum, 'Voici ce qu'il y a de plus délicieux au monde.'» Ibid., p.122.
[165] Ibid., p.146–147.
[166] Ibid., p.139.

Ouro – idade de paz, ausência de dor, fertilidade, juventude, espontânea riqueza de cultivos, clima ameno[167].

Era nas ilhas da eterna felicidade e da harmonia que a paisagem do turismo terapêutico encontrava o seu fundamento mítico, razão pela qual, ela não podia senão consubstanciar-se nos territórios férteis e humanizados do anfiteatro do Funchal e do Vale de Orotava. Paisagens felizes e floridas em que as quintas de aluguer – sobretudo na Madeira – com os seus jardins exuberantes e ecléticos, desempenharam um papel fulcral (Fig. 7). No imaginário do tísico, mergulhado no sombrio nevoeiro das metrópoles industriais do Norte da Europa, a evocação do mito das Ilhas Afortunadas, difundido pelos relatos daqueles que as aportavam, exercia um poderoso fascínio. O próprio discurso da climatologia médica, sustentado por copiosas tabelas meteorológicas e vagas estatísticas de cura, não o excluía, pelo contrário, evocava-o também – como se evocasse um poder númico que, por artes mágicas, pudesse participar no processo de cura do enfermo[168].

2.3 Manifestações do Sublime

A paisagem do turismo terapêutico dava-se a conhecer a partir de determinados pontos – miradouros, quintas, varandas de repouso dos hotéis, torres avista-navios – os quais começaram por ser informalmente mencionados nas narrativas de viagem e, mais tarde, de forma sistemática, nos roteiros e guias dedicados a *invalids*. Era a partir destes lugares de contemplação que o seu carácter, a variada gama das suas tonalidades, se tornava verdadeiramente perceptível. Por regra, para o olhar culto e distanciado que a sabia ler, esta gama ia do ameno deleite que suscitava a contemplação da natureza edénica dos campos de cultivo e dos jardins ornamentais, à vertigem do Sublime, evocada pela natureza selvagem e incólume das ilhas.

Esta manifestava-se, em último plano, nos cumes mais distantes e quase inacessíveis: a crista das montanhas que coroavam o anfiteatro do Funchal, ou o cone vulcânico do Teide velando, na distância, sobre o Vale de Orotava. Robert Wilde descreveu com invulgar elegância estas tonalidades:

[167] Cf.: Marcos Martínez Hernández, «Las Islas Afortunadas en la Edad media», *Cuadernos del CEMYR*, n. 14 (2006): 55–78.

[168] Outro mito que assombrava estas narrativas – sobretudo as que versavam sobre a Madeira – era o da árvore tutelar, a árvore que o lendário Machim, o herói fundador, habitou na paisagem primordial e paradisíaca da ilha . Sobre esta lenda cf.: Marco Nuno de Sousa Livramento, *Machim, um Herói Fundador. Algumas Notas sobre o Tratamento da Lenda de Machim ao Longo dos Tempos* (Funchal: DRAC, 2011); *A Corte do Norte*, p.34.

> The hills rise in terraces behind the town [Funchal] to a height of several hundred feet, clothed with vines and the most luxuriant vegetation and studded with the lovely Quintas or private residences of the inhabitants.[...] Above this, the mountains rise still higher, clothed with never-failing verdure, beautified by cascades and waterfaIls, and their aides torn into deep ravines and gloomy gorges, which vary the landscape by their deep black shades, alternating with the brightness of the surrounding foliage. Over all, the bald tops [...] proclaim the volcanic nature and origin of the land[169].

Algumas páginas adiante, referindo-se às paisagens naturais do interior da Madeira, o autor exclamava: «*There is something in basaltic scenery calculated to inspire awe*»[170]. Este carácter dramático e convulso atribuído às formações de origem vulcânica, que evocavam o momento, a um tempo catastrófico e sublime, das erupções originais, esteve presente no discurso dos primeiros geólogos que estudaram a ilha:

> Of all formations, the basaltic presents the most sublime scenery, and suggests the grandest natural catastrophes to the poet : we cannot wonder at the pleasing gloom of Ossian, when we recollect, that he sung amongst its vast columnar caves, and frowning peaks[171].

É ainda a esse sentimento do Sublime – mais vivo quando à serenidade do *locus amoenus* se contrapunha a indomável pujança da natureza selvagem – que alude Edwards quando escreve sobre o Vale de Orotava: «*But though the various greens of this Garden of the Hesperides are sufficiently pleasing for a connoisseur of Nature's colours, without the Peak, Orotava would have no claim to be called magnificent*»[172]. Só a inquietante presença, em último plano, do cone vulcânico do Teide – «*like a superhuman guardian, suspended above the valley between earth and heaven*»[173] – revelava, em toda a plenitude, a transcendente originalidade da paisagem. Mas esse *superhuman guardian* podia também ser encarnado por uma construção humana – um forte, por exemplo – desde que os seu pesado e ameaçador perfil o assemelhasse à inexpugnável morada de um ser quimérico, como sucedia na fantasiosa gravura de Robert Westall que retratava o Forte do Pico, no Funchal, num dia de tempestade (Fig. 8).

---

[169] Wilde, *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and along the Shores of the Mediterranean*, p.57.
[170] Ibid., p.74.
[171] Bowdich, *Excursions in Madeira and Porto Santo*, p.66.
[172] Charles Edwardes, *Rides and Studies in the Canary Islands* (London, T.F. Unwin, 1888), p.26–27.
[173] Ibid.

Fig. 8 *The Peak Castle from the Bay of Funchal*, Robert Westall, 1812 (col. CMFF)

O Sublime esteve, pois, sempre presente na paisagem do turismo terapêutico – ou, se se quiser, no olhar daqueles que a contemplaram – como inquietante pano de fundo que anunciava a presença da natureza selvagem e primordial das ilhas, ameaça constante dos dilúvios torrenciais de água ou de lava sobre o Éden. Paradoxalmente, o homem,

«subvertido, duas vezes isolado entre a montanha e o mar»[174], parecia estar a mais, sentia-se um estranho, nesse mundo incomensurável que o antecedia e transcendia.

2.4 Paisagem do turismo terapêutico

Narrada, pintada ou fotografada, a paisagem não existe sem a presença do homem – de um observador que a identifica ou que a celebra. Para Ritter, paisagem é «natureza que se torna esteticamente presente no olhar de um contemplador sensível e sentimental»[175], e Turri, ao comparar a paisagem a um teatro onde o homem, com a sua acção transformadora, é o principal actor, não deixa de sublinhar que, só ao «fazer-se espectador», este «pode encontrar a medida do seu agir»[176]. Ora, para percepcionar uma paisagem, este espectador precisa de distanciamento, um distanciamento que só a cultura proporciona. A paisagem é, pois, uma invenção de citadinos. Falta, ao camponês, «a dimensão estética, que se mede [...] pela distância do olhar, indispensável para a percepção e o deleite paisagísticos. O camponês é o homem da terra, não o da paisagem»[177].

Deste ponto de vista, naturalmente, discutível, a paisagem do turismo terapêutico confunde-se, em primeiro lugar, com a representação pictórica ou literária que dela fizeram os viajantes que, neste período histórico, frequentaram as ilhas. Da sua natureza física, não restam hoje senão alguns testemunhos esparsos, pelo que há que decifrá-la através do olhar de enfermos, naturalistas, exploradores ou viajantes ociosos – os mais directos antepassados dos turistas. É o olhar de uma elite citadina e culta, a qual, na grande maioria dos casos, convivia de perto com a tragédia ambiental das grandes metrópoles norte europeias, e que, não raro, sofria na pele – ou, melhor dizendo: nos pulmões... – as

[174] Raul Brandão, *As ilhas desconhecidas* (Vega, 1998). Raul Brandão, ao descrever a sua navegação ao largo das arribas abissais da ilha, exprime bem esse sentimento de estranheza do homem isolado entre a montanha e o mar: «E a costa caminha direito a mim cada vez mais violenta e mais negra. Mete medo. Mal se distinguem as florestas nos altos enevoados, e os vales profundos por onde a água no Inverno deve cair em torrentes. [...] A cada momento que passa, mais alto e mais escuro se me afigura o paredão que nos intercepta o mundo. Só há uma vaga claridade para o lado do mar, o resto é negrume alcantilado e monstruoso colaborando com a espessura da névoa e o indistinto da noite. Uma luzinha se acende na imensa solidão e na mancha cada vez mais opaca. É o homem, subvertido, duas vezes isolado entre a montanha e o mar. É uma alma.»

[175] Ritter, «Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna.», p.105. Esta presença fulcral do homem trasparece também em Assunto que define paisagem como «o espaço que se constitui em objecto de experiência estética » (Assunto, «A Paisagem e a Estética», p.341.), e de Seel se refere a ela como «a realidade do homem modelada pela natureza estética » (Seel, «Uma Estética da Natureza», p.407.).

[176] Eugenio Turri, «A Paisagem como Teatro», em *Filosofia da paisagem : uma antologia*, por Adriana Veríssimo Serrão (Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011), p.174.

[177] Alain Roger, «Natureza e Cultura», em *Filosofia da paisagem : uma antologia*, por Adriana Veríssimo Serrão (Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011), p.164.

consequências dessa tragédia. Nas estâncias subtropicais, onde à amenidade do clima e à intensidade da luz se somavam os aromas dos frutos exóticos e a inquietante presença dos vulcões, esse olhar vagamente humboldtiano – que oscilou sempre entre a curiosidade científica e a divagação poética – debruçou-se sobre a paisagem pré-industrial das ilhas: campos onde a máquina não entrara, cidades onde não se viam nem *slums* nem o fumo das fábricas.

Mas se a paisagem é, não só o pano de fundo da acção humana, mas também o lugar moldado pelos reflexos dessa acção, isto é, o «interface entre o fazer e o ver aquilo que se faz»[178], então há que questionar em que medida esse território pré-industrial não terá sofrido, ele próprio, os efeitos da acção que sobre si exerceram estes viajantes. Terá o turismo terapêutico dado origem a uma paisagem? Na verdade, a fisionomia dos locais onde os *invalids* se fixaram – as pequenas cidades insulares e as suas periferias rurais – já existia muito antes da sua chegada. Fora obra de muitas gerações de povoadores-agricultores, de uma sociedade de cariz marcadamente rural que, desde o segundo quartel do século XV, foram transpondo para as ilhas os saberes milenares das regiões donde provinham, adaptando-os ao meio e ensaiando novas soluções.

Por outro lado, constata-se que, sobretudo a partir de meados do século XIX, a presença dos *invalids*, quer no centro destas pequenas cidades quer nas suas periferias, contribuiu não só para sustentar esta paisagem como para lhe imprimir um novo carácter, até então ausente. Foi, aliás, a dimensão contemplativa e melancólica do seu olhar, o seu distanciamento citadino e culto, que abriu caminho, nas ilhas, ao jardim romântico, ornamental e curativo, bem como a alguns dispositivos que lhe estão associados, arquitecturas que serviam não só para fins terapêuticos – o exercício da cura de ares – como para o desfrute dessa mesma paisagem: as varandas de repouso, os miradouros e as «casinhas-de-prazer» ou «de fresco».

A quinta de aluguer foi uma das tipologias que mais profundamente marcou esta paisagem. A várias altitudes, tirando partido dos graus de humidade e temperatura variável das encostas, floresceu, então, uma subtil topografia de cura, cujas virtudes os médicos julgavam conhecer e os doentes curados proclamavam. A paisagem do turismo terapêutico não se resume, portanto, ao modo como estes viajantes apreenderam o território da ilha, mas é também o resultado da sua interacção com ele. Não tendo sido eles os seus obreiros, a verdade é que contribuíram decisivamente para a sua sustentação. A arquitectura do turismo terapêutico, foi a marca que deixaram na paisagem pré-industrial que os precedeu. Mas o seu papel não ficaria por aqui, como escreveu Agustina Bessa Luís, no século XIX a

[178] Turri, «A Paisagem como Teatro», p.174.

doença pulmonar «efectuou um verdadeiro registo da identidade madeirense»[179]. Dito por outras palavras: foram os *invalids* que revelaram estas ilhas ao mundo e, ao fazê-lo, fixaram a sua identidade.

No último meio século, com o advento do turismo de massas – que começou por se fixar nos locais onde o turismo terapêutico florescera – o Funchal e Puerto de la Cruz cresceram, ocupando densamente as suas envolventes semi-rurais: nasceram as primeiras periferias hoteleiras e construiu-se em altura, por vezes sem regra, no coração das antigas urbes. Este modelo de crescimento alterou profundamente a fisionomia das ilhas e das suas cidades, acabando por ameaçar a sua própria identidade. Ao mesmo tempo, despertava nos seus habitantes a vaga nostalgia de um passado, por vezes mitificado, que as primeiras fotografias de colódio traziam a lume. Eis, talvez, a razão pela qual, hoje recrudesceu o interesse pela paisagem do turismo terapêutico, por um tempo em que os fluxos turísticos pareciam não alterar o frágil equilíbrio das paisagens insulares.

[179] Bessa-Luís, *A Corte do Norte*, p.34.

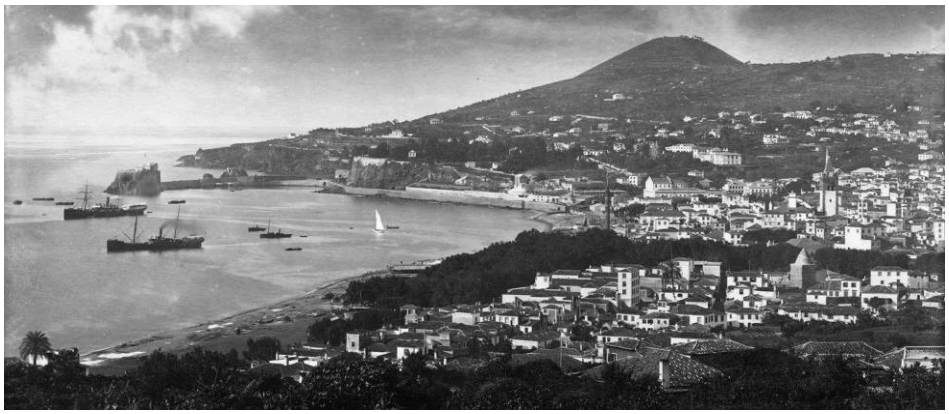
3. Cidade

3.1 Quatro cidades portuárias

Uma das características da distribuição espacial do turismo terapêutico foi a sua polarização em torno de quatro urbes litorais, a qual se ficou a dever, em primeiro lugar, à acessibilidade de que beneficiavam as cidades portuárias (Fig. 9). Na Madeira e na Grã Canária o fenómeno circunscreveu-se sobretudo às respectivas capitais e às suas periferias, enquanto na ilha do Tenerife adquiriu contornos mais difusos, abrangendo não só a capital, Santa Cruz, mas também – e sobretudo – o Puerto de la Cruz, situado na costa oposta. Integrada na região do vale de La Orotava, esta pequena urbe foi não só a estância sanatorial mais importante do arquipélago canário, como aí desempenhou um papel pioneiro nesse domínio de actividade.

A esta primeira característica deve somar-se uma segunda: a existência, na área de influência das cidade sanatoriais, de aglomerados situados a altitudes mais elevadas e com microclimas distintos. No caso do Funchal, pode referir-se o Monte, a 600 metros de altitude e, no caso de Las Palmas, Tafira e Monte Lentiscal (Santa Brígida), a cerca de 500 metros. Também sob este aspecto, o Tenerife apresenta algumas singularidades: nesta ilha, os aglomerados de altitude foram, até ao século XIX, mais importantes que os próprios pólos litorais onde o turismo terapêutico se viria a fixar. Santa Cruz do Tenerife era o porto que servia San Cristóbal de La Laguna – a capital interior a 500 metros de altitude – e o Puerto de la Cruz, ou Porto Orotava, como também era conhecido, o porto que servia a vila de La Orotava, situada na encosta a 400 metros de altitude e distando quatro quilómetros da orla marítima.

Tal facto não põe em causa, todavia, o que se verifica ter sido uma constante em todas estas urbes: a existência de uma periferia de altitude – fosse ela um pequeno aglomerado ou uma cidade com um passado histórico mais saliente que o da própria estância litoral. Oferecendo como alternativa os seus microclimas de altitude – aos quais se atribuíam diferentes propriedades de cura – estas urbes periféricas diversificavam a oferta das cidades sanatoriais. A sua frequência, durante o período mais quente do estio, pelas classes abastadas, que durante o resto do ano residiam na cidade portuária, foi um ritual sedimentado ao longo de todo o século XIX e teve, ele próprio, um fundamento terapêutico: o refúgio das temperaturas elevadas que assolavam as cidades litorais, origem de insalubres «pestilências» a que os clínicos atribuíam todo o tipo de maleitas.



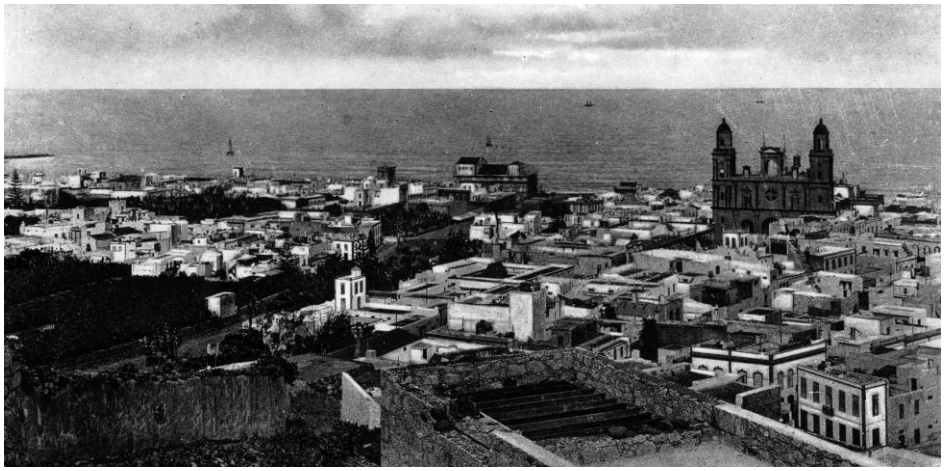


Fig. 9 Funchal (Col. PMV), Santa Cruz do Tenerife, Puerto de la Cruz e Las Palmas de Gran Canária, 1890-1900 (col. FEDAC)

Durante o período em estudo, as três capitais insulares – Funchal, Santa Cruz de Tenerife e Las Palmas de Gran Canaria – consolidaram o seu papel dominante nas respectivas ilhas. Nelas se concentraram os poderes civil e religioso, bem como as principais actividades comerciais e industriais das ilhas; foi nos seus portos que embarcavam ou desembarcavam todos os viajantes e que passava o grosso das mercadorias importadas e exportadas; era nos seus hotéis ou estalagens que os enfermos e os seus acompanhantes se alojavam nos primeiros dias de estadia – quando não por toda ela; era nelas que se fixavam a maioria dos médicos e se situavam os hospitais; e, por fim, era na sua periferia que se implantavam os cemitérios protestantes – para acolher aqueles que não faziam a viagem de regresso.

Puerto de la Cruz, por nunca ter chegado a ser sede de poderes civis ou religiosos, e o seu porto ter vindo a perder importância ao longo de todo o século XIX, constitui a excepção. Em contrapartida, o clima, o enquadramento natural e a presença histórica de uma significativa colónia britânica, fizeram dela, não só a primeira, como a mais concorrida estância terapêutica do arquipélago Canário – aquela que, de mais perto, conseguiu concorrer com o Funchal. Só é possível caracterizar as tipologias arquitectónicas que constituem o objecto deste estudo atendendo às especificidades do seu enquadramento urbano. Interessa, pois, estabelecer um paralelo entre a evolução morfológica destas quatro cidades portuárias, desde a sua formação até ao fim da era do turismo terapêutico.

3.2 Período de formação

A formação e crescimento das cidades insulares portuguesas e espanholas, no período que se estende da sua fundação até inícios do século XIX, foi marcado por similitudes e oposições que ajudam a explicar algumas das singularidades da sua arquitectura e, em particular, da arquitectura do turismo terapêutico[180]. Na verdade, os primeiros hotéis e hospedarias, instalaram-se em edifícios preexistentes, a grande maioria deles de origem setecentista, nos centros destas cidades. O mesmo sucedeu com as quintas de aluguer – neste caso em periferias históricas, hoje densamente urbanizadas. Quanto aos

[180] O estudo comparativo das cidades da Macaronésia, no período que vai do século XV ao século XVIII, foi já objecto de estudos específicos, pelo que cabe aqui apenas revisitar sumariamente o tema, destacando similitudes e diferenças entre elas. Cf.: José Manuel da Cruz Fernandes, 'Cidades E Casas Da Macaronésia. Evolução Do Território E Da Arquitectura Doméstica Nas Ilhas Atlântidas Sob Influência Portuguesa. Quadro Histórico, Do Séc. XV Ao Séc. XVIII' (Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1992); José Manuel Fernandes, 'O Funchal E O Urbanismo de Raiz Portuguesa No Atlântico – Estudo Comparativo E de Enquadramento Histórico-Estrutural', in *Colóquio Internacional de História Da Madeira* (Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989).

hotéis, sanatórios ou quintas construídos de raiz, apesar de se terem instalado fora de muros – por vezes num deliberado afastamento da cidade compacta e dos seus miasmas – é, ainda, através da relação que com ela teceram, que é possível caracterizar a sua arquitectura.

Ao contrário do que sucedeu na Madeira, tanto na Gran Canária como no Tenerife, foram as costas Norte e Nordeste, mais temperadas e húmidas, as que se revelaram mais aptas para as fixações urbanas dos povoadores – no sul, o clima quente e seco era adverso às primeiras culturas agrícolas. A agricultura desempenhou, desde o início do povoamento, um papel importante nas sociedades insulares, cujo cariz foi sempre marcadamente rural[181]. Outra das características da ocupação que interessa aqui destacar, desta vez pela similitude nos dois arquipélagos, é a presença das ordens religiosas e dos seus mosteiros na consolidação dos primeiros núcleos urbanos: na Madeira, Franciscanos e Jesuítas; nas Canárias, Franciscanos e Dominicanos. A desamortização das propriedades vinculadas a estas ordens viria ter, aliás, já em pleno século XIX, um impacte profundo nas cidades insulares: foi quase sempre nos terrenos desamortizados destes conventos que a urbe oitocentista de intramuros se expandiu ou renovou.

Como concluiu José Manuel Fernandes, nas ilhas atlânticas, o urbanismo português viria a utilizar os padrões da cidade tardo-medieval e medievo-renascentista do continente, onde a antiga fixação castreja, aliada à inexistência de «uma tradição de cidade regular verdadeiramente geométrica» constituiu «um antecedente importante na diferenciação formal entre a cidade portuguesa e a espanhola»[182]. Esta diferenciação, porém, nunca foi tão expressiva quanto o seria, mais tarde, nas Américas. Na verdade, nas Canárias, não chegou a surgir a «cidade em xadrez» hispano-americana, persistindo o modelo medievo-renascentista. Por essa razão, os diversos padrões ou modelos da forma urbana que aí se encontram apresentam muitas similitudes com os das ilhas portuguesas[183].

Uma das invariantes das cidades luso-macaronésias, durante o período de formação, consistiu na relativa estagnação do seu crescimento a partir de finais do século XVI, dando origem a uma cristalização da estrutura urbana, que, na maioria dos casos, chegou quase

[181] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.55.
[182] Ibid., p.82–83.
[183] José Manuel Fernandes agrupa-os em três grande tipos: linear, irradiante e em retícula. A este facto não terá sido alheia a presença lusitana no arquipélago espanhol. Durante os séculos XIV e XV, no início da expansão marítima, as Canárias foram disputadas por portugueses e castelhanos. Mais tarde, abandonada a pretensão de domínio do arquipélago por Portugal, a influência lusa far-se-á sentir através da emigração. Este período estende-se da Paz de Alcaçovas (1479) até à segunda metade do século XVIII, estimando-se que, na primeira metade do século XVII, perto de 20% da população residente no arquipélago espanhol fosse de origem portuguesa. Em finais do século XVI, referindo-se a Icod de Los Vinos, na costa Norte do Tenerife, escreve Gaspar Frutuoso que «era vila de duzentos vizinhos, quase todos portugueses ricos de vinhos, lavouras e criações». Cf.: Ibid., pp.53–54,61,116; Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra* (Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998), p.44.

intacta aos dias de hoje. A um período de formação rápido, seguiu-se uma longa «paragem» no tempo[184], facto indesmentível no Funchal, cuja estrutura estava já formada em meados do século XVI (Figs. 11, 16, 15). No que se refere às cidades canárias, o mesmo se verifica na *Real de Las Palmas*, como o demonstra a planta de Torriani, traçada em 1590, quando comparada com as que se lhe seguiram (Figs. 12, 58, 60)[185]. Já em Santa Cruz do Tenerife (Figs. 13, 39, 40) e Puerto de la Cruz (Figs. 14, 48), que cumpriram durante os primeiros anos da sua formação a mera função de portos de duas cidades interiores, a consolidação da malha urbana foi mais tardia.

Outra das singularidades da cidade portuguesa que se manifestou no Funchal foi a presença do campo no seu interior, isto é, a existência de lotes urbanos profundos e com quintal (Fig. 129) onde havia lugar para o cultivo e até para a pecuária, gerando vastos espaços não edificados no interior dos quarteirões[186]. Esta peculiaridade, que fascinou muitos dos viajantes oitocentistas, não está presente nas cidades canarinas[187]. Aí, a casa pátio prevalece, ocupando densamente os quarteirões, eles próprios, por regra, de traçado mais regular (Fig. 117). Curiosamente, esta tipologia claustral parece ter resultado de um processo evolutivo em que o lote, onde, inicialmente, teria existido apenas um volume compacto de planta rectangular e fachada de rua, foi sendo progressivamente ocupado[188]. Foi desta assimetria entre a arquitectura dos dois arquipélagos que Leonardo Torriani deu conta, em 1590, ao referir-se às casas de La Palma como sendo «*blancas, fabricadas a la manera portuguesa, estrechas por dentro, y en general sin pozos ni patios*»[189].

Torriani, o engenheiro militar que, na última década do século XVI foi incumbido de visitar e melhorar as defesas das cidades insulares, descreveu em expressivos traços,

---

[184] Cf.: Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.119.

[185] Cf.: Francisco Galante Gómez, *El ideal clásico - arquitectura canaria: desde la segunda mitad del siglo XVIII hasta finales del siglo XIX* (LasPalmas de Gran Canaria: Edirca, 1989), p.60.

[186] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.254.

[187] O testemunho de John Driver é um dos muitos que seria possível citar sobre esta peculiaridade: «*Most of the houses have a small garden and vineyard behind, where everything grows with the utmost luxuriance, during all parts of the year*». Em 1853, Isabella de França faz também referência às noites mal dormidas que passou num hotel à R. da Carreira, no centro do Funchal, devido ao ruído dos muitos animais que habitavam nos logradouros da cidade: «*but no sooner had darkness set in, than a concert of animal noises began, which lasted without intermission till morning. Dogs barked incessantly on all sides. Cats, though not so numerous, screamed and howled on all the garden walls. A cock next door crew every ten minutes, and was answered by his feathered rivals all round, for everybody keeps fowls*». John Driver, *Letters from Madeira in 1834; With an Appendix Illustrative of the History of the Island, Climate, Wines, and Other Information Up To 1838* (London: Longman & Co., 1838), p.19; Isabella de França, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1845)* (Funchal: Junta Geral do Distrito, 1970), p.53.

[188] Graziano Gasparini refere, a este propósito, um interessante estudo feito sobre o processo de formação tipológica da casa urbana de Garachico (Fig. 117) a qual, na opinião do autor, é extensível às restantes cidades canárias. Esta dimensão evolutiva da casa pátio é também referida por Alemán Hernández a propósito da cidade de Las Palmas.Cf.: Graziano Gasparini, *La arquitectura de las Islas Canarias, 1420-1788* (Caracas: Armitano Editores, 1995), pp.186–187; Saro Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria: ciudad y arquitectura; (1870-1930)* (Cabildo de Gran Canaria, 2008), p.176.

[189] Martín Rodríguez, *Arquitectura Doméstica Canaria*, p.24.

«para maior clareza das coisas da fortificação»[190], a fisionomia das futuras urbes do turismo terapêutico, registando o número de casas de cada uma delas. O Funchal, a mais antiga, tinha por essa altura duas mil e quinhentas casas, Las Palmas de Gran Canária oitocentas e Santa Cruz do Tenerife apenas duzentas, «habitadas por pescadores e marinheiros»[191]. Quanto a Puerto de la Cruz, talvez por não ultrapassarem uma dúzia[192], Torriani nada diz. Era, pois, incontestável, nesta época, a supremacia populacional da capital madeirense – o que ficava a dever-se, não só, ao facto de se tratar da mais antiga, como também ao carácter distinto do seu contexto fundacional.

A origem do Funchal teve lugar por volta de 1420, com a ocupação de um território virgem e desabitado, um «vale formoso de singular arvoredo, cheio de funcho até ao mar[193]» – como o descreveu Gaspar Frutuoso. Ao contrário do que se viria a passar nas Canárias, na Madeira, o processo de povoamento foi pacífico. No arquipélago espanhol, a conquista definitiva só se iniciou meio século depois, com o acampamento militar de Las Palmas (1478), em guerra contra os indígenas. Este facto poderá ter moldado as primeiras estruturas protourbanas – mais abertas e em articulação com a paisagem na Madeira, mais rígidas e defensivas nas Canárias[194].

Na ilha do Tenerife, a ocupação do território hostil terá levado à fundação de uma capital em local afastado da costa – La Laguna – seguindo, aliás, o padrão de interioridade da cidade espanhola[195]. De acordo com Torriani, La Laguna era, em finais do século XVI, com as suas 1000 casas, «a maior e a mais habitada de todas as outras destas ilhas»[196]. Santa Cruz do Tenerife, a futura capital, com as suas duzentas casas, não passava, então, do pequeno porto marítimo que a servia – e como porto, não era sequer o mais populoso da ilha. Na costa Norte, o Garachico, por exemplo, tinha, por esta altura, oitocentas casas, isto é, tantas quantas Las Palmas de Gran Canária, a Real de Las Palmas, que Torriani designava como a «cabeça deste reino da canária»[197].

Em 1588, Torriani visitou Puerto de la Cruz – na altura conhecido como Puerto Orotava – para aí estudar a melhor localização de um fortim na enseada do barranco de San Felipe (Fig. 47) . O pequeno aglomerado não teria, então, como já se mencionou, mais de

[190] Torriani, *Descrição e história do reino das Ilhas Canárias antes ditas Afortunadas*, 42.
[191] Ibid., p.49.
[192] González Lemus e Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*, p.17.
[193] Frutuoso, *Saudades da Terra*, p.39.
[194] Como refere José Manuel Fernandes, este contraste, que se repetirá mais tarde na América, é evidente quando se compara a instalação no Brasil com a do México ou Peru. Cf.: Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.95.
[195] Ibid., p.98.
[196] Torriani, *Descrição e história do reino das Ilhas Canárias antes ditas Afortunadas*, p.147.
[197] Ibid., p.119.

uma dúzia de casas, ocupadas por uma pequena comunidade de pescadores e marinheiros[198]. À semelhança do que sucedia com Santa Cruz, a sua função era servir de porto à vila de La Orotava, a urbe mais importante da costa Norte, situada a quatro quilómetros da orla marítima, numa região de férteis cultivos onde predominavam a cana de açúcar e a vinha. Nas palavras de Frutuoso, La Orotava era, nesta época, uma vila «de até trezentos vizinhos» com «lavradores ricos de pão, vinho e açúcar [...] e duzentos nobres de cavalo»[199].

Constata-se, pois, que na urbanização da ilha do Tenerife se impôs «um modelo de transição entre o de capital portuária (à maneira portuguesa) e o de capital interior servida por porto secundário (como a Espanha fará na América) »[200] . A própria extensão da ilha – a maior do arquipélago – foi favorável ao desenvolvimento deste modelo: o porto de Santa Cruz servia La Laguna, Puerto de La Cruz servia La Orotava e Garachico servia Icod. Este «modelo de transição» manifestou-se na estrutura destas cidades. La Laguna, com uma localização interior, à maneira espanhola, nunca possuiu uma *plaza mayor* – espaço típico do urbanismo castelhano[201]. Já em Las Palmas, parece suceder o contrário: tem uma implantação litoral, que podia considerar-se próxima do «modelo português», mas aí é já possível detectar o tema castelhano da *plaza mayor* (Fig. 57).

Não existem, portanto, nas cidade insulares, tipos puros, nem uma clara dicotomia entre o modelo urbano mais elaborado e abstracto da quadrícula geométrica regular e o modelo tradicional mais apegado a conceitos e estruturas transmedievais. Trata-se de modelos de transição, modelos impuros, onde prevalece alguma indiferenciação. Não se aplica, aqui, a distinção – hoje, cabalmente, posta em causa[202] – que Sérgio Buarque de Holanda estabeleceu entre o «semeador» e o «ladrilhador», isto é, entre a cidade portuguesa, litoral irregular e «orgânica», enlaçada na silhueta da paisagem, e a cidade espanhola, interior, antinatural, geométrica e abstracta, onde prevalece «o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste»[203]. Seria necessário aguardar pela segunda metade do século XIX, e pelo crescimento por *ensanche*, típico do urbanismo espanhol, para que o Funchal, cuja expansão arrabaldina teve sempre um carácter informal, tornasse clara a sua originalidade em relação a Las Palmas e Santa

[198] González Lemus e Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*, 37.
[199] Frutuoso, *Saudades da Terra*, 42.
[200] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.116.
[201] Ibid., p.117–118.
[202] Sandra M. G. Pinto, «Regular = planeado versus irregular = espontâneo: Nascimento e morte de uma relação dicotómica nos estudos históricos da forma urbana», *Revista de Morfologia Urbana* 1, n. 1 (2013): 5–17.
[203] Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995), p.96.

Cruz. Em Puerto de la Cruz, pelo contrário, como adiante se verá, as afinidades com a capital madeirense aprofundaram-se nesse século.

3.3 A era do turismo terapêutico

3.3.1 Metrópoles industriais e cidades insulares

Algumas das transformações ocorridas nas cidades insulares, durante o século XIX, devem ser entendidas no quadro mais vasto de mudança a que estiveram sujeitas as urbes europeias desse período. A revolução industrial, que teve início em Inglaterra no século XVIII, deu origem a um conjunto de invenções técnicas, cuja aplicação em larga escala viria a dar-se a partir da década de 40 do século XIX[204]. Foi um processo de industrialização que se fez acompanhar pela abertura de vastas redes de caminhos de ferro e pela formação de grandes concentrações urbanas: a população de Londres duplicou entre 1830 e 1900, passando de dois a quatro milhões de habitantes e a de Paris, no mesmo período, passou de um a mais de dois milhões[205].

Para as antigas urbes pré-industriais, as consequências deste explosivo crescimento demográfico foram inúmeras: demolição de cinturas de muralhas, crescimento rápido e desordenado das periferias, segregação espacial de actividades e classes sociais, sobreocupação dos antigos centros, alastramento dos *slums* e dos dramáticos problemas sanitários a eles associados – poluição, contaminação de águas ou eclosão de mortíferas epidemias, como a tuberculose ou a cólera. Para fazer face à catástrofe ambiental que comportou esta primeira fase de crescimento, as cidades foram tentando disciplinar as suas estruturas espaciais e sanitárias. Emergiu assim, na segunda metade do século XIX, um novo modelo de gestão que procurava conciliar os interesses privados com o interesse público[206].

Neste modelo, a iniciativa privada continuou, todavia, a desempenhar um papel preponderante, e o parcelamento do solo numa grelha de ruas e quarteirões constituiu a

[204] De entre estas invenções técnicas as mais importantes terão sido a máquina a vapor (1765-1774) e o tear mecânico (1765). Cf.: Françoise Choay, «The Modern City: Planning in the 19th Century», Planning and Cities (New York: G. Braziller, 1969), p.8.
[205] Ibid.
[206] Enquanto os detentores do capital se continuaram a dedicar ao investimento e à especulação – nomeadamente à especulação com os solos urbanos – à administração pública coube legislar e levar a cabo as obras públicas – redes viárias, espaços colectivos e infra-estruturas .Cf.: Leonardo Benevolo, *Diseño de la Ciudad - El Arte y la Ciudad Contemporánea*, vol. V (México: G. Gili, 1979), p.35.

regra elementar de expansão da cidade. O plano de fachada estabelecia a fronteira entre o público e o privado; a rua canalizava o tráfego e acolhia o comércio e, para aliviar e «ventilar» a densa ocupação do solo dai resultante, abriam-se parques públicos – os pulmões da cidade. Nas franjas desta periferia compacta ia-se formando o subúrbio – uma mancha difusa, a perder de vista, onde campo e cidade se interpenetravam. O antigo núcleo de intramuros – considerado insalubre e desordenado – foi sendo objecto de operações de «regularização», cujo caso paradigmático, pela escala e repercussões que teve, ocorreu na Paris de Haussman (1853-1870)[207].

Nenhuma das cidades insulares esteve sujeita, durante este período, a tão dramáticas transformações – Madeira e Canárias ficaram à margem do processo de industrialização que ocorreu no continente europeu – o que não significa que alguns dos seus efeitos não se tivessem feito sentir na economia das ilhas e na estrutura das suas urbes[208]. Na verdade, apesar de situados na área de influência da Inglaterra – a potência económica e marítima que dominou o século – foi a situação marginal dos dois arquipélagos que fez deles estâncias terapêuticas de sucesso. Graças a ela, aí sobreviveram muitas das estruturas sociais e espaciais do passado: periferias rurais não industrializadas, moderado crescimento populacional, razoáveis condições sanitárias, ausência de poluição atmosférica. Dir-se-ia mesmo que o sucesso destas estâncias cresceu na razão inversa do grau de industrialização que nelas teve lugar – se é que de verdadeira industrialização se pode falar a propósito das cidades insulares abordadas neste estudo.

3.3.2 Papel dos portos

Na sua *Teoria General de La urbanización*, Cerdá fez saber que, antes de ter visto pela primeira vez, em 1844, uma locomotiva, já conhecia o potencial da máquina a vapor porque a tinha visto aplicada a um navio[209]. Na verdade, a difusão do transporte marítimo a

[207] Em linhas muito gerais, é este o retrato da cidade pósliberal da segunda metade do século XIX traçado por Benevolo. Cf.: Ibid.

[208] Galante Gómez refere-se ao predomínio, tanto no continente, como nas ilhas Canárias, de uma burguesia terratenente e de uma economia sustentada pela produção agrícola; o mesmo se pode dizer relativamente ao caso da Madeira ou do Portugal continental, onde o peso da agricultura na economia foi esmagador. Cf.: Galante Gómez, *El ideal clásico - arquitectura canaria*, p.59; Câmara, *A economia da Madeira (1850-1914)*, p.303; Leonor Freire Costa, Pedro Lains, e Susana Münch Miranda, *História económica de Portugal, 1143-2010*, 1a ed (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011), p.314.

[209] « *Conocia ya la fuerza del vapor y su manera de funcionar asi teorica como practicamente, habia visto los resultados de su fuerza motriz en un buque*.» Ildefonso Cerdá, *Teoría General de la Urbanización y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona* (Madrid: Imprenta Española, 1867), p.7.

vapor, na segunda metade do século XIX, veio dar um importante impulso à expansão do comércio mundial, acelerando a movimentação intercontinental de mercadorias e passageiros. Ora, se o desenvolvimento de um país continental se podia medir pela extensão da sua rede de caminhos de ferro, numa ilha, esse desenvolvimento estava relacionado com a frequência das rotas marítimas que a serviam. Da mesma forma, as profundas repercussões que as estações de caminhos de ferro tiveram no tecido urbano das cidades continentais, tiveram-na os portos nas cidades insulares.

Um dos factores que determinaram o diferente grau de desenvolvimento atingido pelos portos da Madeira e de Canárias foi o das políticas aduaneiras que os respectivos países adoptaram. Enquanto no arquipélago espanhol, em 1852, se promulgou a Lei dos Portos Francos, liberalizando a entrada e saída de mercadorias – lei que, com o decorrer do século, acabaria por dar um impulso decisivo à economia do arquipélago – em Portugal, prevaleceu uma política proteccionista que impediu o porto do Funchal de competir em pé de igualdade com os seus rivais[210]. Portugal manteve, com efeito, «um dos regimes aduaneiros mais proteccionistas de toda a Europa»[211], política que, aliada a outros factores de ordem estrutural que caracterizaram a economia do país e da ilha, iria impedir, sobretudo a partir do terceiro quartel do século XIX, que o porto do Funchal tivesse o desenvolvimento que tiveram os portos das Canárias[212].

As questões fiscais não foram, porém, a única explicação para o crescimento a um ritmo mais acelerado dos portos de Grã Canária e Tenerife. No arquipélago espanhol teve lugar, desde o último quartel do século XIX, uma política de investimentos públicos que abrangeu não só os portos como as infra-estruturas urbanas, a rede viária e a irrigação agrícola. As actividades geradas por estes investimentos – depósitos de carvão, explorações

[210] Em 1883, Richard Burton – um viajante que conhecia bem dos dois arquipélagos, por onde passara vinte anos antes – traçou um vivo retrato da situação: «*Canaries and their free ports, which are different from 'free trade,' have set the best example; and they have made great progress while the Madeiras have stood still, or rather have retrograded. The Funchal custom-house is a pest; the import charges are so excessive that visitors never import, and for landing a single parcel the ship must pay high port-charges where no port exists*».Burton e Cameron, *To The Gold Coast for Gold, Vol. I A Personal Narrative*, p.105.

[211] Costa, Lains, e Miranda, *História económica de Portugal, 1143-2010*, p.318. A nova pauta alfandagária promulgada em 1837, que resultava de uma premente necessidade do Estado arrecadar receitas, duplicou os direitos médios cobrados à entrada das mercadorias nos portos nacionais de cerca de 15% para 30% – um elevado nível de tributação que se iria manter por todo o século XIX. Cf.: Ibid., p.331 e 334.

[212] A partir de meados da década de 70, a transferência da navegação à vela para a navegação a vapor tinha-se intensificado, aumentando a procura do carvão nos portos insulares. O governo português, que isentara a importação desta matéria prima durante as décadas de 60 e 70, passou a sobretaxá-la fortemente a partir de 1880, no exacto momento em que o governo espanhol enveredava pelo caminho oposto, tomando medidas que visavam reforçar as suas ilhas como portos francos. Cf.: Benedita Câmara, «The Tourism Industry in Madeira (1850-1914)», em *Development of Tourist Industry in the 19th and 20th Century.*, InternationalPerspectives (Editions Alphil, 2003), p.252; Stone, *Tenerife and Its Six Satellites; Or, The Canary Islands Past and Present*, p.2.

frutícolas e hortícolas – tornaram os portos de Canárias mais atractivos. Na Madeira, pelo contrário, a acidentada orografia, aliada à deficiente rede viária onde não houve investimentos de monta, dificultava o acesso à produção agrícola o que, conjugado com a insuficiência da rede de irrigação, criava grandes dificuldades a qualquer exploração destinada à exportação. Daí resultou que, no porto do Funchal, ao contrário do que se passava nos portos do arquipélago vizinho, os navios não tinham carga de retorno, o que, desde logo, encarecia todas as operações[213].

Não deixando de ser um importante porto de escala, o Funchal, nunca pôde, portanto, somar ao transporte de passageiros, o transporte de mercadorias. Ora, se a este quadro se acrescentar a considerável diferença na dimensão económica dos dois arquipélagos – que, por si só, tornava as Canárias mais atractivas ao investimento – compreender-se-á a razão por que, na capital madeirense, nas duas últimas décadas do século XIX, não se deu a explosão demográfica que teve lugar em Las Palmas e Santa Cruz, as duas grandes cidades portuárias do arquipélago canário (ver Gráfico I, p. 68). O Funchal nunca conheceu uma «indústria» portuária com a vitalidade que teve a destas duas cidades, nem os efeitos que ela acarretou sobre a sua estrutura urbana – o nascimento de *ensanches* operários com todos os problemas de ordem sanitária e social a eles associados. Paradoxalmente, o seu pequeno porto e o moderado crescimento populacional – à semelhança do que sucedeu na estância concorrente mais directa, a pequena vila de Puerto de la Cruz – acabariam por beneficiá-lo como estância terapêutica.

[213] Câmara, *A economia da Madeira (1850-1914)*, p.274.

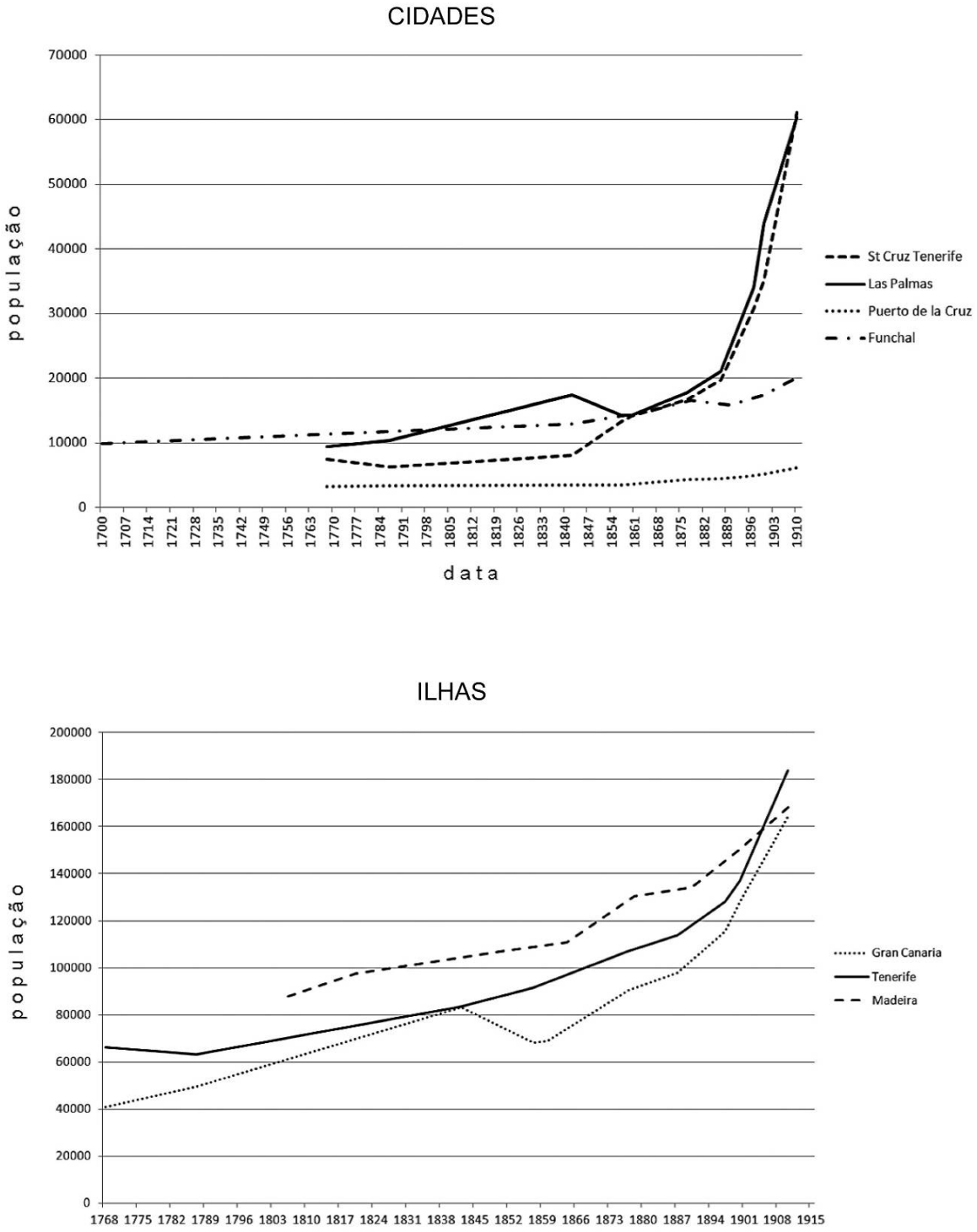


GRÁFICO I Crescimento demográfico nas cidades e ilhas do turismo terapêutico (Fontes: ISTAC: Estadísticas de La Comunidad Autónoma de Canarias. Acedido 27 Set 2012. http://www2.gobiernodecanarias.org/istac/; Barroso Hernández, Nicolás D., *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*. Puerto de la Cruz: Ayto. de Puerto de la Cruz, 1997; Valério, *Estatísticas históricas portuguesas*. Lisboa: INE, 2001;Guerra*, Funchal : Breve Cronologia 1419-1976*. Funchal: DRAC, 2010.)

3.3.3 O ruir das muralhas

> [...] el mas terrible de los obstáculos artificiales y materiales que pueden oponerse al crecimiento de un núcleo urbano, tales son las murallas.
> Idelfonso Cerdá in *Teoría General de La Urbanización*

O nascimento da cidade do turismo terapêutico está directamente relacionado com a obsolescência das muralhas – o « *odioso cinto de murallas*»[214] cuja inutilidade Cerdá proclamava na sua *Teoria General de La urbanización*: «*esta probado que las mas fuertes murallas de una urbe no pueden resistir a la fuerza demoledora de las monstruosas maquinas de guerra de que puede disponer un ejereito enemigo*»[215]. A muralha norte de Las Palmas, tal como a de Barcelona, foi demolida na década de cinquenta do século XIX, não sob o efeito da pressão demográfica, que só nas últimas décadas do século se viria a fazer sentir em Las Palmas[216], mas como consequência da sua evidente inutilidade. Entre as várias razões invocadas para o seu derrube, há que mencionar as de natureza higiénica, tornadas prementes depois da devastadora epidemia de cólera que, em 1851, dizimou 15% da população da cidade[217].

Por toda a Europa, as antigas muralhas seiscentistas, tornadas inúteis, iam dando lugar a promenades e jardins[218]. A higienização e ventilação do núcleo antigo era um dos motivos invocados para a sua demolição. No Funchal, a abertura, em 1839, da Praça da Rainha, um pequeno parque arborizado junto à entrada da cidade (Fig. 29), fez-se à custa da demolição de um troço de muralha que ia da Fortaleza de São Lourenço à bateria das Fontes. O mesmo sucedeu em Santa Cruz do Tenerife com a construção da alameda do Marquês de Branciforte (Fig. 46), em 1787, um projecto de inspiração barroca traçado por engenheiros militares[219], que iniciou o processo de abertura da cidade ao mar, um processo que culminaria, aliás, com a demolição, já em pleno século XX, da sua principal fortaleza, o *castillo de San Cristóbal*. Mas o derrube das muralhas tinha também outro fim: remover os entraves ao crescimento do antigo núcleo, permitindo que os eixos dominantes da estrutura urbana se prolongassem sem outro obstáculo que não os acidentes naturais dos arrabaldes.

A expansão urbana por *ensanche* – a característica principal do urbanismo espanhol de meados do século XIX – surgiu quase sempre associada a um quadro de

[214] Cerdá, *Teoría General de la Urbanización y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona*, p.211.
[215] Ibid., p.257.
[216] Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.69.
[217] Cf.: Galante Gómez, *El ideal clásico - arquitectura canaria*, p.63.
[218] Bremen, Lubeck, Colónia, Viena ou Cracóvia são alguns exemplos. Cf.: Choay, «The Modern City», p.11.
[219] Cf.: Galante Gómez, *El ideal clásico - arquitectura canaria*, p.80.

industrialização e rápido crescimento demográfico de algumas cidades. A sua expressão mais conhecida e de maiores repercussões foi Barcelona (1856), mas aconteceu também em cidades como Madrid (1860), San Sebastian (1864) ou Bilbao (1867)[220]. Apesar de nas ilhas não ter ocorrido uma verdadeira industrialização – não sendo possível, portanto, falar de cidades industriais – tal não impediu que, em Las Palmas e em Santa Cruz, não tivesse havido expansão e *ensanche*, decorrentes do rápido crescimento demográfico que, a partir de penúltima década do século XIX, a actividade portuária alimentou (ver Gráfico I, p. 68).

Apesar da incapacidade económica das edilidades insulares[221], no desenho desses novos bairros estiveram envolvidos arquitectos: Manuel de Oraá e Manuel de Cámara em Santa Cruz, ou López Echagerreta e Laureano Arroyo Velasco em Las Palmas, projectaram alguns dos mais importantes planos destas cidades[222]. O mesmo não aconteceu no Funchal, onde, nos 110 anos que separaram o traçado da nova Cidade das Angústias, pela equipa do Brigadeiro Oudinot (1803), do Plano de Melhoramentos de Ventura Terra (1910), não há registo nem de arquitecto nem de plano algum para a cidade. A figura de *plano geral de melhoramento*s, que viria a ficar consagrado na legislação portuguesa, em 1864, poucos meses depois de publicada em Espanha a *ley de ensanche*[223], não teve repercussões no Funchal. A periferia da cidade foi crescendo «espontaneamente», tal como sucedeu, aliás, em Puerto de la Cruz, cuja reduzida dimensão e moderado crescimento demográfico o colocaram à margem das grandes operações planeadas.

Feita com base no tratamento gráfico de plantas históricas, a análise cartográfica comparada da evolução do tecido urbano das quatro cidades do turismo terapêutico, ao longo do período cronológico fixado neste estudo, é esclarecedora (Figs. 10 a 14). A uma primeira fase de estagnação, até meados do século XIX, dos núcleos de intramuros, que foi comum às quatro urbes, seguiu-se, em Santa Cruz (Fig. 13) e em Las Palmas (Fig. 12), um período de expansão acelerada. Do ponto de vista morfológico, esta expansão foi marcada pelo aparecimento de uma rede de *ensanches* reticulares e quarteirões compactos que, em

[220] Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.62.
[221] A ley de ensanche que, em 1864, começou a ser aplicada na espanha continental, acabaria por resultar num fracasso nas Canárias, onde as edilidades não possuiam os capitais necessários para financiar os planos de extensão. Um papel preponderante viria, pois, a caber à iniciativa privada, através das chamadas Sociedades Constructoras Cf.: Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.180.
[222] Sobre a obra e papel destes arquitectos, que trabalharam quer para as edilidades quer para as *Sociedades Construtoras*, consultar: Alberto Darias Príncipe, *Arquitectura y arquitectos en las Canarias Occidentales, 1874-1931* (Madrid: Confederación de Cajas de Ahorros, 1985).
[223] Fernando Gonçalves, *Evolução histórica do direito do urbanismo em Portugal (1851-1988)*, Informação científica 1 (Lisboa: Lab. Nac. de Engenharia Civil, 1989), p.4.

planta, se traduzem num mosaico geométrico de orientações variáveis (Fig. 10)[224]. No Funchal (Fig. 11), onde o crescimento foi sempre mais moderado, as plantas traduzem bem a expansão da cidade em osmose com a sua periferia rural, «sem desenho», com as casas a fixar-se ao longo de uma rede preexistente de caminhos que se ramificavam como a estrutura de uma árvore. O mesmo seria visível na planta de Puerto de la Cruz se esta abrangesse, em toda a sua extensão, o Vale de Orotava. Seriam estes os locais privilegiados de fixação do turismo terapêutico.

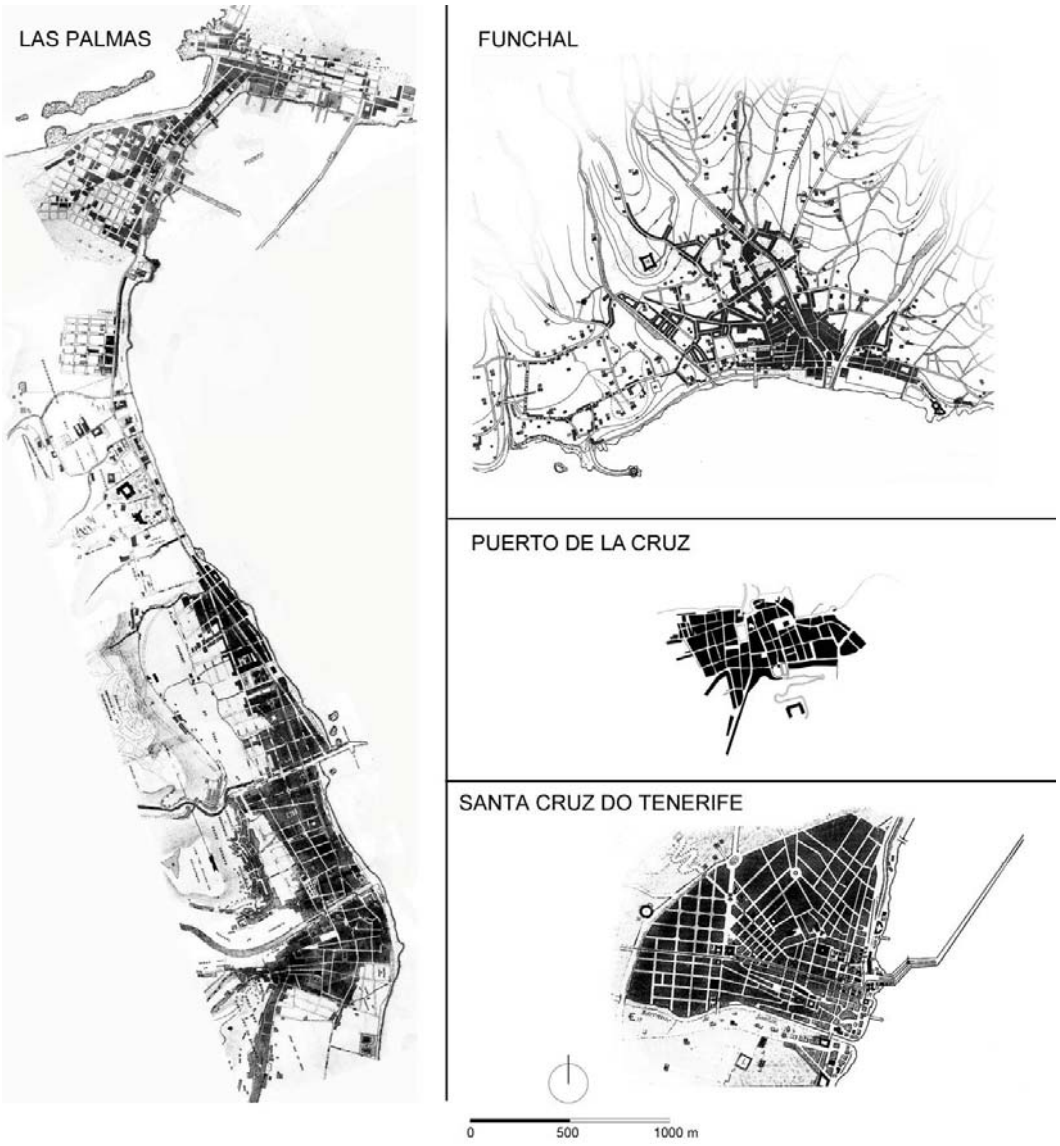


Fig. 10 As cidades do turismo terapêutico no início do séc. XX (fontes: Navarro, *Plano de la Ciudad de Las Palmas de Gran Canaria*,1910-1911; Krohn, *Stadtplan von Funchal*, 1906; Barroso Hernández, Nicolás D., *Puerto de la Cruz en 1910*; ABC de las Islas Canarias, *Santa Cruz de Tenerife*, 1911). [Originais tratados pelo Autor]

[224] Na planta de Las Palmas, distingue-se claramente, encravado entre o núcleo antigo e o Puerto de la Luz, o núcleo espontâneo do bairro de los hoteles onde se viriam a implantar os principais hotéis da cidade (Fig. 12).

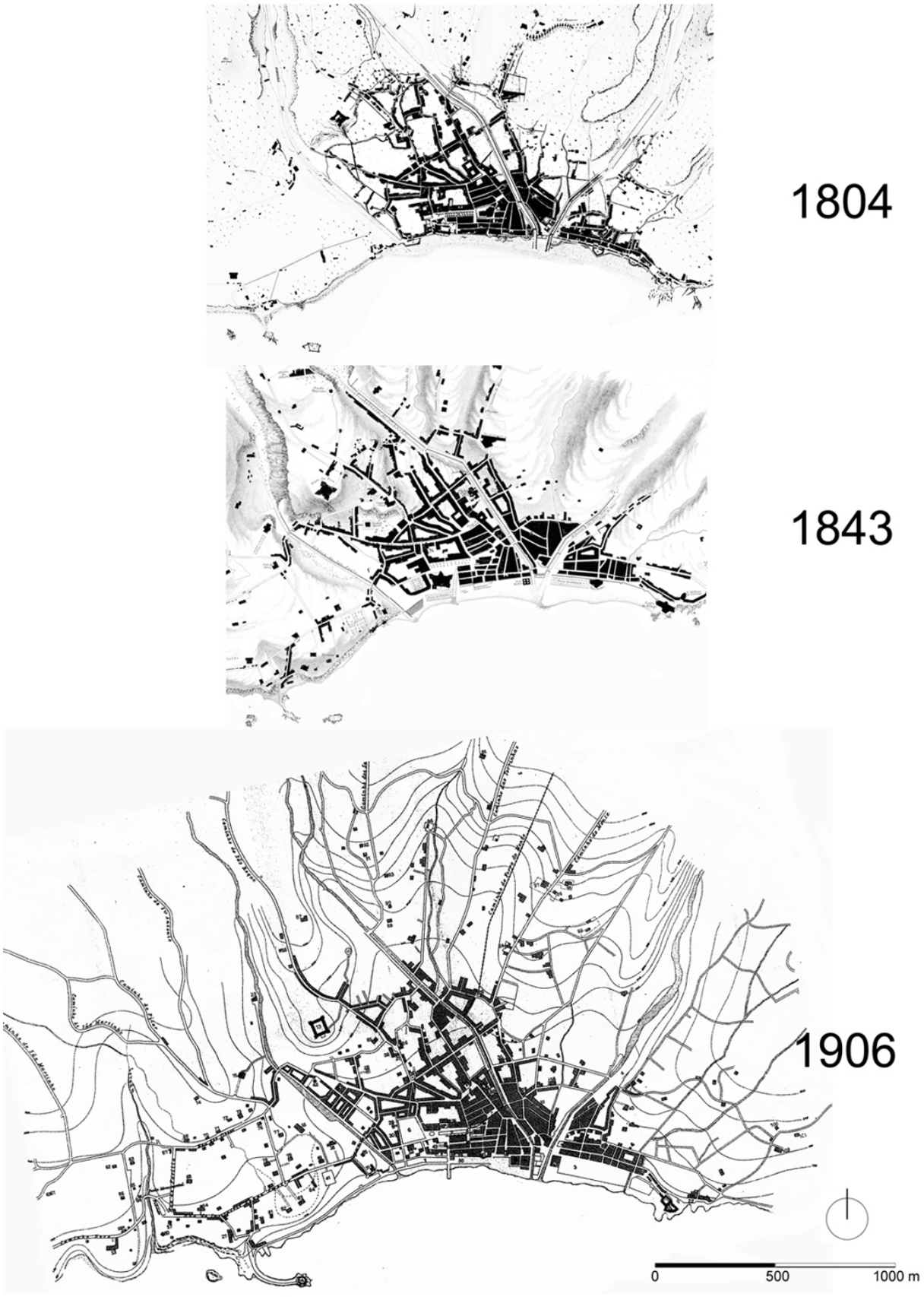


Fig. 11 A evolução da malha urbana do Funchal (fontes: Matos, *Planta da Cidade do Funchal*, 1804; Vidal, *Funchal Bay*, 1843; Krohn, *Stadtplan von Funchal*,1906. [Originais tratados pelo Autor]

Fig. 12 A evolução da malha urbana de Las Palmas de Grã Canária (fontes: Marqueli, *Plano de la ciudad de Las Palmas*, 1792; Coello, *Ciudad de Las Palmas*, 1848; Navarro, *Plano de la Ciudad de Las Palmas de Gran Canaria*,1910-1911) [Originais tratados pelo Autor]

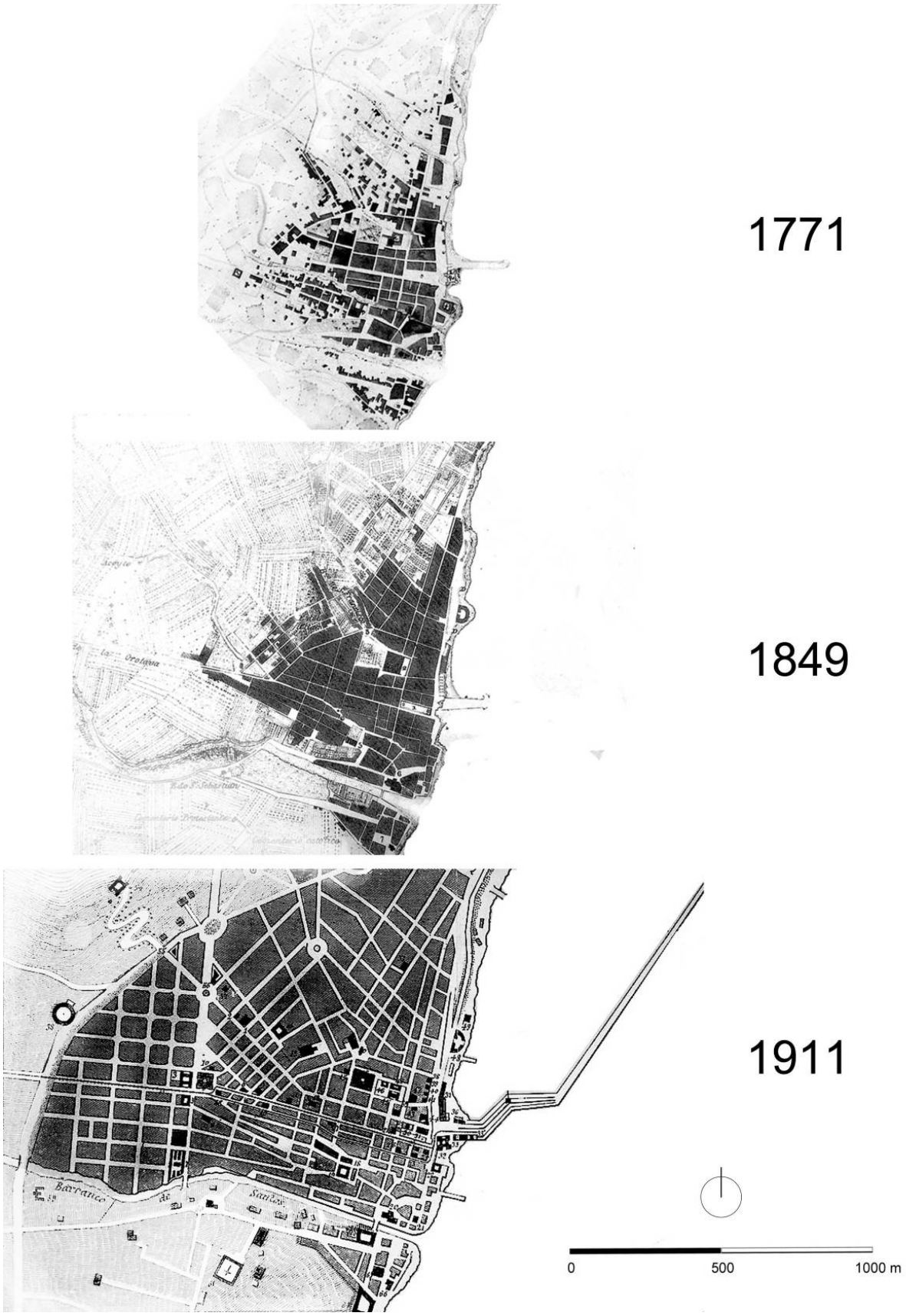


Fig. 13 A evolução da malha urbana de Santa Cruz do Tenerife (fontes: Lermeño, *Plano de Santa Cruz de Tenerife*, 1771; Coello, *Santa Cruz de Tenerife*, 1849; ABC de las Islas Canarias*, Santa Cruz de Tenerife*, 1911). [Originais tratados pelo Autor]

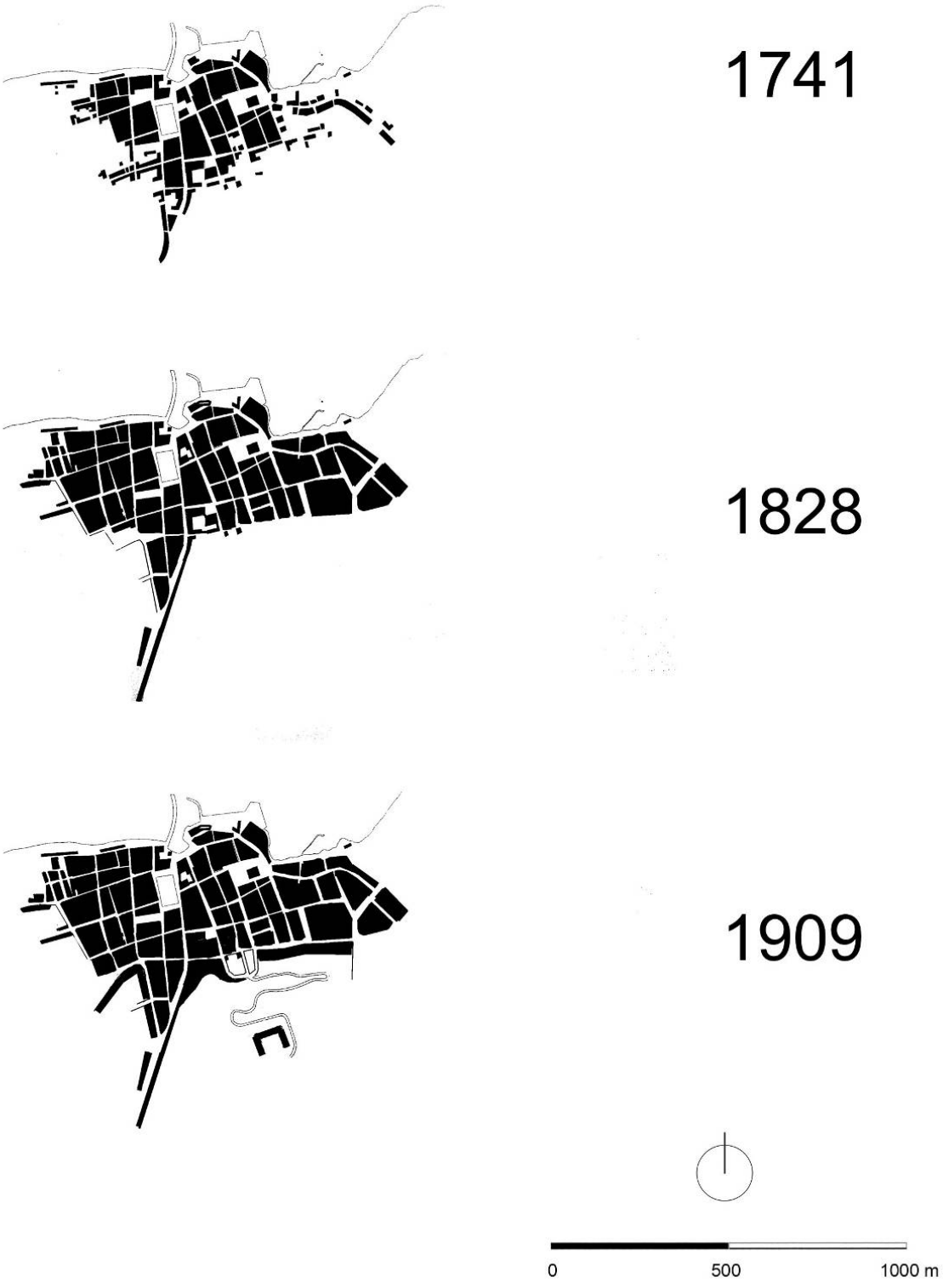


Fig. 14 A evolução da malha urbana de Puerto de la Cruz (fonte: Barroso Hernández, Nicolás D., *Puerto de la Cruz en 1741, 1828 e 1910*). [Originais tratados pelo Autor]

3.3.4 Sistema respiratório da cidade

À semelhança do que se passou nas urbes industriais europeias, também as cidades insulares, paralelamente à expansão nos antigos arrabaldes, procuraram reformar a sua malha de intramuros, procedendo a operações de regularização. Estas tiveram início no século XVIII, sob influência do ideário iluminista ao qual eram caros a regularidade, comodidade, funcionalidade e higiene do tecido urbano. No século XIX, estas reformas adquiriram novo fôlego, sobretudo a partir das paradigmáticas operações que Haussman levou a cabo em Paris. Operações cuja verdadeira originalidade, como escreveu Choay, residia no conceito dual de um sistema de circulação e de respiração – objectivos prioritários de todas as intervenções de regularização[225].

Foram esses princípios que estiveram na base do alinhamento da *calle del Castillo*, considerado imprescindível para levar as brisas marítimas ao interior da cidade de Santa Cruz[226]. A legislação urbanística espanhola da época reflectia, aliás, o mesmo tipo de preocupações: a *Ley de Alineaciones* (1846) obrigava os municípios à formulação de um plano geométrico da cidade cujo objectivo era «*dar a las vias públicas la necessaria latitud y conveniente dirección: hacer desaparecer las recodos y sinuosidades que favorecen a la malevolencia y prostituición, al propio tiempo que perjudican a la salubridad en el interior de pueblo*»[227]. Também na capital madeirense se procedeu a operações de alinhamento. Tratava-se de «corrigir» uma imagem que já em finais do século XVIII deixava uma impressão negativa em viajantes para quem as ruas do Funchal eram «*narrow, crooked and dirty*»[228] enquanto as de Santa Cruz seriam «*wide, airy, and clear*»[229].

Para alimentar o sistema respiratório da cidade de intramuros apareceram os primeiros parques urbanos. O conceito nascera em Inglaterra como resposta à total ausência de verde nos massificados bairros operários. A sua função era não só ventilar estes bairros como facultar espaços de lazer e recreio para a população urbana[230], e difundiu-se em todas as grandes metrópoles europeias e americanas com a sugestiva designação de «pulmões da cidade». Mas se nas grandes metrópoles do continente o parque constituía um segmento da natureza rodeado pela cidade, nas pequenas urbes insulares sucedia o contrário: a ilha era um pulmão onde a cidade emergia... Ainda assim, fosse por moda importada, fosse porque

[225] Cf.: Choay, «The Modern City», p.19.
[226] Cf.: Galante Gómez, *El ideal clásico - arquitectura canaria*, p.35.
[227] Ordenanzas Municipales, Santa Cruz de Tenerife, 1852. Título Segundo, Capítulo primero, Seccíon primera, Artículo 134-2, citado por: Ibid., p.91.
[228] Barrow, *A Voyage to Cochinchina, in the Years 1792 and 1793*, p.6.
[229] Ibid., p.33.
[230] O protótipo, desenhado por Paxton em 1814, surgiu em Birkenhead, nos subúrbios de Liverpool. Cf.: Choay, «The Modern City», p.22.

este tipo de espaços correspondiam, efectivamente, às necessidades dos residentes e dos *invalids*, nenhuma das cidades insulares deixou de criar os seus parques, tirando partido, muitas vezes, de terrenos desamortizados.

A aplicação de leis desamortizadoras teve profundas repercussões na regeneração do tecido urbano das cidades insulares – na Madeira, com a integração nos Próprios Nacionais dos bens de raiz eclesiástica, levada a cabo pelas políticas liberais a partir de 1820 e, nas Canárias, com a lei de Mendizábal [231]. Nos solos desamortizados construíram-se equipamentos públicos, implantaram-se jardins, traçaram-se novas ruas, abriram-se praças, ou, simplesmente, reutilizaram-se os edifícios religiosos para fins públicos. No Funchal, no local do antigo convento de São Francisco, por exemplo, viria a nascer, em 1881, o Jardim Municipal – à semelhança, aliás, do que sucedera com a praça do Príncipe das Astúrias, em Santa Cruz do Tenerife, a qual, em 1860, foi ocupar antigos terrenos do convento da mesma ordem. Nesta cidade, as propriedades desamortizadas representavam cerca de 0,33% do solo urbano, enquanto em Las Palmas, com os seus seis conventos, essa percentagem ascendia a 13%, dando lugar a transformações ainda mais profundas[232].

3.3.5 Estâncias terapêuticas

As estâncias terapêuticas oitocentistas foram, na sua grande maioria, palco dos rituais cíclicos de uma elite social muito restrita que a elas acorria em cura de águas, cura de ares ou, simplesmente, em vilegiatura. À semelhança de bairros selectivos, geograficamente descentrados do núcleo da grande metrópole, não podem, portanto, ser dela dissociadas. O seu sucesso foi, em grande medida, uma consequência da degradação ambiental e social dessa mesma metrópole, que as fez surgir como refúgio dos inúmeros problemas que a afectavam – utilitarismo, violência, poluição, surtos epidémicos. Nelas está presente, também, uma certa nostalgia da natureza que se manifestava já nas utopias da evasão da *bergerie* setecentista e que ganharia novo fôlego com a industrialização[233].

Grande parte destas cidades-estâncias não resultaram da fundação *ex novo* de núcleos urbanos planeados, mas sim da expansão de agregados preexistentes. É esse o caso das cidades insulares do turismo terapêutico, que devem ser equiparadas, não às cidades

[231] Cf.: Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.169.
[232] Alberto Darias Príncipe, *Arquitectura en Canarias, 1777-1931* (Santa Cruz de Tenerife: Centro de la Cultura Popular Canaria, 1991), p.33.
[233] Paolo Sica e Joaquín Hernández Orozco, *Historia del urbanismo: el siglo XIX*, 2ª ed (Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1981), p.980.

termais europeias – que apresentaram algumas especificidades funcionais relacionadas com o tratamento de águas[234] – mas a certos *seaside resorts*, que começaram por ser procurados para a cura de ares e, mais tarde, se converteram à actividade balnear. Foi o que sucedeu em cidades como Brighton e Bournemouth, no Sul de Inglaterra, ou nas estâncias de Inverno das *rivieras* francesa e italiana como Nice, Cannes, Viareggio ou San Remo.

A morfologia urbana destas estâncias terapêuticas apresentou sempre inúmeras variantes, sendo impossível eleger um modelo ou traçar paralelismos evidentes. O tema dos *crescents*, por exemplo, presente em Brighton e em Livorno[235] está ausente nas ilhas; o *boulevard* marítimo, que em Nice se iniciou em 1822 com a abertura do primeiro tramo do que viria a ser a famosa *promenade des Anglais*[236], surge, no Funchal, apenas na primeira década do século XX, no plano traçado por Ventura Terra. É possível todavia, detectar algumas constantes, como a da presença da moradia unifamiliar isolada no lote urbano, seja em conjuntos «espontâneos» – como foi, desde cedo, o caso da capital madeirense – seja em modelos formais inspirados na *garden town* de origem inglesa – como viria a acontecer, já em finais do século, nas Canárias.

O Funchal e Puerto de la Cruz – os dois aglomerados que, pelas suas características morfo-tipológicas, mais se distanciaram da cidade compacta e planeada – acabariam por constituir-se como as capitais insulares do turismo terapêutico. Para isso terão contribuído dois factores: a moderada expansão que em ambas teve lugar ao longo de todo o século XIX e a forma difusa como esta ocorreu na periferia rural de ambas. Ao contrário do que sucedeu em Las Palmas e Santa Cruz, onde os planos de *ensanche* geraram periferias compactas em malhas reticuladas de quarteirões, em redor do Funchal e do Puerto de la Cruz o crescimento tomou como base a rede de caminhos que estruturava já a sua periferia rural (Fig. 10). Aí, a tipologia dominante foi sempre a do povoamento disperso, do edifício isolado no respectivo lote, fosse ele uma casa unifamiliar, um hotel, um sanatório, um clube, uma biblioteca ou um novo templo.

Esta periferia cumpriu um papel fundamental no funcionamento da estância: foi ela o local preferencial de residência dos *invalids* – e, consequentemente, das arquitecturas proto-turísticas que constituem o objecto deste estudo. Com efeito, a sua tipologia urbana era a que melhor se coadunava às prescrições dos médicos: uma cidade porosa e de «bons ares» onde o jardim, para além de funcionar como dispositivo de cura, garantia a eficaz ventilação dos edifícios. Nesta periferia semi-rural, arejada e dispersa, os *invalids* sentiam-

[234] Algumas delas, as de desenho urbano mais elaborado, como era o caso, por exemplo, da cidade termal de Wiesbaden, chegam a aproximar-se da disciplina organizativa dos modelos utópicos. Cf.: Ibid.
[235] Cf.: Ibid., pp.986 e 1007.
[236] Cf.: Ibid., p.991.

se a salvo dos miasmas que grassavam nas poluídas metrópoles industriais do Norte da Europa (Fig. 26). Deste ponto de vista, pode, portanto, afirmar-se que a «espontaneidade» desta cidade, que se expandira sem plano de *ensanche,* implicitamente, correspondia ao paradigma higienista que os médicos advogavam.

Não é por acaso que o seu padrão espacial faz recordar algumas das propostas dos primeiros reformadores da cidade industrial. Na base da concepção espacial dos projectos de Robert Owen, Charles Fourier ou Etienne Cabet, que se propunham apresentar alternativas à tragédia ambiental das metrópoles industriais da primeira metade do século XIX, estava a dispersão dos elementos construídos, considerada essencial para garantir a higiene da comunidade – ar, luz e vegetação tinham-se tornado símbolos de progresso[237]. Ao padrão espacial da cidade compacta, onde imperava uma continuidade de elementos sólidos, contrapunham estes reformadores um outro onde predominavam os vazios – tudo em nome do salutar requisito que, no discurso clínico da época, se podia resumir a uma palavra: ventilação.

Os reflexos dessa ideia de cidade ventilada, onde os três elementos – ar, luz e vegetação – desempenhavam um papel primordial, estiveram também presentes na maioria das propostas dos urbanistas do século XIX: da *ciudad lineal* de Arturo Soria y Mata, à *cité industrielle* de Tony Garnier, ou à *garden city* de Ebzner Howard. Esta última teve, aliás, repercussões directas no bairro *de los Hoteles* em Santa Cruz ou na *Ciudad Jardin* de Las Palmas – dois bairros onde se fixaram alguns dos principais hotéis das duas estâncias espanholas. O êxito das cidades insulares como *resorts* terapêuticos não se ficou, portanto, apenas a dever ao clima ameno de que beneficiavam, mas também a todo um conjunto de características morfo-tipológicas que resultaram, não só das condições acidentais do seu desenvolvimento, como da vontade explícita daqueles que as reformaram e adaptaram às necessidades dos seus novos residentes temporários: os *invalids*.

[237] Cf.: Choay, «The Modern City», p.32.

3.4 Funchal

3.4.1 Da fundação à cidade fortificada

O Funchal, «a primeira cidade atlântica construída por europeus portugueses fora da Europa»[238], foi uma das últimas criações do urbanismo medieval e um caso típico da influência directa das chamadas «vilas arrábidas litorais»[239]. O povoamento terá começado por volta de 1420, com o lançamento de uma rua paralela à praia – a Rua de Santa Maria. Esta deu origem a uma modesta urbe constituída por casas térreas que albergavam artesãos ligados à prática de vários ofícios. Por volta de 1430, construiu-se, no termo desta rua, a igreja de Santa Maria do Calhau e, a nascente, um hospital com o mesmo nome. A norte, com um traçado paralelo, surgiu, mais tarde, a Rua Nova de Santa Maria e, frente à igreja, ladeando a Ribeira de João Gomes até ao mar, fixou-se o largo do povoado, com um poço.

Em 1458, a pequena igreja foi ampliada e, três anos depois, o Funchal ascendeu à categoria de vila, o que indiciava o rápido crescimento do primeiro núcleo quatrocentista. A cidade expandiu-se para ocidente, atravessando duas ribeiras – João Gomes e Santa Luzia – e espraiando-se ao longo da baía, até à ribeira de S. João, que só iria galgar já em pleno século XIX. Um passo decisivo nessa expansão deu-se em 1485, quando o Duque de Beja, futuro Rei D. Manuel, mandou demarcar em propriedades suas – no chamado Chão do Duque – o lugar onde pretendia alicerçar a futura cidade. Segundo Rui Carita, tratou-se de «um verdadeiro plano urbanístico»[240] – o primeiro que o Funchal conheceu – e que teria mesmo servido de modelo às obras que, mais tarde, viriam a ter lugar na ribeira de Lisboa e também no Bairro Alto. Polarizado em torno da Sé Catedral, este novo núcleo político, religioso e económico apresentava uma malha urbana regular ainda hoje visível.

Testa de ponte da expansão portuguesa no Atlântico e no oriente, o Funchal foi elevado a cidade em 1508. A sagração da Sé Catedral teve lugar oito anos mais tarde e, em 1533, a cidade tornou-se sede de um vasto Arcebispado, cuja jurisdição se estendia às dioceses de Angra, Cabo Verde, São Tomé e Goa. A este protagonismo politico-religioso e ao florescimento da cultura e comércio do açúcar ficou-se a dever a pujança da urbe mercantil que, no início do séc. XVI, contava já com cerca de 5000 habitantes. Nesse centro cosmopolita fixaram-se mercadores de diversas proveniências – na sua maioria italianos e

[238] Aragão, *Para a História do Funchal, pequenos passos da sua memória*, p.23.
[239] Segundo José Manuel Fernandes, o Funchal apresenta muitas afinidades com Setúbal e Sesimbra. Cf.: Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.122.
[240] Carita, *Funchal 500 anos de História*, p.30.

flamengos. Foi por esta altura que a urbe cindiu-se em dois núcleos: a nascente, o humilde povoado quatrocentista dos artesãos de Santa Maria e, a poente, o Chão do Duque, a faustosa cidade dos mercadores enriquecidos com o comércio do açúcar[241]. Duas ruas comerciais ligavam estes polos: a Rua dos Mercadores, paralela ao mar, e a Rua Direita, que inflectia para o interior ligando-se à Rua da Carreira. Também neste aspecto, o Funchal se enquadra no padrão típico do urbanismo português, que tem na «rua direita» a verdadeira matriz identificativa[242].

No novo centro agruparam-se os equipamentos mais representativos da florescente cidade açucareira, a *piccola Lisbonna* – como a baptizaram os navegantes italianos: a Sé Catedral, ou «igreja grande», como era então conhecida (1493-1514); a leste dela a Casa da Câmara e o Paço dos Tabeliães (1485-1492); e a sul, junto à praia, a Alfândega Nova (1508-1515), «mais próspera e de melhores oficinas que a da cidade de Lisboa»[243]. Este conjunto de edifícios constitui, ainda hoje, o centro do Funchal. Na sua periferia, os conventos polarizavam novos fulcros de expansão. O primeiro a instalar-se foi o de São Francisco (1473) a poente – seguindo o padrão locativo das ordens mendicantes; mais tarde, a noroeste, no alto do arrife, o de Santa Clara (1493-1496) destinado a freiras; a nordeste, à mesma cota, implantaram-se o Convento das Mercês e o da Encarnação. Os Jesuítas chegaram em finais do século XVI, fixando-se a norte, onde construíram o Colégio e a Igreja (1599-1529).

A tradicional oposição entre a «baixa» e a «alta», também ela típica da cidade medieval portuguesa, traduziu-se, no Funchal, na oposição entre a zona portuária e comercial da Alfândega e a zona altaneira em torno da Sé. Em meados do século XVI, o núcleo urbano encontrava-se já plenamente estruturado, vindo apenas a consolidar-se ao longo dos dois séculos seguintes. Esta formação e consolidação aceleradas, a que se segue uma longa paragem no tempo, foi, aliás, como observou José Manuel Fernandes, uma das características das cidades luso-macaronésias[244]. Confrontando a planta de Mateus Fernandes (Fig. 15) – que data do terceiro quartel do século XVI – com a do Capitão Skinner (1775) (Fig. 16) – executada duzentos anos mais tarde – verifica-se, com efeito, que em dois séculos a baixa da cidade pouco se alteraria.

[241] Aragão, *Para a História do Funchal, pequenos passos da sua memória*, p.35.
[242] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.97. O autor considera a rua Direita «o cordão identificativo da urbe de raiz lusa».
[243] Frutuoso, *Saudades da Terra*, p.44.
[244] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.119.

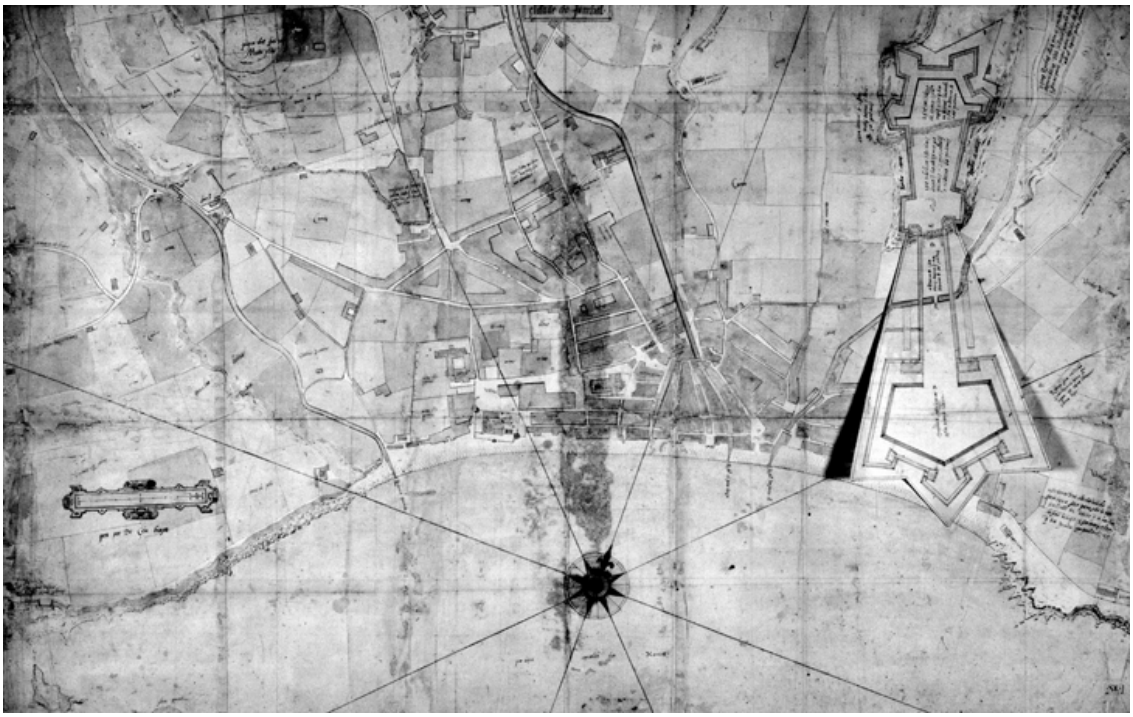


Fig. 15 Mateus Fernandes, *Planta da Cidade do Funchal*, 1570 (col. ACMF)

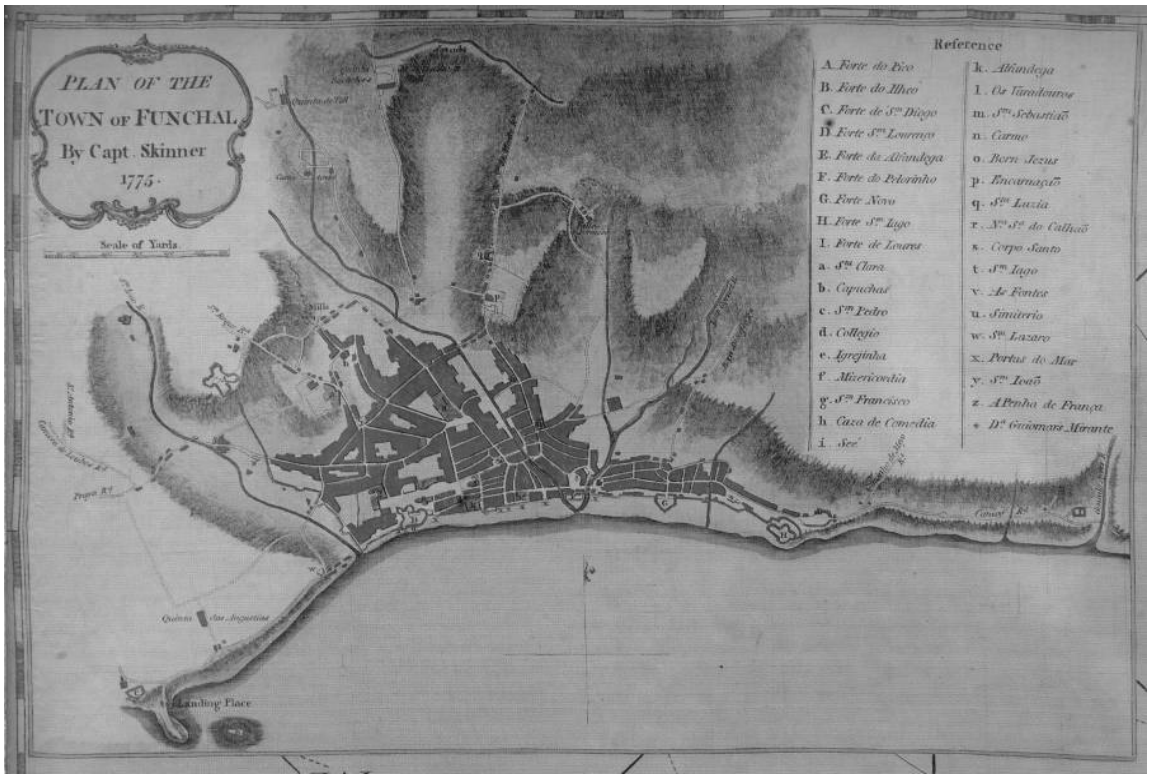


Fig. 16 Capt. Skinner, *Plan of the Town of Funchal*, 1775 (col. CMFF)

A planta do militar inglês mostra também o resultado de duzentos anos de campanhas de fortificação: uma cidade solidamente muralhada nas suas três frentes vulneráveis: o mar e os dois flancos nascente e poente – já que, a norte, a montanha constituía uma defesa natural. Assediada desde cedo por corsários ou armadas de países inimigos, o Funchal só começou a encarar o seu sistema defensivo como uma prioridade depois do traumático saque perpetrado, em 1566, por um corsário francês. Daí em diante, num lento processo de construção, que progrediu a diferentes ritmos, ergueu-se a cinta de muralhas e um conjunto de proeminentes fortes que chegaram até aos nossos dias: os fortes de São Tiago, São Lourenço e do Pico. Só eles sobreviveram à inexorável decadência, e subsequente demolição, das estruturas defensivas da cidade, a qual, como se verá, ocorreu ao longo de todo o século XIX e princípios do século XX.

Em finais do séc XVI, com a concorrência do Brasil, a produção açucareira entrou em crise, tendo tido início um novo ciclo económico em que o vinho – o famoso vinho Madeira – passou a ser o principal produto de exportação da ilha. Este comércio atraía sobretudo os britânicos que, depois de celebrado o tratado de Methuen (1703) entre as coroas portuguesa e inglesa, se instalaram na capital insular, aí constituindo uma poderosa comunidade. A cidade ocupava já, por esta altura, toda a extensão da praia e o seu porto era a porta de entrada e saída do arquipélago para todos os que a ele aportavam – estatuto que só viria a perder em 1963 com a abertura do aeroporto.

Na baixa, mercadores e terratenentes, enriquecidos com o comércio do vinho, erguiam os seus «solares urbanos» – casas de austera arquitectura, cujas fachadas ostentavam cantarias de recorte clássico: varandas de sacada, socos, guarnecimentos dos vãos e, por vezes, cornijas sob duplo ou triplo beirado. No rés-do-chão tinham as «lojas» e, nos pisos superiores, a habitação. Nenhuma delas dispensava o quintal traseiro e, em algumas, erguia-se a característica torre-avista-navios, destinada a observar o porto e o seu comércio, do qual toda a comunidade dependia. Nestas casas, na primeira metade do século seguinte, iriam instalar-se as primeiras hospedarias e hotéis da cidade. Na periferia, a meia encosta, formava-se um arco de quintas – algumas delas também já na posse de ingleses – dedicadas à cultura vinhateira e ao recreio dos seus proprietários. Estavam criadas as condições para que a cidade se fosse transformando, ao longo do século seguinte, numa estância de turismo terapêutico.

3.4.2 Capital do turismo terapêutico

> Todos os esforços dos Madeirenses devem tender a tornar agradável aos estrangeiros a residência nesta ilha, procurando desenvolver a civilização e criar todos os meios de oferecer comodidades, conforto, distracções, segurança e tranquilidade aos que vem trazer-lhes riqueza. [...] Se este plano não for sendo executado perseverantemente, a Madeira sofrerá muito, por isso que uma grande parte dos estrangeiros preferirão a Itália, o meio dia da França, e porventura alguns pontos da Espanha, onde o clima é mais temperado.
> José Silvestre Ribeiro, in Carta ao Ministro dos Negócios da Fazenda, 3 de Fevereiro de 1850.

Ocupações inglesas

O século XIX inicia-se sob o signo das ocupações inglesas. Em Julho de 1801, no decurso das Guerras Revolucionárias Francesas (1792-1802), uma força militar britânica instalou-se no Funchal onde permaneceu até Março de 1802, ocupando o Colégio dos Jesuítas e montando um acampamento militar fora de muros. De 1807 a 1814, durante as Guerras Napoleónicas (1803–1815), teve lugar uma segunda ocupação comandada por Beresford. A população foi obrigada a jurar fidelidade ao Rei e ao Parlamento Inglês e o território perdeu, numa primeira fase, a soberania[245]. Esta ocupação – tácitamente aceite por Portugal – contrasta profundamente com o episódio que teve lugar nas Canárias – mais precisamente na cidade de Santa Cruz do Tenerife – onde, em 1797, a armada inglesa, comandada pelo Almirante Nelson, foi repelida e derrotada pelas defesas da cidade. No arquipélago espanhol, os ingleses teriam que esperar pelo último quartel do século XIX, para beneficiar do acolhimento que na Madeira, desde cedo, lhes foi proporcionado.

A defesa da ilha – e implicitamente a da sua capital – não era considerada prioritária pelo poder instalado em Lisboa[246]. Aragão registou que, «em 1781 havia um total de quarenta e dois fortes e redutos na Madeira com 337 peças, das quais 120 eram consideradas inúteis»[247] e que algumas fortificações, por esta altura, tinham já entrado em franca ruína. Em 1814, quando a tropa inglesa retirou, levou consigo toda artilharia capaz, acabando por acelerar um processo que, com a evolução da arte da guerra no século XIX, se adivinhava já inevitável: o da obsolescência, ruína e demolição das muralhas e da maior parte dos dispositivos defensivos do Funchal – redutos, fortins e baterias. Foi um processo lento que se arrastou até às primeiras décadas do século XX, poupando apenas as

[245] Antonio Pedro Vicente, *O tempo de Napoleao em Portugal: Estudos historicos*, 2a. ed (Comissao Portuguesa de Historia Militar, 2000), p.205.
[246] Ibid., p.210.
[247] Aragão, *Para a História do Funchal, pequenos passos da sua memória*, p.283.

fortificações de maior porte – onde permaneceram instalados os militares – e alguns troços residuais de muralha que não constituíam entrave ao crescimento da cidade[248].

Cidade das Angústias

Um outro episódio traumático, que, logo no início do século XIX, teve repercussões na estrutura urbana da cidade, foi a aluvião de 1803. A história do Funchal, como a da maioria das urbes insulares, tinha sido, até então, uma história de sobrevivência à adversidade e à catástrofe: por mais de uma vez, nas noites em que o vento leste soprava quente e seco, a cidade quinhentista, onde a madeira e o colmo abundavam, ardeu parcialmente; por mais de uma vez os corsários a assediaram, chegando mesmo a saqueá-la; por mais de uma vez, no período das chuvas, as ribeiras transbordaram, ceifando vidas e destruindo bens. Nada se assemelhou, porém, à devastação causada pela aluvião de 1803, que arrasou grande parte da baixa, matando cerca de duzentas pessoas e destruindo a antiga igreja de Nossa Senhora do Calhau, que não voltaria a ser erguida.

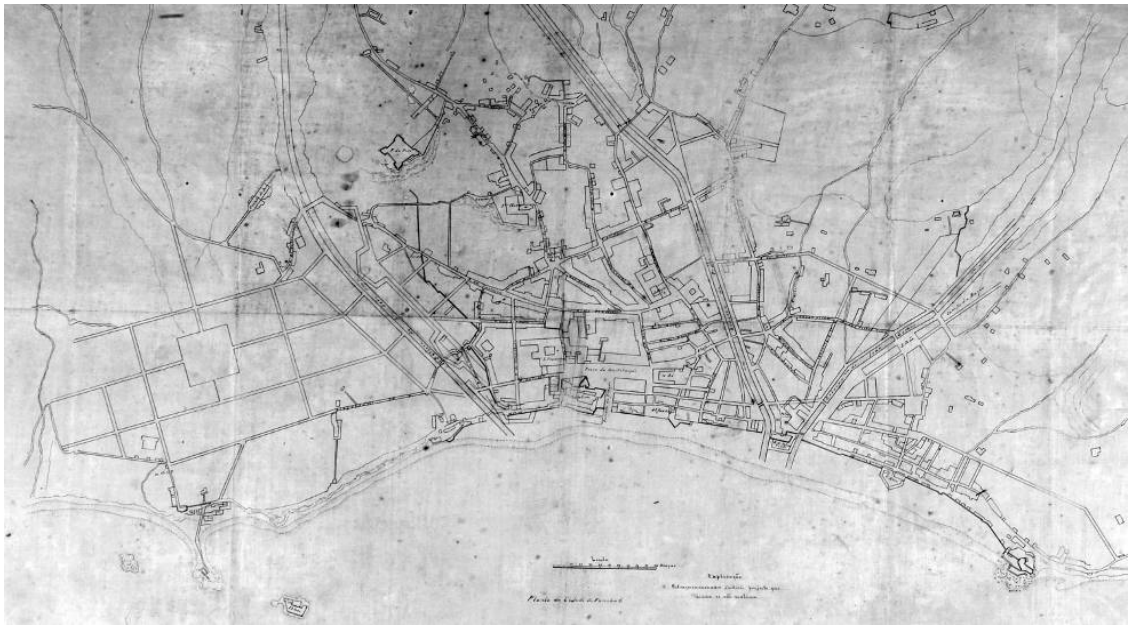


Fig. 17 Paulo Dias de Almeida [atribuída], *Planta da Cidade do Funchal*, 1804-1815 (col. CMFF)

Na sequência da tragédia, foi chamada à Madeira, para fazer o levantamento dos estragos e propor soluções, uma equipa do *Real Corpo dos Engenheiros,* chefiada pelo

[248] Algumas demolições efectuadas na cintura amuralhada do Funchal: Portão da R da Carreira em 1865; Portão da Saúde em 1839 (para dar lugar à entrada da cidade); Portão dos Varadouros em 1911; forte de S. Pedro (mandado edificar em 1706), demolido juntamente com parte da muralha que junto a ele se encontrava em 1897; portão da Rua dos Aranhas em 1904. Cf.: Ibid., p.266–275.

Brigadeiro Oudinot. O trabalho que levou a cabo deu origem a um conjunto de detalhadas plantas que registaram, com grande precisão, a morfologia do Funchal no início do século XIX (Fig. 19, 17) [249]. Numa delas, surge desenhado o projecto de uma cidade de inspiração iluminista, com uma malha ortogonal centrada numa grande praça, fazendo lembrar o traçado pombalino que redesenhou a baixa de Lisboa após o terramoto 1755 (Fig. 17)[250]. Tratava-se da Cidade das Angústias – como foi então designada – e apresentava-se como solução radical para o problema das aluviões: a relocalização do Funchal a poente, numa área elevada e salubre, que ficava compreendida entre Santa Catarina e o Ribeiro Seco, a salvo dos leitos de cheia das ribeiras. Estes terrenos, que no início do século XIX eram dedicados ao cultivo da vinha, desciam em suave pendente do antigo Caminho dos Piornais (actual Rua dos Ilhéus) até à arriba, sobre o mar, neles se destacando apenas o perfil da Quinta das Angústias e da sua torre-mirante na crista da falésia.

A proposta, inicialmente encarada como viável, acabou por ser abandonada, tendo-se optando pelo reforço das muralhas de encanamento das ribeiras[251]. Daí em diante, e durante todo o século XIX, o Funchal foi crescendo de forma espontânea, sem os *planos de ensanche* que caracterizaram a expansão oitocentista das capitais canárias. Do grandioso projecto da Cidade das Angústias – concebido na tradição iluministico-pombalina da chamada «escola portuguesa de urbanismo»[252], onde pontificavam os engenheiros militares, restou apenas um pequeno chafariz, construído em 1815. Três séculos depois do «plano de urbanização» manuelino para a nova cidade do açúcar, esta foi a segunda operação planeada que o Funchal conheceu. A sua exequibilidade era, porém, já duvidosa na conjuntura de crise económica, social e política em que o país iria mergulhar depois das Guerras Peninsulares e da independência do Brasil – as «décadas obscuras» da arquitectura e do urbanismo português[253].

---

[249] Sobre o importante papel desempenhado por este militar ver: Rui Carita, *Paulo Dias de Almeida, tenente coronel do Real Corpo de Engenheiros e a sua descriçao da Ilha da Madeira de 1817-1827* (Funchal: DRAC, 1982).

[250] Trata-se de uma planta do Funchal de Paulo Dias de Almeida, elaborada no primeiro quartel do século XIX, onde, para além da cidade das Angústias, surgem uma série de correcções ao traçado da urbe. Sobre o tema consultar: Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, «A morfologia urbana da cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes» (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias., 2007).

[251] No próprio ano em que a catástrofe ocorreu, chegou a decretar-se que nada se poderia «edificar de novo nos ditos sítios, ou em outro algum dos arrabaldes desta cidade, enquanto este Senado não obtiver se Sua Alteza a expressada licença. Cf.: CMF/ARM, L.º 1365, fl.92, citado por: Nelson Veríssimo, «Depois da Aluvião a 'Nova Cidade'», *Atlântico*, n. 8 (1986): p.300.

[252] Walter Rossa, «A Cidade Portuguesa», em *História da Arte Portuguesa*, por Paulo Pereira, Mila Simões de Abreu, e Luísa de Orey Capucho Arruda, vol. III (Lisboa: Círculo de Leitores, 1995), p.316.

[253] Nuno Portas apodou o período que vai do fim do consulado de Pombal até ao fim de oitocentos como «as décadas obscuras» da arquitectura e do urbanismo português: «Dir-se-ia que, acabada a linhagem da arquitectura, ou engenharia-militar, que teve na reconversão urbana pombalina o seu momento mais alto e que foi, ao mesmo tempo, como que o canto do cisne da politica e arte urbanas neste país – a produção de

Na primeira metade do século XIX, a expansão da cidade para poente, galgando a Ribeira de São João e a muralha que a flanqueava, revelava-se, todavia, inevitável. Em 1807, procedeu-se à abertura do Caminho das Angústias que dava acesso ao cais da Pontinha, onde, em meados do século anterior, se criara um incipiente cais de acostagem, unindo a terra o ilhéu do mesmo nome. Esta pequena infraestrutura portuária, que viria a sofrer significativas obras de ampliação no último quartel do século, constituiu um pólo de atracção a poente. O Caminho das Angústias conduzia à zona dos Ilhéus, ou dos *Loo Fields* – como era designada pelos ingleses – onde se previra implantar a nova Cidade das Angústias. Viria a ser nestes terrenos, entre a Ribeira de São João e o Ribeiro Seco, que o Funchal se iria expandir ao longo de dois eixos paralelos ao mar: o antigo caminho dos Piornais, que já constava na planta de 1570 de Mateus Fernandes (Fig. 15), e a Rua da Imperatriz Dona Amélia, aberta no primeiro quartel do século XIX.

Análise cartográfica: três plantas da primeira metade do século XIX

O confronto entre o conjunto de plantas do Funchal, levantadas no início do século XIX por Marques Rosa[254] (Fig. 18) e pela equipa do Brigadeiro Oudinot (Fig. 19), com a planta de Alexander Vidal[255], datada de 1845 (Fig. 20), permite detectar algumas das principais transformações que a cidade sofreu na primeira metade desse século. De 1700 a 1850 o crescimento demográfico das freguesias urbanas não foi significativo, mantendo-se praticamente idêntica a mancha que a urbe setecentista ocupava – num século e meio a população aumentou cerca de 3000 habitantes[256] (ver Gráfico I, p. 68). Para tal contribuiu a emigração que, entre 1835 e 1855, ascendeu a 40 000 pessoas[257]. Ao longo de toda a primeira metade do século XIX, a malha urbana quinhentista permaneceu praticamente inalterada, mantendo a estrutura herdada do século XVII. Esta é uma primeira constatação que o confronto destas duas plantas corrobora.

---

arquitectura tornou-se uma actividade menor, de modas estilísticas superficiais ou subsidiaria da «construção». Nuno Portas, Pedro Vieira de Almeida, e João Vidigal, *A arquitectura para hoje seguido de Evolução da arquitectura moderna em Portugal*, 2a ed, Horizonte da arquitectura (Lisboa: Horizonte, 2008), p.153.

[254] Agostinho José Marques Rosa , militar madeirense, terá levantado a planta entre 1780 e 1801. Cf.: José de Freitas Ferraz, *Planta da cidade do Funchal desenhada por Agostinho José Marques Rosa*, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga 55 (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1968).

[255] Alexander Thomas Emeric Vidal, «Funchal Bay» (Londres: Admiralty, 1843). No *Elucidário Madeirense* pode ler-se que «esta carta serviu de base a todas as cartas do Funchal publicadas posteriormente em diversas obras estrangeiras relativas à Madeira». Silva e Meneses, *Elucidário Madeirense*, vol.III, p. 150.

[256] Jorge Valdemar Guerra, *Funchal : breve cronologia 1419-1976* (Funchal: DRAC, 2010), p.151 e 169.

[257] Orlando Ribeiro, *A ilha da Madeira até meados do século XX estudo geográfico* (Lisboa: Ministério da Educação Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 1985), p.115.

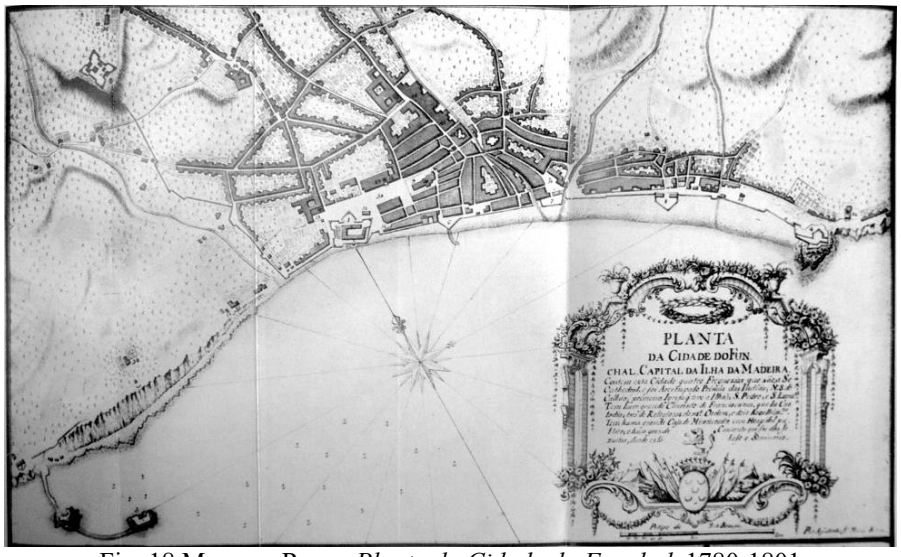


Fig. 18 Marques Rosa, *Planta da Cidade do Funchal*, 1780-1801
(in Ferraz, *Planta da cidade do Funchal*)

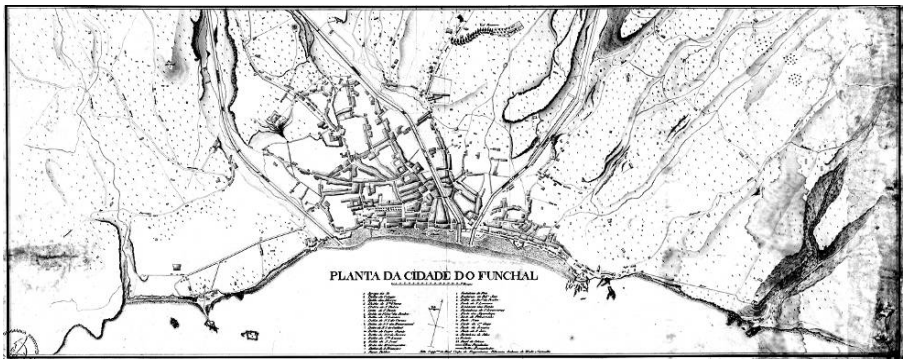


Fig. 19 Feliciano António de Matos, *Planta da Cidade do Funchal*, 1804 (col. IGP)

Fig. 20 Captain A. Vidal, *Funchal Bay*, 1845 (col. BNP)

De entre as pequenas transformações, destaca-se o aparecimento dos passeios públicos, passeios marítimos e alamedas – os novos espaços de estadia da cidade burguesa que, timidamente, começara a despontar no século XVIII. O antigo largo frente à Sé – que Barrow, em 1792, descrevia como «*a short but very pretty walk well shaded with orange or lime trees, willows and polars*»[258] – era a única praça arborizada que as plantas de início do século referenciavam (Fig. 21). A ela vieram somar-se dois passeios marítimos em terrenos conquistados à praia: a Praça Académica (1836-1840), entre a foz da Ribeira de João Gomes e o Forte de São Pedro, e a Praça da Rainha (1839-1842), cuja abertura implicou a demolição de um troço de muralha que ia da Fortaleza de São Lourenço à bateria das Fontes[259]. Ao lado desta, rasgou-se, no mesmo ano, a Entrada da Cidade, uma alameda que ligava um pequeno cais ao coração da urbe (Fig. 29)[260]. Desapareciam assim, em poucos anos, duas antigas portas de mar: o portão das Fontes e o da Saúde. À medida que as antigas muralhas iam perdendo o protagonismo, o Funchal abria-se ao oceano, à infinitude das suas paisagens e aos benefícios curativos das suas brisas.

Fig. 21 Joseph Selleny, *Catedrale in Funchal*, 1857-59 (col. CMFF)

[258] Barrow, *A Voyage to Cochinchina, in the Years 1792 and 1793*, p.7.

[259] O Dr. William Wilde, que esteve na Madeire em 1837 elogiou a cidade e os seus passeios públicos: «The town of Funchal is clean and well paved, with an air of bustle and business; it as a fine cathedral, one good square, and some handsome public walks».Wilde, *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and along the Shores of the Mediterranean*, p.60–61. Duas décadas mais tarde o Dr. Mourao-Pitta refere-se nestes termos a estas duas praças: «Les places publiques sont régulières et sans ornements ni décorations ; mais cette absence dé luxe est compensée par le nombre et l'étendue dés promenades. Les places da Rainha et Academica, près de la mer, permettent de respirer une atmosphère maritime immédiate et pure». *Du Climat de Madère et de son influence thérapeutique dans le traitement des maladies chroniques, en général, et, en particulier, de la phtisie pulmonaire* (Montpellier: Typographye de Boehm, 1859), p.48.

[260] A Entrada da Cidade, tendo sofrido modificações na década de 60 do século XIX, fora construída em 1817 para recepção da futura imperatriz Leopoldina de Áustria que desembarcou na Madeira a caminho do Brasil; até meados do século XIX a entrada oficial da cidade tinha sido o Portão dos Varadouros (1689) demolido em 1911. Carita, *História da Madeira - O longo século XIX (1834-1910)*, 7:p.597.

A planta de Alexander Vidal (Fig. 20) mostra também a nova rede de mercados públicos com que a cidade do turismo terapêutico se ia apetrechando. A igreja de S. Sebastião, demolida em 1803, deu lugar a uma praça – o actual largo do chafariz[261]; no local onde mais tarde se ergueria o Teatro Municipal – em terrenos tomados de aforamento pela Câmara aos Franciscanos em 1823[262]– distingue-se, com clareza, o Mercado de São João; sobre as ruínas da antiga Igreja de Nossa Senhora do Calhau, aparece também assinalado, mas não designado, o Mercado da União, construído em 1835; junto à foz da Ribeira de Santa Luzia está sinalizado o *Fish Market* – a Praça do Peixe, ou Mercado de São Pedro[263] – cujas obras, concluídas em 1840, implicaram, mais uma vez, a destruição de um troço da muralha [264]. Este mercado substituiu a antiga 'praça', de intramuros, que se dizia ser «muito indecente e imunda»[265].

A nova rede de mercados fazia parte das políticas de «aformoseamento» da cidade levadas a cabo pela nascente burguesia comercial que, em 1834, aclamara a restauração do regime constitucional e, no ano seguinte, demoliu o pelourinho, por se tratar de «um emblema dos tempos feudais [266] . Estas políticas, que continham uma importante componente sanitária, faziam parte de um conjunto mais vasto de medidas que eram vitais para a sobrevivência e credibilidade da estância terapêutica, especialmente junto dos seus visitantes: a construção de fontanários; a criação de latrinas públicas – a primeira junto à alfândega, em 1836; ou a implantação de cemitérios fora de muros – no mesmo ano construiu-se o cemitério das Angústias cujos contornos aparecem claramente assinalados na planta de Vidal[267].

A planta não localiza o novo Cemitério Inglês – *The New Burial Ground* – que nasceu durante a ocupação inglesa, em 1808, fora de muros, na Rua da Carreira, onde permaneceu até hoje [268]. Distingue-se, todavia, claramente, a Igreja Inglesa (Fig. 65), concluída em 1822[269]. Vidal referencia com pormenor a exuberante residência de Henry

[261] Ferraz, *Planta da cidade do Funchal desenhada por Agostinho José Marques Rosa*, p.?
[262] Guerra, *Funchal : breve cronologia 1419-1976*, p.163.
[263] Silva e Meneses, *Elucidário Madeirense*, p.241.
[264] Não constam ainda na planta de Vidal o talho municipal e o matadouro, dois anexos à Praça do Peixe construídos onze anos mais tarde. Guerra, *Funchal : breve cronologia 1419-1976*, p.168.
[265] Silva e Meneses, *Elucidário Madeirense*, p.241.
[266] Guerra, *Funchal : breve cronologia 1419-1976*, p.166.
[267] O enterramento nos templos – que Silvestre Ribeiro, uns anos mais tarde, consideraria uma «prática funesta à saúde dos povos – foco de pestilência e morte», fora já classificada por um decreto de 1835 como uma «prática ofensiva do respeito e veneração devida aos lugares sagrados». Cf. Meneses, Sérvulo Drummond de. *Uma epoca administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de Outubro de 1846.* 3 vols. Funchal: Typ. Nacional, 1849, vol.3.º, p.312.
[268] Gregory, *The beneficent usurpers*, p.78.
[269] Trata-se de um pequeno templo de feição neoclássica com planta central encimada por uma cúpula; o seu autor foi o consul inglês, Henry Veitch, um amateur architect que iria construir na ilha varias *villas* Cf.: Ibid., p.79.

Veitch (Figs. 87, 88), o cônsul de Inglaterra, na margem direita da Ribeira de Santa Luzia, perto do centro da cidade – actual sede do Instituto do Vinho e do Bordado. A presença destes equipamentos, aos quais há que adicionar os *English Reading Rooms at Funchal* – um clube destinado à comunidade residente e aos *invalids,* que abriu portas em 1830 – demonstra bem o protagonismo que a comunidade britânica, ligada ao comércio do vinho e do turismo terapêutico ia progressivamente assumindo na vida do Funchal.

As repercussões, na malha urbana, das desamortizações iniciadas pelos liberais a partir de 1820[270], integrando nos Próprios Nacionais os bens de raiz eclesiástica, não são ainda visíveis na planta de Vidal. Conservava-se intacta a antiga cintura de conventos que, à data, faziam já parte integrante da malha urbana. Cerrando, a poente, a Praça da Constituição, vê-se o antigo convento de São Francisco (1473-1866) que, a partir de 1834 – data do decreto que extinguiu as Ordens Religiosas – até à sua demolição em 1866, passou a ser utilizado para os mais diversos fins – prisão, hospital, asilo, quartel e até teatro [271]. A norte, em terrenos mais elevados, aparecem os conventos de Santa Clara (1497-1890), o único que sobreviveu até hoje; o de Nossa Senhora das Mercês (1667-1910), demolido em 1910; e o de Nossa Senhora da Encarnação (1660-1890), que passou para as mãos do estado em 1890, dando lugar, já no início do século XX, ao actual Seminário.

Silvestre Ribeiro e a cidade do turismo terapêutico

A segunda metade do século XIX inicia-se com as reformas urbanas protagonizadas por José Silvestre Ribeiro (1807-1891) – notável político, historiógrafo e pensador do Portugal oitocentista[272]. Ribeiro exerceu o cargo de governador civil do Distrito do Funchal entre 1846 e 1852. A consciência clara que tinha do papel que o turismo terapêutico, findo o ciclo do vinho, passara a desempenhar na economia da ilha, levou-o a promover um vasto conjunto de «melhoramentos» que se destinavam a dar à ilha «um aspecto de civilização» que atraísse os estrangeiros[273]. Tratava-se de transformar o Funchal numa estância capaz de competir com «a Itália, o meio dia da França, e porventura alguns pontos da Espanha, onde

[270] A. H. de Oliveira Marques, «Desamortização, Leis de», *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Figueirinhas, 1984), p.288.
[271] Henrique Pinto Rema, «A Família Franciscana na Madeira no Passado e no Presente», em *A Madeira e a história de Portugal.*, por CEHA (Funchal, Madeira: CEHA, 2001), p.46.
[272] Sobre Silvestre Ribeiro, cf.: Joel Serrão, António Barreto, e Maria Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Figueirinhas, 1984), p.344.
[273] Sérvulo Drummond de Meneses, *Uma epoca administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de Outubro de 1846* (Funchal: Typ. Nacional, 1849), p.598.

o clima é mais temperado»[274]. O governador apercebeu-se que era prioritário dar à cidade «os meios de oferecer comodidades, conforto, distracções, segurança e tranquilidade»[275] aos que lhe traziam riqueza – isto é, aos *invalids*. Na verdade, em meados do século, o Funchal começara a acolher algumas figuras de proa da aristocracia europeia e Silvestre Ribeiro soube tirar partido da situação para dar credibilidade às já famosas propriedades curativas e profiláticas do clima da estância junto as élites europeias que a começavam a frequentar[276].

A abertura da uma marginal Funchal-Câmara de Lobos, que se transformaria, na segunda metade do século, na espinha dorsal da expansão da cidade para poente, foi uma das prioridades do Governador Civil. Não havia dúvidas que a sua função era servir «maioritariamente os estrangeiros doentes, que aqui vêm cuidar da sua saúde» para que tivessem «um passeio assaz extenso, plano e bem andamoso ao longo do mar, facilitando-se-lhes até o uso dos cómodos meios de locomoção que a aspereza das montanhas da ilha impede na sua máxima parte»[277]. Numa cidade conhecida pelas fortes pendentes das suas ruas – onde os veículos com rodas eram praticamente inexistentes – o projecto era inovador, indo ao encontro das necessidades dos *invalids,* a quem os médicos prescreviam a caminhada em terrenos planos para que não se fatigassem.

A sua onerosa execução dependia da construção de duas pontes: uma sobre a ribeira dos Socorridos e outra, de maior porte, sobre o Ribeiro Seco[278]. Esta última foi concluída em 1849 e ficou conhecida como a ponte Monumental (Fig. 22), consolidando, assim, aquele que viria a ser o eixo de expansão dominante da cidade do turismo terapêutico. A *New Road* – como lhe chamavam os ingleses – a primeira marginal da ilha, seguia até Camara de Lobos com um trainel confortável e preparado para a circulação de carruagens. Ao longo dela viriam a fixar-se algumas das mais luxuosas quintas de aluguer, o sanatório e, mais tarde, na última década do século XIX, os hotéis.

---

[274] Ibid., p.593.
[275] Ibid., p.597.
[276] Dessas figuras da aristocracia europeia é possível citar, a título de exemplo, entre 1847 e 1848, o príncipe Alexandre dos Países Baixos e a Rainha Adelaide de Inglaterra que, acompanhada de um grande séquito, alugou a Quinta das Angústias; Maximiliano, duque de Leuchhtenberg, em 1849; a Princesa Dona Maria Amélia e a sua mãe, a Imperatriz Dona Amélia, em 1853; o imperador Maximiliano de Habsburgo, primeiro em 1852 e, mais tarde, em 1859, acompanhado pela princesa Carlota da Bélgica, que publicaria em Viena, uns anos depois, as suas impressões sobre a estância ; a Imperatriz Isabel da Áustria no Inverno de 1860-61.Cf.: Maria Carlota, *Un Hiver à Madère: 1859-1860* (Viena: Imprimerie I. R. de la Cour et de l'État, 1863); Carita, *Funchal 500 anos de História*, pp.105–113.
[277] Meneses, *Uma epoca administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de Outubro de 1846*, p.226.
[278] Carita considera a Ponte e a Estrada Monumental para Câmara de Lobos, a par da Levada do Rabaçal, como uma das mais importantes obras públicas da Madeira de meados do século XIX. Carita, *História da Madeira - O longo século XIX (1834-1910)*, 7:p.392.

Fig. 22 Funchal, Ponte Monumental (col. PMV)

O grosso das medidas de «aformoseamento» e saneamento tomadas por Silvestre Ribeiro iria incidir sobre a cidade antiga. Entre as muitas que tomou, destacam-se a regularização do traçado da Rua do Castanheiro, considerada já então «tortuosa e quase intransitável» por um decreto de 1842[279]; a iluminação pública da baixa; a criação de passeios – para dar «uma aparência mais grandiosa à cidade» e evitar «o desagradável inconveniente da passagem em concorrência com os animais»[280]; a reinstalação da cadeia no «extinto convento de São Francisco» onde os presos pudessem começar «a respirar um ar puro, em vez de sorverem esses miasmas fétidos e deletérios, que até agora os matavam lentamente»[281]; a distribuição de latrinas públicas pelo centro «em prol do bom conceito que devemos granjear na opinião dos estrangeiros»[282]; a implantação de mirantes para disfrute da paisagem; a construção de um Asilo de Mendicidade «para afastar da cidade uma imensidade de mendigos, que outrora importunavam os estrangeiros»[283]; ou ainda a tentativa de construir o teatro municipal.

Embora não tendo sido objecto de transformações de vulto, as estruturas portuárias mereceram também a atenção do governador[284]. O cais da Pontinha, que tinha resultado de

[279] Meneses, *Uma epoca administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de Outubro de 1846*, p.166.
[280] Ibid., p.343.
[281] Ibid., p.150.
[282] Ibid., p.253.
[283] Ibid., p.597.
[284] Carita refere a preocupação expressa de Silvestre Ribeiro com as condições de desembarque da imperatriz viúva D. Amélia e de sua filha, esperadas no Funchal já em 1851, e a sua recomendação de que

um projecto de meados do século XVIII, que unira o chamado Ilhéu Pequeno à rocha da Penha de França[285], foi melhorado e planeou-se ligá-lo «por meio de uma estrada, à borda do mar, com a Alfândega»[286] – um projecto que só viria a concretizar-se em 1885. Quanto ao cais que dava acesso à chamada Entrada da Cidade, junto ao forte de São Lourenço, os melhoramentos iniciados em 1843 tinham demonstrado grandes dificuldades em resistir às investidas do mar e, em 1852, quando Silvestre Ribeiro terminou o seu mandato, estavam ainda por concluir. Subjacente à grande maioria destas medidas, esteve sempre a preocupação com o bem estar dos estrangeiros: havia que adaptar a cidade do turismo terapêutico às suas necessidades e exigências.

Segunda metade do século XIX: a expansão fora de muros

No período que se estende de meados do século XIX até ao eclodir da Primeira Guerra Mundial, o crescimento da população do Funchal foi moderado. Os cerca de 13.000 habitantes registados em meados do século passaram a 20.300 em 1911[287]. Quando comparado com este, o crescimento das duas capitais canarinas – Las Palmas e Santa Cruz -, sobretudo a partir da última década do século, assemelha-se a uma verdadeira explosão demográfica (ver Gráfico I, p. 68). As elevadas taxas de emigração para as Américas Central e do Sul, problema que na Madeira foi recorrente ao longo de todo o século XIX, explicam em larga medida o modesto aumento populacional da sua capital[288]. Este facto não impediu, todavia, que a expansão da urbe progredisse, mantendo o padrão iniciado na primeira metade do século: crescimento arrabaldino, acompanhado pela cristalização do núcleo intramuros cuja estrutura continuava a manter-se praticamente inalterada (Fig. 11).

Graças às elevadas taxas de emigração e à sua débil industrialização, o Funchal ficaria à margem da explosão urbana que revolucionou as grandes urbes europeias. A construção de habitação operária, que nestas últimas constituiu uma premente necessidade, assumiu na pequena capital insular – e apenas nas últimas décadas do século XIX – uma expressão limitada, que não pode comparar-se com o que ocorreu, na mesma época, nas

---

a obra devesse «ser executada para ficar para sempre». Carita, *História da Madeira - O longo século XIX (1834-1910)*, 7:p.399.

[285] Este molhe resultara de um projecto de 1757 da autoria do engenheiro Francisco Tossi Columbina. Ibid., 7:p.597.

[286] Tibério Augusto Blanc, *Brevissima resenha de alguns dos serviços que ao districto do Funchal tem prestado o conselheiro José Silvestre Ribeiro* (Funchal: Typ. Nacional, 1851), p.22.

[287] Cf. Guerra, *Funchal : breve cronologia 1419-1976*, 169; Nuno Valério, *Estatísticas históricas portuguesas*, Estatísticas gerais (Lisboa: Inst. Nacional de Estatística, 2001), 133–134.

[288] Entre 1865 e 1890, deu-se uma «avalancha de emigração», tendo-se mesmo chegado a registar um decréscimo populacional de 700 habitantes entre os anos de 1878 e 1890. Cf.: Câmara, «The Tourism Industry in Madeira (1850-1914)», p.29.

duas capitais canarinas – apesar de, também estas, terem ficado à margem do conturbado processo de industrialização centro-europeu. No Funchal, do fluxo de campesinato que ia abandonando os campos e não foi absorvido pela emigração, pouco restou. O remanescente, ou foi instalar-se no antigo bairro de Santa Maria do Calhau – que mantinha desde o século XVI o seu carácter popular e obreiro – ou foi ocupar as margens das ribeiras em construções precárias que não sobreviveram muito tempo.

Fig. 23 Funchal, bairro operário, R. do Brigadeiro Couceiro (fontes: Ventura Terra, *Planta Geral de Melhoramentos para o Funchal*, 1913-15 (col. ACMF); fot. do Autor)

Há que registar, todavia, as modestas casas operárias, de um só piso, que se foram alinhar fora de muros, em quatro estreitas vias que ligam a Rua de São João à Rua 5 de Junho[289] – actuais Rua Dr. Brito Câmara e Rua Major Reis Gomes. Estas, não tendo chegado sequer a formar um bairro (Fig. 23), terão albergado algum do operariado que já não coube em Santa Maria do Calhau: os trabalhadores portuários e os das fábricas de cana e seus derivados, as duas actividades que mais mão de obra mobilizaram na capital da ilha[290]. Curiosamente, este pequeno trecho de cidade planeada constitui a única expansão por quarteirões que o Funchal oitocentista conheceu. O processo de segregação social do espaço urbano que teve lugar nas duas capitais canárias – e que gerou os *ensanches* operários Salamanca e Duggy, em Santa Cruz, e los Arenales e La Isleta, em Las Palmas – foi praticamente inexistente no Funchal, onde nunca houve um número significativo de operariado «sem terra». Para os frequentadores de uma estância terapêutica, habitualmente provenientes de grupos sociais privilegiados, tratava-se, aliás, de uma vantagem – nada pior

[289] A abertura da Rua 5 de Junho (actual Major Reis Gomes), que corria junto à muralha, teve lugar em 1888, implicando a demolição do antigo cemitério inglês. Cf.: Guerra, *Funchal : breve cronologia 1419-1976*, p.183.
[290] Cf.: Câmara, *A economia da Madeira (1850-1914)*, pp.201e 294.

do que os insalubres miasmas que bairros como La Isleta – «*el más moderno y más infecto de nuestra ciudad*»[291] – apresentava aos olhos dos *invalids*.

No Funchal, o crescimento urbano teve lugar em duas frentes: a antiga cidade de intramuros e os seus arrabades. Na primeira assistiu-se a um adensamento da malha urbana, a qual, paralelamente, foi sofrendo pequenas obras de regularização ou «aformoseamento», como era uso dizer-se na época. As casas preservaram sempre, todavia, o pequeno quintal nas traseiras, com horta, galinheiro e pomar, uma singularidade da cidade portuguesa que se manteria até meados do século passado e que, como já se mencionou, os viajantes oitocentistas descreveram como uma curiosidade[292]. Fora de muros, ao contrário do que sucedeu em Las Palmas e Santa Cruz, a expansão não se baseou no sistema de quarteirões, mas em «árvores de caminhos». Estes, limitavam já, na maioria dos casos, as frentes dos lotes rurais arrabaldinos, onde as casas se iam implantando, por vezes, à face dos referidos caminhos. Foi um crescimento que parece ter dado continuidade ao modelo de gestação da cidade insular portuguesa e que apresentou consideráveis semelhanças com algumas formas de povoamento disperso do noroeste português[293]. Irradiando do núcleo antigo, os ramos destas «árvores de caminhos» evoluíram de forma desigual em três direcções: para nascente e poente, ao longo da orla marítima e para norte subindo a encosta.

A expansão para nascente, paralela à linha de costa, onde a arriba era escarpada e não abundavam os terrenos chãos, foi a mais tardia. A abertura da Rua do Bom Jesus até ao Campo das Barca (1895-1906) iria dar origem à Rua do Conde Carvalhal e à Estrada Regional n.º 23 em direcção a Machico –via projectada já na primeira década do século XX. O seu traçado sinuoso procurava adaptá-la à circulação automóvel, constituindo, assim, uma alternativa ao antigo e estreito Caminho do Lazareto que entroncava na antiga Rua de Santa Maria, seguindo ao longo da crista da arriba. Para norte, encosta acima, continuou a crescer espontaneamente a rede de caminhos de festo que serviam os inúmeros «poios» de um anfiteatro agricultado até aos 600 metros – íngremes ladeiras que, ainda hoje, constituem uma das singularidades da paisagem urbana do Funchal. Para poente, ao longo da linha de costa, como já se aludiu, a expansão estruturou-se ao longo da Estrada Monumental – uma marginal de trainel suave, projectada por engenheiros militares em meados do século XIX.

---

[291] Cf. Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.110.

[292] Cf.: França, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1845)*, p.52; Lady Emmeline Stuart-Wortley, *A visit to Portugal and Madeira* (Chapman and Hall, 1854), p.227; Dennis Embleton, *A Visit to Madeira in the Winter 1880-81: Two Lectures Delivered before the Members of the Literary & Philosophical Society of Newcastle-upon-Tyne, on the 17th and 19th of October, 1881* (London: J. & A. Churchill, 1882), p.9.

[293] Nuno Portas, «Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas», em *Estudos de arte e história: homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, por AAVV, 1a ed, Artes (Lisboa: Vega, 1995), p.433.

Este último seria o ramo que melhores condições iria oferecer à nova cidade do turismo terapêutico: acessibilidade, segurança, micro-clima favorável, prevalência de terrenos com pendentes suaves. Em 1854, o Dr. Barral, ao referir-se às características a que deveria obedecer o terreno onde viria a implantar-se o primeiro sanatório madeirense – o Hospício Princesa Dona Maria Amélia – e aos problemas que poderiam advir da proximidade do cemitério, escreveu: «Se a cidade se estender sobre o lado do Poente, para o que parece haver tendência, o cemitério das Angústias virá a ficar dentro da povoação, e será então preciso procurar outro lugar mais afastado para o substituir»[294]. Era já claro, em meados do século, que a cidade se iria expandir nesta direcção e, noventa anos mais tarde, tal como previsto pelo médico, o cemitério seria relocalizado.

[294] Barral, *Notícia Sobre o Clima da Madeira e Sua Influência no Tratamento da Tisica Pulmonar*, p.110. O Dr. Mourão-Pitta faz também referência ao crescimento da cidade para poente e ao novo *fauburg* do Ribeiro Seco: «La population s'était portée, dans le principe, vers le Nord-Est, dans le faubourg Sancla-Luzia; mais ce quartier a été jugé un peu humide, en raison de la grande quantité d'eau qui y passe journellement, et aujourd'hui les classes riches vont se loger de préférence du côté dé l'Ouest, dans le faubourg du Ribeiro Secco. On a signalé, du reste, la même tendance dans toutes les grandes villes de l'ancien monde». *Du Climat de Madère et de son influence thérapeutique dans le traitement des maladies chroniques, en général, et, en particulier, de la phtisie pulmonaire* (Montpellier: Typographye de Boehm, 1859). p.50-51.

Uma cidade de quintas

> The city seems to continue itself in lovely quintas which stand out in relief from the terraced ground, on which all buildings on these mountain-sides stand.
> Ellen Taylor in *Madeira: its scenery, and how to see it.*

Fig. 24 Edward John Poynter, *The Morning Sun*, 1877 [encosta do Funchal vista do hotel Santa Clara] (col. Rui Carita)

Analisando os dados demográficos relativos ao período compreendido entre 1890 e 1940, Orlando Ribeiro constatou que o desenvolvimento do Funchal tinha sido mais flagrante nas freguesias dos arredores do que na própria cidade. Na verdade, tratou-se de um padrão de crescimento que teve início no século XVIII[295] e que se intensificou a partir de meados do século seguinte. A fisionomia da cidade e dos seus arredores – o vasto anfiteatro agricultado que a envolvia – manteve, todavia, durante séculos, o mesmo carácter:

> Nos arredores multiplicaram-se as quintas; compõe-se de uma casa de habitação com todo o conforto urbano, dominando o panorama da baía e do porto, no meio de culturas de rendimento, de flores perfumadas e de árvores que mantém a frescura. [...] As casas concentram-se até à altitude de 80 metros; depois, dispersam-se no meio das culturas de cana-de-açúcar, das hortas, dos bananais, das vinhas, dos pomares que dispõe de água de rega em abundância. A levada de Santa Luzia, ladeada por uma estrada donde se avista o conjunto da cidade baixa, constitui um limite, para lá do qual, os caminhos e as estradas orientam toda a distribuição das casas. Sobem até mais de 300 metros, e mesmo a mais de 500 no Monte[296.]

Descrita pelo geógrafo na década de 30 do século passado, esta paisagem não diferia muito da que se apresentava aos olhos do viajante oitocentista. Já no primeiro quartel do

[295] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.130–131.
[296] Ribeiro, *A ilha da Madeira até meados do século XX estudo geográfico*, pp.127,130–131.

século XIX, eram estas casas e os seus jardins, por entre *poios*[297] agricultados (Fig. 24), o que mais impressionava aqueles que contemplavam o vasto anfiteatro da amurada do navio: « *The hills rise in terraces behind the town to a height of several hundred feet, clothed with vines and the most luxuriant vegetation; and studded with the lovely Quintas or private residences of the inhabitants*»[298]. Foi esta cidade de quintas, ainda viva na década de 50 do século XX, que Maria Lamas descreveu quando esteve exilada na Madeira: «Hoje, sem exagero, o Funchal é uma cidade de quintas! Fora do centro e dos bairros chegados à beira-mar, as ruas correm, algumas inteiramente, por entre os seus muros»[299].

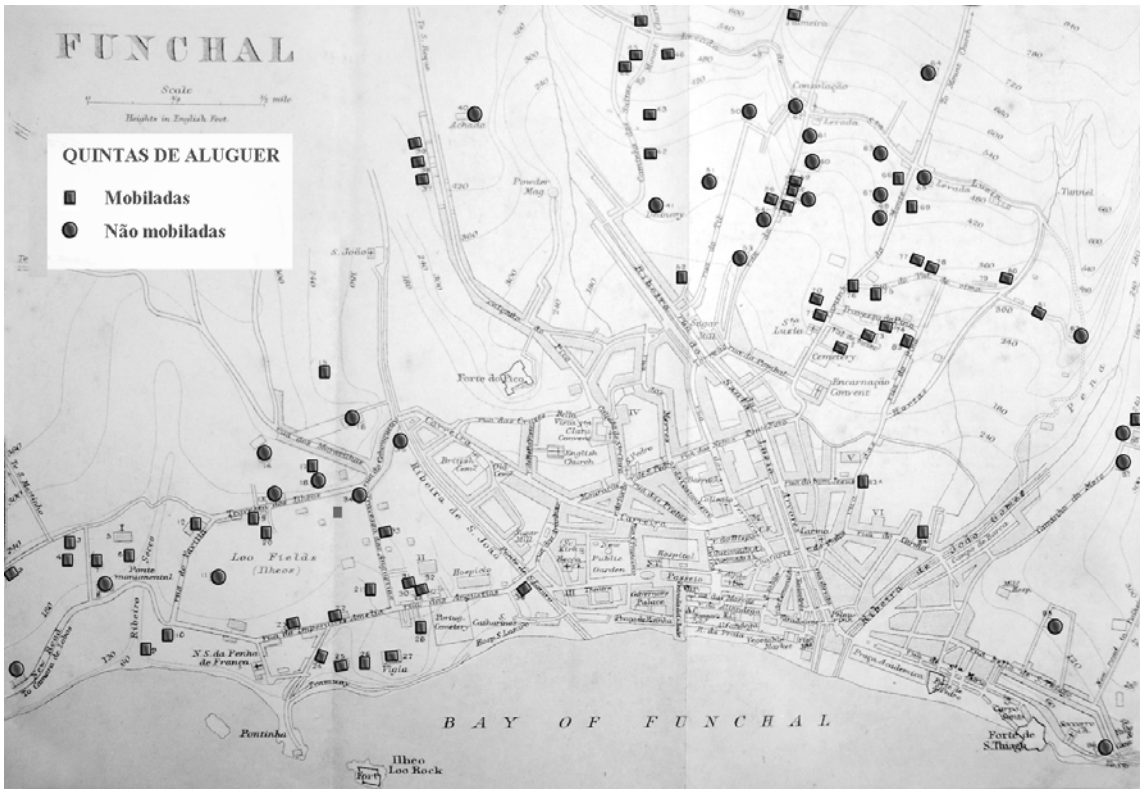


Fig. 25 Planta do Funchal com a localização das quintas de aluguer. Original tratado pelo Autor (in, Johnson, *Madeira its Climate and Scenery,* 1885)

Nos terrenos a poente da cidade, considerados salubres e seguros pelos clínicos da época, iria fixar-se o mais importante núcleo de quintas de aluguer e hotéis da estância terapêutica. Os parcelamentos foram ocorrendo espontaneamente ao longo de dois eixos viários paralelos ao mar: a Rua dos Ilhéus e a Rua Imperatriz Dona Amélia. James Yate Johnson, no seu *Handbook for Invalids and Other Visitors*[300], publicado em Londres em

[297] Forma como são designados na Madeira os socalcos agrícolas.
[298] Wilde, *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and along the Shores of the Mediterranean*, p.57.
[299] Lamas, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, p.305.
[300] James Yate Johnson, *Madeira its Climate and Scenery: a Handbook for Invalids and Other Visitors*, 3.ª ed. (London: Dulau & Co., 1885).

1885, sinalizou, nesta zona da cidade, 36 quintas de aluguer (Fig. 25)[301], entre as quais se contavam duas das mais cobiçadas por quem procurava a ilha em cura de ares: a Quinta das Angústias – cujo núcleo original datava do século XVII[302] – e a Quinta Vigia (Fig. 99), construída em 1856, por um comerciante inglês[303]. Aqui viria a fixar-se, também nessa data, o primeiro sanatório da ilha e, já nas últimas décadas do século XIX, os primeiros hotéis – o *Reid's Palace* e o *John's Bela Vista*, aos quais se vieram juntar o *Royal* e o *Atlantic*.

A tipologia urbana predominante nesta zona era, por excelência, a que melhor se coadunava com o turismo terapêutico: edifícios dispersos, ocupando lotes-jardim, cujas frentes confrontavam com o arruamento (Fig. 26). Referindo-se criticamente aos arredores de Lisboa, como potencial lugar de cura para as *enfermidades do peito,* o Dr. Barral escrevia:

> Alguns destes sítios são aprazíveis, têm jardins, e algumas habitações boas; mas o geral dessas habitações é mau: construções de péssimo gosto, pouco asseadas, sem jardins, e em alguns destes sítios acham-se elas acumuladas e dispostas como em uma rua da cidade, recebendo toda a poeira, que os ventos e o movimento dos veículos lhe enviam, e às vezes as emanações de uma estrada em que se lançam as imundícies das casas[304].[sublinhado meu]

Fig. 26 O Funchal visto de Oeste, zona dos Ilhéus (in *The Ilustrated London News, 1879*)

[301] Ibid., p.31.
[302] Jorge Valdemar Guerra, «A Quinta de Nossa Senhora das Angústias : em torno dos seus proprietários», *Islenha*, n. 23 (1988): p.115.
[303] Lamas, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, p.318.
[304] Barral, *Notícia Sobre o Clima da Madeira e Sua Influência no Tratamento da Tisica Pulmonar*, p.203.

Ao constatar a insalubridade dos arrabaldes lisboetas, o médico, implicitamente, estabelecia também os requisitos a que deveria obedecer a cidade do turismo terapêutico: uma cidade arejada e constituída por edifícios isolados nos seus respectivos lotes. Esta era, aliás, a tipologia dominante em toda a periferia do Funchal, uma cidade de quintas que, paulatinamente, galgara a antiga muralha e se ia cosendo sem conflito com o campo – quer para poente, ao longo da linha de costa, quer para norte, ao longo de uma rede de íngremes caminhos de festo.

Foi esta periferia habitada e fértil das quintas de aluguer que fez do Funchal, durante mais de um século, a estância terapêutica de eleição no Atlântico norte. Nas Canárias, a silhueta de Santa Cruz do Tenerife e de Las Palmas emergiam de uma envolvente estéril, agreste e desabitada. Não se gerou, nestas cidades, uma periferia de quintas harmoniosamente fundida com o campo e os seus cultivos; o crescimento por *ensanches* deu origem, na maioria dos casos, a quarteirões compactos, sendo os ensaios da «cidade jardim» que se levaram a cabo, a excepção. Só em Puerto de la Cruz, no litoral Norte da ilha do Tenerife, era possível encontrar algo de semelhante à paisagem do anfiteatro que envolvia a capital madeirense. Inserida no fértil vale de La Orotava, esta pequena vila fazia parte de um cenário cuja beleza Humboldt louvara em finais do século XVIII[305]. Foi com ela que, a partir das duas últimas décadas do século XIX, o Funchal teve de competir.

Planta dos engenheiros Adriano e Aníbal Trigo

A *Planta Roteiro da Cidade do Funchal* (*contendo todos os melhoramentos realizados até o ano de 1910*) (Fig. 27)[306], dos engenheiros Adriano[307] e Aníbal Trigo[308],

[305] Humboldt e Bonpland, *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of the New Continent During the Years 1799-1804*, p.134.

[306] Esta planta faz parte do *Roteiro e Guia Do Funchal* de Adriano e Augusto Trigo. No *Elucidário Madeirense* pode ler-se: «Em 2 de Abril de 1893, mandou a Camara abrir concurso de 60 dias para a arrematação dos trabalhos do levantamento da planta da cidade, tendo estes trabalhos sido adjudicados ao Consultório de Engenharia, do qual faziam parte os engenheiros Carlos Roma Machado de Faria e Maia e Adriano Augusto Trigo. A planta ficou concluída em 1895[...]. Em 6 de Setembro resolveu a Câmara adquirir [...] uma redução da referida planta, feita pelo engenheiro C. Roma e Maia [...]. Depois disso, outras cópias foram tiradas da referida planta reduzida, tendo uma delas, ou o respectivo original, servido de base ao *Guia Panorâmico da Madeira*, publicado há anos pelo dr. Luis Rodrigues Gaspar e Francisco Bento de Gouveia, e à *Planta Roteiro da Cidade do Funchal contendo todos os melhoramentos realizados até o ano de 1910,* elaborada pelos engenheiros Adriano A. Trigo e Aníbal A. Trigo». Silva e Meneses, *Elucidário Madeirense*, vol.III, pp. 150-151.

[307] «Adriano Augusto Trigo (Moncorvo, 13 Nov.1862; Lisboa, 4 Ago. 1936). Veio para a Madeira em 1890 como chefe de secção das Obras Públicas Distritais e, tendo passado entretanto a director, chamou para o seu anterior lugar o irmão. Seguiria para idêntico posto em Macau, em 1919, regressando ainda à Madeira em 1925, mas radicando-se depois em Lisboa, onde faleceu. Deixou uma ampla bibliografia,

quando comparada com a planta de Alexander Vidal (Fig. 20)[309], traçada 65 anos antes, permite detectar as principais transformações que se operaram no Funchal ao longo da segunda metade do século XIX. Fixado pela Câmara em 1909, o novo perímetro urbano alargou-se a norte até ao Caminho da Levada de Santa Luzia, a poente até ao Ribeiro Seco e, a nascente, até à Levada do Bom Sucesso e o Ribeiro de Gonçalo Ayres. A cidade subiu a encosta até aos 180 metros – a cota média das levadas de Santa Luzia e do Bom Sucesso – anexando ao seu novo perímetro a cintura de quintas que orbitavam em torno do antigo núcleo de intramuros. Ao atribuir um carácter urbano à «cidade das quintas» – que foram, assim, consideradas parte integrante do Funchal, onde ocupavam grande parte do solo urbano, esta anexação reflectia a ideia então prevalecente sobre os reais limites da urbe.

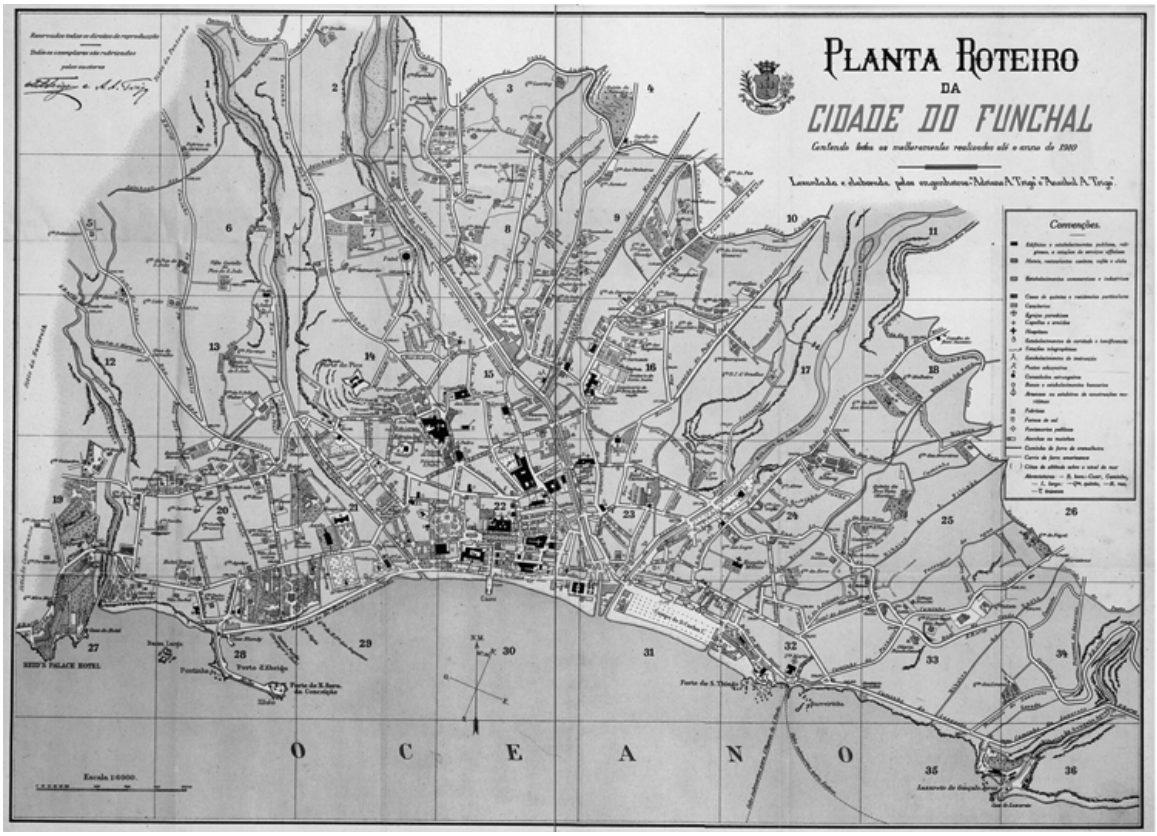


Fig. 27 *Planta Roteiro da Cidade do Funchal* (in Trigo, *Roteiro e Guia do Funchal*, 1910)

colaborando em vários periódicos, nomeadamente no extinto Diário Popular do Funchal, de que foi um dos proprietários». Carita, *História da Madeira - O longo século XIX (1834-1910)*, 7:p.401.

[308] «Aníbal Augusto Trigo (Moncorvo, 29 Set.1865; Funchal, 13 Jul. 1944). Transitou da secção da direcção das Obras Públicas Distritais para o congénere gabinete da Câmara Municipal do Funchal, acumulando este posto, depois da saída do irmão para Macau, com a direcção das obras da Junta Geral. Ocupou igualmente a direcção dos Serviços Hidráulicos e a inspecção superior das Obras Públicas. Editou inúmeras obras na área das levadas, de saneamento básico e dos roteiros turísticos» Ibid., 7:p.402.

[309] Vidal, «Funchal Bay».

Fig. 28 Funchal, Jardim Municipal e Teatro Maria Pia,1890-95 (col. ARM)

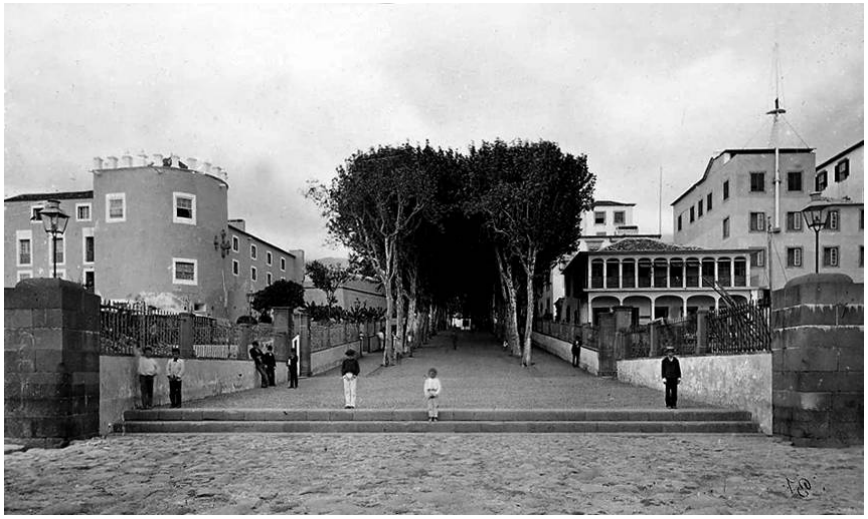


Fig. 29 Funchal, Entrada da Cidade, 1880-90 (col. ARM)

Fig. 30 Funchal, Praça da Constituição, 1900-10 (col. ARM)

Na introdução do seu roteiro, os irmãos Trigo deixavam claro que o Funchal continuava a ser uma «estação sanitária por excelência, especialmente para os estrangeiros que aqui acorrem em elevadíssimo número, principalmente na estação de inverno»[310]. Daí a importância de um roteiro que localizasse as suas ruas e os seus diversos equipamentos – turísticos, comerciais ou sanitários. Da antiga muralha, cujos troços eram ainda visíveis, 60 anos antes, na planta de Vidal, não sobravam, agora, senão os fortes mais proeminentes – São Tiago, São Lourenço ou o Pico – e alguns elementos residuais, como o Portão dos Varadouros. O roteiro recomendava, aliás, a visita a este último «por muito tempo a entrada de honra da cidade, em cujas muralhas foi aberto no ano de 1689[311]», recomendação que não impediu que viesse a ser demolida um ano mais tarde[312]...

Dos antigos núcleos conventuais – todos de pé em meados do século XIX – tinham desaparecido o convento da Encarnação – que daria lugar ao novo Seminário em 1905 – e o convento de São Francisco, demolido em 1865 para dar lugar aos Paços do Concelho – um projecto que nunca se concretizou[313]. No local deste antigo convento viria a nascer, em 1881[314], o Jardim Municipal (Fig. 28) – à semelhança, aliás, do que sucedera com a praça do Príncipe das Astúrias, em Santa Cruz do Tenerife, a qual, em 1860, foi ocupar antigos terrenos do convento franciscano (Fig. 42) [315]. A criação de alamedas arborizadas e, mais tarde, de parques urbanos, no coração da cidade antiga, onde a malha urbana era mais compacta – muitas vezes tirando partido de terrenos desamortizados que tinham sido propriedade da Igreja – enquadrava-se no conjunto de medidas de teor higienista a que já se aludiu. No caso das estâncias terapêuticas, estas adquiriam especial significado, pois era fundamentalmente da pureza do ar e do conforto dos *invalids* que dependia o seu futuro.

Sob este ponto de vista, a planta do Roteiro demonstra bem que, na viragem do século, o Funchal não se encontrava mal servido de áreas verdes: em pleno centro, vários espaços públicos arborizados, articulando-se entre si, formavam uma pequena estrutura verde: a Praça da Rainha – que, em 1898, viria a ser ampliada e melhorada com a demolição da bateria das Fontes – ligava-se, através da alameda da Entrada da Cidade (Fig. 29), à

[310] Adriano Augusto Trigo e Aníbal Augusto Trigo, *Roteiro e Guia do Funchal* (Funchal: Typografia Esperança, 1910), p.3.
[311] Ibid., p.58.
[312] Curiosamente, a visita à Fábrica de Moagem de São Filipe, «notável pela sua modelar instalação» – um grande edifício fabril que viera substituir, em 1906, o forte de São Filipe – era também recomendada como local «digno de visitar pelos excursionistas». Ibid., p.57.
[313] Os Paços do Concelho – actual Câmara Municipal do Funchal – acabaram por se instalar, três anos depois, num edifício arrendado ao Conde de Carvalhal, à Rua dos Ferreiros, o qual, em 1883, seria definitivamente adquirido aos seus proprietários.
[314] De acordo com o *Elucidário Madeirense*, a planta do jardim terá sido aprovada pela Câmara em 15 de Setembro de 1881. Silva e Meneses, *Elucidário Madeirense*, vol.II,p.350.
[315] Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.193.

Praça da Constituição (Fig. 30); esta, por sua vez, com a construção, em 1878, do Jardim Pequeno[316], passara a articular-se com o Jardim Municipal. Com o seu traçado de inspiração romântica, este jardim assumia-se como o pequeno «pulmão» da cidade[317]. Na margem esquerda da Ribeira de João Gomes, a antiga Praça Académica (1836-1840) transformara-se, com a demolição do Forte de São Pedro, em 1901, no desafogado Campo de D. Carlos I – actual jardim Almirante Reis. O objectivo principal da sua construção tinha sido sanear o problemático bairro de Santa Maria do Calhau, demolindo os troços de muralha que o encerravam do lado do mar e se encontravam adjacentes ao forte[318]

No que se refere aos equipamentos de saúde, a estância passara a estar apetrechada com novas unidades. No centro, continuava em funcionamento o Hospital de Santa Isabel que, apesar de antigo, era «notável pela boa ordem e asseio que presidem a todos os serviços[319]» como referia o roteiro dos irmãos Trigo. A partir de 1851, e ainda por iniciativa do dinâmico Governador Silvestre Ribeiro, localizara-se na foz da Ribeira Gonçalo Aires, o lazareto – destinado a acolher os viajantes em quarentena – cujas instalações só seriam definitivamente concluídas em 1874[320]. Em 1856, assentou-se a primeira pedra do Hospício Princesa Dona Maria Amélia (Fig. 147) – o primeiro sanatório português e um dos mais sofisticados da sua época – que entraria em funcionamento em 1861. Finalmente, na primeira década do século XX, inauguraram-se dois luxuosos sanatórios de altitude, construídos pela «Empresa dos Sanatórios da Madeira», uma empresa de capital alemão: a Quinta Sant'Ana (Fig. 100) e a «Casa Amélia» (Fig. 166) [321].

A *Planta Roteiro* localizava com precisão, não só as quintas de aluguer, como também a maioria dos hotéis que nesta época equipavam a cidade. Os mais importantes – *Reid's Palace Hotel* (Fig. 136), o *John's Bela Vista* (Fig. 140) e o *Royal* (Fig. 142) – situavam-se todos a poente da Ribeira de D. João, na nova periferia das quintas, rodeados de generosos jardins e varandas de repouso onde os enfermos podiam disfrutar os panoramas que a cidade oferecia e inalar as brisas curativas da cidade das quintas. No centro, concentrando-se nas imediações do molhe, junto à Entrada da Cidade – onde, apesar da rede de jardins e alamedas, o ar estagnava nas ruas mais estreitas – situavam-se os

[316] Silva e Meneses, *Elucidário Madeirense*, vol.II,p.350.
[317] De acordo com o *Elucidário Madeirense*,«as primeiras plantas introduzidas no Jardim Municipal vieram de Paris, tendo chegado depois outras do Porto e de mais algumas procedências. [...] Em 29 de Agosto de 1888 resolveu a Camara comprar vinte e nove vidraças para o estabelecimento de uma estufa». *Elucidário Madeirense*, vol.II, p.350.
[318] Silva e Meneses, *Elucidário Madeirense*, vol.I,p.480.
[319] Trigo e Trigo, *Roteiro e Guia do Funchal*, p.58.
[320] Guerra, *Funchal : breve cronologia 1419-1976*, p.180.
[321] Eberhard Axel Wilhelm, «A Madeira entre 1850 e 1900: uma estância de tísicos germânicos», *Islenha*, n. 13 (1993): 116–21.

estabelecimentos de «2ª ordem», mais vocacionados para os passageiros em trânsito, cujo número, desde meados do século XIX, não parara de crescer: o Hotel Central (Fig. 31), o Universal, o Mandariz, o Europa, o Funchal e, por último, as «casas de pensão», onde era possível pernoitar por preços módicos.

A par dos estabelecimentos hoteleiros, a cidade passara a contar também com novos equipamentos, comuns à maioria das estâncias terapêuticas oitocentistas: o teatro Dona Maria Pia (Fig. 28), actual teatro Municipal Baltazar Dias, cuja construção teve lugar de 1884 a 1888, em terrenos que haviam pertencido ao convento de São Francisco, um animatógrafo, o Pavilhão Paris, o Casino Pavão, situado nos Ilhéus, na proximidade dos grandes hotéis, bem como diversos clubes. Assinale-se também o Mercado de D. Pedro V (Fig. 32), destinado a verduras, frutas e legumes, que se instalou em 1880, junto à praça do peixe, e a igreja escocesa que, a partir de 1861[322], veio complementar o serviço religioso prestado pela antiga igreja inglesa à comunidade britânica, cuja influência e poder não tinham parado de crescer ao longo do século XIX.

No que se refere às infra-estruturas portuárias, a planta é bem demonstrativa de quão pouco estas haviam progredido em mais de meio século. A baía do Funchal continuava desprotegida dos ventos tempestuosos do quadrante Sul, obrigando os navios que nela ancoravam a fazer-se ao largo sempre que estes se levantavam, sob pena de naufragarem arrastados contra a costa pelas vagas[323]. Os melhoramentos do porto concorrente de Las Palmas, na Grã-Canária, iniciados em 1883, terão contribuído para apressar as obras no Funchal, pois tal como registava o preâmbulo da carta de lei de 1884, que autorizava a execução do projecto, era «de grande conveniência pública facilitar por todos os meios a concorrência dos viajantes nacionais e estrangeiros que procuram o clima benéfico [da Madeira] para alcançarem alívio aos seus padecimentos, e dos que, em trânsito, se dirigem para vários pontos»[324]. As obras de ligação entre a Pontinha e o Ilhéu de Nossa Senhora da Conceição, cujo projecto já vinha do século XVIII[325], foram finalmente realizadas entre 1885 e 1895 (Fig. 33), ficando ainda por fazer o almejado prolongamento do molhe para Leste, que só em meados do século XX viria a ter lugar. Quanto ao cais da Entrada da Cidade, que se encontrava em ruína, as obras, que se iniciaram em 1889, só foram concluídas em 1892 [326].

---

[322] Gregory, *The beneficent usurpers*, p.68.
[323] Carita refere, a título de exemplo, o desastre ocorrido em 1876, onde se perderam dez navios de diversos tipos e nacionalidades. Carita, *História da Madeira - O longo século XIX (1834-1910)*, 7:p.403.
[324] Ibid., 7:p.404.
[325] A ligação entre os dois ilhéus fora já objecto, em 1771, de um projecto da autoria do engenheiro Francisco de Alincourt. Ibid., 7:p.597.
[326] Guerra, *Funchal : breve cronologia 1419-1976*, p.184.

Fig. 31 Funchal, Hotel Central visto do Forte de S. Lourenço, 1880 (col. PMV)

Fig. 32 Funchal, Mercado de D. Pedro V, 1915-20 (col. ARM)

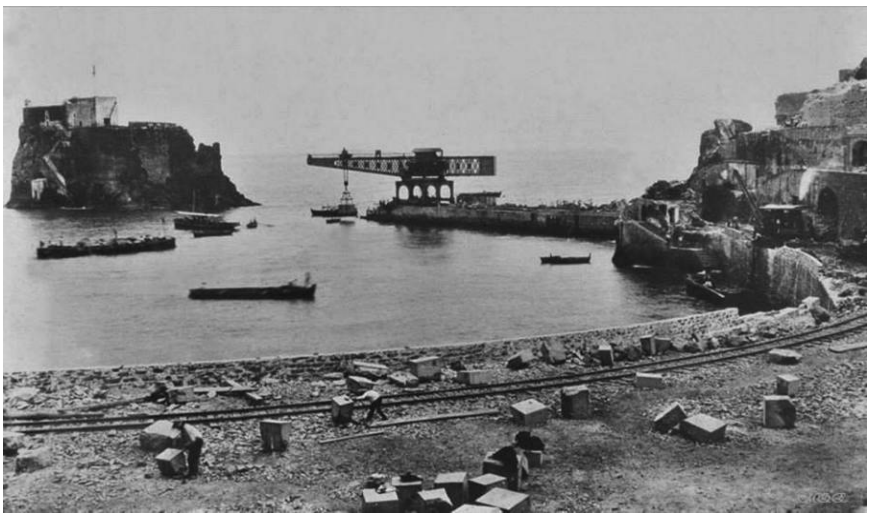


Fig. 33 Funchal, Obras portuárias no cais da Pontinha, 1885-95 (col. CMFF)

Monte – uma estância de altitude

Constituída no início da década de 90, do século XIX, com capitais alemães, a Companhia de Caminho de Ferro do Monte iria estar na origem do rápido crescimento da estância de altitude do Funchal. Ligando o centro da cidade à Igreja de Nossa Senhora do Monte (1748-1818)[327], situada a cerca de 600 metros de altitude, o comboio, inaugurado em 1893, não só facilitou o acesso ao pequeno núcleo de quintas que constituíam a freguesia, como permitiu que aí se fixassem, na viragem do século, um conjunto de hotéis e sanatórios de montanha. Três anos depois da inauguração, criou-se uma linha de «carro americano» que, partindo do largo frente à Sé, não longe do cais da Entrada da Cidade, levava os passageiros à estação de caminho de ferro do Pombalinho, onde a subida se iniciava. Esta articulação dos dois meios de transporte veio permitir a organização de excursões de um só dia, «para ver as vistas», dirigidas aos passageiros em trânsito no porto da cidade[328], cujo número foi sempre aumentando até ao eclodir da Primeira Grande Guerra Mundial[329].

Para além de santuário de romagem dedicado a Nossa Senhora do Monte, esta freguesia tinha sido, desde meados do século XVIII, um lugar de vilegiatura estival dos comerciantes ricos do Funchal, que aí se refugiavam da abafada atmosfera da baixa da cidade. As suas quintas, em torno da igreja, geraram uma rede de caminhos vicinais nos quais se viria a basear a estrutura urbana da pequena vila. As mais importantes – a Quinta Prazer (Fig. 75)[330] e a Quinta do Monte (Figs. 93, 94)[331], respectivamente a Sul e a Poente da igreja – eram propriedades de dimensões consideráveis. Desde o início do século XIX, ambas estavam em mãos de comerciantes britânicos que dedicaram especial atenção aos

[327] A construção da igreja do Monte e da escadaria que dá acesso ao adro paroquial terão decorrido entre 1748 e 1818. Cf.:Manuel Ferreira Pio, *O Monte, santuário votivo da Madeira: retalhos históricos*, 2a ed. acrescentada (Funchal: Junta de Freguesia do Monte, 1978), p.110.

[328] «*Those going ashore' can obtain coupons on board at 6s. each, which frank the purchaser from ant to the ship, including a trip by rail to the Mount Church, toboggan down, and a lunch either in the town or in the country*». A. Samler Brown, *Madeira and the Canary Islands, with the Azores; a Practical and Complete Guide* .. (London: London, Low, 1901), p.3.

[329] Cf.: Câmara, *A economia da Madeira (1850-1914)*, p.251.

[330] Segundo Rui Vieira, a Quinta do Prazer «nos começos do século XIX [...] tinha a configuração e a área actual, de cerca de 67800 m2 ; mas, antes, a sua superfície fazia parte de um todo muito maior que foi pertença dos Jesuítas até começos do último terço do século XVIII, do cônsul Inglês Charles Murray e do coronel Luís Vicente do Carvalhal Esmeraldo (irmão do primeiro conde de Carvalhal). Em 1805, os descendentes do coronel venderam a propriedade, que depois seria a Quinta do Prazer, à firma Phelps, Page &. Ca., tendo, mais tarde, sido seus donos, Guilherme Phelps, Robert Page, Joaquim Roque da Silva, seus sobrinhos e descendentes e, em 1897, Alfredo Guilherme Rodrigues.» Vieira, «Um Olhar sobre as Quintas da Madeira», p.179.

[331] A Quinta do Monte (também conhecida como Quinta Gordon, Cossart e Rocha Machado) foi mandada construir por James David Webster Gordon em finais do primeiro quartel do século XIX, «conforme o plano dum arquitecto inglês», como refere Maria Lamas.Lamas, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, p.311.

seus jardins e ao cultivo de espécies exóticas[332]. No início do século XX, quando os alemães – especialmente interessados nas propriedades curativas dos microclimas de altitude[333] – constituíram a Companhia dos Sanatórios da Madeira, esta procedeu à compra de algumas quintas e terrenos na freguesia, com o objectivo de aí construir sanatórios de altitude. As obras tiveram início em 1904, dando origem ao chamado Sanatório dos Pobres (Fig. 165) – actual Hospital dos Marmeleiros – e às *Kurhouse* Sant'Ana (Fig. 100) e Amélia – dois pequenos sanatórios de luxo[334].

Um interessante testemunho da importância que a freguesia do Monte adquirira por esta época é o destaque apresentado na *Planta da Cidade do Funchal e Seus Arredores* do Dr. Luiz R. Gaspar e Francisco Bento de Gouveia[335], publicada em 1905 (Fig. 34). Aí estão assinaladas as quintas e unidades sanatoriais e hoteleiras que, na época, dela faziam parte. A linha do caminho de ferro chegava então ao Largo das Fontes, no sítio do Atalhinho (Fig. 35), onde se haviam fixado quatro hotéis: o *Monte Palace* (Fig. 143), o *Bello Monte* (Fig. 144), o *Reid's Mount Park* (Fig. 145) e o Caminhata. A uma cota inferior, também servidos pelo comboio, situavam-se os sanatórios alemães – as *Kurhouse* Sant'Ana e Amélia. Quanto às quintas, a maioria delas rodeavam a igreja ocupando as duas margens da ribeira de Nossa Senhora do Monte. Em 1912, a linha seria prolongada até ao Terreiro da Luta[336], onde, nesse mesmo ano, viria a ser construído um restaurante-esplanada que tirava partido da vasta panorâmica avistada de um local situado 850 metros acima do nível do mar.

Em 1894, a câmara adquiriu um terreno localizado num outeiro adjacente à Igreja de Nossa Senhora do Monte, onde existiam alguns castanheiros seculares, para aí construir um parque (Fig. 36)[337]. Esse parque, que tinha como foco o Largo da Fonte, onde se situava a estação do comboio, passou a constituir o centro da estância. À sua volta, ramificava-se uma estrutura urbana de génese «espontânea», a qual, como já se referiu, se baseava nos antigos caminhos vicinais que delimitavam as quintas. Nesta pequena rede, tinham vindo entroncar, em inícios do século XIX, três caminhos que ligavam o Monte ao Funchal: o dos Saltos, o da Torrinha e o do Monte – íngremes ladeiras implantadas em linhas de festo que irradiavam da baixa da cidade. O último viria, aliás, a tornar-se famoso por nele terem

[332] Sobre aas origens da Quinta do Prazer e o interesse dos seus proprietários pela jardinagem cf.: Cláudia Gouveia, «A Quinta do prazer e os sócios da casa comercial Phelps Page & Co.», *Islenha*, n. 40 (2007): 162–73.
[333] Sobre este interesse, que se extendeu à ilha do Tenerife Cf.: Nicolás González Lemus, *La expedición alemana de 1910 a las Cañadas del Teide: turismo de salud y clima de montaña* (La Orotava: Ayuntamiento de la Villa de La Orotava, 2010).
[334] Pio, *O Monte, santuário votivo da Madeira*, p.62.
[335] Ver nota 110.
[336] Pio, *O Monte, santuário votivo da Madeira*, p.74.
[337] Ibid., p.107.

começado a circular, a partir de meados do século XIX, os típicos carros de cesto ou arrasto, dos carreiros do Monte. A 600 metros acima do nível do mar, tomara forma uma estância de altitude que, na sua génese, apresentava algumas similitudes com Santa Brígida, em Las Palmas de Gran Canária.

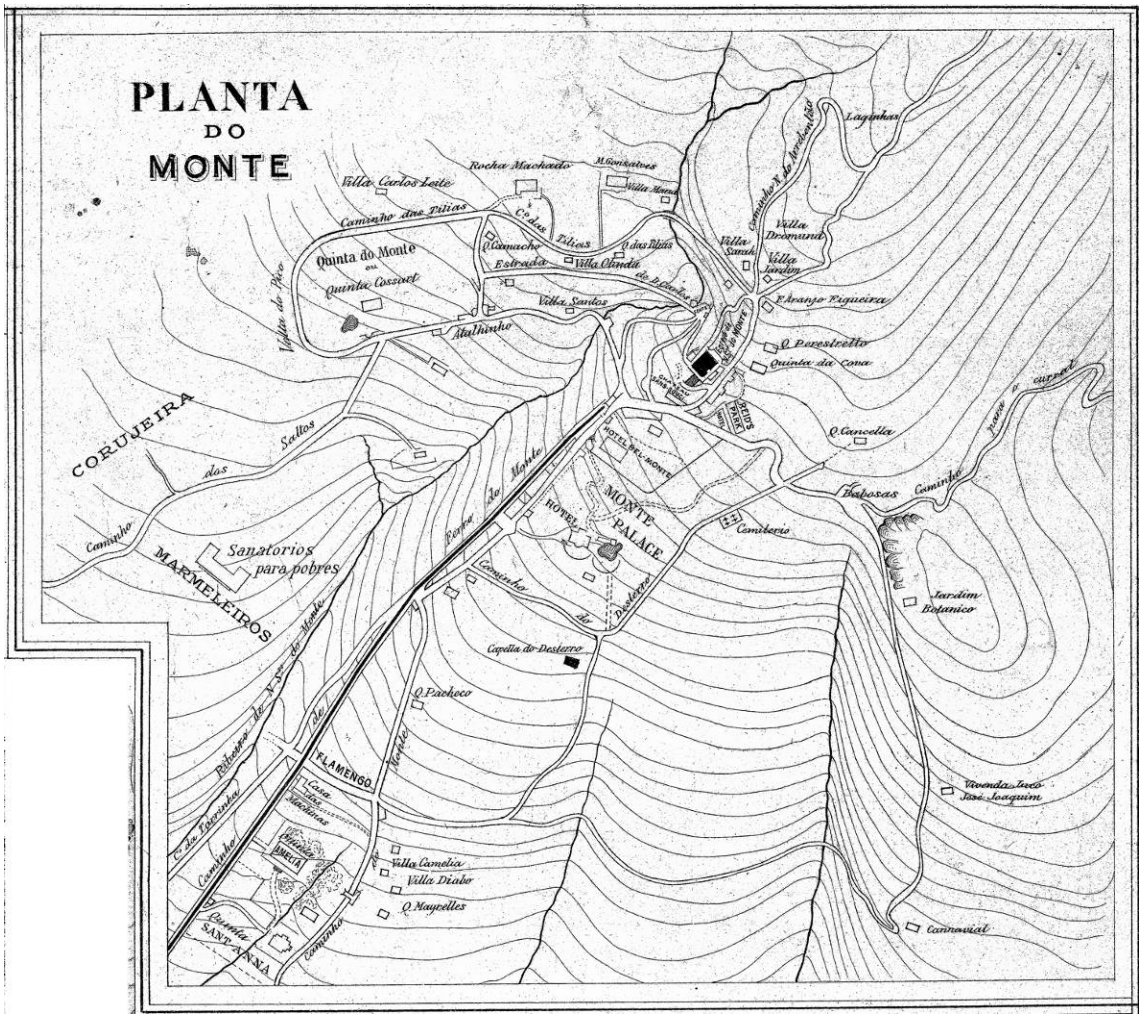


Fig. 34 Gaspar e Gouveia, *Planta da Cidade do Funchal e seus Arredores,* 1905 (col. PMV)

Fig. 35 Monte, Sítio do Atalhinho (col. PMV)

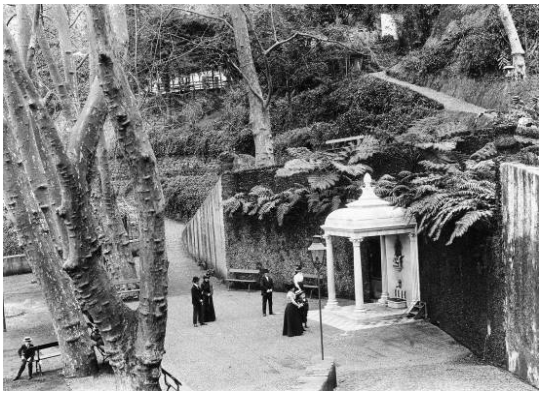


Fig. 36 Parque do Monte (col. PMV)

Cidade turística: o plano de melhoramentos de Ventura Terra

A implantação da República trouxe ao Funchal o arquitecto Miguel Ventura Terra, a quem foi encomendado um *Plano de Melhoramentos para o Funchal* (1913-1915). Tratava-se de «dotar a cidade das condições que a projectassem para a época do Grande Turismo Internacional»[338]. A memória descritiva que acompanhava o plano declarava: «o Funchal tende a desenvolver-se de uma forma considerável justificando assim as suas aspirações a ser uma das cidades de turismo de longa permanência das mais interessantes da Europa» [sublinhado meu]. Esse turismo, que tinha ainda como pressuposto a longa estadia, quase sempre associada à estação de inverno, era portanto, ainda, o turismo terapêutico. Mas a verdade é que, na «multidão de turistas» a que a memória se referia, se contavam sobretudo aqueles que, em trânsito no porto por uns dias, desembarcavam na cidade para gozar as suas amenidades, comprar produtos locais e disfrutar dos panoramas de montanha.

Foi pensando nessas «multidões» que Ventura Terra traçou o seu plano de inspiração haussmaniana que rasgava, no tecido consolidado da cidade, largos *boulevards* articulados por rotundas, alguns deles com passeios centrais arborizados (Fig. 37). Pretendia-se resolver os problemas de circulação de uma cidade que, apesar do pouco que restava da antiga muralha, era ainda «acanhada», sendo necessário «modernizá-la» com a abertura de arejadas e rectilíneas avenidas. Na entrada da cidade, em terrenos conquistados ao mar, comunicando com o cais de embarque e desembarque, o plano previa a abertura de uma praça equipada com um casino, que se implantava no topo do antigo cais, a fazer lembrar soluções muito semelhantes, noutras estâncias de veraneio europeias. Tratava-se de acolher condignamente – e rentavelmente – o crescente fluxo de turistas trazidos pela navegação transatlântica.

Frente à Sé, no «coração da cidade», para onde a nova rede de avenidas deveria encaminhar os turistas[339], propunha-se a criação da nova Praça da República, articulada com o Jardim Municipal e com a Avenida Oeste, que estendia para poente onde se deveria localizar o bairro para «as classes ricas e abastadas». Uma grande Avenida Marginal com cinquenta metros de largura, três faixas de circulação e duas placas centrais arborizadas redesenhava toda a frente marítima da cidade, estendendo-se da Ribeira de São João ao Forte de Santiago (Fig. 38). Tal como sucedia em Las Palmas de Grã Canária, também no Funchal, a cidade do turismo terapêutico renovava a sua fachada atlântica, lançando os

[338] Carita, *Funchal 500 anos de História*, p.137.
[339] Cf.: Teresa Vasconcelos, *O plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal: (primeira metade do século XX)*, Funchal 500 anos 9 (Funchal: Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008), p.36.

primeiros projectos que, com o avançar do século XX, a iriam transformar numa cidade de turismo de lazer.

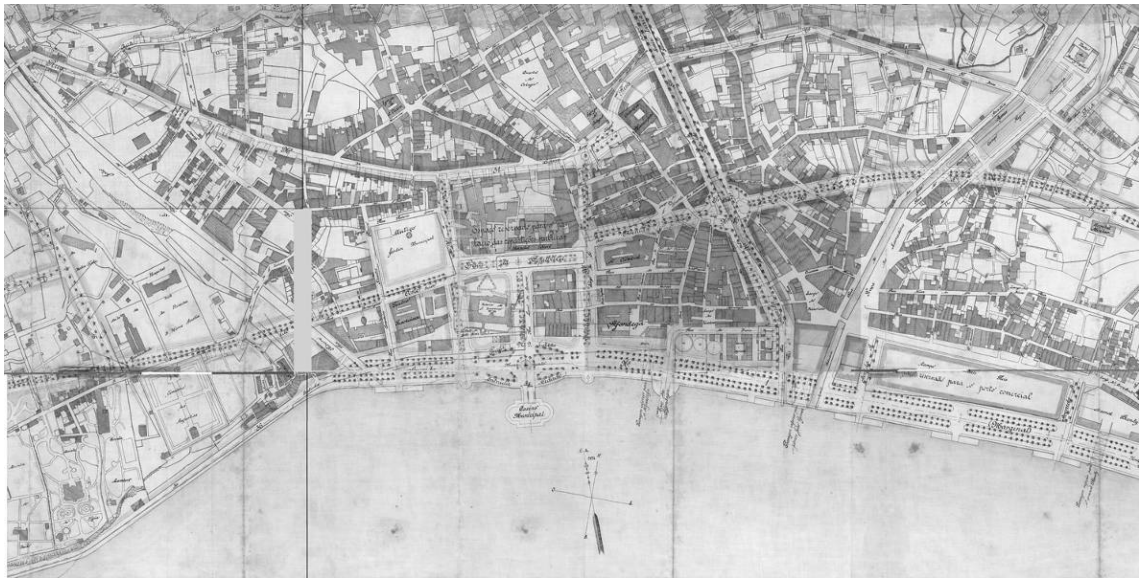


Fig. 37 Ventura Terra, *Planta Geral de Melhoramentos para o Funchal*, 1913-15 (col. ACMF)

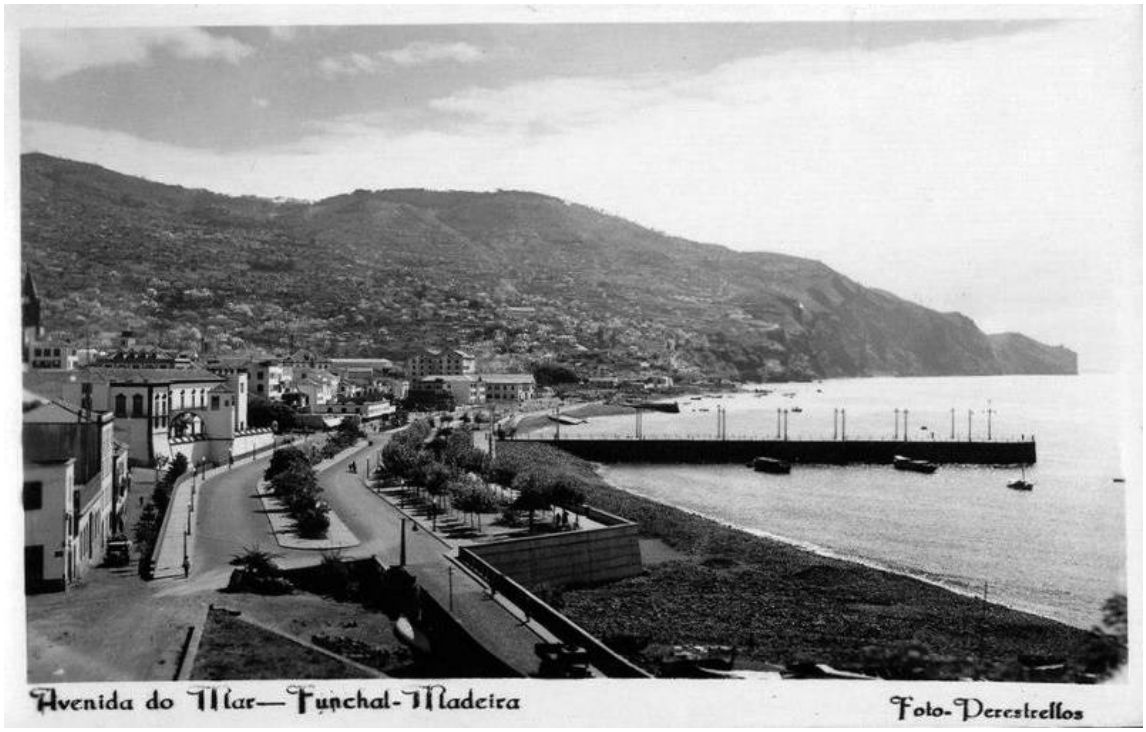


Fig. 38 Funchal, Av. do Mar, 1945-50 (col. do Autor)

3.5 Cidades canárias

3.5.1 Santa Cruz do Tenerife

De porto de La Laguna a capital do arquipélago

Fundada pelo Adelantado Alonso Fernandez de Lugo, em 1494, na margem esquerda do barranco de Santos, próximo de uma pequena calheta, Santa Cruz começou por ser testa de ponte na conquista da ilha do Tenerife, que terminaria em 1496. Muitos dos que participaram na campanha de ocupação fixaram aí a sua segunda residência, havendo registo, desde cedo, da existência na povoação de algumas casas sobradas e com varanda[340]. Ao contrário de Las Palmas, Santa cruz foi porto antes de ser cidade[341]: o núcleo inicial nasceu a partir de uma pequena enseada, a *Caleta de Blas Ruiz*, cuja protecção viria a ser assegurada pelo *Castillo de S. Cristóbal*, o seu baluarte mais importante. Daqui partia a rua da Caleta, provavelmente a primeira rua do povoado[342] que, arrancando paralela ao mar inflectia depois para o interior, a caminho de La Laguna, estabelecendo a vital ligação entre a capital e o seu porto.

A primeira representação cartográfica que se conhece da cidade é da autoria de Torriani e data de 1588 (Fig. 39), um século depois de o Adelantado a ter fundado. Na cartela da planta – que mostra uma malha rudimentar de ruas paralelas e perpendiculares à linha de costa – o engenheiro militar referia que a vila era «de uns duzentos fogos e habitada por marinheiros e pescadores » e que o seu porto era «o principal para o trato e comércio da cidade [de La Laguna] a uma légua de distância»[343]. Tratava-se, portanto, de um pequeno aglomerado que, numa primeira fase da sua existência, funcionou, fundamentalmente, como um porto que servia a capital interior, La Laguna. Este, apesar de não conseguir rivalizar com o de Garachico, na costa Norte, possuía uma importante localização estratégica, razão pela qual a pequena urbe foi crescendo a bom ritmo até meados do século XVI [344].

---

[340] Darias Príncipe, *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981*, p.12.
[341] Fernando Martín Galán, *El mar, la ciudad y el urbanismo: Vivir el litoral en las ciudades históricas de Canarias* (Autoridad Portuaria de Santa Cruz de Tenerife ; Autoridad Portuaria de Las Palmas ; Fundación Puertos de Las Palmas, 2007), p.112.
[342] *Construir la ciudad : criterios, objetivos y soluciones generales para la revisión del Plan General de Ordenación Urbana* (Santa Cruz de Tenerife: Ayuntamiento, 1983), p.27.
[343] Torriani, *Descrição e história do reino das Ilhas Canárias antes ditas Afortunadas*, p.110.
[344] Martín Rodríguez, *Arquitectura Doméstica Canaria*, p.33.

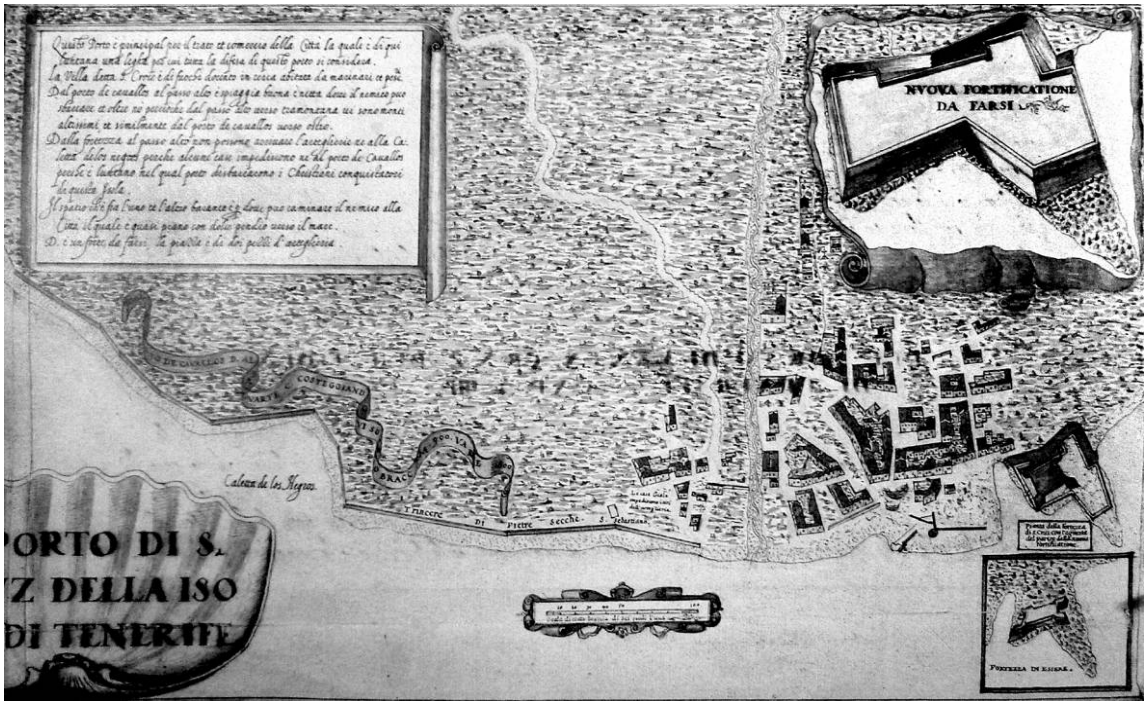


Fig. 39 Torriani, *Porto di Sª Cruz della Isola di Tenerife*, 1588 (in Meliá, *Santa Cruz de Tenerife a través de la cartografía:1588-1899*)

Fig. 40 Lermeño, *Plano de Santa Cruz de Tenerife*, 1771 (in Meliá, *Santa Cruz de Tenerife a través de la cartografía:1588-1899*)

Durante o seu primeiro ciclo de existência, da fundação a inícios do século XVIII, a vila dependeu da sua relação com o mar. Condicionada a sul pela barreira natural do Barranco de Santos, a expansão fez-se para norte e poente, ao abrigo da cordilheira de Anaga que a protegia dos ventos dominantes de nordeste. A cidade atravessou os dois *barranquillos* que sulcavam a orla marítima – o do Aceite e o de Guaite – cujos vestígios são ainda legíveis na actual malha urbana. Passo importante neste percurso expansivo ao longo da linha de costa é o aparecimento da praça de La Candelaria no dorso do Castillo de S. Cristóbal – um centro que, nos séculos XVII e XVIII, coexistia com o mais antigo, a *Plaza de la Iglesia*. A *Plaza de la Candelaria* – ou *de la Pila* (Fig. 41), como era conhecida no início século XVIII, por aí se ter implantado um fontanário – viria a transformar-se no centro nevrálgico da cidade [345].

Fig. 41 *Plaza de la Constituicion* [Candelária] *Santa Cruz de Tenerife* (col. FEDAC)

A fundação do convento Franciscano (1676) constituiu um importante passo na expansão para norte – à semelhança do que sucedera no Funchal, onde a ordem mendicante também se fixou mas a poente. A nova Praça de São Francisco foi, aliás, um importante

[345] Como notou Darias Príncipe, esta praça não pode ser considerada uma verdadeira *plaza mayor*, sendo certo, todavia, «*que en algunos momentos cumplió esta función, hasta transformarse en el epicentro de muchos acontecimientos claves en la história de la ciudad*».Darias Príncipe, *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981*, p.16.

espaço público antes da consolidação da *Plaza de la Candelaria* como centro nevrálgico da cidade. Em finais de setecentos, o convento franciscano estava já entalado entre o casco antigo e o novo bairro do Toscal. As plantas históricas da cidade (Figs. 39, 40, 13) mostram a génese do que viria a ser esse bairro, que alguns consideram o primeiro *ensanche* da cidade[346], numa urbe cujo traçado reticular se ia adaptando aos acidentes da topografia.

No século XVIII, a cidade registou um forte crescimento, geralmente atribuído a dois acontecimentos: a destruição do porto de Garachico pela erupção do Teide, em 1706 – que deslocou a maior parte da actividade portuária para Santa Cruz – e o acolhimento da *Comandancia General de Canarias* (1723) que se transferiu de La Laguna. Foi também neste século que Santa Cruz, finalizando o seu extenso sistema defensivo, composto por três fortes e numerosas baterias que cobriam já toda a costa, se transformou na principal praça de guerra de Canárias. Nela se tinham vindo a fixar os mais importantes serviços administrativos do arquipélago – *Intendência de Canarias* (1718), *Comandancia militar de ingenieros* (1740), administração dos correios (1772) e a *Tenencia del Rey* (1776) – o que acabaria por transformá-la, no século seguinte, na capital económica e militar do arquipélago[347].

Cidade-porto

Em 1803, como resultado da vitória sobre a esquadra do almirante Nelson (1797), Santa Cruz recebeu o título de *villa exenta*, tornando-se independente da administração de La Laguna e, em 1821, ascendeu a capital da província de Canarias[348]. A sua fachada atlântica permaneceu fortificada até meados do século XIX, enquanto não esmoreceu a ameaça dos ataques por mar. A principal porta de entrada – a *puerta de tierra* – junto ao molhe, foi demolida em 1861, quando já não constituía senão um estorvo à crescente actividade portuária. Para além de exportar toda a produção agrícola da ilha, a capital transformara-se num importante porto de escala e abastecimento da navegação atlântica, que não pararia de crescer até ao eclodir da Primeira Guerra Mundial[349](Fig. 13).

A criação de um novo molhe em 1848 e a aplicação da lei de Portos Francos (1852) contribuíram para consolidar a actividade portuária, à qual se ficou a dever o importante crescimento demográfico da cidade ao longo de todo o século XIX. Entre 1824 e 1860, a

[346] *Construir la ciudad : criterios, objetivos y soluciones generales para la revisión del Plan General de Ordenación Urbana*, p.34.
[347] Martín Galán, *El mar, la ciudad y el urbanismo*, p.116.
[348] Darias Príncipe, *Arquitectura en Canarias, 1777-1931*, p.41.
[349] Martín Galán, *El mar, la ciudad y el urbanismo*, p.125.

população duplicou, passando de 7822 a 14146 residentes e, em 1910, depois da verdadeira explosão demográfica ocorrida a partir da última década do século XIX, atingiria os 63004 habitantes[350] (ver Gráfico I, p. 68). Foi este crescimento populacional que, acarretando uma premente escassez de habitação e o consequente aumento dos custos do aluguer, esteve na origem, a partir de meados do século, de dois fenómenos que tiveram reflexos profundos na morfologia urbana de Santa Cruz: a formação dos *ensanches* e das sociedades construtoras. Estas foram um meio de o município resolver o problema da escassez de habitação através da iniciativa privada. Em diálogo com a autoridade municipal – que se remetia a uma função meramente administrativa – desempenharam um importante papel na realização dos novos bairros[351].

Nos projectos promovidos por estas sociedades participavam os técnicos mais qualificados do arquipélago, entre os quais, a partir de meados do século XIX, surgem os primeiros arquitectos – alguns com o cargo de arquitectos municipais – fenómeno que não teve paralelo na Madeira. Manuel de Oraá (1822-1889) foi o primeiro deles. Formado pela Real Academia de San Fernando, ocupou o cargo de arquitecto municipal de Santa Cruz a partir de 1847. A ele se ficou a dever a aplicação dos novos princípios de racionalização do tecido urbano resultantes da *Ley de Alineaciones* (1846) – que obrigava os municípios à formulação de um «plano geométrico» das cidades, reflectindo o parcelamento existente e prevendo a sua regularização futura[352]. Reforçando estes princípios, publicaram-se, em 1852, as *Ordenanzas Municipales de Santa Cruz de Tenerife*, que se propunham rectificar os traçados sinuosos dos arruamentos[353].

Oraá foi autor de duas importantes intervenções, ambas resultantes da desamortização das propriedades de dois conventos: a praça do Príncipe de Astúrias (1857), em terrenos pertencentes à antiga horta do convento franciscano de San Pedro de Alcántara (Fig. 42), e a praça Isla de Madera (1848) – enquadrada por dois importantes edifícios de

[350] Darias Príncipe, *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981*, p.20.
[351] Em Santa Cruz, distinguiram-se duas: a Sociedade Constructora de Edifícios Urbanos e a Sociedad de Edificaciones y Reformas Urbanas, fundadas, respectivamente, em 1866 e 1888. À primeira, ficou-se a dever a construção do inovador Bairro Obrero, com uma malha rigorosamente ortogonal de ruas traçadas a cordel e o prolongamento de um importante eixo da cidade: a *calle del Castillo*, que uniria a antiga Plaza de la Candelaria à futura Plaza de Weyler; esta viria a desempenhar um importante papel na estruturação de um novo sector da cidade, nomeadamente a estrada de La Laguna (Rambla Pulido) e alguns bairros periféricos. Quanto à segunda, com uma intervenção que se limitou a uma pequena área urbana nas imediações do Bairro Obrero, os resultados foram mais limitados. A sua importância adveio de um projecto: o ensanche da zona Oeste da cidade, encomendado ao arquitecto Manuel Cámara (1848-1921) . Cf.: Ibid., p.22–24; Galante Gómez, *El ideal clásico - arquitectura canaria*, p.87.
[352] Darias Príncipe, *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981*, p.21.
[353] Estas *Ordenanzas Municipales* propunham-se rectificar os «*recodos y sinuosidades que favorecen a la malevolencia y prostituición, al propio tiempo que prejudican a la salubridad en el interior del pueblo*». Francisco Galante Gómez, «El urbanismo como instrumento de poder. Las ciudades canarias del siglo XIX», *Norba - arte*, 1993, p.194.

matriz neoclássica, também da sua autoria: o Teatro Guimera e o Mercado (Fig. 43) – em terrenos do antigo convento de Santo Domingo[354]. A ele se ficou a dever também o traçado da *calle Norte* que unindo estas duas praças, se viria a transformar num eixo estruturante da futura expansão da cidade[355].

Fig. 42 Santa Cruz do Tenerife, Praça do Príncipe das Astúrias (col. FEDAC)

Fig. 43 Santa Cruz do Tenerife - Teatro Guimera e mercado (fot. do Autor)

O projecto de *ensanche* da zona Oeste da cidade, delineado por Manuel Cámara, em 1888, veio completar o trabalho iniciado por Oraá 30 anos antes. Embora não cumprida na íntegra, a sua proposta lançava as bases do que viriam a ser dois futuros bairros da cidade: o

[354] Sobre a obra de Oraá em Santa Cruz, cf.:Galante Gómez, *El ideal clásico - arquitectura canaria*.
[355] Tendo como foco a praça do Príncipe de Astúrias, o arquitecto traçou, em 1860, um «plano geométrico», que viria a afectar, praticamente, todas as ruas da cidade. Sobre as intervenções urbanísticas de Manuel de Oraá, cf.:Ibid., pp.82–83.

bairro Duggi – bairro popular, com uma trama ortogonal, que reservava o quarteirão central a um jardim – e o bairro de *los Hoteles*, destinado à alta burguesia, e concebido para vivendas unifamiliares, de dois pisos, rodeadas por um jardim: uma cidade jardim, vagamente inspirada nas ideias de Ebenezer Howard (Fig. 44). O bairro de *los Hoteles* era, pois, a zona da cidade que melhor correspondia aos requisitos do turismo terapêutico e, para o arquitecto, «*venía a ser la puesta en práctica de la teorización higienista que, durante todo este tiempo, habia intentado inculcar a sus conciudadanos*»[356].

Fig. 44 *Santa Cruz de Tenerife, Calle Viera y Clavijo*, Bairro de *los Hoteles* (col. FEDAC)

Foi neste bairro, ou nas suas imediações[357], que se fixaram os mais importantes hotéis da cidade: o *Gran Hotel Quisiana* (Fig. 187), o *Pino de Oro* (Fig. 186), o *Gran Hotel Battenberg* (Fig. 188), ou o *Alexandra Olsen's Hotel* (Fig. 189)[358]. Ao longo do século, também os edifícios públicos mais representativos – teatro, mercado municipal, cemitério, governo militar e civil – bem como as próprias praças e parques urbanos, tinham vindo a afastar-se da orla marítima, progressivamente ocupada pela actividade portuária e as suas infra-estruturas. A cidade oitocentista cresceu para o interior – isto é, para Noroeste

[356] Darias Príncipe, *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981*, p.24.
[357] «Hacia adentro, en busca de la ladera montañosa de poniente o sus proximidades para aprovechar las vistas panorámicas y los aires salutíferos de un clima supuestamente más atemperado». Martín Galán, *El mar, la ciudad y el urbanismo*, p.129.
[358] Ibid., pp.129–130.

enquanto no litoral Norte e Sul, os bairros históricos costeiros do Toscal, *El Cabo* e *Los Llanos*, continuaram ocupados por pescadores e trabalhadores portuários[359].

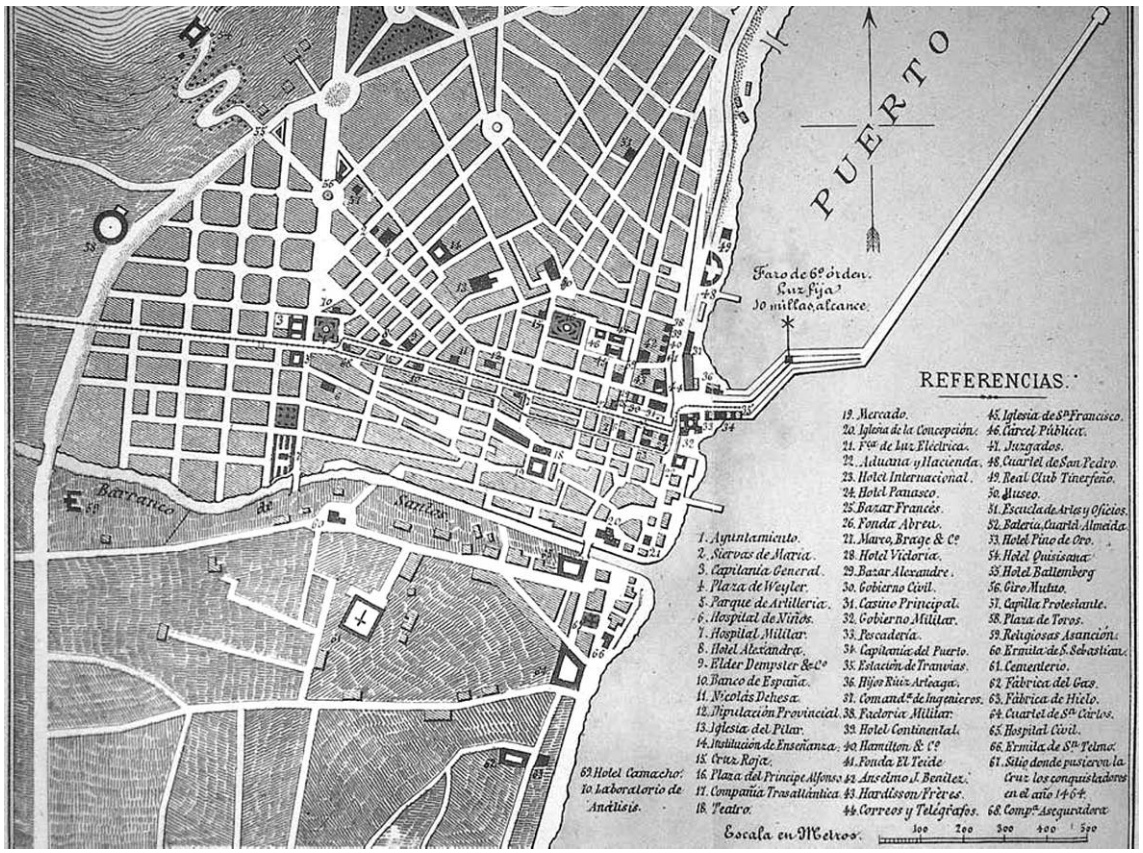


Fig. 45 Santa Cruz do Tenerife planta turística (in *ABC de las Islas Canarias*, 1911)

O século XIX trouxe, portanto, uma profunda transformação à urbe fortificada: a antiga praça de guerra, que crescera sob as ordens dos comandantes generais, passou para as mãos de uma classe de comerciantes, todos eles directa ou indirectamente dependentes da actividade portuária: industriais do carvão, exportadores, hoteleiros e financeiros. O porto comercial – declarado, em 1880, *puerto de interés general de segundo orden*[360] – continuou a ser o fulcro da capital e seu motor económico. No início do século XX, a cidade ocupara já, na sua quase totalidade, os terrenos agrícolas que anteriormente envolviam o casco histórico. A planta turística de Santa Cruz, publicada pelo *ABC de las Islas Canaria*s em 1911 (Fig. 45), mostra o denso mosaico de malhas ortogonais, com diferentes orientações, denunciando os sucessivos *ensanches* levados a cabo ao longo do século.

[359] Ibid., p.120.
[360] Carmen Milagros González Chávez, «La ciudad de Santa Cruz de Tenerife a través de su representación gráfica», *Anuario de Estudios Atlánticos* 1, n. 48 (1 de Janeiro de 2002): p.559.

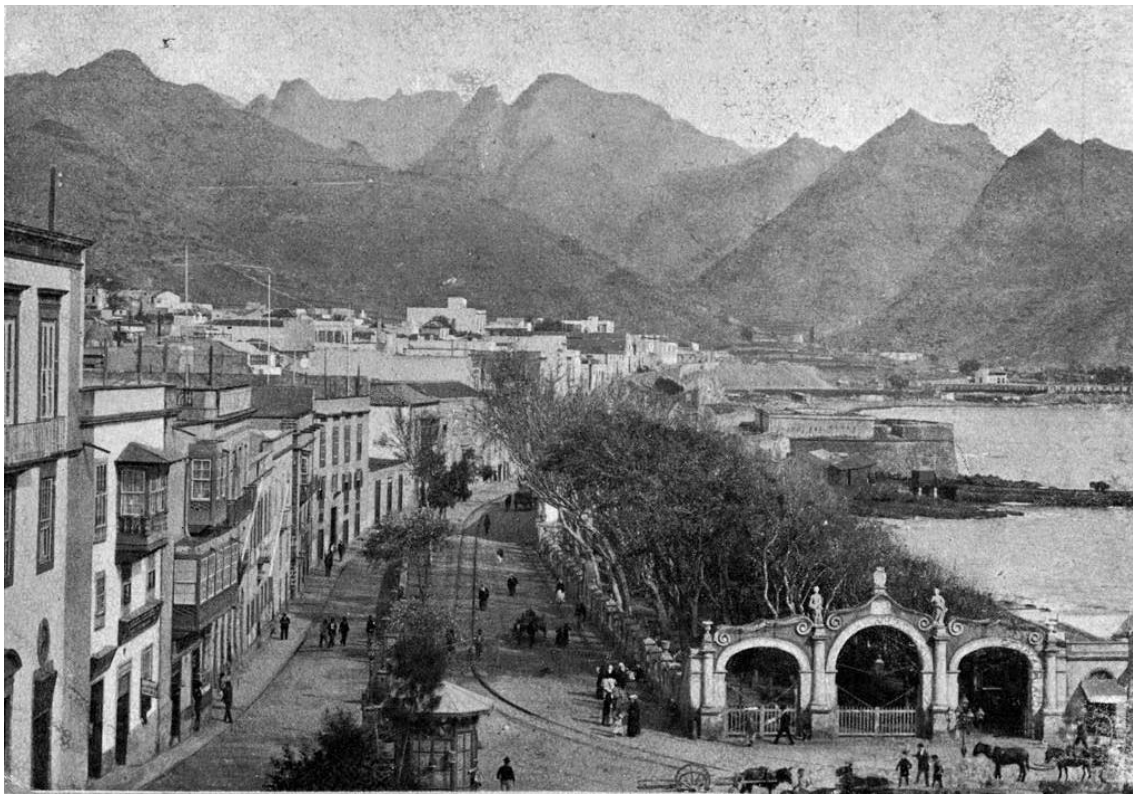


Fig. 46 Santa Cruz do Tenerife, *Calle de la Marina* (col. FEDAC)

Tratou-se de um processo de crescimento radicalmente diferente do que ocorreu no Funchal, onde a cidade se expandiu em osmose espontânea com a sua periferia rural, «sem desenho», com as casas a fixar-se ao longo de uma rede preexistente de caminhos, que se ramificavam com a naturalidade dos ramos de uma árvore. O confronto entre a planta turística da capital madeirense e a canarina não pode ser mais esclarecedor (Fig. 10). Com a sua rede de *ensanches* reticulares e quarteirões compactos – onde o bairro *de los hoteles* era a excepção – com uma efervescente – e poluente – indústria portuária instalada no seu centro, rodeada por uma periferia árida e inóspita (Fig. 46), Santa Cruz, como estância terapêutica, muito dificilmente poderia competir com o Puerto de la Cruz, no vale de Orotava. Era esse, aliás, o destino da maioria dos *invalids* que desembarcavam no seu próspero porto comercial. No vale, encontravam uma cidade muito diferente – e que, sob muitos aspectos, se assemelhava ao Funchal. Como observara Olivia Stone, «*Orotava and Santa Cruz in Tenerife are so different in every way, that the variety of going from one to the other is equal to a change of island*»[361].

[361] Stone, *Tenerife and Its Six Satellites; Or, The Canary Islands Past and Present*, p.354.

3.5.2 Puerto de la Cruz

> It would not be doing Orotava justice to say that it will shortly be a second Funchal, for it can easily rival, and must certainly surpass, Madeira as a winter residence for invalids, besides having attractions that will induce the healthy to resort thither and prevent it from ever becoming the melancholy hospital that Funchal is.
> Olivia Stone, in *Tenerife and Its Six Satellites*

Porto de La Orotava

Durante mais de trezentos anos, isto é, desde a sua formação, no último decénio do século XVI, até inícios do século XIX, o Puerto de la Cruz – ou Puerto Orotava, como era então conhecido – esteve quase exclusivamente vinculado à actividade portuária, a qual, à semelhança do que sucedera em Santa Cruz, antecedeu a sua existência como cidade[362]. Para tal, contribuiu a privilegiada localização na costa norte da ilha do Tenerife, na região onde se localizavam os mais importantes centros de produção vitivinícola[363]. O auge portuário e mercantil da vila coincidiu, aliás, com o do cultivo e comércio do vinho[364]. Muito à semelhança do que se passou no Funchal, o controle da actividade comercial, que durante o século XVII era partilhada por portugueses e ingleses, iria cair, no século seguinte, nas mãos de uma burguesia comercial maioritariamente britânica, que, social e culturalmente, marcou profundamente a vila[365].

Fig. 47 Próspero Casola, *Puerto de la Orotava*, 1635 (in Martín Galán, *El mar, la ciudad y el urbanismo*)

[362] Barroso Hernández, *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*, p.219.
[363] Ibid., p.363.
[364] Ibid., p.251.
[365] « Entre todos [os comerciantes estrangeiros] sobresalían los portugueses, cuyo trato era tan opulento en aquel siglo [XVII], que hubo año que despacharon de su cuenta cien embarcaciones, de donde es fácil inferir cuan grande sería allí el número de estos nacionales y cuánto cuidado darían a los naturales del país».José de Viera y Clavijo e Elías Serra Ràfols, *Noticias de la historia general de las Islas Canarias* (Santa Cruz de Tenerife: Goya-Ediciones, 1950), p.582.

A estrutura urbana formou-se ao longo do século XVII tendo como foco a *Caleta de Taoro,* ou *Puerto Nuevo,* claramente representado na planta levantada, em 1643, por Próspero Cassola (Fig.47). No seu traçado, apesar da aparente irregularidade, parece ter estado subjacente a intenção de criar uma malha ortogonal. As ruas desenvolveram-se quer na perpendicular, quer na paralela à linha de costa, ocupando terrenos chãos. Estes eram limitados a Nascente e Poente por duas ribeiras, a de Martiánez e a de São Filipe; a Sul por uma elevação – a *Montañeta*, também designada com *El Taoro;* e a Norte pelo mar (Fig. 48) [366]. Data, provavelmente, do século XVII, o aparecimento de duas praças no núcleo urbano: a Praça da Igreja e a Praça do Charco. A primeira delas, onde se instalou a igreja matriz, era aquela que – salvaguardadas as devidas distâncias – mais se aproximava do papel institucional desempenhado por uma «praça maior»; quanto à segunda, estreitamente ligada ao cais, constituiu-se como o centro económico e mercantil da cidade que, na segunda metade de seiscentos, concentrava mais de 80% do movimento comercial de toda a ilha do Tenerife[367].

Fig. 48 Antonio Riviére, *Plano del Puerto de la Orotava*, 1741 (in Tous Meliá, *Descripción Geográfica de las Islas Canarias 1740-1743*)

[366] De acordo com Barroso Hernadéz, as irregularidades da malha urbana ter-se-ão ficado a dever ao afastamento da administração municipal – com sede em La Laguna – que se revelou incapaz de fazer aplicar as *Ordenanzas de Poblacion* e as normas de alinhamento das edificações . Não é de excluir, todavia, o contributo possa ter tido a forte presença portuguesa nos anos de formação da cidade. Cf.: Barroso Hernández, *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*, p.366.
[367] Ibid., p.251.

Orbitando em torno da Praça da Igreja, instalaram-se os conventos das ordens franciscanas e dominicanas, que contribuíram decisivamente para a consolidação da urbe. Foi também no século XVII que, com a construção de alguns fortins e baterias de costa, se iniciou o processo de fortificação[368]. Ao contrário, porém, das restantes cidades portuárias aqui estudadas, o Puerto de la Cruz não teve necessidade de uma cintura de muralhas, tal era a dificuldade do desembarque[369]. Ao longo do século XVIII, a cidade expandiu-se para Poente e Nascente, com a formação de novos bairros ou a consolidação dos já existentes. A detalhada planta levantada pelo engenheiro militar Antonio Riviére, em 1741 (Fig. 48), registou, pela primeira vez (não se conhece cartografia da cidade anterior a este século[370]) a configuração da próspera urbe comercial e portuária que, por aquela data, se aproximava dos 3000 habitantes[371]. Na planta, é bem visível a importância da rede viária que, ligando a calheta do Porto Novo à Praça do Charco, subia depois em direcção ao fértil coração do vale de Orotava, de onde provinham os produtos de exportação agrícola[372].

Em finais do séc XVIII, a quase totalidade dos britânicos residentes na ilha do Tenerife concentrava-se em Puerto de la Cruz, que foi sede, durante muitos anos, do cônsulado inglês[373]. A influência desta comunidade era tal, que chegou a reflectir-se nas eleições nos anos de 1772-1775, com a eleição de três *alcaldes* de origem estrangeira[374] – situação que não teve paralelo sequer na Madeira, onde a influência britânica foi bem mais marcante[375]. À semelhança do que se passava no Funchal, foi neste século que estes mercadores, enriquecidos com o comércio do vinho, ergueram no centro da cidade os seus «solares urbanos», os quais estariam «*asseadas en su interior al estilo inglés, que es el dominante en este pueblo*»[376].

---

[368] George Glas, em 1764, faz uma descrição sumária do sistema defensivo da cidade: «*along tile northermost is a low stone wall, built to prevent an enemy from landing; at the other bay is a small fort or castle, for the same purpose; and between them, at the landing-place, a battery of a few cannon*.» Abreu de Galindo e Glas, *The History of the Discovery and Conquest of the Canary Islands*, p.247.

[369] Como observou, em 1764, George Glas, «*the surf that continually breaks upon the shore, is a better defence than if it were garrisoned by ten thousand of the best troops*».Ibid.

[370] Juan Tous Meliá e Antonio ca Riviere, *Descripción geográfica de las Islas Canarias (1740-1743) de Dn. Antonio Riviere y su equipo de ingenieros militares* (Santa Cruz de Tenerife: Museo Regional Militar de Canarias, 1997), p.121.

[371] Barroso Hernández, *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*, p.145.

[372] De referir também o destaque dado à casa de campo de Valois, situada a Nascente da cidade, no planalto de La Paz. Tratava-se da casa construída, em 1702, pelo poderoso comerciante de vinhos irlandês, Bernard Walsh Carew, que, à semelhança de outros seus compatriotas, se estabelecera, por esses tempos, em Puerto de la Cruz.

[373] Barroso Hernández, *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*, p.253.

[374] Ibid., p.256.

[375] O «modelo dual» de dependência exterior, que Barroso Hernadéz considera ter existido no Puerto de la Cruz – controle político exercido pela coroa espanhola e a actividade económica em mãos britânicas – poderia, certamente, aplicar-se ao arquipélago português no período histórico estabelecido para este estudo.Ibid., p.254.

[376] Martín Rodríguez, *Arquitectura Doméstica Canaria*, p.31.

Região de turismo terapêutico

No século XIX, a actividade comercial e portuária de Puerto de la Cruz transferiu-se para a capital, Santa Cruz do Tenerife. O seu porto, que no início do século era um dos mais dinâmicos do arquipélago, viu-se, então, quase reduzido à navegação de cabotagem[377]. Para este declínio, contribuíram factores de ordem política e económica, bem como alguns acidentes naturais[378]. Por outro lado, o impulso dado, a partir de meados do século XIX, ao desenvolvimento das comunicações terrestres[379], eliminou o anterior isolamento de toda a fértil região agrícola do vale de Orotava, pondo definitivamente em causa qualquer investimento no seu porto, cujas condições naturais, nunca tinham sido, aliás, as melhores[380].

A este ciclo recessivo, suceder-se-ia, a partir dos anos 60 do século XIX, um período de maior vitalidade, animado pelo cultivo da cochonilha e da banana[381] e pelo aparecimento do turismo terapêutico. Em finais do século XIX, o crescimento da população de Puerto de la Cruz apresentou, portanto, um saldo positivo[382]. Quando comparado com o que teve lugar em Santa Cruz e em Las Palmas, todavia, este pode considerar-se incipiente (ver Gráfico I, p. 68). Puerto de la Cruz, cuja população, em meados do século, rondava os 3500 habitantes, nunca ultrapassaria a condição de vila, nem nunca disputaria a capitalidade com as duas cidades mais populosas da ilha: Santa Cruz e La Laguna. A leitura destes dados demográficos exige, todavia, alguma prudência, na medida em que a estância terapêutica

[377] Em meados do século XIX, o volume das mercadorias que nele davam entrada passou a corresponder a menos de 10% do que dava entrada em Santa Cruz. Barroso Hernández, *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*, p.188.

[378] Entre esses diversos factores, deve começar por se destacar a política centralista da administração borbónica que, desde 1723, vinha reforçando os privilégios políticos e administrativos de Santa Cruz e promovendo a concentração de toda a actividade portuária na futura capital. A isto veio somar-se a crise vitivinicola de 1815, originada pela forte queda de preços dos vinhos canários nos mercados internacionais. A exportação – maioritariamente destinada às ilhas britânicas – tinha beneficiado até esta data de uma conjuntura altamente favorável, que se alteraria drasticamente com o fim das Guerras Napoleónicas (1814-15) e com a entrada no mercado dos vinhos da França, da Espanha e de Portugal continental. Devem ainda mencionar-se, como factores recessivos para a economia da cidade, a epidemia de febre amarela que, em 1811, dizimou mais de 20% da população do município, e a aluvião de 1826, que destruiu inumeros campos de vinha e adegas na região e na própria cidade. A viticultura, depois da queda dos preços de mercado ocorrida em 1815, a aluvião de 1826 e as pragas do Oidium (1852) e do Mildiew (1878), acabaria mesmo por se tornar residual, com uma produção limitada ao consumo local.Ibid., pp.187–189.

[379] A estrada para Santa Cruz começou a ser utilizada em 1866. Ibid., p.190.

[380] «Su localización en la fachada barlovento, abierta a los vientos alisios que llegan con dirección NNE, unida a la morfología litoral alcantilada oferecen escasas posibilidades para el desarrollo de un enclave portuario». Ibid.

[381] O primeiro, apesar de efémero, teve um forte impacto na economia da ilha e na paisagem do vale. Com a descoberta das anilinas artificiais, porém, a sua exportação cedo entrou em crise, atingindo o seu ponto mais baixo em 1884. Por essa altura, a banana começou a adquirir importância, tornando-se num dos principais produtos de exportação da ilha. Cf.: Ibid., pp.193–194.

[382] Ibid., p.198.

incluía não só o *Puerto de la Cruz*, como todo o *Valle de La Orotava* – uma parcela do território que incluía a própria *Villa de La Orotava*, só por si mais populosa que a pequena cidade portuária[383].

A crise, que teve lugar na primeira metade do século XIX, teve importantes consequências na estrutura económica e social de Puerto de la Cruz. A cidade, que até 1815 havia prosperado como enclave comercial e portuário, iria converter-se num núcleo predominantemente agrícola. Esse processo – que Barroso Hernández designou como um «processo de ruralização»[384]- fez-se acompanhar, do ponto de vista urbanístico, por um processo de «desurbanização»[385]. A antiga burguesia comercial, tradicionalmente ligada à actividade portuária, reconverteu-se numa classe de proprietários agrícolas. A reconversão levá-la-ia a reivindicar o alargamento da área de jurisdição do município – reivindicação que foi atendida em 1847[386]. Este passou a incluir o território de uso exclusivamente rural que o circundava, alargando a sua jurisdição aos limites actuais – o que não o impediu de, ainda hoje, ser o mais pequeno do arquipélago[387].

O «processo de ruralização», em que a cidade foi perdendo importância relativamente à sua periferia agrícola, levou à estagnação do crescimento do antigo núcleo urbano onde, a partir de 1823, se demoliram mesmo alguns edifícios para dar lugar a hortas de cultivo[388]. A partir de meados do século, findo o ciclo económico recessivo, a cidade voltou a crescer, mas agora sobretudo nos arrabaldes, enquanto o antigo núcleo urbano

[383] O mesmo sucede em relação ao Funchal, para o qual se contabilizaram apenas os dados demográficos relativos às suas freguesias urbanas, não contemplando a sua população arrabaldina, disseminada por todo o anfiteatro semi-rural; este critério foi, todavia, o único que permitiu estabelecer comparações no que respeita ao crescimento da cidade «compacta».

[384] Barroso Hernández, *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*, p.190.

[385] Ibid., p.218.

[386] «*El segundo aspecto que pone de manifesto el processo de ruralización experimentado pela economía local portuense, es el conflicto juridiscional, que ocupa una cuarta parte del siglo XIX (1821-1847). La demarcación jurisdicional de Puerto de la Cruz constituía un hecho insólito, por su exigua extensión territorial, la qual se reducía prácticamente al núcleo urbano. Esta situación no supuso incoveniente alguno mientras su actividad económica estuvo basada en el tráfico portuario y el comercio. Sin embargo, una vez planteado el retroceso y/o desaparición de la actividad portuaria y comercial de Puerto de la Cruz; e iniciado el subsiguiente proceso de ruralización* [...] *se formuló, por parte de la oligarquía política y económica de la ciudad la necesidad de revisar el contenido territorial del municipio* [...]. *Las reividicaciones planteadas en 1821 por Puerto de la Cruz, son definitivamente aceptadas en 1847; momento en que el municipio extendió su jurisdición a sus límites actuales*.» Ibid., p.191.

[387] «Puerto de la Cruz es el más pequeño de los municipios de Canarias con 8 Km2, que dispone de un perímetro municipal de 15 km y una longitud de costas de 8km ».Martín Galán, *El mar, la ciudad y el urbanismo*, p.141.

[388] «Los solares resultantes de la demolición de edifícios fueron convertidos en huertas de cultivo [...] *por cuanto desde el año 1826, que fue el Aluvión hasta el presente de 1859 se han derribado más de 200 casas, bodegas y graneros, para hacerlos huertas después de que hay agua para su riego y han menguado los inquilinos* [...]»Barroso Hernández, *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*, p.205.

permaneceu praticamente inalterado até à segunda metade do século XX[389]. Esta estabilidade fica bem expressa quando se comparam as plantas de Riviére (1741) (Fig. 48), a planta de Alvares Rixo (1828) (Fig. 49)[390] e a de Francisco Coello (1849)[391] (Fig. 50). Atendendo a que a planta de Rivière é, em grande medida, uma representação da cidade seiscentista, pode-se afirmar com alguma segurança que, desde a sua formação até à segunda metade do século XX, a estrutura urbana de Puerto de la Cruz pouco se alterou (Fig. 14).

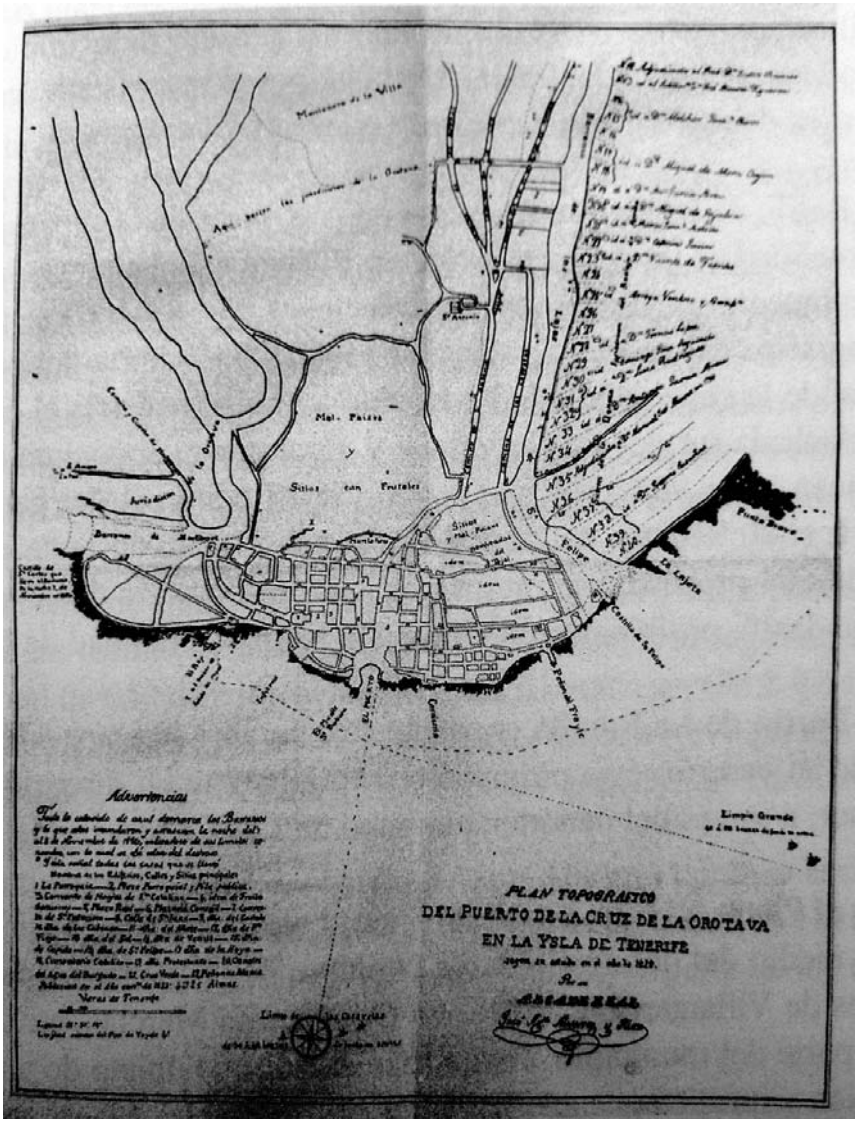


Fig. 49 Alvares Rixo, *Plan Topografico del Puerto de la Cruz,* 1828 (in Barroso Hernández, *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*)

[389] «Hasta mitad de este siglo, la ciudad mantenía gran parte de su extraordinaria configuración urbana, de un sentido unitario total, constituyendo uno de los centros de arquitectura doméstica más originales del Archipiélago.» Martín Rodríguez, *Arquitectura Doméstica Canaria*, p.31.

[390] J. A. Avarez Rixo, *Planta topográfica de Puerto de la Cruz de Orotava según su estado en el año 1828*. Publicada por Barroso Hernández, *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*, p.163.

[391] *Puerto de la Cruz o de Orotava, en Islas Canarias*, Folhas 1 y 2, por Francisco Coello, 1849. In *Atlas de España y sus posesiones de Ultramar*, do mesmo autor. Madrid, 1848-1869. A planta foi publicada por Barroso Hernández, que reconhece, no entanto, que ela não passa de uma cópia da de Riviére. Cf.: Ibid., pp.152–153.

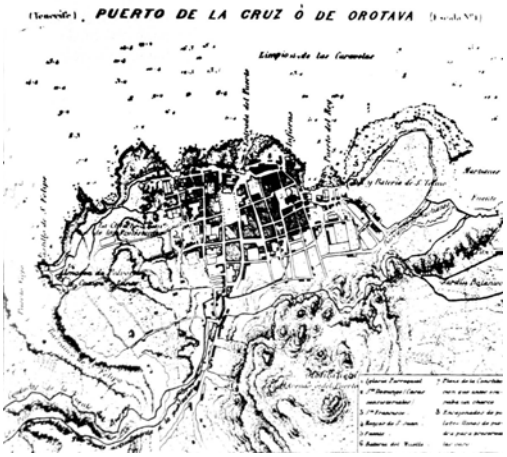
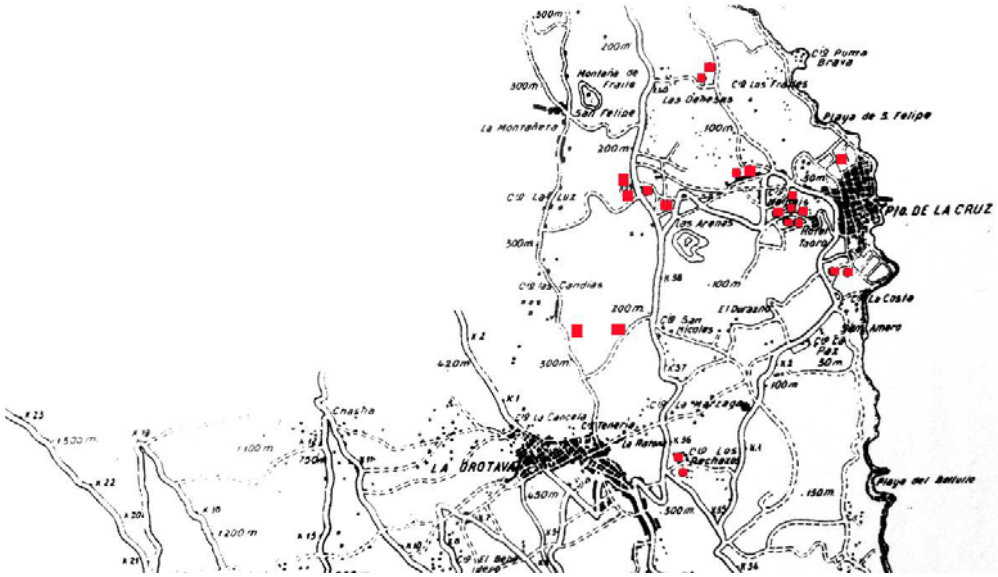


Fig. 50 Francisco Coello, *Puerto de la Cruz ò de Orotava*, 1849 (in Barroso Hernández, *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*)

À semelhança do que aconteceu na periferia do Funchal, no último quartel do século XIX, o crescimento arrabaldino foi espontâneo, em «árvores de caminhos», cujos «troncos» principais já não se destinavam a ligar o centro da cidade ao coração produtivo do vale, mas sim à capital da ilha, Santa Cruz, onde se concentrava agora praticamente toda a actividade portuária[392]. Este ciclo expansivo, cujo pico foi atingido entre os anos de 1887 a 1900, depois de superada a crise da cochinilha[393], pode atribuir-se não só ao cultivo da banana, mas, em grande parte, ao desenvolvimento do turismo terapêutico, o qual, a partir de 1880, começou a ter um peso apreciável na economia local [394] (Fig. 51).



[392] «*Los márgenes de las nuevas vías de comunicación, sobre todo en áreas inmediatas a los pagos agrícolas del municipio (San Antonio, La Vera, Las Arenas, Las Dehesas, etc..), sirvieron de eje a biena parte de la expansión territorial del caserio a lo largo del último cuarto de siglo*».Ibid., p.213.
[393] Ibid., p.209.
[394] Ibid., p.194.

Fig. 51 Locais de concentração de britânicos no Vale de Orotava no séc. XIX (in González Lemus, *Comunidad Britanica y Sociedad en Canarias*)

É neste período, com efeito, que surgem os primeiros hotéis em Puerto de la Cruz, os quais se instalam em edifícios situados no centro ou na periferia próxima da cidade. Em 1890, inaugurou na Montanha del Taoroo *Hotel Balcón* (ou Taoro) (Fig. 52), uma unidade com cerca de 200 quartos[395] que se viria a transformar num pólo de atracção, não só dos *invalids* em cura de ares, como da própria colónia britânica então residente no vale de Orotava. Nas suas imediações, fixaram-se os principais equipamentos da estância terapêutica, cuja frequência, à semelhança do que sucedia no Funchal, era maioritariamente britânica: a Igreja Anglicana[396] (Fig. 53), a biblioteca[397]– *The Orotava Library* (Fig. 54) – e um clube desportivo – o *British Outdoor Games Club.* Era este o «*centro neurálgico donde se desarrollaba la vida social de los ingleses*»[398].

Fig. 52 Hotel Taoro, em último plano, visto de Puerto de La Cruz (col. FEDAC)

[395] Hernández Gutiérrez, *De la Quinta Roja al Hotel Taoro*, p.173.

[396] A igreja, um pequeno templo de feição neogótica com uma só nave, foi construída em 1890, com projecto de Walter I. Wood, sendo a primeira de uma série de três que viriam a ser erguidas pela comunidade britânica no arquipélago. A sua relação com o hotel Taoro era estreita, de tal forma que os ofícios religiosos chegaram a estar incluídos no conjunto dos serviços que o hotel prestava aos seus hóspedes. Cf.:A. Sebastián Hernández Gutiérrez, «Somers & Micklethwaite en Canarias», *Vegueta : Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, 1993, p.273; González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.405; Darias Príncipe, *Arquitectura y arquitectos en las Canarias Occidentales, 1874-1931*, p.433.

[397] A biblioteca, inaugurada em 1903, foi também projectada por um arquitecto inglês residente na ilha sendo a ideia inicial erigir «una 'English Rooms', a imagen y semejanza de las existentes en Madeira, en la cual la biblioteca fuese tan sólo una dependencia más del club social». A. Sebastián Hernández Gutiérrez e Carmen Josefa Viera Abreu, «The Orotava Library. Tiempos de gestión y construcción (1831-1903)», *Cuadernos de Biblioteconomía y Documentación*, 1988, p.54.

[398] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.405.

Fig. 53 Puerto de la Cruz, Igreja Anglicana (fot. do Autor)

Fig. 54 Puerto de la Cruz, *The Orotava Library* (fot. do Autor)

A proximidade do grande hotel constituiu um local preferencial de fixação da colónia britânica residente no vale[399] e de grande parte das casas para alugar à estação – as quintas de aluguer. Tal como no Funchal, também aqui, a tipologia urbana dominante era a que melhor se coadunava com o turismo terapêutico: edifícios isolados em lotes-jardim, cujas frentes confrontavam com os arruamentos. Uma periferia semi-rural, de povoamento disperso, que ia crescendo sem *plano de ensanche* e em que o jardim desempenhava um papel central[400]. Existiam grandes similitudes entre a estância espanhola e a portuguesa – a começar, desde logo, pela paisagem. É necessário, todavia, ter em atenção, sobretudo no que respeita às quintas de aluguer, que, na Madeira, esta tipologia marcou presença desde inícios do século XIX. No vale de Orotava, só nas últimas décadas do século, com o crescimento abrupto do turismo terapêutico, se assistiu à sua difusão, a uma escala que não atingiria nunca a do Funchal.

Vila de Orotava, estância de altitude

Situada na parte superior do vale, a 400 metros de altitude, a Villa de La Orotava ocupava o centro de uma das regiões mais férteis da ilha do Tenerife, tendo chegado a ser, durante alguns séculos, logo a seguir a La Laguna, a segunda povoação da ilha. Em 1561, a

[399] Em 1910, a comunidade britânica residente – a maioria da qual se fixara permanentemente no vale por questões de saúde – ascendia a 79 indivíduos; 85,7% das suas casas situavam-se na periferia de Puerto de la Cruz e apenas 14,3% no centro da vila. Cf.:Ibid., p.412.

[400] «Esta dispersión nos indica que era una colonia atomizada, cuyas residencias se encontraban ubicadas en las afueras del Puerto, siguiendo las preferencias de las clases acomodadas inglesas. Como miembrol de la clase alta, se establecían en Puerto Orotava en villas o quintas solitarias, tranquilas y alejadas de los núcleos urbanos. [...] Es decir, haciendas aisladas de la población y con jardines a su alrededor. Normalmente en viviendas de dos plantas y todas tenían en común una buena vista sobre la costa y el Valle». Ibid., p.413.

sua população ascendia já aos 2575 habitantes, entre os quais era possível encontrar «*la gente más granada y de mas lustre que a la isla vino*»[401]. Em 1648, ano em que lhe é concedida o título de vila, já a população duplicara. A estrutura urbana, que então apresentava, manteve-se praticamente inalterada até meados do século XIX – uma malha de quarteirões irregulares, em que as casas, adaptando-se ao declive abrupto, deram origem a ruas com planos de fachada escalonados (Fig. 55). Uma das suas características morfológicas mais marcantes eram as ruas íngremes, que resultavam da forte pendente da encosta, o que levou alguns dos viajantes oitocentistas que a visitaram a compará-la ao Funchal[402].

Fig. 55 Orotava (col. FEDAC)

A sua ocupação por uma aristocracia enriquecida pela exploração das férteis terras do vale – contrastando, aliás, com o Puerto de la Cruz, onde predominava uma burguesia comercial ligada à actividade portuária – iria dar origem a um dos mais notáveis conjuntos de arquitectura doméstica canária. Situadas na «*vertebra original del centro histórico de La Orotava*[403]» (Fig. 56), algumas destas casas iriam ser utilizadas, nas duas últimas décadas

[401] Fray Alonso de Espinosa citado por Martín Rodríguez, *Arquitectura Doméstica Canaria*, p.30.
[402] «La Villa lies some two miles and a half from and about 1140 feet above the Puerto; and the streets are paved and precipitous as any part of Funchal». Burton e Cameron, *To The Gold Coast for Gold, Vol. I A Personal Narrative*, p.140.
[403] «La vertebra original del centro histórico de La Orotava esta compuesta por una serie de viviendas que coinciden, y no por casualidad, con un vector de instalación que hemos establecido como uno de los primeros trazados de la actual Villa. Un vector que partiendo de la calle del Agua (actualmente Tomas Zerolo) concluye en la plaza de San Francisco, una vez que atraviesa las calles Cólogan y Colegio. No es de extranar que en esta linea continua, quebrada y empinada a la vez, se encuentren localizadas las casas mas renombradas del rugar, casas que en honor a sus orígenes aristocratico hemos presentado aquí como casas nobiliares.» A. Sebastián Hernández Gutiérrez, *Arquitectura en el Centro Histórico de la Villa de La Orotava* (La Orotava: Dirección General de Patrimonio Histórico, 2003), p.51.

do século XIX, como hotéis ou residências temporárias de *invalids* – como foi o caso do Hotel Hespérides ou da *boarding-house* de Miss Nixon[404]. Curiosamente, ao contrário do que acontecera no Funchal, onde a procura de hotéis, quintas e sanatórios de altitude cresceu na viragem do século, na Villa de La Orotava reduziu-se. González Lemus atribui esta redução à atractividade de Puerto de la Cruz, onde a comunidade britânica residente era cada vez mais numerosa e proliferavam equipamentos e serviços[405]. Este facto não impediu, todavia, a Vila de La Orotava de funcionar como estância de altitude de Puerto de la Cruz – ou, pelo menos, o principal pólo de atração daqueles que, sob prescrição clínica, procuravam nas suas imediações as propriedades curativas dos microclimas de encosta. A climatologia médica não dispensava, como instrumento terapêutico, o aproveitamento das diferentes temperaturas e graus de humidade do ar que só as variações de altitude proporcionavam.

[404] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.493.
[405] «Sin embargo, esta pequeña comunidad británica estabelecida en la Villa poco a poco va disminuyendo a favor de Puerto Orotava o Puerto de la Cruz. De los 34 que había a finales de la década de los noventa pasarían a ser solo tres en 1910». Ibid., p.408.

Fig. 56 Planta de Orotava, *La Columna Nobiliar* (in Hernández Gutiérrez, *Arquitectura en el Centro Histórico de la Villa de La Orotava*)

3.5.3 Las Palmas de Grã Canária

Cidade fundacional

Las Palmas foi a primeira cidade fundada pela Coroa de Castela no Atlântico[406]. Testa de ponte na conquista da Grã Canária, o *Real de Las Palmas* – nome que viria a designar a pequena urbe fortificada nos seus primeiros anos de existência – teve origem num acampamento militar estabelecido, em 1478, na costa noroeste da ilha. O acampamento implantou-se numa pequena elevação na margem direita da ribeira de Guiniguada, não longe do mar – um lugar de onde se avistava o porto e os navios e onde era fácil o abastecimento de água, lenha e outras provisões. Nas suas imediações, estendia-se uma pequena várzea – uma «vegueta[407]» – onde viria a expandir-se a futura cidade. Terminada a conquista da ilha, em 1484, e repartidas as terras pelos conquistadores, nela se instalou a primeira sede administrativa ultramarina de Castela e, mais tarde, o *Obispado de Canarias* (1485), o *Tribunal del Santo Oficio* (1499), a *Real Audiência* (1526) e a *Capitania General* (1589)[408].

O núcleo fundacional cresceu espontaneamente em torno da praça de *San Antonio Abad*, da qual irradiava um dédalo de pequenas ruas. Em finais do século XV, a catedral «girou» a sua fachada de este para oeste e teve lugar um recentramento em torno da praça de Santa Ana (Fig. 57). Nesta se instalaram, por ordem expressa dos reis Católicos, as instituições de poder e as funções urbanas mais representativas: *Cabildo*, Catedral e, nos eixos longitudinais, o Palácio Episcopal, a *Casa del Regente*, a dos *Alféreces Mayores* da ilha, bem como as residências de alguns notáveis[409]. Foi esta, segundo Herrera Piqué, a «*primera Plaza Mayor planificada, de caracter cívico-administrativo, en España y en ultramar*»[410]. A partir dela, estruturou-se a malha regular da cidade colonial. Em 1515 a vila ascendeu a *Noble y Ciudad* e, em meados do século XVI, um tecido urbano já consolidado evidenciava a dualidade que tinha caracterizado o seu crescimento: numa primeira fase irregular, em torno do núcleo fundacional e, depois, semiregular – ruas

[406] Alfredo Herrera Piqué, *Las Palmas de Gran Canaria : patrimonio histórico y cultural de una ciudad atlántica* (Las Palmas de Gran Canaria: Ayuntamiento de Las Palmas de Gran Canaria, 2002), p.36.
[407] Do espanhol «vega»: «*parte de tierra baja, llana y fértil*».Cf.: «Dicionario Real Academia Española», acedido 6 de Maio de 2013, http://www.rae.es/rae.html.
[408] Herrera Piqué, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.36.
[409] Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.30.
[410] Alfredo Herrera Piqué, *La Ciudad de las Palmas : noticia histórica de su urbanización* (Las Palmas de Gran Canaria: Ayuntamiento de Las Palmas de Gran Canaria, 1978), p.36.

rectilíneas traçadas «a cordel» – nos bairros de Vegueta e Triana, que ocupavam uma zona plana nas duas margens do Guiniguada[411].

Fig. 57 Las Palmas de Grã Canária, Praça de Santa Ana (fot. do Autor)

A construção da muralha da cidade teve início depois dos ataques dos ingleses a Santa Cruz de La Palma (1553 e 1570). Ergueram-se, então, os dois tramos que, partindo da beira-mar até às colinas que confrontavam a poente, lhe protegeram os flancos sul e norte. Quando, porém, em 1599, o pirata holandês Van der Does lançou o seu assalto – à semelhança do fizera, no Funchal, em 1566, o corsário Montluc[412] – as defesas não estiveram à altura, a cidade foi saqueada e a ilha tomada até à Cruz do Inglês, em Tafira Alta. Uns anos antes, Leonardo Torriani propusera novos dispositivos defensivos que não tinham sido construídos[413]. A planta traçada pelo engenheiro militar (Fig. 58) – a primeira que se conhece de Las Palmas[414] – registou com detalhe a sua morfologia, que Torriani descreve sinteticamente:

> «A cidade é pequena e somente de oitocentas casas, distendendo-se sobre o mar, da banda do levante. Divide-a um pequeno rio que desce por duas áridas montanhas que ficam na sua retaguarda, uma à direita, dita de Sao Francisco, a outra, menor, à

[411] Esta dualidade morfológica da configuração urbana – embora evidenciando uma vontade ordenadora – faz com que Las Palmas não possa ser considerada um exemplo de «urbanismo renascentista», constituindo antes um caso de transição entre a antiga vila medieval e a cidade planeada a régua e esquadro – o modelo que mais tarde iria florescer na América espanhola.Herrera Piqué, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.38–40.
[412] Aragão, *Para a História do Funchal, pequenos passos da sua memória*, p.238.
[413] Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.34.
[414] Alfredo Herrera Piqué, «Planos Históricos de Las Palmas de Gran Canaria», *Aguayro*, n. 214 (1995): p.19.

esquerda, dita de Sao Domingos. O porto fica a três milhas de distância para norte e desta parte o campo é arenoso e os montes circunvizinhos estéreis e desnudados»[415].

A planta evidencia com clareza o lugar fulcral que a praça de Santa Ana ocupava no tecido urbano, abruptamente cindido pelo Guiniguada. Outros centros de menor importância haviam-se já formado na periferia, em torno dos adros dos conventos: San Francisco e Bernardas, em Triana, e Santo Domingo, na Vegueta. No século XVII, completou-se a conventualização da cidade, bem patente na planta de Pedro Agustín del Castillo de 1686 (Fig. 59): Santo Agostinho e São Idelfonso, na Vegueta, e as Clarissas em Triana[416]. O carácter descritivo do desenho mostra claramente como a edificação se organizava ainda na periferia dos quarteirões rectangulares, reservando o miolo às hortas[417]. Outro aspecto interessante que decorre da comparação deste documento cartográfico com os que lhe sucederam é a estabilidade da estrutura urbana do núcleo histórico que, à semelhança do que sucedeu no Funchal, se manteria quase imutável até finais do século XIX[418] (Fig. 12).

Na última das grandes plantas de Las Palmas do século XVIII, traçada por Luis Marqueli em 1792[419] (Fig. 60), verifica-se que, dentro do espaço amuralhado, a sul e a norte do núcleo urbano, ficara um grande espaço destinado a hortas que permanecia ainda desocupado nesta época. A poente, nas faldas das colinas de San Lázaro e San Nicolás, aparecem sinalizados os subúrbios históricos da cidade, os bairros de *los Riscos*, onde, em *cuevas* e em pequenas construções, numa trama de vielas irregulares, se foi instalando a população trabalhadora que ia afluindo dos campos[420]. Para lá da muralha norte, até à baía de *Las Isletas*, estendiam-se as areias mortas de um deserto onde, a partir de meados do século XIX a cidade se iria expandir. Esta árida envolvente natural não podia apresentar maior contraste com o caso do Funchal (Fig. 61).

[415] Torriani, *Descrição e história do reino das Ilhas Canárias antes ditas Afortunadas*, pp.116–117.
[416] Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.31.
[417] Sistema que, do ponto de vista de Cáceres Morales, denota uma tendência para o auto-abstecimento da unidade familiar. Este auto-abastecimento, ao contrário do que sucedeu no Funchal, tenderá a desaparecer com a ocupação progressiva do miolo do quarteirão pela casa pátio. Cf.: Eduardo Cáceres Morales, *La formación urbana de Las Palmas : una hipótesis de ciudad informal* (Las Palmas de Gran Canaria: DACT - ULPGC, 2011), p.32.
[418] Tal como refere Martín Galán, depois de um crescimento acelerado até finais do século XVI, segue-se uma paragem de dois séculos e meio. Cf.: Martín Galán, *La formación de Las Palmas, ciudad y puerto*, p.103.
[419] Herrera Piqué, «Planos Históricos de Las Palmas de Gran Canaria», p.22.
[420] Herrera Piqué, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.221.

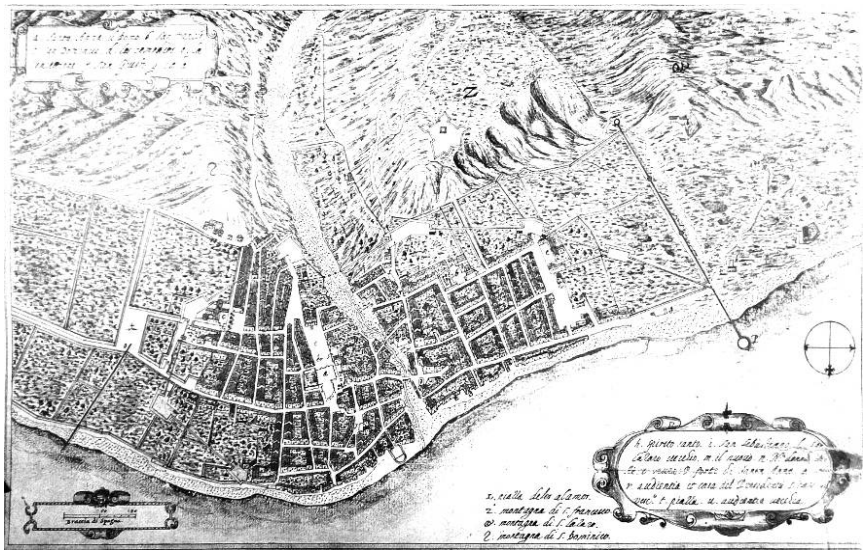


Fig. 58 Torriani, *Plano de la Ciudad Real de Las Palmas*, 1590
(in Tous Meliá, *Las Palmas de Gran Canaria a través de la cartografía:1588-1899*)

Fig. 59 Agustín del Castillo, *Ciudad de Las Palmas de la Isla de Canaria*, 1686
(in Tous Meliá, *Las Palmas de Gran Canaria a través de la cartografía:1588-1899*)

Fig. 60 Marqueli, *Plano de la Ciudad y Plaza de Las Palmas*, 1792
(in Tous Meliá, *Las Palmas de Gran Canaria a través de la cartografía:1588-1899*)

Fig. 61 Las Palmas de Grã Canária, baía de *Las Isletas* (col. FEDAC)

Expansão para norte

Las Palmas apresentou, no longo período que vai de finais do século XVI e meados do séc XIX, considerável estabilidade morfológica e funcional [421]. A partir de finais do século XVIII, a malha urbana de intramuros foi objecto de algumas transformações de carácter sanitário e formal que viriam a estar na base de grande parte das reformas urbanas que tiveram lugar ao longo do século XIX [422]. Para estas reformas, contribuiu decisivamente a desamortização dos bens da igreja, que em Las Palmas representavam uma percentagem considerável do solo urbano. Havia na cidade seis conventos, alguns deles ocupando consideráveis extensões, razão pela qual o fenómeno teve profundas repercussões na regeneração do tecido urbano: construiu-se um teatro, abriu-se uma alameda arborizada, novas ruas e praças, ou, simplesmente, reutilizaram-se os edifícios religiosos para outros fins[423].

Do ponto de vista urbanístico, o facto mais notável ocorrido durante o século XIX foi a expansão unidirecional para norte, que as sucessivas plantas da cidade documentam (Fig. 12). O núcleo histórico, constituído pelos bairros de Vegueta e Triana, nas margens

[421] Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.38.

[422] Foi nesse contexto que, inspiradas numa nova ideia de cidade introduzida pelo ideário iluminista, se podem enquadrar as transformações do bairro da catedral entre 1781 e 1815 – a construção de uma ponte monumental sobre o Guiniguada e a abertura de novas vias- bem como a construção de equipamentos – mercado, hospital, cemitério – ou melhoramentos nas infra-estruturas exitentes – pavimentação de ruas, abastecimento de água e arborização de alamedas.Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.203.

[423] A partir de meados do século, a desamortização de bens do Estado e da Beneficência iria pôr, nas mãos de privados, as grandes extensões de baldios e *realengos,* que iam dos *Arenales* a *la Isleta,* abrindo a porta às operações especulativas que acompanharam a expansão da cidade para norte. Cf.: Herrera Piqué, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.316.

do barranco do Guiniguada, acabaria por unir-se ao enclave portuário de *La Isleta*, onde, em 1883, se iniciaram as obras do novo porto – obras de dimensões desmesuradas para uma cidade que, à época, não tinha mais de 17 000 habitantes[424], aproximadamente a mesma população do Funchal[425]. À semelhança do que se passara em Santa Cruz do Tenerife, a cidade registou, durante este período, um considerável crescimento demográfico: os 8 414 habitantes contabilizados em meados do século XIX[426] elevar-se-iam a 44 517 em 1900 e ultrapassariam os 60 000 em 1910[427]. Nas últimas duas décadas do século XIX, ocorreu uma verdadeira explosão demográfica que não teve paralelo na capital madeirense (ver Gráfico I, p. 68). Esta ficou a dever-se, fundamentalmente, ao dinamismo do novo porto comercial que, no ano de 1910, registava já um volume de tráfego que ultrapassava uma vez e meia o de Santa Cruz[428], tornando-se num dos mais importantes portos de Espanha.

A demolição da muralha de Triana, nos primeiros anos da segunda metade do século XIX, marcou o início desta expansão para norte. Malogrado o primeiro plano de *ensanche* – o plano Macías – que se propunha ainda urbanizar alguns dos vazios de intramuros, começou a construir-se, fora da cerca, o bairro *de los Arenales*[429]. Tratava-se de uma iniciativa na qual participavam a edilidade e o capital privado, através das Sociedades Construtoras – que, em Las Palmas, actuaram de forma disseminada, não alcançando o mesmo protagonismo que tiveram em Santa Cruz[430]. Formado por uma retícula de quarteirões rectangulares, o traçado deste *ensanche*[431] assumia como eixo a estrada de ligação ao *Puerto de la Luz* e propunha a abertura da praça *de la Feria.* A sua

[424] Cáceres Morales, *La formación urbana de Las Palmas : una hipótesis de ciudad informal*, p.50.
[425] No último quartel do século XIX, a construção do novo porto em *La Isleta* tinha sido considerado pelas élites locais como uma obra vital para o progresso da cidade e da própria ilha. Havia plena consciência do interesse que o Império Britânico, que se expandia da costa ocidental de África ao Cabo da Boa Esperança, tinha na localização geográfica de um porto comercial e de reabastecimento nas Canárias. Não foi por acaso que a construção do Puerto de la Luz, cuja primeira fase decorreu de 1883 a 1907, apesar de ter sido um investimento do Estado, contou com tecnologia inglesa: foi através do porto que cidade e a ilha se enlaçaram com a cabeça do império Britânico – Londres – de onde chegavam a maioria dos invalids e para onde era exportada, como carga de retorno, a produção agrícola da ilha – a banana e o tomate. Cf.: Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, pp.80–81.
[426] Herrera Piqué, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.330.
[427] Na primeira metade do século, em grande parte devido à catastrófica epidemia de cólera que em 1851 dizimou 15% dos residentes, a população decresceu. Cf.: Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.203.
[428] Cáceres Morales, *La formación urbana de Las Palmas : una hipótesis de ciudad informal*, pp.58–59.
[429] O *ensanche* resultava de um projecto de 1858 do engenheiro António Molina. Cf.:Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.72.
[430] Darias Príncipe, *Arquitectura en Canarias, 1777-1931*, pp.34–35.
[431] «Se puede considerar esta expansión como ensanche pues en el siglo XIX se entendía que toda expansón nueva lo era».Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.72.

estrutura, tal como era em 1883, é claramente visível na planta da cidade assinada por Luis F. López Echegarreta[432] (Fig. 62).

Fig. 62 López Echegarreta, Plano de la Ciudad de Las Palmas de Gran Canaria, 1883
(in Tous Meliá, *Las Palmas de Gran Canaria a través de la cartografía:1588-1899*)

Em 1888, face ao crescimento desordenado que se verificava no *Puerto de La Luz*, o município encomendou um plano ao arquitecto Laureano Arroyo Velasco que, na Catalunha, conhecera de perto a experiência dos *ensanches*[433]. Nesse plano, que acabaria por não ser aprovado, pela primeira vez, a cidade foi encarada como um todo. Executou-se apenas a quadrícula de quarteirões do *Puerto de la Luz*, a qual, sob a pressão de interesses especulativos, sofreria diversas alterações[434]. Com efeito, o novo bairro, destinado fundamentalmente ao operariado portuário, apresentava em finais do século XIX graves problemas sanitários, com cerca de 2000 dos residentes vivendo em *chozas*[435]. Não sendo uma cidade industrial – tal como o Funchal não o era – Las Palmas teve, graças às suas infra-estruturas portuárias, de confrontar-se com um dos problemas típicos das urbes industriais do seu tempo: a habitação operária.

Para ligar o porto ao centro da cidade foi instalado, em 1885, um comboio urbano a vapor, o qual, mais tarde, foi substituído por um eléctrico em dupla via[436]. Entre estes dois

[432] Irmão do arquitecto municipal José Antonio. Cf.:Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.168.
[433] Santana Rodríguez, Juan José, *Las Palmas de Gran Canaria: 100 años de urbanismo* (Las Palmas de Gran Canaria: Gobierno de Canarias, 2006), p.9.
[434] Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.189.
[435] Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, pp.109–110.
[436] Ibid., p.95.

pólos, ao longo da faixa litoral, nasceram, entretanto, três novos bairros: *Los Arenales*, o bairro *de los hoteles* – futura *ciudad jardin*[437] – e *Las Alcaravaneras* [438]. Foi no bairro *de los hoteles*, em areais não urbanizados nem planeados, que começou a aparecer, desde finais da década de 80, em *states* que eram propriedade dos ingleses, uma tipologia até então pouco usual na ilha: as *villas* rodeadas pelos seus jardins[439]. Do ponto de vista morfológico, esta zona da cidade tinha as mesmas características da periferia do Funchal: era um núcleo de carácter espontâneo que se fundia com as linhas de água e os antigos caminhos das quintas que sulcavam as várzeas de Santa Catalina e das Alcaravaneras (Fig. 63), isto é, tinha as características que o turismo terapêutico requeria[440].

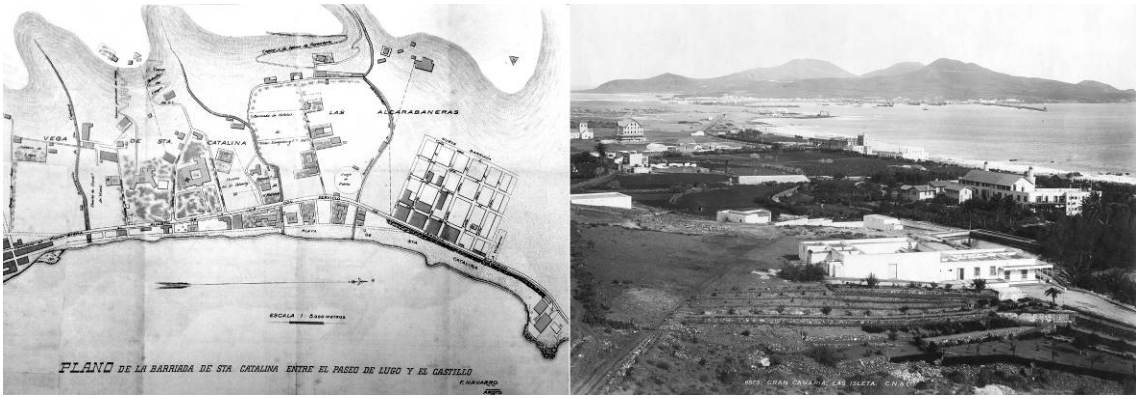


Fig. 63 Las Palmas, várzeas de Santa Catalina e Alcaravaneras ,1883 (fontes: Navarro, *Plano de la Barriada de Sta Catalina*; col. FEDAC)

O bairro adquiriu um novo impulso com a construção, em 1889, do Hotel Santa Catalina (Fig. 180) – cujo jardim *à inglesa* viria a ser municipalizado na segunda década do século XX, transformando-se no mais importante parque urbano de Las Palmas[441]. Não longe, inaugurava em 1892, o hotel Metrópole (Fig. 191), outra unidade de prestígio dedicada ao turismo terapêutico[442]. O bairro *de los hoteles* fez parte de uma cultura urbana radicalmente distinta da que teve lugar na expansão por *ensanches* de malha ortogonal. Uma cultura que viria a encontrar terreno fértil em Tafira Alta e Monte Lentiscal (Santa Brígida) – a estância de altitude de Las Palmas. Nestes dois pequenos aglomerados de

[437] O primeiro plano da Ciudad Jardin é da autoria de Miguel Martin e data de 1922, tendo sido aprovado em 1930.Cf.: Ibid., p.119.
[438] Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.203.
[439] Cf.: Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.117.
[440] Foi no bairro *de los hoteles*, as chamadas Alcaravaneras inglesas, que se fixaram os estrangeiros, na sua maioria britânicos. Mais tarde, este sector da cidade, viria a constituir a chamada *Ciudad Jardim*, inspirada no modelo howardiano, com moradias unifamiliares isoladas em lotes ajardinados, traçados curvilíneos e pequenas rotundas. Cf.: Ibid., p.121.
[441] Cf.: Ibid., p.143.
[442] Martín Galán, «Islas, sol, barcos, hoteles y climatoterapia. El turismo en Las Palmas de Gran Canaria hasta la primera Guerra Mundial», p.149.

montanha, no último quartel do século XIX, começaram a surgir algumas quintas de recreio e veraneio, bem como alguns hotéis – o *Quiney's Bella Vista Hotel*, em 1892, e o Hotel Santa Brígida (Fig. 197), em 1898[443] – que tiravam partido do clima de altitude. Repetiu-se ali a experiência do bairro ajardinado de *Las Alcaravaneras*: a uma primeira fase de urbanização espontânea – casas unifamiliares isoladas em lotes que se alinhavam ao longo da estrada – sucederam, a partir da segunda década do século XX, as primeiras operações de loteamento de iniciativa privada[444]. À semelhança do que se passara um século antes no Monte-Funchal, estas casas destinavam-se fundamentalmente a uma burguesia que preferia passar o verão em lugares mais frescos do que o centro da cidade[445].

Na primeira década do século XX, Las Palmas via surgir os primeiro projectos de *boulevards* em terrenos a conquistar ao mar[446] e «*aparecía como una ciudad vibrante, poseída de prestigio por el éxito de su puerto y con estampa de gran ciudad*»[447]. Tratava-se de criar uma avenida marítima que resolvesse os problemas de tráfego ligando os novos bairros com a zona portuária – «*una amplia vía de sesenta metros de achura, asfaltada e arbolada, teniendo a un costado magníficos chalets con jardines y por el otro la hermosa vista del mar*»[448]. À semelhança do que sucedia no Funchal, com o plano de melhoramentos de Ventura Terra, a cidade do turismo terapêutico renovava a sua fachada atlântica, lançando os primeiros projectos que, ao longo do século XX, a iriam transformar numa estância de sol, praia e turismo de lazer (Fig. 64).

Fig. 64 Las Palmas de Grã Canária, fachada atlântica, 1905 (col. FEDAC)

[443] Ibid., pp.150 e 157.
[444] Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, pp.123–124.
[445] «In the foreground there are some of the numerous villas of the inhabitants of Las Palmas, for this is the summer resort. Mounds and hills, green and cultivated, assist the landscape, which is almost pastoral, the nearest approach to the pastoral at least that one sees in these islands.» Stone, *Tenerife and Its Six Satellites; Or, The Canary Islands Past and Present*, p.308.
[446] Darias Príncipe, *Arquitectura en Canarias, 1777-1931*, p.38.
[447] Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.203.
[448] Memória descritiva do projecto de construção de uma via de união entre molhe de Santa Catalina e o de Las Palmas da autoria do engenheiro Adolfo San Martín; citado por: Herrera Piqué, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.382.

III ARQUITECTURA

1. Quintas de aluguer

> Il n'y a ici ni palais, ni architecture remarquable , ni obélisques , ni fontaines monumentales ; mais la salubrité est partout, ce qui a bien son mérite, et Funchal est, en définitive, une réunion de jolies maisons d'une noble simplicité qui n'exclut pas une certaine élégance, avec de belles vues de terre et de mer, meublées selon la position et les fortunes, et remplissant toutes les exigences de la civilisation actuelle.
> C. A. Mourão-Pitta in *Du Climat de Madère et de son influence thérapeutique dans le traitement des maladies chroniques*

1.1 Quinta madeirense e quinta de aluguer

O Grande Dicionário da Língua Portuguesa de António de Morais Silva define quinta como um «prédio rústico com casa de habitação»[449]. No caso de esta habitação ser um palácio «que passa aos descendentes por herança, ou por constituído morgadio»[450] estar-se-ia, então, de acordo com o mesmo dicionário, na presença de um solar, ou de uma casa nobre. Na Madeira, uma pequena parte das quintas que constituem objecto desta investigação ascende aos séculos XVII e XVIII. Apesar de nenhuma delas ser armoriada, a feição erudita da sua arquitectura, a presença da capela, o facto de terem feito parte integrante de morgadios, ou de terem constituído sede de exploração agrícola aproxima-as daquilo a que a legislação regional designa como «casas senhoriais»[451]. As quintas madeirenses não devem, todavia, ser confundidas com solares, ou casas nobres, no sentido que lhes atribuiu Carlos de Azevedo nos *Solares Portugueses*[452].

No seu estudo sobre a casa rural setecentista dos arredores de Lisboa, Vieira Caldas estabelece a distinção entre quinta e solar. Do seu ponto de vista, no solar, a casa é indissociável da instituição nobiliárquica, «conferindo estatuto à família que lhe está ligada e vice-versa[453]» – o que nem sempre acontece na quinta. Esta observação aplica-se à quinta madeirense. Na verdade, em nenhum dos exemplares que fizeram parte deste estudo se pode

[449] António de Morais Silva et al., *Grande dicionário da língua portuguesa*, 10a ed. (Lisboa: Editorial Confluência, 1949), p.105.
[450] Ibid., p.325.
[451] O Decreto Legislativo Regional que reconhece o valor patrimonial das «Quintas da Madeira», e as consigna mesmo como uma «tipologia de empreendimento turístico», confunde, erradamente, a casa senhorial com a quinta madeirense: «as Quintas da Madeira devem ser constituídas por casas senhoriais antigas, renovadas e ou ampliadas, que pelas suas características arquitectónicas, baseadas no traçado original, contribuam para a preservação do património regional e transmitam a história e cultura da Região». Assembleia Legislativa, «Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M», p.2712.
[452] Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses* (Lisboa: Livros Horizonte, 1969). O autor utiliza indistintamente os termos 'casa nobre', 'casa senhorial' ou 'solar' para designar o conjunto de edifícios de arquitectura doméstica erudita que são objecto do seu estudo.
[453] João Vieira Caldas, *A Casa rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, 2. ed. (Porto: FAUP publicações, 1999), p.34.

determinar, com clareza, esse vínculo matricial à instituição nobiliárquica. A maioria deles é, aliás, originária do século XIX, o período de decadência dos morgadios. Vieira Caldas define a quinta como «uma unidade rural de dimensão muito variável que inclui terrenos abertos de cultivo, outros delimitados, por vezes murados, para hortas e pomares, construções de apoio à agricultura e à criação de animais, moradias para caseiros ou outros trabalhadores e a casa do proprietário»[454]. O autor constata, ainda, que os viajantes que visitaram Portugal no século XVIII utilizavam sempre este termo para se referir às propriedades rurais da periferia da capital – «poderiam ter utilizado termo 'chateau' ou 'villa' aplicáveis a edifícios de outras regiões da Europa, mas não, usaram sempre quinta»[455].

Os ingleses – e outros estrangeiros – que visitaram a Madeira, preferiram também utilizar o termo quinta para se referir às propriedades rurais da periferia do Funchal[456], apesar de, no vocabulário anglo-saxónico, o termo *villa* ser o de significado mais próximo[457]. Ackerman, no seu ensaio sobre esta tipologia, definiu a *villa* como «*a building in the country designed for its owner's enjoyment and relaxation*»[458]. Reconhecendo que esta pode também constituir a sede de uma exploração agrícola, o autor sublinhou, todavia, que «*the pleasure factor is what essentially distinguishes the villa residence from the farmhouse and the villa estate from the farm*[459]» – uma distinção já estabelecida, no século XV, por Alberti, que recomendava que as casas dos magnates se deveriam afastar do tumulto das cidades, «entre outros motivos, por causa do prazer e da comodidade dos espaços, dos jardins e dos lugares aprazíveis»[460]. Este *pleasure factor,* ou função recreativa, adquiriu na Madeira, na perspectiva de alguns autores, um especial protagonismo, sobretudo quando se tratava de distinguir a quinta madeirense da quinta do continente.

Para Cabral do Nascimento, profundo conhecedor do meio insular, haveria abissais diferenças entre as duas. Do seu ponto de vista, os dicionários portugueses não tinham sequer conseguido registar «o significado típico, a equivalência particularíssima[461]» que o termo adquirira no território madeirense. Reconhecendo que as quintas se ficaram a dever, em grande parte, aos ingleses, o autor decidiu procurar o seu significado numa enciclopédia

[454] Ibid.
[455] Ibid.
[456] Ellen Taylor explicava aos seus leitores que: «*a quinta is a country house, a farm, so called because the farmer paid the "quinta," or fifth part, of its product to the landlord*». Ellen M. Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it. With letters of a year's residence* (London: Edward Stanford, 1882), p.20.
[457] Sobre a utilização e evolução do significado do termo *villa* em Inglaterra, cf.: John Summerson, *Architecture in Britain, 1530 to 1830* (New Haven: Yale University Press, 1993), pp.345–347.
[458] Ackerman, *The villa*, p.9.
[459] Ibid.
[460] Leon Battista Alberti, Arnaldo do Espírito Santo, e Mário Krüger, *Da arte edificatória* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011), p.330.
[461] Cabral do Nascimento, «As Quintas Fulcro da Paisagem», *Revista Panorama*, 1954, p.111.

britânica do século XX, onde se terá deparado com a seguinte definição: «Quinta, *a country house in Madeira*» [462]. Este episódio põe em relevo, desde logo, uma primeira «originalidade» da quinta madeirense: o papel que os ingleses desempenharam na sua formação. Mas não é este o único aspecto que a maioria dos autores insulares invocam para distinguir a quinta madeirense da sua congénere continental.

Cabral do Nascimento não hesitava em afirmar que, entre uma quinta do continente e outra da Madeira, se cavava «um abismo mais profundo que o próprio oceano que as separa» [463]. Do ponto de vista do autor, essa abissal diferença ficava-se a dever, fundamentalmente, ao facto de a quinta madeirense, ao contrário da sua congénere no continente, ser apenas uma quinta de recreio: «Uma quinta na Madeira é, evidentemente, um parque. Mas um parque desprovido de todo e qualquer intuito lucrativo, sem fruta, sem caça, alheio a qualquer forma de exploração florestal de que se auferissem benesses com que viver à barba-longa»[464]. Possuir uma quinta na Madeira, explicava, «é dar-se a um luxo meramente gratuito, é empobrecer com grandeza [...] é imolar-se à pura beleza da paisagem»[465]. Para Cabral do Nascimento, a quinta insular não tinha, pois, qualquer função produtiva.

Não eram assim as quintas setecentistas dos arredores de Lisboa que Vieira Caldas caracterizou – nem o eram, aliás, as quintas setecentistas dos arredores do Funchal. Ambas juntavam à função recreativa – que se manifestava na presença de jardins ou outras áreas de lazer anexas à casa – a função produtiva. Apesar de muitas delas serem residências secundárias – moradas de veraneio onde os seus proprietários se refugiavam dos calores e miasmas estivais da baixa da cidade – estas casas eram, fundamentalmente, sedes de lavoura. Raimundo Quintal parece aproximar-se desta concepção ao definir a quinta madeirense como «uma unidade territorial que associa objectivos económicos e recreativos e é formada por três componentes inseparáveis: a casa [...] os jardins [...] e a área agrícola e/ou a mata»[466]. Mas logo reconhece que, desta última valência, «nem sempre é possível tirar rendimento suficiente para manter a propriedade» [467], o que, desde logo, põe em primeiro plano a sua função recreativa[468].

---

[462] Ibid.
[463] Ibid., p.112.
[464] Ibid., pp.111–112.
[465] Ibid., p.112.
[466] Raimundo Quintal, «Os jardins da Quinta do Palheiro Ferreiro», *Revista Atlântico*, 1986, p.113.
[467] Ibid.
[468] Sainz-Trueva, um dos autores que abordou, numa perspectiva histórica, o tema da «quinta madeirense», dá como boa a definição proposta por Raimundo Quintal. Vale a pena citar, na totalidade, a passagem em que faz referência ao assunto: «Procuraram outros autores isolar as características que melhor individualizassem a quinta madeirense, expurgando das antigas definições elementos (propriedade rústica, capela, casa nobre, lagar, habitação de caseiros) que levassem à confusão com diferentes unidades

Maria Lamas, que esteve na Madeira em meados do século passado, traçou um quadro impressivo da fisionomia destas quintas, apercebendo-se, também, das suas reduzidas dimensões e limitações como unidades de produção agrícola:

> Nem grandes extensões de terra, nem importantes explorações agrícolas, nem estilos variados na fachada da casa e no arranjo dos jardins: geralmente, são propriedades inteiramente muradas, com uma residência rodeada de relvados, canteiros e árvores e uma ruazinha florida até ao portão de entrada[469].

Também Rui Vieira, no substancial artigo que escreveu sobre o tema, se apercebeu das mesmas limitações: «são muitas as quintas da Madeira (embora poucas 'as grandes quintas')»[470].

Na realidade, uma das características das quintas madeirenses de oitocentos não é tanto o facto de estarem associadas à lavoura, ao regime de morgadio ou à aristocracia terratenente, mas sim o facto de estarem muito próximas dos padrões sociais e espaciais da residência burguesa oitocentista – a unidade unifamiliar rodeada por um pequeno jardim. Loudon, o grande divulgador desta tipologia junto da emergente classe média inglesa, definiu-a como «*a country residence, with land attached, a portion of which, surrounding the house, is laid out as a pleasure-ground*»[471]. Na Madeira, à semelhança do que se passou em todo o país, a desagregação do regime de morgadio, que as reformas liberais levaram a cabo ao longo do século XIX, libertou a propriedade rural e suburbana dos seus vínculos, pondo-a ao alcance de uma nova burguesia comercial. Vendidas ou alugadas a terceiros, isto é, transformadas em bens transaccionáveis, estas quintas, mesmo as de origem mais antiga, foram-se adaptando ao novo regime, a um novo estilo de vida – o estilo de vida burguês. O mesmo aconteceria com os seus velhos proprietários que se «inglesaram» – termo que, quando aplicado à Madeira oitocentista, se pode traduzir por «aburguesaram».

Era, certamente, a esta condição mercantil que Vieira aludia quando escreveu que muitas das quintas foram sendo adquiridas sobretudo por estrangeiros «e, pouco a pouco, a

---

arquitectónicas como por exemplo, o solar, morada do fidalgo ou da sua linhagem, constituindo morgadio, transmitido por herança, marca heráldica e genealógica de uma família. A residência do senhor, capela e engenho, foi na Madeira trilogia arquitectónica de exportação, nomeadamente para o Brasil e alí designada por «fazenda» ou «casa-grande». Dá-nos Raimundo Quintal o conceito mais adequado da palavra «quinta», aplicável a este tipo de moradia, de raíz inglesa, cujo aparecimento se localiza nos séculos XVIII e XIX.» José de Sainz-Trueva, «O Solar de Nossa Senhora da Piedade», *Atlântico*, n. 20 (1989): p.298.

[469] Maria Lamas, *Arquipélago Da Madeira – Maravilha Atlântica* (Funchal: Eco do Funchal, 1956), p.303.

[470] Vieira, «Um Olhar sobre as Quintas da Madeira», p.163.

[471] John Claudius Loudon, *An encyclopædia of cottage, farm, and villa architecture and furniture: containing numerous designs for dwellings ... each design accompanied by analytical and critical remarks ...* (Longman, Orme, Brown, Green, & Longmans, 1839), p.763.

sua parte rústica foi sendo parcialmente transformada em logradouros, jardins e matas de recreio»[472]. Para este autor, a maioria das quintas teria sido construída entre meados do século XVIII e os anos noventa do XIX – pouquíssimas no século XX[473] – período que coincide com a ascensão desta nova classe social. Vieira dá como boa a sucinta definição de quinta que o Padre Fernando Augusto da Silva apresentava no seu *Vocabulário*, não se afastando muito da concepção de quinta madeirense expressa pela maioria dos autores que se debruçaram sobre esta tipologia: «casa de moradia rodeada de jardim e arvoredo e geralmente circundada por muros, constituindo por vezes casas aparatosas»[474].

Constata-se, portanto, que, quando se referiam à «quinta madeirense», o que a maioria destes autores tinha em mente eram, na realidade, as pequenas casas que, nos séculos XVIII e sobretudo no XIX, proliferaram na periferia semi-rural e urbana do Funchal, isto é, uma tipologia que atingiria, a partir de meados de oitocentos, o seu apogeu: a *villa* burguesa, a casa unifamiliar isolada num pequeno lote ajardinado. Estas quintas, ou *villas*, não podem ser compreendidas sem a cidade industrial – elas são seus satélites e, em última análise, o seu contraponto. Por isso, historicamente, a sua proliferação coincide com os períodos de maior crescimento urbano – como foi o caso de Inglaterra nos séculos XVIII e XIX.

A tipologia alastrou, não só à periferia rural das urbes industriais, como também às estâncias terapêuticas europeias – elas próprias verdadeiros satélites dessas urbes, lugares de cura e de refúgio a salvo das suas atmosferas poluídas e irrespiráveis. Durante o século XIX, é possível encontrá-la com frequência nas estâncias do centro da Europa ou das *rivieras* francesa ou italiana. Não era, portanto, «um luxo meramente gratuito» – como afirmava Cabral do Nascimento – possuir uma destas pequenas propriedades na periferia do Funchal. Sê-lo-ia em meados do século XX, na altura em que o autor escreveu estas palavras. No século XIX, porém, a maior parte das chamadas quintas madeirenses constituíram proveitosas fontes de receita para os seus proprietários. Receita que não resultava da exploração agrícola dos seus terrenos, que eram escassos ou mesmo inexistentes, mas do aluguer à estação, isto é, do turismo terapêutico.

Os seus principais inquilinos foram os enfermos que, desde inícios do século XIX, se deslocavam para as ilhas em cura de ares. Ao contrário do turista contemporâneo, estes viajantes permaneciam por longas temporadas – normalmente a estação de Inverno[475]. Tal

[472] Vieira, «Um Olhar sobre as Quintas da Madeira», p.164.
[473] Ibid., pp.163–4.
[474] Fernando Augusto da Silva, *Vocabulário Popular do Arquipélago da Madeira - Alguns Subsídios para o seu Estudo* (Funchal: Junta Geral do Funchal, 1950), p.97.
[475] E, em alguns casos, por um ano inteiro, sem que isso acarretasse acréscimo significativo no custo de aluguer, já que o Verão, como mencionavam alguns guias, era a época baixa.

como a casa, o usufruto do jardim estava incluído no aluguer, reservando-se, todavia, o proprietário, para si, os proveitos da exploração da horta, do pomar, dos vinhedos ou de outros cultivos, se os houvesse. O aluguer à estação de uma quinta, não foi, aliás, uma especificidade das estâncias terapêuticas insulares: tratou-se de uma prática comum na Europa, nos locais onde os enfermos estagiavam em cura de águas ou de ares[476].

No período histórico abarcado por este estudo, a quinta madeirense é, pois, uma tipologia proto-turística ou, utilizando a terminologia aqui adoptada: uma tipologia do turismo terapêutico. É essa a razão pela qual se optou por designá-la como *quinta de aluguer*. Na periferia do Funchal, no quadro cronológico aqui fixado – do início do século XIX ao eclodir da Primeira Guerra Mundial – foram identificadas 163 unidades de aluguer à estação, das quais foi seleccionada e analisada uma amostra de 73 (ver Quadros I e II, pp. 215, 216), estimando-se que, no último quartel do século XIX, o seu número rondasse as 109[477]. Estes números fazem, da quinta de aluguer, a mais importante tipologia do turismo terapêutico na Madeira, o modo de alojamento preferencial de todos os que visitavam a estância em cura de ares. No quadro das ilhas atlânticas, o fenómeno pode, aliás, considerar-se uma verdadeira especificidade do arquipélago português. Nas Canárias, esta actividade foi não só mais tardia como nunca chegou a atingir as mesmas proporções (ver Cap. III, 1.7).

Embora algumas remontem ao século XVIII, ou mesmo XVII, na sua grande maioria, as quintas de aluguer são construções de origem oitocentista, em que casa e jardim formam uma unidade indissociável. As casas mais antigas foram sofrendo alterações que as adaptaram às exigências de uma clientela vitoriana, habituada ao elevados graus de conforto que tinham atingido as casas das elites sociais da Europa do Norte. Em muitos casos, como se verá, nelas se cruzaram tradições da arquitectura portuguesa com as da arquitectura inglesa de expressão romântica, em particular do período georgiano. Algumas foram, aliás, propriedade de britânicos que construíam as suas quintas de recreio fora da cidade. As referências à sua presença na meia-encosta do Funchal remontam aos inícios do século XVII. Muitas delas sobreviveram até aos nossos dias, constituindo hoje importante testemunho de uma forma peculiar de habitar a ilha, tirando partido da sua orografia e da brandura curativa e húmida da sua atmosfera.

[476] Pevsner dá como exemplo o caso de Goethe, que visitou regularmente a estância de Karlsbad entre 1795 e 1818, alojando-se em casas alugadas. Nikolaus Pevsner, *A History of Building Types* (London: Thames and Hudson, 1976), p.208.
[477] Cf.:Paul Langerhans, *Handbuch für Madeira: mit einer Karte der Insel und einen Plan der Stadt Funchal* (Hirschwald, 1885), pp.195–196.

1.2 Testemunho dos guias e relatos de viagem

> I did not choose any of the luxurious houses which adorn the bosom of the amphitheatre above the town; I admired, in all the world, their perfect elegance and glorious prospect. Henry Coleridge in *Six months in the West Indies, in 1825*

As referências às quintas madeirenses em relatos de viagem, guias para *invalids* , estudos de climatologia médica ou obras de outra natureza têm mais de quatro séculos. Trata-se de uma fonte essencial para compreender a origem e evolução da quinta de aluguer, sobretudo ao longo do século XIX – o período em que estes testemunhos são mais abundantes e vão surgindo de forma sequencial. Neste subcapítulo, procedeu-se à sua arrumação cronológica e a uma abordagem crítica que permite compreender melhor as transformações que esta tipologia foi sofrendo ao longo do século e o papel que desempenhou durante todo o ciclo do turismo terapêutico.

Uma das primeiras referências às quintas de recreio madeirenses terá sido feita por Jean Mocquet, boticário régio na corte de Henrique IV[478] que, na sua passagem pela Madeira, em 1601, fez uma breve menção às «*maisons de plaisance*» que então havia fora da cidade do Funchal[479]. Em 1689, foi Ovington quem, convidado a merendar na quinta de um mercador inglês, deu conta do esplendor das casas e jardins de meia-encosta onde esta pequena comunidade – que na altura não ultrapassaria a meia dúzia – se recreava ao abrigo do estio húmido e quente da baixa da cidade: «*and (they) placed us under the spreading boughs of Oranges and Lemons, with living Springs under their refreshing shade. Nature here displayed to us a Scene of Joy and Love, and waited on us in all her Pomp, in all the Delights and Beauties of the Field*»[480].

Um século mais tarde, de passagem pela Madeira, Maria Riddell também se encantou com os jardins da quinta do Sr. Murray, o cônsul inglês: «*every tree and flowering shrub the island affords are here assembled and disposed with the most exquisite taste, and*

[478] Cf.: Maria dos Remédios Castelo Branco, «As impressões de Jean Mocquet sobre o Funchal em 1601», *Atlântico*, n. 11 (1987): p.222.
[479] Mocquet, *Voyages en Afrique Asie, Indes orientales et occidentales. - Paris, Menqueville 1617*, p.50.
[480] «E sentaram-nos sob as ramagens das larajeiras e dos limoeiros, em cuja sombra as nascentes brotavam. Ali, a Natureza apresentava-se como um cenário de felicidade e amor, impunha-se com toda a sua pompa, com todas as delícias e belezas campestres». Ovington, *A Voyage to Suratt, in the Year, 1689*, pp.14–15; Em meados do século XVIII, é possível encontrar referências do mesmo teor, por exemplo em Francisco Alcoforado et al., *An Historical Account of the Discovery of the Island of Madeira, Abridged from the Portuguese Original: To Which Is Added, An Account of the Present State of the Island in a Letter to a Friend* (London: J. Payne, and J. Bouquet, in Pater Noster Row, 1750), p.55.

with a wildness that leaves you in doubt whether it is the work of art or nature»[481]. Foi a partir desta altura – por inícios do século XIX – que as as quintas passaram a ser vistas como parte indissociável da paisagem do grande anfiteatro do Funchal, vindo a tornar-se num tema recorrente dos relatos de viagem. Era sempre com enlevo que aqueles que as contemplavam pela primeira vez da amurada do navio se lhes referiam: «*And in the midst of the green foliage of the vine, orange, lemon, pomegranate, bananas, myrtle, cypress, cedar, etc. are numerous villas belonging to the native gentry, or to the British merchants, which, being quite white, add greatly to the beauty of the scene*»[482].

O primeiro guia especificamente dedicado aos *invalids* que demandavam a ilha – *A guide to Madeira. With instructions to such as repair to that island for health* – publicado pelo Dr. Adams, em 1808, tece-lhes rasgados elogios*: «the circular bay of Funchal, the town itself, the valley, and progressive height of the hills, produce an effect it would be vain to attempt a description* [...] *the country houses (all of which are in view, from the nature of the country) form a very pleasing relief to the verdure with which they are surrounded*»[483]. Preocupado com as condições de alojamento dos enfermos, o médico não deixava, porém, de alertar as famílias que vinham passar a estação para a necessidade de trazerem de Inglaterra a sua própria mobília, pois não era fácil comprá-la na ilha[484].

O aparecimento das primeiras listas de quintas, não para alugar, mas para visitar – isto é, listas de casas e jardins dignos de serem vistos – surge no *A History of Madeira*[485] publicado em 1821, por William Combe – uma edição ilustrada onde, para além das habituais referências ao clima e o aconselhamento a *invalids*, se traça uma breve história da Madeira. Exceptuando a Quinta do Palheiro Ferreiro (Fig. 89), propriedade, à época, do primeiro conde de Carvalhal – «*the first that attracts the eye of the stranger, and will well reward the most minute attention with the native beauty of Switzerland, and the delicious*

[481] Maria Riddell, *Voyages to the Madeira and Leeward Caribbean Isles, with Sketches of the Natural History of These Islands* (Edinburgh: P. Hill and T. Cadell, 1792), p.12. «onde se juntam, dispostos com o gosto mais delicado, todos os arbustos e árvores floridas da ilha e isto mantendo um ambiente silvestre que nem sabemos se é trabalho de arte ou da Natureza»

[482] F. S. Hopkins, *An Historical Sketch of the Island of Madeira: Containing an Account of Its Original Discovery and First Colonization; Present Produce; State of Society and Commerce. Embellished with a Coloured View of the Island* (London: F.S. Hopkins, 1819), p.15. «E por entre a verde folhagem da vinha, laranjeiras, limoeiros, romãzeiras, bananeiras, mirtos, ciprestes, cedros, etc., surgem numerosas villas que pertencem a aristocratas locais ou a mercadores britânicos, e que sendo muito brancas contribuem grandemente para a beleza do cenário».

[483] Joseph Adams, *A Guide to Madeira. With Instructions to such as Repair to That Island for Health*, 1808, pp.22–23.

[484] Cf.: Ibid., p.12.

[485] William Combe, *A History of Madeira: With a Series of Twenty-Seven Coloured Engravings, Illustrative of the Costumes, Manners, and Occupations of the Inhabitants of That Island* (Ackermann, 1821).

charm of the garden scenery of England[486]» – todas as restantes eram propriedade de ingleses e, entre elas, constavam já algumas das mais notáveis quintas da periferia do Funchal:

> [...] the Mount; belonging to Mr. Webster Gordon; the Palmyra [Palmeira]; to Mr.Blackburn; the Quinta de Trasir [Prazer], to Mr. Page; the Askada [Achada], to Mr. Penfold; and the Til, to Mr. Gordon. There are also two pretty places, the property of Mr. Wardrop [Quinta Cova], and the beautiful garden, of Mr. Keir; besides various other improvements which are daily appearing[487].

Estes «circuitos turísticos» inscreviam-se numa literatura de «*coutry-house visiting*» – diários, registos de viagens, guias – a qual, em Inglaterra, se tornara comum desde o século XVIII[488]. Na verdade, estas casas e os seus jardins pretendiam não só protagonizar o poder e a hegemonia social dos seus proprietários, como também dar a conhecer a estranhos – «*any person respectably dressed*[489]*»* – o requintado bom gosto dos seus proprietários. Tradicionalmente, os portões das quintas abriam-se apenas a viajantes recomendados e aos populares eram reservadas tão só algumas ocasiões festivas. Na sua visita ao Monte, em 1825, Henry Coleridge referiu-se a um destes agradáveis circuitos: «*The quintas or country residences of the English merchants are delightful, and it is a pretty thing to spend a Madeiran afternoon in riding about in good company from one to another*»[490].

As opiniões emitidas sobre estas quintas eram quase sempre encomeásticas, não havendo relato que não fizesse menção à proverbial hospitalidade dos *english merchants* radicados na ilha. Referindo-se à Quinta do Palheiro Ferreiro (Fig. 89), – «*a delightful estate, consisting of an elegant villa and grounds*» – a única pertencente a um português, Hopkins fez saber que o seu proprietário era um «*truly hospitable and gentlemanly Portuguese of the name of João de Carvalhal* [...] *educated in England*»[491]. Seis anos mais tarde, Coleridge mencionou a casa e a capela que, à data, já estavam concluídas: «*The house is very elegant, the chapel classical, and the summer-house at a little distance commands a most magnificent prospect of the varied scene below*»[492]. Alfred Lyall, que visitou o Palheiro Ferreiro em 1827, foi o único a fazer uma observação crítica ao proprietário, que, na sua opinião, tinha «*really made the whole more like an English park*

[486] Ibid., p.47.
[487] Ibid., pp.47–48.
[488] Cf.: Dana Arnold, *The Georgian Country House* (Phoenix Mill; Thrupp; Stroud: Alan Sutton, 2003), p.32.
[489] Hopkins, *An Historical Sketch of the Island of Madeira*, p.30. O autor refere-se aos visitantes da Quinta do Palheiro Ferreiro: «*any person respectably dressed is promptly admitted to traverse its noble domain and to view its charming gardens*».
[490] Henry Nelson Coleridge, *Six Months in the West Indies, in 1825* (J. Murray, 1826), p.27.
[491] Hopkins, *An Historical Sketch of the Island of Madeira*, p.20.
[492] Coleridge, *Six Months in the West Indies, in 1825*, p.25.

than one could bave supposed any spot on such an island susceptible»[493]. Quanto à casa, do seu ponto de vista, seria «*unpretending as to size or architecture, but has an air both of elegance and comfort*».

O seu testemunho vem complementar o de William Combe, dando a conhecer mais quatro quintas que não constavam na lista por este elaborada: *the Deanery* (Quinta Deão) (Fig. 92), Quinta do Vale Formoso (Fig. 86), a Quinta do Jardim da Serra (Fig. 90) e a Quinta Alegria. Referindo-se aos hábitos dos seus conterrâneos, nota: «*The English merchants have all mansions in the city, but they commonly live with their families in the country houses in the neighbourhood of it*»[494]. Sobre a Quinta do Til (Fig. 97), o autor fez saber que se tratava de uma «*villa in the Italian style, and possesses much more architectural pretension than any I have seen here*»[495]; no Vale Formoso (Fig. 86), o que o encanta é o jardim, «*the singular variety of the exotics, which are seen flourishing in the grounds*»; quanto à Quinta do Jardim da Serra (Fig. 90), uma das propriedades de Henry Veitch, o cônsul inglês, Lyall descreve-a como «*a large and somewhat castle-like mansion*»[496]. Tratava-se, com efeito, de um dos projectos do cônsul-arquitecto, sobre o qual adiante se falará.

Driver, nas suas *Letters from Madeira in 1834*, deu notícia que, por essa data, haveria já, no Funchal, várias quintas para alugar à estação a diferentes preços:

> There are several furnished cottages, or quintas, to be taken for the season, in the neighbourhood of the city, at a rent of from £60 to £200, according to the situation and size of the house.[...]For a family proceeding out, who intend to remain the season, a quinta of this kind is by far the most economical and comfortable mode of passing the winter[497]

Seria necessário, todavia, aguardar pelo guia do Dr. William White Cooper – *The invalid's guide to Madeira* – publicado em 1840, para que, pela primeira vez, aparecesse uma sistematização e classificação do alojamento temporário disponível na ilha. Dessa sistematização constava uma lista de 22 quintas para alugar, onde se registava o nome do proprietário, não havendo, todavia, nem planta de localização, nem qualquer informação

[493] Alfred Lyall, *Rambles in Madeira, and in Portugal in the Early Part of M.DCCC.XXVI with an Appendix of Details, Illustrative of the Health, Climate, Produce and Civil History of the Island* (London: printed for C. & J. Rivington, 1827), p.39.
[494] Ibid., p.19.
[495] Ibid.
[496] Ibid., p.76.
[497] John Driver, *Letters from Madeira in 1834; With an Appendix Illustrative of the History of the Island, Climate, Wines, and Other Information Up To 1838* (London: Longman & Co., 1838), appendix iii – iv.

quanto à morada. O médico classificava o alojamento em três categorias: *furnished houses*, *family hotels*, e *boarding houses*[498].

As quintas de aluguer pertenciam à primeira categoria, a das *furnished houses* – 22 casas mobiladas, todas elas situadas na periferia do Funchal. Ao contrário do que sucedera nas primeiras décadas do século, já não era, portanto, necessário que os inquilinos trouxessem os móveis consigo, o que indiciava a progressiva sofisticação deste mercado. Algumas das quintas, como a Quinta Palmeira (Fig. 91), *The Deanery* (Quinta Deão) (Fig. 92) ou a Quinta da Achada (Fig. 82) – todas propriedade de ingleses – figuravam já nos relatos das décadas anteriores. Porém, a maioria das quintas listadas por Cooper pertencia a famílias madeirenses que começavam a dedicar-se a este florescente negócio[499]. No que respeita à segunda e terceira categorias – a dos *family hotels* e das *boarding houses*[500] – cabe apenas aqui referir que os edifícios que as compunham estavam, na sua totalidade, nas mãos dos britânicos e se situavam maioritariamente no centro da cidade[501].

Estas listas destinavam-se a auxiliar os *invalids* a encontrar uma quinta para alugar à estação – o que Emily Smith designou no seu diário como «quinta *hunting*»[502], empresa nem sempre fácil para quem chegava a uma ilha de costumes e língua desconhecidos. No início do inverno de 1841, Emily e a sua família começaram por se instalar num hotel no centro da cidade – o *Soldan's* – até conseguirem encontrar a casa que mais lhes convinha, contando, para isso, com o precioso auxílio dos conhecimentos que tinham junto da comunidade britânica residente. A autora relatou no seu diário as sucessivas visitas que fez a várias propriedades antes optar pela Quinta da Nora (Fig. 102), a única capaz de acolher todos os membros da família e os dois criados que teve de contratar[503]. Em meados do século, todos os enfermos se viam forçados a passar por esta provação.

A procura de casas para alugar à estação não parava de crescer, como o testemunha William R. Wilde: «*So great was the demand in the year 1837, that the Portuguese, as might be expected, took advantage of it to raise the prices of their houses*»[504]. O autor lamentava o facto de não ter havido nenhum empreendedor que se tivesse dedicado à construção de casas para *invalids*:

---

[498] Cooper, *The Invalid's Guide to Madeira*, pp.21–22.
[499] Ibid., pp.22–23.
[500] A sua caracterização é feita no subcapítulo 2.1 referente aos hotéis.
[501] As excepções eram constituídas pelas boarding houses de Mr. Hollways no Caminho do Meio e a de Mrs Goodall no Caminhos do Monte. Ibid., pp.21–22.
[502] Emily Smith, *From Victorian Wessex: The Diaries of Emily Smith 1836, 1841, 1852* (Solen, 2003), p.99.
[503] A autora visitou a Quinta das Angústias, que considerou a melhor mas a um preço acima das suas posses, a quinta do Til, bem como inúmeras outras nos caminhos do Meio, do Monte e da Torrinha.Ibid., pp.99–101.
[504] Wilde, *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and along the Shores of the Mediterranean*, p.75.

> It is much to be regretted that some enterprising merchant has not erected a number of small comfortable dwellings in the different sheltered spots near the town, or in the valley of the Cama de Lobos, for the reception of invalids, who, with their friends, last season (1842-3) amounted to nearly four hundred, and generally number upwards of two hundred; and they, with very few exceptions, are all English.

Em 1851, Robert White, tirando partido do conhecimento que adquirira durante os 15 anos em que residiu na ilha, publicou um guia – *Madeira, Its Climate and Scenery: Containing Medical and General Information for Invalids and Visitors* – onde figurava uma nova e detalhada lista de quintas de aluguer: *List of Furnished Quintas and Houses usually to be let in and around Funchal* [505]. Dela constavam já 65 unidades ordenadas, consoante o preço, em diferentes categorias. A lista continha o nome do proprietário, localização e altitude a que se situava a quinta – informação de vital importância para os médicos, que atribuíam grande importância clínica às variações térmicas e higrométricas da encosta[506]. Em nota de rodapé, o autor informava ainda que os preços flutuavam consideravelmente consoante a procura e que «*they may generally be obtained for a whole year at nearly the same rates as are charged for the season, but are seldom let by the month, unless it be at a late period, or when few visitors arrive*[507]»

O mercado das quintas de aluguer estava já, então, solidamente implantado. «*Lodgings in Madeira are plentiful and good*» – escrevia Edward Harcourt, em 1851[508] – «*For a family, the most comfortable plan is to take a Quinta, that is to say, a house with a garden, standing in the suburbs of the town*»[509]. Para facilitar a vida aos futuros inquilinos temporários, o autor recomendava: «*If a Quinta is taken, a supply of servants, board, plate, and linen, may be procured at a given rate*»[510]. Os contratos desta natureza eram feitos com alguns intermediários instalados na ilha, como Mr. William Wilkinson ou Mr. Reid – este último, futuro proprietário da maior cadeia hoteleira da ilha – que tratavam não só de encontrar a quinta como também os criados, roupa de cama e alimentação.

---

[505] Robert White, *Madeira, its Climate and Scenery: containing medical and general information for invalids and visitors* (London: Cradock & Co., 1851), pp.188–190.
[506] «*A list of the houses usually let to strangers, wiht their heights above the sea, as carefully ascertained by Mr. White by means of the aneroid barometer*». Ibid., p.190; Wilhelm, «A Madeira entre 1850 e 1900: uma estância de tísicos germânicos», p.117.
[507] White, *Madeira, its climate and scenery*, p.190.
[508] Edward William Harcourt, *A Sketch of Madeira: Containing Information for the Traveller, or Invalid Visitor* (John Murray, 1851).
[509] Ibid., pp.26–27.
[510] Ibid., p.27.

Alguns nomes sonantes da realeza e da aristocracia europeia tinham começado a alugar quintas do Funchal para fins terapêuticos, escolhendo, invariavelmente, as consideradas melhores e mais bem situadas: a Quinta das Angústias (Figs. 78, 79) e a Quinta Vigia (Fig. 99) [511]. Em 1860, James Y. Johnson publicou uma nova edição do guia de Robert White, sob o título *Madeira: its climate and scenery; a handbook for visitors*[512], contando, para isso, com a colaboração do próprio autor, que à data, se encontrava já em precário estado de saúde. À lista de quintas de aluguer da primeira edição, foram feitas algumas actualizações: num total de 63 unidades, apenas 7 não coincidem com as publicadas anteriormente, mantendo-se a mesma estrutura de preços[513].

Quatro anos mais tarde, o explorador Francisco Travassos Valdez, no capítulo referente à Madeira do seu relato de viagem, volta a publicar esta lista, traduzindo-a para português e precedendo-a das seguintes considerações:

> Apesar do vinho ser a principal fonte de riqueza da Madeira antes da moléstia das vinhas, os habitantes não deixavam de obter também bons meios de subsistência das rendas das suas casas e quintas, pelo costume que ali há de as alugarem, por preços assaz elevados, a familias estrangeiras, especialmente inglesas, que em grande número concorrem à ilha da Madeira, atraídas da fama de sua salubridade, proverbial em todo o mundo[514].

Ellen Taylor, no seu conhecido guia – *Madeira: its scenery, and how to see it*[515] – fez uso também da detalhada informação que White e Johnson haviam coligido. A autora optou, todavia, por uma abordagem mais impressiva e subjectiva do *cenário* insular. De entre as inúmeras quintas de aluguer, preferiu falar apenas nas que mais a impressionaram: a Quinta Vigia (Fig. 99) «*set in a midst of a lovely garden*[516]», a Quinta das Angústias e a Quinta Pitta, «*two of the best places, but only within reach of those who can afford to pay a high rent*[517]», a Quinta Sant'Ana (Fig. 100) no Caminho do Monte ou a Quinta Palmeira

[511] O príncipe Alexandre dos Países Baixos e a Rainha Adelaide de Inglaterra, entre 1847 e 1848; Maximiliano, duque de Leuchhtenberg, em 1849; a Princesa Dona Maria Amélia e a sua mãe, a Imperatriz Dona Amélia, em 1853; o imperador Maximiliano de Habsburgo, primeiro em 1852 e, mais tarde, em 1859, acompanhado pela princesa Carlota da Bélgica; a Imperatriz Isabel da Áustria, no Inverno de 1860-61.
[512] Robert White and James Y. Johnson, *Madeira: Its Climate and Scenery; a Handbook for Visitors*, 2d ed. (Edinburgh: Adam and Charles Black, 1860).
[513] Robert White e James Y. Johnson, *Madeira: its climate and scenery; a handbook for visitors*, 2d ed. (Edinburgh: Adam and Charles Black, 1860), pp.327–328.
[514] Francisco Travassos Valdez, *Africa Occidental: noticias e considerações* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1864), p.31.
[515] Ellen M. Taylor, *Madeira: Its Scenery, and How to See It. With Letters of a Year's Residence* (London: Edward Stanford, 1882).
[516] Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it*, p.18.
[517] Ibid., p.191.

(Fig. 91). Para além destas, recomendava ainda, para quem procurasse um preço mais acessível, algumas casas nas imediações da *New Road* (Estrada Monumental) ou, a uma cota mais elevada, «*many comfortable and pretty houses for letting on the Mount, Saltos, and Torrinha roads, all having gardens, and varying from £80 to £120*»[518].

Seria, no entanto, necessário aguardar pela terceira edição do guia de White e Johnson, publicada em 1885, para que uma localização exaustiva, em planta, das quintas de aluguer existentes na periferia do Funchal fosse publicada (Fig. 25)[519]. Da lista constavam, agora, 96 unidades, 86 das quais apareciam assinaladas numa planta, onde o autor traçara as curvas de nível para que «*the aproximate height of any quinta may be* [...] *ascertained by simple inspection*»[520]. As quintas vinham agrupadas não por preço mas consoante a rua ou área da cidade onde se localizavam, formamdo 9 grupos. O mais numeroso – *West of the Ribeira de S. João* – abrangia a zona poente da cidade, Ilhéus e New Road (Estrada Monumental) e continha 36 quintas; as restantes distribuíam-se, na sua maioria, pelos caminhos de festo que irradiavam do núcleo urbano da cidade: os caminhos de São Roque, Saltos, Til, Torrinha, do Monte e do Meio[521].

Em 1885, Paul Langerhans, médico e investigador alemão que residia na Madeira desde 1876, procurando alívio para a tuberculose, traduziu para a sua língua o guia de Johnson[522]. A publicação – *Handbuch für Madeira: mit einer Karte der Insel und einen Plan der Stadt Funchal*[523] – destinava-se aos enfermos alemães que, na segunda metade do século, tinham começado a afluir à Madeira em número crescente[524]. Langerhans não se limitou a traduzir o original, introduzindo capítulos novos e apresentando uma lista de 94 quintas de aluguer que remetia para uma planta mais precisa que a do guia inglês em que se baseara.

Seis anos mais tarde, no seu *Madère. Guide pratique pour malades et touristes,* o marquês *degli Albizzi,* apresenta uma selecção mais restrita, com apenas 35 quintas de aluguer, todas elas localizadas numa planta da cidade[525]. Na sua opinião, o aluguer de uma quinta à estação seria vantajoso apenas para uma família numerosa, uma vez que a estadia no hotel não era cara:

---

[518] Ibid., p.20.
[519] Johnson, *Madeira its climate and scenery*.
[520] Ibid., p.xxxi.
[521] Ibid., pp.xxxi,xxxii.
[522] Bjorn M. Hausen, «Paul Langerhans and the islands», *Islenha*, n. 7 (1990): p.30.
[523] Langerhans, *Handbuch für Madeira*.
[524] Rebok, «La exploración naturalista de Madeira en el siglo XIX», p.1328; Cf. também: Wilhelm, «A Madeira entre 1850 e 1900: uma estância de tísicos germânicos».
[525] degli Albizzi, *Madère. Guide pratique pour malades et touristes, par le marquis degli Albizzi* (Zurich: Orell, 1891), p.30.

> Une famille nonmbreuse trouvera, sans doute, plus avantageux et plus agréable de louer une villa (*quinta* en portugais). On n'aura que l'embarras du choix si on arrive au commencement de la saison, vers la mi-octobre. On trouve des quintas de toutes les dimensions entourées de jolis jardins[526].

Em 1906, mais uma vez, é num guia alemão da autoria do médico Ronald Krohn – *Führer durch Madeira*[527] – que se pode encontrar uma lista de 41 quintas de aluguer, todas elas assinaladas numa planta do Funchal. Estes autores indicavam apenas as quintas que consideravam ser as mais importantes, pelo que não é possível concluir que o seu número se tivesse reduzido face ao registado por Johnson em 1885.

A época áurea do aluguer de casas à estação estava, porém, a chegar ao fim. Na viragem do século, o número de hotéis aumentara consideravelmente e, muito embora as ilhas continuassem a ser procuradas como estações terapêuticas de Inverno, o certo é que os novos guias de viagem, que então começaram a aparecer, começavam a virar-se, também, para os viajantes de curta estadia. Na verdade, passaram a ser mais sumárias as referências às quintas de aluguer e as listas exaustivas de casas disponíveis desapareceram das páginas destas publicações. O *Guide for the Use of Invalids and Tourists*[528], publicado pela primeira vez em 1889, por Samler Brown – um dos primeiros do género a abranger a Madeira e as Canárias[529] – reservaria às quintas de aluguer apenas uns breves parágrafos. Apesar disso, as edições de 1901 e 1910[530] deste guia informavam ainda, na entrada *houses on hire*: «*villas are plentiful in Madeira, but a good deal wanted in the Canaries*»[531]. O Baedeker de 1911, por seu turno, dedicava às quintas de aluguer duas linhas: «*Apartments*

[526] Ibid., p.30–31.
[527] Ronald E. S. Krohn, *Führer durch Madeira* (Berlin: Madeira-Actien-Gesellschaft, 1906).
[528] A. Samler Brown, *Madeira and the Canary Islands : a guide for tourists*, 2nd ed. (London, 1890).
[529] Este guia fez um grande sucesso, tendo tido inúmeras edições até até à morte do autor em 1935, com tiragens médias de 2000 exemplares. M. Isabel González Cruz, «Las Relaciones Anglocanarias», *Cultura Canaria*, 17 de Dezembro de 2012, http: //www.gobie nodecanarias.org/ educacion /culturacanaria /inglesa/ingleses.htm; José Luis García Pérez, *Viajeros ingleses en las Islas Canarias durante el siglo XIX* (Santa Cruz de Tenerife: IDEA, 2007).
[530] A. Samler Brown, *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores: A Practical and Complete Guide for the Use of Tourists and Invalids, with Coloured Maps and Plans, and Numerous Sectional and Other Diagrams* (London: Sampson, Low, Marston & co., ltd; [etc., etc.], 1903); A. Samler Brown, *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores: A Practical and Complete Guide for the Use of Tourists and Invalids, with Coloured Maps and Plans, and Numerous Sectional and Other Diagrams* (London: Simpkin, Marshall, Hamilton, Kent & Company, 1910).
[531] Brown, *Madeira and the Canary Islands, with the Azores*, p.10; Brown, *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores*, 1910, p.b3.

for the winter in numerous quintas or villas, furnished, but without bed or table linen; from Oct. to June 40l. and upwards»[532].

Em 1910, o *Roteiro e Guia do Funchal*, dos engenheiros Adriano e Aníbal Trigo, assinalava 134 quintas e *villas* dentro do perímetro urbano da cidade e 11 nas suas imediações, perfazendo um total de 145 unidades, a mais exacta e exaustiva lista até então publicada[533]. Esta remetia para uma planta da cidade à escala 1:6000 – *Planta Roteiro da Cidade do Funchal* (*contendo todos os melhoramentos realizados até o ano de 1910)* – onde era possível localizar todas as unidades que se encontravam dentro dos limites urbanos (ver Cap. II, 3.4.2). Embora fosse de presumir que a maioria delas não estivesse já no mercado de aluguer à estação, a planta demonstava bem a importância que esta tipologia adquirira na estrutura da cidade: uma densa constelação de jardins pontuava de verde toda a área urbana. Como constataria, meio século mais tarde, o arquitecto paisagista Fernando Pessoa, o Funchal era uma cidade-jardim e muitas destas quintas autênticos monumentos, «tão indispensáveis à sua história e à sua cultura, tão necessários às estruturas da cidade, como os seus templos ou edifícios mais importantes»[534].

1.3 Alguns testemunhos literários

> Viver na Madeira é uma coisa: viver numa quinta madeirense é outra.
> Maria Lamas in *Arquipélago Da Madeira – Maravilha Atlântica*

Fosse como enfermos em cura de ares ou como viajantes, alguns escritores portugueses registaram nas suas narrativas a experiência do que foi conhecer ou habitar as quintas de aluguer – um olhar subjectivo que constitui um curioso testemunho do carácter único desta tipologia. Júlio Dinis que, entre os anos de 1869 e 1871, esteve na Madeira por três vezes, cedo se apercebeu de que o centro do Funchal, onde esteve alojado grande parte da estadia, não era o lugar ideal para tratar a sua tuberculose:

> As casas de campo, n'um gosto inglês, com os mais bonitos jardins que eu tenho visto, descobrindo-se por entre plantações de cana e adornados por altas palmeiras,

[532] Karl Baedeker, *Mediterranean: Seaports and Sea Routes, Including Madeira, the Canary Islands, the Coast of Morocco, Algeria and Tunisia* (Leipzig: Karl Baedeker, 1911), p.21.
[533] Adriano Augusto Trigo and Aníbal Augusto Trigo, *Roteiro E Guia Do Funchal* (Funchal: Typografia Esperança, 1910), pp.61 – 62.
[534] *Colóquio de Urbanismo: palestras e conclusões de mesas redondas* (Funchal: C.M, 1969), p.138.

> bananeiras e outras árvores tropicais são de efeito surpreendente. Para viver bem na Madeira é preciso viver num desses cottages, porque a cidade é feiíssima[535].

Nos primeiros anos do século XX, Teixeira Gomes, viajando como turista, esteve instalado algumas semanas na Quinta Vigia (Fig. 99), considerando-a o lugar ideal para retiro dos intelectuais, um esplêndido refúgio para quem buscasse o isolamento ou «para sentir a imaginação, largando pano direito a remotas, desconhecidas, almejadas plagas...[536]»:

> E para fazer as despedidas à Madeira, [...] foi ainda ao sossego umbroso da Quinta Vigia que recorri – a Quinta Vigia das horas de grande calma. Esta cesta de flores, posta em peanha de basalto cujo plinto o mar lambe, foi o ninho preferido, ninho de silêncio, onde a miúdo vim macerar as minhas saudades em ondas de perfumes, movidos e avivados pelo hálito do mar[537].

Raul Brandão, que visitou a Madeira em 1924, não ficou imune ao apelo sensual da paisagem insular e das suas quintas, uma paisagem «em carne viva», devassa e bela, que amolece e decompõe:

> Isto fez-se para viver isolado com uma mulher e volúpia, entre as paredes das quintas sumptuosas donde a verdura transborda, e até nos casebres, tão ricos como palácios. Duns e de outros se assiste ao espectáculo extraordinário do mar e da serra, num cenário luxurioso e sensual. (...) Éden de volúpia, que nos entra pelos olhos e pelo nariz ao mesmo tempo[538].

Observando a modesta casa de uma quinta, resume, em poucas palavras, a singularidade do seu carácter: «não parece feita; parece que cresceu ao mesmo tempo que as flores vermelhas que a rodeiam»[539]. Na verdade, é próprio da arquitectura popular de muitas destas casas, que mãos anónimas construíram, ter a evidência frugal de algumas plantas que brotam espontaneamente do solo.

Vitorino Nemésio, que acompanhara Raul Brandão em 1924, regressou à Madeira por mais duas vezes, em 1946 e 1955, deixando as suas impressões num livro de viagens intitulado *Corsário das Ilhas,* onde, na sua colorida prosa, compara a cidade do Funchal a «uma grande quinta»:

---

[535] Dinis, *Cartas e esboços literários*.
[536] Manuel Teixeira Gomes, *Cartas sem moral nenhuma* (Lisboa: Seara Nova, 1934), p.140.
[537] Ibid., p.200.
[538] Brandão, *As ilhas desconhecidas*, p.262.
[539] Ibid., p.268.

> A cidade estende-se pelas encostas como uma grande quinta salpicada de casas de regalo. A não ser os pobres carregadores e vilãozinhos que se abrigam nas casitas das calçadas ou nos curtos telhados de pendor, todo o agenciário expedito e um pouco afortunado tem a sua vivenda sobranceira à baía e desafogada em seu quintal, que desborda para a íngreme ruela com trepadeiras multicolores, dá maracujás e bananas, tem legumes e a inevitável parreira carregada de cachos piramidais na sazão[540].

Para Maria Lamas, o «clima» das quintas era, também, «propício à excessiva subjectivação da vida», a um certo alheamento das realidades humanas, a uma solidão onde era fácil «resvalar numa infelicidade sem causa definida [...] mil vezes mais fatigante e aniquiladora que a luta consciente e clara de viver»[541]. A sua longa permanência na ilha levou-a a percorrer esses jardins e essas casas onde a vida toma «a índole especial do lugar em que decorre: brandura, serena expectativa, uma vaga melancolia... »[542]. Ela própria residiu numa delas, concluindo que «viver na Madeira é uma coisa: viver numa quinta madeirense é outra»[543].

Na quinta de aluguer, o jardim desempenhava um papel primordial: era nele que o doente pulmonar fazia o tratamento de ar livre que a medicina da época prescrevia para a tísica. Este tratamento aplicava-se, porém, a um quadro de sintomas bastante difuso, podendo ir do simples catarro à neurastenia. Agustina Bessa-Luís, autora de um romance cuja acção se centra na Madeira dos dois séculos passados, define assim as propriedades curativas dos jardins das quintas de aluguer: «Era a área de jardim que descongestionava a sensibilidade erótica do doente e actuava como um fármaco canforado que separava o corpo da vida exterior e o convertia à solidão sem angústia, a uma espécie de feliz ajuste com a renúncia sexual»[544].

O papel das quintas de aluguer começou a esbater-se gradualmente à medida que a cura de ares foi sendo substituída pelo turismo de lazer e do ócio. Ferreira de Castro, que esteve na Madeira no início da década de 30 do século passado, regista, na Eternidade, a mutação que sofrera o antigo paradigma:

> Nos últimos anos o número de visitantes aumentava sempre. E os ingleses não iam como outrora, para as quintas de meia encosta, fugindo ao convívio das gentes.

[540] Vitorino Nemésio, *Corsário das ilhas* (Lisboa: Imp. Nac.-Casa da Moeda, 1998), p.42.
[541] Lamas, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, pp.304–5.
[542] Ibid., p.305.
[543] Ibid.
[544] Bessa-Luís, *A Corte do Norte*, p.112.

> Agora instalavam-se nos hotéis, (...) as férias passavam-nas ali, naquele rincão do Funchal, entre o Reid, o Savoy e o casino[545].

A partir da segunda década do séc. XX, o Funchal tornava-se um lugar de turismo e os seus hotéis, como escreve Agustina, cada vez mais parecidos com os da Riviera, passaram a ser frequentados por uma gente «mais disponível para as diversões»[546]. Era o fim da estância de cura – os tísicos cediam agora lugar aos turistas.

1.4 Aspectos morfológicos comuns

1.4.1 Uma arquitectura sem arquitectos

Entre a arquitectura popular e a erudita, como é hoje consabido, é difícil traçar fronteiras rígidas. Por serem desconhecidos tanto os seus autores quanto os seus destinatários, designa-se muitas vezes a arquitectura popular como arquitectura anónima. No caso das quintas de aluguer madeirenses – exceptuando algumas das *villas* dos *wine merchants* a que se fará referência no subcapítulo seguinte – são desconhecidos os autores. Conhece-se, todavia, a elite social que as encomendou e, por vezes mesmo a que as alugou temporariamente. Dir-se-ia, portanto, que estas quintas, na sua génese, parecem ocupar justamente o lugar de intercepção do popular com o erudito. Apesar de muitas delas terem sido construídas em pleno século XIX, num tempo em que a participação dos arquitectos neste tipo de projectos se começava a generalizar, houve, na Madeira, um conjunto de circunstâncias de ordem social e económica[547], que fez com que a maioria tivesse sido concebida por construtores anónimos.

Somers Clarke, o arquitecto britânico que em finais do século XIX projectou o *Reid's Hotel*, personificava na figura do Sr. Júlio – o encarregado de obra analfabeto «*who cannot speak or read English*» – todos estes anónimos construtores[548]. Do seu ponto de vista, nessa ilha onde não havia arquitectos – «*and, where there any, would promptley starve*[549]» – os projectos estavam todos a cargo de «analfabetos» como o Sr. Júlio. As casas que estes construtores erguiam limitavam-se a reproduzir modelos testados. Somers Clarke,

[545] Ferreira de Castro, *Eternidade* (Lisboa: Guimarães Editores, 1977), p.73.
[546] Bessa-Luís, *A Corte do Norte*, p.72.
[547] Entre estas há que destacar a localização periférica da Madeira em relação aos paises industrializados e o facto de, durante todo o século XIX, ter permanecido à margem desse mesmo processo de industrialização.
[548] Somers Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», *The Building News*, 10 de Janeiro de 1890.
[549] Ibid.

que durante alguns anos teve de conviver de perto com a indústria de construção local, registava o facto com algum sarcasmo: «*when a new house is to be built, it is hard to say who will devise it; but it will probably be a copy of Sr. Somebodyelse's house*»[550]. Tratava-se, com efeito, de uma prática enraizada há séculos na arquitectura doméstica insular – como, aliás, em toda a arquitectura popular: todos conheciam o modelo, portanto, não era preciso que ninguém o desenhasse[551]. Um acordo escrito ou verbal era suficiente para encomendar uma casa. Pedia-se apenas que fosse bem construída e que, à semelhança das melhores, cumprisse com o que lhe era exigido.

Não é difícil descrever a aparência da maioria destas casas: um volume paralelepipédico com dois pisos; planta rectangular ou aquadradada; uma predominância dos cheios sobre os vãos, cuja proporção tendia a repetir-se; o recurso à simetria como regra compositiva elementar; o telhado de quatro águas, com o característico «sanqueado» e remate em duplo ou triplo beirado. Estas constantes morfológicas, manifestavam-se, quer nas casas onde a expressão erudita era mais vincada, quer naquelas onde o cunho popular prevalecia. Dir-se-ia que, em todas elas, a arreigada devoção do construtor a um determinado tipo de soluções, mil vezes testadas pelas gerações que o precederam, acabava sempre por vingar – por vezes, mesmo nos casos em que o projecto vinha com a assinatura de um arquitecto, como aconteceu no *Reid's Hotel* (ver Cap. III, 2.2.5), para desespero de Somers Clarke...

Estas casas eram, de facto, construídas de acordo com saberes e tecnologias que, durante séculos, mantiveram um elevado grau de imutabilidade: o modo de lavrar e assentar as cantarias vulcânicas, de erguer as paredes, de caiar as fachadas, de escolher a madeira para os sobrados, de armar os telhados e revesti-los a telha de meia cana ou de calçar os passeios a seixo basáltico. A grande maioria delas, independentemente do seu grau de erudição, continuava a alicerçar-se no sistema de medidas e proporções que caracterizava a «casa da macaronésia» – um sistema que não era exclusivamente de invenção local, mas que se inscrevia no património comum da cultura mediterrânica, transportada para a ilha pelos primeiros povoadores[552]. É essa a razão porque as quintas de aluguer, sejam elas originarias do século XIX, XVIII ou mesmo XVII, se apresentam como um conjunto morfologicamente coerente.

A persistência de determinadas constantes de natureza construtiva, estrutural, espacial e decorativa, que Vieira Caldas detectou na arquitectura doméstica dos arredores de

[550] Ibid.
[551] Amos Rapoport abordou com clareza este tema em: *House Form and Culture* (Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1969).
[552] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.233.

Lisboa entre os séculos XVI e XVIII, é um fenómeno que se repete no conjunto das quintas de aluguer madeirenses dos séculos XVIII e XIX[553]. É precisamente essa persistência que torna reconhecível a arquitectura destas casas, que lhes confere um carácter singular, distinguindo-as das que foram construídas, na mesma época, noutras regiões do país – o que levou, até, alguns autores do século passado a falar na existência de uma «casa madeirense»[554]. Na verdade, trata-se mais de um «modo» ou «maneira madeirense[555]» de adaptar a um novo meio um modelo forâneo – a casa mediterrânica e da Europa Ocidental. Essa adaptação deu origem a uma síntese entre as componentes nacional e regional que, na ilha, a partir de finais do século XVIII, se cruzou com a arquitectura inglesa de inspiração romântica.

Ao referir-se às casas rurais de origem setecentista da vila de São Vicente, no norte da Madeira, Sainz-Trueva poderia estar a falar de muitas das quintas que esta investigação recenseou:

> Podemos considerar estas construções como uma arquitectura sem arquitectos, sabendo que os seus autores eram hábeis artesãos com conhecimento da carpintaria e de fórmulas construtivas espaciais recolhidas em coeva tradição, que aplicava judiciosamente os materiais locais adaptando-os às condições climáticas regionais, estabelecendo uma harmoniosa relação entre o ambiente e habitação[556].

Uma arquitectura sem arquitectos, eis uma das mais vincadas características da maioria das quintas de aluguer.

A excepção a esta regra está nas poucas *villas* dos *wine merchants* cuja autoria adiante se estabelecerá, ou que, apesar de desconhecido o autor, deixam claramente transparecer a origem exógena da sua concepção erudita. Na verdade, os exemplares mais representativos da influência inglesa – as quintas do Jardim da Serra (Fig. 90), Palmeira (Fig. 91), Deão (Fig. 92) e Monte (Figs. 93, 94) – representam uma arquitectura exógena, a qual, deliberadamente, não quis pactuar com as tradições locais, introduzindo na cadeia evolutiva da casa insular, uma verdadeira ruptura morfológica e tipológica. Desde cedo, porém, alguns dos novos repertórios formais introduzidos pelos britânicos, bem como os

[553] Cf.: Caldas, *A Casa rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, p.142.
[554] Sobre este tema, consultar o artigo em que confrontei – na teoria e na prática – as ideias de Raul Lino sobre «casa portuguesa» *versus* «casa madeirense» com as de Reis Gomes e Edmundo Tavares. Rui Campos Matos, «A Propósito das Casas Madeirenses», *Revista Islenha*, n. 43 (2008): 117–36.
[555] Martín Rodríguez, a propósito da arquitectura doméstica canária, considera o conceito de «estilo canario» um equívoco, preferindo falar numa «maneira» ou «modo canário». Cf.: Martín Rodríguez, *Arquitectura Doméstica Canaria*, p.40.
[556] José de Sainz-Trueva, «Património», em *A Vila de São Vicente: evocação dos duzentos e cinquenta anos (1744-1994)*, por Alberto Vieira (Vila de São Vicente: Câmara Municipal de São Vicente, 1994), p.52.

sofisticados padrões de conforto que exigiam das suas casas, foram sendo apropriados pelos construtores locais. Num lento processo de miscigenação, estes souberam afeiçoá-los à sua austera e frugal arquitectura, cujas raízes mergulhavam profundamente no solo da ilha e na memória colectiva do seu povo. Por obra destes construtores, «popular» e «erudito», tradições locais e contributos alheios, enlaçaram-se, dando lugar a uma arquitectura de expressão inegavelmente original, onde por detrás de uma chã aparência, se ocultavam requintados interiores.

1.4.2 Estrutura e os materiais

Na Macaronésia, a arquitectura da pedra impôs-se à arquitectura da madeira – um facto que, como constatou José Manuel Fernandes, do ponto de vista geo-antropológico, não deixa de ser uma curiosidade. Com efeito, a maioria das ilhas da Macaronésia estava sujeita a frequente actividade sísmica, o que recomendaria a utilização preferencial da madeira como material de construção[557]. Factores idiossincráticos, de ordem cultural, terão levado os povoadores a preferir a pedra, ou a combinação de ambos os materiais – mistura tecnológica na qual se inscreve, aliás, a tradição construtiva portuguesa[558]. Paredes portantes em alvenaria de pedra e estruturas de madeira suportando pavimentos e telhados foi o sistema construtivo utilizado em todas as quintas de aluguer, incluindo aquelas que foram projectadas pelos ingleses e que introduziram na ilha algumas inovações, como se demonstrará no subcapítulo seguinte.

Somers Clarke, o autor do Reid's Hotel – sempre tão crítico no que respeitava ao desempenho e qualidade da construção civil na Madeira – viu-se obrigado a reconhecer a qualidade e invulgar solidez das paredes de pedra erguidas pelos mestres pedreiros locais: «*the walls are built with basalt, and abundance of mortar and stone chips. The mortar, with its strong gritty sand, makes fine and excellent work, thick and solid walls, which one longs to transfer to this country*»[559]. E, se assim era em 1890, não existem razões para duvidar que assim não tivesse sido durante todo o século XIX e nos séculos anteriores, como o atestam os sólidos baluartes da era filipina, ou as inúmeras paredes das fachadas dos edifícios urbanos setecentistas que ainda hoje povoam a baixa do Funchal.

No século XIX, para a construção das paredes portantes, utilizava-se sobretudo o basalto cinzento, a mais homogénea e pesada das pedras vulcânicas da Madeira, usualmente

[557] Cf.: Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.185.
[558] Cf.: Ibid., nota(8), p.210.
[559] Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», 10 de Janeiro de 1890.

conhecida como «cantaria rija» ou «pedra viva». O material era também aplicado no guarnecimento dos vãos e varandas de sacada. Ao contrário dos tufos de cor avermelhada – também conhecidos como «pedra mole» ou «cantaria de forno» – de utilização corrente nos séculos anteriores, a cantaria rija era mais estável e resistente à abrasão, motivo pelo qual, em sacadas e vãos, era deixada aparente. Raul Lino, na sua demanda da «boa tradição» portuguesa, no guarnecimento dos vãos da única casa que construiu no Funchal, já em pleno século XX, recorreu à «pedra mole» aparente, talvez por a ter visto aplicada nas fachadas da Sé do Funchal. A realidade, porém, é que, no século XVII, este tufo, dada a sua instabilidade, era, quase sempre, pintado.

Mais rara era a utilização de cantarias de outras origens, como o Lioz, importado da região de Lisboa, que foi aplicado em consolas de varandas e em vãos – a Quinta das Angústias (Figs. 78, 79) é um dos raros exemplos – ou revestindo pavimentos, sobretudo nos átrios de entrada, onde aparecia combinado com pedras mais escuras formando axadrezados – caso da Quinta Josefina (Fig. 114). Nas paredes portantes, a pedra basáltica era assente com argamasa e depois rebocada e caiada. Para a consolidação dos cunhais, utilizava-se pedra talhada de maior porte, que nunca era deixada aparente, embora, por vezes, nas casas de feição mais erudita ou de influência inglesa, surgissem, nestes cunhais, fingimentos de argamassa, que depois eram pintados de cor diferente – caso das quintas de Henry Veitch (Figs. 87, 88, 90, 98) ou da Quinta Deão (Fig. 92). O mesmo sucedia com cornijas, platibandas e socos – se os houvesse – que raramente eram executados em cantaria. Esta parca utilização das cantarias lavradas – material caro que quase sempre esteve reservado aos edifícios mais conspícuos da cidade – denota bem o carácter frugal da arquitectura das quintas de aluguer.

Pelas funções estruturais que desempenhava como suporte do pavimento e telhado, a madeira era, depois da pedra, o material mais importante destas casas. No século XIX, a casquinha (*Pinus sylvestris*), toda ela importada, foi substituindo, em sobrados e vigas, as madeiras indígenas – sobretudo o til (*Ocotea foetens*) e o vinhático (*Persea indica*). O material foi também utilizado no interior de tabiques, constituindo fasquiados para suporte de estuques, ou na construção de escadas, portas, janelas e outros remates interiores. Os característicos tapa-sóis, ou venezianas, que guarneciam os vãos da casa – e também das «casinhas-de-prazer» – eram sempre em madeira. À excepção de soalhos, escadas e estruturas ocultas de pavimentos e telhados, estas madeiras eram pintadas a tinta de óleo –

branco no interior e verde no exterior – ou, então, em fingimentos de madeira nobre, depois envernizados, como sucedia na Quinta das Almas (Fig. 112)[560].

Os inertes mais usados na construção eram as areias provenientes das ribeiras, das furnas ou do monte e, no que respeita aos ligantes, o mais comum era a cal[561]. Esta não abundava na Madeira, pelo que, durante o século XIX, se recorreu às jazidas do Porto Santo ou mesmo à importação, para suprir as necessidades do mercado ou como alternativa à qualidade medíocre da que era extraída no arquipélago. Somers Clarke, nas suas acerbas críticas à construção civil insular, lamentava o facto de não poder contar com estucadores capazes, isto apesar de ter havido «*in times past, very good workers in plaster*»[562]. A prova estava nos excelentes trabalhos executados à mão que tinha podido observar em vários tectos do Funchal. A verdade, porém, é que para executar os tectos do Hospício Princesa Dona Maria Amélia, em meados do século XIX, tinha sido necessário mandar vir de Lisboa mestres estucadores. Estes, por sua vez, queixavam-se da má qualidade do gesso e da areia que se vendiam na ilha, pedindo que fossem importados de Lisboa[563]. O problema teria, portanto, residido, não só na inexistência de uma mão de obra qualificada, como também na qualidade dos inertes e ligantes de fabrico local, o que não impediu que, na maioria das quintas, os tectos e paredes em estuque – por vezes com trabalhos decorativos de notável qualidade – não tivesse sido comum durante todo o século XIX[564].

O uso generalizado dos tectos decorativos em estuque ficou a dever-se à influência inglesa (ver Cap. III, 1.5.5). Na decoração de paredes, a escaiola ter-se-á difundido a partir de meados do século XIX[565] e o papel pintado em *trompe l'oeil*, impresso em cilindro, fez apenas uma breve aparição na Quinta Josefina (Fig. 114) – em boa hora registada por Saínz-Trueva em 1989, antes da sua destruição[566]. Este autor dá, aliás, uma explicação plausível para o facto de esta quinta ter sido um caso único de aplicação do papel pintado:

> As nossas vilas e quintas no século passado, quase todas utilizadas para «turismo de habitação», recebiam estrangeiros, doentes de tísica, esperançados na cura pelo ar rarefeito e temperança da ilha. As instalações destinadas aos doentes deveriam

[560] No Hospício Princesa Dona Maria Amélia, obra concluída em 1860, as escaiolas foram utilizadas profusamente; na Quinta das Almas há também registo da utilização da mesma técnica, em 1864, no « quarto de banhos pintado fingindo a mármore». Cf.: Fátima Barros, «A Quinta das Almas ou Quinta Ornelas na Camacha», *Islenha*, n. 21 (1997): p.112.
[561] Cf.: Vitor Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira* (Lisboa: Argumentum, 2002), p.199.
[562] Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», 10 de Janeiro de 1890.
[563] Jorge da Câmara Leme, «Livro de Registo da Correspondência do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia», 1854, p.255. [Manuscrito] Acessível no arquivo do Hospício Princesa Dona Maria Amélia, Funchal.
[564] Cf.:José de Sainz-Trueva, «Tectos estucados da cidade do Funchal», *Islenha*, n. 12 (1993): 125–64.
[565] Barros, «A Quinta das Almas ou Quinta Ornelas na Camacha», p.112.
[566] Cf.: Sainz-Trueva, «A Moda que não Vingou (Papéis de parede pintados numa quinta madeirense)».

> ser arejadas, claras, pintadas preferentemente a cal, como modelo profilático mais adequado e de fácil renovação[567].

Outro dos materiais encontrados com frequência nas quintas de aluguer é o ferro, que aparece sobretudo em guardas de varandas, ou como elemento estrutural secundário no suporte de alpendres ou avançados – pilaretes maciços e muito esbeltos que suportavam, por vezes, cargas consideráveis. O seu potencial como material decorativo foi explorado sobretudo nas varandas-alpendres em ferro forjado das *villas* dos *wine merchants* (ver Cap. III, 1.5.2). Por fim, há ainda que referir a telha de meia-cana[568], utilizada no revestimento dos telhados durante todo este período. A telha era assente com argamassa sobre a armação de madeira e com o tradicional «sanqueado» que caracteriza o chamado «telhado à portuguesa».

1.4.3 Casa e jardim

Quer no que respeita à arquitectura compacta da casa, quer à forma como esta se articulava com o jardim, muitas quintas de aluguer madeirenses parecem evocar um antepassado remoto, construído em meados do século XV, nos arredores de Florença: a *villa de Fiesolle*[569]. Implantada sobre uma estreita plataforma de terreno, esta *villa* italiana marcou o início da tradição dos jardins em terraço, que cedo se disseminaram por toda a Europa do Sul[570]. Com efeito, em muitas quintas de aluguer, o terreno era moldado em tabuleiros horizontais, apoiados por muros de suporte – localmente designados como «poios». A «*succession of terraces*», foi como Gardner's Magazine, de Outubro de 1838, descreveu os jardins da Quinta do Vale Formoso (ver Cap. III, 1.5.2). Este terraceamento, necessário para garantir a boa irrigação dos cultivos nos climas de verões secos, característicos da bacia mediterrânica[571], surge em muitos dos jardins madeirenses. Casa e jardim acomodavam-se aos socalcos, com a primeira a encostar o piso térreo ao muro de suporte – um encaixe no terreno frequente na encosta do Funchal.

---

[567] Ibid., p.167.
[568] Também conhecida como telha de canudo, canal ou mourisca.
[569] Este teria sido «o primeiro exemplo de uma *villa* que, a partir do séc. XV, se tornou numa referência, não só para Florença, mas também para toda a península Itálica». Cf.: Alberti, Espírito Santo, e Krüger, *Da arte edificatória*, p.354, nota 928.
[570] Ilídio Araújo referia também Pogio a Caiano e Quarrachi como primeiros exemplos do jardim em terraço.Cf.: Ilídio de Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal* (Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962), pp.57–58.
[571] Cf.: Ilídio de Araújo, *Quintas de recreio: (breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)* (Braga: Livr. Cruz, 1974), p.352.

Outra das características dos jardins das quintas de aluguer é o seu tamanho, quase sempre exíguo. As grandes quintas de influência inglesa – Palmeira (Fig. 91), Deão (Fig. 92), Prazer (Fig. 75), Monte (Figs. 93, 94) – com bosques, alamedas, campos de jogos e outros «acontecimentos», constituíram, de facto, a excepção. «*Here, in Madeira, their gardens are usually on a very small, almost diminutive, scale, according to our ideas of a garden*[572]» – escrevia Florence Du Cane, em 1909, no seu livro sobre os jardins da Madeira. Nenhum autor deixou de se referir a esta particularidade, que resultava, em primeiro lugar, do facto de, a maioria das quintas serem, afinal, lotes urbanos. Na época em que Du Cane as visitou, o Funchal transformara-se, como já se referiu no capítulo anterior (ver Cap. II, 3.4.2), numa «cidade de quintas» – a Câmara alargara o perímetro urbano, que se estendeu para norte até ao Caminho da Levada de Santa Luzia, subindo a encosta até aos 180 metros e anexando as quintas que orbitavam em torno do antigo núcleo amuralhado.

As mais antigas foram-se esvaziando da sua função produtiva e as novas eram agora casas unifamiliares, rodeadas e protegidas na sua intimidade por jardins privativos, isto é, estavam muito próximas de uma tipologia que atingiria o seu apogeu a partir de meados de oitocentos: a *villa* burguesa. Na relação que teciam com a cidade e na disposição dos seus compartimentos interiores, estas casas eram, com efeito, o reflexo de uma nova ordem social e de uma nova mentalidade. Em Inglaterra, onde uma poderosa burguesia comercial e financeira emergira com a revolução industrial, difundiram-se com enorme sucesso [573]. Os reflexos desse sucesso chegariam às estâncias terapêuticas insulares, em particular aos arredores do Funchal, onde chegaram por via dos *wine merchants* britânicos cuja presença se fazia sentir desde o século XVIII.

Na verdade, todos os jardins das quintas de aluguer, mesmo os mais pequenos, mesmo aqueles moldados na tradição mediterrânica do jardim em socalcos, são herdeiros de uma mentalidade que, no século XVIII, esteve intimamente ligada ao *landscape garden* inglês: o romantismo (ver Cap. III, 1.5.3). Loudon, o grande divulgador da arte dos jardins junto da nova classe média oitocentista, filiava-se, ele próprio, na tradição do «jardim à inglesa». A evolução do seu pensamento teórico, levá-lo-ia a propor, na terceira década do século XIX, combinações entre o jardim «geométrico» ou «formal» – o *ancient style* – com o «irregular» – o *modern style*[574]. « *Each has its peculiar uses and beauties*[575]» – escreveu

[572] Florence Du Cane, *The Flowers and Gardens of Madeira* (London: Adam and Charles Black, 1909), p.9.
[573] Na Inglaterra, a maioria dos projectos destas *villas,* a partir de meados do século XVIII, eram já encomendados por esta nova burguesia. Cf.: Summerson, *Architecture in Britain, 1530 to 1830*, p.348.
[574] Cf.: John Claudius Loudon, *The suburban gardener, and villa companion* (London: Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans; and W. Black, Edinburgh., 1838), pp.140–160.
[575] Ibid., p.168.

no *The Suburban Gardener, and Villa Companion,* dando conta de uma das mais marcantes características do jardim da era vitoriana: o eclectismo.

A maioria das páginas desta obra, publicada em fascículos entre 1836 e 1838, era dedicada a pequenos e médios jardins, isto é, tinha como público preferencial a nova classe média. O subtítulo, por si só, era esclarecedor: *The choice of a suburban villa residence, or of a situation on which to form one; the arrangemente and furnishing of the house; and the laying out, planting, and general management of the garden and grounds.* A influência que as publicações de Loudon exerceram, não só sobre a arte dos jardins oitocentistas, como também sobre todos os aspectos práticos da utilização e apetrechamento da casa – lareiras, chaminés, caldeiras, cozinhas, salas de banho, etc. – foi considerável[576]. A sua vasta obra teve larga difusão junto do público inglês e foi por essa via que chegou à Madeira. Nela se reflecte, com nitidez, o ideal da casa burguesa, que encontrava no jardim – a natureza criteriosamente domesticada – o enquadramento ideal para o florescimento da vida privada[577]. O jardim era, simultaneamente, protecção da intimidade da casa e espaço de encontro e lazer dos seus habitantes. Na quinta de aluguer madeirense, a estas duas funções somava-se ainda uma terceira: o jardim era instrumento de cura, lugar onde o enfermo repousava inalando a o ar puro e temperado da ilha, isto é, tinha uma função terapêutica.

De entre as características mais importantes destes jardins, há ainda que referir as seguintes: neles havia sempre, na proximidade da casa, lugar para pequenos arranjos de desenho formal e topiária, com canteiros de flores e buxo [578]; à pequena horta produtiva – o *kitchen garden* – eram reservadas as traseiras, normalmente na proximidade da cozinha e, na mata – se houvesse dimensões para a ter – abundavam as espécies exóticas, como recomendava a teoria de Loudon sobre o *gardenesque*[579]. Nos seus manuais – onde não é difícil encontrar alguns dos motivos ainda hoje presentes em muitas das pequenas quintas oitocentistas do Funchal – havia arranjos para todos os gostos e posses[580]. As clareiras relvadas, tão características dos jardins ingleses, eram frequentes, embora difíceis de

[576] O conjunto das publicações de Loudon rondou os 60 milhões de palavras. Cf.: Geoffrey Jellicoe, ed., «Loudon, John Claudius», *The Oxford Companion to Gardens* (Oxford, New York: Oxford University Press, 1986).
[577] Sobre o tema da casa burguesa Cf. Catherine Hall, «Lar, doce lar», em *História da vida privada*, por Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 4, 5 vols. (Porto: Afrontamento, 1989), 52–87.
[578] Na segunda metade do século XIX, o interesse pela floricultura e pela horticultura generalizou-se em todo o país e, tal como a Madeira, o Porto foi pioneiro nesse domínio, devido à influência da colónia inglesa aí residente. Cf.: José Mattoso, *História da Vida Privada em Portugal- A Época Contemporânea*, vol. III (Temas e Debates, 2011), p.25.
[579] Ver nota 645 sobre o *gardenesque*.
[580] Loudon, *The Suburban Gardener, and Villa Companion*. Veja-se for exemplo as indicações dadas sobre as relações entre interior e exterior na p. 154, a casa apresentada na p. 392, ou as soluções propostas para a «*aproach road*» nas pp.422-423.

reproduzir[581], não só devido à exiguidade da maioria dos lotes, como também à sua frequente configuração em socalcos. Por essa razão – e também porque o clima local nem sempre lhes era favorável – foram sendo invadidas por outro tipo de vegetação.

O desenho axial, com uma alameda rectilínea convergindo para a entrada formal da casa – caso da Quinta de S. João (Fig. 81) – era, também, a excepção. Nos jardins em socalcos a sua execução era mais complexa, na medida em que a fachada principal da casa, onde, usualmente, a entrada se situava, fazia face à pendente – como acontecia na quinta das Angústias (Figs. 78, 79), Vale Formoso (Fig. 86) e Loaring (Fig. 110). Nestes casos, eram mais frequentes as longas alamedas paralelas à pendente, normalmente marginadas por um muro de suporte e cobertas de ramadas, como sucedia na Quinta Hollway (Fig. 103), Favila (Fig. 109) ou no Vale Formoso (Fig. 86). A «*aproach road*» – tema ao qual Loudon dedicou algumas páginas dos seus compêndios[582] – surgia, regra geral, com o característico traçado curvilíneo, como acontecia nas quintas Vigia (Fig. 99), Ilhéus (Fig. 115), Deão (Fig 92) e Faria (Fig. 108).

Outra das características destas quintas eram os altos muros de alvenaria rebocados e caiados que as vedavam. A sua presença faz-se sentir, ainda, em alguns trechos urbanos do Funchal: a Rua dos Ilhéus e os íngremes caminhos de festo que sulcam a encosta – o dos Saltos, da Torrinha e do Monte. Esta é uma das feições do jardim insular oitocentista onde prevaleceu a tradição portuguesa. Em algumas quintas dos arredores de Lisboa, ainda em meados do século XVIII, se faziam ajardinamentos completamente murados[583], seguindo a tradição dos antigos hortos portugueses de inícios do século XVI, os quais, como referiu Ilídio Araújo, «vedavam qualquer vista para o interior, e também quase sempre para o exterior»[584]. Na Madeira, os muros dos jardins nunca foram rasgados por janelas que permitissem aos seus utilizadores ver o exterior, como acontecia nas quintas dos arredores de Lisboa. Normalmente, era à «casinha-de-prazer», sempre debruçada sobre a crista do muro, que cabia esta função – como acontece nas quintas Josefina (Fig. 114), da Fonte (Fig. 113), Loaring (Fig. 110) ou Avista Navios (Fig. 84).

Quanto à casa, quase sempre um volume compacto e simétrico, instalava-se numa relação antitética com o jardim onde o desenho irregular predominava. Esta prevalência de uma regra de simetria na arquitectura, em flagrante contraste com a assimetria do jardim é, aliás, característico de um grande número de quintas de aluguer construídas na segunda

[581] Florence Du Cane fez referência a este tema a propósito do jardim do Hospício, Cane, *The flowers and gardens of Madeira*, p.23.
[582] Para além do *The Suburban Gardener, and Villa Companion*, o autor abordou o tema na *An encyclopædia of cottage, farm, and villa architecture and furniture*, p.769.
[583] Cf.: Caldas, *A Casa rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, p.61.
[584] Araújo, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, p.63.

metade do século XIX – as quintas Perestrelo (Fig. 107), Ilhéus (Fig. 115) e Faria (Fig. 108) são bons exemplos. A este facto não é alheio o vincado cunho popular destas casas, quase todas elas concebidas por construtores anónimos, para quem, a única regra compositiva – como afirmara ironicamente Somers Clarke – era a simetria[585].

1.4.4 Espaços de mediação: escadas, alpendres, varandas e terraços

Nas quintas de aluguer mais antigas, com casas sobradas em que o andar nobre coincidia, regra geral, com o primeiro piso, existia quase sempre uma escada exterior que permitia aceder directamente à habitação, já que o rés-do-chão era reservado às «lojas» – os compartimentos de apoio à lavoura. Nestes casos, era usual encontrar no último patamar da escada, adossado à fachada, um alpendre – lugar de estadia por vezes provido de um banco em alvenaria, como acontecia nas quintas Mareta (Fig. 77), Avista Navios (Fig. 84), Aluízio (Fig. 80) e Prazer (Fig. 75). Na Madeira, exceptuando a Quinta de São João (Fig. 81), com as suas fachadas de inspiração joanina, estas escadas nunca alcançariam, porém, o protagonismo que tiveram no continente durante o século XVIII, sobretudo nas construções de carácter mais erudito[586]. O alpendre, esse sim, parece ter sido uma constante em todas as quintas com escada exterior, mesmo nas que foram construídas já em pleno século XIX, como é o caso das quintas de Sant'Ana (Fig. 100), Sant'André (Fig. 101), Sales (Fig. 105) ou Olavo (Fig. 104).

Nesse século, em que o piso térreo passou a fazer parte integrante da habitação, normalmente ocupado pelas áreas sociais da casa, a escada interior começou a ser a regra. Surge então o característico alpendre oitocentista, espaço de estadia e mediação entre o interior e o exterior. Era, quase sempre, constituído por esbeltas colunas de ferro com secção circular, que sustentavam uma cobertura em chapa de zinco ou revestida a telha. Em casos mais raros – Quinta Sales (Fig. 105) – podia ser em madeira pintada. A extensão destes alpendres era variável, podendo, em alguns casos, envolver mais do que uma das fachadas da casa e servir de suporte a trepadeiras, como sucedia na quinta Vigia[587] (Fig. 99); noutros, ocupava apenas uma das fachadas, estendendo-se a ambos os lados da porta de entrada, como acontecia nas quintas Lyra (Fig. 111) e das Almas (Fig. 112); e noutros,

[585] Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», 10 de Janeiro de 1890.
[586] Cf.: Caldas, *A Casa rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, p.64; Azevedo, *Solares Portugueses*.
[587] De acordo com descrição da época: «*entourée de verandahs, garni de plantes grimpantes*». Carlota, *Un Hiver à Madère: 1859-1860*, p.92.

ainda, varanda coberta e alpendre combinavam-se entre si criando espaços de transição nos dois pisos da casa – caso da quinta do Ribeiro Seco (Fig. 116).

Os terraços eram muito raros, para não dizer mesmo inexistentes. Na verdade, todas as coberturas eram inclinadas e revestidas a telha. O mesmo não aconteceu com as varandas, essas sim, muito comuns, podendo assumir as mais variadas formas, desde as tradicionais sacadas de feição urbana da Quinta da Mãe dos Homens (Fig. 85), às generosas varandas das quintas da Achada (Fig. 82) e Magnólia (Fig. 96). Estes espaços de mediação cumpriram, todos eles, um importante papel na quinta de aluguer: eram eles que, em conjunto com o jardim, constituíam os locais de estadia exteriores mais frequentados pelos enfermos; o facto de serem cobertos, isto é, abrigados da aspereza do sol ou dos incómodos da chuva, permitia ainda, dada a amenidade constante da temperatura, que fossem utilizados em qualquer altura do ano.

1.4.5 Telhado

Uma das características comuns a todas as quintas de aluguer era a cobertura em telhado. Nos exemplares de influência inglesa, este podia assumir formas complexas – como era o caso na Quinta do Monte (Figs. 93, 94) – ou ocultar-se por detrás de uma platibanda, como na Quinta Deão (Fig. 92) ou na Quinta Cossart (Figs. 87, 88). Regra geral, porém, a maioria dos telhados eram de quatro águas com beirado saliente. Nas casas mais antigas, algumas originárias do século XVIII ou mesmo XVII – as quintas Mareta (Fig. 77), do Faial (Fig. 74) e Avista Navios (Fig. 84) são bons exemplos – podiam surgir os chamados «telhados múltiplos», em que dois ou mais corpos da construção eram cobertos por telhados independentes, todos ao mesmo nível e, quase sempre, com quatro águas[588]. Nestes casos, a inclinação das coberturas era geralmente reduzida, e a estrutura constituída por um vigamento de madeira. As vigas arrancavam do frechal – que apoiava nas paredes portantes – unindo-se na cumeeira e, sobre elas, assentava o guarda pó e o ripado.

Independentemente da complexidade dos travamentos utilizados ou da presença de trapeiras, situação relativamente comum nas casas de origem oitocentista – veja-se o caso das quintas Favila (Fig. 109), Faria (Fig. 108), Fonte (Fig. 113), ou do antigo *Falkner* (Fig. 141), que começou por ser uma quinta – o sistema construtivo do telhado manteve-se sem grandes alterações durante todo o século XIX. O mesmo se pode dizer do tipo de telha e

[588] Cf.: Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», pp.227–228.

dos remates em duplo ou triplo beirado[589], um substituto económico da cornija, que foi sempre o remate mais comum na frugal arquitectura das quintas de aluguer[590]. Curiosamente, a projecção das abas do telhado apareceu, também, em Inglaterra, nas *villas* de sabor *regency* de início do século XIX – uma moda que pretendia evocar a arquitectura mediterrânica[591]. A Quinta Palmeira (Fig. 91), com o seu triplo beirado fortemente projectado sobre o plano da fachada, constitui um exemplo desse curioso reencontro entre uma moda exportada para o lugar de importação.

Outra das características destes telhados era o tradicional «sanqueado» – a suave curvatura das águas, um perfil que, nas palavras de Raul Lino, mais sugeria «o tendido de uma lona presa na cumeeira e no beiral» e ao qual se devia «parte da graça que tem a silhueta da casa portuguesa»[592]. Esta originalidade dos telhados portugueses, que o autor, erradamente, generalizou a todo o território do país, era muito comum nas casas madeirenses[593]. O seu desaparecimento só teve lugar já em pleno século XX, com a entrada no mercado da «telha de Marselha», que Lino considerava «horrenda»[594]: no início da década de 40, numa das suas visitas à Madeira, olhando para o anfiteatro do Funchal, talvez da amurada do navio, o autor d'*A casa Portuguesa* sentir-se-ia ferido pela «forma e a cor de telhados novos que arranham desalmadamente a paisagem. A rigidez geométrica de coberturas sem o tradicional sanqueado»[595].

1.4.6 Fachada

A fachada plana foi uma das características mais vincadas da quinta de aluguer. Não deixa de ser curioso o forte contraste entre essa planura e os volumes cilíndricos ou

[589] Trata-se do tradicional beirado português, com «beira» e «subeira» ou com uma «beira» e duas «subeiras» Cf.: Ibid., p.228.
[590] O duplo beiral foi também um remate comum nas quintas dos arredores de Lisboa durante o século XVII, vindo a ser substituído pela cornija no século seguinte, sobretudo nas construções mais ricas. Cf.: Caldas, *A Casa rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, p.84.
[591] A referência a estes *low-pitched roofs with wide projecting eaves* que evocavam a arquitectura mediterrânica é relativamente comum em manuais e histórias da arquitectura inglesa. John Penoyre e Michael Ryan, *The Observer's Book of Architecture* (London; New York: Frederick Warne, 1958), p.145; T. W West, *History of Architecture in England.* (London: University of London Press, 1966), p.123.
[592] Raul Lino, *A Casa Portuguesa: Portugal : Exposiçao Portuguesa em Sevilha* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1929), p.43.
[593] Vieira Caldas refere que o «sanqueado», apesar de estar presente nas casas setecentistas dos arredores de Lisboa, está ausente, por exemplo, nas casas populares do Alentejo, do Minho e de Trás-os-Montes. Cf.: Caldas, *A Casa rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, p.78.
[594] «Telha de Marselha só se recomendaria pela relativa barateza, mas é horrenda».Raul Lino, «Arquitectura - A Propósito da Casa Madeirense», *Das Artes e da História da Madeira* VI, n. 1 (1962): 42–44.
[595] Ibid.

poliédricos – as *bow* e *bay windows* – introduzidos pelos britânicos na arquitectura doméstica insular, a partir de finais do século XVIII (ver Cap. III, 1.5.2). Talvez devido à complexidade da sua execução, estes nunca chegaram, porém, a vingar. A fachada plana prevaleceu na maioria das casas, cumprindo uma tradição de austeridade, que se manteve viva nos séculos do barroco. Nestas fachadas, os vãos, com as suas persianas de correr ou de abrir instaladas à face, parecem reduzir-se a um desenho sem espessura, gravado nos paramentos lisos e caiados. Só os beirados salientes e os alpendres – construções ligeiras onde o ferro aparecia como material estrutural – introduziam alguns planos de sombra no volume compacto da casa.

Tudo era frugal e sóbrio nestas fachadas, onde a simetria se impunha como regra compositiva dominante. Os socos foram sempre pintados a tinta de óleo, não se registando nenhuma situação em que a cantaria tivesse sido aplicada para fazer o remate com o terreno. Raríssimos foram os casos em que aparecem pilastras ou cunhais em silharia, sendo as paredes rebocadas até à aresta. Os cunhais da torre mirante da Quinta das Angústias (Figs. 78, 79) e as pilastras que marcam a capela da Quinta Aluízio (Fig. 80), ambas construções setecentistas, constituem as duas únicas excepções de entre as muitas casas analisadas neste estudo. Os cunhais reforçados com fingimentos de silharia, por vezes desencontrada, em argamassa de cal e cimento pintado, aparecem em exemplares de influência inglesa – a Quinta da Vista Alegre (Fig. 106) é um exemplo – ou em «melhoramentos» introduzidos em finais do século XIX – como é o caso, por exemplo, das quintas das Angústias ou Mãe dos Homens (Fig. 85).

Quanto aos vãos de sacada, muito comuns nas fachadas dos edifícios urbanos dos séculos XVIII e XIX, são mais raros nas quintas de aluguer, aparecendo, geralmente, para destacar o piso nobre nos exemplares de origem setecentista – caso das quintas das Cruzes (Fig. 1), Angústias (Figs. 78, 79) e São João (Fig. 81). A janela de guilhotina com tapa-sóis de abrir ou de correr é a solução mais comum. A sofisticação técnica que atingiu, na generalidade das quintas de aluguer, constituiu, aliás, uma das suas características distintivas: não se esperaria, em arquitectura tão frugal, encontrar tão perfeitos trabalhos de carpintaria. Tal como parece ter sucedido em Portugal continental, foram os ingleses que introduziram este tipo de vão na Madeira (ver Cap. IIII, 1.5.5) e teriam sido sido os carpinteiros portugueses a levá-lo às Canárias[596].

As cores originais aplicadas nas fachadas das quintas são, em muitos casos, difíceis de determinar. Na verdade, tratando-se de um acabamento perecível, que

[596] Sobre as múltiplas teorias que tentam explicar a origem da janela de guilhotina ver: Martín Rodríguez, *Arquitectura Doméstica Canaria*, p.98.

necessita periodicamente de restauro, isto é, de repintura, são frequentes as situações de sobreposição. Durante os séculos XVIII e XIX, de acordo com os testemunhos da época, a caiação a branco parece ter sido a solução mais comum. O ocre e o rosa-forte, resultantes da adição de pigmentos à cal, foram também utilizados. As cantarias pintadas, sobretudo em guarnecimentos de vãos, muito utilizadas no século XVIII, transformaram-se numa raridade, uma vez que a sua aplicação se destinava sobretudo a melhorar a estabilidade dos tufos que, no século XIX, estavam já a ser substituídos pela «cantaria rija», que não requeria pintura.

1.5 Contribuição inglesa

> «For the rising and falling, advancing and receding, with the convexity and concavity and other forms of the great parts [of a building] serve to produce an agreeable and diversified contour, that groups and contrasts, like a picture, and creates a variety of light and shade which gives great beauty, spirit and effect to the composition»
> Robert and James Adam, in *The Works in Architecture of Robert and James Adam*

> Whenever a house is so placed as to display no sufficient reason why it has been erected in that precise spot, rather than in any other, something must decidedly be wrong .
> Loudon, in *An Encyclopædia of Cottage, Farm, and Villa Architecture*

1.5.1 Henry Veitch, o cônsul-arquitecto

No Inverno de 1836, quando passeava junto ao mar, nas imediações do Funchal, Edward Wells foi surpreendido por uma chuvada que o obrigou a refugiar-se no interior de uma precária construção coberta de colmo. No seu diário[597], o jovem estudante de Gramática descreveu com minúcia o conteúdo do pequeno edifício onde, naquele momento, não estava ninguém. Entre pratos, facas e uma pistola de bolso, Wells deparou-se com a *Encyclopædia of Cottage, Farm, and Villa Architecture*[598] – a primeira edição da enciclopédia de Loudon, que de 1835 a 1869, iria ser objecto de larga difusão e múltiplas reedições. «*I soon concluded*» – anotou – «*that this must be the place where Mr. Veitch (the former English Cônsul) stays while he is building a cottage near the Gorgulho Fort*»[599].

[597] Edward Watkinson Wells, «A Trip to Madeira, Beeing the Journal of Edward Watkinson Wells», em *Madeira Fragments* (Funchal: Graham Blandy, 1971), p.22.
[598] Loudon, *An encyclopædia of cottage, farm, and villa architecture and furniture*.
[599] Wells, «A Trip to Madeira, Beeing the Journal of Edward Watkinson Wells», p.22.

Henry Veitch (1782-1857) fora, de facto, o influente cônsul britânico na Madeira. O seu mandato prolongara-se de 1809 – período das ocupações inglesas – até 1836[600], ano em que estava a construir uma casa (Fig. 98) para o seu filho Robert, em frente ao mar, não longe do Forte do Gorgulho[601] – a Quinta Calaça (Fig. 98). Para além de abastado comerciante de vinhos, Veitch era também um *amateur-architect*[602]. São-lhe atribuídos alguns edifícios construídos na ilha, na primeira metade do século XIX, incluindo o projecto de um cais na baía do Funchal, que ficaria por fazer[603]. O singular testemunho de Wells vem comprovar o que era prática corrente, na época, entre a burguesia endinheirada que habitava os lugares remotos do império: o recurso aos *pattern books* para projectar e construir as suas obras e, em particular, o recurso à famosa enciclopédia de Loudon, onde a arquitectura e a jardinagem mereciam igual relevo.

Desde inícios do século XIX que, em Inglaterra, este tipo de publicações – em particular as dedicadas aos modelos mais compactos da *villa* burguesa, como era o caso da Quinta Calaça (Fig. 98) – crescera enormemente, eclipsando o tratado clássico de arquitectura[604]. Para Veitch, um rico comerciante afastado do seu país, numa ilha onde dificilmente encontraria um arquitecto, estes manuais eram uma ferramenta indispensável. O estreito contacto que mantinha com Londres, e as frequentes deslocações que aí fez durante o seu mandato, constituíram, muito provavelmente, boas oportunidades para os adquirir[605]. A coerência formal da maioria dos edifícios que construiu e a forma como tratava, por vezes sem grande erudição, alguns temas da arquitectura clássica, vem reforçar a ideia de que as suas construções resultavam de adaptações a locais específicos de projectos seleccionados em *pattern books*.

Veitch construiu várias casas na Madeira, entre as quais, pela notoriedade e projecção que tiveram, se destacam duas: a Quinta do Jardim da Serra (Fig. 90) e a sua própria residência no Funchal – mais tarde conhecida como o palacete Cossart (Figs. 87, 88)[606], ambas concluídas no início da segunda década do século XIX[607]. A surpreendente

[600] O seu mandato teve uma interrupção de 4 anos, entre 1828 e 1832. Cf.: Paulo Miguel Rodrigues, «Henry Veitch: um cônsul britânico-madeirense?», *Diário de Notícias*, 2 de Agosto de 2009, http://m.dnoticias.pt/impressa/revista/193776/197196-estudo.

[601] De acordo com Cabral do Nascimento, a casa teria sido construída por Veithch em 1838, para o seu filho Robert ; Cf.: França, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1845)*, p.127.

[602] Cf.: Gregory, *The beneficent usurpers*, p.79.

[603] Rodrigues, «Henry Veitch: um cônsul britânico-madeirense?».

[604] John Archer, *Architecture and Suburbia: From English Villa to American Dream House, 1690-2000* (Univ Of Minnesota Press, 2008), pp.80–81.

[605] De acordo com Rodrigues, Veitch ter-se-á ausentado da Madeira por seis vezes entre 1821 e 1828. Cf.: Rodrigues, *A Madeira Entre 1820 e 1842 Relações de Poder e Influência Britânica*, pp.193–194.

[606] Para além destas duas casas e da Quinta Calaça, são-lhe atribuídas uma casa em Câmara de Lobos (1856) e a Quinta de Baixo, no Jardim da Serra, sítio da Achada dos Foles, situada do lado esquerdo da subida da Ladeira da Leonor, ambas demolidas; Marques da Silva dá-o como autor da Quinta Deão,

inventiva do desenho destas casas – que parecem transcender a mera adaptação de projectos tipo colhidos em *pattern books* – faz da arquitectura de Veitch, cujo estudo não cabe aqui aprofundar, um caso singular na Madeira. A igreja anglicana (Fig. 65), que lhe foi adjudicada em 1810 e que seria inaugurada em 1822, é um edifício neoclássico de invulgar erudição[608]. Nas palavras do próprio cônsul – que a descreveu com exactidão e destreza – tratava-se de um «*handsome building, a square outside with a circular colonnade inside, supporting a gallery from which rises a fine dome and cupola to give light to the church*»[609].

Fig. 65 W. S. Pitt Springett, *English Chapel, Funchal* (col. CMFF)

---

também ela demolida. Cf.: Manuel Pedro da Silva Freitas, «Henry Veitch», *Câmara de Lobos - Dicionário Corográfico*, acedido 12 de Março de 2014, http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/veitch_henry.html; Helena Araújo, «Quinta do Jardim da Serra - historial», 2003; António Ribeiro Marques da Silva, «A casa de campo de Veitch», *Islenha*, n. 11 (1987): p.134.

[607] Dado o pioneirismo das concepções que lhes estão subjacentes, não é indiferente a data em que foram construídas. Sabe-se que Bowdich, um naturalista inglês que visitou a ilha em 1823, pernoitou na Quinta do Jardim da Serra e, no Funchal, fez observações metereológicas a partir da torre da residência do cônsul . A partir dos dados que fornece na sua narrativa, é possível deduzir que os dois edifícios datam de inícios da segunda década do século XIX – dedução, aliás, corroborada pelas gravuras que Hornbrook, por essa altura, executou sobre ambas (de acordo com a datação feita pela CMFF, o desenho terá sido executado na primeira quinzena do século XIX). Cf.: Thomas Edward Bowdich, *Excursions in Madeira and Porto Santo: During the Autumn of 1823, While on His Third Voyage to Africa* (G.B. Whittaker, 1825), p.18; Manuel Pedro da Silva Freitas, "Câmara de Lobos – Diccionário Corográfico – Edição Electrónica," accessed October 22, 2011, http://www. concelhodecamaradelobos. com/ dicionario/ index_dicionario.html.

[608] A decisão de construir uma igreja protestante nasceu em 1808, durante a ocupação Inglesa e ganhou asas quando, em 1810, Portugal assinou com a Inglaterra o tratado de Aliança e Amizade que instituía a liberdade de culto. O projecto foi encomendado a Veitch pela British Factory – os representantes da comunidade britânica residente – numa reunião que teve lugar em 1810. Cf.: H. A. Newell, *The English Church in Madeira: The Church of the Holy and Undivided Trinity a History* (Oxford: University Press, 1931), p.9; Gregory, *The beneficent usurpers*, p.79.

[609] Veitch to Londonderry, 5 April 1821, FO 63/253, fol. 274. Citado por: Rodrigues, *A Madeira Entre 1820 e 1842 Relações de Poder e Influência Britânica*, pp.79–80.

Do ponto de vista estilístico, não existiu nesta arquitectura nenhuma concessão ao neogótico nem aos códigos do pitoresco, apesar de, na época em que Veitch iniciou a actividade como *amateur-architect,* Strawberry Hill – a primeira *country house* neogótica construída em Inglaterra – ter já mais de um quarto século, e Cronkhill, a *villa* pitoresca de Nash, ter sido concluída em 1802[610]. Em Inglaterra, no início da era vitoriana, como escrevera Loudon, «the *irregular style of architecture* [...] *is the style of country houses now most prevalent*»[611]. No arquipélago português, todavia, o pitoresco, com os seus contrastes, irregularidades e assimetrias, esteve ausente como «estilo» arquitectónico, Veitch manter-se-ia sempre fiel à gramática clássica, cujo renascimento foi, aliás, uma das facetas do primeiro romantismo europeu[612]. Dir-se-ia, pois, que na Madeira, pela mão do cônsul-arquitecto, as primeiras manifestações do movimento romântico vestiram roupagens neoclássicas.

As casas de Veitch tiveram consideráveis repercussões na arquitectura anónima de algumas quintas do Funchal – os vãos com lintel em arco de volta perfeita é uma das mais notórias[613]. Mas, mais importante do que a apropriação ingénua de um desenho de fachada é, certamente, a difusão de uma nova mentalidade, em que a quinta surge, acima de tudo, como lugar de fruição da natureza, em que casa, jardim e paisagem fazem parte de um todo plasticamente indissociável. Nenhuma das suas casas entraria no mercado de aluguer – o Jardim da Serra (Fig. 90) e a residência no Funchal eram demasiado grandes para o efeito e, sobre a Quinta Calaça (Fig. 98), a única que poderia ter sido alugada, não há registo que tal tenha acontecido. O papel pioneiro que desempenharam e a influência que exerceram não podem, porém, ser ignorados, elas foram, juntamente com as quintas do Vale Formoso (Fig. 86), Palmeira (Fig. 91), Deão (Fig. 92) e Monte (Figs. 93, 94) – estas sim, muitas vezes alugadas à estação – as primeiras *villas* de influência inglesa construídas na ilha pelos *wine merchants.*

1.5.2 As *Villas* dos *wine merchants*

No seu detalhado estudo sobre o comércio do vinho da Madeira, Hancock fez algumas referências às quintas que os *wine merchants* ingleses, na segunda metade do

[610] Cf.: Michael Mansbridge, *John Nash: A Complete Catalogue* (Phaidon Press, 2004), p.101. O 'vernacular italiano' de Cronkhill, com a sua planta assimétrica, cabe bem nos códigos do pitoresco cujo 'ne plus ultra', segundo Pevsner, seria todavia Blaise Hamlet projectado por Nash no início do século XIX e construído em 1810-1811.
[611] Loudon, *The Suburban Gardener, and Villa Companion*, p.169.
[612] Cf.: Nikolaus Pevsner, *Génie de l'architecture européenne* (France: Livre de Poche, 1970), p.198–199.
[613] (Qta Nogueira, Qta das Fontes, etc

século XVIII, possuíam nos arredores do Funchal[614], apresentando mesmo uma planta com a localização de 13 delas, entre os anos de 1750 e 1815 (Fig. 66) [615].Do seu ponto de vista, teria sido nos arrabaldes, fora da cidade de intramuros, já então congestionada, que esta comunidade encontrou terreno livre para construir as suas *villas.* A proximidade do porto e da cidade permitia-lhes observar o movimento dos navios, aceder com facilidade à baixa e usufruir, em casa, das brisas de meia encosta. Para além disso, o ameno anfiteatro do Funchal, era o lugar ideal para pôr em prática os ideais arcadianos que impregnavam a literatura e a mentalidade da época.

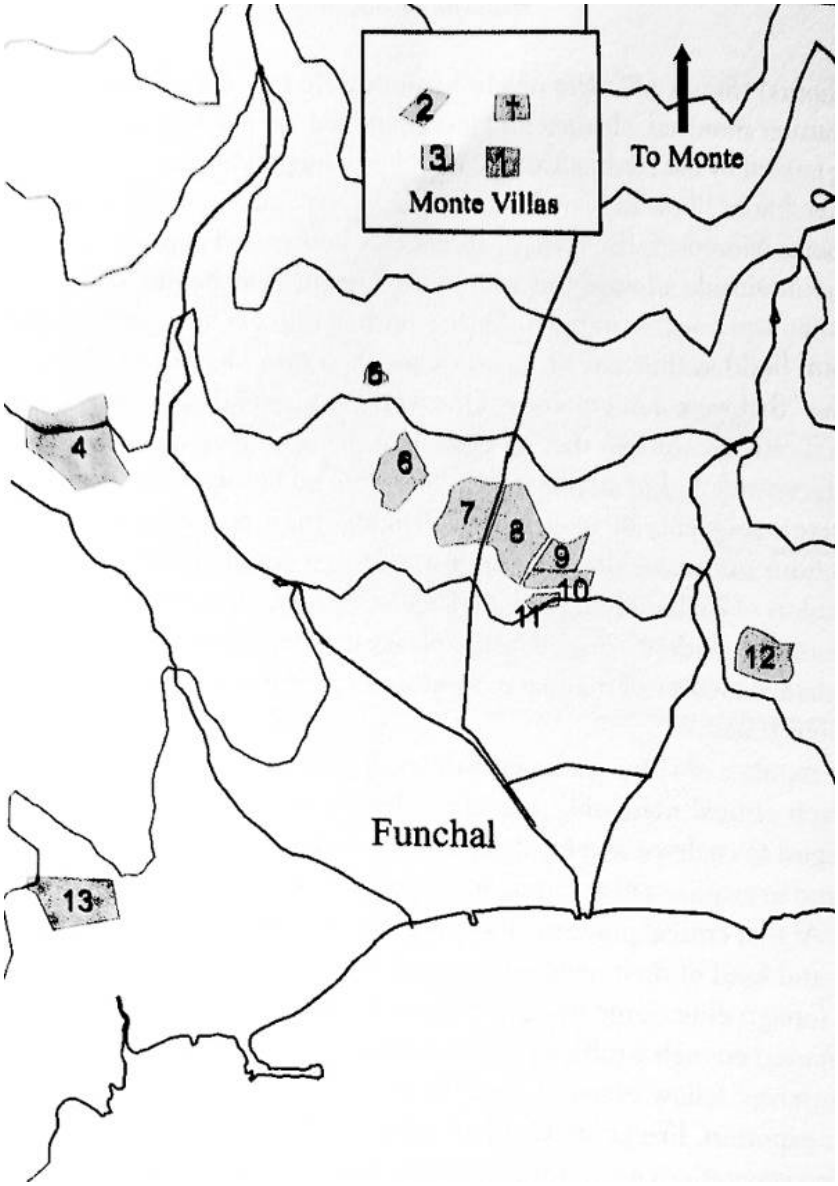


Fig. 66 Localização das *villas* dos *wine merchants* - (in Hancock, *Oceans of Wine*)

[614] David Hancock, *Oceans of Wine: Madeira and the Organization of the Atlantic World, 1640-1815* (New Haven, Conn.; London: Yale University Press, 2009).
[615] Ibid., p.36.

A verdade, porém, é que – no intervalo cronológico fixado pelo autor – grande parte dos *wine merchants* não contruiu casas de raiz, instalou-se nas que já existiam ou, quando muito, adaptou-as ao seu modo de vida e às suas exigência de conforto. Estas eram casas de uma tipologia muito comum na Macaronésia: construções frugais de cunho mais ou menos erudito, geometria simples – quase sempre um paralelepípedo, por vezes torreado, coberto com um ou mais telhados de quatro águas com o característico «sanqueado», paredes em alvenaria de pedra e sobrado em madeira. Exemplo disto é a antiga Quinta da Achada (Fig. 67), adquirida pelo comerciante Richard Hill[616] a um morgado ausente no Brasil, da qual sobreviveu um desenho, provavelmente executado na primeira metade do século XIX.

Fig. 67 Quinta da Achada em 1854 (in Smith e Hill, *Letters of Doctor Richard Hill and his children*)

O mesmo se pode dizer das quintas do Belo Monte (Fig. 144), Santa Luzia, Levada (Fig. 83), Sant'André (Fig. 101) ou Cova (Fig. 95) – todas elas mencionadas por Hancock – ou ainda da Quinta do Prazer (Fig. 75), cuja casa viria a ser demolida no início do século XIX para dar lugar ao hotel Monte Palace (Fig. 143). Esta propriedade aparecia já na lista de «quintas inglesas» dignas de ser visitadas, que William Combe publicara em 1821 [617]. O desenho que dela sobreviveu (Fig. 75) permite, também aqui, concluir que se tratava de mais um exemplar filiado na tradição local, que poucas alterações terá sofrido para além da

[616] J. Jay (John Jay) Smith e Richard Hill, *Letters of Doctor Richard Hill and His Children; Or, the History of a Family as Told by Themselves* (Philadelphia : Priv. print for the descendants, 1854).
[617] Ver nota ...

habitual melhoria dos padrões de conforto que os novos proprietários ingleses sempre introduziam nestas casas[618]. Noutras quintas – tal como a do Vale Formoso (Fig. 86), Til (Fig. 97), ou Magnólia (Fig. 96) – é possível, todavia, detectar sinais da presença inglesa, muito embora seja, por vezes, difícil datá-los com precisão. Trata-se, com efeito, de exemplares híbridos em que a tradição local parece ter-se afeiçoado a soluções de outras proveniências, ou vice versa.

Quinta do Vale Formoso

A Quinta do Vale Formoso (Fig. 86) é um interessante exemplo de hibridismo. Reza a lenda que, em 1768, o capitão Cook, o famoso explorador britânico, terá plantado uma tulipeira nos jardins desta quinta, quando o *Endeavour*, a caminho do Pacífico Sul, aportou à Madeira[619]. A pequena casa existente no local era, por essa altura, a sede do *Bachelor's House*, o clube onde os *wine merchants* se reuniam. Em 1771, um deles, James Murdoch, adquiriu-a para sua residência, modificando-a profundamente [620]. A casa aparece claramente assinalada na planta do Funchal traçada por Skinner, em 1775 (Fig. 16), e reaparece, em 1804, com considerável detalhe, na planta de Feliciano António de Matos (Fig. 19).

Entre 1830 e 1839, estava nas mãos do Dr. Renton[621], o médico que assistia os *invalids* ingleses, sendo então objecto de um artigo do *Gardener's Magazine* de Loudon[622]. Esse artigo – que se fazia acompanhar de algumas ilustrações contendo as plantas da casa e da propriedade – continha uma descrição exaustiva da quinta e o registo meticuloso de todas as espécies que a povoavam. A residência era, do ponto de vista do articulista, «*the most convenient of houses, although it is very irregular in its plan*» [623]. Esta «irregularidade» resultava, com efeito, das sucessivas ampliações que a casa sofrera desde meados do século XVIII – como o demonstra, aliás, a análise comparativa das plantas, que foi possível reunir, procedentes de diversas épocas.

---

[618] Cf.: Gouveia, «A Quinta do prazer e os sócios da casa comercial Phelps Page & Co.», p.190.
[619] Cf.: Noël Cossart, *Madeira: The Island Vineyard* (Christie's Wine Publications, 1984), p.27.
[620] Cf.: Ibid., p.180.
[621] De acordo com Driver, Renton era o médico que assistia os enfermos ingleses em cura de ares na Madeira: «*There are several medical gentlemen in Funchal ; but I believe Dr. Renton is generally consulted by the English visitors, owing to his long residence on the island, and his experience as a physician in all pulmonary complaints*». Driver, *Letters from Madeira in 1834*, apendix, v.
[622] A Gardener's Magazine é considerada a primeira revista a dedicar-se à jardinagem e arquitectura. Cf.: Jellicoe, «Loudon, John Claudius», pp.344–345.
[623] Dr. Lippold, *The Gardener's Magazine and Register of Rural & Domestic Improvement*, ed. John Claudius Loudon (Longman, Rees, Orome, Brown and Green, 1838), p.449.

Embora seja hoje difícil determinar qual a configuração do núcleo original, muito provavelmente construído em meados do século XVIII, a perspectiva de conjunto, publicada por Lippold, em 1838, mostra uma casa onde parece predominar o cunho austero da arquitectura doméstica da macaronésia: uma fachada plana e horizontal, rasgada por uma correnteza de vãos de sacada no piso nobre, com beirado saliente a rematar (Fig. 86). A análise das plantas permite, todavia, constatar que, com esta expressão, conviviam sinais de uma arquitectura exógena: a *bay window* da fachada poente rematada por uma chaminé de lareira; os vãos com lintel curvo; ou mesmo a forma como o jardim se organizava, abrindo o típico relvado à inglesa frente à casa.

Quinta do Palheiro Ferreiro

Outro caso interessante de influência inglesa é a Quinta do Palheiro Ferreiro (Fig. 89) – a tapada de caça do Conde de Carvalhal – também mencionada por Combe, a qual, como se viu, era propriedade do abonado aristocrata local (ver Cap. III, 1.2). A Quinta do Palheiro, que nunca entrou no mercado de aluguer, era, com efeito, um vasto «jardim à inglesa», onde a casa parece ter sido concebida como um pavilhão destinado a albergar as faustosas recepções que o seu proprietário nela realizava. A planta era simétrica e o piso nobre – o rés-do-chão – formado por um corpo central, onde se situava o salão de festas e a entrada principal. Ladeando este corpo, destacavam-se os torreões, com dois pisos, ambos cobertos com um telhado de quatro águas. Tratava-se de uma arquitectura inspirada em modelos eruditos, com um carácter, todavia, mais frugal que a dos sumptuosos palácios que os Carvalhais construíram no centro do Funchal em finais de setecentos – «*the house does not correspond in magnitude with the grounds*»[624], observou John Adams Dix, quando visitou a propriedade, em 1851.

À casa, veio somar-se uma capela de expressão arquitectónica radicalmente distinta, tratada como um adorno da paisagem, à semelhança dos pequenos *tempietos* que povoavam os *landscape gardens* ingleses do século XVIII. Trata-se de uma capela da invocação de S. João Baptista, cuja construção terá tido início em 1801[625]. A planta é rectangular, com uma cobertura de duas águas rasgada por um lanternim e o interior integralmente revestido a estuque. A sua fachada sul, de recorte erudito, ostenta dois óculos circulares sobrepujando um vão tripartido de clara inspiração anglo-paladiana (Fig. 89), o que, dando como certa a

[624] Dix, *A WINTER IN MADEIRA*, p.123.
[625] Cf.: Sainz-Trueva, «Quinta do Palheiro do Ferreiro», 223.

data da sua construção, faz dela um dos primeiros exemplares de arquitectura religiosa de influência inglesa na Madeira.

Quintas Palmeira, do Monte e Deão

No primeiro terço do século XIX, para além das primeiras duas casas projectadas por Veitch e as quintas do Vale Formoso (Fig. 86) e Palheiro Ferreiro (Fig. 89), existiam no arquipélago três *villas* de vincada inspiração *Regency*: as quintas Palmeira (Fig. 91), Monte (Figs. 93, 94) e Deão (Fig. 92). Foi nestas três décadas que, rompendo com a tradição da casa rural da macaronésia, apareceram os primeiros exemplares de uma arquitectura exógena, muitos, provavelmente, com projecto de arquitecto – ou arquitecto amador – britânico[626].

Os terrenos da Quinta Palmeira terão sido adquiridos por Blackburn, um comerciante de vinhos que, em 1811, mandou demolir a construção que neles existia para dar lugar à nova casa[627] – um edifício compacto, de dois pisos, coberto por um telhado de quatro águas, com beirado triplo e com a fachada principal dominada, a toda a altura, por uma proeminente *bow window*. A poente, veio adossar-se um corpo de feição popular, reservado a quartos e empregados. Depois de ter passado pela mão de vários proprietários, a quinta foi adquirida por Harry Hinton, em 1908, um próspero industrial, que, mais tarde, a ampliou, acrescentando-lhe um piso[628]. A casa implanta-se a cerca de 220 metros de altitude, numa propriedade que desce até aos 172 metros. Trata-se de uma das mais notáveis quintas de aluguer do Funchal, com uma área superior a 4 hectares, incluindo jardins e matas onde abundam espécies arbóreas de dimensões excepcionais[629].

Quanto à Quinta do Monte (Figs. 93, 94), sabe-se que, em 1802, David Webster Gordon, um próspero *wine merchant*, a terá adquirido como residência de veraneio. A casa, cuja construção terá tido início em 1826, sofreu várias campanhas de obras, que nunca apagaram o carácter erudito da sua arquitectura, cuja autoria se desconhece. A propriedade situa-se a uma cota média de 570 metros de altitude e tem, aproximadamente, 6 hectares de jardins e mata. A par da Quinta Prazer (Fig. 75) – também ela na mão de ingleses desde o século XVIII – foi uma das maiores quintas da freguesia do Monte e os múltiplos nomes

[626] Segundo Maria Lamas, a Quinta do Monte teria sido «construída na primeira metade do seculo XIX, por James David Gordon, conforme o plano dum arquitecto inglês». *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, p.311.
[627] Vieira, «Um Olhar sobre as Quintas da Madeira», pp.184–185.
[628] Cf.: Ibid.
[629] Sobre a caracterização do jardim e das suas espécies cf.: Raimundo Quintal, *Quintas, Parques e Jardins do Funchal: Estudo Fitogeográfico* (Lisboa: Esfera do Caos, 2007), pp.363–391.

por que foi sendo conhecida – Gordon, Cossart, Monte, Rocha Machado – dão uma ideia da frequência com que mudou de mãos ao longo da sua história. A casa chegou aos nossos dias, encontrando-se, todavia, em deplorável estado de conservação[630].

Finalmente, no que se refere à Quinta Deão (Fig. 92) – conhecida pelos ingleses como *The Deanery*, ou Quinta Stoddart – é possível situar a data da sua construção na segunda década do século XIX, graças ao testemunho de Lyall, que nela ficou instalado em 1827: «*the house is a very pretty one; it has not been long built, and in fact only a portion of the apartments has as yet been used for residence*»[631] e ao anúncio de aluguer publicado no *The Times* de 6 de Novembro de 1821 que a dá como « *recently built on an English plan*»[632]. Propriedade de George Stoddart – um rico comerciante de vinhos que viria a suceder a Henry Veitch na direcção do cônsulado britânico – foi uma das mais notáveis quintas de aluguer do Funchal. Da casa e do seu jardim, onde abundava uma extraordinária diversidade de espécies arbóreas, hoje nada resta[633]. Os elementos iconográficos que sobreviveram mostram um edifício de dois pisos, com as características *bow* e *bay windows* distribuídas por três fachadas, todas elas rematadas por uma platibanda. A propriedade, com uma área de cerca de 18400 m2 situava-se a uma altitude média de 80 metros, na margem esquerda da Ribeira de Santa Luzia, não longe da residência de Henry Veitch.

Quintas de Richard Davies

Construídas em meados do século XIX, a Quinta Vigia (Fig. 99) – também conhecida como Quinta Davies – e a Quinta de Sant'Ana (Fig. 100), situada na freguesia do Monte – ambas pertencentes ao comerciante britânico Richard Davies, merecem também alguma atenção[634]. A primeira, hoje demolida, foi uma das mais caras e requintadas quintas de aluguer do Funchal. A casa apresentava uma planta em H que, ao nível do rés-do-chão, se abria à paisagem e ao jardim através de um generoso alpendre que contornava três *bay windows* simétricamente dispostas. Ao contrário do que sucedia nas quintas Palmeira, Deão

[630] Sobre a Quinta do Monte Cf.: Vieira, «Um Olhar sobre as Quintas da Madeira», p.179; Cossart, *Madeira*, p.177; Sainz-Trueva, «Quinta do Monte»; Binney, *Casas Nobres de Portugal*, pp.208–209.
[631] Lyall, *Rambles in Madeira, and in Portugal in the Early Part of M.DCCC.XXVI with an Appendix of Details, Illustrative of the Health, Climate, Produce and Civil History of the Island*, p.67.
[632] «Island of Madeira - Desirable Family Residence», *The Times*, 6 de Janeiro de 1821, http://www.newspapers.com/image/32917291.
[633] Cf.: Vieira, «Um Olhar sobre as Quintas da Madeira», p.168.
[634] Ambas constam da lista que Noel Cossart publicou em 1986, onde figuram 32 quintas madeirenses contruídas por ingleses – «quintas built and laid out by Englishman, 1760-1860»; o autor apresenta ainda uma outra lista onde constam 10 quintas compradas ou ocupadas por ingleses – «quintas bought or occupied by English families», ambas baseadas em registos do seu avô Charles J. Cossart (1874-1929). Cossart, *Madeira*, pp.179–180.

e Monte, nesta casa, porém, fazia-se sentir a presença dos construtores locais – sobretudo no recorte dos telhados, sanqueados e a rematar em duplo beirado. O mesmo se pode dizer relativamente à Quinta de Sant'Ana, onde uma *bay window* com varanda e alpendre em ferro forjado – onde não faltavam os característicos motivos decorativos de sabor *regency* – aparecem apostas a uma fachada de feição tipicamente local[635].

Com as quintas de aluguer de Richard Davies, fecha-se um ciclo iniciado em finais do século XVIII, em que, lado a lado com uma arquitectura de expressão erudita importada de Inglaterra, é possível encontrar casos de miscigenação – casos em que o elemento exógeno parece querer fundir-se com o local, como o testemunham as quintas do Vale Formoso (Fig. 86), Til (Fig. 97), ou Magnólia (Fig. 96). A segunda metade do século XIX deu lugar a uma interessante síntese, em que um novo tipo de quinta de aluguer, de arquitectura anónima, fortemente enraizada na tradição local, se adaptou às exigências funcionais e aos padrões de conforto da sua clientela vitoriana, que frequentava cada vez em maior número a estância terapêutica.

1.5.3 Casa e paisagem, o programa romântico

Embora não tenha sido possível encontrar, na extensa lista de *pattern books* publicados em Inglaterra, a partir do último terço do século XVIII, os modelos originais em que Henry Veitch se inspirou para construir as suas casas, tudo leva a crer que as adaptações que fez foram de grande inventividade. Na verdade, todas revelam uma sagaz capacidade de interpretar os sítios e de pôr em prática, com sucesso, um programa eminentemente romântico, o qual, mais do que na gramática estilística utilizada, se manifesta no modo como os edifícios se relacionam com a paisagem. Na maioria das suas casas – em particular no Jardim da Serra (Fig. 90) e na residência do Funchal (Figs. 87, 88) – é manifesta a procura de uma relação contemplativa com a natureza. Ambas se implantam na proximidade de ribeiras cujo leito o cônsul marginava, depois, com arcarias, sem outro uso que não o do enquadramento dos panoramas envolventes[636].

A própria torre mirante, presente nas duas casas, tinha como propósito o disfrute da paisagem: no Jardim da Serra, por entre as ameias de uma torre hoje desaparecida, era

[635] Esta casa, hoje sede da Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny, foi profundamente alterada e descaracterizada.
[636] Na Quinta do Jardim da Serra, ainda é possível ver essa arcaria; na residência do Funchal (actual Instituto do Vinho e Bordado da Madeira) foi demolida quando do prolongamento da actual Rua 5 de Outubro; na Quinta Calaça, também existia uma arcaria, quer a norte da casa, quer a sul, sendo apenas possível vê-la em fotografias ou gravuras antigas.

possível avistar os profundos enfiamentos do vale; e no Funchal, o fantasioso mirante adquiriu um inusitado ênfase, que fez dele uma das estruturas mais altas da cidade[637]. Na Quinta Calaça (Fig. 98), de construção mais tardia, o motivo de contemplação era o oceano, sendo para ele que a casa e as arcarias exteriores se orientavam[638]. Outros factores poderão ter pesado na escolha dos sítios. A verdade, porém, é que no desenho de Veitch está bem patente o interesse pelo disfrute, não só do motivo longínquo – o panorama – como também do mais próximo – o jardim – aquilo que Loudon considerava ser o *beau idéal*[639], isto é, a possibilidade de uma casa poder usufruir de ambos.

Fig. 68 James Bulwer, *Jardin de Serra, Madeira,* 1827 (col. CMFF)

A dedicação de Veitch aos jardins e à paisagem – tão característica do meio cultural de que provinha e da mentalidade romântica que lhe estava subjacente – levaram-no a cultivar espécies de proveniências diversas e, sobretudo, a considerar a envolvente paisagística como parte integrante do programa da casa. No Jardim da Serra (Fig. 90), toda a extensão do vale participava virtualmente do seu parque, cujos limites eram intencionalmente difusos. Na estampa publicada na edição de 1827 do álbum *Views in the Madeiras*, do Rev. James Bulwer, a casa, aflorando entre os bosques, parece tutelar um domínio cujos limites se estendiam a perder de vista (Fig. 68). A residência era ponto de passagem obrigatória de todos os que faziam o tradicional passeio ao Curral da Freiras – Lyall descreve-a como «*a large and somewhat castle-like mansion, situated on the*

[637] No Funchal, a torre avista-navios tinha ainda outras funções: destinava-se não só a observar o movimento portuário como também a assinalar o protagonismo social do seu proprietário.
[638] Isabella de França, que visitou a casa em 1852, registou no seu diário: «*It is an extraordinary place; the house stands so close to the sea that fishing lines might be thrown from the windows*». Cf.: França, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1845)*, p.216.
[639] Loudon, *The Suburban Gardener, and Villa Companion*, pp.12–13.

mountains [...] *and embosomed in a forest of chestnuts*»[640]. Vista da vertente oposta do vale, o edifício tinha «*a very imposing aspect*[641]», o que parece corresponder com fidelidade à gravura que Hornbrook dela fez na primeira quinzena do século XIX (Fig. 90).

Até à sua destruição, que teve lugar em 1975, a Quinta Deão (Fig. 92), na periferia próxima do Funchal, formava também, com o seu parque, um conjunto que era objecto da admiração de todos os viajantes que a visitaram. Em 1827, Lyall, que ali ficou instalado, teceu rasgados elogios ao jardim – «*our great luxury, however, is the garden: it is one of the largest and most beautiful in the island*». A sua descrição deixa adivinhar a relação subtil que a casa estabelecia com a paisagem:

> The higher part of the ground, upon which stands the house, is elevated considerably above the rest, and is divided from it by a terrace of considerable height. This circumstance is of very happy effect for the beauty of the garden; it in a manner doubles its extent, and multiplies its variety;[...] Above the house the ground rises another step, and the boundary of the garden here is a wall of native rock, which is already half veiled by the trees and trailing plants, interposed to relieve its ruggedness[642].

Todos os jardins destas quintas – que justamente se podem classificar como jardins românticos – se increviam na tradição do *landscape garden* inglês, herdeiro das concepções de Addison e de Pope e dos requintados parques que Capability Brown criou por toda a Inglaterra em meados do século XVIII[643]. Jardins onde os bosques e as clareiras relvadas, os lagos, os percursos sinuosos povoados de pequenos templos e outros «acontecimentos», constituíam o esplendoroso pano de fundo da arquitectura. Adaptados ao território escasso e acidentado da Madeira, o que estes jardins perderam em extensão, ganharam em dramatismo, abrindo-se às perspectivas abissais, aos cumes das montanhas ou ao horizonte longínquo do oceano.

«*Imagine a succession of terraces* [...] *with the most diversified view of the mountains, ravines, forests, vineyards, the city, and the sea*[644]» – escrevia o o Dr. Lippold no *Gardener's Magazine,* referindo-se ao jardim em socalcos da Quinta do Vale Formoso (Fig. 86), situado no anfiteatro do Funchal, a 150 metros de altitude. A este privilegiado enquadramento natural, vinha somar-se um clima propício à plantação de exóticas e à proliferação de espécies das mais diversas proveniências – o ambiente ideal para levar à

[640] Lyall, *Rambles in Madeira, and in Portugal in the Early Part of M.DCCC.XXVI with an Appendix of Details, Illustrative of the Health, Climate, Produce and Civil History of the Island*, p.76.
[641] Ibid.
[642] Ibid., pp.68–69.
[643] Cf.: Pevsner, *Génie de l'architecture européenne*, pp.165–171.
[644] Lippold, *The Gardener's Magazine and Register of Rural & Domestic Improvement*, p.449.

prática o *gardenesque*, a teoria proposta por Loudon para o arranjo dos jardins[645]. Não fora por acaso que o *Gardener's Magazine,* de Outubro de 1838*,* editado por este popular paisagista, dedicara um artigo à Quinta do Vale Formoso, onde todas as espécies, na sua extraordinária diversidade, eram mencionadas uma a uma.

À semelhança do que sucedia na Quinta Deão (Fig. 92), na Quinta Palmeira (Fig. 91), a casa implantava-se a uma cota elevada, tirando partido do arranjo paisagístico do jardim, povoado de percursos sinuosos, lagos, fontes, tanques, charcos, miradouros e um campo de *croquet*. A acentuada pendente do terreno permitia que, do primeiro andar – o andar nobre – se acedesse directamente do interior da casa a um *parterre* de canteiros floridos e sinuosos. Para o efeito, havia que atravessar um estreito fosso – um «pátio à inglesa» – que isolava o rés-do-chão das humidades do terreno. Eis um bom exemplo de como o estreito contacto com a natureza, que a mentalidade romântica reclamava, foi abrindo estas *villas* ao jardim – não só visualmente, mas também fisicamente. Na verdade, a partir de finais do século XVIII, na arquitectura da *country house* inglesa, os socos rusticados, com os seus estreitos vãos, foram sendo substituídos pelas «janelas à francesa», que punham os espaços interiores em contacto directo com os relvados[646].

A Quinta do Monte (Figs. 93, 94), onde o encaixe da casa no terreno acidentado assume um elevado grau de complexidade, é também um bom exemplo desta transformação, em que a *villa*, fundindo-se com o jardim, vai adquirindo um carácter mais informal. Desdobrando-se em pisos e meios-pisos, a casa adapta-se aos desníveis, garantindo sempre a estreita relação dos compartimentos interiores com a envolvente. A sofisticação do desenho faz supor que o projecto tenha sido concebido por um arquitecto[647]. N'*A Corte do Norte*, um romance em que esta casa assume a importância de uma personagem, Agustina Bessa-Luís, para descrever a estreita relação que ela tecia com o jardim, comparou-a a uma «flor desfolhada cuja forma se vai desmanchando […] uma grande rosa no chão, com as pétalas dos seus ovalados espaços projectados para fora como para recolher o jardim no ventre das salas»[648].

---

[645] Sobre o conceito de *gardenesque* cf.: Geoffrey Jellicoe, ed., «Gardenesque style», *The Oxford Companion to Gardens* (Oxford, New York: Oxford University Press, 1986), pp.211–212; cf.: Lippold, *The Gardener's Magazine and Register of Rural & Domestic Improvement*, pp.449–456; cf.: Loudon, *An encyclopædia of cottage, farm, and villa architecture and furniture*, 790.

[646] O autor explica como esta 'descida' dos compartimentos principais da casa para o R/CH, isto é, para o contacto com a natureza, correspondia a uma nova mentalidade que se instalara a partir de finais do século XVIII na sociedade inglesa: «*The upper and upper-middle classes had reached, the stage of sophistication at which they could react against their own Civilization and endeavour to go back to nature*». Cf.: Girouard, *Life in the English Country House*, p.214.

[647] Segundo Maria Lamas, a casa teria sido construída «conforme o plano dum arquitecto inglês». Cf.: Lamas, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, p.511.

[648] Bessa-Luís, *A Corte do Norte*, p.184.

Esta relação de proximidade, e, em muitos casos, de contiguidade das áreas sociais da casa com o jardim e a paisagem, está bem presente na descrição que Ellen Taylor faz da quinta Vigia (Fig. 99). Aqui, porém, mais do que uma fusão entre interior e exterior, é de uma explosão que se trata: a casa explode, semeada em estilhaços pelo jardim – um salão de bilhar, um mirante pendurado na crista da falésia...:

> The house is large, comfortable, and picturesque. The three reception-rooms on the ground floor open into a verandah, the trellised pillars of which are covered with exotic creepers of great beauty, which grow and blossom in profuse luxuriance [...]The bedrooms are numerous, large, and very comfortably furnished; A bilhard-room stands alone in the garden, and a spacious mirante on the very cliff, commands a fine view of the whole bay, the Brazen Head, and the Desertas[649].

Implantada na proximidade da arriba, a Quinta Vigia é um bom exemplo de como o panorama que dali se disfrutava sobre a baía do Funchal e as ilhas Desertas constituiu a própria razão de ser da quinta. A relação da casa com o jardim era mediada por um generoso alpendre, que constituía um lugar de estadia aberto a sul e ao horizonte oceânico. Este tipo de alpendres – verdadeiras varandas de repouso e fruição da paisagem – viriam a ser, aliás, um dispositivo utilizado com frequência na segunda metade do século XIX, não só nas quintas de aluguer como nos hotéis. Na Quinta Vigia, porém, era todo o jardim que se assumia como uma varanda debruçada sobre o mar. O seu traçado, a um tempo geométrico e irregular, estruturava-se a partir de um eixo norte-sul, que culminava numa pequena estrutura de ferro e zinco, balançada sobre a arriba, sem outro uso que não o de contemplar – «*the Mirante upon the edge of a lofty cliff* [...]*, both in itself and in its charming situation, the most fascinating attraction of the place*»[650].

Nos alvores do século XIX, esta relação contemplativa com a paisagem – a inserção da casa em contextos que convidavam a meditar sobre a alma da Natureza e a natureza da Alma... – era novidade absoluta na ilha, talvez apenas antecedida pelas construções do primeiro Conde de Carvalhal no Palheiro Ferreiro (Fig. 89) – ele próprio a «*a truly hospitable and gentlemanly Portuguese* [...] *educated in England*»[651]... Na Madeira, como escreveu Agustina Bessa-Luís, os jardins adquiriram, porém, outra importante valência: desenvolveram-se «como forma de cura[652]», pois era neles que os doentes pulmonares faziam o tratamento de ar livre que a terapêutica da época recomendava. Mas a

[649] Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it*, p.19.
[650] Michael C. Grabham, *The Climate and Resources of Madeira, as Regarding Chiefly the Necessities of Consumption* (London: John Churchill & Sons, 1870), p.63.
[651] Hopkins, *An Historical Sketch of the Island of Madeira*, pp.29–30.
[652] Bessa-Luís, *A Corte do Norte*, p.112.

cura de ares era também uma cura de paixões. Por isso, na relação que a casa tecia com o jardim – e, num sentido mais lato, com a paisagem – ressoava um quadro difuso em que sintomas e sentimentos se confundiam. Na quinta de aluguer oitocentista, o jardim foi tanto manifestação da alma romântica, quanto dispositivo de tratamento.

1.5.4 Novo repertório formal

Para além da inovadora relação que teciam com a paisagem, estas *villas* partilhavam entre si múltiplos elementos formais: os vãos com lintel curvo; o uso frequente do motivo serliano; a presença de cornijas e platibandas em vez do tradicional beirado; os cunhais com aparelho rusticado e, finalmente, as *bow windows*, que muitas vezes assumiam a forma de volumes cilíndricos a toda a altura das fachadas. Estes corpos salientes, cuja planta podia ser semi-circular, em secção de círculo, ou poligonal – designando-se, neste caso último caso, como *bay windows* – foram um tema recorrente em todas as *villas* construídas pelos ingleses na ilha. A sua utilização remonta à antiguidade clássica, sendo possível encontrá-los nos grandes edifícios públicos romanos – desde as absides das basílicas profanas a uma grande variedade de compartimentos em termas, templos ou palácios[653]. Embora nunca deixasse de estar presente na arquitectura inglesa, o tema adquiriu novo fôlego a partir de meados do século XVIII com a revisitação dos grandes monumentos da Roma Imperial levada a cabo pela corrente neoclássica.

Robert Adam (1728-1792), profundo conhecedor da arquitectura romana foi, indubitavelmente, um dos seus grandes divulgadores[654]. Não é, pois, de estranhar, que, olhando para as plantas do Jardim da Serra (Fig. 90) ou da Quinta do Monte (Figs. 93, 94) se encontrem as *bow windows* que Adam utilizou em Luton Hoo (1766-70) (Fig. 69), verdadeiras absides que rematavam num, ou nos dois topos, os salões de planta rectangular[655]. Mas Adam não foi o seu único divulgador. O tema está presente nas *villas* compactas e de pequena dimensão que, a partir de meados do século XVIII, começaram a surgir com mais frequência em Inglaterra: nos 67 anos que separam Harleyford Manor (1755) (Fig. 70) de Robert Taylor[656] da Pell Wall House (1822) (Fig. 71) de John Soane[657] é possível encontrar as mais variadas combinações deste formulário plástico que, nas ilhas

[653] Cf.: Aa. Vv., *Atlas d'architecture mondiale* (Stock, 1978), pp.228–237.
[654] Robert Adam conhecia de perto as termas e o palácio de Diocleciano, sobre o qual publicou, em 1763, um estudo minucioso. Cf.: Pevsner, *Génie de l'architecture européenne*, p.173; Summerson, *Architecture in Britain, 1530 to 1830*, p.395.
[655] Summerson, *Architecture in Britain, 1530 to 1830*, p.397.
[656] Girouard, *Life in the English Country House*, p.199.
[657] Summerson, *Architecture in Britain, 1530 to 1830*, p.468.

britânicas, acabaria por ficar associado à chamada arquitectura *Regency*, isto é, à última fase do neoclassicismo georgiano, que é uso fazer coincidir com as três primeiras décadas do século XIX[658].

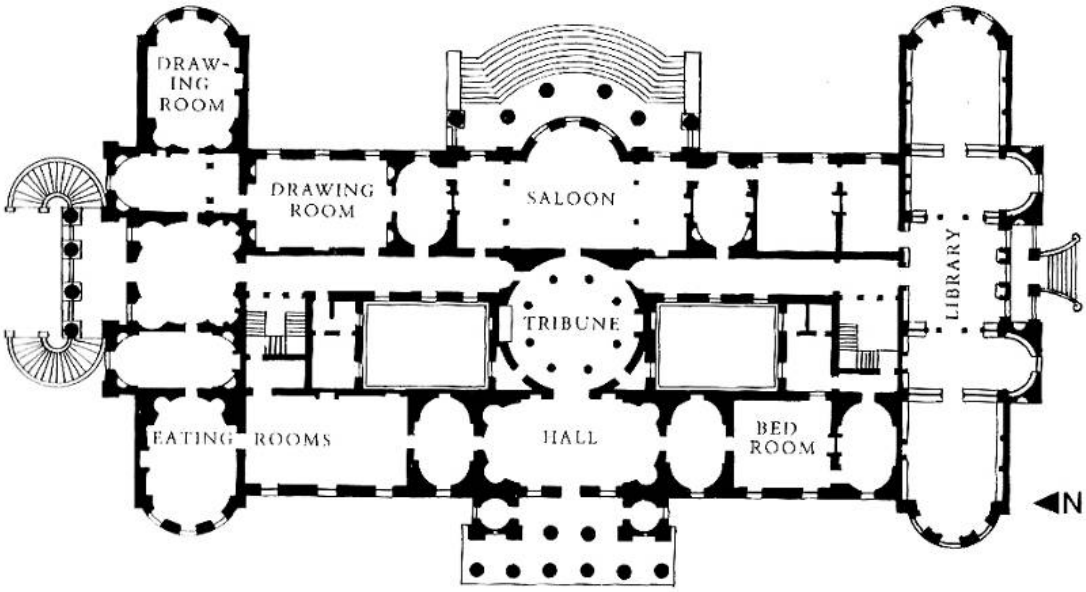


Fig. 69 Robert Adam, Luton Hoo, 1766-70 (in Summerson, *Architecture in Britain, 1530 to 1830*)

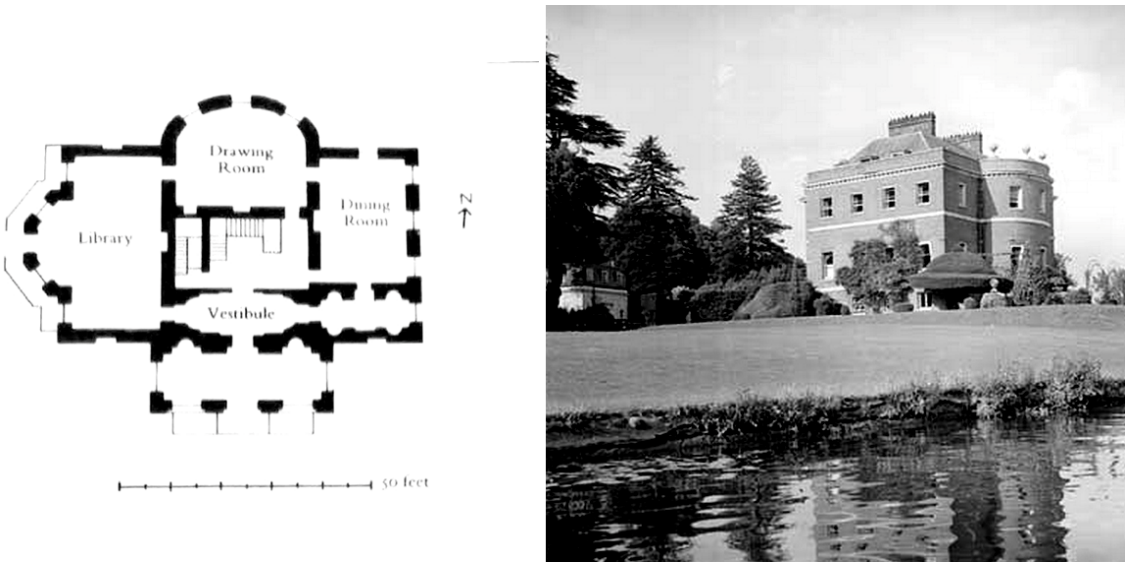


Fig. 70 Robert Taylor, Harleyford Manor, 1755 (in Girouard, *Life in the english country house*)

[658] Cf.: West, *History of Architecture in England.*, p.122.

Fig. 71 John Soane, Pell Wall House, 1822 (in Summerson, *Architecture in Britain, 1530 to 1830;* fot. do Autor)

Quase sempre rasgadas por vãos, estas absides correspondiam, no interior, a um jogo de relações contrastantes entre os diferentes compartimentos da casa. Por ocasião de festas ou recepções, o percurso sequencial entre estes compartimentos era muito apreciado, fazendo parte de um ritual a que o autor do projecto, mesmo nas *villas* de dimensões mais reduzidas, tinha de resolver[659]. Recordando a sua recepção na Quinta Deão (Fig. 92), uma casa da qual só restam hoje registos fotográficos, a princesa Maria Carlota[660] criticou a excessiva variedade de cores utilizada nos interiores, elogiando, todavia, o sofisticado salão onde havia uma *bow window*: «*La maison est également charmente quoique selon moi, elle offre une trop grande varieté de couleurs. Il y a cependant au rez-de-chaussée un salon en hemicycle que je trouvai gai et confortable*»[661].

Na Madeira, pode-se considerar que Veitch foi o primeiro a tirar pleno partido destas *bow windows*, muito embora o tema já tivesse sido tratado, ainda que de forma incipiente, na Quinta do Vale Formoso (Fig. 86). Presentes na sua residência do Funchal (Figs. 87, 88) e também na Quinta Calaça (Fig. 98), foi, todavia, no Jardim da Serra (Fig. 90) que elas adquiriram maior exuberância. Aqui a planta é um rectângulo, ao qual, nos dois lados menores, se vem adossar uma abside; a estas soma-se ainda uma terceira num dos lados maiores. Os três edifícios são todos, aliás, de planta rectangular – é essa a sua forma matricial – à qual, quase sempre nos topos, Veitch acrescentava estes volumes cilíndricos.

[659] Cf.: Girouard, *Life in the English Country House*, p.199.
[660] Filha do rei da Bélgica, Leopoldo de Saxe Coburgo, casou em 1857 com o arquiduque Ferdinando Maximiliano, futuro imperador do México. Tal como o seu marido, publicou anonimamente as impressões da sua passagem pela Madeira na década de 50 do século XIX. Cf.: Rui Carita, *História Da Madeira – O Longo Século XIX (1834-1910)*, vol. 7 (Funchal: SREJE, 2008), p.576.
[661] Carlota, *Un Hiver à Madère: 1859-1860*, p.116.

A sua volumetria poderia, pois, ser descrita como paralelepípedos, aos quais foram adicionados outros corpos geométricos[662].

Na Quinta Palmeira (Fig. 91), uma *villa* compacta, com dois pisos, de desenho claramente erudito, o tema reaparece com grande protagonismo, uma vez que a *bow window*, marca o eixo de entrada na casa. É, todavia, na Quinta do Monte (Figs. 93, 94) – a qual, provavelmente, foi também desenhada por um arquitecto – que as potencialidades expressivas deste motivo são exploradas em maior profundidade. Aqui, *bow e bay windows* convivem lado a lado, criando uma série de contrastes, quer na fachada, quer nos compartimentos interiores, a partir dos quais se abre uma variada panóplia de pontos de vista sobre o jardim. Agustina Bessa Luís, numa sugestiva imagem, refere-se a estas «paredes em gomos», comparando a casa à «forma de um pudim virada no meio do jardim»[663]. Este tipo de volumes, de planta circular ou poligonal, não era comum na arquitectura doméstica insular, nem viria nunca a sê-lo na maioria das quintas de aluguer construídas a partir de meados do século. Por esse motivo, acabaram por se tornar no elemento que melhor identifica as *villas* dos *wine merchants* do primeiro terço do século XIX.

A presença – ou ausência – da platibanda é outro dos aspectos formais que, nestas casas, merece alguma atenção. No caso do Jardim da Serra (Fig. 90) e da Quinta Calaça (Fig. 98), a ausência resulta das muitas alterações levadas a cabo pelos proprietários que sucederam a Veitch. Estes substituíram a platibanda pelo duplo beirado «à portuguesa» – uma solução que convivia melhor com o clima da região e que era, aliás, muito comum nas casas insulares. A arquitectura de Veitch – como bem o demonstra a gravura de Hornbrook que nos mostra a casa tal como o cônsul a concebeu (Fig. 90) – era uma arquitectura exógena que, deliberadamente, procurava diferenciar-se da expressão local, reflectindo a proeminência social do seu autor – um rico e poderoso comerciante que representava na ilha o império britânico.

Na sua residência do Funchal (Figs. 87, 88), a platibanda sobreviveu, ostentando ainda a cornija decorada com carrancas – um motivo que reaparece na Quinta do Monte (Figs. 93, 94). Na Quinta Deão (Fig. 92), a platibanda manteve-se até aos anos 70 do século XX, data em que a casa foi demolida. Já nos casos da Quinta Palmeira (Fig. 91) e da

[662] Nos casos do Jardim da Serra e da Quinta Calaça – rectângulos de 26 por 9 e 16 por 8, respectivamente – a imagem que prevalece é a de volumes paralelepipédicos simples, de simetria quase perfeita, aos quais se acrescentaram as bow windows. A residência do Funchal, com uma planta de 30 metros de comprido por 11 de largura, é a maior dos três. Aqui, é apenas no topo sul que surge uma pequena abside semicircular com três vãos de sacada; a nascente, um corpo mais baixo, o qual, tudo indica, faria parte da construção original, faz pensar num edifício de planta em L. O rectângulo é, porém, a forma matricial do edifício.

[663] Bessa-Luís, *A Corte do Norte*, p.170.

Quinta do Monte, é apenas possível conjecturar sobre como teria sido, originalmente, o remate do telhado, uma vez que se desconhecem os desenhos originais. Na verdade, não raro, nas casas do chamado estilo *regency,* apareciam os «beirados à italiana», sendo possível que tenha sido esse o caso nestas duas quintas[664]. Na litografia da Quinta do Monte (Fig. 93) de Andrew Picken – cujo desenho, de 1840, é o registo mais antigo que se conhece da casa – esta aparece representada sem platibanda. O mesmo se verifica na Quinta Palmeira (Fig. 91), representada por Emily Geneviève Smith numa aguarela de 1843.

O motivo serliano – as portas ou janelas tripartidas com o vão central arqueado e maior que os colaterais – é outro dos temas que surge em algumas destas *villas*, e que está presente nas casas de Veitch onde é tratado, quase sempre, de um modo fruste, com os vãos secamente rasgados no pano da fachada. Na Quinta Palmeira, porém, o motivo apresenta pormenores requintados quer exterior, quer interiormente. Outro dos temas mais repetidos é o do vão de lintel curvo, quase sempre em arco de volta perfeita, que se torna regra compositiva dominante na Quinta do Monte (Figs. 93, 94). Esta tipologia de vãos, que reaparecerão, mais tarde, nas quintas de aluguer da segunda metade do século – por exemplo, nas quintas da Fonte (Fig. 113) e Josefina (Fig. 114) – eram estranhas, até então, ao repertório formal da arquitectura doméstica insular.

Independentemente do seu tamanho e número de pisos, todas estas casas foram construídas utilizando sistemas construtivos de uso corrente na ilha: paredes portantes em alvenaria de pedra e estruturas de madeira suportando pavimentos e telhados. Neste aspecto, não constituíram, portanto, nenhuma novidade. O próprio acabamento das paredes exteriores, sempre rebocadas e pintadas, que em Inglaterra foi dado como uma das características distintivas do chamado *estilo regency*[665], era de uso comum na Madeira. A novidade esteve na aplicação do reboco em fingimentos, não só em cunhais e socos rusticados como também em cornijas. Os vãos secamente rasgados no pano da fachada – que aparecem com um desenho rude na arquitectura de Veitch e com elevada sofisticação na Quinta Palmeira (Fig. 91) – eram outra das características deste estilo. O mesmo se pode dizer da utilização das varandas-alpendres em ferro forjado, por vezes coroadas por um *chinese roof* convexo, onde o engradado participa, frequentemente, como motivo decorativo – um motivo que esteve presente nas quintas Palmeira e Monte[666].

[664] Cf.: West, *History of Architecture in England.*, p.123.
[665] Ibid., p.122.
[666] Cf.: Ibid., 122–123.

1.5.5 Outros padrões de conforto

Através da descrição feita em 1808 pelo Dr. Adam, autor de um dos primeiros guias dedicados a *invalids*, fica-se a saber que, àquela data, nenhuma das quintas de aluguer possuía lareira, nem estava preparada, ao contrário do que sucedia com as casas inglesas, para os dias frios de inverno[667]. Na opinião do autor, esta falta, apesar da benignidade do clima, podia constituir um problema para os enfermos que se instalavam a altitudes mais elevadas. Em contrapartida, todas as casas tinham forno – curiosa especificidade das casas insulares que José Manuel Fernandes deu a conhecer no seu estudo – o que permitia à família cozer o seu próprio pão[668]. Adams descreve com minúcia os edifícios urbanos onde, no início do século, alguns dos *invalids* se alojavam, mas o que importa reter dessa descrição, por ser aplicável às quintas de aluguer, são algumas das características construtivas directamente relacionadas com o conforto interior das habitações. Na sua opinião, este tinha vindo a melhorar naqueles anos, graças aos rendimentos obtidos pelo florescente comércio do vinho.

Os trabalhos em estuque ter-se-iam generalizado: «*the modern, and indeed many of the old houses, both among the english and portuguese, are now enriched with panelled walls, and the ceilings adorned with foliage an other devices*»[669]. Os tectos em estuque, acabariam, de facto, por vir a constituir solução corrente não só nas casas urbanas, mais abastadas, como nas quintas de aluguer[670]. Até então, na maioria dos casos, o estuque era aplicado apenas em paramentos verticais – situação a que não será alheia a medíocre qualidade da cal extraída na ilha. Os tectos, por sua vez, eram em madeira – muitos deles em masseira, na boa tradição da carpintaria portuguesa, de que aindam sobram alguns testemunhos em solares setecentistas do continente. Outra das inovações que o autor menciona é a da janela de guilhotina com vidro, que teria vindo substituir os primitivos rotulados de madeira: «*It was formerly the custom for the natives to be satisfied with lattices instead of glass windows; but such is the increasing wealth and with it taste for luxury, that few, excepting the poorest houses, are now found without sashes*»[671].

Em 1812, no seu *Account of the Island of Madeira,* o Dr. Pitta, à semelhança do seu colega Adams, continuava a recomendar aos *invalids* que trouxessem consigo a mobília

[667] Cf.: Adams, *A Guide to Madeira. With Instructions to such as Repair to That Island for Health*, p.14.
[668] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.233.
[669] Adams, *A Guide to Madeira. With Instructions to such as Repair to That Island for Health*, p.27.
[670] No continente, os tectos em estuque vulgarizaram-se a partir de meados de setecentos, Cf.: Caldas, *A Casa rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, p.82; Cf.: Sainz-Trueva, «Tectos estucados da cidade do Funchal», p.62.
[671] Adams, *A Guide to Madeira. With Instructions to such as Repair to That Island for Health*, p.27.

caso tencionassem permanecer na ilha por uma estação. Na sua opinião, as casas para alugar, embora não sendo difíceis de encontrar[672], não atingiam o padrão de conforto das suas congéneres em Inglaterra. A tendência todavia, era para melhorarem, como atestou também Hopkins, em 1819:

> The old houses are ill built; but they have lately much improved in architecture, for the modern buildings are generally handsome, and are invariably built with stone, plastered over and white-washed: most of the houses of the gentry are stuccoed inside, many of them are very elegant an they are for the most part handsomely furnished in the English style[673].

Tal como o Dr. Adams, também Hopkins atribuiu estes progressos aos abundantes rendimentos provenientes do comércio do vinho. Para ele, o inglesamento dos proprietários madeirenses – «*both sexes dress now in the highest style of English fashion*[674]» – assinalaria o fim da rude frugalidade com que até então tinham vivido – frugalidade que o autor equiparava às «*simple manners of their neighbours on the opposite coast of Barbary*»[675]. Esta rudeza de maneiras, por sua vez, reflectir-se-ia na arquitectura: «*The house corresponded with the inhabitants, having no glass windows, but merely lattice work, through which the senhoras could see without being seen*»[676]. Observações como esta, que são recorrentes nos autores ingleses deste período, devem ser lidas com alguma prudência. Muitas delas revelam algum desconhecimento da arquitectura doméstica insular e da sua história, em particular, da forma como esta se encontrava vinculada a uma matriz mediterrânica e a determinados rituais do habitar.

Na verdade, o *lattice work* a que estes autores se referiam – os chamados rotulados ou mucharabis em madeira que, ainda no século XVIII preenchiam os vãos de muitas das casas do Funchal – eram uma herança do mundo árabe que não só se adaptava às condições climáticas locais como, culturalmente, se inscrevia em alguns hábitos de vida comunitários[677]. A sua substituição pela janela de guilhotina com gelosia e lamberquim exteriores – justamente atribuída à influência inglesa – se, por um lado, proporcionava uma maior versatilidade no funcionamento do vão e, como tal, a um maior grau de sofisticação da casa, por outro, não deixava de ser reflexo de um inevitável e rápido

[672] Pitta, *Account of the Island of Madeira*, p.28.
[673] Hopkins, *An Historical Sketch of the Island of Madeira*, p.16.
[674] Ibid., p.35.
[675] Ibid., p.34.
[676] Ibid., p.35.
[677] De acordo com Hancock, a casa do mercador de vinhos William Bolton era a única que, no Funchal, em 1700, tinha janelas de guilhotina Cf.: Hancock, *Oceans of Wine*, p.400, nota 97; Cf.: Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», pp.197–198.

processo de aculturação[678]. A manifesta superioridade do poder económico e militar de Inglaterra, que ocupara a ilha no início do século, iria exercer uma forte influência sobre o modo de vida das elites locais.

Mas se a introdução da janela de guilhotina pode ter constituído uma melhoria nas condições de conforto da casa, já é discutível que os tectos em estuque, que vieram substituir os altos tectos em masseira – onde alguns encontram vestígios de espacialidades islâmicas[679] – tenham contribuído para melhorar o conforto interior da casa ou significado sequer um «progresso». O mesmo se pode dizer da platibanda que foi utilizada, como se viu, em algumas das *villas* construídas pelos *wine merchants* nas primeiras décadas do século XIX. Ao contrário do beirado com sub-beira (duplo ou triplo), de utilização comum na ilha, a platibanda lidava mal com o escoamento do telhado sendo origem de constantes infiltrações e consequente degradação das paredes e dos seus revestimentos. Dir-se-ia, portanto, que este complexo processo de miscigenação, em que uma arquitectura de matriz local se cruzou com modelos oriundos de outras paragens, não resultou apenas em «progressos» para a primeira, devendo antes falar-se de um processo com perdas e ganhos.

Lyall – viajante culto e genuinamente interessado no meio insular – foi dos poucos que encarou com alguma reserva o inglesamento dos hábitos de vida das elites locais, fosse no arranjo dos jardins, no modo de vestir – «*perfectly in the English fashion*»[680] – no horário das refeições ou na organização das festas de sociedade – o único momento onde a comunidade inglesa convivia com os *natives*. Como observava a maioria dos viajantes que visitavam a ilha, o gosto prevalecente nestas quintas era o inglês. Charles Thomas, um reverendo americano de passagem pela Madeira, confronta-o com a clara influência árabe que, na sua opinião, se manifestava nas casas mais antigas da cidade: «*In the older residences of any dignity the Moorish imitation is manifest, while in those of later date, especially in the suburban vilas, here called Quintas, the English taste prevails, and rules also in the disposition of ' the grounds'* »[681].

Em meados do século, o grau de conforto da maioria das quintas de aluguer adaptara-se aos padrões norte europeus, não havendo já referências à ausência de lareiras, como o testemunha o Dr. Mourão-Pitta:

---

[678] Darias Principe atribui à influência inglesa a introdução da janela de guilhotina nas ilhas e aos portugueses a sua difusão no arquipélago canário. Cf.: Alberto Darias Príncipe, «Reflexiones Sobre Algunos Portuguesismos en la Arquitectura Canaria», *Revista da Faculdade de Letras*, 2003, p.149.
[679] Caldas, *A Casa rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, p.82.
[680] Lyall, *Rambles in Madeira, and in Portugal in the Early Part of M.DCCC.XXVI with an Appendix of Details, Illustrative of the Health, Climate, Produce and Civil History of the Island*, p.26.
[681] Charles W. Thomas, *Adventures and Observations on the West Coast of Africa, and Its Islands* (Derby & Jackson, 1860), p.416.

> Quelques-unes [das casas do Funchal] parmi les anciennes, et toutes celles que l'on a construites depuis quelque temps, sont pourvues de cheminées dans les chambres et aux salons, où l'on brûle du bois pendant les quelques jours d'hiver. C'est plutôt, il faut l'avouer, pour corriger l'humidité du soir et du matin, ou mieux pour satisfaire au désir des malades et des familles étrangères, que par nécessité ou pour combattre le froid, qui n'est jamais assez rigoureux pour cela[682].

Apesar disso, a terceira edição do guia de White e Johnson, publicada em 1885, continuava a recomendar aos *invalids* que, antes de optar por uma quinta, se assegurassem de que a casa tinha lareira – «*before taking a house it should be ascertained that the sitting room contains the needful stove or fire-place*[683]» – não tanto pelo frio, mas pelo grau de humidade – «*when the atmosphere is almost saturated with moisture and everything feels damp to the touch*»[684]». No início do século XX, ainda havia problemas por resolver, como o atestam as edições de 1901 e 1910[685] do Brown's, que chamava a atenção para a insalubridade dos pisos térreos destas casas:

> Visitors should avoid sleeping in ground floor rooms, unless they are quite sure that the moisture cannot be drawn up into the walls. In native houses this part of the building is, as a rule, only intended for cellars: the walls are built with earth instead of mortar, and damp is generally to be feared[686].

Relativamente à presença, ou ausência, de casas de banho, não se encontraram quaisquer referências nos testemunhos dos viajantes ou nos guias para *invalids*. As primeiras retretes com válvula, inventadas em finais do século XVIII, começaram a generalizar-se, nas casas de campo das élites sociais inglesas, apenas nas primeiras décadas do século XIX e, até finais desse século, raras eram as casas que possuíam mais de um «quarto de banhos»[687]. Este compartimento foi uma raridade em Portugal durante todo o século XIX, existindo apenas nas residências mais ricas[688]. Em 1864, na descrição dos trabalhos que mandou executar na sua Quinta das Almas, o morgado Agostinho de Ornelas de Vasconcelos refere-se às paredes «do quarto de banhos» que deveriam ser «pintadas

[682] C. A. Mourão-Pitta, *Du Climat de Madère et de son influence thérapeutique dans le traitement des maladies chroniques, en général, et, en particulier, de la phtisie pulmonaire* (Montpellier: Typographye de Boehm, 1859), p.51.
[683] Johnson, *Madeira its climate and scenery*, p.xix.
[684] Ibid., p.xviii.
[685] Brown, *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores*, 1903; Brown, *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores*, 1910.
[686] Brown, *Madeira and the Canary Islands, with the Azores*, p.11; Brown, *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores*, 1910, p.b3.
[687] Girouard, *Life in the English Country House*, p.265 e 276.
[688] Em finais do século XIX, poucas eram as casas em Lisboa equipadas com latrinas. Cf.: Mattoso, *História da Vida Privada em Portugal- A Época Contemporânea*, III:pp.25–26.

fingindo o mármore»[689]. Em meados do século, este compartimento aparecia já com frequência nas quintas de aluguer. Tudo indica, portanto, que, neste capítulo, elas correspondiam às exigências da sua clientela vitoriana.

1.5.6 Organização interna da habitação

Uma das principais inovações trazidas pelas residências dos *wine merchants,* relativamente à tradicional casa rural da ilha, é o desaparecimento da antiga «loja» destinada às alfaias agrícolas e aos produtos da terra. Rodeadas de jardins, estas casas já não se constituíam como sede de uma exploração agrícola, destinando-se agora, exclusivamente, à habitação, ao recreio e ao disfrute da paisagem. Nos exemplares mais típicos, as escadas, à semelhança do que sucedia nas residências urbanas setecentistas, tinham passado a ser interiores. A principal conduzia às zonas sociais da casa, onde os espaços assumiam formas contrastantes, com plantas de desenho elíptico ou rectangular e absides salientes nas fachadas – as chamadas *bow e bay windows*. Entre estes espaços, estabeleciam-se percursos que exploravam subtis efeitos de contraste, muito apreciados nos rituais do receber da *polite society*.

As funções destes compartimentos, ao contrário do que sucedia na tradicional casa sobrada, onde predominava um certo grau de indefinição, especializaram-se, aparecendo, nas residências mais sofisticadas, as salas de jantar, de estar, a biblioteca e a sala de jogos, separadas das áreas de serviço – cozinha e arrecadações. O corredor surgia também com mais frequência, substituindo as ligações directas entre os compartimentos, com as portas dispostas em enfiada, usuais nas melhores residências setecentistas. O desenho destas casas era, muitas vezes, da autoria de arquitecto como parece ter sucedido na Quinta Deão (Fig. 92), cujas plantas, de acordo com o anúncio de aluguer saído no *The Times*, de 6 de Novembro de 1821, podiam ser consultadas em Londres, no escritório do intermediário que a alugava. O anúncio faz, aliás, uma descrição detalhada da compartimentação interior da casa, hoje demolida, dando uma ideia muito clara da sua complexidade[690].

---

[689] Barros, «A Quinta das Almas ou Quinta Ornelas na Camacha», 112.

[690] «Island of Madeira - Desirable Family Residence». «*Island od Madeira - Desirable Family Residence pleasantly situated about a mile from the town of Funchal, to be let elegantly furnished for six months or a longer period. Comprising of dining room, drawing room, breakfast parlour, library, billiard room, vestibule, 10 bedrooms, three dressing rooms in one of which there is a steam and shower bath etc. The servants room and offices are very complete and fitted up with every convenience, stabling, poultry yard, pleasure grounds, shrubberies, gravel walks et cetera. The house has been recently built on an English plan, is elegantly furnished, situation particularly dry and healthy and commanding a beautiful view of the Bay, the town and the surrounding country. To any family visiting Madeira such a house would be*

O projecto da Quinta do Jardim da Serra (Fig. 90), era da autoria de Veitch, um *amateur-architect.* Aí, a escada central, que serve os três pisos, distribuia, não para um corredor a eixo da casa, mas para um corredor periférico que se desenvolvia ao longo dos três tramos centrais da construção. Este curioso traçado que, em planta, dada a espessura das paredes interiores, sugere a existência de uma casa dentro de outra, é um acontecimento singular nas residências insulares deste período. Neste caso, porém, não se tratava de uma bizarria de autor: o corpo nuclear absorvia três prumadas de lareiras, suportava a torre que aflorava acima do telhado e dava origem a uma engenhosa articulação dos espaços interiores, que se diferenciavam entre si, abrindo interessantes enfiamentos sobre a paisagem do vale. Esta originalidade do projecto, esta possibilidade de combinar de diferentes formas a compartimentação interior da casa, constituiu, por si só, outra das inovações trazidas pelas *villas* dos *wine merchants*. Foi esta aparente informalidade, que vivamente as destacou da austera imutabilidade da casa sobrada, residência das antigas elites terratenentes, a qual, durante mais de três séculos, constituiu o modelo dominante na arquitectura doméstica insular.

1.6 Tipologia

Vários foram os autores que se debruçaram sobre o conceito de tipo em arquitectura[691]. O termo é, aliás, utilizado nesta tese quando se faz referência às *tipologias* arquitectónicas do turismo terapêutico. Nesse sentido, porém, ele remete para a função a que os edifícios se destinavam – quintas de aluguer, hotéis e sanatórios – sendo utilizado, portanto, na acepção que lhe deu Pevsner na sua *A History of Building Types*[692]. No presente subcapítulo, o conceito de tipo arquitectónico refere-se ao conjunto de analogias formais e funcionais que um determinado número de quintas partilham entre si[693]. Trata-se de definir uma matriz comum entre elas, expurgando-as de todas variantes morfológicas secundárias que as possam, eventualmente, distinguir. Nesta acepção, o conceito de tipo

productive of great advantage. For further particulars apply to Mr Bates Welbeck Street Cavendish Square London. where plans of the house may be seen.»

[691] Para além dos autores dos séculos XVIII e XIX, como Quatremère de Quincy, Durand, ou Ruskin, outros houve que, no século XX, abordaram o tema, tais como Giulio Carlo Argan, «On the Typology of Architecture», em *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory 1965-1995* (Princeton: Princeton Architectural Press, 1996), 242–46; Aldo Rossi, *La arquitectura de la ciudad* (Barcelona: Gustavo Gili, 1971).

[692] Pevsner, *A History of Building Types*.

[693] Cf.: Argan, «On the Typology of Architecture», p.243.

remete para a organização espacial e funcional da casa, que se explicita, fundamentalmente, na sua representação em planta[694].

De acordo com Ackerman, dois tipos contrastantes de *villas* ter-se-iam estabelecido desde a Roma Antiga: o compacto-cúbico – que teria, como exemplo, a Vila dos Mistérios, em Pompeia – e o aberto-extenso – cujo paradigma seria bem representado pela Vila Adriana[695]. Tomando como boa esta classificação, poder-se-iam integrar no primeiro tipo quase todas as quintas de aluguer aqui analisadas, estabelecendo, eventualmente, algumas variantes. Na verdade, todas elas parecem proceder desse tipo compacto, o qual, de acordo com Ackerman, terá dado origem à Farnesina em Roma, à villa Medici em Poggio a Caiano, às casas de engenho no Brasil, no século XVII, ou às do vale do Mississipi, em inícios do século XIX[696]. O universo de quintas aqui analisado conduziu à determinação de três tipos, cuja caracterização sumária se fará neste subcapítulo (ver Quadro II, p. 216).

Essa classificação resultou de uma distinção, nem sempre fácil, entre o essencial e o acessório na estrutura espacial e funcional de um vasto conjunto de casas, cujas plantas foram levantadas e confrontadas com os testemunhos iconográficos que delas chegaram aos nossos dias: desenhos, fotografias e outras fontes históricas de diversas proveniências. A dificuldade em identificar o tipo da construção original foi maior naqueles exemplares que, ao longo da sua existência, sofreram múltiplas obras de ampliação ou adaptação. Esse foi também, todavia, um dos aspectos mais profícuos deste exercício de decantação, na medida em que permitiu aprofundar o conhecimento da genealogia destas casas e revelar as suas raízes históricas, pondo a claro as influências que as moldaram e as suas singularidades no contexto histórico em que foram construídas.

1.6.1 Tipo 1 – casa rural sobrada anterior ao século XIX (Figs.73 a 85)

De acordo com Oliveira e Galhano, do ponto de vista da sua estrutura arquitectónica fundamental, as casas portuguesas dividiam-se em dois tipos fundamentais: as sobradas e as térreas[697]. Por regra, na casa sobrada – a «casa bloco»[698] – , o piso térreo era reservado aos

[694] Tratando-se de casas inseridas em periferias urbanas ou semi-rurais, o modo como se confrontam com o lote não pôde deixar de ser tomado em consideração. Não foi esse, todavia, o critério essencial que levou à arrumação tipológica que aqui proposta, a qual incidiu, fundamentalmente, sobre a casa e a sua organização espacial interna.
[695] Cf.: Ackerman, *The villa*, pp.18–19.
[696] Cf.: Ibid., pp.21–22.
[697] Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992).
[698] A «casa bloco» é o tipo basilar que, segundo os autores, Demangeon estabeleceu para a casa rural, aquela em que todas as dependências (habitação, gados, arrecadações) se situam sob o mesmo telhado

animais ou arrumos e o piso superior à habitação. Este tipo de casa era quase sempre construída em pedra – que podia ou não ser rebocada consoante a região do país; a cobertura era em telhado de beiral com três ou quatro águas; a escada de acesso ao piso superior, normalmente exterior, era por vezes alpendrada e a cozinha podia ocupar tanto o piso térreo como o superior[699]. José Manuel Fernandes circunscreve este tipo ao Noroeste continental, uma zona que, tal como a Madeira, é marcada pelo povoamento disperso e pela prevalência da micropriedade[700]. Segundo este autor, o povoamento das ilhas, que teve lugar já na idade moderna, deu lugar a uma expressão individualista na ocupação do território, contrastante com a aldeia comunitária do continente. Por essa razão, no meio insular, teria prevalecido a casa isolada, sede do núcleo familiar, a qual, livre dos constrangimentos da malha urbana, apresentou sempre um carácter mais geométrico – plantas rectangulares ou aquadradadas, vãos de disposição tendencialmente simétrica e medidas que se repetem[701].

Este tipo de casa parece coincidir com os frugais «casarões» que Sainz-Trueva identificou no seu itinerário pelo património cultural da vila de São Vicente, no norte da Madeira, construídas na sua origem como residência de agricultores abastados ou sedes de morgadio[702]. São casas complexas que se desenvolvem em dois pisos, com cozinha, quartos e «loja» integrando um corpo único e formalmente coerente. Em muitas delas, no decurso das obras de adaptação que foram sofrendo ao longo do tempo, o núcleo original, de origem setecentista ou mesmo seiscentista, foi-se modificando e rodeando de um conjunto de ampliações de diferentes épocas. Na maioria dos casos, porém, estas transformações não foram suficientemente profundas para apagar o tipo original – é o que sucede, por exemplo, na Quinta das Angústias (Figs. 78, 79), talvez a mais conhecida das quintas de aluguer madeirenses.

Uma característica comum a todos os exemplares que integram este tipo, independentemente do grau de erudição da sua arquitectura, é a presença do piso nobre, que

---

(por oposição ao tipo da casa pátio em que cada uma destes usos tem um edificio destacado em torno de um pátio). Ela é fundamentalmente a casa campesina nortenha, das terras saloias dos arredores de Lisboa a Entre Douro e Minho. Ibid., p.19.

[699] Cf.: Ibid., pp.18–19.

[700] Cf.: Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.175.

[701] Cf.: Ibid., 247.

[702] [...] largas fachadas corridas de muitas janelas, portas simétricas, com espessas molduras de cantaria, quatro águas cobertas por telha portuguesa, com beiral simples ou duplo, terminados por espigão ou pombinha no telhado, falta de elementos heráldicos que exteriormente identificassem proprietário ou apelido de família. Ausente está também toda a complexa gramática decorativa que caracterizava as casas senhoriais do Norte de Portugal ou mesmo de algumas residências açorianas. [...] O rés-do-chão era destinado ao lagar, e a arrecadar alfaias agrícolas e produto de colheitas, muitas vezes empedrado ou de terra batida; o sobrado, zona nobre da casa, cujo acesso se fazia por escadaria exterior, com corrimão em espessa cantaria, por vezes lateral, com alpendre coberto, ostentava tectos de caixotão ou «masseira» em boa madeira da ilha. Sainz-Trueva, «Património», p.52.

coincide sempre com o andar – uma das invariantes do solar setecentista do continente[703]. O piso térreo – a «loja» – é sempre reservado às alfaias, ao lagar ou à arrecadação de produtos agrícolas e a escada, que liga os dois pisos, é exterior, normalmente com alpendre. As obras a que estas casas estiveram sujeitas, para as adaptar ao mercado do aluguer, levou, todavia, a que, em muitas delas, já no século XIX, tivesse aparecido uma escada interior, normalmente adstrita a funções de serviço, ligando o piso nobre à antiga «loja», agora transformada num piso habitável. Quanto ao corredor, o seu protagonismo foi-se reforçando em obras de ampliação e adaptação da construção original a novos usos e à crescente especialização dos espaços interiores. Na planta das quintas das Cruzes (Fig. 73) e Angústias (Figs. 78, 79), por exemplo, é legível ainda a passagem directa sala a sala que existia no corpo mais antigo; esta subsistiu até aos nossos dias nas quintas Mareta (Fig. 77) e Avista Navios (Fig. 84).

A cozinha tanto podia ocupar o rés-do-chão como o piso nobre, sobrevivendo ainda em algumas casas, como é o caso da Quinta Mareta ou Aluízio (Fig. 80), o sistema de «forno-lareira-chaminé», uma das características morfo-tipológicas da casa da macaronésia estabelecidas por José Manuel Fernandes[704]. Trata-se da combinação do forno de cozer o pão – muito comum nas casas rurais desta região – com a lareira alta e, no caso de esta existir, com a chaminé superior, uma originalidade que surge em algumas regiões do centro do país[705]. Este tipo é, portanto, o que mais se aproxima do «fundo comum e original na casa insular», o qual, apesar da adaptação ao novo meio, revela, segundo o mesmo autor, uma «arreigada ligação aos modelos exteriores e anteriores»[706] da casa Mediterrânica e da Europa Ocidental: construção em pedra e madeira, cobertura em telhado de quatro águas, com o elegante «sanqueado» – o chamado «tipo português» – e o forno doméstico inserido no espaço da cozinha. A regularidade de proporções – vãos abertos a espaços iguais na fachada, sendo os nembos, por regra, mais largos que as aberturas – é, também, característica desta arquitectura.

A presença da capela em algumas destas casas é outra das características que ocorre apenas neste tipo e poderia, por si só, constituir uma variante. Azevedo, nos *Solares Portugueses*, considera a «casa que integra a capela na fachada» como um dos três tipos do solar setecentista do continente[707]. A casa com capela, no conjunto das quintas de aluguer

[703] Cf.: Azevedo, *Solares Portugueses*, p.71.
[704] Cf.: Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.233.
[705] Ibid., p.235.
[706] Ibid., p.183.
[707] O autor identifica três tipos: a *casa-torre*, a *casa que integra capela na fachada* – que por estar presente em todo o território seria tipicamente portuguesa, ao contrário da casa-torre, predominante no

madeirenses, não constitui, porém, a regra. Apenas no tipo 1 aparecem com mais frequência – 5 casos – e, nos tipos 2 e 3, apenas um caso em cada (ver Quadro II, p. 216). A maioria das casas ditas «senhoriais» ficou à margem do mercado de aluguer – como foi o caso, por exemplo, da Quinta das Cruzes (Fig. 73). Olhando, todavia, para o conjunto mais vasto das casas com capela, verifica-se que esta tanto pode surgir destacada do corpo da casa – como é o caso nas quintas das Cruzes ou do Faial (Fig. 74) – como a ele adossada – caso das quintas das Angústias (Figs. 78, 79), Aluízio (Fig. 80) ou Descanso (Fig. 76). Ora, este encosto – apesar de estabelecer a ligação entre o piso nobre e o coro da capela – é muito diferente da «integração na fachada» de que fala Azevedo. Na Madeira, casa e capela datam, quase sempre, de épocas diferentes e, quando juntas, nem sempre apresentam fachadas complanares, deixando transparecer um processo de construção ao longo do tempo, que testemunha a sucessão dos ciclos de fartura e escassez.

1.6.2 Tipo 2 – as *villas* dos *wine merchants* (Figs.86 a 100)

As *villas* dos wine merchants, cujos exemplares mais significativos surgiram no primeiro terço do século XIX, foram descritas no subcapítulo referente à contribuição inglesa, pelo que se procederá aqui apenas à sua sumária caracterização tipológica. A nova relação da casa com a envolvente próxima e distante, resultante da mentalidade romântica, introduzida na ilha pelos ingleses, assume particular importância na caracterização deste tipo. A residência do *wine merchant* não é mais a sede de uma exploração agrícola, como sucedia com a casa sobrada anterior ao século XIX, mas, fundamentalmente, um lugar de habitação, lazer e disfrute da paisagem. A «loja», que se destinava à actividade agrícola e fazia da casa, não só a residência da família como também uma unidade de produção, já não está presente no tipo 2. Curiosamente, subsiste na gramática estilística da maioria dos exemplares levantados a regra clássica, com o piso nobre sobreposto ao andar térreo, cuja fachada é tratada com o tradicional rusticado, como é o caso nas quintas Deão (Fig. 92) e Palmeira (Fig. 91).

A relação de salas e quartos com o exterior, cuidadosamente ajardinado, é assegurada pela «janela à francesa», que proporcionava aos moradores um contacto directo com o jardim. Progressivamente, o piso rusticado – herdado da tradição clássica – vai-se transformando numa anacronia, face às aspirações de uma classe social que, como escreveu Girouard, atingira um grau de sofisticação que lhe permitia dar-se ao luxo de pôr em causa

---

Norte do país – e a *casa comprida*, com planta em geral rectangular e fachada a desenvolver-se em comprimento. Cf.: Azevedo, *Solares Portugueses*, pp.79–87.

os princípios da sua própria civilização, «regressando à natureza»[708]. As escadas eram interiores, sendo uma delas de aparato e outra de serviço. A entrada conduzia às zonas sociais da residência e os percursos que se estabeleciam entre os diversos compartimentos eram concebidos para responder a um ritual do receber, para o qual, a casa, independentemente da sua dimensão, tinha de estar preparada. As funções dos compartimentos interiores especializaram-se, surgindo as salas de jantar, de estar, de jogos, a biblioteca e as áreas de serviço, reservadas aos empregados. No seu desenho, estes compartimentos exploravam as formas contrastantes, dando origem a plantas elípticas ou rectangulares, com absides salientes nas fachadas – as chamadas *bow e bay windows*.

A residência que Veitch – o próspero *wine merchant* – projectou e construiu para si próprio no Funchal (Figs. 87, 88), a qual albergava, sob o mesmo tecto, habitação e adega, constitui a única excepção neste pequeno conjunto de casas de moradia. Trata-se, com efeito, de uma situação atípica, aqui citada apenas porque a organização interna da área de habitação apresentava todas as características do tipo 2. O facto de ter sido projectada por um arquitecto – neste caso um *amateur-architect* – é, também ele, significativo. Na verdade, muito embora se desconheça a autoria da maioria dos projectos destas casas, é no tipo 2 que mais se faz notar a presença do arquitecto – neste caso do arquitecto britânico. O núcleo original da Quinta Palmeira (Fig. 91), com a sua planta quadrada, escada central e uma proeminente *bow-window* a eixo da fachada, constitui um bom exemplo. A sua filiação no modelo compacto de Harleyford Manor (Fig. 70), projectado por Robert Taylor em meados do século XVIII[709], ou as semelhanças que apresenta com a típica «*villa plan of the early nineteeth century*»[710] (Fig. 72), exibida numa sucinta história da casa inglesa, não deixam dúvidas de que se está em presença de uma arquitectura exógena de raíz erudita. Noutros casos onde esta erudição é menos evidente – as quintas do Vale Formoso (Fig. 86), Vigia (Fig. 99) e Sant'Ana (Fig. 100) são bons exemplos – o novo tipo parece querer acomodar-se à expressão local, dando origem a soluções onde há um compromisso entre a antiga casa da macaronésia e a informalidade romântica.

[708] Cf.: Girouard, *Life in the English Country House*, p.214.
[709] Segundo Girouard, coube a Robert Taylor o mérito de desenhar pequenas *villas,* com a escada centralizada, que se adaptavam não só às necessidades do dia a dia, como respondiam com eficácia aos eventos sociais. Cf.: Ibid., p.199.
[710] Sir James Maude Richards, *A Miniature History of the English House* (London: The Architectural Press, 1945), p.50.

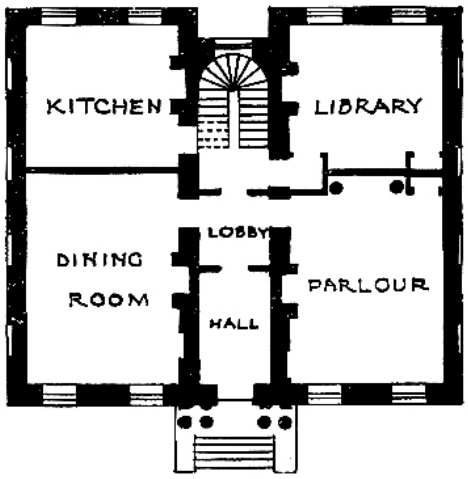


Fig. 72 *A Villa plan of the early nineteenth century*
(in Richards, *A Miniature History of the English House*)

1.6.3 Tipo 3 – casa compacta de origem oitocentista (Figs.101 a 116)

A vida privada – e a noção de intimidade que lhe estava associada – emergiu no século XIX como um fenómeno essencialmente burguês, dando origem a uma nova organização do espaço doméstico e ao aparecimento, em larga escala, de um tipo de casa suburbana, compacta e rodeada de jardim, onde a família se refugiava da tumultuosa e poluída vida do centro da cidade. Na disposição dos seus compartimentos interiores, esta casa era, agora, o reflexo de uma nova mentalidade – «a casa moral» da era vitoriana, que Girouard descreve na sua história da *country house* inglesa[711]. Em certa medida, o ideal da casa burguesa vitoriana era um ideal higiénico e anti-urbano, irrealizável no denso tecido da cidade tradicional. Concebida apenas para a vida familiar, esta casa encontrava no jardim não só um espaço de lazer e protecção da intimidade dos seus habitantes, como também a garantia da sua salubridade.

Em Inglaterra, onde, a par da tragédia ambiental causada pela revolução industrial, emergira uma poderosa burguesia comercial e financeira, esta tipologia difundiu-se com enorme sucesso[712]. Ela é o contraponto da urbe industrial, alastrando da sua periferia à periferia das estâncias terapêuticas europeias – elas próprias verdadeiros satélites dessa urbe, a salvo das suas atmosferas poluídas e irrespiráveis. Durante o século XIX, é possível encontrá-la com frequência nas estâncias terapêuticas do centro da Europa ou das *rivieras*

[711] Mark Girouard, *The Victorian Country House*, Revised edition (Yale University Press, 1979), pp.267–299.
[712] Loudon, o grande divulgador desta tipologia junto da emergente classe média inglesa, definiu-a como «*a country residence, with land attached, a portion of which, surrounding the house, is laid out as a pleasure-ground*». Cf.: Loudon, *An encyclopædia of cottage, farm, and villa architecture and furniture*, p.763.

francesa ou italiana. Na Madeira, os primeiros exemplares deste tipo – o mais comum nas quintas de aluguer – surgiram no segundo quartel do século XIX, generalizando-se a partir dos anos sessenta desse século, como o atestam as datas lavradas no seixo rolado dos caminhos dos jardins.

Trata-se de uma casa compacta e isolada num lote urbano, com dois ou mais pisos, coberta por um telhado de quatro águas, planta quadrada ou rectangular e duas escadas interiores – uma principal, geralmente centralizada, e uma secundária destinada ao serviço. Dependendo do encaixe no terreno, algumas destas casas podiam apresentar escada exterior, normalmente ligada a um alpendre, que funcionava como lugar de estadia e disfrute da paisagem. Quando a planta era rectangular, o corredor dispunha-se sempre longitudinalmente e a eixo; quando era quadrada, este podia assumir a forma de um patamar que envolvia a caixa de escada. A cozinha ocupava, quase sempre, o piso em contacto com o terreno, fosse a semi-cave, o rés do chão ou mesmo o primeiro andar, quando deste se acedia directamente para o exterior. O tradicional sistema de «lareira-forno-chaminé», comum à maioria das casas da macaronésia, era já uma raridade neste tipo, denotando a vivência mais urbana a que estava associado.

No sótão, muitas vezes reservado aos quartos dos empregados, apareciam com frequência as trapeiras, sobretudo nas casas de planta quadrada. No piso de contacto com o jardim – ou com o alpendre – localizavam-se, normalmente, as áreas comuns da habitação – salas de estar, ou de jantar – estando os pisos superiores reservados aos quartos. As zonas de serviço situavam-se normalmente nas imediações da cozinha, que, na maioria dos casos, ocupava o rés-do-chão ou a semi-cave, caso esta existisse. Por regra, a casa implantava-se afastada do arruamento de acesso, ocupando o miolo do lote murado. Debruçada sobre esse arruamento, surgia com frequência a «casinha-de-prazer» – nome que designa, na Madeira, estas pequenos pavilhões de jardim, quase sempre providos de tapa-sóis, onde era possível observar o que se passava no exterior ou contemplar a paisagem[713].

As casas assumiam quase todas a forma de um paralelepípedo rectângulo – uma volumetria simples e compacta, apenas quebrada pela presença do alpendre. A simetria era, usualmente, a regra compositiva das fachadas onde, à semelhança das antigas casas da macaronésia, imperava a regularidade de proporções e predominavam os cheios sobre os vãos, rasgados a espaços iguais. Esta austera frugalidade podia ser, porém, enganosa. Com efeito, o interior beneficiava de um sofisticado grau de conforto, a que não eram alheias as

[713] Paulo de Freitas sugere a hipótese de, na Madeira, esta designação resultar da tradução do termo inglês «*house of pleasure*», utilizado por Marco Polo na descrição dos jardins do palácio de Kubla Kan, em Xanadu, divulgado no século XIX, por Coleridge, no seu poema com o mesmo nome, como «*pleasure dome*». Cf.: Paulo de Freitas, «Casinhas de Prazer», *Islenha*, n. 7 (1990): 42–46.

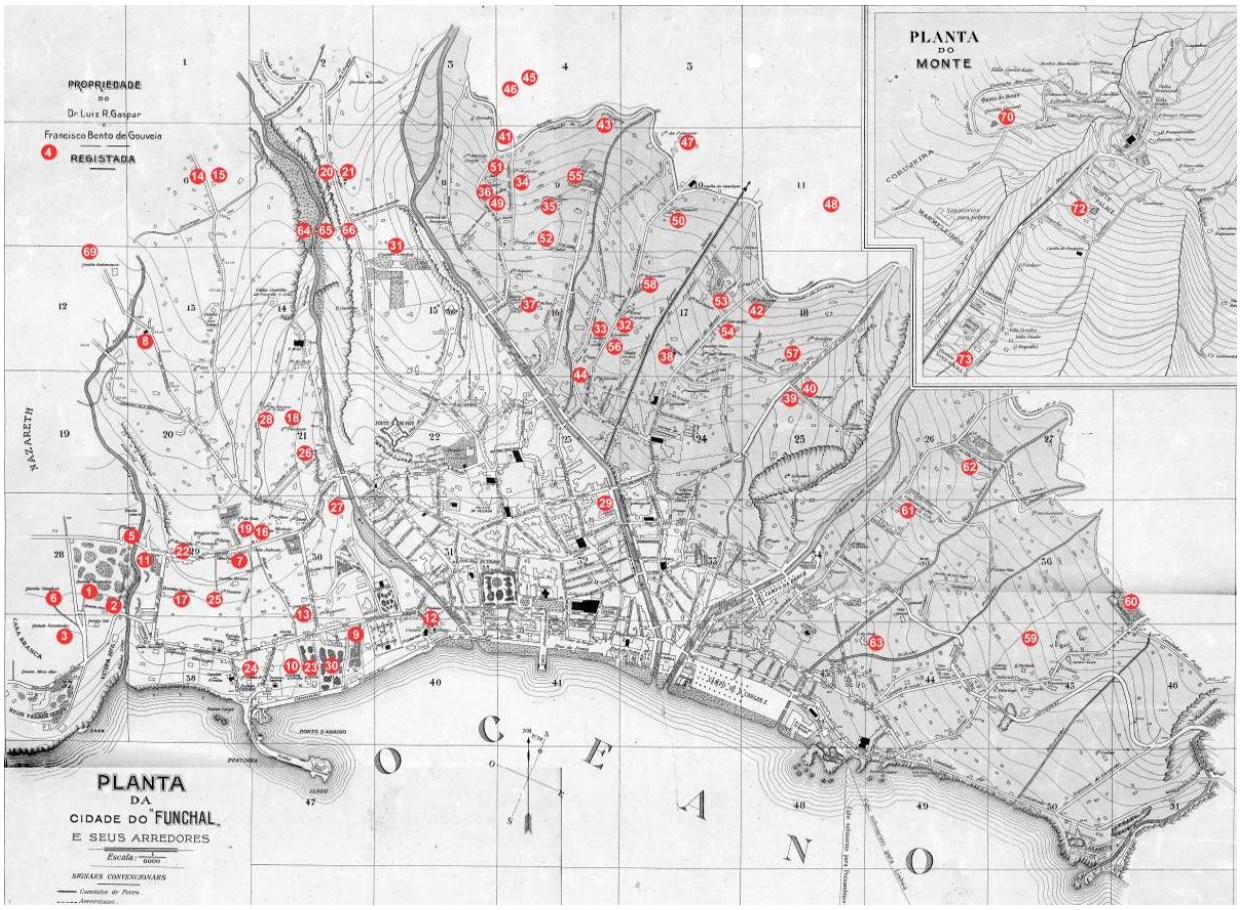
exigências – e influências – da clientela vitoriana que as alugava: sofisticadas janelas de guilhotina, com sistema de contra-peso, tectos em estuque ornamentado, soalhos em madeira e requintados trabalhos de carpintaria pintada. Grande parte dos compartimentos estavam providos de lareiras ou salamandras inglesas e, no piso dos quartos, era comum encontrar o «quarto de banhos»[714].

A «casa complexa de cobertura de telha», um dos tipos identificados por Mestre no seu levantamento da arquitectura popular da Madeira – uma construção concebida «como um todo finito», sem grande capacidade evolutiva, que revelaria, segundo o autor, «o fim da arquitectura popular em termos de uma potencial cadeia tipológica evolutiva e construída em moldes construtivos artesanais[715]» – apresenta algumas semelhanças com a casa aqui definida como o tipo 3. Sublinham-se as seguintes: o facto de ter surgido entre o primeiro e o segundo quartel do século XIX, difundindo-se sobretudo nos finais do século; a existência de um espaço exclusivamente de circulação – o corredor – eixo estruturante que surge associado a uma entrada centralizada nas casas dos proprietários mais abastados; o aspecto exterior de «casarões» de dois pisos cobertos por um telhado de quatro águas; a existência de compartimentos interiores amplos e com generosos pés direitos; e os ricos trabalhos de carpintaria em portas almofadadas e janelas, normalmente de guilhotina com contrapeso.

Mestre associa, porém, a sua «casa complexa de cobertura de telha» às chamadas «casas dos demeraristas», os imigrantes que, no século XIX, regressavam enriquecidos de Demerara, na América do Sul. Nela, o piso térreo era destinado a adega, lojas de alfaias ou produtos da terra, o que, claramente, a diferencia da casa aqui designada como do tipo 3, que se encontra desligada do mundo da produção agrícola. Tudo indica, portanto, que o tipo identificado por este autor, muito embora apresentando algumas semelhanças com a casa compacta, é de proveniência rural e não deve ser confundido com esta[716].

[714] A descrição dos trabalhos que, em 1864, o morgado Agostinho de Ornelas de Vasconcelos mandou executar na sua Quinta das Almas, é um bom testemunho de como, na maioria destas casas, se tinha generalizado o «quarto de banhos». Cf.: Barros, «A Quinta das Almas ou Quinta Ornelas na Camacha», p.112.
[715] Mestre, *Arquitectura Popular da Madeira*, p.156.
[716] Sobre a caracterização do tipo identificado por Vitor Mestre, Cf.: Ibid., 142–147.

1.6.4 Localização, quadros, imagens e plantas das quintas de aluguer



PLANTA I Localização das quintas de aluguer mencionadas neste estudo sobre a *Planta da Cidade do Funchal e Seus Arredores* de Gaspar e Gouveia, 1905 [ver Quadros I e II, pp. 215, 216]

	Nº	QUINTA	Data de construção	PLANTAS (P) E GUIAS																
				1775 Skiner (P)	1804 F. de Matos (P)	1821 W. Combe	1827 Alfred Lyall	1834 John Driver	1840 W. W. Cooper	1843 Vidal (P)	1851 Robert White	1860 J. Y. Johnson	1864 Valdez	1882 E. Taylor (P)	1885 J. Y. Johnson (P)	1885 P. Langerhans	1889 Mourão-Pitta	1891 Albizzi	1906 R. Krohn (P)	1910 Trigo (P)	1915 G. e Gouveia (P)
Oeste do Rib. Seco	1	Magnólia	1825-50															x	x	x	x
	2	Nogueira/ Araújo	1850-75												x	x		x		x	x
	3	Perestrelo	1850-75											x	x	x		x	x	x	x
	4	Santana (Virtudes)	1800																		
	5	Valentim	1850-75		x															x	x
	6	Vista Alegre/ Pita/ Stanford	1850-67											x	x	x	x	x	x	x	x
Entre o Rib. Seco e o Rib. De S. João	7	Alemã	1901																	x	
	8	Aluízio	1750-75		x															x	x
	9	Angústias/ Lambert / Vigia	1750-75	x	x				x	x				x	x	x	x	x	x	x	x
	10	Bianchi	1840-50								x	x	x		x	x	x		x	x	x
	11	Bianchi/ Rib. Seco	1840-50							x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	12	Bichinha	1825-40												x	x			x	x	x
	13	Carlos Alberto/ Teixeira	1850-75												x	x			x	x	x
	14	Cova/Wallas	1814												x	x				x	x
	15	Cruzes	1500-1600	x	x					x				x	x	x	x	x		x	x
	16	Faria	1850-75											x	x	x		x	x	x	x
	17	Favila	1850-75											x	x	x		x	x	x	x
	18	Florença	1850-75																	x	x
	19	Fonte	1866															x	x	x	x
	20	Ilhéus/Vila Amélia	1869											x	x	x		x	x	x	x
	21	Luis Maria / Vila Andrade	1850-75												x	x	x	x		x	x
	22	Margarida	1866																x	x	x
	23	Pavão	1850-75												x	x	x	x	x	x	x
	24	Penha de França	1850-75																	x	x
	25	Pereira	1850-75												x	x	x			x	
	26	S. João/Faber	1700-50	x	x				x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
	27	Silvado/Donalson/Silvado	1800-25		x						x	x	x		x	x				x	x
	28	Sousa	1850-75												x	x				x	
	29	Veitch / Cossart	1800-15							x										x	x
	30	Vigia/ Davies	1849											x	x	x	x	x	x	x	x
Entre o Rib. De S. João e o Rib. De João Gomes	31	Achada/Lindon	1750-75			x	x		x	x				x	x	x		x	x	x	x
	32	Andrade	1850-75								x	x	x		x	x				x	x
	33	Camélias/ Sheffield	1850-75												x	x				x	x
	34	Cristóvão	1852												x	x	x				
	35	Cuiben	1850-75																	x	x
	36	Dª Isabel	1800-75												x	x	x	x		x	x
	37	Deão	1820-25				x		x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x
	38	Descanço	1750-90	x	x															x	x
	39	Gertrudes	1850-75												x	x	x			x	x
	40	Goes	1850-75												x	x	x			x	x
	41	Henriques / Cristóvão	1850-75												x	x				x	
	42	Levada/ Cossart	1750-75	x							x	x	x	x	x	x			x	x	x
	43	Loaring/ Veloza/ Kehog	1850-75												x	x	x			x	x
	44	Lyra/Vidal/ Val Paraíso	1850-75												x	x				x	x
	45	Mareta / Pinheiro	1700-25													x					
	46	Olavo	1834													x					
	47	Palmeira	1811-20			x	x		x					x	x	x	x	x	x	x	x
	48	Paz	1800-75												x	x	x	x		x	
	49	Pimenta / Saltos	1825-50								x	x			x	x	x	x		x	x
	50	Pinheiros/ Bachelor's Hall	1700-60	x							x	x	x		x	x				x	x
	51	Rato	1800-75												x	x	x		x	x	x
	52	Sales/ Pimenta /Saudade	1840												x	x				x	x
	53	Santa Luzia	1800-40						x					x	x	x			x	x	x
	54	Sant'André	1750-75	x											x	x			x	x	x
	55	Til	1700-50	x		x	x							x	x	x		x	x	x	x
	56	Torrinha	1800-70												x	x	x			x	x
	57	Val Formoso/Bachelor's Hall	1700-50	x	x		x				x	x	x	x	x	x		x		x	x
	58	Vasconcelos/ Ambrósio de Cima	1800-30						x		x	x			x	x				x	x
Este da Rib. João Gomes	59	Boa Vista/ Leste/Garton/Martins	1700-50																	x	x
	60	Faial	1600-00		x												x			x	x
	61	Hollway/Elisabeth	1825-30					x							x	x	x			x	x
	62	Mãe dos Homens	1800-25		x										x	x				x	x
	63	Nora	1800-40						x		x	x	x		x	x				x	x
Fora do Funchal ou afastadas do centro	64	Almas	1863																		
	65	Avista Navios	1790																		
	66	Bela Vista	1844																		
	67	Calaça	1838																		
	68	Jardim da Serra	1810-15				x	x													
	69	Josefina	1868														x				
	70	Monte	1826			x	x														x
	71	Palheiro Ferreiro	1801			x	x	x						x							
	72	Prazer/ Monte Palace	1750-75			x															x
	73	Sant'Ana	1850-75											x			x				x

QUADRO I Quintas de aluguer do Funchal - localização e referências em plantas e guias

Nº	QUINTA	DATA DE CONSTRUÇÃO	TIPO
15	Cruzes	1600	1*
60	Faial	1600-00-	1*
45	Mareta / Pinheiro	1700-25	1
57	Val Formoso/Bachelor's Hall	1700-50	2
59	Boa Vista/ Leste/Garton/Martins	1700-50	1
50	Pinheiros/ Bachelor's Hall	1700-60	2
35	Til	1750-00	2
8	Aluízio	1750-75	1*
9	Angústias/ Lambert / Vigia	1750-75	1*
26	S. João/Faber	1750-75	1
31	Achada/Lindon	1750-75	1
42	Levada/ Cossart	1750-75	1
72	Prazer/ Monte Palace	1750-75	1
38	Descanso	1750-90	1*
65	Avista Navios	1790	1
4	Santana (Virtudes)	1800	1*
29	Veitch / Cossart	1800-15	2
27	Silvado/Donalson/Silvado	1800-25	1
62	Mãe dos Homens	1800-25	1
58	Vasconcelos/ Ambrósio de Cima	1800-30	3
53	Santa Luzia	1800-40	3
54	Sant'André	1800-40	3
63	Nora	1800-40	3
56	Torrinha	1800-70	3
36	Dª Isabel	1800-75	3
48	Paz	1800-75	3
51	Rato	1800-75	3
71	Palheiro Ferreiro	1801	2*
68	Jardim da Serra	1810-15	2
47	Palmeira	1811-20	2
14	Cova/Wallas	1814	2
37	Deão	1820-25	2
61	Hollway/Elisabeth	1825-30	3
12	Bichinha	1825-40	3
1	Magnólia	1825-50	2
49	Pimenta / Saltos	1825-50	3
70	Monte	1826	2
46	Olavo	1834	3
67	Calaça	1838-	2
52	Sales/ Pimenta /Saudade	1840-	3
10	Bianchi	1840-50	3
11	Bianchi/ Rib. Seco	1840-50	3
66	Bela Vista	1844	3
30	Vigia/ Davies	1849	2
6	Vista Alegre/ Pita/ Stanford	1850-67	3
2	Nogueira/ Araújo	1850-75	3
3	Perestrelo	1850-75	3
5	Valentim	1850-75	3
13	Carlos Alberto/ Teixeira	1850-75	3
16	Faria	1850-75	3
17	Favila	1850-75	3
18	Florença	1850-75	3
21	Luis Maria / Vila Andrade	1850-75	3
23	Pavão	1850-75	3
24	Penha de França	1850-75	3
25	Pereira	1850-75	3
28	Sousa	1850-75	3
32	Andrade	1850-75	3
33	Camélias/ Sheffield	1850-75	3
35	Cuiben	1850-75	3
39	Gertrudes (Clode)	1850-75	3
40	Goes	1850-75	3
41	Henriques / Cristóvão	1850-75	3
43	Loaring/ Veloza/ Kehog	1850-75	3
44	Lyra/Vidal/ Val Paraíso	1850-75	3
73	Sant'Ana	1850-75	2
34	Cristóvão	1852	3
64	Almas	1863	3
19	Fonte	1866	3
22	Margarida	1866	3
69	Josefina	1868	3
20	Ilhéus/Vila Amélia	1869	3
7	Alemã	1901	3

* com capela

QUADRO II Quintas de aluguer do Funchal - quadro cronológico e tipológico

Tipo 1 A casa rural sobrada anterior ao século XIX (Figs.73 a 85)

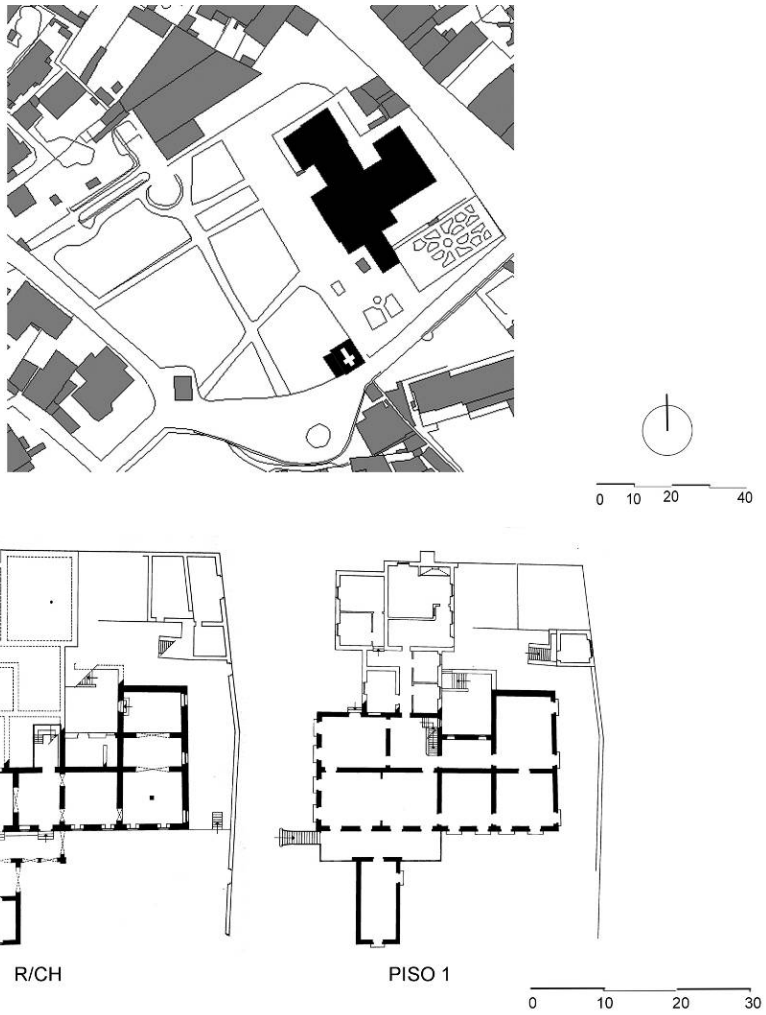


Fig. 73 [N.º 15] Quinta das Cruzes. (fontes: Aragão, *O Museu da Quinta das Cruzes*; plt. de imp., ACMF) [Originais tratados pelo Autor]

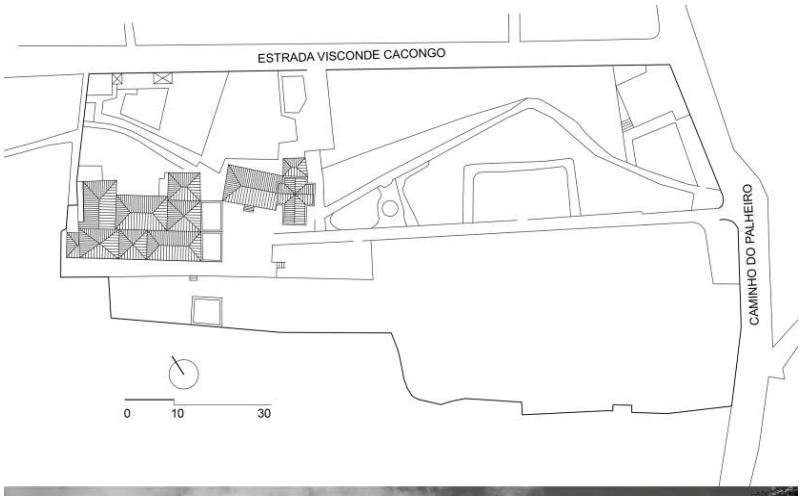


Fig. 74 [N.º 60] Quinta do Faial. (fontes: plt. imp., ACMF; fot. do Autor) [Originais tratados pelo Autor]

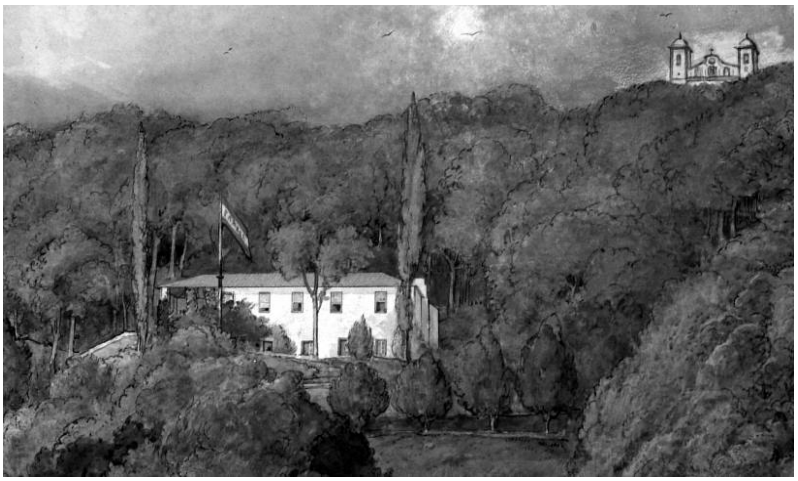


Fig. 75 [N.º 72] William Westall, View of Quinta do Prazer in the Island of Madeira, 1806 (col. CMFF)

Fig. 76 [N.º 38] Quinta do Descanso (fot. do Autor)

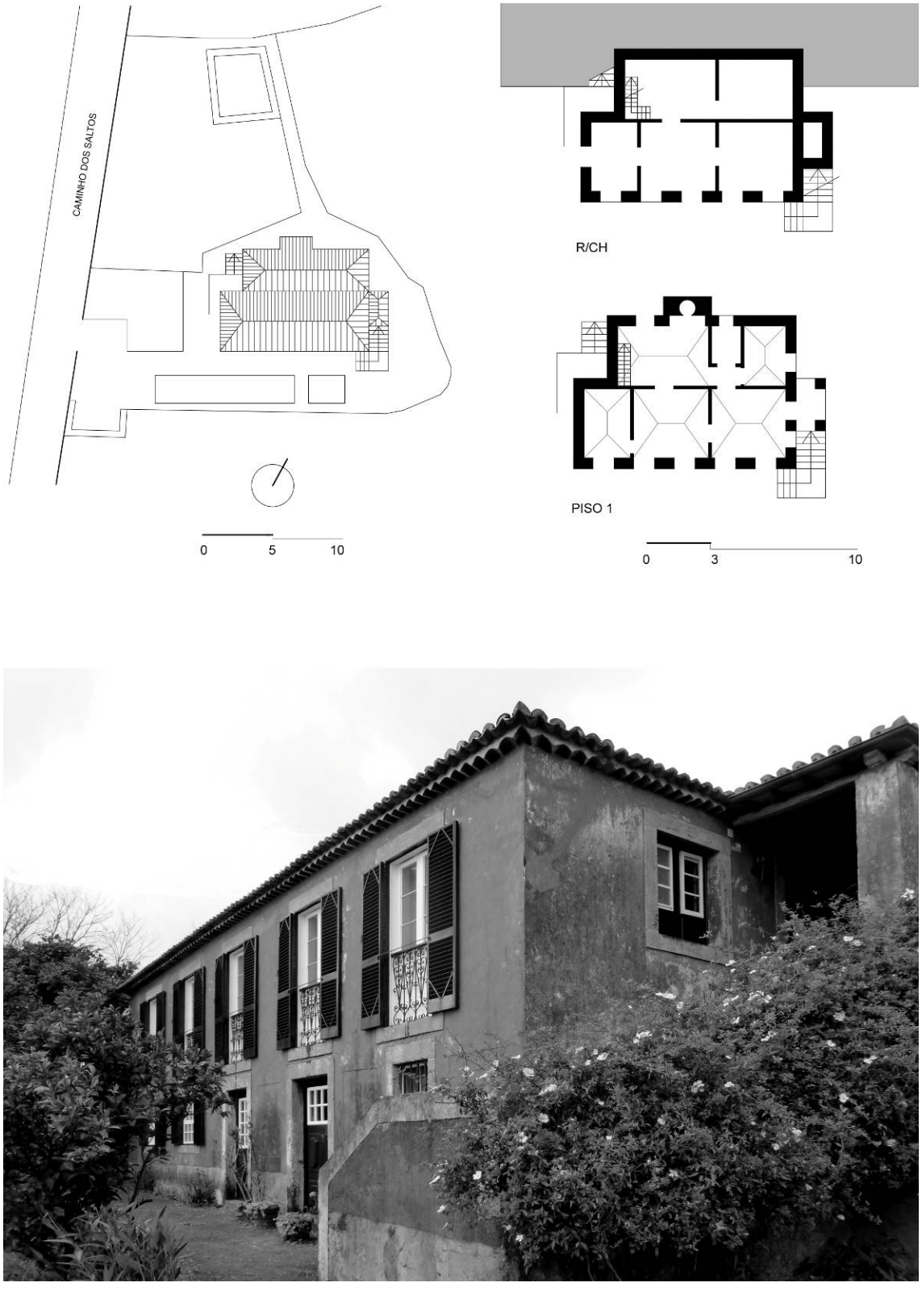


Fig. 77 [N.º 45] Quinta Mareta - Pinheiro (fontes: levantamento e fot. do Autor)

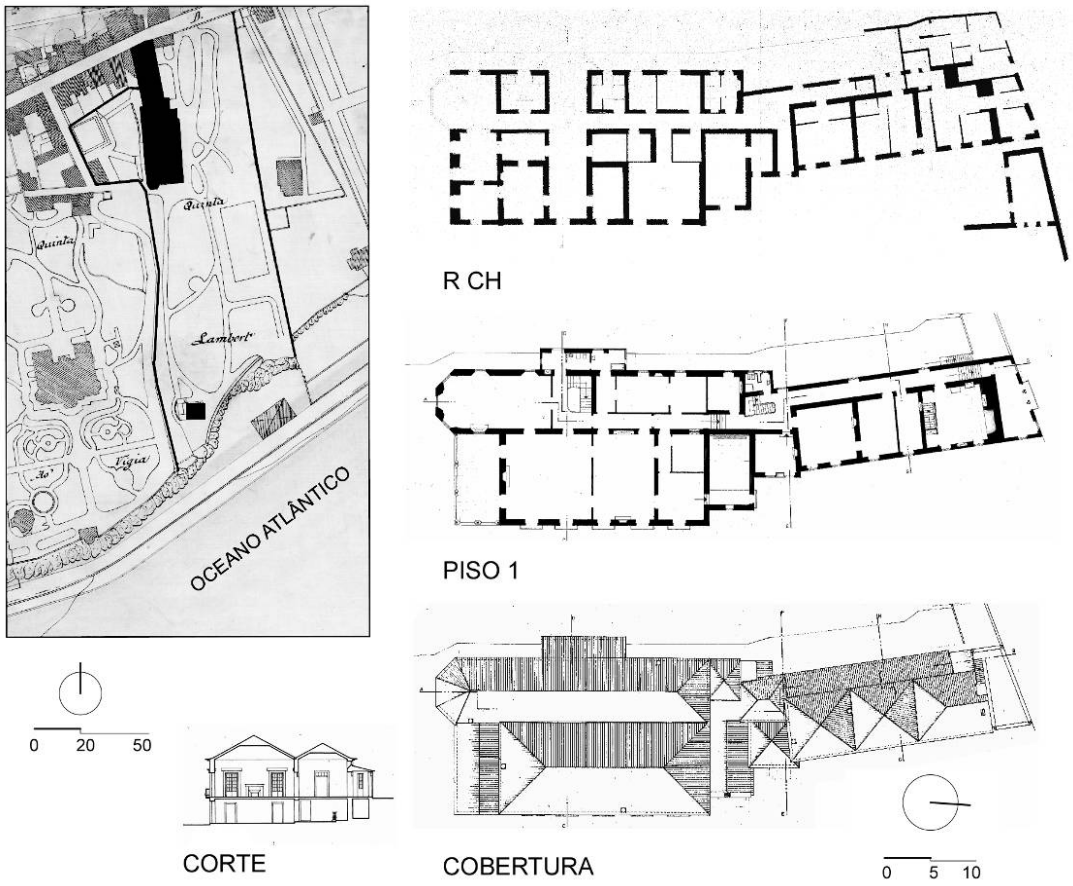
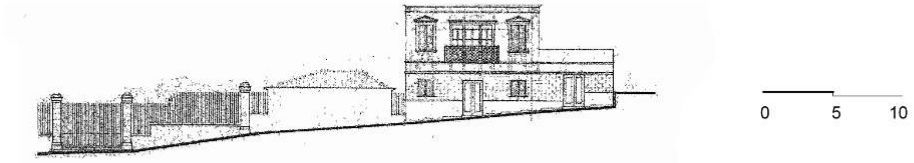


Fig. 78 [N.º 9] Quinta das Angústias - Lambert (fontes: plt. localização, ACMF; plts., DRAC; fot. do Autor) [Originais tratados pelo Autor]

ALÇADO NASCENTE



ALÇADO NORTE

Fig. 79 [N.º 9] Quinta das Angústias - Lambert (fontes: alçados, DRAC; fot. do Autor) [Originais tratados pelo Autor]

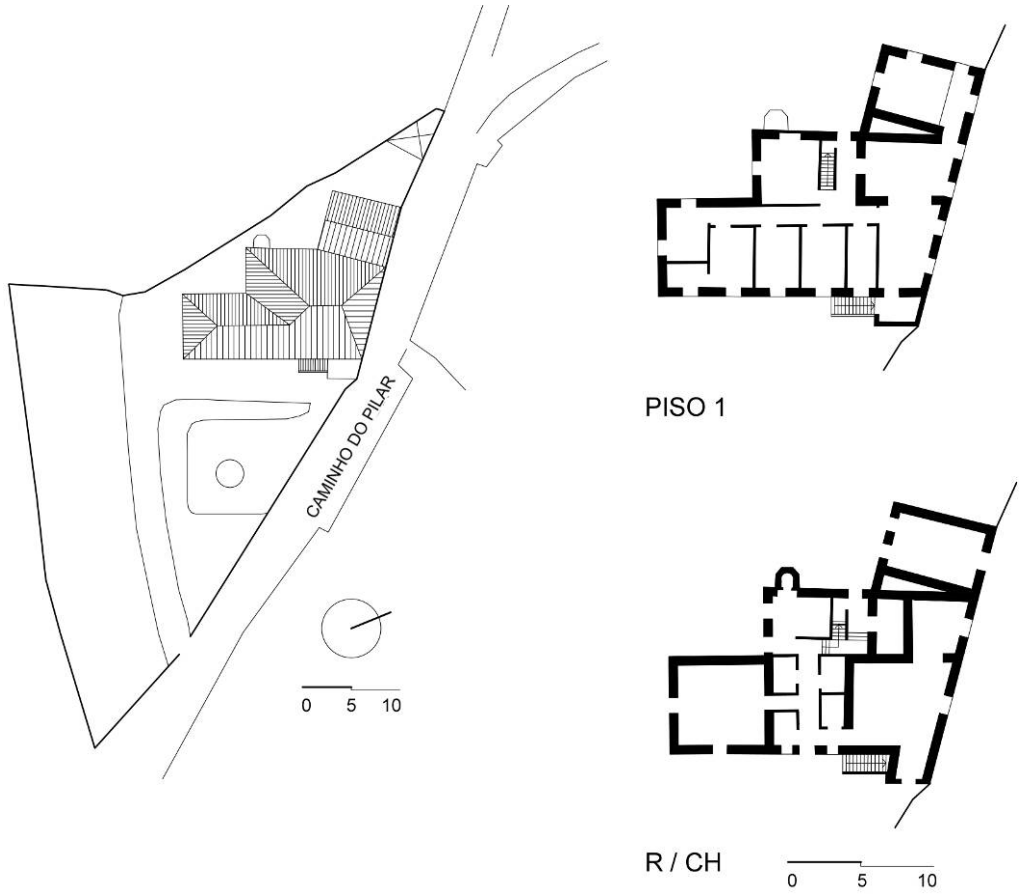


Fig. 80 [N.º 8] Quinta Aluízio (fontes: levantamento Arq. Borges Pereira; fot. col. ARM) [Originais tratados pelo Autor]

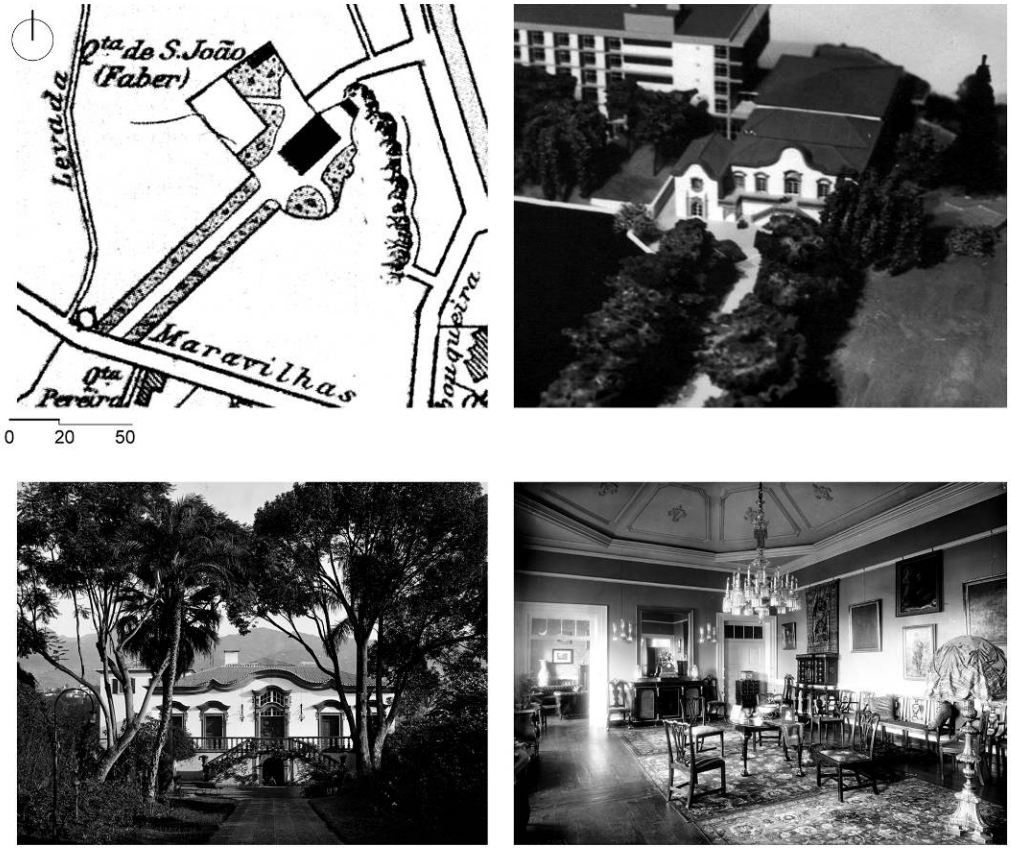


Fig. 81 [N.º 26] Quinta de São João - Faber (fontes: plt. de localização, Trigo, *Roteiro e Guia do Funchal*, 1910; maquete, Chorão Ramalho; fot. col. PMV) [Originais tratados pelo Autor]

Fig. 82 [N.º 31] Quinta da Achada - Lindon (fontes: plt. imp., ACMF; fot. col. PMV) [Originais tratados pelo Autor]

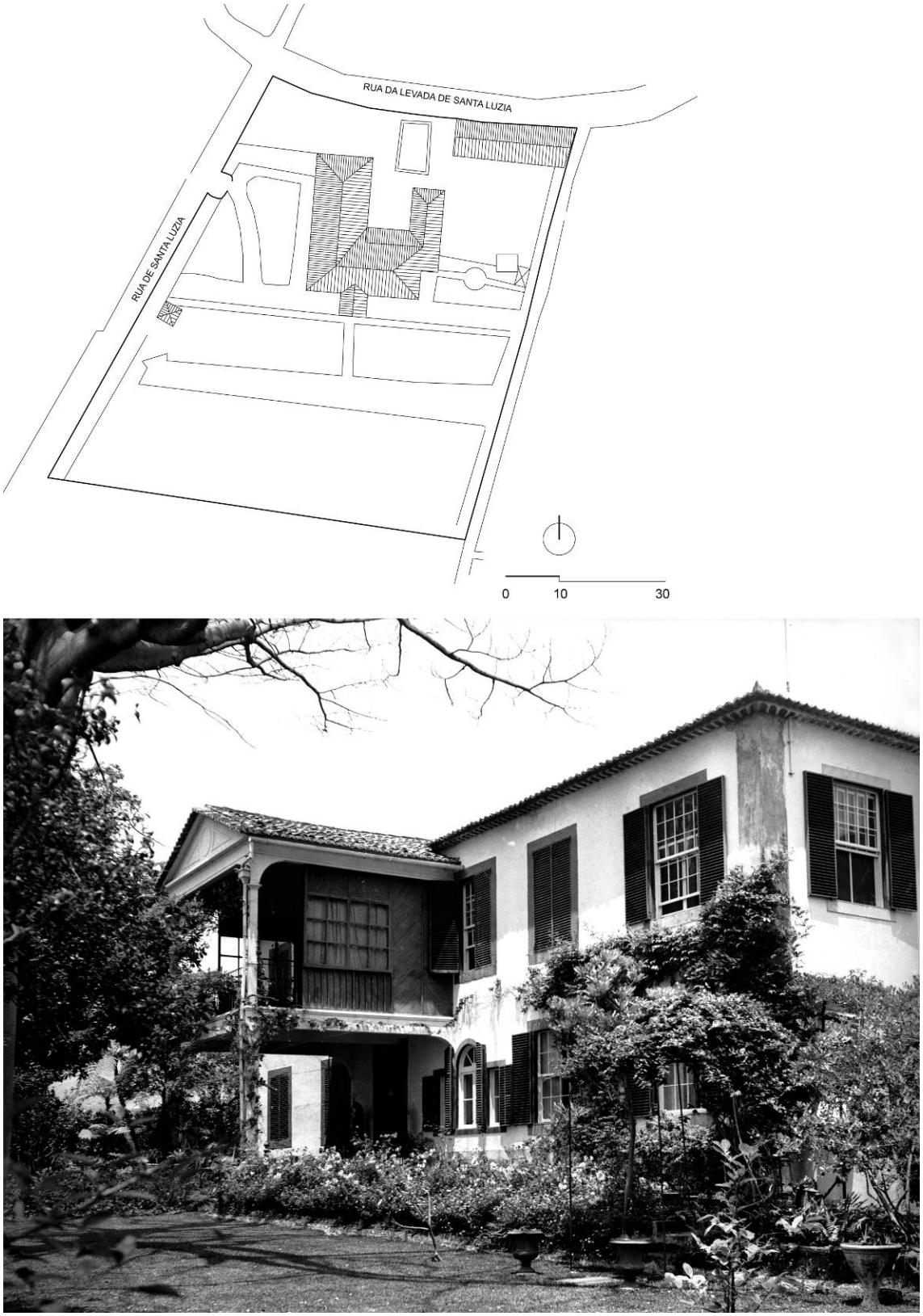


Fig. 83 [N.º 42] Quinta da Levada - Cossart (fontes: plt. imp., ACMF; fot. col. PMV) [Originais tratados pelo Autor]

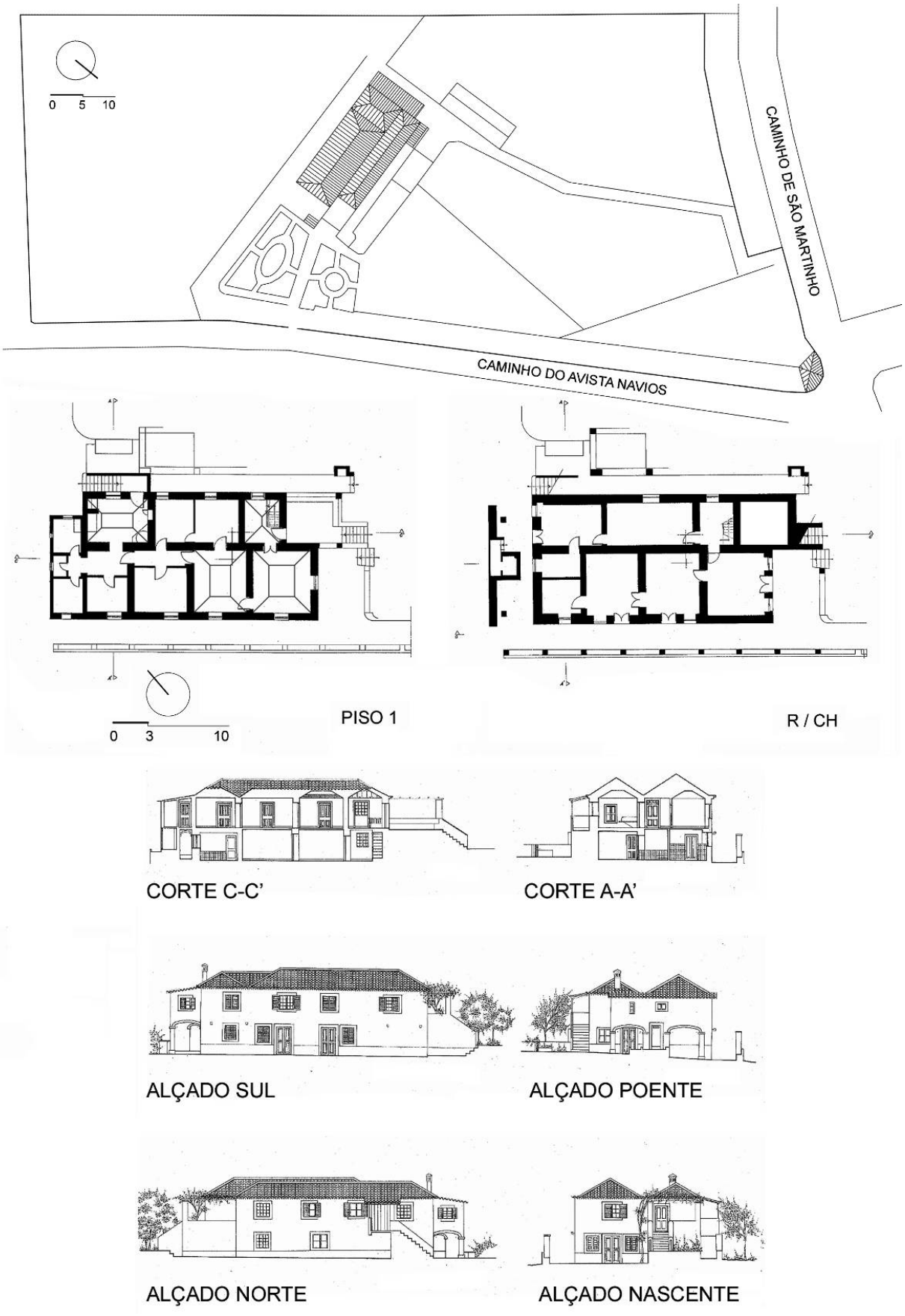


Fig. 84 [N.º 65] Quinta Avista Navios (fontes: plt. localização, ACMF; plts. cortes e alçados, DRAC) [Originais tratados pelo Autor]

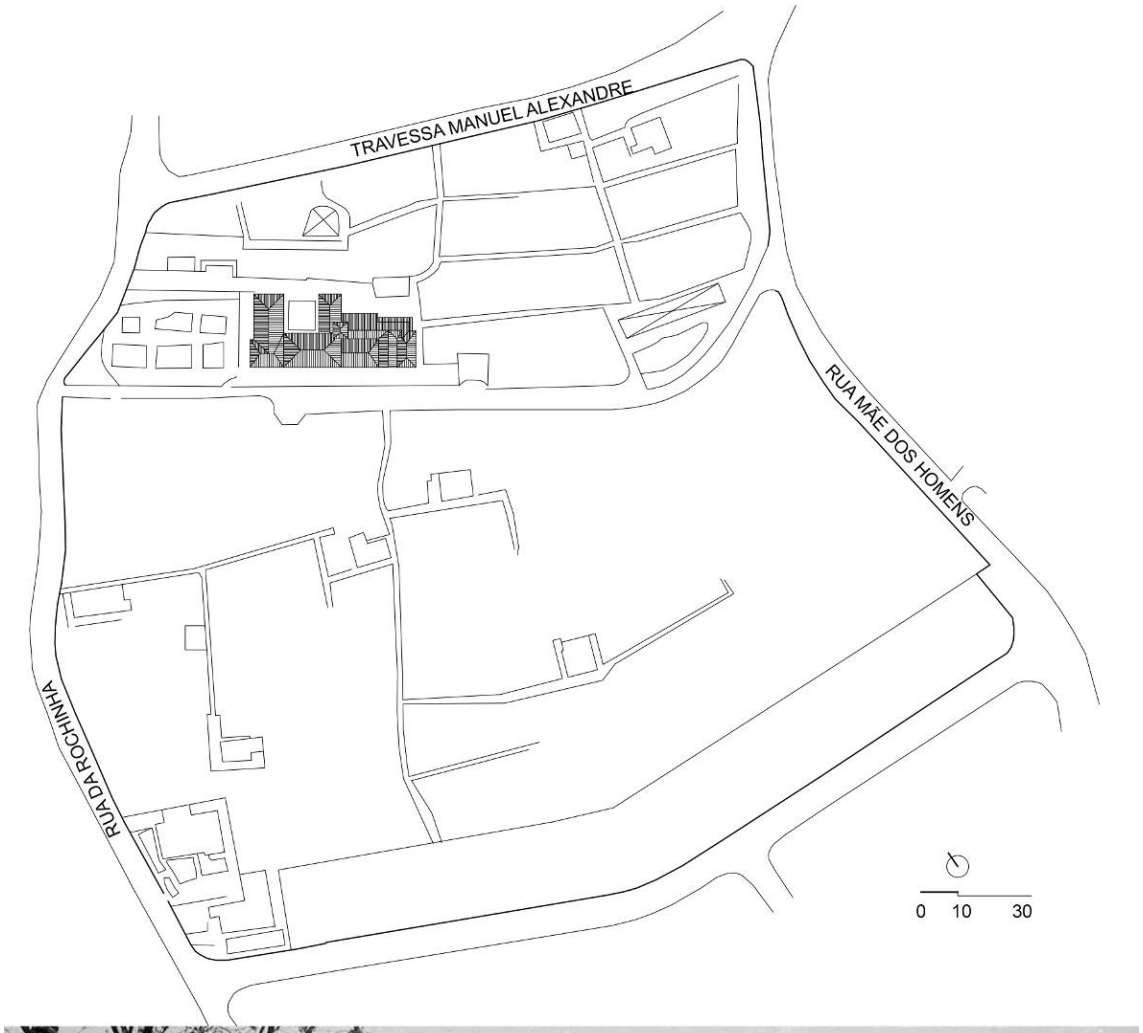


Fig. 85 [N.º 62] Quinta da Mãe dos Homens (fontes: plt. imp., ACMF; fot. col. PMV) [Originais tratados pelo Autor]

Tipo 2 As *villas* dos *wine merchants* (Figs. 86 a 100)

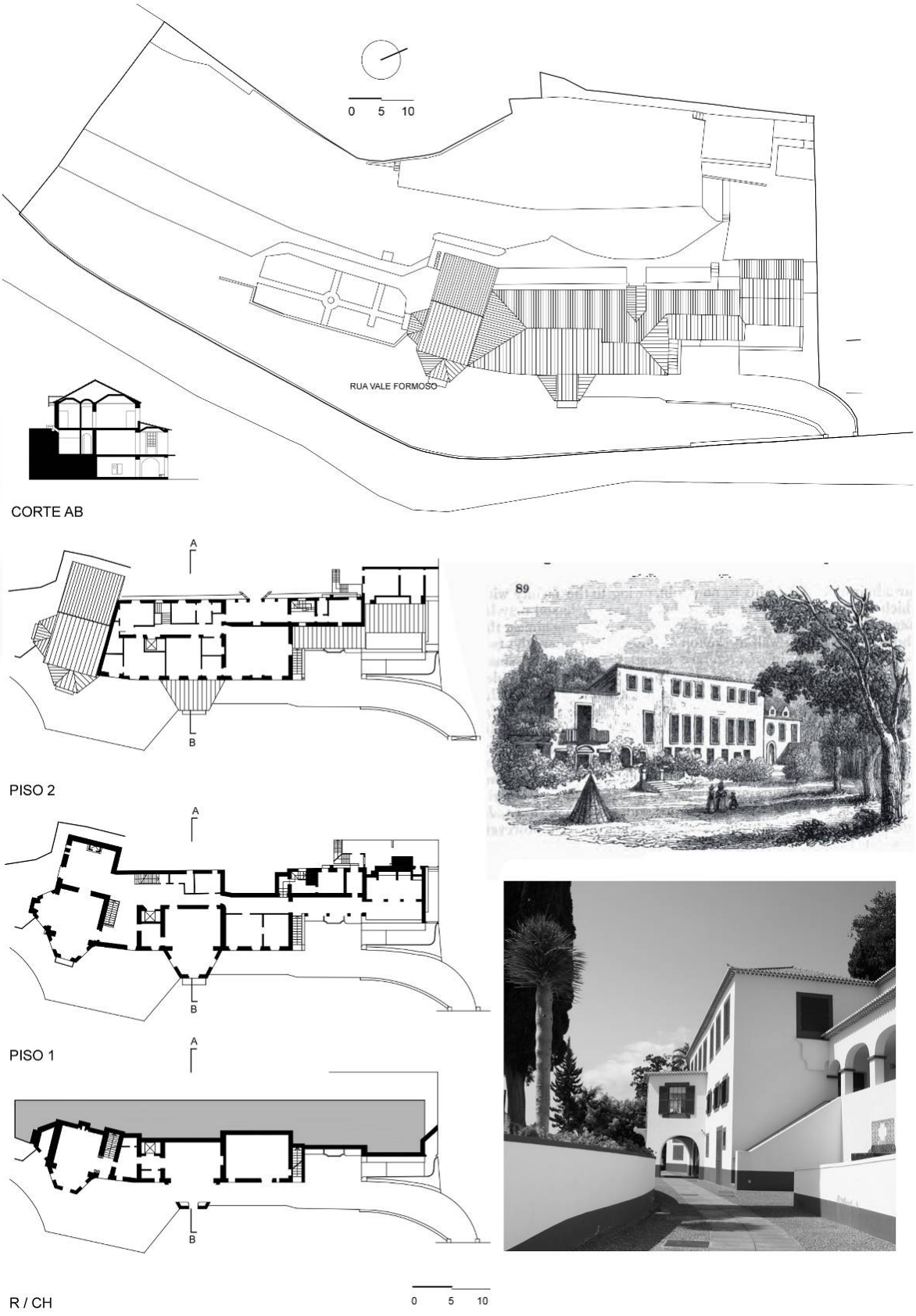


Fig. 86 [N.º 57] Quinta do Vale Formoso (fontes: plt. imp., ACMF; levantamento e fot. do Autor; gravura: *Gardener's Magazine,* 1838) [Originais tratados pelo Autor]

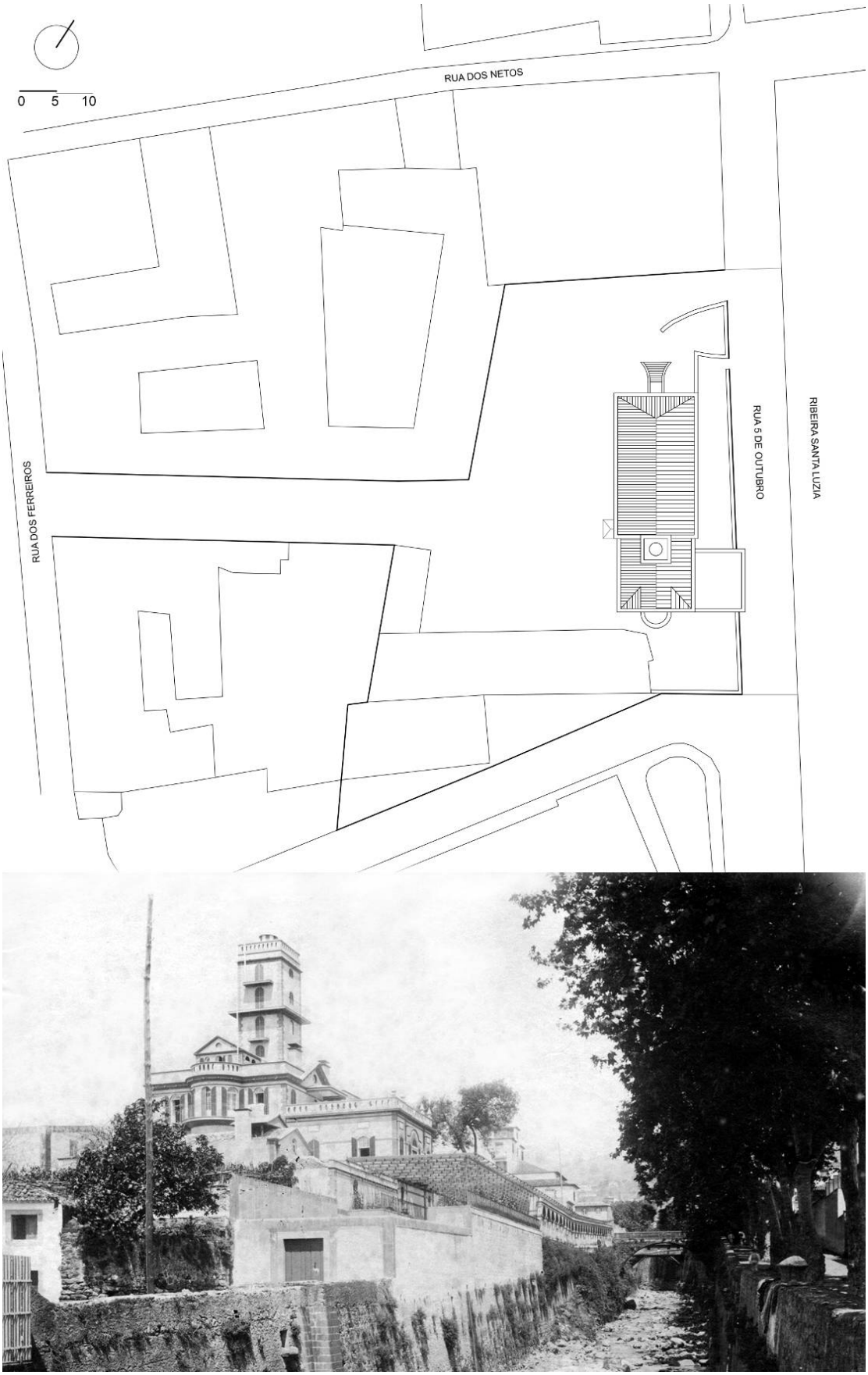


Fig. 87 [N.º 29] Quinta Veitch - Cossart (fontes: plt. imp., ACMF; levantamento do Autor; fot. col. PMV) [Originais tratados pelo Autor]

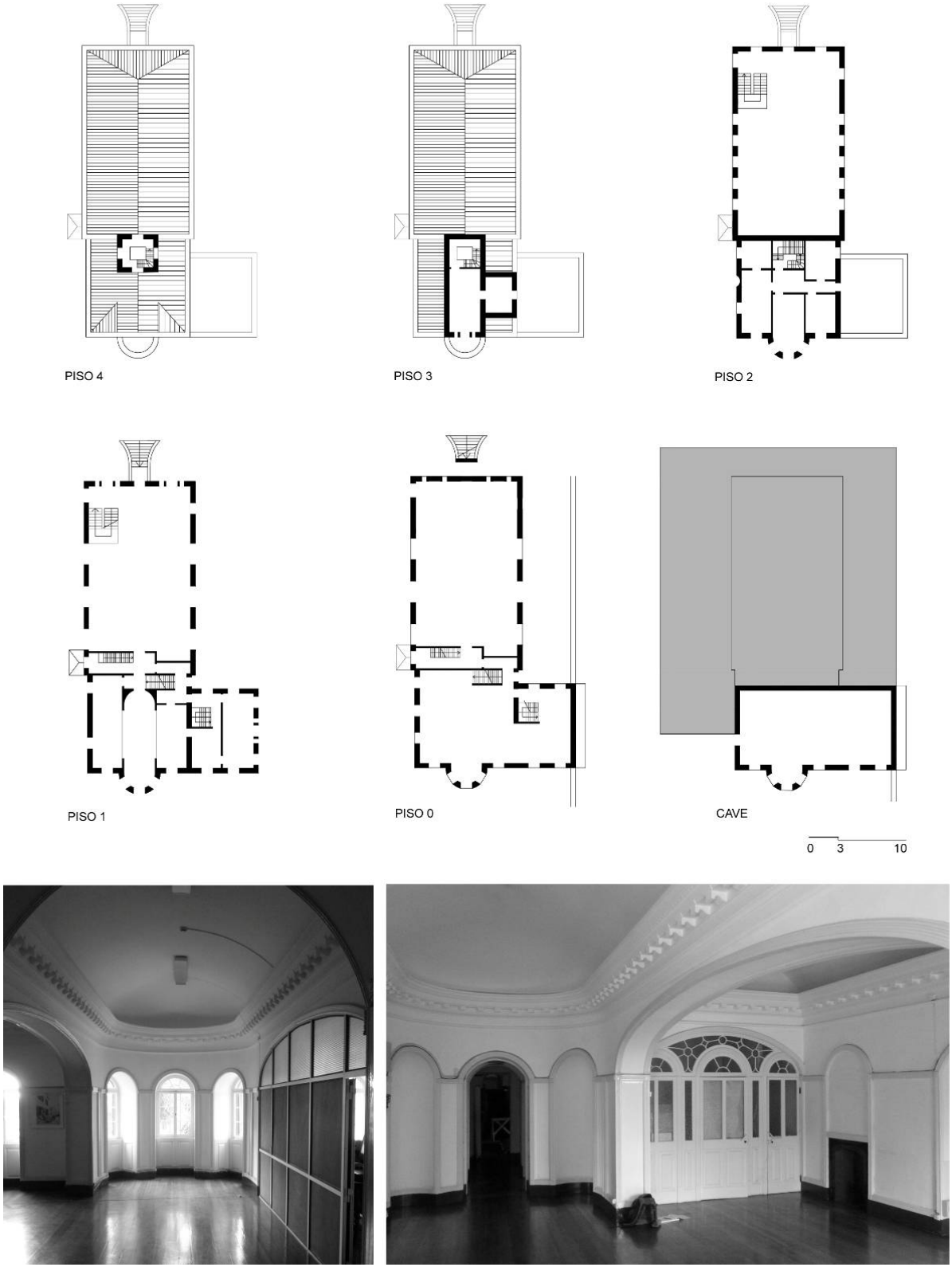


Fig. 88 [N.º 29] Quinta Veitch - Cossart (fontes: plt. imp., ACMF; levantamento e fot. do Autor)

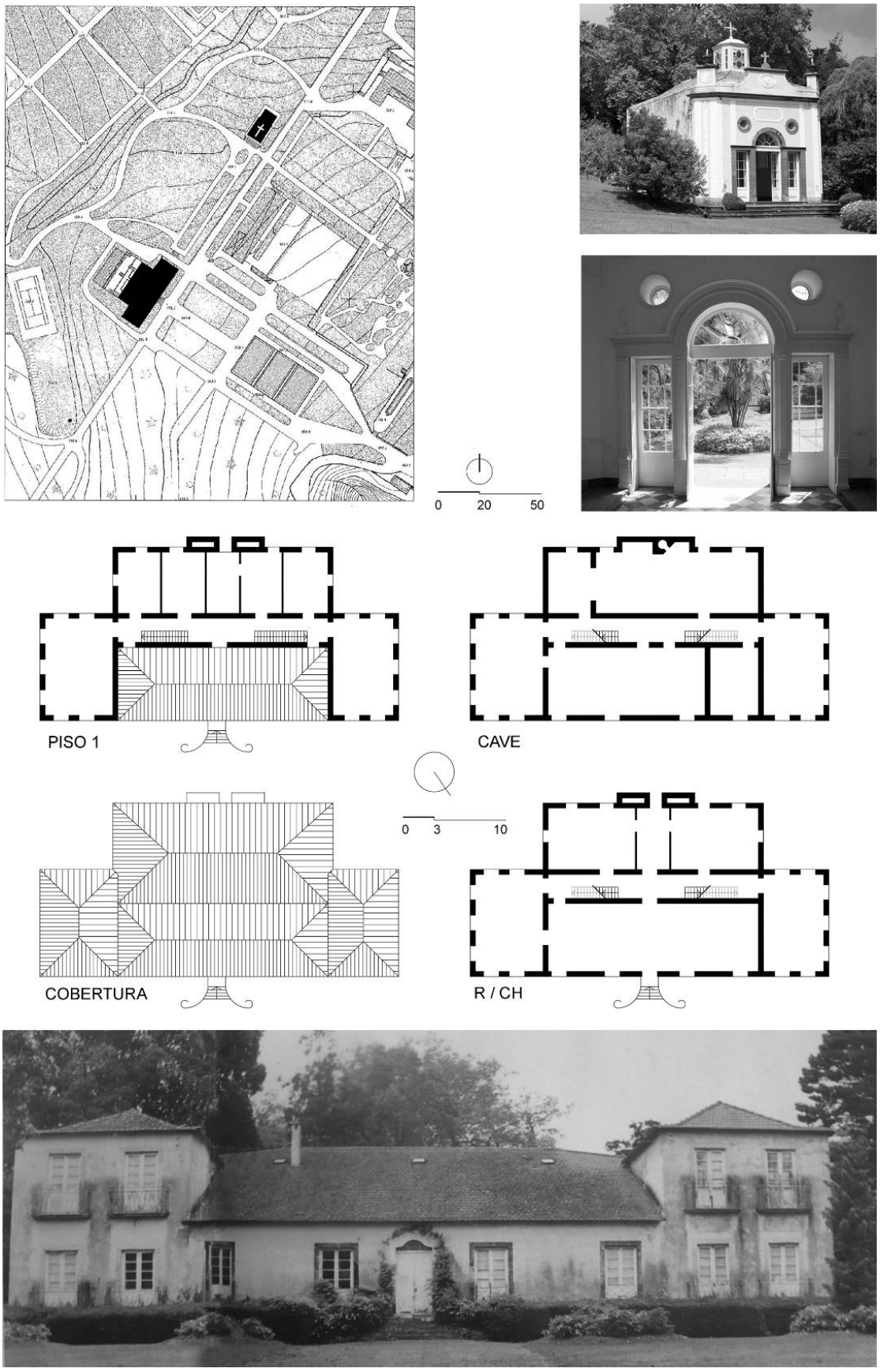


Fig. 89 [N.º 71] Quinta do Palheiro Ferreiro (fontes: plt. imp.., ACMF; lvt. Arq. M. Malaguerra; fot. do Autor [capela]; fot. N. Sapieha, *Casas Nobres de Portugal*) [Originais tratados pelo Autor]

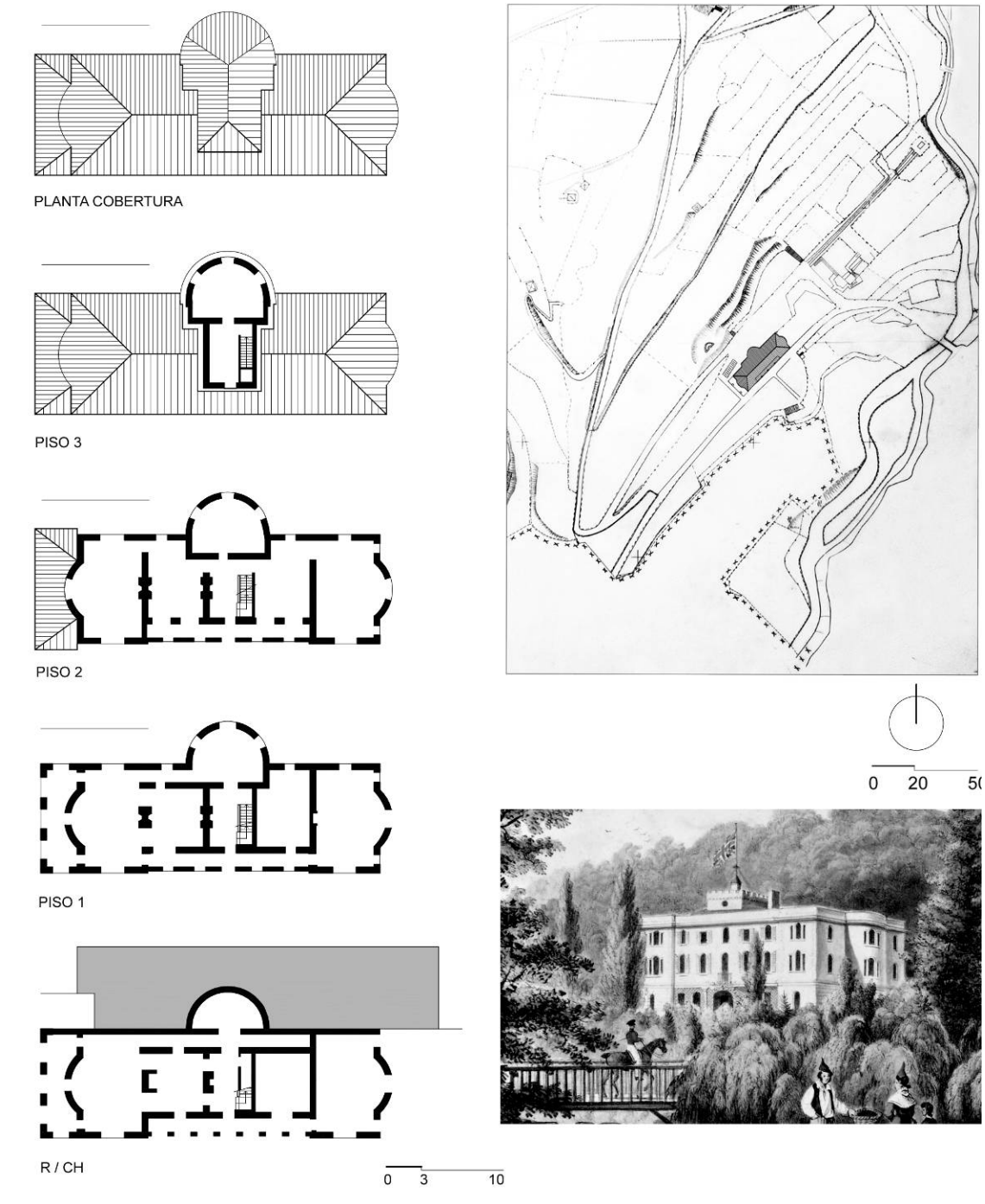


Fig. 90 [N.º 68] Quinta do Jardim da Serra (fontes: plt. imp.., DSIGC; lvt. do Autor; fot. col. PMV; gravura, Hornbrook, *Jardim da Serra*, col. CMFF) [Originais tratados pelo Autor]

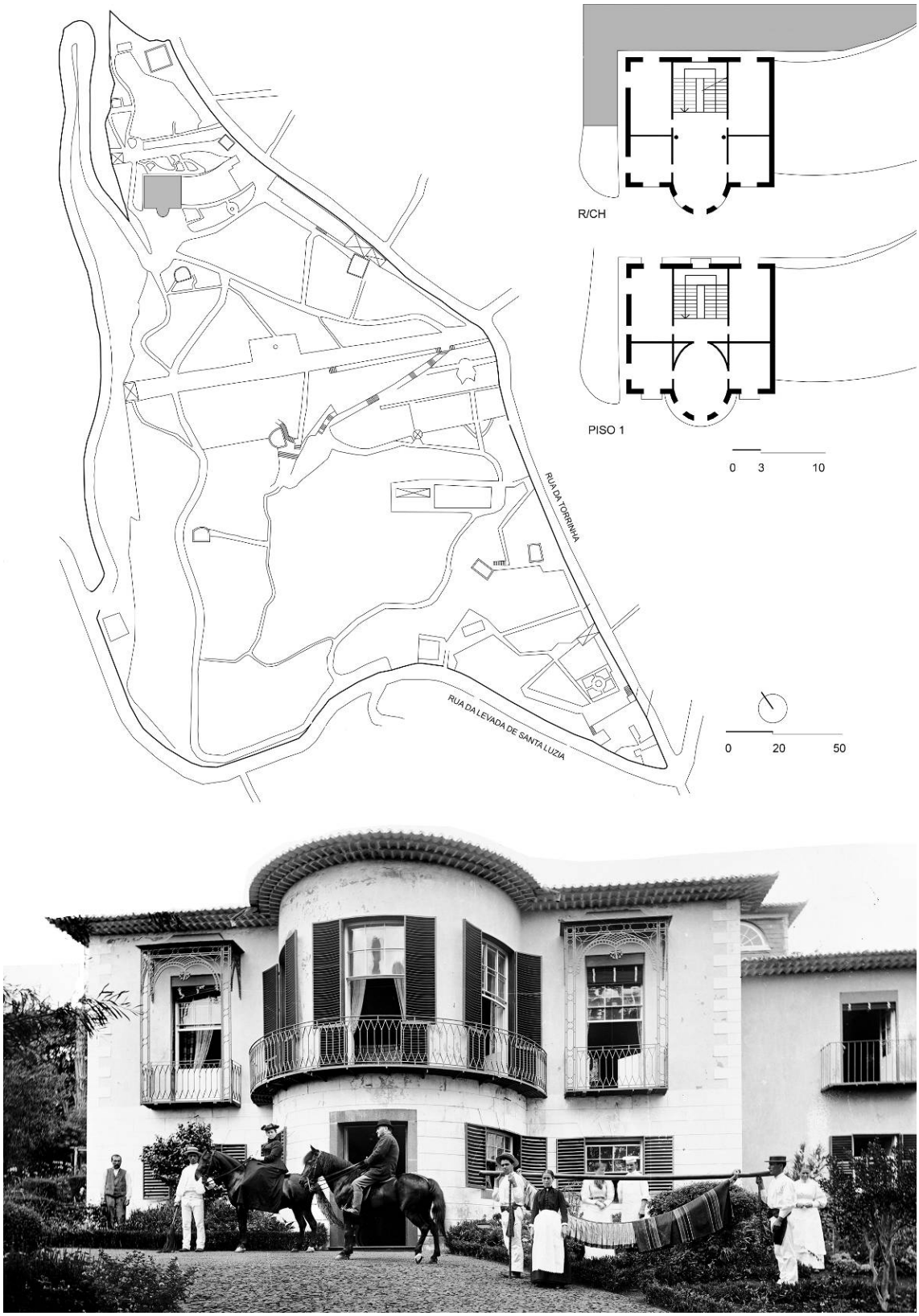


Fig. 91 [N.º 47] Quinta Palmeira (fontes: plt. imp.., ACMF; lvt. do Autor; fot. col. PMV) [Originais tratados pelo Autor]

Fig. 92 [N.º 37] Quinta Deão - *The Deanery* (fontes: plt. imp.. e fot. col. PMV)

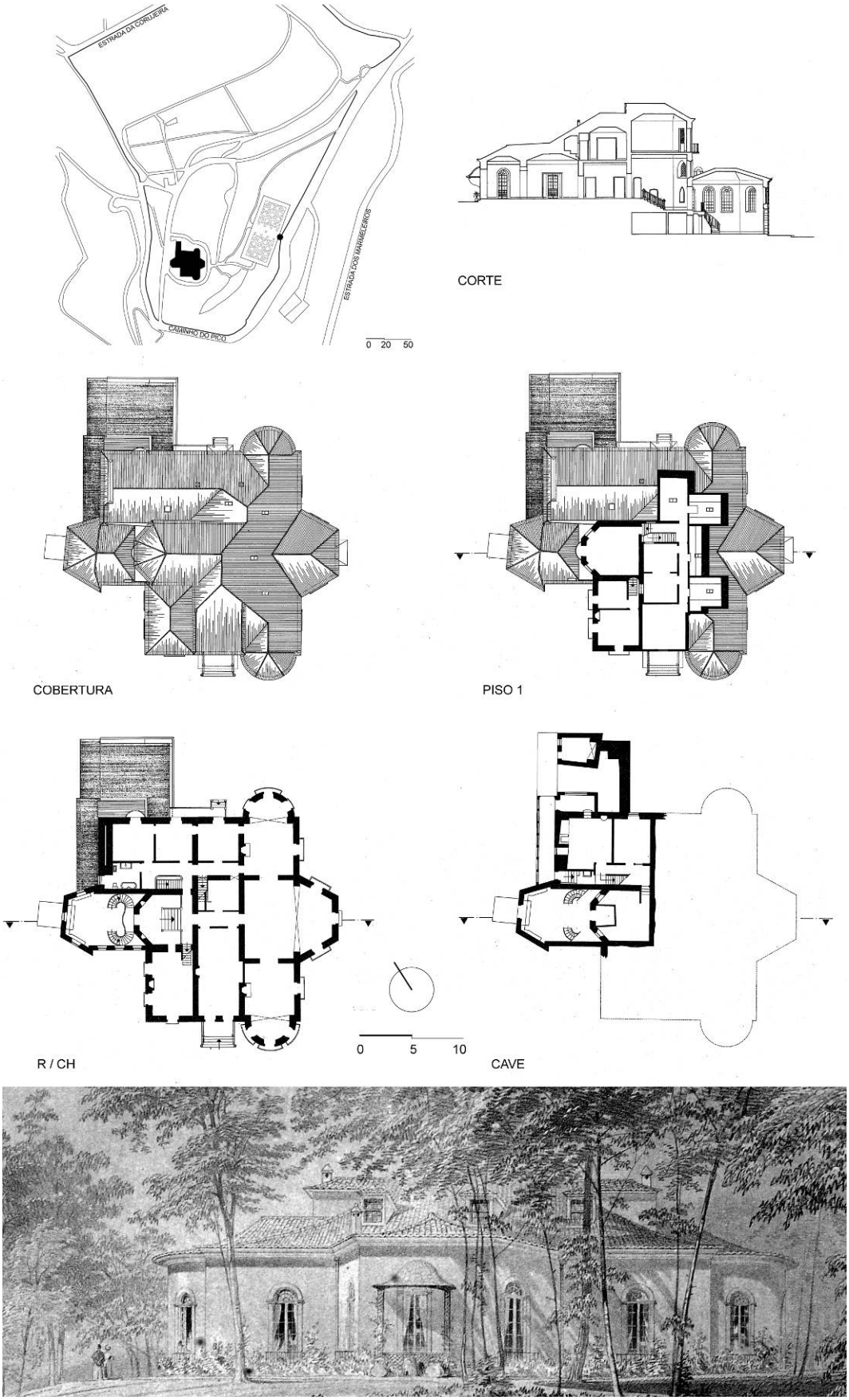


Fig. 93 [N.º 70] Quinta do Monte - Cossart - Rocha Machado (fontes: plt. localização, ACMF; plts., DRAC; gravura, Picken, *The Mount House*, col. BA) [Originais tratados pelo Autor]

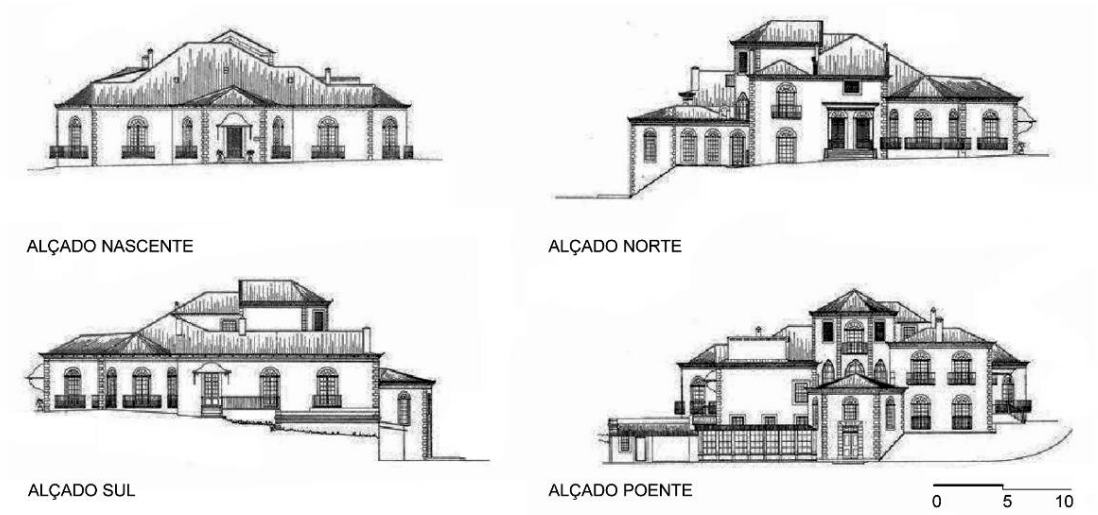


Fig. 94 [N.º 70] Quinta do Monte - Cossart - Rocha Machado (fontes: alçados, DRAC; fot. col. PMV)

Fig. 95 [N.º 14] Quinta Cova - Wallas (fot. col. PMV)

Fig. 96 [N.º 1] Quinta Magnólia (fot. col. PMV)

Fig. 97 [N.º 35] Quinta do Til (fot. col. PMV)

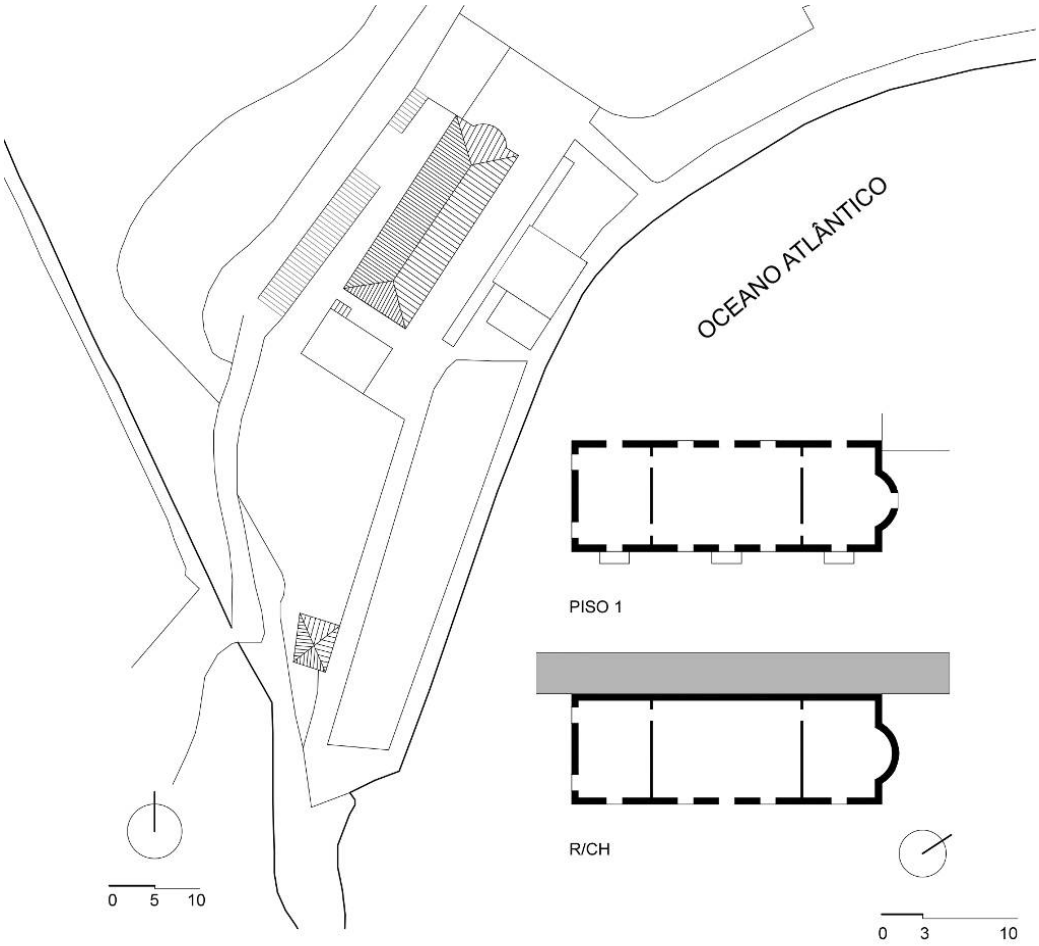


Fig. 98 [N.º 67] Quinta Calaça (fontes: plt. imp.., ACMF; lvt. e fot. do Autor)
[Originais tratados pelo Autor]

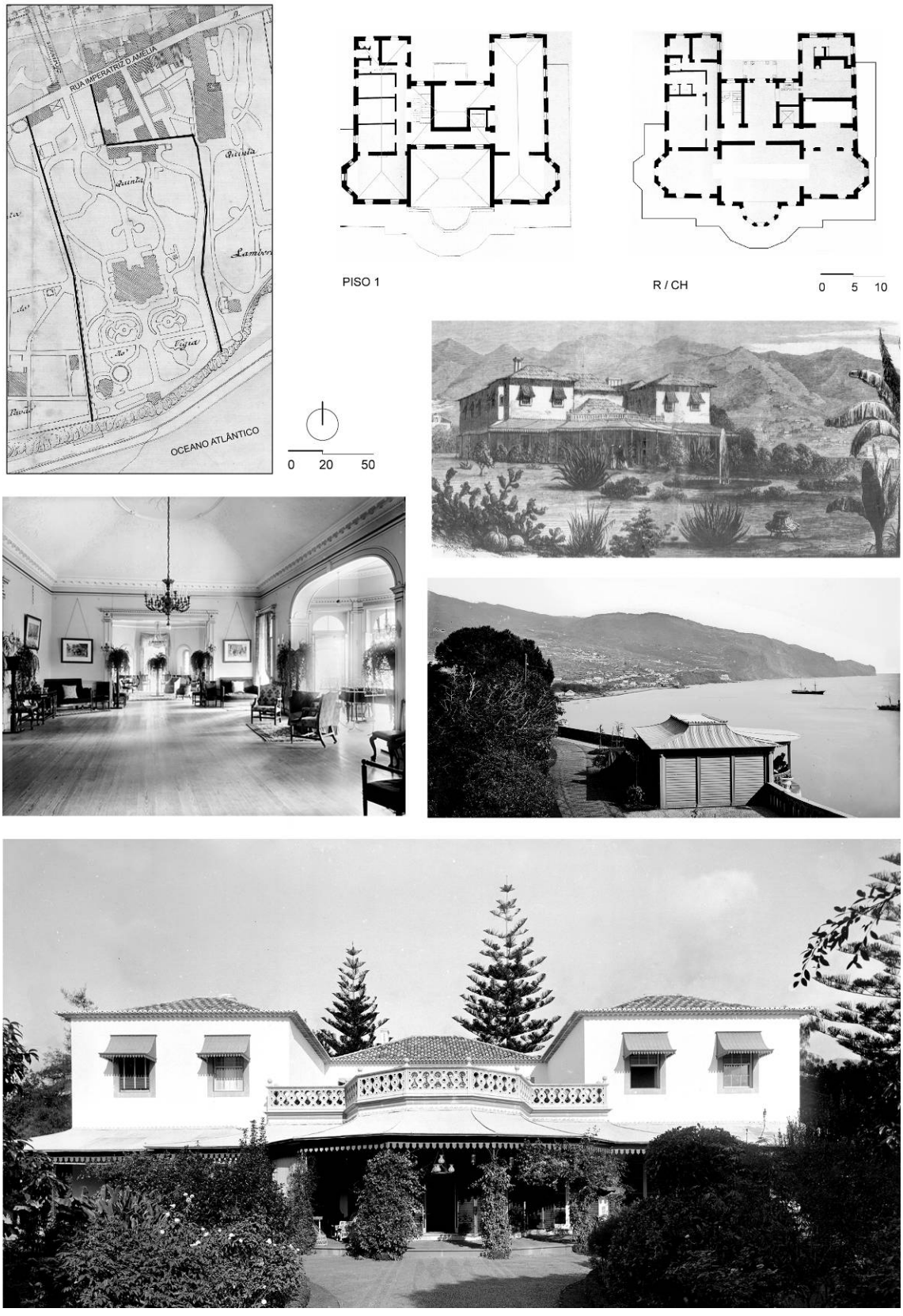


Fig. 99 [N.º 30] Quinta Vigia - Davies (fontes: plt. imp.., ACMF; lvt. col. ARM; fot. col. PMV)
[Originais tratados pelo Autor]

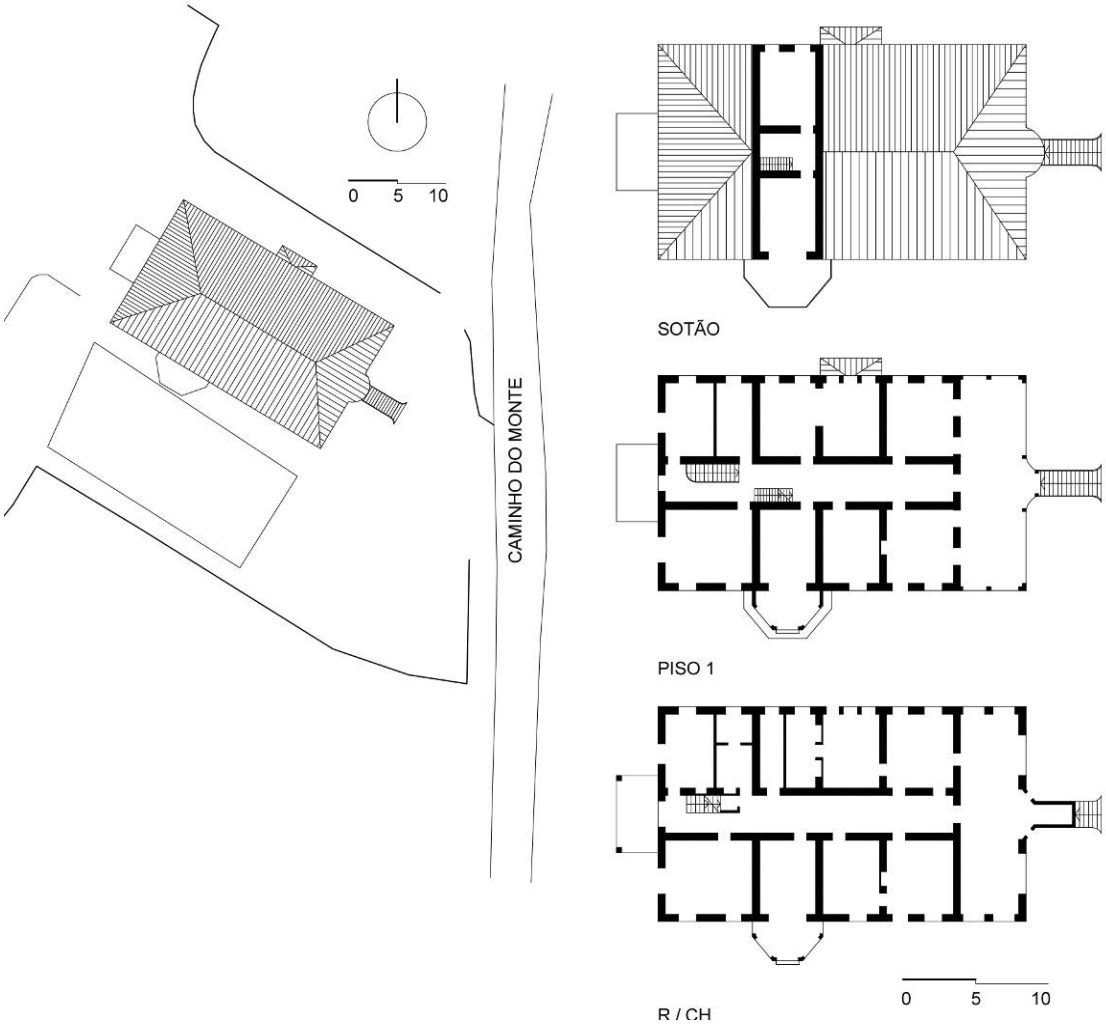


Fig. 100 [N.º 73] Quinta Sant'Ana (fontes: plt. imp.. e lvt., ACMF; fot. col. PMV)
[Originais tratados pelo Autor]

Tipo 3 A casa compacta de origem oitocentista (Figs.101 a 116)

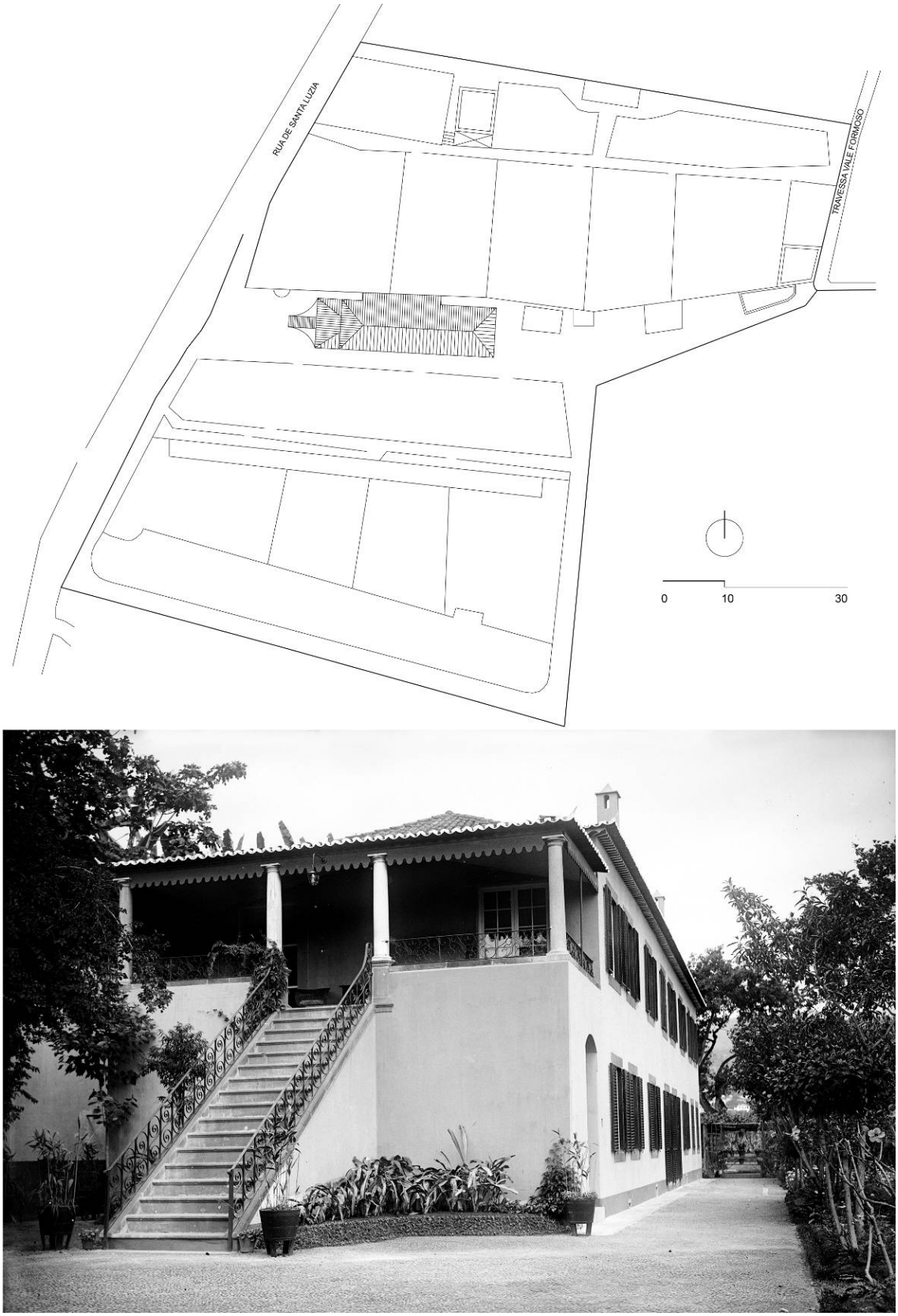


Fig. 101 [N.º 54] Quinta de Sant'André (fontes: plt. imp.., ACMF; fot. col. PMV)
[Originais tratados pelo Autor]

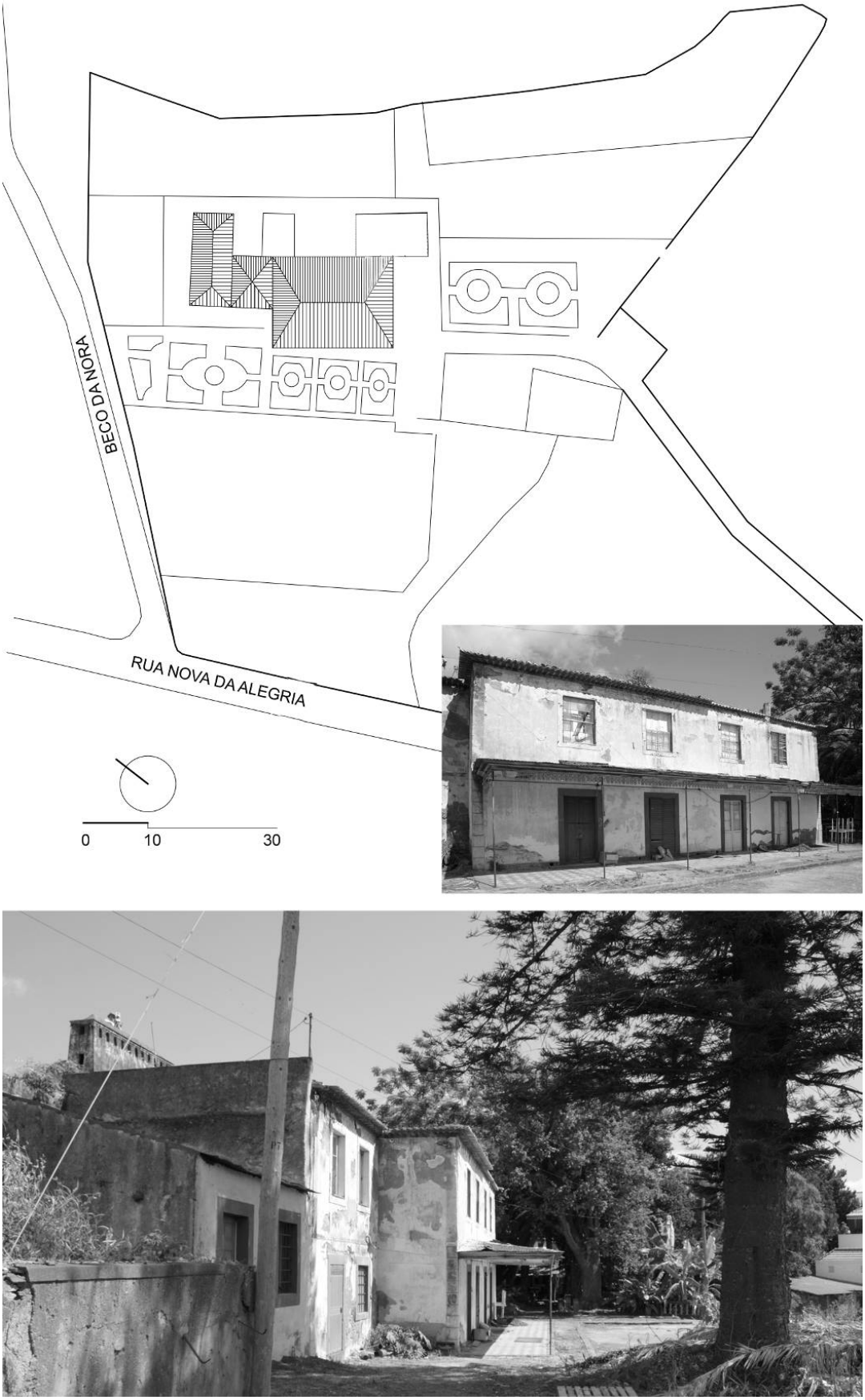


Fig. 102 [N.º 63] Quinta da Nora (fontes: plt. imp.., ACMF; fot. do Autor) [Originais tratados pelo Autor]

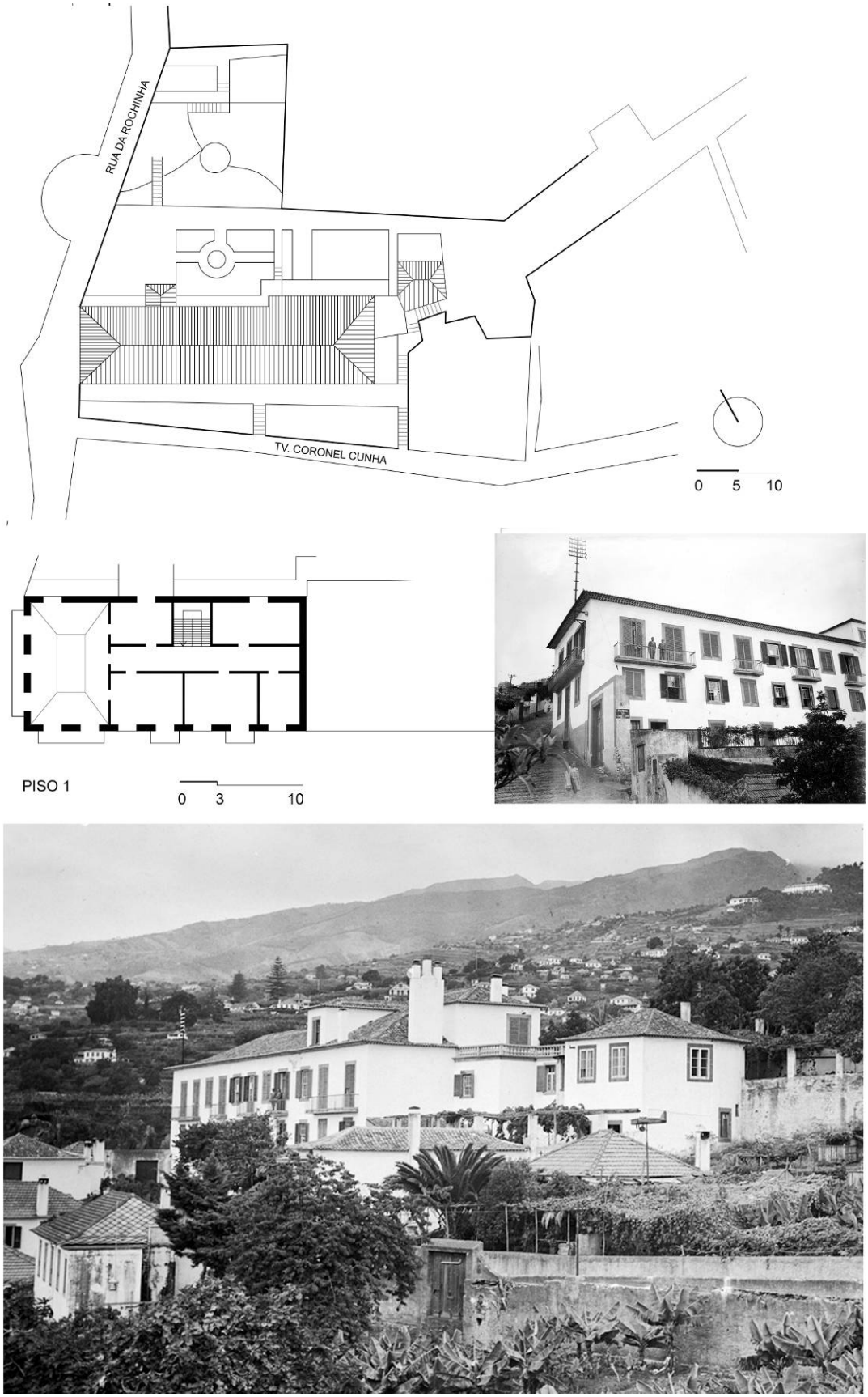
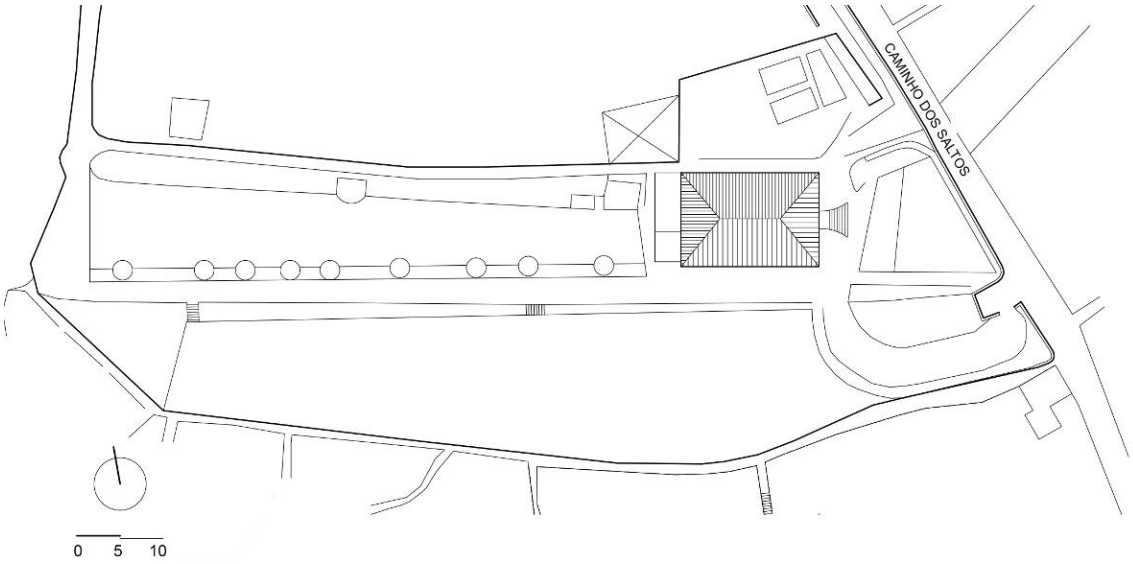


Fig. 103 [N.º 61] Quinta Hollway - Elizabeth (fontes: plt. imp.., ACMF; lvt. do Autor; fot. col. PMV)
[Originais tratados pelo Autor]



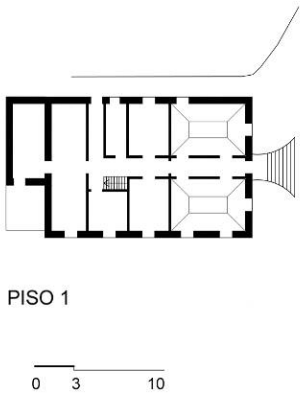


Fig. 104 [N.º 46] Quinta Olavo (fontes: plt. imp.., ACMF; lvt. e fot. do Autor)
[Original tratado pelo Autor]

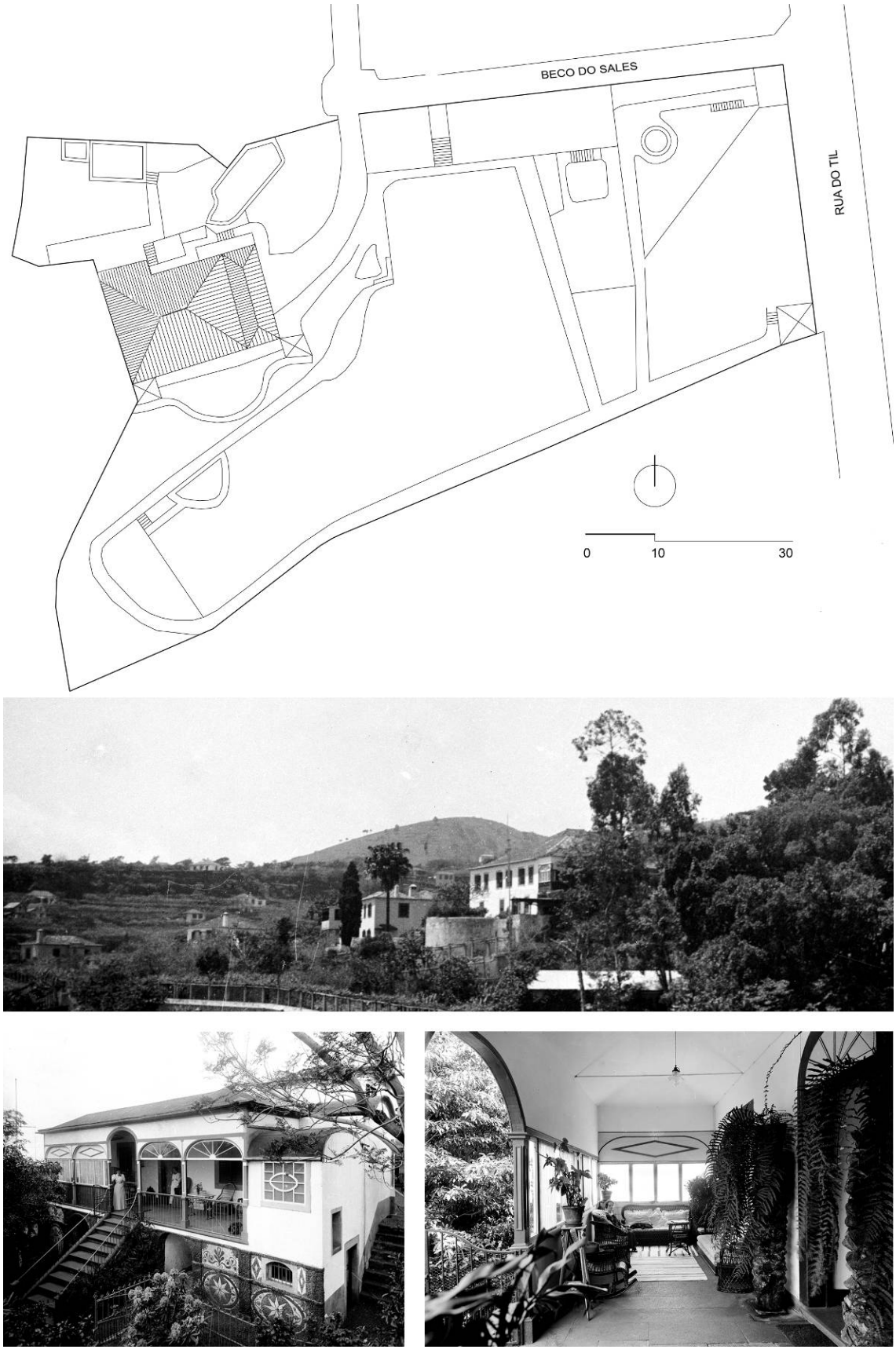


Fig. 105 [N.º 52] Quinta Sales - Pimenta - Saudade (fontes: plt. imp.., ACMF; fot. col. PMV)
[Original tratado pelo Autor]

Fig. 106 [N.º 6] Quinta da Vista Alegre - Pita - Stanford (fontes: plt. imp.., ACMF; fot. col. PMV) [Original tratado pelo Autor]

Fig. 107 [N.º 3] Quinta Perestrelo (fontes: plt. imp.., ACMF; fot. col. PMV)
[Originais tratados pelo Autor]

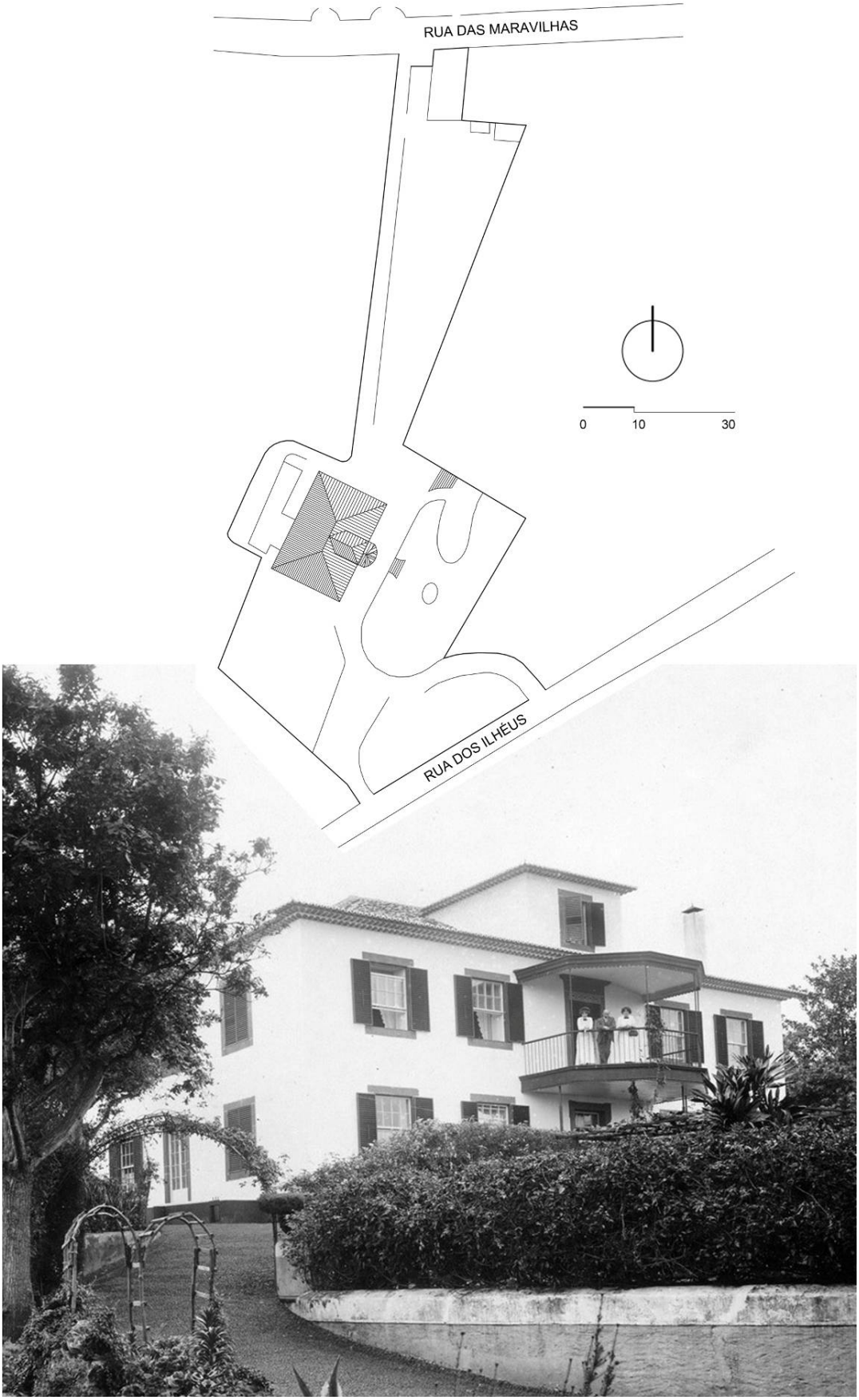


Fig. 108 [N.º 16] Quinta Faria (fontes: plt. imp.., ACMF; fot. col. PMV)
[Originais tratados pelo Autor]

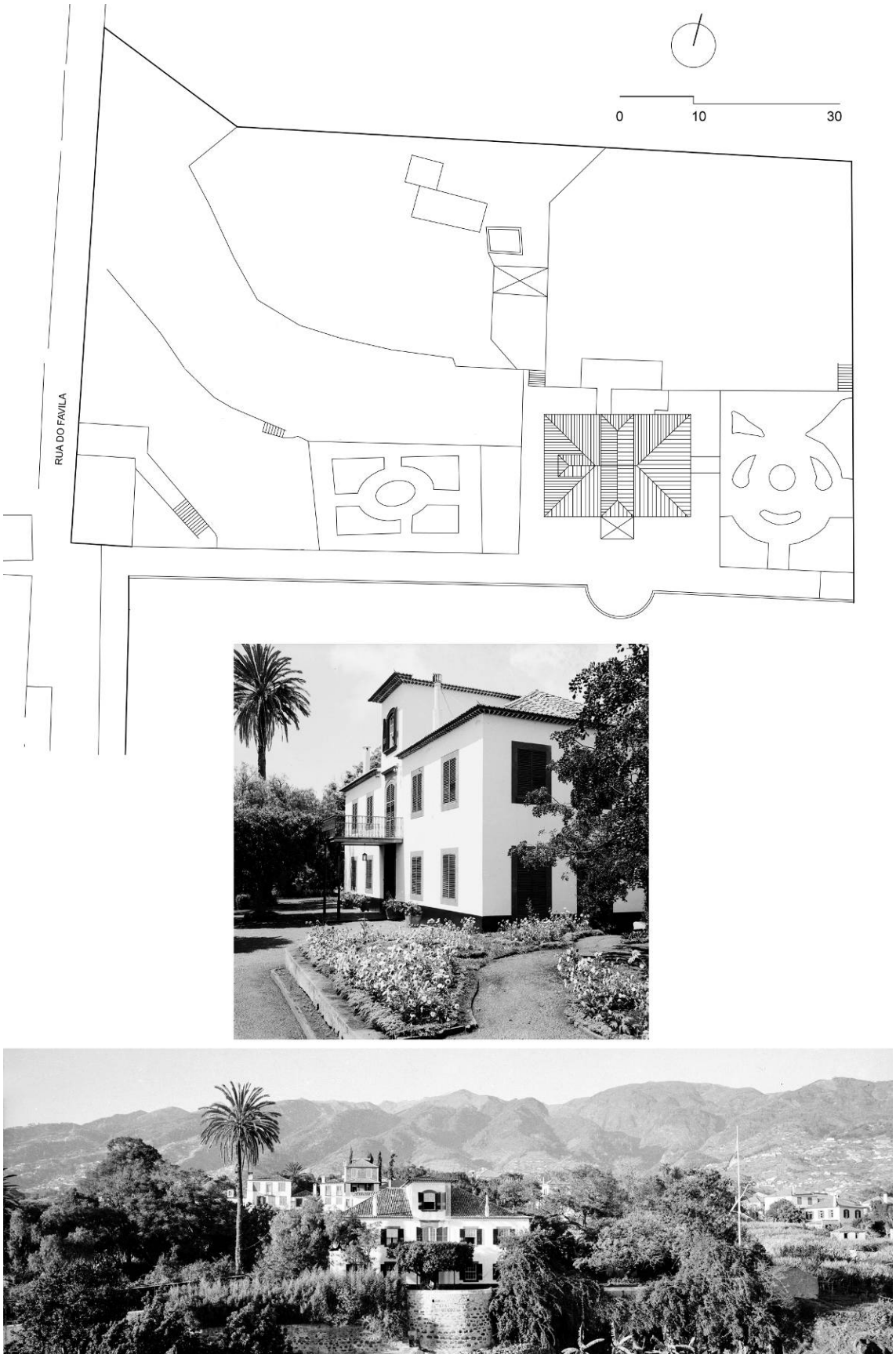


Fig. 109 [N.º 17] Quinta Favila (fontes: plt. imp.., ACMF; fot. col. PMV)
[Originais tratados pelo Autor]

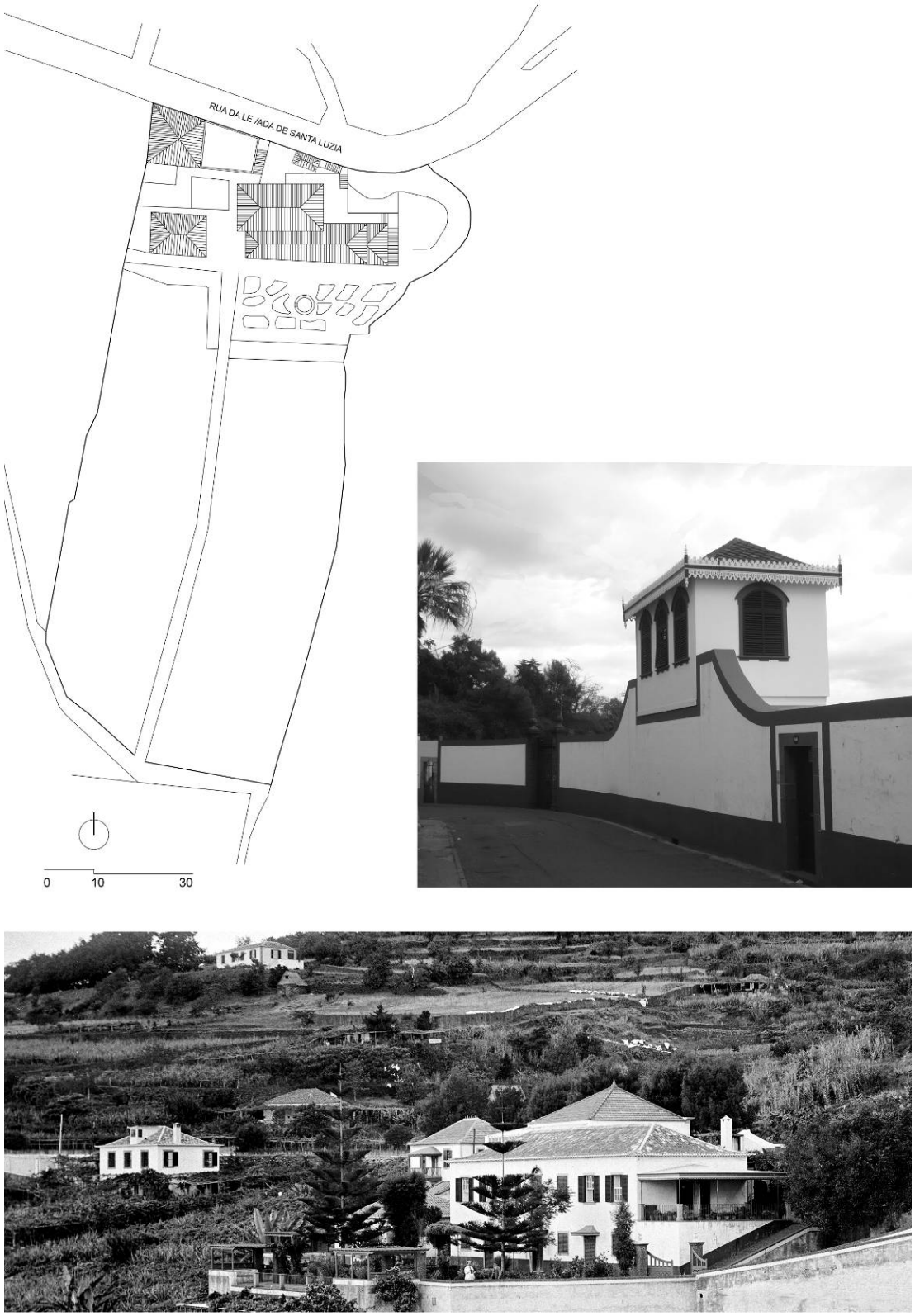


Fig. 110 [N.º 43] Quinta Loaring - Veloza - Kehog (fontes: plt. imp.., ACMF; fot. do Autor [casa de pazer]; fot. col. PMV) [Originais tratados pelo Autor]

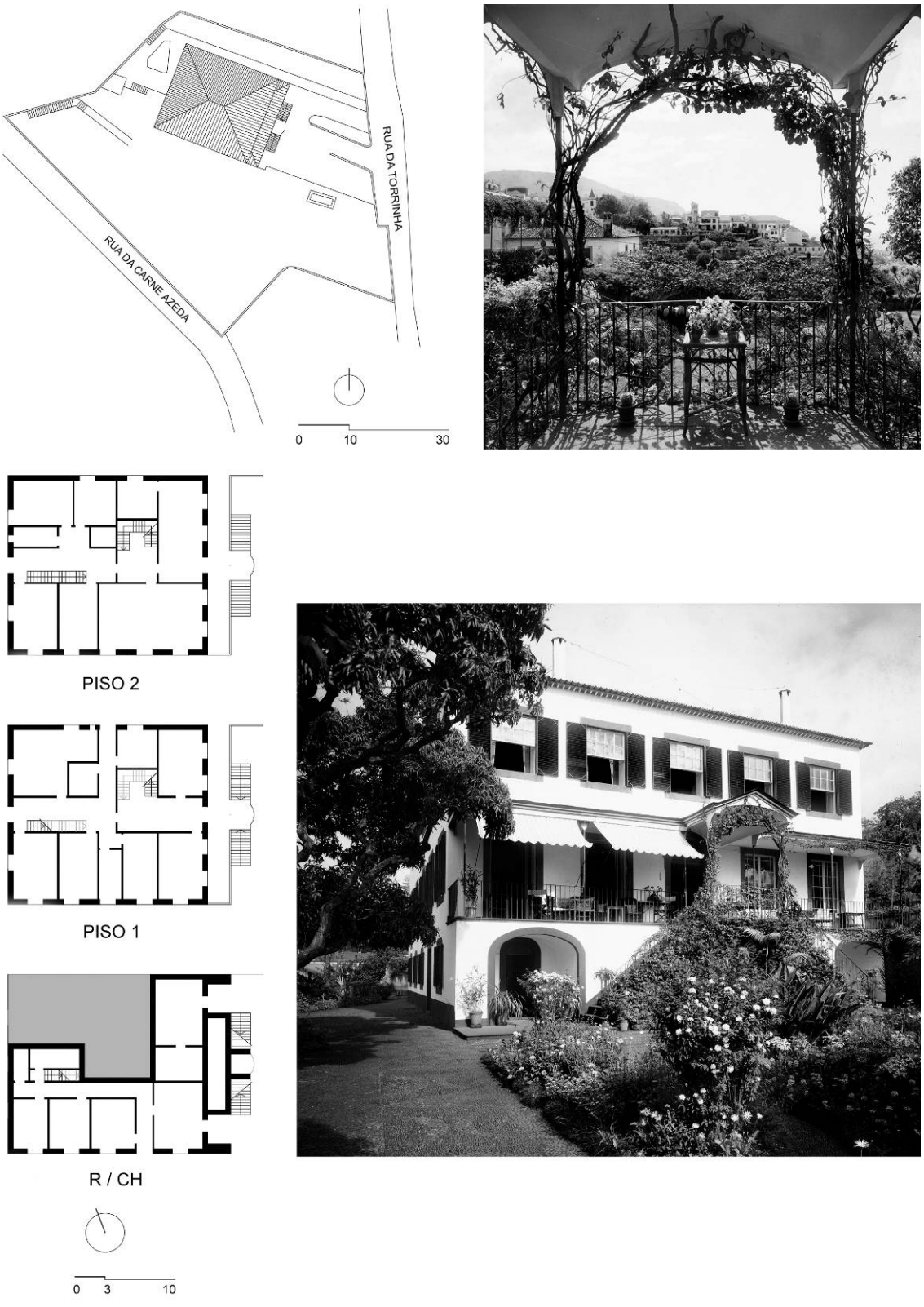


Fig. 111 [N.º 44] Quinta Lyra - Vidal - Vale Paraíso (fontes: plt. imp.., e plts. ACMF; fot. col. PMV) [Originais tratados pelo Autor]

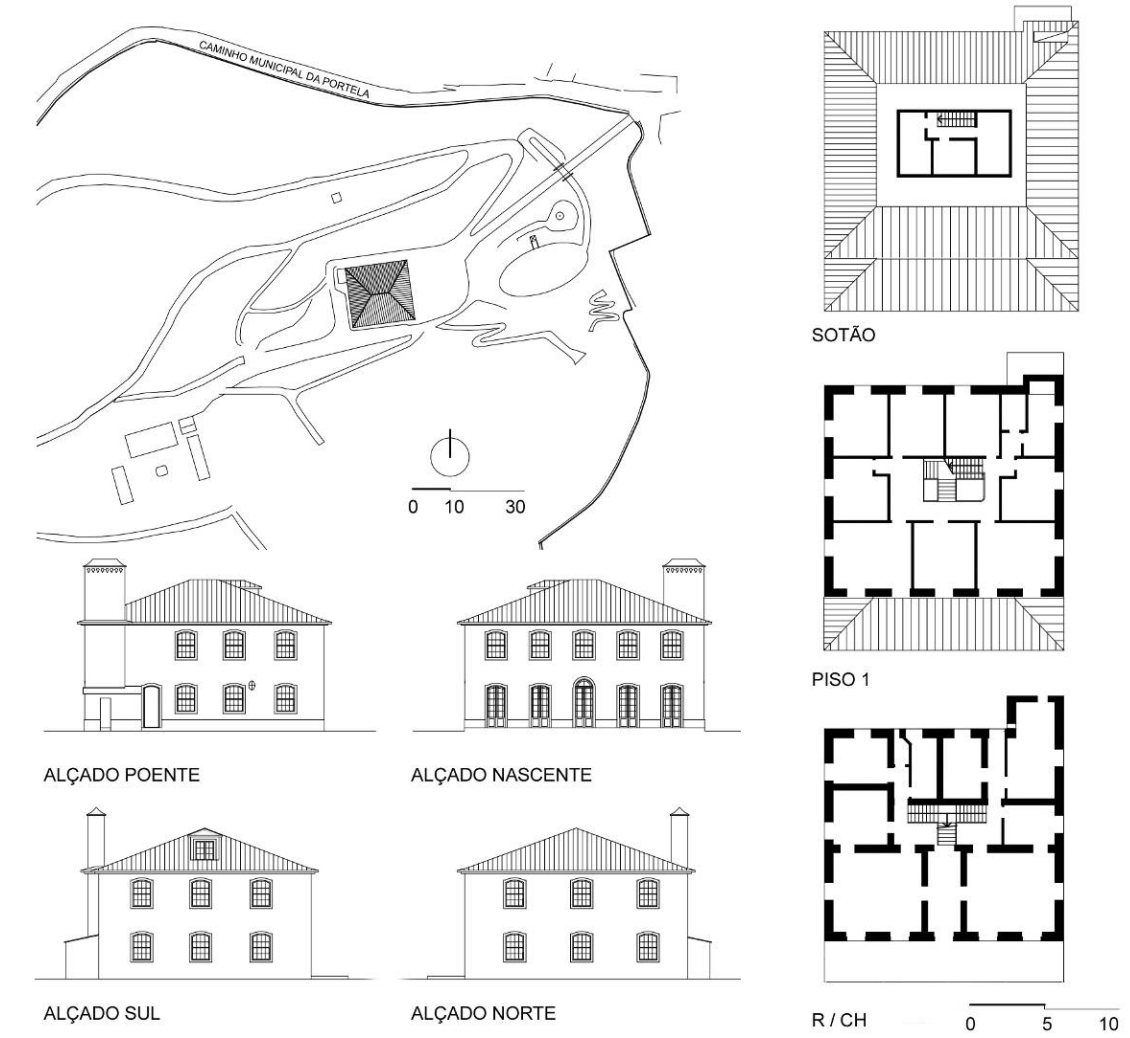


Fig. 112 [N.º 64] Quinta da Almas (fontes: plt. imp.., e lvt. Arq. J.F. Caires; fot. col. PMV) [Originais tratados pelo Autor]

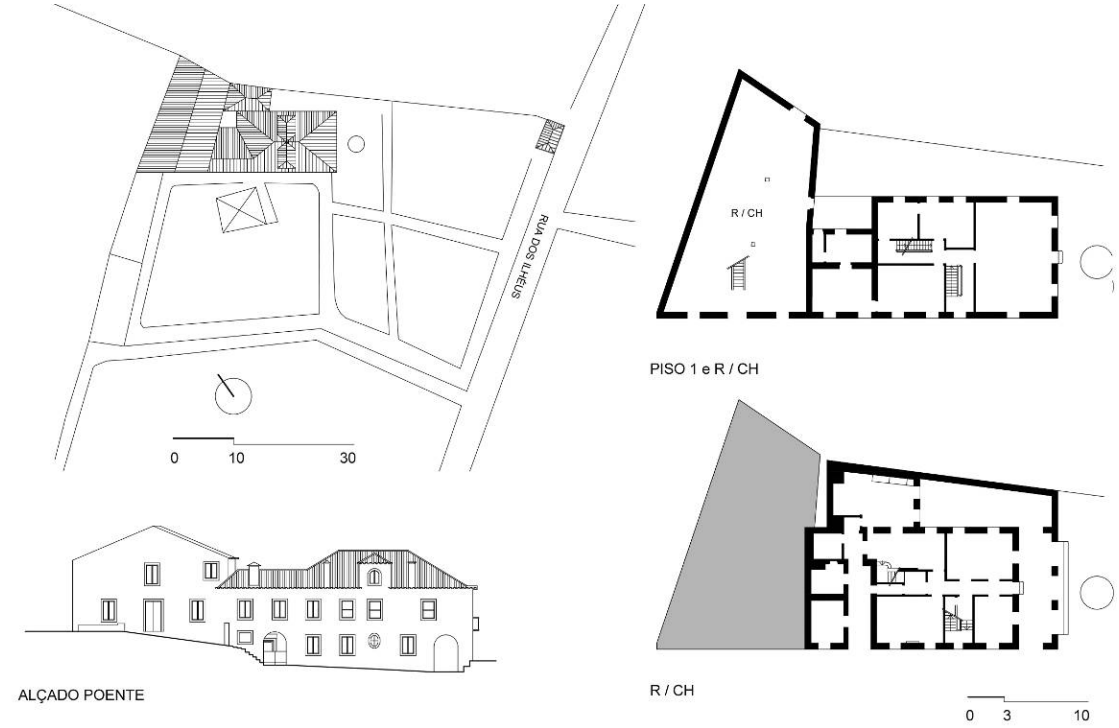


Fig. 113 [N.º 19] Quinta da Fonte (fontes: plt. imp.. ACMF; lvt. Arq. J.F. Caires; fot. do Autor)
[Originais tratados pelo Autor]

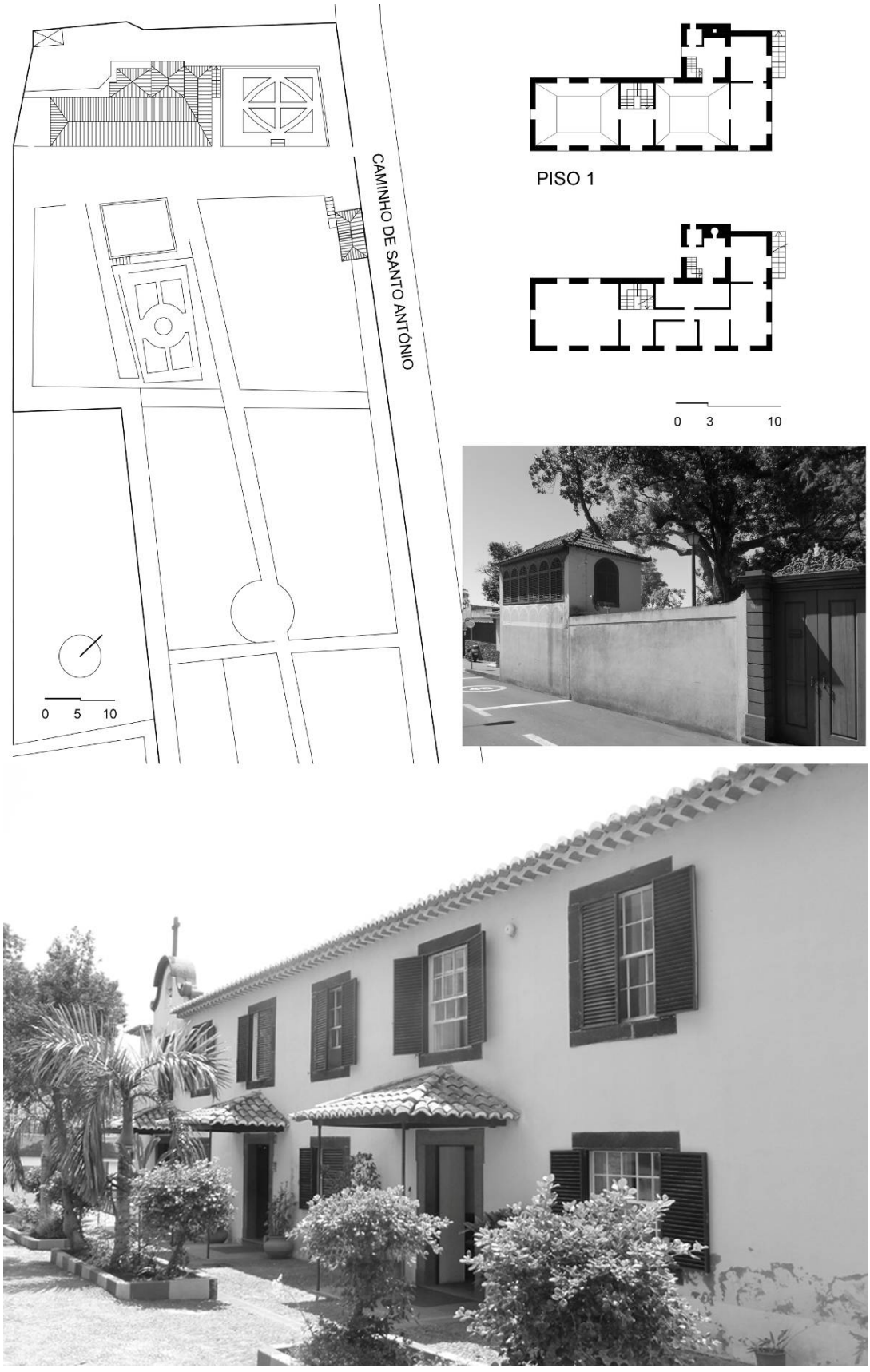


Fig. 114 [N.º 69] Quinta Josefina (fontes: plt. imp.. ACMF; lvt. Arq.ª Isabel Teixeira; fot. do Autor) [Originais tratados pelo Autor]

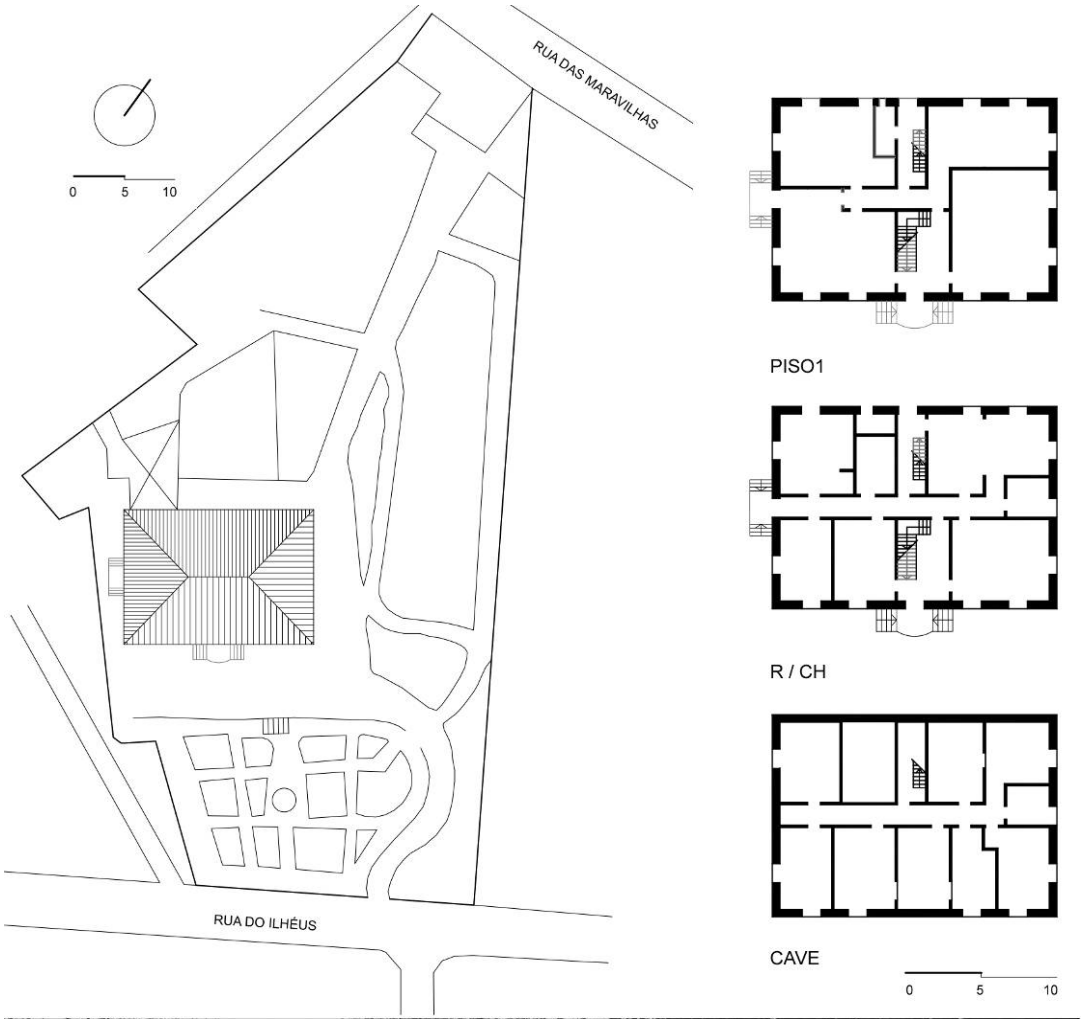


Fig. 115 [N.º 20] Quinta dos Ilhéus - Villa Amélia (fontes: plt. imp.. e lvt. ACMF; fot. do Autor) [Originais tratados pelo Autor]

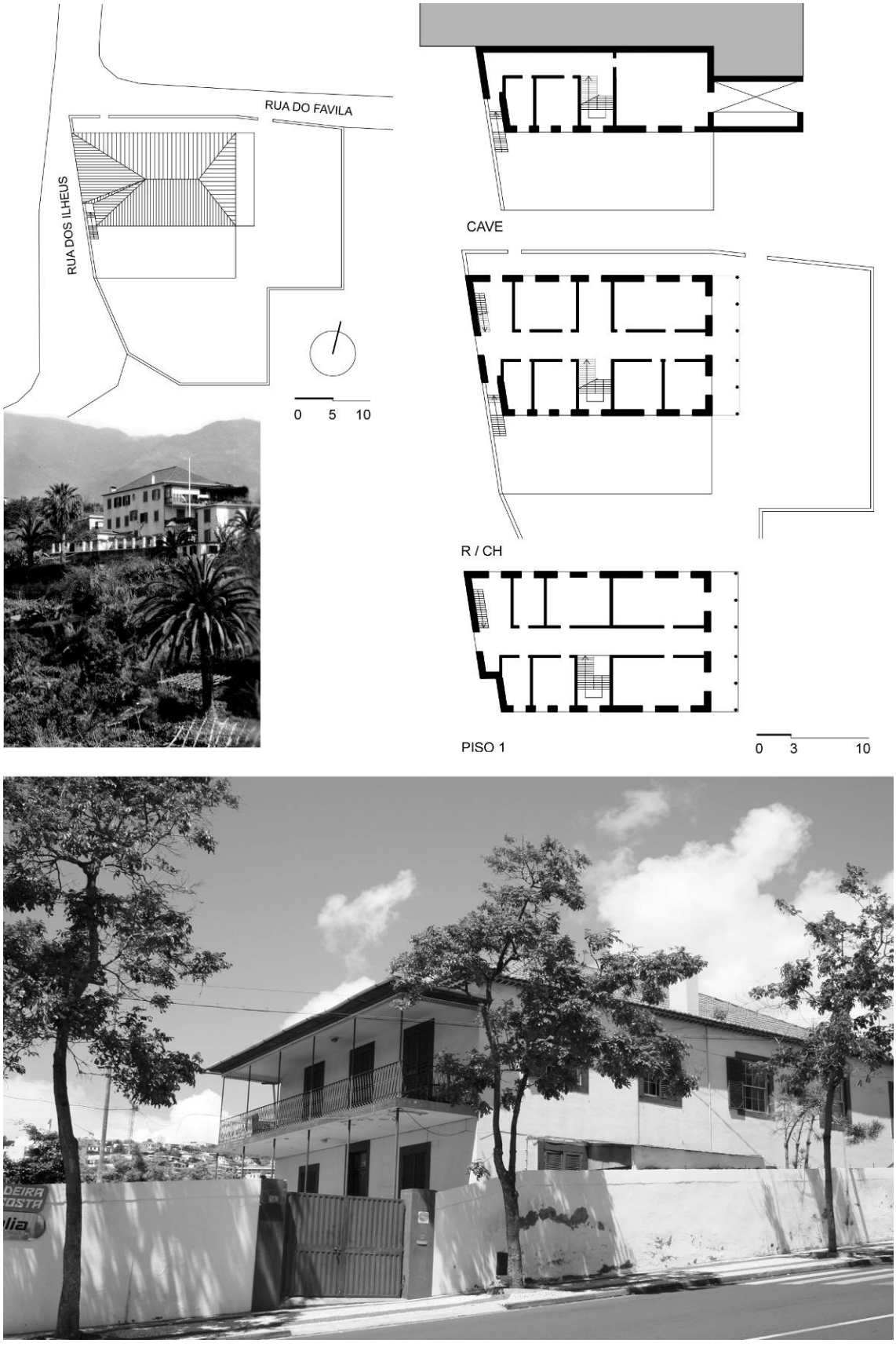


Fig. 116 [N.º 11] Quinta do Ribeiro Seco - Bianchi (fontes: plt. imp.. ACMF; lvt. e fot. do Autor)
[Originais tratados pelo Autor]

1.7 Quintas madeirenses e *fincas* canarinas

> The towns are infinitely cleaner than Funchal; wheeled carriages can be used with greater ease; and here also you can easily vary the climate by ascending some of the neighbouring hills. It wants, however, that greatest of all wants to an invalid – good accommodation. There are but two inns on the whole island, and the poor Spanish gentry are too proud to set their houses.
> William Wilde in *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and Along the Shores of the Mediterranean*, 1840.

No quadro das ilhas atlânticas, até ao último quartel do século XIX, as quintas de aluguer podem ser consideradas uma especificidade da Madeira. Nas Canárias, o seu aparecimento foi não só mais tardio, como teve uma expressão mais limitada – situação para a qual concorreram vários factores de ordem cultural, social e económica. Este «atraso» explica-se, em grande parte, pelo desinteresse que as elites locais manifestaram pela nascente indústria do turismo terapêutico. Na verdade, apesar das vantagens que, segundo a climatologia médica, o clima de Santa Cruz do Tenerife apresentava relativamente ao do Funchal – vantagens que James Clark, um dos mais reputados especialistas da época, estabelecera já em 1840[717] – esse desinteresse persistiu até aos anos 80 do século XIX.

Para tal contribuiu, em primeiro lugar, o preconceito com que a aristocracia local encarava os *invalids,* impedindo-a de alugar as suas casas àqueles que considerava serem portadores de uma doença letal e contagiosa. Foram abundantes os testemunhos dos viajantes a este respeito, incluindo o do próprio cônsul britânico no Tenerife que se queixava da situação nos seguintes termos: « *existe uma repugnancia arraigada para con los enfermos de tuberculosis y no los quieren*»[718]. O mesmo não aconteceu na Madeira, fosse porque muitas das quintas para alugar pertenciam a britânicos, fosse devido à proverbial hospitalidade com que os estrangeiros – enfermos ou saudáveis – sempre tinham sido recebidos pela população local. Mas, mais importantes que a arreigada repugnância pelos *invalids,* factores de outra natureza afastaram os proprietários canarinos do aluguer das suas *fincas*.

Com efeito, ao contrário do que aconteceu na Madeira, em que, ao ciclo económico do vinho sucedeu o do turismo terapêutico, nas Canárias, ao vinho sucedeu outro monocultivo de exportação: a cochonilha, insecto a partir do qual se extraía o lucrativo corante de cor carmim. Este trouxe elevados e céleres proveitos aos proprietários agrícolas,

---

[717] «*The climate of Santa Cruz possesses some advantages during winter, in point of temperature and dryness, over that of Funchal, but there are no accommodations for invalids*».Clark, *The sanative influence of climate*, p.280.
[718] Cf.: Nicolás González Lemus, *Las Islas de La Ilusion: Britanicos En Tenerife, 1850-1900*, 1. ed (Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, 1995), pp.324 – 325.

sobretudo aos do Vale de Orotava. A abundante riqueza fomentou o desinteresse por qualquer outra actividade que não fosse a exploração da cochonilha. Seria, pois, necessário esperar pela segunda metade da década de 80 do século XIX, altura em que a venda deste produto entrou em profunda crise nos mercados internacionais, para que toda uma classe de proprietários falidos, se visse obrigada procurar outras fonte de rendimento[719].

Como o testemunhou Whitford, a aristocracia arruinada do Val de Orotava passou então a alugar a contragosto as suas propriedades rurais e urbanas, fosse como instalações hoteleiras ou residência temporária dos enfermos:

> Fine old buildings are plentiful [...] Some of them are adaptable for hotel purposes, but where the owner is a fierce and proud hidalgo, he is naturally averse to allowing his pretty gardens, cool corridors, and lofty apartments to be converted to public uses. Since the aniline dyes destroyed the profit in the cultivation of cochineal, it is melancholy to relate that many old family owners of property have become poor, and, like the apothecary in Romeo and Juliet, not their will, but their poverty, consents to the sale of their hereditary lands and houses. There is no difficulty in renting premises suitable for private residence[720].

González Lemus constatou que, entre 1886 e 1889, nos arredores de Puerto de la Cruz, eram apenas quatro as casas arrendadas a estrangeiros, sendo duas delas exploradas como hotéis[721]. Em 1890, de acordo com o mesmo autor, este número ascendeu a 23, incluindo as *boarding-houses*, isto é, aquelas que eram exploradas em regime hoteleiro[722]. A comparação, durante o mesmo período, com as quintas de aluguer existentes no Funchal, dá uma ideia clara das diferentes escalas que o fenómeno atingiu nas duas regiões: no ano de 1885, o *Hanbook for Invalids and Other Visitors* de James Yate Johnson contabilizava 96 quintas[723] para alugar na capital madeirense[724]. Não é, pois, de admirar que, poucos anos

---

[719] « *Many of its ancient nobility have vanished ; others have fallen in the world like the monasteries, and, though they still live in their ancestral houses, with imposing armorial bearings over the portals, they have perforce put aside the exclusiveness of the grandee, and turned their attention to trade and the science of money-making*». Charles Edwardes, *Rides and Studies in the Canary Islands* (London, T.F. Unwin, 1888), pp.95 – 96.

[720] John Whitford, *The Canary Islands as a Winter Resort* (London: E. Stanford, 1890), p.38. Burton, que esteve instalado numa destas casas em 1862, menciona também a qualidade da arquitectura doméstica da vila de Orotava: «It contains a few fine houses with huge hanging balconies and interior patios (courts) which would accommodate a regiment. '. They date from the 'gente muy caballerosa' (knightly folk) of three centuries ago». Burton, *To the Gold Coast for Gold*, p.140.

[721] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.409.

[722] Ibid., p.411.

[723] Cf.: Johnson, *Madeira its climate and scenery*, p.31; Cf.: Bjorn M. Hausen, «The Man behind the Eponym. Paul Langerhans--Life and Work. Part II. Postgraduate Studies, Travels, First Signs of Disease, Madeira», *The American Journal of Dermatopathology* 9, n. 2 (Abril de 1987): p.157.

[724] No Val de Orotava, entre 1886 e 1889, somando às unidades que existiriam em Puerto de la Cruz com as da Villa de La Orotava – a qual, pela posição que ocupava no vale, pode ser considerada a estância de

mais tarde, na sua edição de 1901, o Brown's Guide alertasse: «*Villas are plentiful in Madeira, but a good deal wanted in the Canaries*»[725].

O fenómeno não se restringiu, porém, à ilha do Tenerife: também na Gran Canária, em Tafira e Monte Lentiscal (Santa Brígida), a estância de altitude de Las Palmas, começaram a surgir, nas últimas duas décadas do século XIX, em lotes que se iam alinhando ao longo da estrada, algumas quintas de veraneio que tiravam partido do microclima de montanha. A verdade, porém, é que estas casas, mais do que para alugar a *invalids* na estação do Inverno, se destinavam a uma burguesia local, mais ou menos endinheirada, que, no verão, gostava de se refugiar em lugares mais frescos dos calores da cidade portuária[726]. O mesmo se pode dizer de La Laguna, a estância de altitude de Santa Cruz, onde, em finais do século, surgiram também residências de veraneio dos habitantes da cidade litoral.

Nas Canárias, portanto, as quintas de aluguer apenas ganharam folego na segunda metade da década de 80 do século XIX e, sobretudo, no Vale de Orotava. O seu aparecimento coincidiu com a tardia irrupção do turismo terapêutico, o qual, só atingiria o apogeu em 1890, ano de inauguração de dois grandes hotéis sanatoriais (ver Cap. III, 2.8.4), ambos projectados por arquitectos estrangeiros: o Hotel Taoro (Fig. 179) e o Santa Catalina (Fig. 180)[727]. Ao contrário do que sucedeu na Madeira, onde a quinta de aluguer precedeu o hotel, nas Canárias desenvolveu-se em concorrência com ele [728]. Esta foi outra das circunstâncias que contribuíu para diferenciar esta tipolgia nos dois arquipélagos. Interessa, pois, caracterizar sucintamente estas quintas, estabelecendo o que as distinguia, do ponto de vista arquitectónico, das suas congéneres madeirenses.

1.7.1 A questão tipológica

De acordo com Oliveira e Galhano, como já se mencionou, do ponto de vista da sua estrutura arquitectónica fundamental, as casas portuguesas dividiam-se em dois tipos: as

altitude – obtém-se um número substancialmente inferior ao registado no Funchal. De acordo com González Lemus, existiria uma pequena colónia britânica na vila de Orotava «*que en el año 1891 eran de 18 y que ya en 1895 llegará a acanzar la cantidad de 34*»; o autor não especifica, todavia, qual a percentagem de residentes «à estação» em quintas alugadas. Cf.:González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.404.

[725] Brown, *Madeira and the Canary Islands, with the Azores*, p.10.

[726] Cf.: Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.125.

[727] Cf.: Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, p.27.

[728] Concorrência essa que constitui uma das explicações para o insucesso do grande Hotel Taoro. Cf.: González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.379.

sobradas e as térreas[729]. As primeiras denotariam origens pré-romanas – o isolamento das serranias – e, as segundas, a influência das culturas romana e árabe. Embora esquemática e simplificadora, esta classificação pode ajudar a compreender o que, na sua essência, distingue a quinta madeirense da finca canarina. Na verdade, a quinta madeirense filia-se no primeiro tipo, o da «casa bloco», aquela em que todas as dependências – habitação, gados, arrecadações – se situam sob o mesmo telhado, por oposição ao tipo da casa pátio, que nas ilhas canárias prevaleceu, onde cada um destes usos se organiza em torno de um pátio – «*el principal eje vertebrador de la vivenda rural de todas las islas*»[730].

Comparando-a com as restantes casas da Macaronésia, José Manuel Fernandes considera também a habitação canária como sendo «mais miscigenada com valores padrões hispânicos – uso do pátio interno, ou aplicação da madeira nas molduras das fenestrações, em vez da pedra»[731]. As casas canárias de dois pisos, as «*casas altas y sobradas*» ou «*casas de la gente de posición*» – aquelas que mais interessam a esta investigação – tinham, com efeito, como característica mais comum, segundo Martín Rodríguez, «*la distribución general* [...] *en torno a un patio con galerías de madera, del que arranca la escalera a la planta principal*»[732] (Fig. 117). Este autor não teve, aliás, dúvidas em afirmar que esse pátio era « *un espacio constante en la vivenda canaria, constituyendo el núcleo en torno al cual se distribuyen las dependencias bajas y altas, el catalizador de todas las actividades de la casa*»[733] (Fig. 118).

Do ponto de vista tipológico, isto é, em tudo o que remete para a organização espacial e funcional do fogo, a «casa pátio» é, pois, distinta da «casa bloco». A origem histórica desta última, na sua versão erudita, remonta à *Villa* Fiesole, construída nos arredores de Florença, em meados do século XV, num lugar escolhido pelas panorâmicas que proporcionava[734]. Foi nesta *villa* compacta e de planta quadrangular, que, pela primeira vez, as residências dos Medici, abdicando do pátio interior se abriram integralmente para o exterior[735]. O tipo ressurgiu nos inícios do século XVIII, em Inglaterra, nas muitas reinterpretações de Palladio, em que a arquitectura deste país foi fértil[736].

---

[729] Oliveira e Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.
[730] Pedro C. Quintana Andrés, «El hábitat y la vivienda rural en Canarias: las transformaciones históricas de un espacio social», *Rincones del Atlantico*, 2008, p.12, http://www.rinconesdelatlantico.es/num5/2_pedro_quintana.html.
[731] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.184.
[732] Martín Rodríguez, *Arquitectura Doméstica Canaria*, p.170.
[733] Ibid., p.189.
[734] Cf.: Ackerman, *The villa*, p.74.
[735] Ibid.
[736] Na verdade, a casa compacta foi frequentemente revisitada pelo arquitecto italiano. Veja-se o caso da Villa Godi, da Villa Forni-Cerato, da Villa Foscari ou da Villa Rotonda.

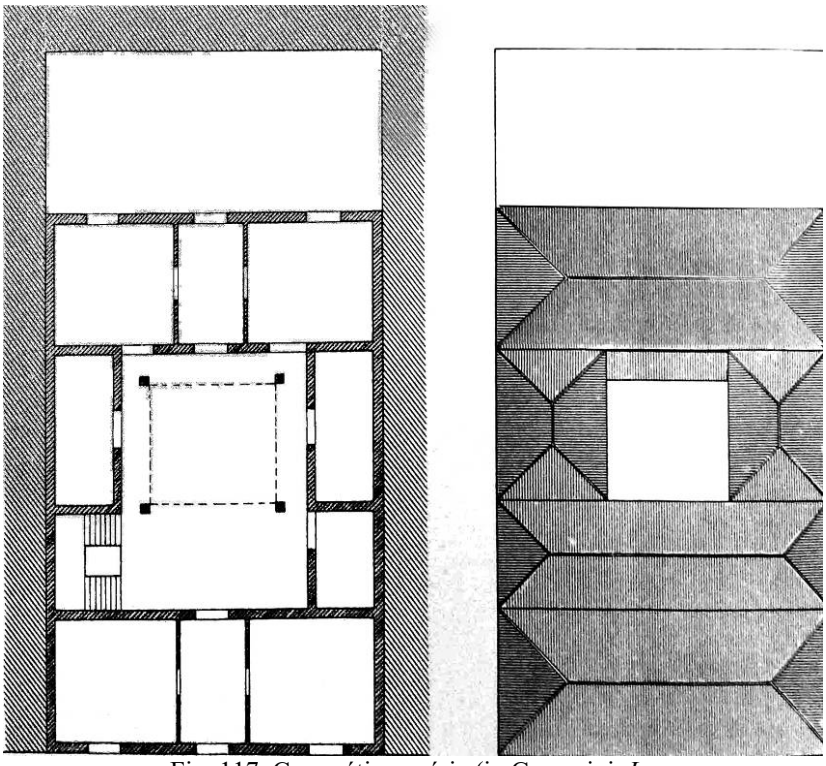


Fig. 117 Casa pátio canária (in Gasparini, *La arquitectura de las Islas Canarias, 1420-1788*)

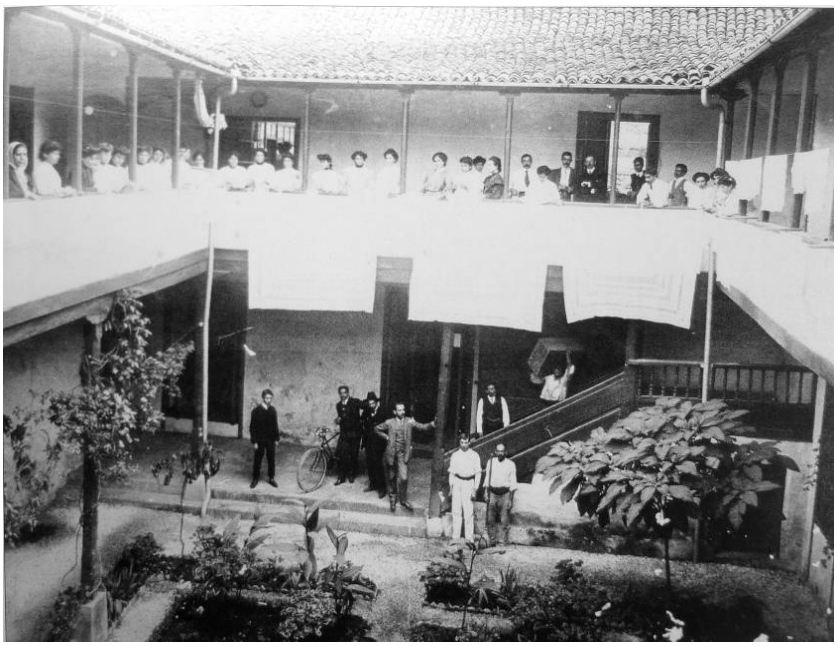


Fig. 118 Pátio interior de uma casa canária
(in Hernández, *Tenerife, Fin de Trayecto*)

Hernández Gutiérrez dá um vivo testemunho da má aceitação que, nas Canárias, a tradicional casa pátio tinha entre os britânicos, fosse como residência temporária ou

permanente[737]. Com efeito, o pitoresco da arquitectura local, apesar de muito apreciado, passava a alvo de severas críticas quando a organização interna da habitação não correspondia às exigências de conforto e higiene que os códigos da mentalidade vitoriana reclamavam. Faltava o quarto de banho, faltava a escada principal e a de serviço, que segregavam os circuitos de patrões e empregados, faltava o jardim exterior, envolvendo e dando intimidade à casa. Hernández Gutiérrez cita um documento do *Foreign Office* que, explicitamente, recomendava à comunidade britânica residente nas Canárias que não contratasse arquitectos locais «*ya que éstos no saben nada sobre fontanería y ventilación, y están acostumbrados al método del patio en el que les es imposible disponer de una escalera*[738]» [sublinhado meu].

Na Madeira, uma exigência destas não teria tido cabimento, não só por não ter havido, durante todo o século XIX, arquitectos locais, mas também por ser inexistente, na arquitectura doméstica do arquipélago português, a tradição da casa pátio. O que predominava era a «casa bloco», uma tipologia aqui designada como o tipo 3 – a casa compacta de origem oitocentista (ver Cap. III, 1.6.3) – isolada no lote urbano ajardinado, com dois ou mais pisos, coberta por um telhado de quatro águas, planta quadrada ou rectangular e duas escadas interiores – uma principal, geralmente centralizada, e uma secundária destinada ao serviço. Este tipo, o mais comum nas quintas de aluguer madeirenses, tinha resultado, como se viu, de um lento processo de miscigenação, em que a arquitectura insular se foi afeiçoando às exigências dos britânicos. No interior do austero e frugal invólucro, a organização funcional do fogo e os seus acabamentos obedeciam aos sofisticados padrões de conforto da clientela vitoriana.

1.7.2 C*ottages* de aluguer

Ao contrário do que aconteceu com as primeiras fondas que se instalaram em casas pátio (ver Cap. III, 2.8.1), raras terão sido as casas tradicionais canárias que entraram no mercado do aluguer. Esta circunstância ficou a dever-se, como já se referiu, a dois factores: a recusa dos seus proprietários a alugá-las a *invalids* e o facto de estes últimos as considerarem incómodas e insalubres. As residências alugadas pelos enfermos foram, portanto, na sua grande maioria, construídas em finais do século XIX, inícios do século XX, distinguindo-se das tradicionais casas canárias por serem todas elas de um tipo compacto e

[737] Cf.: A. Sebastián Gutiérrez and Carmen Milagros González Chávez, *Arquitectura Para La Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX* (Santa Cruz de Tenerife; Las Palmas de Gran Canaria: Viceconsejería de Cultura y Deportes, 2009), pp.115 – 116.
[738] Ibid.

rodeadas por um jardim normalmente de pequenas dimensões. Os seu proprietários tanto podiam ser locais, como britânicos residentes – a quem, aliás, o *Foreign Office* recomendava a autoconstrução, sempre que o aluguer excedesse um determinado valor[739].

Nesse caso, os ingleses recorriam aos serviços de um arquitecto da sua nacionalidade a residir na ilha, ou aos famosos *pattern books*, onde era possível escolher, num catálogo, o *cottage* que melhor se adaptava às necessidades de cada um. Os proprietários locais, por sua vez, quando construíam a sua casa, graças a um processo de aculturação a que a historiografia canária dedicou exaustivos estudos[740], acabavam por aderir às tipologias e repertórios formais da arquitectura de inspiração inglesa – um figurino de importação que Hernández Gutiérrez inclui no contexto do *Arts & Crafts* e do eclectismo de finais do século XIX:

> [...] junto a unas formas concretas de techos pronunciados, de pináculos anacrónicos y otros elementos provenientes de la arquitectura del norte de Europa se desarrolló un exuberante jardín que a modo de presentación exhibía 'por obligación' un drago, una palmera y una araucaria[741].

Deste modo, nasceu um curioso conjunto de *cottages*, ainda hoje visíveis no Vale de Orotava, dos quais é possível citar como exemplo *la Palmita* (Fig. 119), contruído em 1889, cujo desenho foi copiado por um proprietário local de uma revista inglesa, ou *la Marzaga* (Fig. 120), já de finais do século XIX, encomendado por um farmacêutico da Vila de Orotava que o destinou ao mercado de arrendamento[742]. Evocando castelos medievais, surgiram, pela mesma época, em Los Realejos, *el Castillo* (Fig. 121), mandado construir por um residente de origem anglo saxónica e, em La Laguna, no *Paseo de la Universidad*,

[739] Cf.: Ibid., p.115.
[740] Sobre este tema existe uma vasta bibliografia da qual se refere a mais relevante no que respeita à arquitectura: *Canarias e Inglaterra a través de la historia*, 1a. ed (Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1995); González Lemus, *Comunidad britanica y sociedad en Canarias*; A. Sebastián Hernández Gutiérrez, «Arquitectos e ingenieros ingleses en las Islas Canarias», em *Canarias e Inglaterra a tavés la historia* (Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1995), 193–217; Hernández Gutiérrez, «Somers & Micklethwaite en Canarias»; A. Sebastián Hernández Gutiérrez, «Arquitectura inglesa en Canarias: pautas de comportamiento», 1992, 633–38; Hernández Gutiérrez e Abreu, «The Orotava Library. Tiempos de gestión y construcción (1831-1903)»; Cf.: Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*.
[741] Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.116.
[742] Cf.: González Lemus, *Comunidad britanica y sociedad en Canarias*, p.198; González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.403.

Fig. 119 *La Palmita,* Tenerife, Vale de Orotava (fot. do Autor)

Fig. 120 *La Marzaga,* Tenerife, Vale de Orotava (fot. do Autor)

Fig. 121 *El Castillo,* Tenerife, Vale de Orotava (fot. do Autor)

um *revival* da mesma inspiração (Fig. 122), casa de veraneio da família De la Puerta[743]. Embora raros, casos houve em que as casas tradicionais foram objecto de adaptações. Estas eram, todavia, tão radicais, que por vezes apagavam a preexistência, como sucedeu na *Casa de la Paz de Arauz*, um edifício originário de finais do século XVIII[744].

Fig. 122 Casa da família *De la Puerta,* Tenerife, La Laguna (fot. do Autor)

Todas estas residências, escusado será dizê-lo, tinham intencionalmente abolido o pátio central, apesar deste ter teimosamente subsistido na arquitectura doméstica canária até finais do século XIX, como sucedeu na curiosa casa de recreio em Tafina Alta (Fig. 123), da autoria do arquitecto Fernando Navarro, onde a par do aparatoso figurino de importação, a solução claustral persistiu[745]. A contratação de arquitectos locais para a elaboração dos projectos de quintas de aluguer ou das residências familiares das poderosas famílias

[743] Cf.: González Lemus, *Comunidad britanica y sociedad en Canarias*, pp.111 e 197.
[744] «*Se trata de una vivienda de tipo tradicional canario, probablemente de finales del siglo XVIII, que ha sufrido diversas reformas y añadidos a lo largo del siglo XX. Actualmente presenta una planta en escuadra. La crujía principal es la que dispone de fachada hacia el naciente. En ésta observamos tres huecos por planta, alineados simétricamente y con portada en el eje. La impronta británica se localiza tanto en los cerramientos, se sustituyó la teja original por la francesa, como en el jardín, que además del césped -introducido por la comunidad británica en el Puerto de la Cruz- cuenta con dragos, araucarias y palmeras canarias, unas especies que se repiten prácticamente en todos los jardines de tipo inglés que se esparcen por el Valle*». Cabildo Insular de Tenerife, «BOC Nº 073. Martes 15 de Abril de 2003 - 1596» (Cabildo Insular de Tenerife, 2003), http://www.gobiernodecanarias.org/boc/2003/073/022.html.
[745] Cf.: Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.209.

inglesas que controlavam a indústria local era, muitas vezes, apenas uma forma de contornar as dificuldades legais de aprovação. O projecto, na realidade, ou era da autoria de um arquitecto britânico, ou inspirava-se num *pattern book*[746]. Foi o que ocorreu na casa projectada pelo arquitecto Laureano Arroyo, em 1889, na periferia de Las Palmas (Fig. 124) – que viria mais tarde a dar origem ao Hotel Metropole[747] – ou, no Vale de Orotava, da casa do coronel Wethered, conhecida como *el Robado* (Fig. 125) ou do do *Risco de Oro* (Fig. 126), construído, em 1897, por Mr. Edward Campbell Philpot[748].

Fig. 123 Casa de recreio, Grã Canária, Tafira Alta (fontes: plt. in Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria: ciudad y arquitectura;* fot. do Autor)

Finalmente, outra característica de todos estes *cottages*, fossem eles residência permanente dos seus proprietários ou destinadas ao aluguer temporário, era o jardim – que os ingleses utilizaram como lugar de cura, convívio, disfrute da natureza e símbolo de diferenciação cultural. No caso das Canárias – quando comparado com a Madeira – esta dimensão simbólica parece mais ostensiva, na medida em que na arquitectura local, a tipologia claustral remetia o jardim a uma intimidade em tudo contrária à ecléctica exuberância com que os britânicos envolviam as suas casas das mais variadas espécies exóticas, relvados, campos de jogos e outros acontecimentos. Teve grande protagonismo no arquipélago espanhol o jardim em terraços do *Sitio Little* (Fig. 127), por ter sido nesta quinta, construída pelo escocês John Pasley, no primeiro terço do século XVIII que, pela primeira vez, surgiu nas Canárias o «relvado à inglesa»[749].

[746] Cf.: Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.115.
[747] Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, pp.272–273.
[748] González Lemus, *Comunidad britanica y sociedad en Canarias*, pp.114 e 121.
[749] Por ali passaram, entre outros, Alexander Humboldt, Marianne North e Olivia Stone «a quienes les debemos las mejores descripciones de este precioso lugar radiante de color». Cf.: Ibid., pp.114–115.

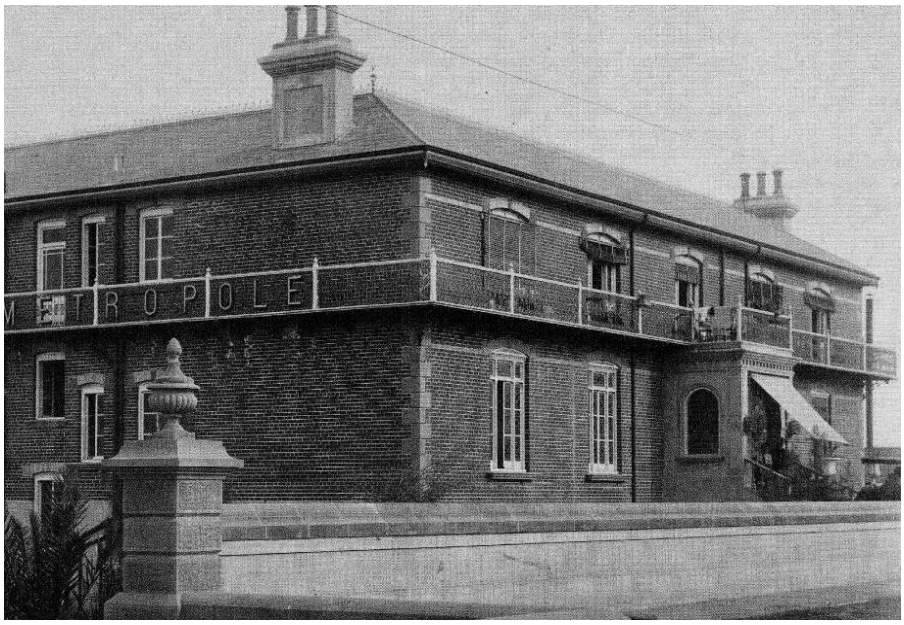


Fig. 124 Casa de Mr. James Pinnock, Las Palmas de Grã Canária (col. FEDAC)

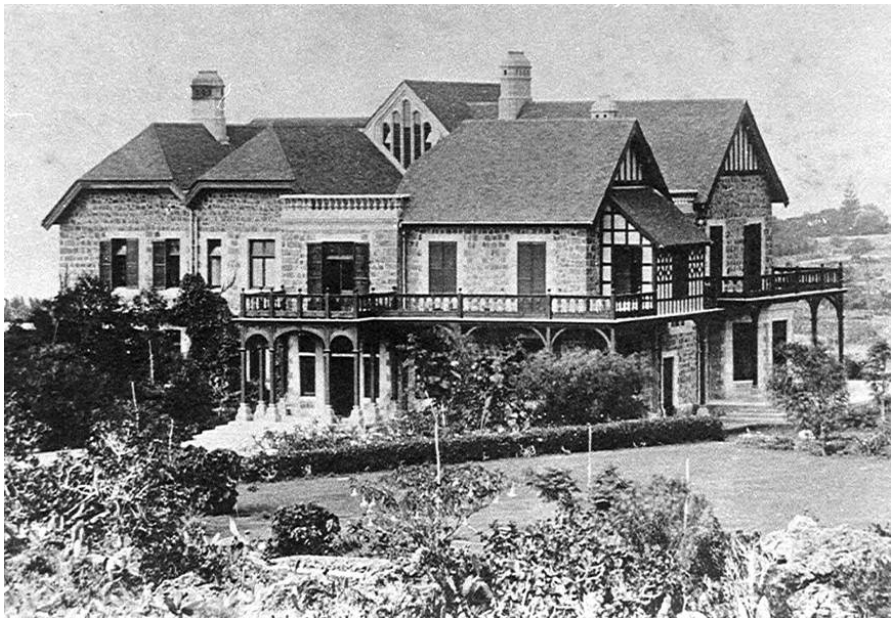


Fig. 125 *El Robado*, Tenerife, Vale de Orotava (col. FEDAC)

Fig. 126 *Risco de Oro*, Tenerife, Vale de Orotava (fontes: plt. e fot., http://hnosgarcianunez.es/riscodeoro/RincondeOro_parte1.pdf)

Fig. 127 *Sitio Little*, Tenerife, Vale de Orotava (fot. do Autor)

2. Hotéis e sanatórios

2.1 *Boarding houses* e *family hotels*

Na primeira metade do século XIX, não é possível falar em hotéis no Funchal – pelo menos na acepção que é hoje comum dar à palavra, que designa um estabelecimento de habitação temporária onde, para além da dormida, são prestados aos hóspedes toda uma série de serviços que, por vezes, atingem um elevado grau de sofisticação. As primeiras hospedarias – os *family hotels* e *boarding-houses* como lhes chamavam os ingleses, seus principais clientes – começaram por se instalar no centro da cidade, em casas – ou partes de casa – de habitação. À semelhança do que acontecia nas estâncias europeias, os enfermos vinham por uma estação – na Madeira, o Inverno – e muitos deles utilizavam

estes estabelecimentos apenas no início da estadia, enquanto não encontravam acomodação a seu gosto, quase sempre numa quinta de aluguer da periferia[750].

Em 1826, o Dr. Heineken, que começara por visitar a ilha como doente, acabando por aí se fixar, informava que no Funchal existiam, à época, quatro *boarding-houses* bem como muitas casas pertencentes a ingleses residentes, onde os enfermos e as suas famílias poderiam acomodar-se[751]. Mas logo os advertia que não esperassem encontrar nada de semelhante ao que havia nas estâncias do Sul de Inglaterra, em Brighton ou Cheltenham, pois ficariam desiludidos. Com efeito, nas termas de Cheltenham floresciam os sofisticados hotéis de arquitectura *Regency* e Brighton era, já nessa data, uma estância terapêutica de longas tradições[752]. Aí inaugurara em 1819 o *Royal York*, com 100 camas e dois salões de baile, em 1824 o *Norfolk Arms* e em 1826 – ano em que o Dr. Heineken escrevia os seus *Remarks on the Climate and Diseases of Madeira* – o *Albion* (Fig. 128), um edifício de fachada neoclássica ornada por esbeltas colunas toscanas[753].

Fig. 128 Royal Albion Hotel, Brighton (in Carder, *Encyclopaedia of Brighton*)

[750] Pevsner dá como exemplo o caso de Goethe que visitou regularmente a estância de Karlsbad entre 1795 e 1818 alojando-se em hotéis apenas enquanto procurava casa para alugar. Cf.: Pevsner, *A History of Building Types*, p.208.
[751] Cf.: Lyall, *Rambles in Madeira, and in Portugal in the Early Part of M.DCCC.XXVI with an Appendix of Details, Illustrative of the Health, Climate, Produce and Civil History of the Island*, p.340.
[752] Datam de 1768 as recomendações do Dr John Awsiter sobre as propriedades curativas da água do mar em Brighton. Cf.: John Awsiter, *Thoughts on Brighthelmston. Concerning Sea-Bathing, and Drinking Sea-Water.* (London: Printed for J. Wilkie in St. Paul's Church-Yard, 1770).
[753] Cf.: Timothy Carder, *The Encyclopaedia of Brighton*, 1st Ed. edition (Lewes: East Sussex County Council, 1990), pp.160,163.

No Funchal dessa época não era possível encontrar esta sofisticação – o seu número de visitantes sazonais não chegava a encher três ou quatro hotéis de Brighton. Aos olhos do viajante britânico oitocentista, a cidade, com cerca de 12000 habitantes, não passava, portanto, de uma pequena vila[754]. A verdade, porém, é que a amenidade do clima, e até a pacatez da vida na pequena capital insular, começavam a ser consideradas pela literatura médica da época como ideais para a cura da tísica e de toda uma panóplia de afecções pulmonares, e essas eram duas vantagens com que Brighton dificilmente poderia competir.

No segundo quartel do século o fluxo de enfermos foi crescendo, sustentado pelas recomendações da literatura médica e pelos relatos de todos quantos visitavam a ilha. O testemunho de John Driver, dado no prefácio das suas *Letters from Madeira,* é disso um bom exemplo: «*During the winter of 1834, about eighty persons visited the Island in search of health; whereas, in the season of 1837, upwards of three hundred invalids resorted thither to avoid the inclement weather of England*»[755]. Sobre o Funchal o autor lavrou a seguinte queixa: «*What seems most strange, in a city of this size, and where there are no hotels, is the want of 'cafès', generally so very numerous in all continental towns*»[756]. Fazia-se sentir, ainda, a falta dos equipamentos essenciais ao funcionamento de uma verdadeira estância de turismo terpêutico.

Driver registou e localizou com minúcia a lista das principais *boarding-houses,* quase todas elas se situavam dentro do perímetro urbano e os seus proprietários pertenciam à comunidade britânica aí residente[757]. Dedicando-se fundamentalmente ao comércio, esta comunidade começava a tirar rendimentos complementares de um negócio sazonal que não parava de crescer: o do alojamento temporário dos *invalids*. Sobre as condições e serviços prestados por estas *boarding-houses* Driver especificou: «*Their terms range from ten to fifteen dollars per week, for a sitting-room, bed-room, and board, inclusive of wine. Washing is extra* »[758]. Os serviços denotam o carácter informal destes estabelecimentos que, na sua maioria, eram «partes de casa» ou «anexos» que o seu proprietário arrendava à semana.

[754] A estimativa é feita com base na população das três freguesias urbanas do Funchal, a qual, em 1842, era de 12930 habitantes. Guerra, *Funchal : breve cronologia 1419-1976*, p.160.
[755] Na viagem que fez entre Lisboa e a Madeira, o autor contou 54 passageiros a bordo do navio, a maioria deles enfermos, o que lhe deixou a perturbante sensação de ter estado num «hospital flutuante». Driver, *Letters from Madeira in 1834*, pp.iv,v.
[756] Ibid., p.13.
[757] Começa nesta época o controle que esta comunidade exerceu sobre este sector de actividade – controle que se irá prolongar até meados do seculo XX.
[758] Driver, *Letters from Madeira in 1834*, p.iii.

Em 1840, William White Cooper, no *Invalid's Guide to Madeira* deu notícia da existência de apenas um hotel de «aspecto medíocre» na cidade e da persistente ausência de cafés[759]. No seu guia, apareceram classificados três tipos de alojamento temporário na Madeira – *family houses, family hotels e boarding-houses* – com informações sobre localização, preços praticados e serviços prestados. As *family houses,* quase sempre situadas na periferia da cidade, correspondiam ao que aqui se designa como quintas de aluguer (ver Cap. III, 1.1); as duas restantes categorias, distinguiam-se apenas pelo serviço de refeições: nos *family hotels* estas eram servidas ao hóspede e à sua família separadamente, enquanto nas *boarding-houses* havia uma sala de refeições comum onde todos os hóspedes almoçavam e jantavam.

Quatro anos mais tarde, William Wilde[760] queixava-se ainda da dificuldade que tinha tido em arranjar alojamento no início da estação de 1844, tal era a procura que então se verificava: « *It is much to be regretted that some enterprising merchant has not erected a number of small comfortable dwellings* […]*, for the reception of invalids, who, with their friends, last season (1842-3) amounted to nearly four hundred*»[761]. Lady Wortley, uma aristocrata inglesa, durante a sua estadia no Funchal em 1852, instalou-se no hotel Miles, à Rua da Carreira[762], o qual, de acordo com o seu testemunho, tinha já todas as características de um pequeno hotel[763]. Não havia na ilha nada que se assemelhasse ao brilho dos salões de Brighton ou aos passeios termais de Bath ou Cheltenham[764]. As pequenas hospedarias e os primeiros hotéis do centro nada tinham a ver com os elegantes hotéis a que recorria a sociedade vitoriana nos seus rituais de vilegiatura terapêutica. A maioria delas resultava da ampliação e adaptação de austeras construções de origem setecentista muito comuns no Funchal de intramuros (Figs. 302, 130).

[759] Cooper, *The Invalid's Guide to Madeira*, pp.21–22.
[760] Wilde, *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and along the Shores of the Mediterranean*.
[761] Ibid., p.75.
[762] Não se trata, portanto, do famoso *Miles Hotel* à Rua do Carmo, que mais tarde viria a ser adquirido por William Reid; tudo leva a crer que corresponde ao actual edifício no lote de gaveto entre a R. da Carreira e a R. do Quebra Costas.
[763] Esta intrépida viajante, que estivera na América do Norte, conhecia bem os hotéis do seu tempo, como o prova a curiosa observação que fez quando visitou Mafra: «*To what various purposes might, and probably would, this colossal pile be applied in different countries ! In America, it would most likely be a mammoth hotel*». De facto, à época, os hotéis americanos eram incomparavelmente mais avançados e sobretudo bastante maiores que os seus congéneres europeus – o Mount Vernon, por exemplo, em Cape May, nos U.S.A., inaugurado em 1853, tinha capacidade para mais de 2000 hóspedes! Stuart-Wortley, *A visit to Portugal and Madeira*, p.118; Pevsner, *A History of Building Types*, p.220.
[764] Nestas estâncias encontram-se, aliás, alguns dos melhores exemplares da arquitectura e do urbanismo inglês do período Regency.

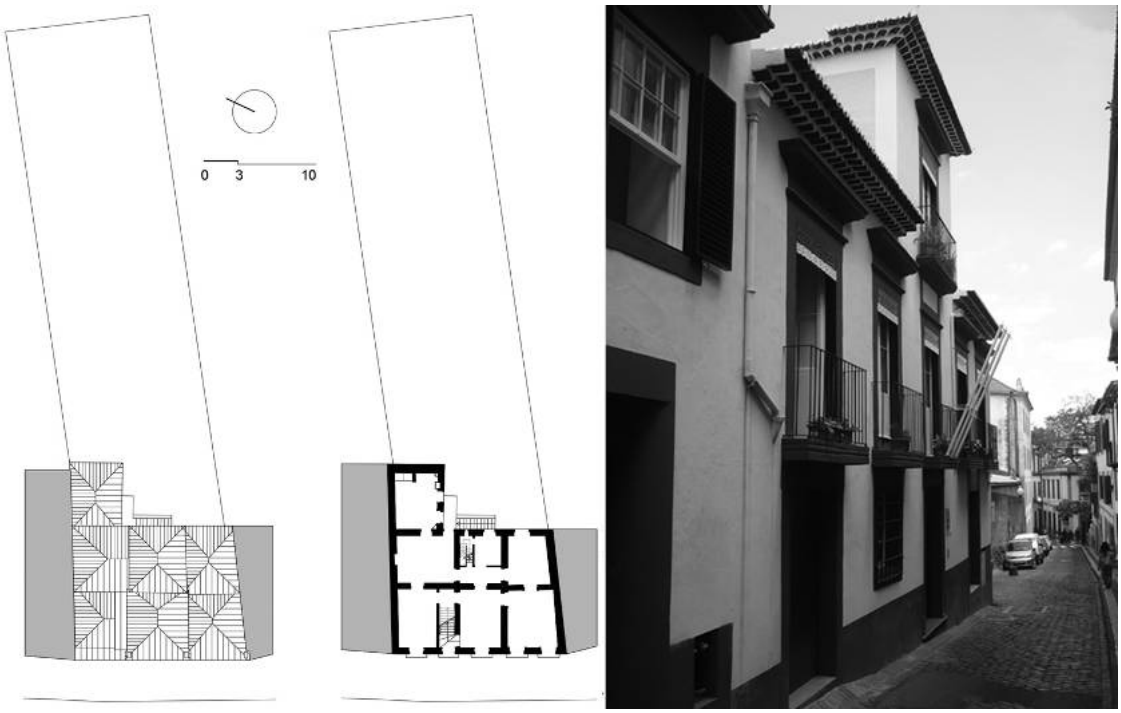


Fig. 129 Casa Jaquinet, Funchal (fontes: lvt. e fot. do Autor)

Salvo raras excepções, é hoje difícil identificar quais as que albergaram os primeiros *family hotels* e *boarding-houses* que aí se instalaram na primeira metade do século XIX. Através da descrição que deles fizeram os seus contemporâneos, e da análise daqueles que chegaram mais ou menos intactos até aos nossos dias, é possível, todavia, ter uma ideia aproximada de como seriam. De uma forma geral, nestes edifícios, o logradouro confinava com a fachada oposta à rua e, em alguns deles, elevava-se a característica *torre-avista-navios*, variante morfológica que se encontra com frequência na arquitectura funchalense dessa época (Fig. 129). A sua grande maioria tinha resultado da riqueza gerada pelo comércio do vinho na transição do século XVIII para o XIX. Do ponto de vista formal, os mais opulentos aproximavam-se da expressão do barroco continental, com a típica seriação dos vãos de sacada no andar nobre, todos eles ornados por cornijas em cantaria nos lintéis, compondo uma fachada rematada, ela própria, por cornija sob o beirado saliente[765].

O Dr Adams descreveu-os com minúcia: tinham, em geral, dois ou três andares. O rés-do-chão destinava-se ao comércio, adega ou arrumos e, quando dava para a rua, era dividido em pequenas lojas. Havendo dois andares acima deste rés-do-chão, o primeiro, de pé-direito mais reduzido, era reservado aos criados e o segundo, sob a cobertura, aos compartimentos mais importantes da casa[766]. Para além disso, os quartos, na opinião do médico, beneficiavam de uma situação arejada: «*all the houses of any consequcnce have their principal rooms in the upper floor which overlooks the neighbouring smaller*

[765] Cf.: Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.194.
[766] Cf.: Adams, *A Guide to Madeira. With Instructions to such as Repair to That Island for Health*, p.26.

buildings, and thus enjoys the sea breeze»[767]. Quanto aos acabamentos interiores, o autor regozijava-se com a existência de tectos e paredes de estuque bem como com as janelas em guilhotina, que tinham vindo substituir os primitivos rotulados de madeira. Tratava-se, com efeito, de resultados da influência inglesa, já abordadas no subcapítulo referente às quintas de aluguer (ver Cap. III, 1.2).

Se é certo que não havia na ilha nada que se assemelhasse à sofisticação dos salões de Brighton, o facto é que, a informalidade destas pequenas hospedarias inseridas na cidade de intramuros, prestava-se a outro tipo de experiências. «*Our bed-rooms* » – escrevia Lady Wortley – « *had a charming prospect of the mountains behind the town, and of some exceedingly pretty, trellised, terraced, turreted, and balconied, and belvedered houses, with very little gardens filled with very large bananas, besides orange-trees, and various plants and flowers*»[768]. Havia certamente miséria e muitos pedintes pelas ruas do Funchal, mas aos olhos do viajante oitocentista, provindo das grandes metrópoles europeias, nada disto era comparável com os seus pavorosos miasmas: as nuvens de *smog*, os rios saturados de esgotos, as misérrimas condições de vida e higiene nos bairros operários. Só tendo como pano de fundo este cenário cinzento é possível compreender o deslumbramento que a luz do Funchal, reflectida pela cal das suas fachadas, provocava em todos os que chegavam do Norte, da «civilização». Essa cidade de ruas estreitas, jardins cultivados e casas torreadas, onde não se ouvia o ruído do tráfego das grandes metrópoles, iria perdurar até aos anos 50 do século passado.

2.2 A cadeia Reid

A história da arquitectura hoteleira na Madeira – e do seu próprio turismo – é indissociável do nome Reid, nome ainda hoje ostentado pelo seu hotel com mais prestígio e com mais anos de actividade. William Reid veio para a Madeira em 1844. Quarenta anos depois, ele e os seus filhos William e Alfred tinham adquirido os mais importantes estabelecimentos hoteleiros do Funchal e preparavam-se para construir um novo: o *Reid's New Hotel* (Fig. 136). Em 1883, Richard Francis Burton deu conta da rápida formação deste monopólio:

[767] Ibid., pp.24–25.
[768] Stuart-Wortley, *A visit to Portugal and Madeira*, p.227.

> The healthofficer presently gives us pratique, and we welcome the good 'monopolist,' Mr. William Reid, and his son. The former, an Ayrshire man, has made himself proprietor of the four chief hostelries [...] Reid's has blossomed into the 'Royal Edinburgh;' [...] Miles's has become the Carmo, and Schlaff's the' German.' The fourth, Santa Clara, retains her maiden name; the establishment is somewhat collet monté, but I know none in Europe more comfortable[769].

Os restantes estabelecimentos, informava ainda este viajante, seriam todos de segunda categoria, incluindo o Hotel Central (Fig. 31), na entrada da cidade[770].

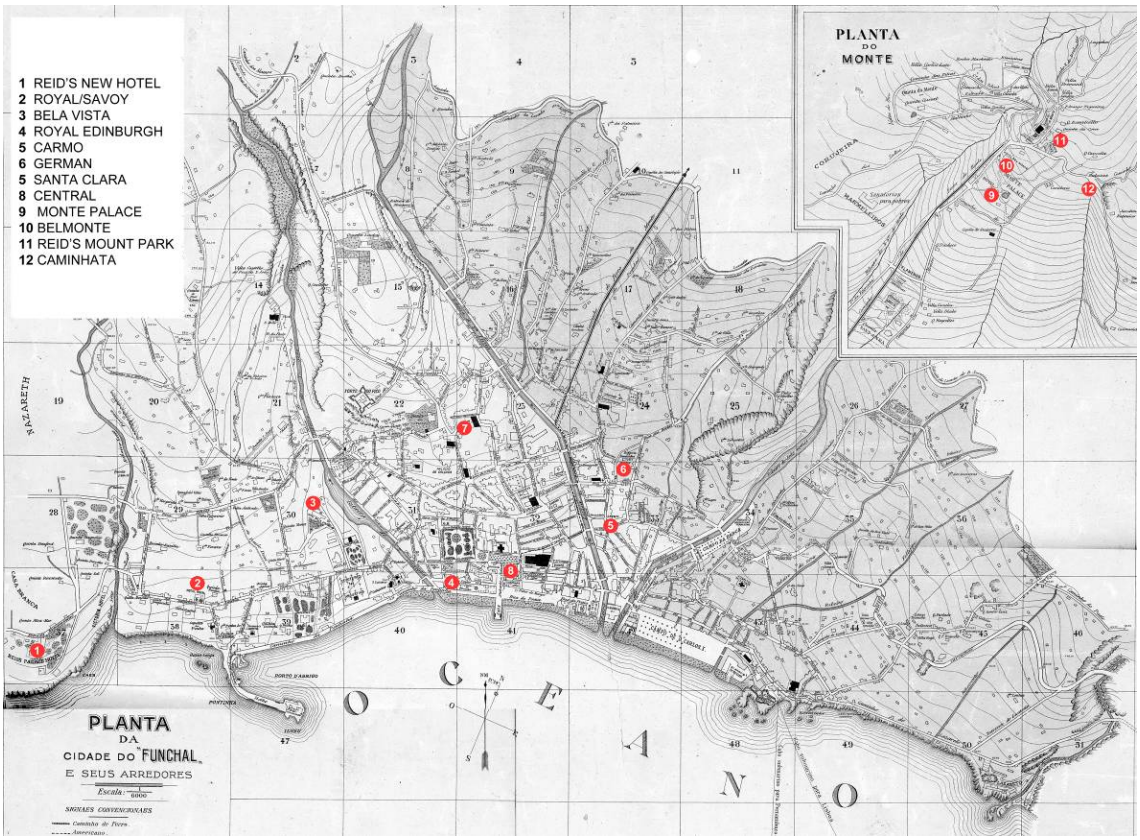
Por essa época, o fluxo de visitantes e de passageiros em trânsito aumentara consideravelmente. A viagem a vapor fazia-se então em cinco dias a partir de Liverpool ou Southampton, dois dias a partir de Lisboa – com carreiras regulares destes três portos. De Bordéus, Havre, Antuerpia ou Hamburgo era possível chegar à ilha com maior rapidez e por menor preço. As comunicações telegráficas com o continente através de cabo submarino iniciaram-se em 1874. É também por esta época que a qualidade dos estabelecimentos hoteleiros da ilha começou a ser tida em alta conta. Em 1878, Benjamin, que percorreu os arquipélagos atlânticos, não teve dúvidas em afirmar que «*The accommodations for visitors to Madeira are exceptionally good*»[771], ao contrário do que sucedia, por exemplo, no Tenerife – o *health resort* concorrente – «*poorly provided with accommodations for invalids or tourists*»[772]. Que hotéis eram estes? O que os distinguia das *boarding houses* da primeira metade do século?

Os principais pertenciam, como se referiu, à cadeia Reid. Dois deles, o *Royal Edinburgh* (Fig. 130) e o *German* (Fig. 132), antigo *Schlaff*, foram demolidos – para os caracterizar é necessário recorrer aos relatos dos hóspedes e às fotografias da época; os outros dois – o Carmo (Fig 131), antigo *Miles*, e o Santa Clara (Figs. 133, 134) – sobreviveram até hoje, encontrando-se o primeiro em estado de ruína e o segundo ocupado por um lar de terceira idade e alguns serviços do Governo Regional. Tal como as hospedarias, estes quatro hotéis localizavam-se perto do centro da cidade (Fig. 3.71) e estavam instalados em edifícios já existentes, alguns de origem setecentista, adaptados e ampliados.

---

[769] Burton e Cameron, *To The Gold Coast for Gold, Vol. I A Personal Narrative*, p.47.
[770] Em 1882, no seu guia, Ellen Taylor fazia também o resumo da situação: «On the steamer's casting anchor, the hotel agents are among the first to get on board. There is little or no competition, as the chief hotels in Funchal are owned by the Messrs. Reid, father and son ». Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it*, p.14.
[771] S. G. W. (Samuel Greene Wheeler) Benjamin, *The Atlantic Islands as Resorts of Health and Pleasure* (New York: Harper & brothers, 1878), p.265.
[772] Ibid., p.267.

Ao contrário daquelas, porém, estes hotéis eram maiores, prestavam serviços mais sofisticados e o lote urbano em que estavam inseridos apresentava, em alguns casos, generosos jardins, que podiam incluir campo de ténis ou de *croquet*. As longas permanências dos enfermos ao ar livre, nesses jardins ou em varandas de repouso – alpendres espaçosos onde sorviam as propriedades do ar puro e usufruíam da amenidade do clima – assim o requeria. O uso generalizado destes dois dispositivos – varanda de repouso e jardim – era uma novidade que resultava, em grande parte, das recomendações terapêuticas: longas permanências do doente ao ar livre. Face ao clima da ilha, a combinação de ambos acabava por constituir um excelente sistema de regulação térmica dos edifícios.



PLANTA II Planta do Funchal localizando os hotéis mencionadas neste estudo

2.2.1 *Royal Edinburgh*

Fig. 130 *Royal Edinburgh Hotel,* Funchal (col. PMV)

A descrição que a jornalista americana Charlotte Baker fez, em 1882, do *Royal Edinburgh* (Fig. 130) – que ocupava o quarteirão entre o Teatro Municipal e o parque de Santa Catarina – traduz bem a escala doméstica destes primeiros hotéis e a relação que teciam com os seus jardins:

> Adjoining the market-place[773] is the Royal Edinburg Hotel, not half so grand as its name, but excellent in all respects. More like an English cottage than a hotel, in external appearance, it stands in the midst of a pleasent garden, which, like all estates in the islands we have visited, is surrounded by a wall of lava twelve feet high and two feet thick[774].

Este quadro não constituía excepção – o Funchal era ainda, à época, uma cidade «porosa», em que, no lote urbano adjacente à fachada traseira da casa, surgia quase sempre o pequeno logradouro cultivado – sendo que, nas mais abastadas, este coexistia ou dava lugar ao jardim de prazer. Contudo, sobre os atributos do *Royal Edinburgh* nem todas as opiniões eram unânimes. Na mesma varanda onde Charlotte Baker, sentada em frente ao mar, se comprazeu com o silêncio nocturno, Sir Richard Francis Burton, um ano depois, queixou-se com veemência da «informalidade» do estabelecimento: «*it is rather a tavern than a hotel, admitting the 'casuals' from passing steamers and men who are not- welcome elsewhere*»[775].

Na verdade, o *Royal Edinburgh* não era nem um *English cottage* nem uma *tavern*. O seu pomposo nome, que advinha do patrocínio dado pelo Duque de Edinburgo quando, na qualidade de comandante do *Galatea*, aportara ao Funchal em 1867, parecia não corresponder, de facto, à modesta escala do edifício. A sua localização, apesar de próxima

[773] Tratava-se do antigo mercado de São João, onde hoje se situa o Teatro Municipal Baltazar Dias.
[774] Charlotte Alice Baker, *A Summer in the Azores: With a Glimpse of Madeira* (Lee and Shepard, 1882), p.143.
[775] Burton e Cameron, *To The Gold Coast for Gold, Vol. I A Personal Narrative*, p.47.

do mar, também não ficou isenta de críticas: Karl Mittermeyer, tisiólogo alemão, atento à qualidade do ar que os seus doentes deviam respirar, dá como principal inconveniente do hotel «as poeiras de um armazém de carvão que fica situado perto»[776]. O mais antigo estabelecimento da cadeia Reid, gerido pessoalmente pelo patriarca da família, William Reid, não era, pois, o que oferecia as melhores condições de conforto.

Tanto quanto é possível saber, tratava-se de um edifício de planta rectangular com dois pisos, inserido num lote ajardinado. A fachada Sul, identificável em gravuras e fotografias da época, tinha no primeiro andar – onde presumivelmente se situariam os quartos – sete janelas de sacada de recorte clássico das quais era possivel avistar o mar. Tudo indica que, originalmente, se trataria de uma casa urbana setecentista «de tipo senhorial» com dois pisos e uma organização interna sobre o largo, um piso nobre e a «loja» ao nível do rés-do-chão[777]. Na propaganda que faziam da sua cadeia, fosse em guias turísticos ou jornais, os Reid exibiam imagens do Santa Clara e do Carmo, deixando sempre de lado o *Royal Edinburgh*, talvez por ser dos mais modestos. Em 1892, quando eles próprios publicaram o seu guia da Madeira[778], dele já não constava este hotel, que terá encerrado por essa altura.

2.2.2 *Carmo Hotel*

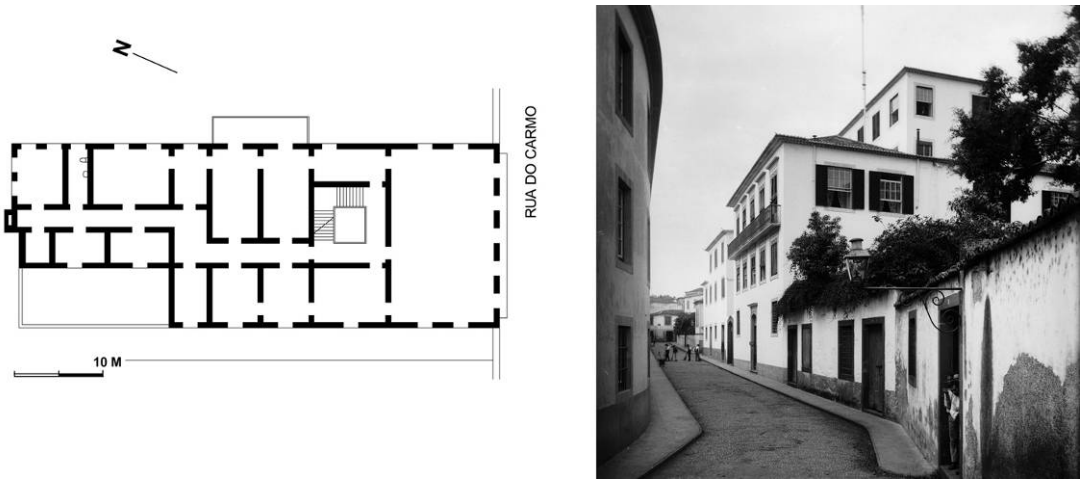


Fig. 131 *Carmo Hotel*, Funchal (fontes: lvt. do Autor; fot. col. PMV)

O *Carmo Hotel* (Fig 131) – *Miles* antes de pertencer à cadeia – situava-se na Rua do Carmo, onde ainda hoje sobrevive em estado de ruína. Foi adquirido pelos Reid em finais da década de 70 do séc. XIX. O portão em ferro forjado que ladeia a sua austera

[776] Carl Mittermaier e Julius Goldschmidt, *Madeira und seine Bedeutung als Heilungsort: Nach vieljährigen Beobachtungen geschildert* (Leipzig, 1885), p.23.
[777] Cf.: Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.170.
[778] William Reid, Alfred Reid, e Harriet Ames, *Madeira : A Guide Book of Useful Information with Illustrations and Maps* (London: F. Passmore, 1892).

fachada de três pisos ostenta ainda a data provável de construção: 1836. Ao nível do terceiro andar – o andar nobre – cinco vãos de desenho classizante, guarnecidos a cantaria da região e unidos por uma sacada corrida, serviam o grande salão de estar do hotel. A eixo, a larga porta de entrada, de uma só folha, era de sólida carpintaria. Tão sólida que terá resistido, numa noite agitada de 1889 [sic], como relata Bidle, às investidas de alguns populares sequiosos de ver correr sangue britânico, em mais um dos muitos episódios que a traumática «questão do mapa cor-de-rosa» originou[779].

Desta porta acedia-se ao átrio de entrada de onde arrancava uma escada de bom passo, em madeira, que dava acesso a todos os pisos do edifício, incluindo a *torre-avista-navios*. Este dispositivo, muito comum na maioria dos hotéis da época, tinha passado a funcionar como mirante para usufruto dos hóspedes que aí acediam para pintar ou fotografar a paisagem[780]. Quando descreve o hotel onde ficou alojada em 1853, Isabela de França poderia estar a falar do Carmo Hotel, tais as semelhanças que ambos apresentavam:

> At last we arrived at our hotel in the Carreira, the principal street in Funchal. A very large, heavy door stood open, leading into the Patio, a sort of entrance hall, level with and paved like the street. Nearly all the best houses have this Patio, into which people on horseback, or in palanquims, ride at once, and dismount under cover, at the foot of the stairs. We alighted at the door, and went up a flight of stone steps, at the top of which our Hostess appeared, and led us to our apartments[781].

O *Patio* é, aqui, não um pátio a céu aberto, como sucedia nas casas tradicionais canárias, mas uma generosa caixa de escada cuja bomba era iluminada, no topo, por uma claraboia. A escada interior, à qual era concedido um grande protagonismo – através dela acedia-se ao piso nobre – foi, a partir de meados do século XVIII, uma solução comum nas grandes casas urbanas do Funchal. Construído em 1836, provavelmente por um mercador abastado, o Carmo Hotel, correspondia a uma tipologia de residência urbana que, no caso de Inglaterra, Girouard designou como o *central staircase plan* [782]. Não é pois de estranhar que,

[779] O Ultimatum britânico foi em 1890, pelo que é provável que o autor se tenha enganado na data ao mencionar 1889. Anthony Joseph Drexel Biddle, *The Land of the Wine;being an Account of the Madeira Islands at the Beginning of the Twentieth Century and from a New Point of View*, 1901, pp.31–33.
[780] Originalmente, estas torres constituíam pontos de observação do porto do Funchal e do seu movimento, permitindo colher informação vital para o comércio quotidiano de uma população que dependia totalmente do tráfego marítimo. Podiam ocupar duas posições: ou recuadas relativamente ao plano da fachada ou complanares com esta, fazendo, nesse caso, parte integrante da sua composição. Segundo Darias Príncipe é possível estabelecer um paralelismo entre estas torres madeirenses e «los miradores a la marina en las casas comerciales canarias». Cf.:Darias Príncipe, «Reflexiones Sobre Algunos Portuguesismos en la Arquitectura Canaria», p.142.
[781] França, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1845)*, p.51.
[782] Cf.: Girouard, *Life in the English Country House*, p.195.

Isabela de França, ao comparar as casas do Funchal com as de um bairro rico de Londres, tenha apenas sublinhado diferenças menores: «*Altogether, a first rate Funchal drawing room differs litle from a Belgravian one, except in having no fire place, and forms an extraordinary contrast to the bare stairs, and half clad domestics*»[783].

Do ponto de vista funcional, o *Carmo Hotel* era, portanto, um edifício originalmente concebido para habitação que pouco ou nada correspondia a um programa hoteleiro, comum já, à época, nos hotéis das grandes metrópoles industriais. Esta informalidade – a interpenetração das áreas públicas com as de serviço, quartos de tamanho muito variável, apenas uma instalação sanitária por piso – adaptava-se, todavia, aos padrões de uso da estância terapêutica, sobre os quais adiante se falará a propósito do hotel Santa Clara. A planta, de formato rectangular com corredor central de distribuição, denuncia um crescimento que se fez na perpendicular à rua. Dos seus quartos, que tinham fama de ser dos maiores e mais confortáveis da cidade, avistavam-se as montanhas e, no R/CH, teria havido um restaurante aberto ao público[784].

À semelhança do *Royal Edinburgh*, também aqui havia um jardim – do qual ainda hoje sobrevivem duas árvores – e uma varanda de repouso. A grande inovação terá sido, no entanto, o *court* de ténis – provavelmente o primeiro a ser instalado num hotel do Funchal. Em 1882, Ellen Taylor, no seu guia, refere-se nestes termos ao Carmo Hotel: «*Better known as Miles's Hotel, has for many years been one of the chief hotels; second to none for confort, cleaniness, and attention* [...] *Its spacious verandah and large garden, with its lovely mountain view and lawn-tennis turf ground, all contribute to its having for many years been very popular*»[785]. Este jardim de recantos e sombras onde, entre outros entretenimentos, terá havido uma jaula de macacos, desempenhou sempre um importante papel como lugar de estadia terapêutica para os muitos doentes que o hotel hospedava. O hotel encerrou na segunda década do séc. XX, vindo a ser ocupado pela sede do Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira e mais tarde por outros serviços.

[783] França, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1845)*, pp.65–66.
[784] O conhecimento que tive do edifício em meados dos anos oitenta, quando ainda não atingira o estado de ruína, deu-me a conhecer de perto algumas das suas qualidades: o conforto proporcionado, no Verão, pelo generoso pé direito das suas salas; a qualidade construtiva das carpintarias em janelas de guilhotina, portas interiores e escadas; os excelentes trabalhos de estuque em tectos interiores; só os soalhos em casquinha e alguns vigamentos, afectados pelos xilófagos, acusavam o desgaste do tempo.
[785] Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it*, p.15.

2.23 *German Hotel*

Fig. 132 *German Hotel,* Funchal (col. PMV)

Não longe do Carmo, situava-se o *German Hotel* (Fig. 132), também conhecido como *Hortas Hotel*, por estar nas imediações da Rua das Hortas. O edifício já não existe, sabe-se apenas que se localizava a Norte da Rua do Bom Jesus, entre a Rua da Conceição e a Rua das Hortas[786]. Antes de ser adquirido pela família Reid era conhecido como o *Schlaff Hotel* e foi sempre o preferido dos alemães, que a partir de meados do século começaram a chegar à ilha em maior número[787]. Atentos à nacionalidade da sua clientela, os Reid empregaram um gerente que falava alemão e mantiveram no hotel uma pequena biblioteca nesta língua, à qual se refere Paul Langerhans no seu *Handbuch fur Madeira* em 1885[788] . O hotel deixou de funcionar na viragem do século.

Os únicos elementos de que se dispõe sobre este estabelecimento mostram-nos um edifício de planta quadrangular, isolado num lote que à época se situava na periferia da cidade. Tudo leva a crer que os seus três pisos e a *torre-avista-navios*, terão resultado de um processo de adições a uma construção original de dois andares e cobertura de quatro águas, tipologia muito frequente nas quintas de aluguer. A fachada deixa, aliás, transparecer o carácter frugal e não erudito do original, o que terá demovido os proprietários de o fazer figurar nos folhetos publicitários da cadeia, onde nunca aparece a sua fotografia.

[786] A planta de Ellen Taylor comete um erro ao situá-lo a sul da Rua do Bom Jesus, entre a Rua das Hortas e a R. da Conceição.Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it*.
[787] Sobre a presença dos alemães na Madeira cf.: Wilhelm, «A Madeira entre 1850 e 1900: uma estância de tísicos germânicos»; Rebok, «La exploración naturalista de Madeira en el siglo XIX».
[788] Langerhans, *Handbuch für Madeira*.

2.2.4 *Santa Clara Hotel*

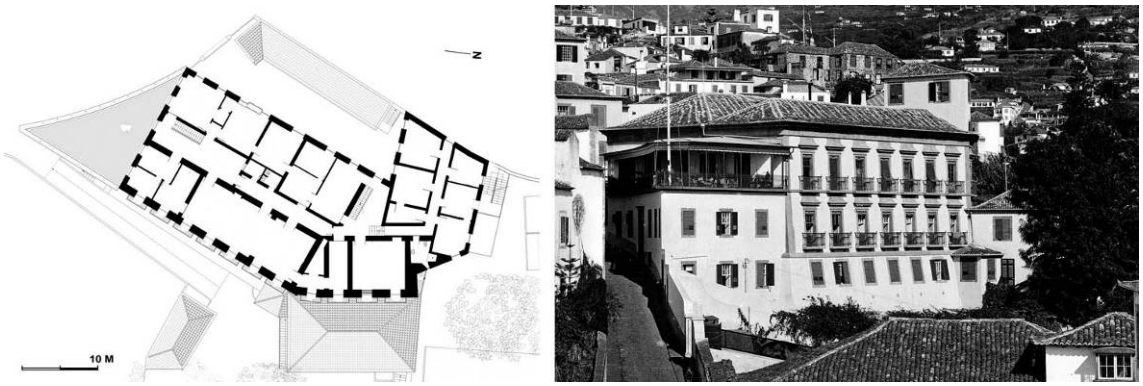


Fig. 133 *Santa Clara Hotel*, planta e fachada Nascente, Funchal (fontes: lvt. Arq. J. e A. Freitas; fot. col. PMV) [Originais tratados pelo Autor]

O Santa Clara (Figs. 133, 134) – o *hotel par excellence* como o classificou Ellen Taylor [789] – foi, durante muitos anos, o maior hotel do Funchal. «*Almost too well known to need detailed description* [790] » – eis como o descreviam os irmãos Reid no seu propagandístico guia, onde se fica a saber que passou a propriedade da família em 1867. Era um edifício imponente, de origem setecentista, implantado num ponto alto da cidade, vencendo o acentuado desnível do terreno como se de um contraforte se tratasse. A poucos metros de distância, situava-se o convento com o mesmo nome, um dos monumentos notáveis do Funchal. A fachada Nascente, de recorte palaciano, ostentava dois andares com vãos de sacada e era coroada por uma forte cornija onde aflorava o duplo beirado. Os vãos, de feição clássica, verticalmente ligados por generosos guarnecimentos de cantaria pintada, representavam bem aquilo que Reis Gomes designava como a «verticalidade da arquitectura madeirense»[791]. No contacto com o solo, a fachada adquiria um expressivo jorramento dando lugar a um rés do chão de fenestração mais modesta. Uma ligeira inflexão adoçava-a ao terreno e, no remate com a calçada de Santa Clara, surgia a varanda de repouso – notável exercício de encaixe no lote urbano – com o seu alpendre sustentado por uma esbelta estrutura em ferro forjado.

A impressão que se colhe observando as plantas deste hotel confirma a regra: o edifício não resultou de um projecto, mas de sucessivas adições a um núcleo original que foi crescendo e que organicamente se foi moldando a uma topografia «difícil». As ressonâncias palacianas da omnipresente fachada nascente fazem supor que terá existido um núcleo original de um só corpo com com planta rectangular. Na realidade, o hotel é composto por dois corpos que parecem ter dificuldade em articular-se entre si. A própria

[789] Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it*, p.15.
[790] Reid, Reid, e Ames, *Madeira*, p.11.
[791] João dos Reis Gomes, *Casas Madeirenses* (Funchal: Diário da Madeira, 1937).

torre-avista-navios, de planta trapezoidal – uma verdadeira singularidade – comunga desta aparente dificuldade, parecendo emergir timidamente da grande massa edificada. A cobertura, com uma multiplicidade de telhados de articulação complexa, denuncia também o que parece ser um crescimento ao longo do tempo.

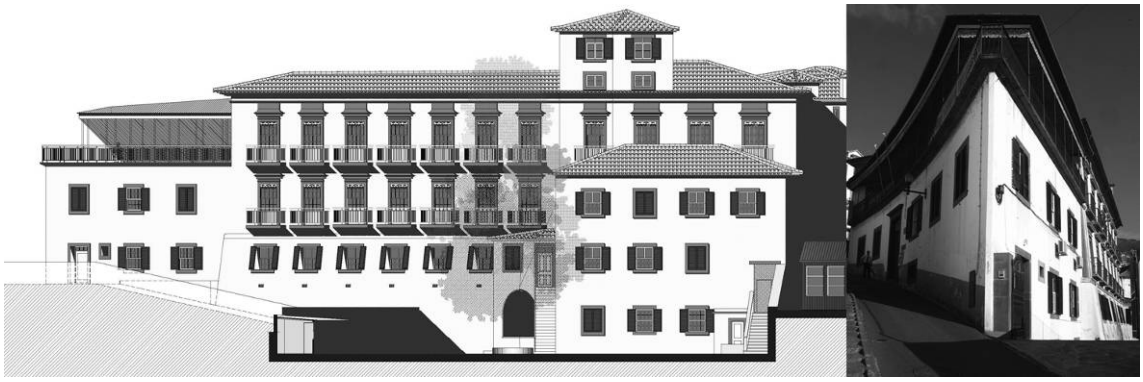


Fig. 134 *Santa Clara Hotel*, alçado Nascente e varanda de repouso, Funchal (fontes: lvt., Arq. J. e A. Freitas; fot. do Autor)

A planta apresenta uma organização espacial semelhante à dos outros hotéis da cadeia: corredor central de distribuição e escada – neste caso múltiplas escadas – ligando quartos e áreas sociais do hotel. Estas últimas ter-se-ão distribuído pelos dois pisos nobres sem ocupar integralmente nenhum deles. No superior – ao nível da varanda de repouso – encontra-se ainda em bom estado o grande salão de estar, com tectos e sancas em estuque trabalhado, fogão de sala de fabrico inglês e pavimentos em casquinha. Ellen Taylor, que ali ficou alojada no ano de 1882, deu conta da complexa implantação do edifício na encosta: «*In the Santa Clara Hotel, long and many flights of stairs are avoided by the nature of its situation against an almost perpendicular rock, which allows numerous entrances from the road at the various levels* »[792]. O hotel tinha, de facto, várias entradas sendo ainda hoje difícil descortinar qual delas teria sido a principal – se é que alguma vez existiu[793]. Depois de desembarcar na praia – em 1882 o cais da entrada da cidade ainda não funcionava – a escritora é levada para o Santa Clara num carro de bois juntamente com o piano que fazia parte da sua bagagem [794].

[792] Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it*, p.190.
[793] Para este facto existe explicação plausível: no Funchal, durante muitos anos, era o próprio hoteleiro, ou alguém por ele mandatado, quem, ainda a bordo do navio, recebia ou angariava o futuro hóspede. Ao fazê-lo, encarregava-se também de todas as formalidades de alfândega, desembarque e transporte do passageiro e suas bagagens até ao hotel – não havia pois necessidade de uma entrada formal ligada a uma recepção.
[794] É natural que tenha entrado pela porta Norte, a que dá para um pequeno pátio ligado à rua, único local onde o carro poderia ter estacionado sem provocar estorvo. De uma segunda entrada acedia-se à estreita e inclinada calçada de Santa Clara, onde esta operação teria constituído um verdadeiro quebra-cabeças.

Cabe aqui aflorar o problema da informalidade de todos estes estabelecimentos, isto é, aquilo a que num projecto hoteleiro contemporâneo, se designariam como graves disfunções: a interpenetração entre circuitos de hóspedes e de serviço, a inexistência de quartos estandardizados, a multiplicidade de entradas, os percursos interiores labirínticos ou a localização, aparentemente errática, das instalações santárias que parecem sempre escassear. Na verdade, como o testemunham os hóspedes nos seus relatos, este quadro informal satisfazia-os plenamente, isto é, adaptava-se ao padrão de de estadia na estância terapêutica. Grande parte deles vinham acompanhados de familiares e, não raro, dos seus próprios empregados[795]. A bagagem chegava a incluir pianos e outros objectos de maior porte. A estadia era longa: indo, na maioria dos casos, do tempo necessário a encontrar uma quinta de aluguer, à estação inteira, isto é, seis meses. A esta clientela, mais do que a unidade de alojamento estandardizada dos dias de hoje, adaptada à estadia de curta duração, convinha a «parte de casa», ou a suite. Esta desempenhou, aliás, na hotelaria do séc. XIX, um papel primordial – o quarto individual era destinado a cavalheiros, já que, à época, raramente as senhoras viajavam sós[796].

Tal como o Carmo, também o Santa Clara tinha um jardim com *court* de ténis relvado. A grande novidade, porém – a que o distinguia das restantes unidades da cadeia Reid – era o alcance da vista panorâmica que era possível disfrutar dos seus quartos, do salão de estar ou da varanda de repouso. A ideia do edifício concebido como dispositivo de fruição da paisagem, programa ausente nas antigas *boarding houses* e *family hotels* da primeira metade do século, encontra-se aqui formulada pela primeira vez. Na sua primeira noite no Santa Clara – noite entrecortada pelo cantar dos galos nos quintais vizinhos e o badalar dos sinos da Sé – o Dr Embleton confessava que, pelo raiar do sol, ainda estremunhado, imaginando «*how many hens there might be in Funchal and if their eggs could be good at brekfast time*[797]» se dirigiu à janela do quarto para saber ao certo que lugar era aquele onde tinha passado a noite. Ao abri-la, deparou-se com o majestoso cenário da cidade que, na manhã luminosa, a seus pés, se espraiava frente ao mar muito azul, e não conseguiu senão concluir: «*there was no exaggeration in the florid and fervent reports made by visitors to Madeira: to me it appeared a terrestrial paradise*». Os Reid depressa se aperceberam da importância crescente da vista panorâmica e do que ela representava para o

[795] No preçário, que era comum a todos os estabelecimentos da cadeia, reflecte-se um pouco do que era este padrão de uso: "*We offer special terms for larger parties and liberal arrangements for servants.*[...]*:*

Double rooms, from 22 4 6*
Sitting rooms..... 6 0 0*
Servants room and meal, from..... 6 0 0*"

REID, William and Alfred, *Op.cit*..

[796] Pevsner, *A History of Building Types*, p.218.

[797] Embleton, *A Visit to Madeira in the Winter 1880-81*, p.9.

seu negócio, que então começava a atrair uma clientela que já não era só composta por enfermos. O Santa Clara manteve-se em actividade até meados da primeira década do século passado. Muito antes disso, porém, decidiram os seus proprietários construir aquele que viria a ser o primeiro hotel madeirense com um projecto de arquitectura: o *Reid's New Hotel*.

2.3.5 *Reid's New Hotel*

Para o projecto da sua nova unidade, a família Reid contratou um arquitecto inglês, sendo este, portanto, o primeiro hotel a ter resultado de um projecto de arquitectura na Madeira. A escolha viria a recair sobre Somers Clarke (1841-1926), com escritório em Londres, onde trabalhava associado a J. T. Micklewaite. Ambos formados no atelier de George Gilbert Scott (1811-1878), aqueles arquitectos pertenciam a uma geração profundamente marcada pelo revivalismo gótico e, mais tarde pelo movimento *Arts and Crafts*. Grande parte da sua actividade foi dedicada à arquitectura religiosa, porém, a formação obtida com o mestre, tê-los-á, todavia, preparado para abordar outro tipo de programas[798]. É provável que os Reid tenham conhecido Somers Clarke enquanto hóspede de um dos seus hotéis[799]. Sabe-se que o arquitecto, por motivos de saúde, se costumava refugiar da severidade do inverno Londrino em estâncias de clima mais temperado. A Madeira e as Canárias, onde projectou, aliás, a igreja anglicana de Las Palmas[800], foram duas das suas escolhas. Foi-a também o Egipto em fase mais tardia da sua vida, onde consta que terá participado no projecto do *Shepherd's Hotel* no Cairo[801].

Somers Clarke conhecia bem a ilha, no inverno de 1889, quando o *Reid's New Hotel* se encontrava em construção, estava no Funchal dando assistência à obra, como o atesta a carta que escreveu em Janeiro do ano seguinte ao editor do *The Building News*, na

[798] Entre os muitos edifícios que Gilbert Scott projectou conta-se o *Midland Grand Hotel* (também conhecido como *St Pancreas Hotel*), construido em Londres entre 1868 e 1876, que constitui um dos mais notáveis exemplos dos chamados hotéis de estação ferroviária que à época foram surgindo em Inglaterra.
[799] Somers Clarke esteve na Madeira por mais de uma vez em finais da década de 80 do século XIX, tendo sido o autor do projecto da residência da Família Blandy no Palheiro Ferreiro.
[800] O projecto da Holy Trinity Church de Las Palmas data de 1891. Hernández Gutiérrez, «Somers & Micklethwaite en Canarias».
[801] Depois de abrir em 1841, o Shepherd's foi muitas vezes reconstruído e remodelado. Foi reconstruído em 1891 e ampliado em 1899, 1904, 1909, e 1927. É provável que Somers Clarke, passando regularmente o inverno no Egipto, para onde aliás se retirou no fim da vida, tenha participado em alguma destas campanhas. Cf.: Annabel Jane Wharton, *Building the Cold War: Hilton International Hotels and Modern Architecture*, 1.ª ed. (University Of Chicago Press, 2001), p.212.

sequência do artigo que a revista publicara sobre o seu projecto[802]. Este artigo fazia-se acompanhar de uma litografia (Fig. 135) mostrando uma perspectiva do hotel vista de Sudoeste e uma planta do R/CH em pequena escala[803]. Nele se menciona ter sido este o primeiro hotel na ilha preparado para responder aos requisitos do conforto moderno e a tirar partido da sua localização e implantação, isto é, permitir que os hóspedes pudessem disfrutar de belas panorâmicas[804]. Era de facto a primeira vez que no Funchal, livre dos constrangimentos da malha urbana, um hotel racionalizava o desenho dos quartos – todos iguais e dispostos a ambos os lados de um corredor central – e se implantava no terreno com um programa inovador: ver e ser visto (Fig. 136). Sobre as demais inovações vale a pena citar o *The Building News*:

> The rooms on the principal floor are all provided with large balconies, so that the enjoyement of the open air may be obtained by those who may be too unwell to leave the hotel. The building is laid out in two blocks, the south and east. These are joined on the ground-floor level by the large drawing room and entrance hall, common to the two blocks, which are, however, in other respects isolated. This arragement is made so that when guests are few they may not have large empty passages to traverse, and should illness break out in one block, it can be isolated from the other[805].

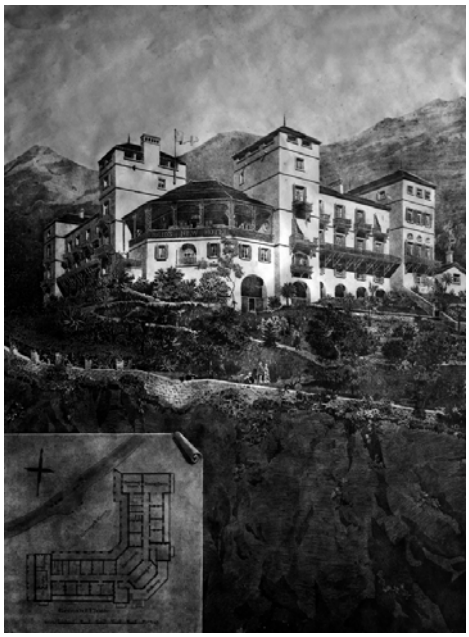


Fig. 135 *Reid's New Hotel,* perspectiva, Funchal (in *The Building News*, 3 Jan 1890)

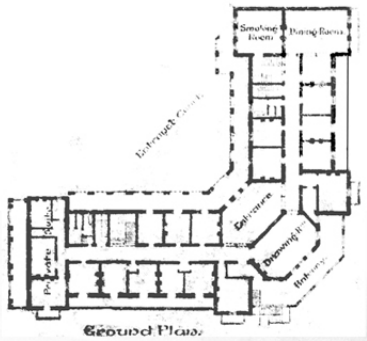
[802] Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», 10 de Janeiro de 1890; Somers Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», *The Building News*, 3 de Janeiro de 1890.
[803] Esta litografia, pertencente à colecção da artista Bárbara Pereira, que gentilmente nos autorizou a sua reprodução, vem assinada por James Akerman (1841-1925) sedeado em Londres.
[804] Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», 3 de Janeiro de 1890.
[805] Ibid.

Nesta descrição, feita por Somers Clarke, é notória a preocupação de adaptar o programa do hotel às necessidades dos *invalids*. Na verdade, dir-se-ia que a componente sanitária condicionou de tal sorte a solução funcional – a preocupação com as dimensões das varandas de repouso, a necessidade de seccionar o hotel em caso de epidemia ou até a utilização de lareiras em todos os quartos – que no texto poderia referir-se a um estabelecimento sanatorial.

Outra inovação não menos importante foi a relação de proximidade e acessibilidade estabelecia com o oceano, que os Reid, aliás, se apressaram a mencionar no seu guia: «*The bathing here is perfect, and we contemplate enlarging the present pools into which the tides now flow, to make this bathing – the greatest want of Funchal – an especially proeminent feature in our new business*»[806]. Esta relação com o oceano foi-se consolidando no início do século XX, com as diversas campanhas de ampliação que o estabelecimento sofreu, antecipando o que viria a ser a ambição máxima dos hotéis que, mais tarde, povoaram a linha de costa: o acesso ao mar.

A par das preocupações sanitárias valorizava-se também a paisagem, cuja fruição nada tinha de terapêutico e dependia sobretudo do enquadramento que o arquitecto lhe soubesse dar. O sucesso foi incontestável: a panorâmica que se obtém da varanda que Somers Clarke concebeu para o *Reid's Hotel* transformar-se-ia num dos mais celebrados ícones do turismo madeirense – «*From the covered balcony of the drawing-room, a balcony which in such a climate is really a part of the room, is obtained a most superb view extending across the bay of Funchal to the rocky group of the Desertas hanging on the horizon*»[807]. Do artigo do *Building News* constava apenas uma vaga referência ao estilo arquitectónico do edifício, o que, num século em que a opção estilística era uma questão central, não deixa de ser significativo: «*Such architectural effect as the building may have is entirely gained by blocking together of masses, detail being quite out of the question*»[808]. Um pouco adiante pode ler-se também que, por motivos de economia, fora essencial estudar os «*methods of construction, and to use the material common in the island*»[809].

[806] Reid, Reid, e Ames, *Madeira*, pp.12–13.
[807] Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», 3 de Janeiro de 1890.
[808] Ibid.
[809] Ibid.



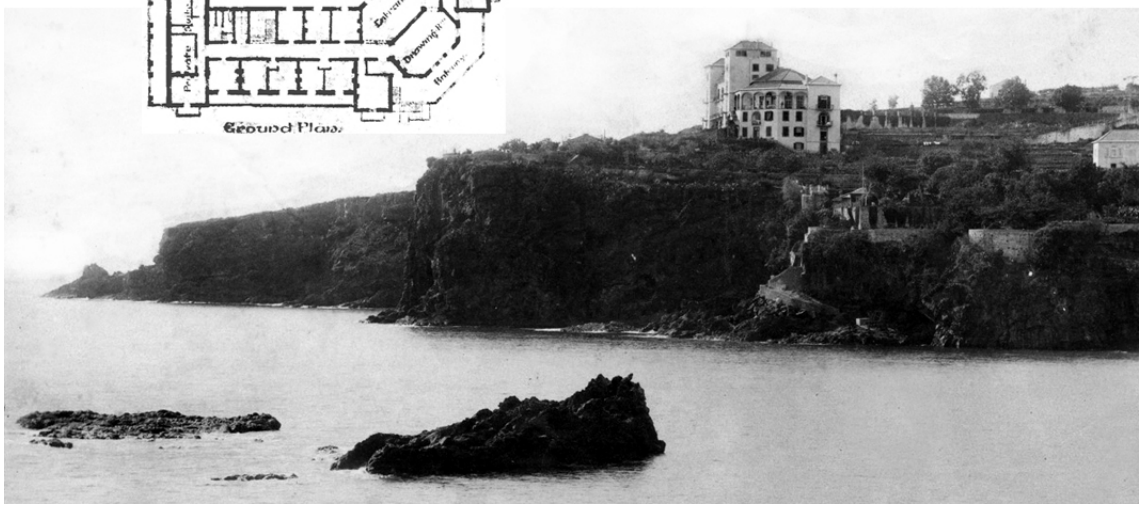


Fig. 136 *Reid's New Hotel*, Funchal (fontes: fot. col. ARM e PMV; plt. in *The Building News*, 3 Jan 1890)

Rapidamente Somers Clarke se terá apercebido que, com os meios e materiais disponíveis, estava fora de causa qualquer tipo de sofisticação decorativa ou construtiva. Face aos condicionalismos locais tudo recomendava que optasse por soluções construtivas correntes na ilha, ou, se se quiser, pela expressão regional. O resultado foi um edifício torreado com panos de fachada rebocados e pintados, vãos guarnecidos a cantaria local incluindo tapa-sóis de abrir e cobertura em telha romana com beirado projectado. Não fora a introdução do ferro forjado a escorar as consolas em betão das varandas, única inovação tecnológica que o projecto apresentava – que acabou por não se construir! – e, aparentemente, estar-se-ia perante mais um edifício de concepção local.

Embora reveladora de uma deliberada intenção de explorar temas da arquitectura local, a opção parece não ter evitado alguns problemas. Na carta que enviou ao *The Building News*, acabado de regressar da Madeira, Somers Clarke fez um relato bastante crítico da construção civil na ilha, personificada na figura do Sr Júlio, o empreiteiro local. Nele, o arquitecto desfia, com a usual sobranceria da mentalidade colonial britânica então vigente, um longo rosário de queixas. O problema das consolas das varandas, por exemplo, cujo forte balanço obrigava à utilização de uma solução em betão e ferro laminado, revelava-se insolúvel nesse país que era «*probably the most backward country in Europe next to European Turkey*[810]», onde o autor se viu forçado a trabalhar em condições semelhantes àquelas em os seus «*forefathers worked in this country some two hundred and fifty years ago*»[811].

Aparentemente, o iletrado Sr. Júlio terá tentado resolver o problema utilizando grandes lajes de cantaria que, uma vez içadas para o devido local, dispensariam os apoios em ferro. Tratava-se da solução tradicional que se aplicava a consolas mais reduzidas, a que, por fim, viria a prevalecer, pelo menos em parte, no hotel. Mas nessa indústria de construção em que as gruas eram desconhecidas, em que «*the stone for walling arrives on the site on donkey-back, and is carried about the building by the man, generally one stone at a time*[812]», em que os bons estucadores tinham desaparecido, em que as taxas de alfândega sobre materiais importados eram elevadíssimas, nem tudo era atrasado e inepto: as paredes, construidas na rija alvenaria de pedra basáltica da região, constituiam a excepção – «*thick and solid walls, which one longs to transfer to this country*»[813]. A única dificuldade que apresentavam era na incorporação das fugas das lareiras, que eram muitas, pois todos os quartos e suites – para comodidade dos *invalids* – tinham lareira.

[810] Ibid.
[811] Ibid.
[812] Ibid.
[813] Ibid.

O equipamento sanitário estava a cargo da *Banner Sanitation Company* que já tinha remodelado os quatro hotéis da cadeia[814]. Mas ao contrário das lareiras, este equipamento, fundamentalmente constituído por banheiras, lavatórios e bacias de retrete, escasseava. Não se tratava, porém, de uma peculariedade insular, durante todo o século XIX, o quarto com casa de banho, hoje regra em todos os hotéis, constituía uma excepção. Em Londres, o famoso Savoy, cuja construção datava da mesma época do *Reid's New Hotel*, tinha apenas 67 casas de banho para mais de 400 quartos[815]. Somers Clarke limitou-se a seguir o que era usual na época: as suites, situadas nos topos dos dois corpos independentes vinham equipadas com casa de banho privativa, os quartos tinham que contar com uma casa de banho comum. Neste aspecto o novo hotel não se afastava do padrão das restantes unidades da cadeia.

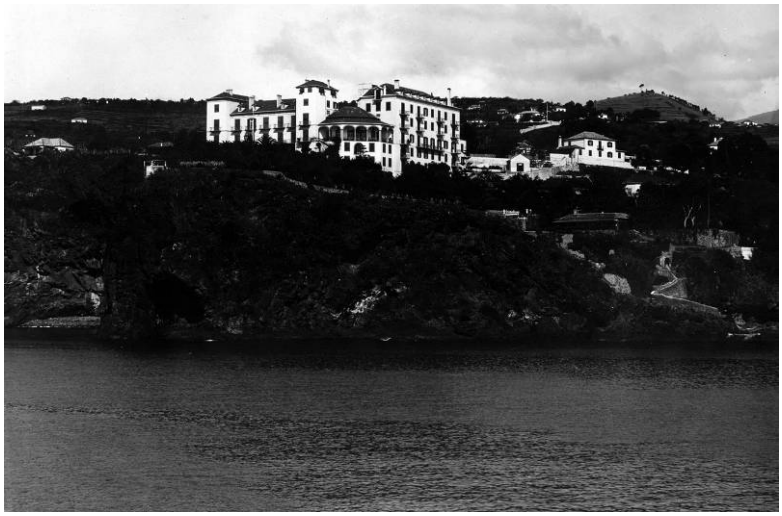


Fig. 137 *Reid's New Hotel* em 1910 Funchal (col. ARM)

O projecto do *Reid's New Hotel*, certamente por dificuldades económicas, acabou por não se cumprir na totalidade: o corpo Norte só viria a ser construído no início do século seguinte. Ficava assim comprometida a simetria proposta por Somers Clarke. A segunda fase da obra, já sem a assistência do arquitecto, daria origem a uma solução dissonante: construíram-se os cinco pisos do novo corpo ignorando o perfil torreado que o projecto previa (Fig. 137). O resultado foi um bloco de carácter monolítico que destruiu a unidade, o equilíbrio e o carácter fantasioso do desenho original. Em 1910, o *Reid's Palace Hotel*, pomposo nome com que os proprietários o rebaptizaram, tinha, conforme referia o guia de Adriano e Aníbal Trigo, 150 quartos e era «o maior e o mais frequentado por

[814] Ibid.
[815] Perante esta percentagem exigida pelo proprietário, refere Pevsner que o arquitecto perguntava ao cliente se este se estava a preparar para receber hóspedes anfíbios...Cf.: Pevsner, *A History of Building Types*, p.226.

estrangeiros»[816]. A este número acresciam ainda dois anexos «que podem, em caso de necessidade, ser habitados cada um por uma família, se bem que dispõem ordinariamente de comodidades para muitos hóspedes, sujeitos ao regímen do grande hotel, com o qual se acham ligados»[817]. Tratava-se da *Villa Victoria* (Fig. 138) e do *Chalet Reid*[818] que os seus proprietários tinham adquirido no século precedente[819].

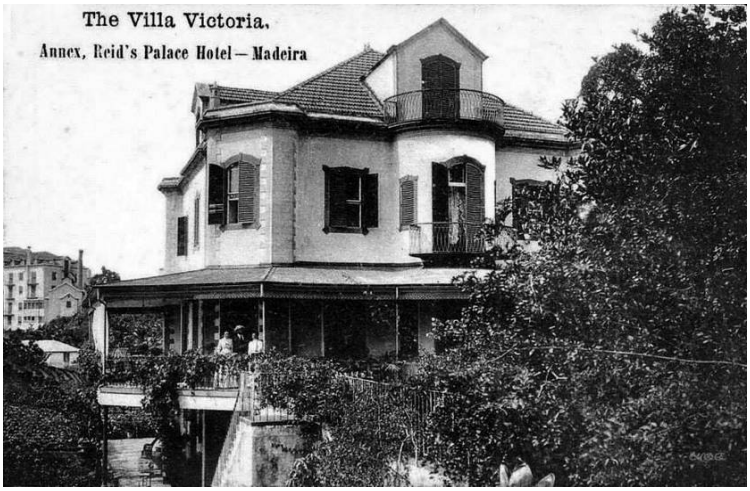


Fig. 138 *Villa Victoria*, Funchal (col. do Autor)

2.3 Bela Vista e o Savoy

No último quartel do séc. XIX poucos eram os hotéis que não tinham sido incorporados no monopólio da família Reid. Ellen Taylor faz referência ao *Jone's Private Family Hotel* como sendo « *the only other English hotel*[820]», isto é, o único que não pertencia aos Reid.

[816] Trigo e Trigo, *Roteiro e Guia do Funchal*, p.26.
[817] Ibid.
[818] «*We have purchased a large villa, the gardens of which adjoin, and thus make our grounds the largest hotel gardens in the island. There is also a large Bungalow overhanging the sea*». Reid, Reid, e Ames, *Madeira*, p.13.
[819] Seria necessário aguardar pelas campanhas de obras de meados do século passado – já os Reid tinham falido e o hotel adquirido pela família Blandy – para que algum do equilíbrio perdido viesse a ser reposto. Nestas campanhas destacar-se-á o arquitecto Castro Freire, que participara no projecto do Hotel Ritz em Lisboa, trazendo às ampliações e remodelações do Reid, nas décadas de 50 e 60, o sabor modernista que temperava o grande hotel da capital. Sabor que, diga-se em abono da verdade, foi aplicado com alguma displicência, depressa se tornando amargo para a nova gerência que preferia cultivar as pompas do passado numa versão de arquitectura mais historicista. Tratava-se, claro está, de promover o hotel de longas tradições junto de uma clientela de gosto conservador. Para resolver o dilema, já na década de 80, é chamado a intervir o arquitecto João Francisco Caires. Sobre os terraços de Castro Freire ergueram-se então telhados e trapeiras; as casas de banho, que passaram a equipar todos os quartos e suites, atapetaram-se de mármores importados, os lavatórios ornaram-se de torneiras douradas e, aqui e ali, mãos decoradoras plantaram jarrões, reposteiros e outros arrebiques.
[820] Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it*, p.14.

> Jones' Private Family Hotel, on the New Road[821], was opened by Mr. H. Jones at the beginning of 1880, and is very popular. In a lovely situation about a mile and a half from Funchal, surrounded by a large garden, it combines many advantages : near the sea, though fully two hundred feet above it ; close to open country, and the New Road affording a variety of charming rambles[822].

Em 1885 a planta de James Johnson[823] localizava esta unidade a norte da Estrada Monumental, logo a seguir à ponte do Ribeiro Seco, tudo levando a crer que se tratava de um edifício semelhante a uma das muitas quintas que ocupavam a periferia da cidade.

Fig. 139 *Falkner's Private Hotel* , Funchal (col. PMV)

Com as mesmas características do Jones, referenciado como Quinta Roque Caetano no guia de Paul Langerhans de 1885[824], aparece um outro hotel inglês, o *Falkner's Private Hotel* (Fig. 139), situado na próximidade do Hospício Princesa D. Amélia. Esta pequena unidade estava, todavia, destinada a ter um futuro mais radioso. Tratava-se, com efeito, do núcleo original do que viria a ser o Hotel Bela Vista – também conhecido como *Jones' Hotel Bella Vista* (Fig. 140). Este núcleo, inicialmente constituído por uma casa de planta quadrangular, viria, ao longo dos anos, a sofrer uma série de ampliações que acabariam por transformá-lo num edifício de dimensões consideráveis, tendo em conta a escala dos hotéis existentes na cidade. A todo o comprimento da sua extensa fachada nascente tinha adossada uma longa varanda que rematava no topo sul, lançando ao terreno uma escada.

[821] Designação que os ingleses davam à Estrada Monumental.
[822] Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it*, p.16.
[823] Johnson, *Madeira its climate and scenery*.
[824] Langerhans, *Handbuch für Madeira*.

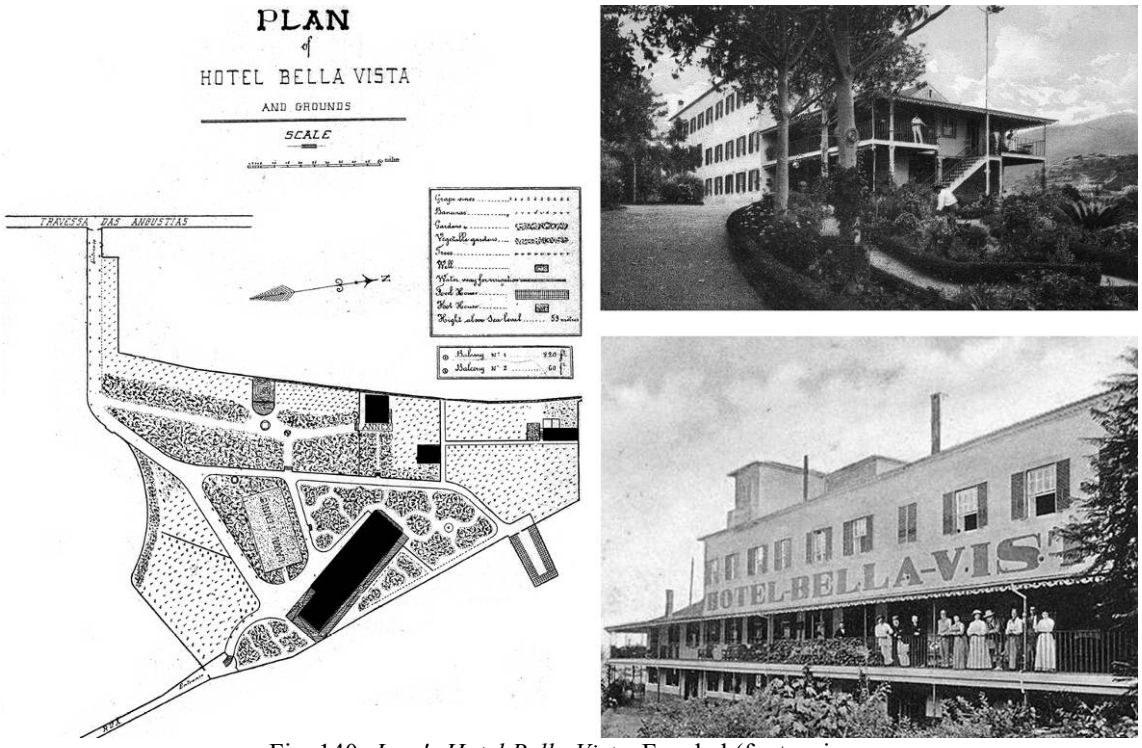


Fig. 140 *Jone's Hotel Bella Vista*, Funchal (fontes: imp. in Jones, A Handy Guide to Madeira; fot. col. do Autor)

Aqui, talvez como em nenhum outro hotel da época, a varanda de repouso adquiriu singular protagonismo, conseguindo dar a um bloco monolítico de construção em alvenaria, a aparência ligeira de uma estrutura que parece pairar sobre o jardim. A sua implantação num ponto elevado da cidade proporcionava vistas priveligiadas sobre os quadrantes Sul e Nascente. A Poente, um jardim de feição ecléctica onde não faltava o *tennis lawn,* alargava-se até à antiga Travessa das Angústias – actual Rua dos Jasmineiro – com uma alameda ladeada de palmeiras e calcetada a seixo rolado – interessante *promenade* que parece explorar o efeito cinematográfico de aproximação ao hotel (Fig. 141).

À semelhança do que tinham feito os irmãos Reid, Eugene E. G. Jones o proprietário do Bela Vista, publicaria, já no fim da primeira década do século passado, um guia da Madeira, que não era mais do que um instrumento de propaganda do hotel e das suas virtudes[825]. Nele se fica a saber que o estabelecimento tinha sido recentemente remodelado «*the most important additions being twenty-five bedrooms, a new dining-room, a smoking-room, and balconies l30 feet in lenght*»[826]. Terá sido esta, aliás, a história do hotel: permanentes campanhas de melhoramentos e de pequenas adições feitas ao sabor das necessidades. Apesar de não ter sido possível consultar a planta – apenas a implantação, publicada pelo proprietário no seu guia – o facto do edifício se encontrar ainda de pé e em

[825] Eugene E. G. Jones, *A Handy Guide to Madeira* (London, 1909).
[826] Ibid., p.19.

bom estado de conservação[827] permite afirmar que, do ponto de vista funcional, em pouco diferia de unidades como o Santa Clara ou do Carmo – corredor central de distribuição com quartos de dimensões desiguais a ambos os lados e instalações sanitárias comuns. De resto, nele estava presente a mesma informalidade dos hotéis da época, em consonância com o padrão de uso anteriormente caracterizado.

Fig. 141 *Jone's Hotel Bella Vista,* Funchal (col. do Autor)

Um outro hotel que deve ser mencionado é o Royal (Fig. 142), que apareceu já na viragem do século (1902) e esteve na origem do Savoy – o qual viria a ser, durante o período de entre guerras, uma das maiores unidades hoteleiras do Funchal. Neste caso, porém, ao contrário do que sucedeu com o Bela Vista, o núcleo original não foi conservado – o hotel evoluiu por um processo abrupto de demolições integrais, em que a ruptura com o passado foi total. O núcleo original era constituído por um edifício de dois pisos, torreado, cuja fachada Sul era inteiramente dominada por uma varanda de repouso que se desenvolvia ao nível do primeiro andar e que, como era uso, recorria ao ferro como material estrutural. Localizava-se à Rua Imperatriz Dona Amélia e, nos seus jardins, contava também com um *court* de ténis. No fim da primeira década do século tinha já capacidade para alojar 50 hóspedes passando a chamar-se *Savoy Hotel*[828].

[827] O edifício encontra-se hoje ocupado pelo Seminário Diocesano.

[828] Este edifício viria a ser demolido na década de 20 do século passado para dar lugar a outro de maiores dimensões – um volume compacto de 5 pisos dos quais se destacavam duas pequenas torres. À semelhança do que se passava no *Reid's Palace Hotel*, foi criada uma área balnear privativa. Nos anos sessenta esta unidade virá a ser de novo profundamente modificada e ampliada dando origem a um dos maiores hotéis da cidade.

Fig. 142 *Royal Hotel,* Funchal (col. do Autor)

2.4 Hotéis portugueses

Até finais do séc. XIX a distinção entre estabelecimentos ingleses e portugueses era comum, correspondendo os primeiros a uma categoria superior. Só em 1891, para regulamentar a actividade e proceder à cobrança de taxas, o governo procedeu a uma classificação que distinguia duas categorias, hotéis e hospedarias[829]. Ellen Taylor não recomendava aos seus leitores nenhum dos «*portuguese hotels*». Estes aparecem, todavia, localizados na planta da cidade que apresentou anexa ao seu guia[830]. Nela se constatava que todos eles se situavam perto do centro, e que estavam vocacionados para uma clientela com menos posses, disposta a acomodar-se em edifícios urbanos que, regra geral, não possuiam jardim nem prestavam os serviços dos hotéis ingleses. James Johnson fez apenas referência a um deles: o Hotel Central, que por essa altura (1890) tinha 15 quartos: «*Nº. 20, Entrada da Cidade. propriedade de Coelho & Carvalho, proprietors. A second class hotel, with a restaurant;*»[831].

Em 1889, no *Madere Station Médicale Fixe*, o Dr. Mourão Pitta registou a existência de sete hotéis ingleses de «primeira ordem», quatro dos quais pertencentes aos Reid, três portugueses e duas pensões – uma inglesa e outra portuguesa[832]. Deles nos dá também notícia o *Brown's* de 1890, que para além do Central, regista mais três: o

[829] Fátima de Freitas Gomes, «Hoteis e Hospedarias (1891-1901)», *Atlântico*, 1989.
[830] Taylor, *Madeira: its scenery, and how to see it*.
[831] Johnson, *Madeira its climate and scenery*, p.18.
[832] C. A. Mourão-Pitta, *Madère, station médicale fixe, climat des plaines, climat des altitudes, par le Dr C. A. Mourâo-Pitta,... accompagné d'un Guide-Madère* (F. Alcan (Paris), 1889), p.90.

Lisbonense, o Funchal e, no fim da escala, o Sidrão, onde se cobrava por noite 500 reis[833]. De entre todos, o Central (Fig. 31) acabaria por vir a destacar-se. Em 1910, era classificado pelo guia de Adriano e Aníbal Trigo como sendo de «1ª ordem» e «dispondo de excelentes acomodações para 56 hospedes. Não possui jardim mas tem uma magnifica e espaçosa varanda sobre a avenida da Entrada da Cidade onde, nas estação de verão, são servidos refrescos e refeições aos seus hóspedes»[834]. Os escassos dados hoje disponíveis sobre estes hotéis permitem apenas supor que, a maioria deles, não era muito diferente das antigas hospedarias, isto é, resultavam todos da adaptação de modestos edifícios urbanos de acompanhamento originalmente destinados a habitação. Com efeito, seria necessário esperar pelo período de entre guerras para encontrar os primeiros hotéis portugueses de categoria superior.

2.5 Hotéis do Monte

Inaugurado em 1893[835], o comboio do monte, um caminho de ferro de cremalheira, passou a estabelecer a ligação entre a baixa do Funchal e a sua estância de altitude. Foi este elevador que esteve na origem do pequeno núcleo de hotéis que aí se fixaram em finais do século XIX tirando partido do microclima de montanha (ver Cap. II, 3.4.2). Em 1905, a *Planta da Cidade do Funchal e Seus Arredores* [836] (Fig. 34) localizava os três estabelecimentos mais importantes. Todas eles se situavam nas imediações do Largo das Fontes, centro do pequeno aglomerado: o *Monte Palace Hotel* (Fig. 143) e o Hotel Belmonte (Fig. 144) ocupavam ambos terrenos pertencentes à antiga Quinta Prazer (Fig. 75), propriedade que, no século XVIII, pertencera ao cônsul inglês Charles Murray; a uma cota mais elevada situava-se o *Reid's Mount Park Hotel* (Fig. 145) que integrava a cadeia do mesmo nome. Finalmente, no Largo das Babosas, a cerca de 200 metros do Mount Park, situava-se o Hotel Caminhata, de categoria inferior, o único não sinalizado nesta planta.

O *Monte Palace* (Fig. 143), à época o mais conhecido de todos, inaurou em 1904[837], surgindo publicitado pela primeira vez no *Brown's Guide* de 1905[838]. O seu proprietário, Alfredo Guilherme Rodrigues (1862-1942), adquirira o terreno em 1897 com a intenção de

[833] Brown, *Madeira and the Canary Islands*, p.42.
[834] Trigo e Trigo, *Roteiro e Guia do Funchal*, pp.27–28.
[835] O elevador subiu até ao Monte (Atalhinho) apenas em 1894; em 1912 a linha foi prolongada até ao Terreiro da Luta. Cf.: Pio, *O Monte, santuário votivo da Madeira*, p.74.
[836] Esta planta faz parte do *Roteiro e Guia Do Funchal* (ver nota ...).
[837] Vieira, «Um Olhar sobre as Quintas da Madeira», p.179.
[838] A. Samler Brown, *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores: A Practical and Complete Guide for the Use of Tourists and Invalids, with Coloured Maps and Plans, and Numerous Sectional and Other Diagrams* (London: Sampson, Low, Marston & co., ltd; [etc., etc.], 1905), p.h6.

aí construir uma casa. Pouco depois da sua conclusão, porém, decidiu transformá-la em hotel. Segundo consta, o projecto, cuja autoria se desconhece, ter-se-ia inspirado, por vontade expressa do seu proprietário, nos palácios das margens do Reno, que este visitara uns anos antes[839]. Trata-se, com efeito, de uma arquitectura de inspiração ecléctica, com telhados de pendente acentuada em lajetas de cimento multicolor formando motivos decorativos, e fachadas, revestidas a argamassa de cimento fingindo pedra aplicada em fiadas horizontais. Um conjunto de pináculos de fuste cilíndrico coroa as platibandas e as empenas, conferindo ao conjunto um crácter fantasista que evoca, vagamente, os *chalets* da Europa do Norte[840].

Fig. 143 *Monte Palace Hotel,* Funchal (col. do Autor)

Confrontando a Poente com a linha do caminho de ferro, e a Sul com o parque do *Monte Palace*, situava-se o Hotel Belmonte (Fig. 144), mencionado pela primeira vez no *Brown's Guide* de 1901[841]. Tratava-se de uma pequena unidade com 10 quartos, propriedade de John Payne & Son, instalada numa antiga casa sobrada com dois pisos e cobertura de quatro águas que foi, provavelmente, objecto de uma remodelação para a adaptar às novas funções. Esta acabaria por vir a ser absorvida, após a Primeira Grande Guerra, pelo *Grand Hotel Belmonte*, sofrendo então de novo profundas transformações. O conjunto, explorado pela companhia de Caminhos-de-Ferro do Monte, acabou por se converter na maior unidade hoteleira do Monte.

[839] Raimundo Quintal, «Quinta Monte Palace : caracterização fitogeográfica.», *Islenha*, n. 38 (2006): p.183.
[840] O edifício, hoje designado como Jardim Tropical Monte Palace, pertence à Fundação Berardo.
[841] Brown, *Madeira and the Canary Islands, with the Azores*, p.5.

Fig. 144 Hotel Belmonte, Funchal (col. PMV)

Frente à entrada do hotel havia um apeadeiro do caminho de ferro e rodeava-o um extenso parque com cerca de 15 hectares – o primitivo jardim da Quinta Prazer (Fig. 75) – com «alamedas, jardins, nascentes de água, um lago com quedas de água, repuxos 'water chut', botes, jogando-se ali o ténis, *croquet*, bilhar e outras distracções e divertimentos»[842]. No seu período áureo, o período de entreguerras, chegou a ter quarenta quartos[843], conservando, todavia, o carácter informal de uma grande residência, resultante do facto de o seu projecto inicial se destinar a habitação e não a hotel.

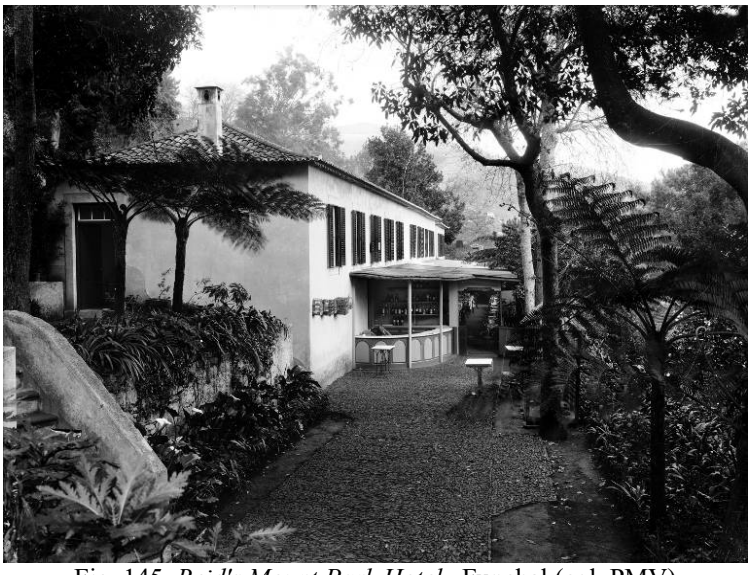


Fig. 145 *Reid's Mount Park Hotel,* Funchal (col. PMV)

[842] Pio, *O Monte, santuário votivo da Madeira*, p.127.
[843] Ibid.

A Norte, a uma cota mais elevada, situava-se o *Reid's Mount Park Hotel* (Fig. 145), pertencente à cadeia Reid, que apareceu, também ele, anunciado do *Brown's Guide* de 1901[844]. À semelhança do Belmonte, tratava-se de uma modesta casa sobrada de planta rectangular e cobertura de quatro águas que se implantava muito próximo da Igreja de Nossa Senhora do Monte. Os proprietários criaram um extenso alpendre adossado à fachada Sul, onde serviam refeições aos excursionistas (Fig. 146). Finalmente, não longe dali, pelo caminho do Largo das Babosas, acedia-se ao Hotel Caminhata, uma construção de quatro pisos, já de finais do século XIX, que terá sido adaptada a hotel nesta mesma época.

Fig. 146 *Reid's Mount Park Hotel,* Funchal (col. PMV)

Embora sendo todos elas posteriores à construção do *Reid's New Hotel* (Fig. 136) – o primeiro na ilha a ter sido projectado por um arquitecto – todas estas unidades, inauguradas já em finais do século XIX, inícios do século XX, resultavam da adaptação de edifícios inicialmente destinados a habitação, isto é, tinham o carácter informal dos primeiros hotéis da estância terapêutica, continuando a obedecer ao mesmo padrão de uso. Muitos dos seus utilizadores continuaram a ser os *invalids* que ali se refugiavam durante o verão, para evitar o calor excessivo da baixa da cidade, ou que, por recomendação médica optavam pelo microclima de altitude para a cura de ares.

[844] Brown, *Madeira and the Canary Islands, with the Azores*, p.3.

2.6 Primeiro sanatório português

Fig. 147 Hospício Princesa D. Maria Amélia (in *Centenário do Hospício da Princesa D. Maria Amélia*)

Mandado construir no Funchal pela Imperatriz Dona Amélia[845] em 1855 – a primeira pedra foi lançada em 1856 – o Hospício Princesa Dona Maria Amélia é um dos monumentos maiores da arquitectura do turismo terapêutico (Fig. 147). Trata-se do primeiro sanatório português e o primeiro a ser construído nas ilhas atlânticas, exemplar ainda hoje intacto da arquitectura hospitalar europeia da época[846]. Edward Buckton Lamb (1806-1869), arquitecto inglês cuja obra carece, ainda, de um estudo sistemático, foi o autor do projecto do Hospício. Este, apesar de ser uma das suas obras mais significativas, não é referenciado pela historiografia britânica[847]. A importância que o edifício teve na

[845] Dona Amélia Augusta Eugênia Napoleão de Beauharnais (1812 -1876), princesa de Leuchtenberg, foi a segunda imperatriz consorte do Brasil. Em 1829 casou com D. Pedro I do Brasil(IV de Portugal). Passou a sua infância e parte da juventude em Munique. Após a abdicação de D. Pedro I ao trono do Brasil, em 7 de abril de 1831, D. Amélia regressa com o marido à Europa. Em 1831, em Paris, deu à luz a princesa Maria Amélia de Bragança. Depois da vitória de Dom Pedro I sobre o seu irmão, D. Miguel I, D. Amélia foi residir com o marido para o Palácio de Queluz, em Lisboa. Em 1853 desloca-se à Madeira com sua filha onde esta acaba por falecer vítima de tuberculose. D. Amélia fixou-se em Lisboa, onde morreu em 1876. Os seus restos mortais, trasladados para o Brasil, em 1982, jazem na Cripta Imperial do Monumento à Independência do Brasil, em São Paulo.

[846] A escolha da data da fundação do Hospício como baliza inicial para uma tese de doutoramento que teve como objecto o estudo do combate à tuberculose em Portugal é, por si só, significativa. Cf.: Vieira, «Conhecer, tratar e combater a "peste branca"», p.40.

[847] O Hospício não só constitui o exemplo raríssimo de um hospital de meados do séc. XIX que preserva a sua configuração original – a maioria dos exemplares que sobreviveram até aos nossos dias foram objecto de profundas transformações – como é também uma das mais expressivas obras do seu autor. Por

consolidação e protagonismo da Madeira como estância terapêutica ficou patente nas muitas referências a ele feitas pelos clínicos da época, alguns dos quais chegaram a visitá-lo. Mas não foi só este pioneirismo, nem o facto de sobre a sua arquitectura nunca ter sido feito nenhum estudo crítico, que exígem o aprofundamento do tema.

Na verdade, do ponto de vista arquitectónico, o Hospício transcende a mera funcionalidade de um sanatório concebido para o tratamento da «tísica»: ele é, também, um templo erigido à memória de uma princesa. Fé e Ciência repercutiram-se na sua concepção formal e funcional, ao *monumentum* associou-se indelevelmente uma *utilitas*. Na forma como o arquitecto soube articular estas duas valências, e no empenho e saberes dos muitos que contribuíram para o erguer, residem a sua singularidade e o seu carácter como Arquitectura. O Hospício e o seu jardim constituiram – e constituem, ainda hoje – um conjunto de grande significado para a comunidade insular. Tal como sucedia há 150 anos, ele continua a fazer parte do itinerário turístico dos visitantes da ilha, atraídos pela nobre e trágica proporção da arquitectura e pela beleza e exuberância das espécies que povoam o jardim.

2.6.1 Papel do médico

Em meados do século XIX, o clima estável e ameno da Madeira era ainda considerado pela climatologia médica europeia – em particular a inglesa – como o mais eficaz para a cura da tuberculose. Foi esta a razão porque, o Dr. Francisco Barral, médico pessoal da princesa Dona Maria Amélia, lhe recomendou uma estadia na ilha – último recurso para acudir ao seu precário estado de saúde. Acompanhada pela mãe, a Imperatriz viúva do Brasil, a princesa e a sua comitiva – da qual o médico fazia parte – desembarcaram no Funchal aos 2 de Agosto de 1852, indo instalar-se na Quinta das Angústias (Figs. 78, 79), situada na orla Poente da cidade, em lugar arejado e sobranceiro ao mar. Seis meses depois, a 4 de Fevereiro de 1853, Dona Maria Amélia sucumbia, vítima de tuberculose, com apenas 22 anos de idade.

A sua morte não terá surpreendido o Dr. Barral que, melhor do que ninguém, sabia que a doença se encontrava em estado adiantado e que, nessas circunstâncias – de acordo

---

que razão foi então ignorado pela historiografia inglesa? Tudo indica, em primeiro lugar, que terá sido por desconhecimento: aparentemente não sobreviveu nos arquivos britânicos nenhum registo do projecto original. Em segundo, talvez por desinteresse pela obra do arquitecto. Já em 1979, Mark Girouard fazia notar que o estudo exaustivo da obra do arquitecto nunca tinha chegado a ser feito: " a enorme quantidade de projectos de residências de campo deste arquitecto solitário e independente permanece até hoje inexplorada". Passados 30 anos – verdade seja dita – pouco se avançou nesse conhecimento. Cf.: Girouard, M., 1979. *The Victorian Country House*, Revised edition., Yale University Press, p.199.

com o que a ciência estabelecera na época – poucos benefícios o clima da ilha lhe poderia trazer. Mas mais importante que os resultados da sua prática clínica, foi o papel que o Dr. Barral desempenhou na construção do novo Hospício. Tendo sido incumbido pela Imperatriz D. Amélia de supervisionar o processo desde o seu início, a influência que exerceu viria a ser decisiva. A ele coube a escolha do terreno mais apropriado, a elaboração do programa, a decisão de envolver os ingleses no projecto de arquitectura e, finalmente, a revisão final dos próprios desenhos e a supervisão da obra[848].

Francisco António Barral (1801 – 1878) doutor em medicina pela Faculdade de Paris e professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, foi, durante muitos anos, um dos mais afamados e solicitados clínicos da capital[849]. Fora nomeado em 1830 médico extraordinário do Hospital de S. José e, em 1833, ano em que passaria a efectivo, «inspector da botica». Em 1849 foi encarregado de «ir observar o exercício das ciências médicas em França e Inglaterra»[850] e, dois anos depois, fez parte da comissão de reforma do serviço hospitalar. Quando da estadia na Madeira, como médico da imperatriz e de sua filha, ocupava o cargo de Presidente da Sociedade das Ciências Médicas (1852-53)[851].

Embora o trabalho que publicou sobre o clima da Madeira viesse a ser traduzido para o francês em 1858[852], foi sobretudo nos estudos da climatologia inglesa que o médico se fundamentou[853]. Terão sido, aliás, esses estudos, que teve oportunidade de aprofundar durante a sua permanência na ilha, uma das razões porque recorreu aos ingleses quando se

[848] Nos três meses que se seguiram à morte da princesa, a Imperatriz permaneceu ainda na Madeira, determinando que, no centro da cidade, num prédio à rua do Castanheiro, se instalasse um hospício provisório, «em proveito dos indigentes atacados da cruel enfermidade a que sucumbiu a Princesa D. Maria Amélia, Minha Muito Amada e Saudosa Filha» – como escreveu em carta endereçada à Rainha D. Maria II a 13 de Abril. Em dois meses, sob a direcção do Dr. Barral, as instalações foram adaptadas e equipadas tomando como modelo o hospital Real de S. José em Lisboa. A sua abertura viria a ter lugar a 10 de Julho de 1853. Nobrega e Carvalho, *Visita de Sua Majestade a Imperatriz do Brazil, viúva, Duqueza de Bragança, á Ilha da Madeira e fundação do Hospicio da Serenissima Princesa D. Maria Amelia*, pp.60 e 62.

[849] «Nenhuma conferência-médica se julgava completa se não tinha o parecer do Dr. Barral». Cf.: Artur Torres Pereira, Luis Silveira Botelho, e Jorge Soares, «Presidentes da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa», *Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, 2010, http://www.scmed.pt/index.php/a-scml/historia/presidentes-da-sociedade-das-ciencias-medicas-de-lisboa/95-scml/historia/presidentes-da-sociedade-das-ciencias-medicas-de-lisboa/presidentes/121-francisco-barral-1852-1853. [Consult. Março 5, 2011].

[850] Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, «Portugal Dicionário Histórico, Biográfico, Bibliográfico, Heráldico Corográfico, Numismático e Artístico» (Lisboa: João Romano Torres, 1906), pp.139–140.

[851] Ibid.

[852] Francisco António Barral, *Le climat de Madère et son influence thérapeutique sur la phthisie pulmonaire / F. A. Barral ; Traduit du Portugais, Refondu et Augmenté de Notes Avec l'Autorisation de l'Académie et le Concours de l'Auteur, Par le Dr. P. Garnier* (Paris: typ. de Gaillet et Cie, 1858).

[853] «Tudo que se tem escrito de maior interesse sobre a Ilha da Madeira, tem sido em língua inglesa, e impresso em Inglaterra; de modo que se pode dizer sem erro, que as ideias que temos hoje sobre o clima da Madeira e sua utilidade no tratamento de certas moléstias, chegaram a Portugal mais por via de Inglaterra do que directamente». Barral, *Notícia Sobre o Clima da Madeira e Sua Influência no Tratamento da Tisica Pulmonar*, p.189.

tratou de encontrar um projecto eficaz para o sanatório. É de supor que a sugestão de construir na Madeira um estabelecimento hospitalar para o tratamento da tuberculose tenha partido de iniciativa sua.

2.6.2 Concurso internacional

A intenção de construir um sanatório na Madeira não constituía novidade[854]. Em 1849, tinha já havido, por parte dos ingleses, uma iniciativa nesse sentido liderada por Lord Robert Grovsnor (1801-1893), influente aristocrata e deputado do parlamento britânico que vira o seu filho restabelecer-se depois de uma estadia na ilha[855]. Este projecto acabou, porém, por não se concretizar e a iniciativa viria a caber, uns anos mais tarde, à Imperatriz Dona Amélia. Da compra do terreno ficou encarregue o director clínico do estabelecimento, o Dr. António da Luz Pita, que respondia perante o seu colega de Lisboa, o Dr. Barral, representante e conselheiro da Imperatriz.

A escolha acabou por recair num terreno muito próximo da Quinta das Angústias, uma área salubre e segura, não longe do local onde a princesa falecera (Fig. 148). O terreno reunia, de facto, à luz do que a ciência médica recomendava, as condições ideais para o pequeno hospital: situava-se numa zona elevada da orla Poente da cidade, na proximidade do mar, com uma suave pendente Sul/Nascente e uma excelente exposição solar. A sua cota punha-o a salvo das cheias da ribeira de S. João, que no inverno regularmente ameaçavam a baixa da cidade. A Poente confinava com a Casa das Angústias, onde desde 1847 funcionava o Asilo de Mendicidade[856], a Sul com a Rua das Angústias – actual Av. do Infante – e o cemitério com o mesmo nome, e a norte e nascente com algumas quintas.

Na sua obra de climatologia médica sobre o Funchal, referindo-se ao Asilo de Mendicidade, situado numa propriedade confinante, o Dr. Barral escreveu o seguinte: «O edifício está situado em um local excelente e muito saudável no meio de uma extensa horta,

[854] «A benevolent proposal», *The Medical Times and Gazette*, 1865, sec. Medical news.
[855] O acontecimento foi noticiado na edição de 7 de Abril de 1849 do Correio da Madeira, um jornal regional que publicou 132 números de 3 de Fevereiro de 1849 a 9 de Agosto de 1851. Cf.: Alberto Vieira, «A emigração madeirense na segunda metade do século XIX», em *Emigração/imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, por Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal Séculos XIX-XX, Estudos 12 (Lisboa: Fragmentos, 1993), p.133.
[856] O edifício foi construído em 1837, não lhe tendo sido dado a aplicação para que fora concebido, a de asilo de mendicidade. Em 1842, depois do aluvião, nele se instalaram os Paços do Concelho, a biblioteca municipal e a administração do concelho; por meados do ano de 1843 depois de obras de adaptação, para aí é transferida a cadeia; em 1846, volta a ser a sede dos Paços do Concelho; em 1848, é cedido provisoriamente à comissão administrativa do Asilo da Mendicidade, cedência que foi declarada definitiva em sessão da Câmara Municipal de 29 de Maio de 1913. Cf.:Silva e Meneses, *Elucidário Madeirense*, pp.179–180.

tem janelas grandes e bem rasgadas para todos os lados, em uma posição elevada e bem arejada »[857]. Ao constatar a salubridade do local, implicitamente, o médico estabelecia os requisitos a que deveria obedecer o futuro sanatório – requisitos que reflectiam, aliás, uma das mais fortes convicções da ciência médica da época quanto a estes estabelecimentos: o papel que a qualidade do seu ar desempenhava na cura dos doentes internados.

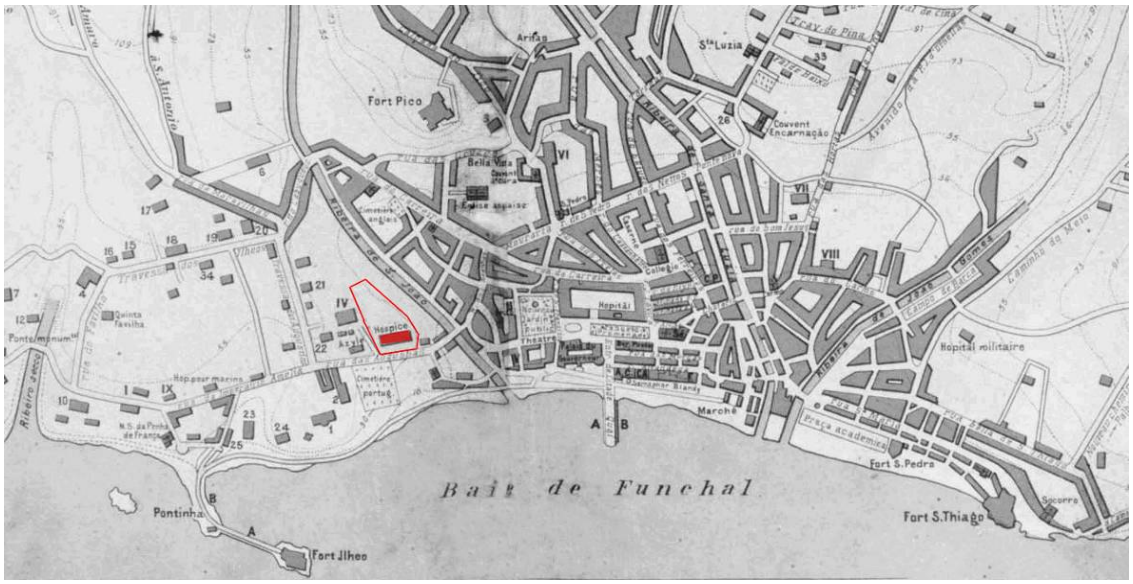


Fig. 148 Planta do Funchal com a localização do Hospício
(in Johnson, *Madeira its Climate and Scenery,* 1885) [Original tratado pelo Autor]

Com efeito, para além do desejável afastamento das zonas residenciais da cidade e a criação de um «cordão sanitário» em torno do edifício, a preocupação fundamental era que os estabelecimentos hospitalares e instituições de acolhimento oferecessem boas condições de arejamento, o que implicava quase sempre que se optasse, neste tipo de programas, pela construção de edifícios isolados num lote de terreno. A proximidade do cemitério das Angústias deve ter constituído uma preocupação. Todavia, revelando o seu profundo conhecimento do meio, o Dr Barral, com quase um século de antecedência, antecipou o problema da sua relocalização e do sentido de expansão da própria cidade (ver Cap.II, 3.4.2).

Quanto à escolha do projecto de arquitectura, ela foi feita através de um concurso internacional. A tomada de posse da propriedade pode datar-se com exactidão: teve lugar a 24 de Agosto de 1855[858], isto é, quase um mês depois de o *The Builder*, na sua edição de 21 de Julho do mesmo ano, na secção *Competitions*, publicar o resultado do concurso:

[857] Barral, *Notícia Sobre o Clima da Madeira e Sua Influência no Tratamento da Tisica Pulmonar*, p.108.
[858] Leme, «Livro de Registo da Correspondência do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia», pp.101–102.[Manuscrito] Acessível no arquivo do Hospício Princesa Dona Maria Amélia, Funchal. [Manuscrito] Acessível no arquivo do Hospício Princesa Dona Maria Amélia, Funchal.

> Madeira: The commissioners appointed to examine the plans sent in competition for the Hospital for Consumption to be erected at Funchal, Madeira, for the Duchess of Braganza, have selected the plan of Mr. E. B. Lamb, of London, for adoption, «for the convenience of arrangement of the different apartments, and the characteristic architectural expression of the whole design». Several plans were sent from France and Germany[859].

A equação a resolver pelos concorrentes resumia-se, portanto, a um problema funcional – «*the convenience of arrangement of the different apartments*» – e formal – «*the characteristic architectural expression of the whole design*». A estes requisitos ter-se-ão somado outros de natureza programática: número de doentes a albergar e respectivos sexos, capacidade das enfermarias e outras disposições funcionais certamente estabelecidas pelo Dr. Barral e pelos clínicos ingleses que participaram no processo. A adaptação do projecto aos condicionamentos locais, fossem estes de que natureza fossem, poderia sempre vir a ser assegurada por um arquitecto local. Mas porque razão foi o concurso lançado em Inglaterra?

Embora não se tenham encontrado documentos que o comprovem, tudo indica que a decisão de envolver os ingleses no projecto do Hospício terá partido do Dr. Barral. Melhor do que ninguém, o médico estava a par do avanço científico que tinha tido lugar em Inglaterra no tratamento das doenças pulmonares, bem como das inovações que a arquitectura hospitalar aí tinha alcançado, particularmente na especialidade das «doenças do peito». No seu trabalho sobre o clima da Madeira, eram abundantes as referências aos estudos ingleses e ao detalhado conhecimento que os clínicos britânicos tinham da ilha, alguns até como pacientes: «entre os facultativos que têm [na Madeira] procurado remédio, soubemos de dois médicos ajudantes do hospital de tísica de Brompton»[860].

O *Brompton*, como era conhecido o *The Hospital for Consumption and Diseases of the Chest* (Fig. 149), iniciara a sua actividade em Londres no ano de 1846 e foi, na época, o único hospital europeu especializado no tratamento da tuberculose[861]. Fundado em 1841, tinha uma planta em H – forma muito comum em hospitais de média dimensão circunscritos a terrenos de dimensões limitadas – e contava com um complexo sistema de aquecimento e ventilação do ar[862]. Tudo leva a crer, portanto, que esta unidade terá feito parte do itinerário

[859] «Madeira», *The Builder*, 21 de Julho de 1855, sec. Competitions, p.345; «Competition», *The Civil Engineer and Architect's Journal*, 20 de Julho de 1855, sec. Notes of the month, p.288.
[860] Barral, *Notícia Sobre o Clima da Madeira e Sua Influência no Tratamento da Tisica Pulmonar*, p.147.
[861] Cormack e Semple, «The Hospitals of London», *The London Journal of Medicine*, 1851.
[862] Sistema concebido pelo Dr. Neil Arnott, um conhecido médico que se especializara neste tipo de equipamentos. O ar era aquecido na cave por uma caldeira, sendo depois encaminhado através das

da visita de estudo a Inglaterra que o Dr. Barral levou a cabo em 1849. Dela terão resultando alguns contactos que se viriam a revelar profícuos quando se tratou de construir, na Madeira, o pequeno hospital especializado em doenças do peito.

Fig. 149 *Brompton Hospital,* Londres (fontes: plt. in Sheppard, *Southern Kensington:Brompton Survey of London*; fot. do Autor)

É provável que a ideia de organizar um concurso tenha partido dos próprios ingleses com quem o Dr. Barral mantinha contacto[863]. Em Londres, os dois únicos hospitais especializados no tratamento da tísica – o *Brompton* (1846) e o *The City of London Hospital For Diseases of The Chest* (1851) (Fig. 150) – tinham eles próprios resultado de concursos[864]. Na comissão encarregue de avaliar as propostas para o sanatório da Madeira, estiveram, provavelmente, alguns membros da administração do Brompton, entre os quais figuravam elementos do seu corpo clínico.

Registe-se, aliás, um facto curioso: o autor do projecto que acabou por vencer – o futuro arquitecto do Hospício – tinha sido o autor do projecto da capela do Brompton (1849) e, mais tarde, participou com Frederick John Francis na ampliação do hospital[865]; em 1850, seria ele a desenhar o primeiro sanatório inglês, o *Royal National Sanatorium for Diseases of the Chest* (Fig. 152), construido em Bournemouth, no Sul de Inglaterra, por iniciativa do

paredes para as enfermarias e corredores nos pisos superiores. F H W Sheppard, «Southern Kensington: Brompton (Survey of London volume XLI).», 1 de Janeiro de 1983, p.234.

[863] Em meados do século XIX este era já um procedimento comum em Inglaterra, sobretudo quando se tratava de seleccionar projectos de obras públicas. Era através dos concursos que muitos arquitectos vitorianos adquiriam fama e sucesso. Os jornais encarregavam-se de os publicitar, as polémicas eram frequentes e, por vezes, acerbas. Edifícios tão significativos quanto as *Houses of Paliament* (1835), o *Royal Exchange* (1839) ou o *Oxford Museum of Natural History* (1854), tinham, todos eles, resultado de concursos de arquitectura. Roger Dixon e Stefan Muthesius, *Victorian Architecture*, 2.ª ed. (Thames & Hudson, 1978), pp.10–11.

[864] O primeiro foi seleccionado entre 30 propostas concorrentes, tendo a escolha recaído sobre o desenho de Frederick John Francis e o segundo, de tipologia muito semelhante ao Hospício, foi entregue a Frederick Ordish, escolhido entre 12 concorrentes.Cormack e Semple, «The Hospitals of London», p.758.

[865] Sheppard, «Southern Kensington», p.220.

Medical Committee do próprio Brompton[866]. O seu nome era Edward Buckton Lamb e a obra que deixou esteve longe de reunir o consenso dos seus contemporâneos. A própria capela do Brompton (Fig. 151) suscitou, na época, algumas críticas acerbas: «*the roof is decidely astonishing...Such a chaos of carpentry so near our heads we have seldom seen...Those who can swallow this chapel can swallow anything...May the attendance [of the hospital's patients]...not prove fatal to any of them*»[867].

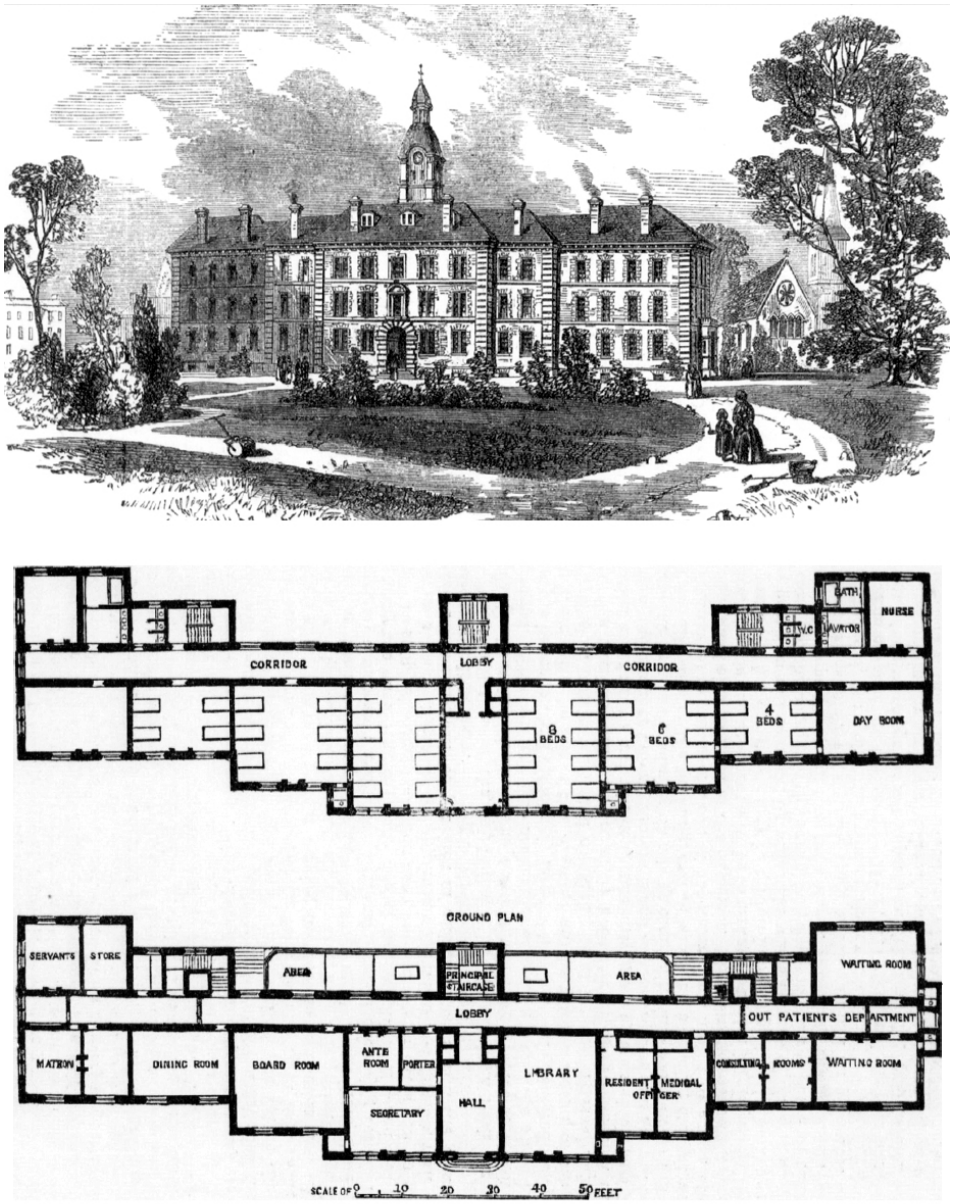


Fig. 150 *The City of London Hospital for Diseases of The Chest*
(in *The London Journal of Medicine,*1851)

[866] Cf.:British Listed Buildings, «Royal National Hospital and Chest Clinic - Bournemouth - Dorset - England | British Listed Buildings», 1 de Agosto de 1974, http://britishlistedbuildings.co.uk/en-101842-royal-national-hospital-and-chest-clinic; Taylor, *Hospital and Asylum Architecture in England, 1840-1914*, p.90.
[867] Ecclclesiologist XI, NS VIII, 1850, p.195-7, citado por Crook, *The Dilemma of Style*, p.136.

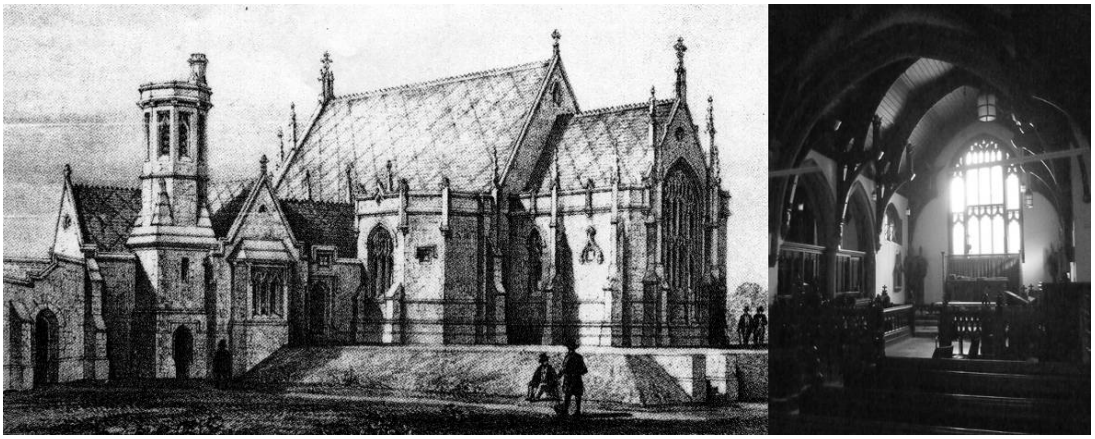


Fig. 151 Capela do *Brompton Hospital,* Londres (fontes: gravura, in Sheppard, *Southern Kensington:Brompton Survey of London*; fot. do Autor)

2.6.3 O arquitecto

Nascido em Londres no ano de 1805, Edward Buckton Lamb é considerado o mais velho dos *rogues* – termo com que a historiografia inglesa designou um singular grupo de arquitectos que estiveram em permanente desacordo com as convenções do seu tempo[868]. A sua formação fez-se nos anos vinte, com Lewis Nockalls Cottingham (1787-1847), um adepto do gótico e um pioneiro do restauro. Pertencia a uma geração que cultivava o gosto pelo pitoresco, isto é, por uma arquitectura da irregularidade, do contraste e do inesperado. Foi a fidelidade a estes princípios, particularmente nas igrejas e capelas que projectou, que iria trazer-lhe, na maturidade, a oposição de muitos dos seus jovens colegas. Em meados do século, a maioria deles tinha já aderido à estética do Sublime, que pedia «*solid and simple forms*»[869]. Eis, pois, uma das explicações para o ostracismo a que o votaram e para o teor dos comentário de que foi alvo a capela do Brompton.

Segundo Mordaunt Crook – talvez o primeiro autor a lançar sobre os *rogues* o olhar crítico da pós-modernidade [870] – o que todos eles tinham em comum «*was what musicians call 'attack': a commitment to originality at all costs*»[871]. O seu estilo era o *gótico-moderno*, um eclectismo rude que tentava combinar medievalismo com modernidade, formas tradicionais com novos materiais, panos de vidro com arcos quebrados – era o «*demotic*

[868] Goodhart-Rendell utiliza o termo *rogue* com o sentido que ele tem na expressão *rogue elephant*, que em português pode ser traduzido por 'elefante selvagem' ou 'elefante solitário'.Goodhart-Rendel, «Rogue architects of the Victorian era.»; Stefan Muthesius, *The High Victorian movement in architecture, 1850-1870* (Routledge, 1972), p.55.
[869] Muthesius, *The High Victorian movement in architecture, 1850-1870*, p.58.
[870] Crook, *The Dilemma of Style*.
[871] Ibid., p.133.

Gothic of the 1860s»[872]. Foi esta rudeza estilística, este gosto pelo feio e pelo excessivo que levou Burgess a chamar-lhes «*the Original and Ugly School*»[873]. Não é, pois, de admirar que se tivesse chegado a confundir essa rudeza estilística, essa a aparente inartisticidade, com uma formação deficiente destes arquitectos[874]. Este dilema, como adiante se verá, iria manifestar-se no desenho da fachada do sanatório madeirense.

Quase toda a obra de Lamb ficou a dever-se à encomenda de um determinado segmento da aristocracia fundiária inglesa[875]. O conforto da encomenda segura e paga a tempo parece não o ter afastado, todavia, de projectos mais ambiciosos: o seu pequeno atelier – que contava apenas com um, no máximo dois colaboradores – participou, durante todo o período em que se manteve activo, em mais de 25 concursos, alguns deles para edifícios bastante maiores e mais complexos do que o Hospício, verdadeiros monumentos da era vitoriana: as *Houses of Parliament*, as *Liverpool Assize Courts*, os *Govermment Offices*, as *Manchester Assize Courts* ou o *Manchester Town Hall*[876]. Foi parco, todavia, o resultado deste desmesurado esforço: apenas 3 encomendas, e todas elas modestas.

Edward Kaufman foi o único historiador anglo-saxónico que, embora indirectamente, fez referência ao Hospício. Registou ele no seu artigo que, entre a clientela do arquitecto teria estado «*a member of a European royal family (the Duchess of Braganza)* »[877]. Este registo surge para reforçar a tese de que a arquitectura de Lamb se identificava com as aspirações e gosto da aristocracia, merecendo a atenção de alguma realeza. A duquesa de Bragança, porém, não pode ser invocada neste caso, pois, como se viu, a encomenda do Hospício resultou de um concurso[878]. Esta imprecisão em nada compromete

---

[872] Ibid.
[873] Ibid.
[874] No debate que se seguiu à conferência de Rendel, Summerson defendera esta hipótese. O orador apressou-se, no entanto, a contradizê-lo: «*four of those architects I mentioned had measured and drawn more acient buildings probably than a whole generation of modern students will ever do*». Entre esses quatro, Rendel incluía E. B. Lamb. O seu conhecimento da antiga arquitectura inglesa fica, aliás, patente nos belos desenhos que publicou em 1846 nos Studies of Ancient Domestic Architecture. Goodhart-Rendel, «Rogue architects of the Victorian era.», p.259.
[875] Em 1988, Edward Kaufman publicou um artigo em que Lamb é apresentado como um "case study do mecenato vitoriano." Partindo de uma análise exaustiva da sua clientela, recusa-se a admitir que a aparente 'inartisticidade' do seu estilo pudesse estar relacionada com o gosto de um certo mecenato nouveau-riche. Do ponto de vista de Kaufman, o que importa sobretudo sublinhar é a estabilidade económica que essa mesma clientela proporcionou ao arquitecto. Essa sim, pode ter influênciado, ainda que indirectamente, o seu estilo, o seu apego ao pormenor inventivo e dissonante, a sua preocupação constante em ser original. Cf.: Kaufman, «E.B.Lamb A Case Study in Victorian Architectural Patronage».
[876] Ibid., p.354.
[877] Ibid., p.317.
[878] A dar-se o caso deste ter sido viciado (hipótese que não pode ser excluída), não terá sido por interferência directa da duqueza de Bragança. O vício, a ter ocorrido, terá tido origem na comissão de análise das propostas onde, como se viu, é bastante provável que tenham estado membros da administração do Brompton, o hospital em que Lamb trabalhava como arquitecto.

a hipótese do autor, cujo artigo fornece preciosa informação sobre a actividade do arquitecto. Nele se fica a saber que, entre 1845 e 1869, o seu pequeno atelier levou a cabo mais de 100 edifícios[879], entre os quais dois hospitais para tísicos, um em Bournemouth (Fig. 152) e outro na Madeira – isto não contando com a ampliação do Brompton (Fig. 149), que Lamb fez em colaboração com F. J. Francis[880]. Não sendo comparável com ateliers contemporâneos como o de Gilbert Scott, que empregava dezenas de colaboradores, trata-se, ainda assim, para um arquitecto com um ou dois ajudantes, de um extraordinário volume de trabalho.

2.6.4 Arquitecto local

João Figueiroa de Freitas e Albuquerque (? – 1867), foi escolhido para a direcção da obra do Hospício pela Imperatriz, para isso lhe tendo sido estipulado um «ordenado mensal de 60$00 reis»[881]. Cabia-lhe também a função de contratar e pagar os salários aos operários. A sua formação fora adquirida em Inglaterra onde a família residia desde o dia em que o pai, um militar liberal, aí se refugiara em 1828, quando as forças Miguelistas tomaram pela força o governo da Madeira[882]. Terá sido, pois, neste país, que Albuquerque aprendeu o ofício de arquitecto, o que, de certo modo, fazia dele o homem indicado para a tarefa: por de pé o projecto de um inglês. A ela dedicou 5 anos da sua vida – numa obra que se arrastou por quase 7 – não se lhe conhecendo nenhuma outra.

Quanto às modificações que sob sua indicação as plantas terão sofrido[883], é possível apenas conjecturar, nada chegou aos nosso dias: nem os originais que Lamb apresentou a concurso, nem as tais plantas 'modificadas'[884]. Afigura-se, todavia, plausível que – fosse

---

[879] «*Mainly churches and country houses*, *but also small town halls*, *and corn markets* , *parsonages, cottages, schools* , *mechanics institutes, a London hotel, and a consumption hospital*». Kaufman, «E.B.Lamb A Case Study in Victorian Architectural Patronage», p.314.

[880] Sheppard, «Southern Kensington», p.233.

[881] Nobrega e Carvalho, *Visita de Sua Majestade a Imperatriz do Brazil, viúva, Duqueza de Bragança, á Ilha da Madeira e fundação do Hospicio da Serenissima Princesa D. Maria Amelia*, p.79.

[882] O coronel João Agostinho de Brito Freitas Figueiroa de Albuquerque (1793-1862), terá partido para Inglaterra quando da ocupação da Madeira por forças Miguelistas em 1828, onde viria a falecer em 1862. Carita, *Funchal 500 anos de História*, p.108.

[883] Segundo rezava o auto descritivo da cerimónia de lançamento da primeira pedra do Hospício, sob os pavilhões erguidos para a ocasião, havia, além do instrumental necessário ao ritual da benção e assentamento da pedra fundamental, uma mesa onde «se viam os desenhos e plantas do novo Hospício, obra de E. B. Lamb, arquitecto inglês, modificada, segundo algumas indicações apresentadas por João Figueiroa de Freitas e Albuquerque, arquitecto encarregado da direcção desta obra».Cf.: Nobrega e Carvalho, *Visita de Sua Majestade a Imperatriz do Brazil, viúva, Duqueza de Bragança, á Ilha da Madeira e fundação do Hospicio da Serenissima Princesa D. Maria Amelia*, p.74.

[884] Na pesquisa que se levou a cabo tanto em arquivos portugueses como ingleses não foram encontradas as plantas originais do edifício.

por razões contratuais, fosse por não se achar habilitado para isso – Albuquerque não terá alterado os desenhos. Limitou-se a dar «algumas indicações» nesse sentido. O seu papel circunscreveu-se, portanto, ao de director de obra e, nessa qualidade, respondia directamente perante a Comissão que a Imperatriz e o Dr. Barral tinham nomeado para a gerir. Esta hipótese sai reforçada da leitura do *Livro de Registo da Correspondência do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia*, livro manuscrito, numerado e assinado, onde, sob a forma de ofícios, consta informação de algum detalhe sobre o andamento dos trabalhos entre os anos de 1855 e 1862[885]. A maioria da correspondência era dirigida ao Dr. Barral que, em Lisboa, como representante da Imperatriz, os supervisionava.

Albuquerque dirigiu a obra até 30 de Novembro de 1859, data em que foi dado por terminado o seu trabalho. No mês seguinte, cumprindo ordens da Imperatriz, foi-lhe paga a gratificação final[886]. As obras consideraram-se concluídas na mesma data, porém, estranhamente, os estucadores[887] prosseguiram o seu trabalho e elaborou-se uma extensa lista de tudo quanto estava por fazer[888]. Em Janeiro, é nomeado um inspector «para vigiar o bom andamento dos trabalhos[889]» e a obra, que passara a ser administrada directamente pelos membros da comissão, iria decorrer durante mais dois anos, até à chegada das irmãs vicentinas. Tudo leva a crer, portanto, que – fosse por razões económicas, fosse por se ter chegado à conclusão que a obra podia passar bem sem os seus serviços – o arquitecto local foi despedido.

---

[885] Leme, «Livro de Registo da Correspondência do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia».[Manuscrito] Acessível no arquivo do Hospício Princesa Dona Maria Amélia, Funchal.
[886] Ibid., p.265.
[887] Menção especial merece a equipa dos mestres estucadores e escaioladores, que chegam de Lisboa a 25 de Agosto de 1859 e só dão por concluído o seu trabalho quase um ano depois, em Julho de 1860. O Imperador Maximiliano – que conhecia bem os salões dos palácios europeus – não lhe poupará elogios, quando, em Dezembro de 1859, visita a obra: «*the walls are so admirably stuccoed with plaster of dazzling whiteness that one can detect no cracks or breaks in the flat surface, which is smooth as marble*». Maximilian, *Recollections of My Life. by Maximilian I., Emperor of Mexico.*, 2:pp.345–346.
[888] «Quanto ao edifício cumpre-me informar o seguinte: Que no andar superior falta acabar o fogão da casa de engomar e as latrinas e no centro concluir os trabalhos de estuque e escaiola. Que no andar inferior falta estucar os corredores, lagear a casa das dissecações e a entrada do lado Norte, o fogão da cozinha, o aparelho para conduzir a comida para o andar superior, alguma pintura, as laterinas e outras pequenas coisas. Falta também assentar os degraus de pedra das escadas exteriores (...) a canalização está quase toda por fazer». Leme, «Livro de Registo da Correspondência do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia», p.260. [Manuscrito] Acessível no arquivo do Hospício Princesa Dona Maria Amélia, Funchal.
[889] Ibid., p.270.

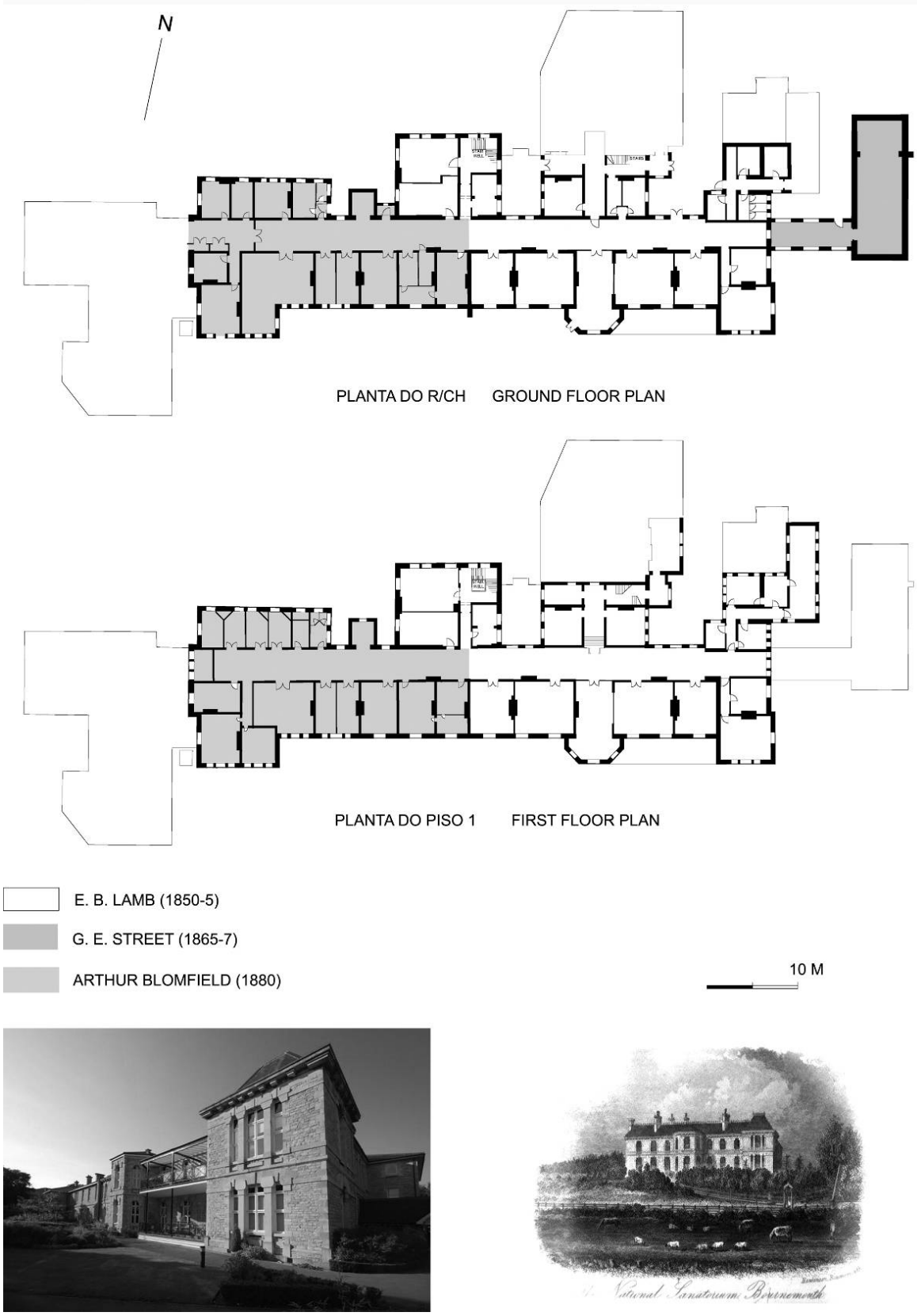


Fig. 152 *Royal National Sanatorium for Diseases of the Chest,* Bournemouth (fontes: lvt. John Mitchell Architects Ltd.; fot. do Autor; gravura col. do Autor) [Originais tratados pelo Autor]

2.6.5 O Hospício e a tipologia hospitalar oitocentista

O aparecimento de hospitais para tratar uma só doença é uma inovação que só no século XIX se desenvolveu plenamente[890]. Estima-se que em 1861, ano em que o Hospício entrou em actividade, havia já em Inglaterra e no país de Gales 90 hospitais especializados, número que viria a ascender aos 160 trinta anos mais tarde[891]. De entre estes estabelecimentos constavam os chamados hospitais para tratamento de 'doenças do peito', especialidade na qual se pode integrar o pequeno sanatório madeirense. O Hospício foi concebido como um hospital para o tratamento da «tísica». A eficácia do tratamento clínico que dispensava residia, em grande parte, na sua localização: a Madeira, cujo clima se julgava ser benéfico para o tratamento da doença. É por esta razão que ele pode ser considerado um sanatório – o segundo a ser construído na Europa e o primeiro em território português.

Lamb adoptou para o projecto do Hospício uma solução pragmática: a austera tipologia das grandes casas de estilo georgiano do século XVIII, princípios do séc. XIX. Uma solução com provas dadas na arquitectura hospitalar inglesa[892]. John Carr, o arquitecto do hospital de Santo António no Porto, utilizara-a no *Botham Asylum* de York (1772-77) e é possível encontrá-la com alguma frequência até meados do século XIX nos hospitais ingleses. Na sua versão mais simples – a mais comum nos hospitais de pequenas dimensões – consistia num volume compacto, de planta rectangular, que raramente excedia os quatro pisos: cave, R/CH e dois andares superiores. Os compartimentos estruturavam-se a ambos os lados de um corredor central, constituindo uma das variantes possíveis de uma tipologia que Burdett classificou como o *corridor type*[893] (Figs. 153, 154).

[890] Os ingleses foram pioneiros nesta área: só em Londres aparecem o hospital de olhos (1805), o hospital torácico (1814) o hospital dos ouvidos (1816), o hospital para o cancro (1835), o ortopédico (1838) e muitos mais. Cf.: Pevsner, *A History of Building Types*, p.157.
[891] Taylor, *Hospital and Asylum Architecture in England, 1840-1914*, p.85.
[892] Ibid., p.54.
[893] Sir Henry C. Burdett, *Hospitals and asylums of the world: their origin, history, construction, administration, management, and legislation; with plans of the chief medical institutions accurately drawn to a uniform scale, in addition to those of all the hospitals of London in the jubilee year of Queen Victoria's reign* (Taylor & Francis, 1893), p.184.

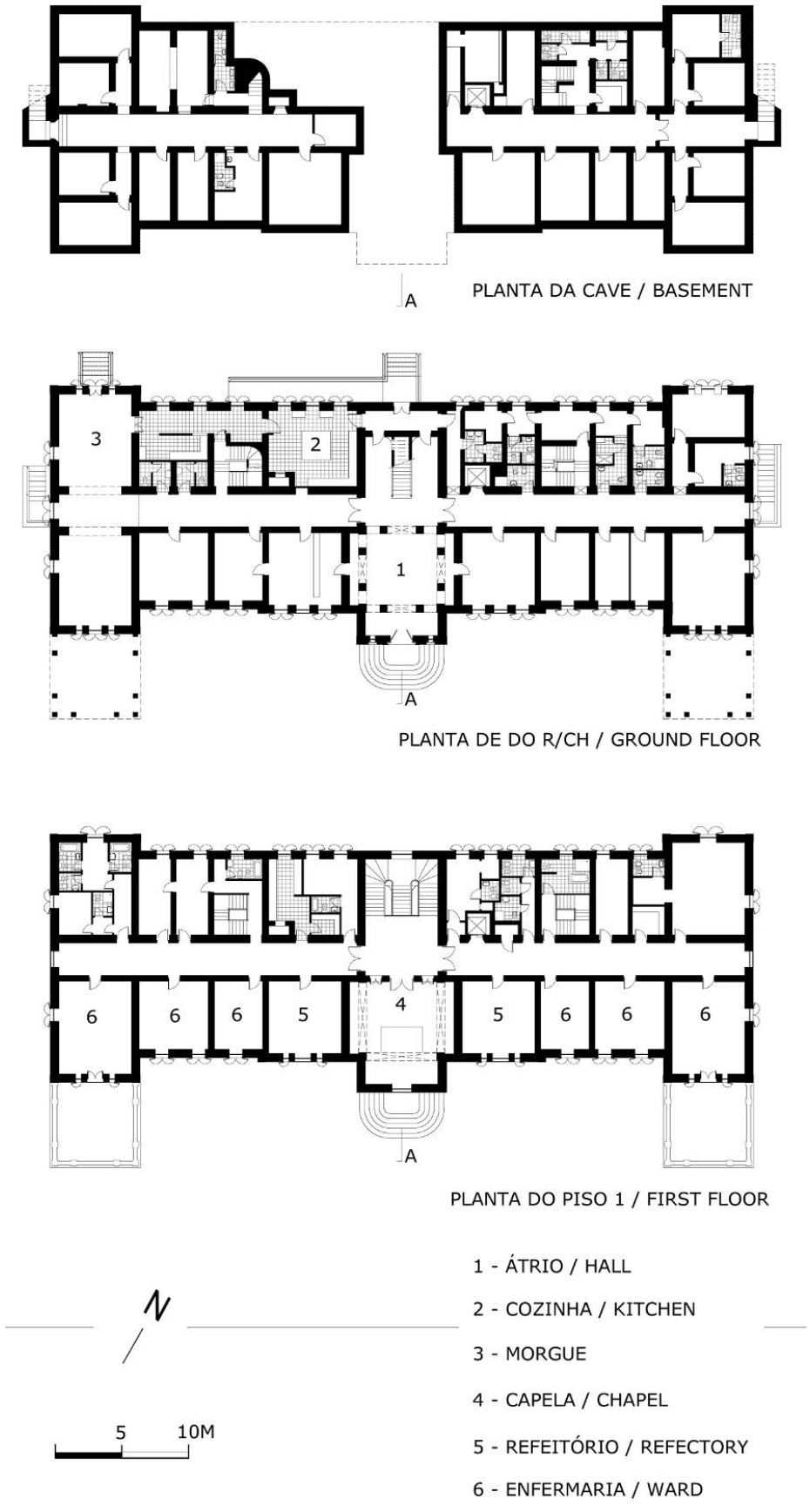


Fig. 153 Hospício Princesa D. Maria Amélia, Funchal (lvt. APHPDMA) [Originais tratados pelo Autor]

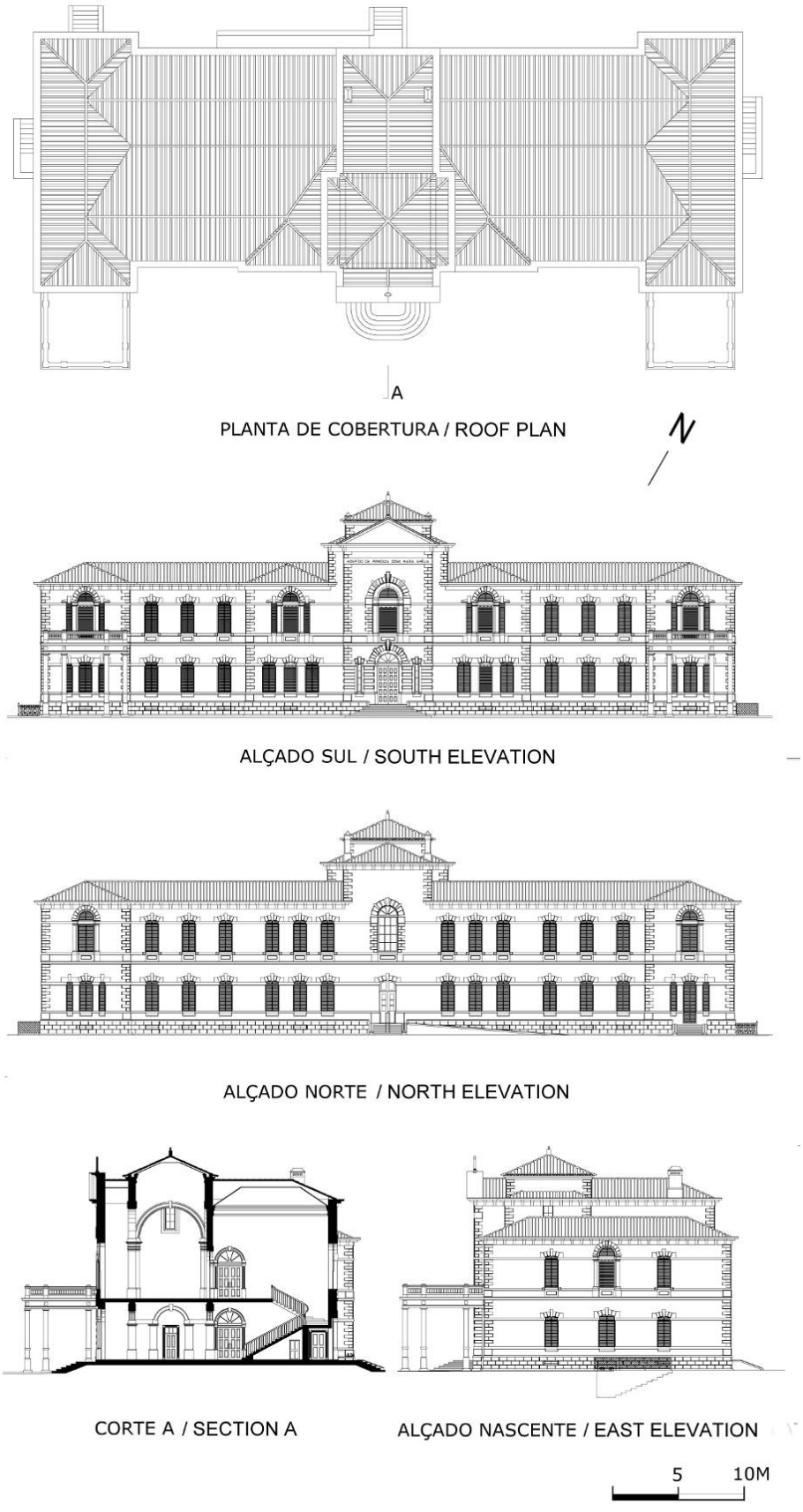


Fig. 154 Hospício Princesa D. Maria Amélia, Funchal (lvt. APHPDMA) [Originais tratados pelo Autor]

Em alguns casos a planta poderia ser em U, em H ou em E, formas relativamente comuns nas mansões setecentistas. Com planta rectangular, uma cave e dois pisos acima do solo, o Hospício corresponde à versão mais compacta desta tipologia: porta principal e escada a eixo da fachada formam a secção central encimada por um frontão; nos extremos, as enfermarias de maiores dimensões constituem dois corpos ligeiramente avançados – as varandas que hoje se veem no prolongamento destes corpos foram acrescentadas já no séc. XX (Fig. 162). À semi-cave estavam reservadas as áreas de arrecadação bem como uma função complementar: isolar o primeiro piso do contacto directo com o terreno e suas humidades. Do átrio de entrada, situado a eixo do edifício, partem dois largos corredores centrais que, como era regra nos hospitais para 'doentes do peito', serviam para os enfermos se exercitarem quando as condições meteorológicas não eram favoráveis no exterior. Ao átrio sobrepõe-se a capela para onde a escada principal, desenhada em dois lanços, encaminha (Fig. 155). Duas escadas secundárias asseguravam a circulação entre pisos nos braços Nascente e Poente.

Fig. 155 Átrio de entrada do Hospício (fot. do Autor)

A simetria constitui a regra compositiva fundamental do pequeno sanatório, repercutindo-se, do ponto de vista funcional, nas próprias plantas (Figs. 326, 327) As pequenas assimetrias que se verificam na planta do R/CH resultam da multiplicidade e complexidade de usos que aí ocorrem – consultório médico, instalações para as irmãs, farmácia, cozinha, morgue e outros serviços – constituindo, portanto, a excepção. Ao nível do primeiro piso a simetria é perfeita: 3 enfermarias destinadas a homens no braço Poente e 3 destinadas a mulheres no braço Nascente, incluido os respectivos compartimentos de

apoio – refeitórios, instalações sanitárias e arrumos. O hospital destinava-se a 24 doentes – metade de cada sexo – a distribuir por estas 6 enfermarias. De entre as inovações que o Hospício apresentava constavam o *lift* e o *shut,* ambos novidade nos hospitais portugueses. O primeiro era um pequeno elevador destinado a transportar a comida da cozinha, no R/CH, para os refeitórios masculino e feminino no piso superior e o segundo um ducto por onde descia a roupa suja das enfermarias[894].

A norma de metro cúbico de ar por doente, recomendada pelos clínicos, obrigava a uma ocupação relativamente folgada destes compartimentos. O reduzido número de camas por cada um deles parece ter sido, aliás, a regra nos hospitais para tratamento da tísica. Os dois estabelecimentos Londrinos da especialidade que precederam o Hospício – o *Brompton* e o *City of London* – obedeciam ao mesmo padrão: 4 a 8 camas por enfermaria[895]. Tal como o Hospício, ambos se enquadravam no *corridor type.* O *Brompton*, em cujo projecto Lamb participou tivesse uma planta em H (Fig. 149) e o *The City of London Hospital For Diseases of The Chest* (Fig. 150) da autoria de Frederick Ordish, tinha uma planta rectangular, apresentando muitas semelhanças com o sanatório madeirense.

Desenhado em 1855, o Hospício é um exemplar típico de uma tipologia compacta que, nos anos seguintes, iria ser posta em causa pelos adeptos do tipo pavilhonar. Estes defendiam que as enfermarias deviam ser concebidas como blocos isolados, com janelas em paredes opostas. Tal permitiria não só a ventilação cruzada dos espaços onde os enfermos permaneciam, como também a sua eficaz separação, evitando assim o processo de contágio – condições difíceis de obter no hospital de tipo compacto e com corredor central[896]. A campanha a favor desta tipologia só viria a adquirir popularidade entre os arquitectos quando o *The Builder*, pela mão de Godwin, o seu editor, tomou o partido de Nightingale, corria o ano de 1856, isto é, um ano depois de realizado o concurso para o projecto do Hospício. Tal não significa, porém, que, tivesse o concurso ocorrido um ano mais tarde, a solução adoptada viesse a ser radicalmente diferente. Nos hospitais para o tratamento da «tísica», a ventilação cruzada das enfermarias não era considerada uma boa opção. Atribuía-se mais importância à manutenção de temperaturas constantes, evitando arrefecimentos súbitos, razão porque tanto o *Brompton* como o *City of London* possuiam

[894] Nobrega e Carvalho, *Visita de Sua Majestade a Imperatriz do Brazil, viúva, Duqueza de Bragança, á Ilha da Madeira e fundação do Hospicio da Serenissima Princesa D. Maria Amelia*, p.95.
[895] Taylor, *Hospital and Asylum Architecture in England, 1840-1914*, p.98.
[896] Em 1856, Florence Nightingale, a mais destacada defensora do novo tipo, liderou uma ambiciosa campanha contra o projecto do novo hospital militar em Netley, no Hampshire, baseado no tipo que considerava ultrapassado. A campanha teve sucesso, acabando por resultar na adopção oficial da solução pavilhonar, que passou a ser dominante na arquitectura hospitalar inglesa durante todo o último terço do séc. XIX. Em Portugal ela surgirá pela primeira vez no Hospital D. Estefânia [2.6], inaugurado em 1877, mas cujo projecto, da autoria de A. J. Humbert, remonta a 1858.

complexos sistemas de aquecimento e renovação do ar. Na Madeira, dadas as fracas amplitudes térmicas do seu clima, podia prescindir-se destes sistemas.

Em 1850, cinco anos antes, Lamb projectara o *Royal National Sanatorium* em Bournemouth (Fig. 152), considerado o primeiro sanatório Inglês, o que lhe trouxe, certamente, alguma vantagem relativamente aos restantes concorrentes. Na verdade, os dois edifícios, embora aparentemente diferentes, filiam-se ambos – de acordo com a classificação de Burdett – no *corridor type*. Ao contrário do Hospício, que se manteve, até hoje, praticamente inalterado, o sanatório inglês sofreu, ao longo dos anos, profundas modificações e ampliações que alteraram a sua configuração original. Tal não impede, todavia, que comparando as plantas dos dois estabelecimentos, não seja possível reconhecer a filiação num mesmo tipo.

Bournemouth aproxima-se do *single corridor type*, do qual parece constituir uma solução imperfeita: a Sul, o corredor serve uma fiada compacta de compartimentos, o que não acontece do lado Norte, permitindo a abertura de vãos para o exterior (Fig. 152). O Hospício, por seu turno, constitui uma solução típica do *double corridor type*: o corredor serve duas fiadas compactas de compartimentos a Norte e a Sul, abrindo apenas vãos para o exterior nos topos (Fig. 153, 154). Uma diferença que é importante registar, diz respeito à posição que a capela ocupa nos dois estabelecimentos: em Bournemouth ela surge como um apêndice ligado por um corredor ao corpo principal do hospital; no Hospício, pelo contrário, ela é parte integrante do corpo principal do edifício, situando-se no lugar de maior destaque: o cruzamento dos seus dois eixos de simetria.

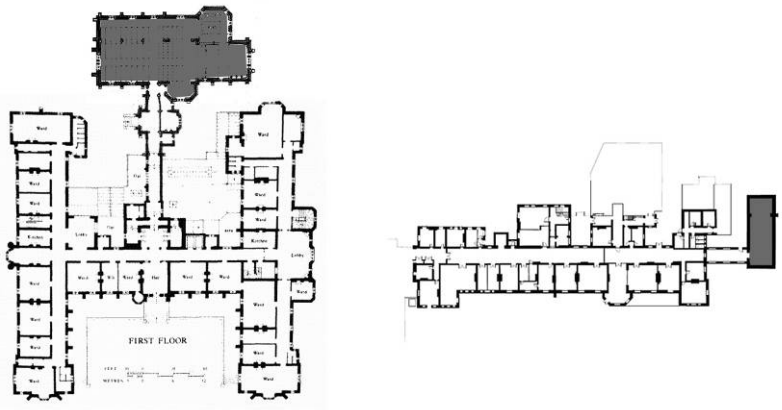


Fig. 156 Localização em planta das capelas do *Brompton* e do *Royal National Sanatorium* (fontes: Sheppard, *Southern Kensington:Brompton Survey of London* e lvt. John Mitchell Architects Ltd)

A capela é uma das singularidades do sanatório madeirense: ela constitui, por assim dizer, a verdadeira cabeça do seu corpo simétrico, fazendo parte integrante da estrutura do edifício. Tal não acontece nos hospitais ingleses da mesma especialidade que precederam o Hospício: quer no *Brompton,* quer no *Royal National Sanatorium* – os dois

estabelecimentos hospitalares em cujo projecto Lamb esteve envolvido – quer ainda *The City of London Hospital For Diseases of The Chest,* ela constitui um elemento autónomo, ou um apêndice ligado por um corredor ao corpo principal do hospital (Fig. 156). Ciência e Fé coexistem mas em edifícios separados.

No Hospício, pelo contrário, a capela é cabeça de uma estrutura simétrica – dir-se-ia mesmo antropomórfica – em cujos braços (Nascente e Poente) o músculo da ciência se exerce. O corte transversal feito pelo seu eixo, dá-nos a dimensão da sua desmesura: ao generoso pé direito dos dois braços (4,70 m) – que o paradigma clínico do metro cúbico de ar por doente recomendava – Lamb acrescenta, na capela, mais 4 metros! Coberto por um telhado de quatro águas, o seu volume irrompe acima do vértice superior do frontão do edifício e a sua grande janela, em arco de volta perfeita, sobrepõe-se à porta principal do sanatório, ocupando um lugar de destaque no centro da fachada (Figs. 147).

Qual a razão de ser desta singularidade? Na maioria dos hospitais ingleses desta época, o financiamento da obra dependia de um patrono e da angariação fundos, o que levava a que a obra progredisse em múltiplas fases, sendo a capela, muitas vezes, uma delas, como acontecera no *Brompton* ou no *Royal Sanatorium* de Bournemouth. Por outro lado, nem sempre era fácil integrar na estrutura do hospital um compartimento com os requisitos funcionais e espaciais de uma capela. Finalmente, a construção de um edifício independente, dava ao arquitecto a oportunidade de, libertando-se dos rígidos constrangimentos do programa hospitalar, demonstrar o seu virtousismo, utilizando um estilo diferente – quase sempre o gótico[897] (Figs. 151).

Tal não significa que o Hospício seja, deste ponto de vista, um caso único – não raro, nesta época, a capela surge integrada na estrutura do hospital[898]. A singularidade do sanatório madeirense reside no facto de ela se constituir como elemento estruturante de todo o edifício, o ponto focal da sua composição. Esta proeminência não é fruto do acaso nem invenção do arquitecto. Ela terá coincidido com a vontade expressa da Imperatriz: pôr em evidência o carácter monumental do edifício, recordando-nos que não estamos apenas apenas na presença de um hospital, mas também de um templo erigido à memória da princesa – um templo que assinala o lugar trágico onde ela faleceu. Um dos percursos interiores mais expressivos do edifício é o que liga o átrio de entrada à entrada da capela no piso superior. Trata-se de um percurso que, ainda hoje, sempre que na capela se celebram

[897] Taylor, *Hospital and Asylum Architecture in England, 1840-1914*, p.162.
[898] Em alguns hospitais do séc.XVIII com a mesma tipologia compacta do Hospício, o *double corridor type*, é possível encontrar a capela ocupando uma posição semelhante (*Rotunda Hospital*, Dublin, 1757, *London Hospital*, 1752), não sendo,todavia, esta a regra prevalecente. Cf. Thompson, J.D. & Goldin, G., 1975. Cf.: John D. Thompson e Grace Goldin, *The hospital: a social and architectural history* (Yale University Press, 1975), pp.89–93.

cerimónias, cumpre bem com a sua função processional e simbólica, revelando a eloquência do espaço e o empenho posto na sua concepção pelo arquitecto.

2.6.6 Questão estilística

> Every Victorian buiding of any consequence is a statement of stylistic belief.
> Jhon Summerson in *Victorian Architecture, Four Studies in Evaluation*

Quando da sua segunda passagem pela Madeira, no inverno de 1859, o Imperador do México Maximiliano deixou-nos as suas impressões sobre o Hospício, cuja obra se encontrava, então, na fase final: «*It is a handsome princely building, in the simple Renaissance style, with dazzlingly white walls, which are adorned with black basalt ornaments, mullioned windows, arches, and cornices.The facade reminds one of the castles and charitable buildings of Naples*»[899]. De facto, do ponto de vista estilistico, o Hospício pode filiar-se no *Renaissance revival*, também conhecido como *the palazzo manner*, um estilo de inspiração italianizante que, em Inglaterra, Barry liderou no início da decada de 30 do século XIX e cuja influencia se prolongaria pelas décadas seguintes. Tratava-se de um estilo considerado apropriado para hospitais e edifícios públicos e o seu modelo eram os palácios romanos do início do século XVI – que tinham vindo substituir os de Vicenza em finais do mesmo século[900].

Fig. 157 Vãos do Hospício Princesa D. Maria Amélia (fot. do Autor)

Das fachadas de inspiração clássica do Hospício, está, pois, ausente a cartilha do pitoresco que Lamb professava – «contraste, irregularidade e assimetria». Um olhar mais

[899] Maximilian, *Recollections of My Life. by Maximilian I., Emperor of Mexico.*, 2:p.345.
[900] Henry Russell Hitchcock, *Early Victorian architecture in Britain*, Da Capo Press series in architecture and decorative art 41 (New York: Da Capo Press, 1972), p.14.

atento, porém, aperceber-se-á que, sob a rígida articulação do repertório clássico, aflora o traço inquieto e excessivo do *rogue*: a desconcertante proporção das *serlianas* (Fig. 157), a desmesura das impostas no arranque dos arcos, a vigorosa e excessiva enfase dada à porta principal e à janela da capela que lhe está sobreposta (Fig. 147), ambas com duplos guarnecimentos em cantaria lavrada, ou ainda a dimensão das pedras de fecho e das padieiras dos vãos em cantaria (Fig. 157) – verdadeiro tique estilístico que também está presente no sanatório de Bournemouth.

O *Royal National Sanatorium* de Bournemouth, constitui, aliás, um excelente termo de comparação, na medida em que, do ponto de vista estilístico, os dois sanatórios, a par de algumas semelhanças, apresentam diferenças consideráveis e, à primeira vista, inexplicáveis tendo em conta que são obras do mesmo autor[901]. Em Bournemouth o arquitecto adoptou os princípios estéticos do pitoresco que, como vimos, lhe eram caros, enquanto no Hospício, optou por um rígido classicismo. Na verdade, ao contrário do que sucedia na Madeira, onde imperava uma feroz simetria – sinónimo de banalidade para qualquer adepto do pitoresco – no sanatório inglês prevaleceu a assimetria: a planta possuía um recorte irregular que se repercutia na acidentada volumetria do edifício; o próprio telhado apresentava pendentes diferenciadas sendo muito inclinado e em estilo *chateau* sobre um dos avançados (Fig. 152). Enquanto no sanatório madeirense, os paramentos são lisos e caiados – aberração que o próprio Lamb condenou nas páginas do Building News...- , em Bournmouth, as fachadas em pedra de Purbeck aparente, apresentam-se com a espontânea e pitoresca rudeza do aparelho irregular, uma textura rica que o arquitecto aplicou em muitas das suas igrejas[902]. De notar ainda que, no Hospício, estão presentes dois proeminentes motivos do classicismo ausentes no hospital inglês: o frontão e o embasamento em pedra.

Como explicar então, que o mesmo autor, passados cinco anos e num projecto também de um sanatório, abdicasse tão facilmente da sua cartilha estilística? O *indiferentismo*[903] vigente nesse período, isto é, a facilidade com que o mesmo arquitecto, mudava de estilo consoante o tipo de edifício que projectava ou o gosto do cliente que servia, é uma das explicações. À semelhança do que sucedia com os seus pares, a fidelidade

[901] O texto descritivo do British Listed Buildings define o estilo do *Royal National Sanatorium* de Bournemouth como um « *powerful style typical of Lamb, rustic Italianate with echoes of Vanbrugh*». Cf.: British Listed Buildings, «Royal National Sanatorium for Diseases of the Chest».

[902] «*His* [Lamb's] *'aesthetic recommendations', as he calls them, belong entirely to the picturesque. He recommends ' a kind of rough building', with broken surfaces and especially irregular 'artistic jointing'. He attacks the forms of the young architects: unrelieved walls look as if they were 'of stone perforated with openings'*». Muthesius, *The High Victorian movement in architecture, 1850-1870*, p.57; Girouard, *The Victorian Country House*, p.36.

[903] Peter Collins, *Changing Ideals in Modern Architecture* (McGill-Queen's University Press, 1965), p.22.

que Lamb dedicou à sua cartilha parece não ter sido inabalável e, se dúvidas restassem, bastaria recordar o momentoso episódio da «guerra dos estilos» que teve lugar aquando do concurso do *Foreign Office* (1856) em que, o tenaz adepto do pitoresco, tomou o partido dos clássicos[904].

Não é, pois, de admirar, que simetria ordem e hierarquia – os princípios que emanam do classicismo – estivessem presentes no Hospício. A razão porque o arquitecto os adoptou, parece ter sido de natureza pragmática: apresentar a concurso, para uma distante ilha atlântica, o projecto de um hospital em *tudor revival* – como era, por exemplo, o caso do *Brompton* (Fig. 149) – ter-se-ia revelado insensato. O «estilo italiano» era, certamente, mais exportável, mais cosmopolita, mais fácil de adoptar por um país do Sul, onde o *gothic revival* não penetrara. Para além disso, em meados do século, o «italiano» era o estilo da maioria dos hospitais[905]. Lamb era versado em vários estilos, como resulta claro da análise dos seus projectos de juventude, publicados na *Enciclopaedia* ou no *The Suburban Gardener, And Villa Companion* de Loudon[906].

Não se pode, todavia, ignorar que entre o *Royal National Sanatorium* e o Hospício existem muitas semelhanças. Em ambos o arquitecto utilizou vãos tripartidos, guarnecendo-os com pesadas padieiras onde surgiam acusadas as pedras de fecho[907] (Fig. 157); nos panos de peito viam-se os mesmos painéis de pedra saliente e, nas fachadas, ligando entre si todos os vãos, corriam, em ambos os edifícios, quatro bandas horizontais de cantaria. As pedras de cunhal tinham o mesmo desenho, bem como as cornijas com modilhões. Se em Bournmouth, a fachada fosse rebocada e caiada e a pedra de Purbeck substituida pela cantaria basáltica da Madeira, seriam surpreendentes as semelhanças que os dois sanatórios revelariam. Na sua obstinada procura de um estilo original, o traço vigoroso de Lamb é inconfundível, excessivo, sendo por vezes mesmo rebarbativo quando – como afirmva Godart-Rendel – não se está com disposição para o suportar.

---

[904] Crook, *The Dilemma of Style*, p.135.

[905] «*Italianete is in fact, internationally speaking, the style of must hospitals*». Pevsner, *A History of Building Types*, p.155.

[906] Do gótico ao italiano passando pelo grego e o isabelino, havia-os para todos os gostos e todas as ocasiões. Subjacente a todos eles estavam, porém, os códigos do pitoresco, dos quais Lamb só excepcionalmente abdicaria – como aconteceu na Madeira. Na *Enciclopaedia* ele apresentou, de forma didáctica, um mostruário de motivos do 'estilo italiano', que viria mais tarde a aplicar no sanatório madeirense: aparelhos de pedra, cornijas, cunhais, vãos, etc. Já na segunda destas publicações, podemos encontrar uma vila pitoresca em 'estilo italiano', de planta assimétrica, que nos dá uma ideia do que o Hospício poderia ter sido, se Lamb se tivesse mantido fiel ao pitoresco. Loudon, *An encyclopædia of cottage, farm, and villa architecture and furniture*, pp.956 – 961; Loudon, *The Suburban Gardener, and Villa Companion*, p.499.

[907] No Hospício, dada a presença do arco de volta perfeita no vão central, assumem a forma de 'serlianas'.

Fig. 158 Hospício Princesa D. Maria Amélia (col. ARM)

No Hospício, porém, a essa indelével marca soma-se a dos construtores locais com seus saberes e tradições apurados de geração em geração no confronto com os materiais disponíveis na ilha. É a sua arte que confere à arquitectura do Hospício um sabor local – um sabor que está presente na casa insular da Macaronésia, herdeira do modelo mediterrânico ao qual estes construtores se mantiveram sempre fiéis (Fig. 158). A intervenção de João Figueiroa de Freitas e Albuquerque, o arquitecto português de formação inglesa, foi certamente, deste ponto de vista, menos importante que a destes mestres de formação local. Do ponto de vista construtivo – fundações, paredes portantes, estrutura dos sobrados e do telhado – o edifício era em tudo semelhante a muitos exemplares existentes na ilha. Albuquerque não «ensinou» os pedreiros a lavrar as cantarias a assentar a telha ou a erguer paredes em basalto – com a perfeição, que, 40 anos mais tarde, na construção do Hotel Reid, surpreenderia o seu colega inglês Somers Clark – limitou-se a dirigir a obra, por vezes nem sempre com os melhores resultados.

Até que ponto estes artífices – sobretudo os canteiros – alteraram o desenho que Lamb deu a socos, guarnecimentos de vãos ou cornijas, é uma questão sobre a qual é possível apenas conjecturar – o projecto original desapareceu. É de crer, todavia, que a liberdade de improvisar, mesmo na execução dos detalhes, tenha sido limitada. Os materiais locais – cantaria basáltica, cal, seixo, telha romana – bem como como o domínio das técnicas que permitiram aplicá-los com grande perfeição, esses sim, estiveram presentes. Essa presença foi o bastante para que Hospício surja como um edifício que criou raízes no meio insular.

2.6.7 Jardim

De acordo com a classificação de natureza funcional que Quatremère estabelece para os jardins na *Encyclopédie méthodique*, o Hospício caberia na categoria dos jardins soalheiros e salubres das cidades termais e dos hospitais[908]. Este principio de classificação funcional do jardim, que Gabriel Thouin (1747-1829) sistematizaria em 1820 no seu tratado dos *Plans raisonnés de toutes les espèces de jardins,* foi dominante em todo o século XIX. Na verdade, o jardim do primeiro sanatório português foi concebido como um lugar de cura, exercício e tratamento de ar livre para os «doentes do peito». Era como dispositivo clínico que os médicos o encaravam.

Caso exemplar é o do *The City of London Hospital For Diseases of The Chest* (Fig. 150), contemporâneo do Hospício, para o qual chegou a estar previsto, como anexo, um *sanatorium*: uma estrutura em ferro e vidro encomendada a Paxton (Fig. 159). Nela se pretendia recriar artificialmente, em Londres, o clima de um jardim sub-tropical onde os doentes pulmonares se pudessem exercitar. Obra meritória – como mencionava o Dr. Cormak no seu exaustivo relatório sobre os hospitais da capital britânica – pois «*there are indeed very few who can afford to spend the winter at Malta or Madeira*»[909]. Nos relatos que os viajantes oitocentistas faziam dos jardins madeirenses estava presente esta ideia das *green-houses in the open air* ou das *hot-house plants growing in state of nature*, e a Madeira era vista toda ela como uma estufa virtual[910].

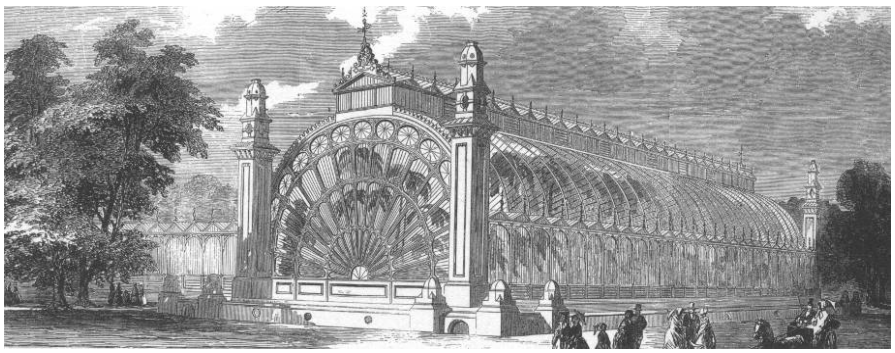


Fig. 159 Projecto de um *exercise-room* para o *London Hospital for Diseases of the Chest,* Joseph Paxton (in Hitchcock, *Early Victorian Architecture in Britain*)

Embora Lamb fizesse parte do círculo de Loudon, não existe nenhum documento que dê como provado, ou sequer provável, o envolvimento de qualquer um dos dois no

[908] Georges Teyssot, «The Eclectic Garden and the Imitatation of Nature», em *The History of Garden Design: The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day* (Thames & Hudson, 2000), p.359.
[909] Cormack e Semple, «The Hospitals of London», pp.758–59.
[910] Marie-Luise Egbert, «Uma Estufa ao Ar Livre: a Madeira e os seus Jardins na Literatura de Viagens Inglesa.», em *Jardins do Mundo, Discursos e Práticas* (Lisboa: Gradiva, 2001), p.679.

projecto do jardim. Este não escapou, todavia, à influência, ainda que indirecta, do paisagista inglês, constituindo, deste ponto de vista, um exemplar típico de um jardim ecléctico de meados de oitocentos. O confronto à mesma escala do projecto do jardim do Hospício com a planta apresentada por Loudon de uma pequena propriedade com 1,2 hectares – *a Villa of Three Acres with an Outline nearly reg*ular [911], põe em evidência estas influências (Fig. 160).

Em 1860, estava a obra do edifício em acabamentos, D. Amélia enviou para o Funchal uma planta com o traçado que desejava ver implantado no Hospício. A planta, que vinha assinada por A. A. Gonçalves (Fig. 161), fixava claramente um plano de arranjos exteriores: entre o edifício e a rua implantava-se um jardim de inspiração romântica, com os seus caminhos sinuosos onde não faltavam lagos e recantos de estadia; a Norte, situava-se o *kitchen garden*, uma horta produtiva que adoptava um traçado ortogonal – frequente nas cartilhas de Loudon; finalmente, no ponto mais alto do terreno, onde a propriedade se estreitava até ao tanque de rega, retomava-se de novo o traçado irregular.

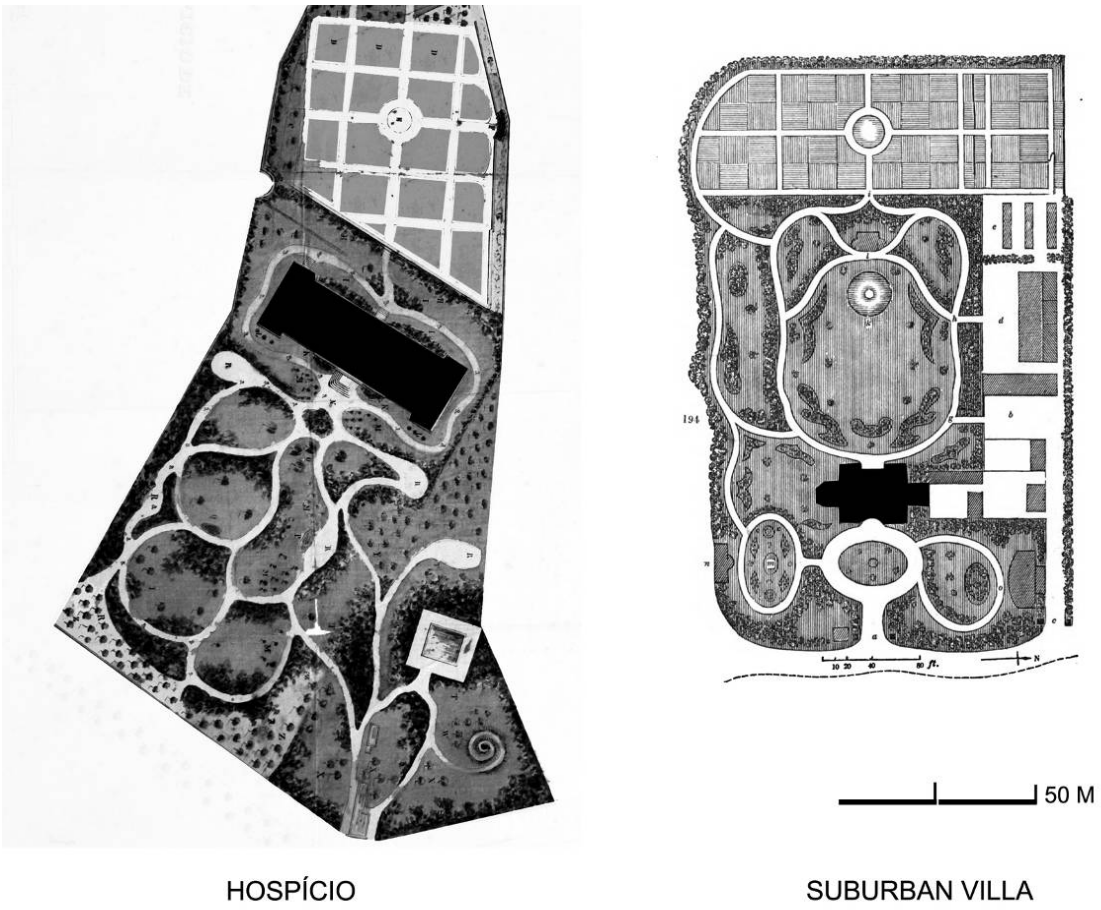


Fig. 160 Confronto à mesma escala do jardim do Hospício com a planta de uma *villa* de Loudon (fontes: Planta de A.A. Gonçalves; Loudon, *The Suburban Gardener*) [Originais tratados pelo Autor]

[911] Loudon, *The Suburban Gardener, and Villa Companion*, p.517.

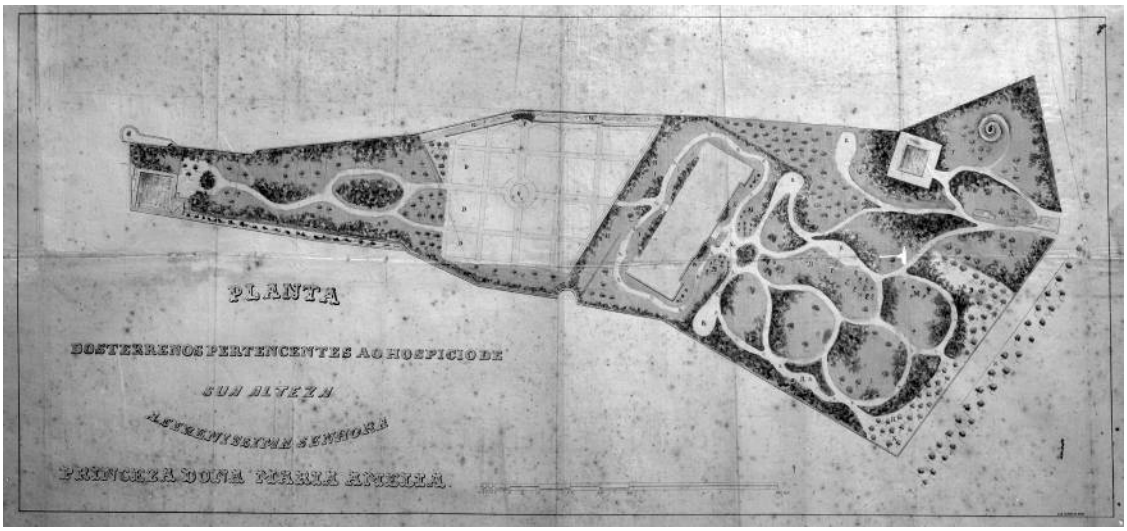


Fig. 161 Planta de A.A. Gonçalves com o traçado dos jardins do Hospício, 1860 (col. APHPDMA)

Embora tendo sofrido algumas adaptações, na sua essência, é este o desenho que o jardim ainda hoje conserva. A sinuosidade dos caminhos e o exotismo da exuberante massa vegetal, criam um expressivo contraste com a rigorosa simetria do edifício. O jardim tem um carácter intimista e sombrio em que as copas das árvores, muito próximas, se entrelaçam e os arbustos e herbáceas ocupam totalmente o terreno permeável[912]. A este rendilhado de caminhos e canteiros, contrapõe-se o porte majestoso que atingiram algumas das espécies: os dragoeiros (Dracaena draco ssp. draco), a acácia-rubra (Delonix regia) – o maior exemplar de toda a ilha da Madeira – os pinheiros-de-damara (Agathis robusta) ou as araucárias (Araucaria heterophylla) [913].

Fig. 162 Doentes em repouso na varanda do Hospício
(in *Centenário do Hospício da Princesa D. Maria Amélia*)

[912] Quintal, *Quintas, Parques e Jardins do Funchal: Estudo Fitogeográfico*, p.418.
[913] Ibid., p.419.

Entre as copas, como pano de fundo, brilha a cal da fachada do sanatório em violento contraste com as cantarias negras. Nos anos 30 do século passado, o Dr. João Francisco de Almada, então o seu director clínico[914], mandou apor dois largos terraços nos extremos do edifício, duas plataformas que se elevavam ao nível das copas das árvores – era a única forma que os doentes tinham de apanhar sol, tal era a exuberância das árvores (Fig. 162). Pouco tempo depois, cumprindo o plano que Ventura Terra gizara no início do século para a expansão Oeste da cidade, foi rasgada a Avenida do Infante que, embora tangencialmente, cortaria uma pequena parte da propriedade – não chegando a perturbar a coerência do conjunto (Fig. 163). Hoje em dia, o Hospício e o seu jardim constituem um todo indissolúvel – nenhum habitante do Funchal os consegue conceber separadamente. O tempo encarregou-se de os fundir.

Fig. 163 Av. do Infante vendo-se o Hospício e o seu jardim, Funchal, 1948 (col. do Autor)

2.7 O projecto falhado dos Sanatórios alemães

Financiada por capitais alemães, a Companhia dos Sanatórios da Madeira esteve na origem do mais avultado investimento feito no turismo terapêutico madeirense durante século XX[915]. Graças à tenaz oposição que lhe moveu a comunidade britânica radicada na Madeira, o resultado ficou, porém, muito aquém das expectativas inicialmente geradas. Os anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, foram, com efeito, marcados pela feroz rivalidade anglo-alemã, na disputa pelo controlo dos portos do Atlântico Norte[916]. Em

[914] *Centenário do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia*, p.65.
[915] Veríssimo, «A Questão dos Sanatórios da Madeira».
[916] Sobre a questão que envolveu a rivalidade entre os impérios Britânico e Alemão nos anos que precederam a Primeira Grande Guerra consultar: Guevara, *As relações luso-alemãs antes da Primeira*

Puerto de La Cruz, a estância concorrente do arquipélago vizinho, a quezília entre as duas superpotência europeias também se fez sentir. A reacção adversa dos britânicos aí radicados exacerbou-se quando, em 1905, o médico alemão Gotthold Pannwitz, secretário geral da Associação Internacional Antituberculose, arrendou, com opção de compra, o grande Hotel Taoro, num negócio que envolvia a *Woermann Line*, uma companhia de navegação alemã com múltiplos interesses nas Canárias[917].

Ao contrário do que sucedeu na Madeira, nas Canárias, os alemães não planearam novas unidades: o Taoro, um luxuoso hotel sanatorial de 200 quartos, supriu desde logo essa necessidade (ver Cap. III, 2.8.4). No arquipélago português, porém, o investimento implicava novas construções. Em 1903, uma comitiva liderada pelo Príncipe alemão Frederick Charles de Hohenlohe Oehringen, deslocou-se ao arquipélago com o fim de se inteirar da situação. Desta comitiva, para além de dois engenheiros alemães e um médico português, fazia parte o próprio Gotthold Pannwitz que, em 1905, tendo-se incompatibilizado com a companhia madeirense, transitaria para o Taoro, nas Canárias[918]. Tomando como modelo as experiências levadas a cabo em estância terapêuticas como o Reno, Davos, Suiça ou Nice, na *riviera* francesa, o príncipe Hohenlohe, sustentado pelo parecer dos especialistas que o acompanhavam, requereu autorização ao governo português para construir um conjunto de sanatórios marítimos e de altitude destinados a doentes ricos e pobres. Para o tratamento gratuito destes últimos – entre outras condições – obrigava-se a construir um «sanatório para os pobres», obtendo como contrapartidas todo um conjunto de isenções alfandegárias bem como o direito de expropriar os terrenos julgados essenciais para concretizar os estabelecimentos.

Em 1904, aprovada a pretensão pelo governo português, uma segunda comitiva, composta por numerosos especialistas – médicos, engenheiros, arquitectos, financeiros e conselheiros vários – regressou à Madeira com o fim de fixar os melhores locais para a implantação dos sanatórios, a sua tipologia e outros requisitos sanitários e de acessibilidade. A equipa concluiu que deviam ser criados dois complexos de *kurhotéis*: um no litoral, a oeste da cidade do Funchal, o sanatório marítimo – no lugar ocupado pelas quintas, Vigia (Fig. 99), Pavão e Bianchi – e outro na montanha, entre os 300 metros de altitude e a região dos nevoeiros «a ambos os lados do elevador do Monte[919]. O primeiro destinava-se aos predispostos à tuberculose – «anémicos, cloróticos, escrofulosos, neurasténicos, etc. , visto

Guerra Mundial; John D. Vicent-Smith, *As relações políticas luso-britânicas, 1910-1916*, Horizonte 30 (Lisboa: Livros Horizonte, 1975).

[917] González Lemus e Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*, pp.124–125.

[918] Veríssimo, «A Questão dos Sanatórios da Madeira», p.137.

[919] *Os sanatórios da Madeira* (Lisboa: Impr. Libânio da Silva, 1909), p.32.

o clima ser ameno devido ao ar húmido[920]» – e o segundo aos tuberculosos declarados. As grandes altitudes ficavam reservadas a curas especiais.

O sanatório marítimo, que nunca viria a ser construído, era um luxuoso complexo «com parques, jardins, exercício ao ar livre, praia para banhos, villas destinadas às famílias que aí queiram viver separadamente[921]» – «verdadeiro *Palace Kurhotel*[922]» a instalar nos jardins das três quintas. Com uma planta em H, a unidade era composta por quatro pisos de quartos e suites, todos eles dotados de instalações sanitárias privadas, dispostos a ambos os lados de um corredor central (Fig. 164). No rés-do-chão e semi-cave, situavam-se as áreas sociais e de serviço. Tratava-se, com efeito, de uma verdadeira revolução nos padrões de conforto oferecidos pela hotelaria da ilha, com a qual nem o hotel Reid, o mais luxuoso de então, teria conseguido competir. Foi, aliás, a compra da Quinta Pavão pelos irmãos Reid, que, intencionalmente, impediu os alemães de levarem a cabo o seu projecto, desencadeando a tempestade diplomática que envolveu as duas nações europeias[923].

Quanto aos sanatórios de montanha, a implantar entre os 300 metros de altitude e a região dos nevoeiros – a chamada altitude média destinada aos tuberculosos declarados – o programa previa a construção de mais um sanatório para ricos e outro para pobres. O primeiro deveria constar de um conjunto de construções disseminadas pela propriedade que a Companhia mais tarde adquiriu para o efeito – «uma vasta superfície onde possam estabelecer-se plantações de pinhais, jardins espaçosos, lugares para cura de ar, etc. »[924]. A memória descritiva do projecto apresentado ao Conselho Superior de Higiene Pública descrevia-o nestes termos:

> As edificações destinadas aos doentes constam de três corpos separados comunicando entre si por galerias, passagens cobertas e escadas, e por tal modo angularmente dispostas que os doentes possam todos gozar da exposição-sul e do mesmo panorama, havendo também terraços cobrindo os edifícios para as curas de ar e luz, e elevadores para os diferentes andares e terraços.(...) O numero de quartos de cama em todos os três edifícios é de 196, variando a capacidade entre 40 e 60 metros cúbicos. O material de construção das paredes, garantido quanto à qualidade pelo concessionaria, é a pedra, o ferro e o cimento combinados de modo a permitirem todas as desinfeções, ao que também serão apropriadas as decorações e mobília do interior dos quartos.[925]

[920] Ibid.
[921] Ibid., p.33.
[922] Ibid.
[923] Sobre o conflito diplomático que teve como origem a construção dos sanatórios alemães na Madeira e envolveu as duas superpontências europeias consultar: Guevara, *As relações luso-alemãs antes da Primeira Guerra Mundial*.
[924] *Os sanatórios da Madeira*, p.33.
[925] Ibid., p.33–34.

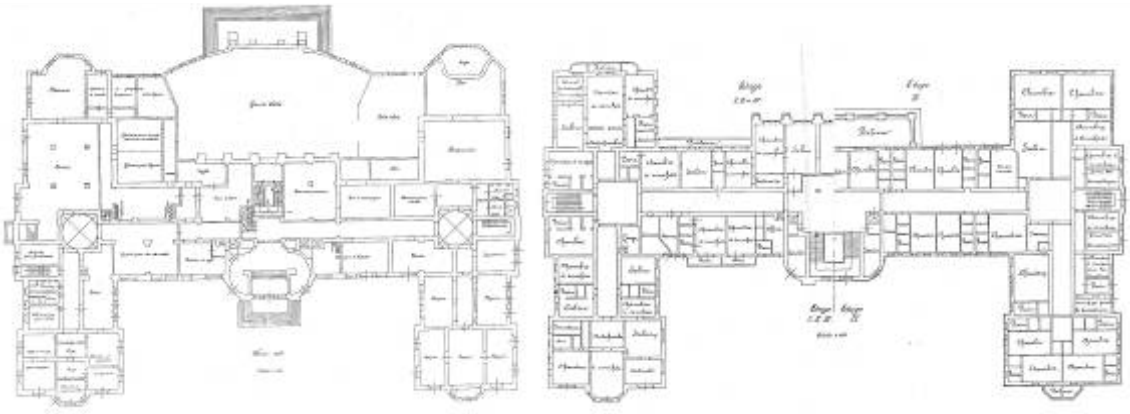


Fig. 164 Planta dos sanatórios alemães previstos para o litoral , 1905 (in *Os sanatórios da Madeira*)

Fig. 165 O *Sanatório dos Pobres*, 1905 (in *Os sanatórios da Madeira*)

Fig. 166 *Kurhotel Amélia,* Monte (col. PMV)

No que respeita ao sanatório dos pobres (Fig. 165), de acordo com a mesma memória descritiva, sabe-se que deveria vir a constar «de um rés-do-chão e dois andares superiores. Nestes ficam os quartos para os doentes; naquele as salas para os médicos, cozinha e outras dependências. Uma vasta escadaria conduz a um hall no 1.º andar, ficando à direita as mulheres e à esquerda, os homens, perfeitamente separados»[926]. A sua construção teve início em 1905 depois de algumas alterações requeridas pela entidade licenciadora[927]. Do ponto de vista tipológico, era, pois, um edifício muito semelhante ao Hospício Princesa Dona Amélia, concebido meio século antes por Buckton Lamb: uma construção compacta com corredor central servindo as enfermarias e quartos; ao rés-do-chão e semi-cave, estavam reservados os serviços clínicos e áreas sociais e de serviço. Apesar de ambos se destinarem ao tratamento de enfermos sem posses, havia no sanatório alemão uma austera frugalidade que não existia no seu antecessor. Na fachada sul, dominada a todo comprimento por uma arcaria que formava uma extensa varanda coberta, não tinham lugar os pormenores supérfluos, contrastando, aliás, com o que sucedia no sanatório dos ricos (Fig. 172), situado do outro lado da linha do elevador do Monte. Do ambicioso projecto alemão, este foi o único edifício que sobreviveu, estando hoje transformado num hospital público – o hospital dos Marmeleiros.

O luxuoso *Kurhotel Amélia* (Fig. 166), que fazia parte da construção de «três corpos separados comunicando entre si por galerias», viria a ser demolido em 1941 para dar lugar ao Sanatório Dr. João de Almada, projectado por Carlos Ramos. Através dos elementos iconográficos coevos percebe-se que a sua arquitectura acusava a influência da secessão vienense, e os acabamentos, de acordo com as descrições da época, eram de um luxo invulgar. A Companhia procedeu também a obras de adaptação na antiga Quinta Sant'Ana (Fig. 100), que se situava na mesma propriedade, ao Caminho do Monte. A *Kurhaus Sant'Ana* foi inaugurada em 1905. Tratava-se de instalar provisoriamente um pequeno e luxuoso sanatório, enquanto não estivesse pronto o *Sanatório Palace-Hotel*. Em meados do século XX, a casa voltou a sofrer obras de adaptação que a desfiguraram, nela sendo instalada a Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny.

O ambicioso projecto sanatorial alemão poderia ter contribuído para enriquecer a arquitectura hoteleira da Madeira – para não dizer o próprio turismo da Madeira – se, no início do século XX, o monopólio Reid, com o apoio dos interesses britânicos, não tivesse conseguido impedir os alemães de construir os seus sofisticados *kurhoteis*. Uma mirada sobre as fotografias do *Kurhotel Amélia* (Fig. 172) ou da *Kurhouse Sant'Anna* (Fig. 100),

[926] Ibid., p.35.
[927] Ibid., p.36.

demolidos no século passado, ou sobre as plantas (Fig. 170) do que poderia ter sido a grande unidade a construir no litoral nos terrenos das Quintas Vigia, Pavão e Bianchi, é suficiente para formar uma ideia do elevadíssimo grau de sofisticação e luxo dos empreendimentos que os alemães pretendiam levar a cabo. Essa impressão é corroborada pelos testemunhos que sobreviveram sobre as duas *kurhouses* do Monte [928] e pelo esclarecedor relatório que, em 1905, o ministro britânico em Lisboa enviou ao *Foreign Office*:

> O que é desagradável é que, nesta controvérsia, não somos o lado do progresso, antes pelo contrário... Se o lado inglês seguisse o exemplo dos seus oponentes e fizesse alguma coisa para melhorar a sua propriedade e o alojamento que oferece aos visitantes seria mais agradável lutar por ele[929].

2.8 Canárias: fondas e hotéis do turismo terapêutico

> Si Niza, la isla de Madeira, y otros puntos de Europa gozan de prosperidad, es debido a que millares de extanjeros, huyendo del frío y de las nieves del norte, buscan refugio todos los inviernos en sus climas más templados. Esos enfermos se estabelecirían indudablemente en el valle de la Orotava si encontrasen aquí estabelecimientos confortables.
> *Actas Municipales. 1883*. Archivo Histórico Municipal del Puerto de la Cruz.

2.8.1 *English hotels* e *Spanish fondas*

A aversão que a aristocracia canarina manifestava pelo ofício de estalajadeiro, e pelos enfermos ingleses em geral, conjugada com os confortáveis rendimentos que a exportação da cochonilha proporcionou até à década de 80 do século XIX, explicam o desinteresse que esta classe social manifestou, durante muito tempo, pelo turismo terapêutico (ver Cap. III, 1.7). O fenómeno não teve paralelo na Madeira, onde os enfermos ingleses sempre foram bem acolhidos pela colónia residente; quanto aos proprietários locais, depauperados pela crise na viticultura, cedo se predispuseram a alugar as suas casas. Nas Canárias, só em finais do século XIX, o acumular de dívidas e a escassa liquidez monetária que sucedeu à crise da cochonilha, levou ao arrendamento de quintas e casas

[928] Ibid., p.5.
[929] Vicent-Smith, *As relações políticas luso-britânicas, 1910-1916*, pp.36–37.

urbanas para fins «turísticos», dando início ao novo ciclo económico cujo crescimento, foi, a partir de então, exponencial[930].

Como já se mencionou, não admira, pois, que em 1878, Benjamin, o autor de um guia dedicado a *invalids* e *pleasure-seekers,* classificasse as acomodações na Madeira como sendo «*exceptionally good*» e se referisse ao Tenerife como «*poorly provided with accommodations for invalids or tourists*»[931]. Na verdade, até meados dos anos 80 do século XIX, a indústria hoteleira madeirense, maioritariamente controlada pelos ingleses, manteve um considerável avanço sobre a do arquipélago espanhol[932]. Era em estabelecimentos geridos pelos seus compatriotas que os *invalids* britânicos se alojavam quando permaneciam na Madeira – fosse durante a estação do inverno, em cura de ares, fosse por qualquer outra razão que os levasse a instalar-se na ilha. O mesmo não acontecia nas Canárias, onde a precaridade, desconforto e falta de higiene das *fondas* remontava ao século XVIII e encontrava eco no famoso poema humorístico que Peter Pinda dedicara às pulgas do Tenerife, quando da sua estadia na ilha em 1768: *Elegy to the Fleas of Tenerife*[933]…

Fig. 167 *Fonda Jakson,* Puerto de la Cruz (fot. do Autor)

A primeira *fonda* que parece ter existido nas Canárias surgiu em Puerto de la Cruz, em 1814[934]. O estabelecimento nasceu da iniciativa de um inglês que arrendou para o efeito, no centro da vila, uma casa de dois pisos – casa que sobreviveu até aos dias de hoje. Não fora os guarnecimentos em madeira das janelas de guilhotina, na boa tradição da carpintaria canária e esta casa poderia bem estar no centro do Funchal, tais são as semelhanças que

[930] Sobre as razões do arranque tardio do turismo terapêutico no arquipélago Canário , Cf.: González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, pp.322–326.
[931] Benjamin, *The Atlantic Islands as Resorts of Health and Pleasure*, pp.265–267.
[932] Em1890, Samler Brown reconhecia ainda que «*Funchal has been so long a health resort that the accomodation for visitors is in a more forward state than is the case farther south*». Brown, *Madeira and the Canary Islands*, p.26.
[933] Peter Pindar, *The Works of Peter Pindar, Esq* (Printed for John Walker, 1794), p.305.
[934] González Lemus e Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*, p.96.

apresenta com a casa urbana da capital madeirense. A *Fonda Jakson* (Fig. 167) não foi, todavia, caso único, há notícia de outros ingleses que, nesse primeiro quartel do século XIX, com o eclodir da crise vitivinícula, decidiram dedicar-se ao negócio hoteleiro na vila[935]. Por meados do século, surgiu na plaza del Charco um estabelecimento, mais tarde conhecido como a *Fonda Casino* (Fig. 168), o qual, à semelhança do que sucederia com a maioria dos que se lhe seguiram, se instalou num típico exemplar da arquitectura doméstica canária de setecentos: uma casa pátio[936].

Fig. 168 Pátio da *fonda Casino*, Puerto de la Cruz (fot. do Autor)

Fig. 169 Hotel Turnbull, Puerto de la Cruz (fot. do Autor)

Em 1865, ainda em Puerto de la Cruz, há notícia de uma primeira tentativa, levada a cabo por destacados proprietários locais, para a construção de «*un estabelecimiento para*

[935] Ibid.

[936] O estabelecimento viria a ficar famoso por ter recebido alguns visitantes da aristocracia europeia do século XIX, como o imperador Maximiliano I do México (1867) ou o gran duque Alexis Alexandrowich (1867). Cf.:Nicolás González Lemus, *El Puerto de la Cruz y el nacimiento del turismo en Canarias*, First (Puerto de la Cruz: Edén, 1999), p.96.

extranjeros enfermos», a qual obteve resposta negativa por parte do gabinete régio[937] – um reflexo do desinteresse pelo turismo terapêutico que nesses anos reinava. Na década seguinte surge, por iniciativa de um casal inglês, o primeiro *english hotel*, o Turnbull (Fig. 169), que contava com 18 quartos e que recebia, na primavera, a conselho médico, muitos *invalids* vindos da Madeira[938]. As grandes transformações, porém, viriam a ter lugar, apenas na década de 80 do século XIX. É em 1886 que se forma a *Compañía de Hosteles y Sanatorium del Valle de La Orotava* que tinha como objectivo construir um hotel que proporcionasse aos *invalids* condições de conforto equiparáveis às existentes na Madeira[939].

Fig. 170 *Sanatorium de Orotava*, Puerto de la Cruz (col. FEDAC)

A companhia começou por arrendar uma grande casa de dois pisos construída na primeira metade do século XIX na periferia de Puerto de la Cruz, com uma planta em U, rodeada por um jardim[940]. O *Sanatorium de Orotava* (Fig. 170), foi o nome pelo qual, popularmente, viria ficar conhecida esta casa, depois de adaptada a hotel. A opinião que sobre ele formulou Olivia Stone é bem representativa do ponto de vista dos ingleses[941]:

> Everithing about the place was in perfect order. Personally, I ould prefer this house and situation to any I have seen; its more open, not so enclosed as Spanish houses usually are, and it is also midway between the Puerto and Villa, giving a better opportunity for variety and exercise than if one lived in either town. Since our visit,

[937] Cf.: González Lemus e Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*, p.97; Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, p.21.
[938] González Lemus, *El Puerto de la Cruz y el nacimiento del turismo en Canarias*, p.99.
[939] González Lemus e Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*, pp.100–101.
[940] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, pp.340–341.
[941] O estabelecimento foi conhecido também como o Orotava Grand Hotel e, mais tarde, como hotel Martianez(1890). Ibid., pp.340–352.

> it has passed into the hands of the Orotava Grand Hotel Company, who have converted into their new hotel or sanatorium[942] [sublinhado meu].

«*Not so enclosed as Spanish houses usually are*», era uma referência implícita ao facto de a casa, ao contrário do que tradicionalmente sucedia na arquitectura canária, não se fechar sobre o pátio. Com efeito, a norte, este abria-se ao jardim, através de uma extensa varanda, onde os hóspedes podiam tomar ares ao abrigo do sol. O piso superior era ocupado por 20 quartos e, no rés-do-chão, situavam-se as áreas sociais e de serviço do hotel[943] que incluíam biblioteca, salas de jogo, salas de pintura e assistência médica[944]. Pela primeira vez, à semelhança do que já sucedia no arquipélago português, um hotel canarino diversificava a sua oferta de serviços. O *Sanatorium* era então o mais luxuoso do Vale de Orotava chegando, segundo alguns testemunhos, a exceder o preço «*que costaba el alojamiento en el lujoso Reid's Carmo Hotel de Madeira, cuya cocina y servicio eran mejores*»[945]. O modelo a emular era a Madeira, de onde chegaram a importar-se o *bullock cart* e o *hammock* para transporte mais cómodo dos enfermos[946].

Fig. 171 Hotel Monopol, Puerto de la Cruz (col. FEDAC)

Em 1886 e 1887 – ano em que se deu uma verdadeira avalanche de visitantes [947] – a companhia alugou mais duas casas no casco histórico de Puerto de la Cruz: um edifício construído em 1742 pelos franciscanos, com dois pisos e pátio central, – mais tarde conhecido como o hotel Monopol (Fig. 171) – e três casas contíguas do século XVIII, também elas de tipologia claustral, que viriam a tomar o nome de hotel Marquesa (Fig. 172)

[942] Stone, *Tenerife and Its Six Satellites; Or, The Canary Islands Past and Present*, p.223.
[943] O estabelecimento foi conhecido também como o Orotava Grand Hotel e, mais tarde, como hotel Martianez(1890). González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, pp.340–352.
[944] Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, p.26.
[945] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.344.
[946] González Lemus e Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*, p.101.
[947] Ibid., pp.100–101.

[948]. Por esta época a vila contava já com um considerável conjunto de pequenos hotéis e fondas, todos eles instalados em casas urbanas adaptadas para o efeito. A *fonda La Marina*, frente ao molhe, a única explorada por uma família natural da ilha, estava instalada numa casa com o tradicional balcão canário (Fig. 173) e o *Tremearnes's Hotel* (Fig. 174), explorado por um irlandês, com dois pisos e dois pátios, ocupara em 1888 dois edifícios, um deles de gaveto[949]. Na Villa de Orotava, a estância de altitude de Puerto de la Cruz, há também notícia de duas fondas: a *fonda Gobea* (Fig. 175), que Mrs Burton descreveu com grande detalhe em 1863[950] – e que, em 1888, viria a reabrir como Hotel Hespérides – e a fonda de Luis Fumagallo Gallio, conhecida pelos ingleses como a *spanish fonda* que iniciou actividade em 1877[951].

Fig. 172 Hotel Marquesa, Puerto de la Cruz (col. FEDAC)

Fig. 173 *Fonda La Marina*, Puerto de la Cruz
(in González Lemus, *El Puerto de la Cruz*)

[948] Ibid., pp.102–103.
[949] Ibid., pp.106–107.
[950] Isabel Burton e W. H. (William Henry) Wilkins, *The Romance of Isabel, Lady Burton : The Story of Her Life* (New York: Dodd, Mead & Company, 1897), p.208.
[951] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, pp.313–316.

Fig. 174 *Tremearnes's Hotel*, Puerto de la Cruz (fot. do Autor)

Fig. 175 *Fonda Gobea*, Orotava (fot. do Autor)

No que respeita à capital do arquipélago, Santa Cruz do Tenerife, de acordo com o testemunho de White Cooper, datado de 1840, haveria apenas dois hotéis decentes. O autor recomendava o Hotel Francês, situado na *plaza de la Constitución* – actual Candelária – que rivalizava com o Inglês, gerido pelos irmãos Richardson[952]. Vinte anos mais tarde, Burton faria referência aos mesmos estabelecimentos, alertando para o facto de que, sobre o primeiro pendia a suspeita de roubo a um hóspede...[953]. O explorador instalou-se no Richardson, que descreveu como: «*a funny, old, broken-down place, with a curious interior, an uncomfortable picturesque remnant of Spanish-Moorish grandeur and style, better to sketch than to sleep and feed in*»[954]. Nos anos cinquenta, Feliciano Durvan abriu, na plaza de la Constituicion, a *fonda* espanhola, que mais tarde viria ser conhecida como o *Hotel Telégrafo*. Aqui, o óbice, era o facto de o senhor Durvan não entender o inglês, o que dificultava a vida da maioria dos seus hóspedes [955]...

[952] Cooper, *The Invalid's Guide to Madeira*, p.71.
[953] Richard Francis Burton, *Wanderings in West Africa from Liverpool to Fernando Po* (London: Tinsley brothers, 1863), p.101.
[954] Burton e Wilkins, *The Romance of Isabel, Lady Burton*, p.199.
[955] González Lemus, *Las Islas de la Ilusion*, p.310.

Fig. 176 *Camacho's Hotel,* Santa Cruz do Tenerife (col. FEDAC)

Perante este cenário desolador, não representa, pois, grande surpresa, o facto de ter sido um madeirense, Luis Camacho, casado com uma irlandesa, o primeiro a suprir as deficientes condições de alojamento da capital Canária. Em 1880, decidiu reabrir o hotel dos irmão Richardson, que entretanto fechara, tal como o Hotel Frances, devido à falta de clientela. Na segunda metade dos anos oitenta, o *Camacho's Hotel* (Fig. 176), transformou-se no mais prestigiado da cidade. A sua arquitectura, porém, nada tinha de madeirense. Tratava-se de uma casa tradicional canária, com o cunhal em cantaria aparelhada e três pisos de altura; no último, corria a tradicional varanda coberta em madeira – o *balcón canario*. Apesar de o hotel se situar nas imediações da praça da Candelária, isto é, em pleno centro da cidade, o seu proprietário criara, nas traseiras, para conforto dos *invalids,* um requintado jardim. Com a abertura do *Orotava Grand Hotel* (Fig. 170) em Puerto de la Cruz, Camacho converteu-se no seu agente na capital[956].

No que se refere a Las Palmas de Gran Canária, por meados do século XIX, não há notícia da existência de qualquer *fonda* ou hotel – quem ali quisésse pernoitar teria de o fazer numa casa particular[957]. Só na década de 80 desse século surgem as primeiras referências a um estabelecimento capaz de oferecer condições de alojamento condignas: o Hotel Europa(Fig. 177). Situado no centro da cidade, no bairro de Triana, este resultava da

[956] Ibid., p.311.
[957] Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, p.24.

adaptação de uma grande casa pátio, tipicamente canarina – a casa Falcón – que ostentava uma austera fachada de inspiração neoclássica. Construída no segundo ou terceiro decénio do século XIX, a casa possuía, segundo Piqué, uma das mais belas escadas da antiga arquitectura de Las Palmas[958].

Fig. 177 Hotel Europa, Las Palmas de Grã Canária (fot. do Autor)

2.8.2 Questão tipológica

Hernández Gutiérrez resume em quatro pontos as características essenciais das primeiras *fondas* e hotéis canarinos: eram edifícios originalmente destinados a habitação, posteriormente adaptados ao novo uso; tinham um reduzido número de quartos; as instalações sanitárias eram também escassas; localizavam-se nos centros das cidades preferencialmente próximos do porto [959]. Deste ponto de vista, poucas diferenças apresentavam dos seus congéneres madeirenses, exceptuando, como já se referiu, a qualidade do serviço. Na Madeira, este era assegurado pelos próprios ingleses, proprietários da maioria dos estabelecimentos – ninguém, melhor do que eles, conhecia as exigências dos seus compatriotas.

Ao contrário do que se passou com as quintas de aluguer, nestes primeiros hotéis e hospedarias, a tipologia claustral não constituiu uma desvantagem (ver Cap. III, 1.7.1). A organização espacial da casa pátio canária proporcionava, aliás, uma fácil adaptação ao novo uso. Organizada em torno de um pátio central, sobre o qual se debruçavam todos os

[958] Alfredo Herrera Piqué, *Las Palmas de Gran Canaria : patrimonio histórico y cultural de una ciudad atlántica* (Las Palmas de Gran Canaria: Ayuntamiento de Las Palmas de Gran Canaria, 2002), pp.310 – 311.
[959] Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, p.22.

quartos da casa, sobretudo ao nível do piso nobre, a casa senhorial era facilmente convertível em hospedaria, bastando, para tal, subdividir o salão e reservar todo o piso térreo para os serviços, habitação do proprietário e pessoal de serviço (Figs. 117, 118). As fachadas, isto é, todo o perímetro do edifício, permaneciam como sempre tinham sido[960]. Foi o que acontecia na *Fonda Casino* (Fig. 168), no Monopol (Fig. 171) e no Marquesa (Fig. 172), em Puerto de la Cruz, no Aguere (Fig. 178), em La Laguna, na *fonda Gobea* (Fig. 175) em Orotava, ou no Europa (Fig. 177) em Las Palmas – todos eles instalados em casas senhoriais urbanas de origem setecentista ou oitocentista, com um pátio interior, algumas ostentando a tradicional varanda em pinho canário.

Fig. 178 Hotel Aguere, La Laguna (fot. do Autor)

Em 1863, os Burton, depois de uma passagem pela Madeira, hospedaram-se na *fonda* Gobea (Fig. 175), onde o casal ocupou o grande salão do piso nobre, vendo-se forçado a daptá-lo às suas necessidades. De acordo com o relato da senhora Burton, dividiram-no, para o efeito, com um biombo, criando espaço para uma cozinha e uma casa de banho improvisadas. Para esta última fizeram transportar uma pipa que serviria de banheira; quanto à retrete, Lady Burton, como requeria a moral vitoriana, foi omissa, mas é de presumir que se localizasse no jardim, para evitar as pestilências. Nas suas memórias, a hóspede deixou uma viva descrição do estabelecimento, que simultaneamente a encantava e horrorizava:

> It is an ancient relic of Spanish-Moorish grandeur – the palace of a defunct Marchesa – a large building, of white stone, whitewashed over, built in a square, the interior forming the *patio*, or courtyard. Verandahed balconies run all around it inside, in tiers of dark carved wood, and outside windows, or wooden doors,

[960] Cf.: Ibid., p.25.

> empanelled, and with old coats of arms above them. These open on to balconies of the same. There is a flat roof, with garden or terrace at the top. The inside balconies form the passage. All the rooms open into the side next the house; the other looks into the court[961].

Situado na *calle de San Francisco*, a vertebra original do centro histórico de Orotava[962], onde se tinham fixado as casas nobres da vila, a *fonda* Gobea (Fig. 181) era um edifício de fachada neoclássica, construído sobre as ruínas do antigo convento dos Jesuitas. Embora datando de 1848, continuava a reproduzir, tal como acontecia em muitos outros do mesmo período, a tipologia claustral, essa invariante que representava na arquitectura doméstica canária a influência castelhana. Talvez por isso, os Burton, que ali se instalaram em 1863, isto é, 15 anos após a sua construção, nele tenham visto «*an ancient relic of Spanish-Moorish grandeur*».

Para compreender o contraste entre esta tipologia claustral e a da casa compacta do Funchal, organizada em torno da caixa de escada, nada melhor que comparar o testemunho de Lady Burton, com o de Isabela de França, outra aristocrata inglesa da mesma geração, a qual, quando da sua visita à Madeira em 1853, fez uma detalhada descrição das «melhores casas» da capital madeirense[963]. Depois de descrever a sua organização espacial – isto é, a da generalidade das casas senhoriais urbanas do Funchal oitocentista – estruturada não em torno de um pátio mas de uma ampla caixa de escada iluminada por uma claraboia (Fig. 305), Isabela equiparou-as às casas de Belgravia, um dos bairros de elite da Londres oitocentista.

Sai reforçado destes dois testemunhos, sobre as melhores casas urbanas dos dois arquipélagos – a casa canária, organizada em torno do pátio e a casa compacta do Funchal, organizada em torno da caixa de escada – o contraste que, do ponto de vista tipológico as distanciava e as afinidades que os britânicos sentiam em relação às segundas. Foi nestas casas que as primeiras hospedarias e hotéis das ilhas atlânticas se instalaram e essas afinidades explicam, também elas, a boa conta em que as *boarding houses* e hotéis madeirenses eram tidos relativamente aos seus congéneres do arquipélago vizinho.

[961] Burton e Wilkins, *The Romance of Isabel, Lady Burton*, p.208.
[962] Domingo Hernández Perera, *El centro hitórico de la villa de la Orotava: consideraciones en torno a su rehabilitación* (La Orotava: Ayuntamiento, 1982), p.51.
[963] França, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1845)*, pp.65–66.

2.8.3 1890, o ano charneira

No início da década de 90 do século XIX teve lugar uma profunda transformação na hotelaria das ilhas atlânticas. O fluxo de visitantes, fossem eles *invalids* ou *pleasure-seekers* – como os guias de então os designavam – tinha aumentado consideravelmente. A explicação para esse aumento residia não só na maior frequência e regularidade dos transportes marítimos, como também, na propaganda levada a cabo em toda a Europa pelos guias e pela literatura médica que continuavam a recomendar as ilhas como estâncias de cura de ares. No caso das Canárias foi especialmente importante o papel desempenhado por duas publicações[964]: *Tenerife and its Six Satellites*, publicado por Olivia Stone em 1887, e o *Madeira and the Canary Islands : a practical and complete guide for the use of invalids and tourists,* publicado por Samler Brown em 1890. Este último ficaria, aliás, famoso pelo rigor com que abordava toda a informação então disponível sobre as ilhas, tendo sido objecto de 14 reedições até à morte do autor, em 1935[965].

Os anos de 1890-91 foram marcados pela inauguração de três grandes hotéis: o Taoro (Fig. 179) em Puerto de la Cruz, o Santa Catalina (Fig. 180) em Las Palmas de Gran Canária e o Reid no Funchal (Fig. 181). Pela primeira vez, um hotel resultava não da adaptação de um edifício preexistente mas de um projecto específico; a encomenda partia, também ela, não de um particular, como tinha sido uso até então, mas de empresas com estreitas ligações a Inglaterra, país de onde provinha o capital e os hóspedes; e pela primeira vez, também, eram contratados arquitectos, todos eles estrangeiros, para levar a cabo, de acordo com os parâmetros vigentes na Europa, os projectos das novas unidades. Pode portanto afirmar-se que 1890-91 foram os anos em que se assistiu à introdução da nova tipologia arquitectónica nas ilhas.

Desde inícios do século XIX que, sobretudo em Inglaterra e nos Estados Unidos, o hotel tinha vindo a sofrer uma profunda evolução que o ia distanciando das antigas hospedarias. A novidade consistia em combinar de forma eficaz um número cada vez maior de quartos, normalmente agrupados ao longo de corredores, com as áreas sociais e de serviço do estabelecimento, cuja diversificação aumentara e se tornara mais sofisticada. Da funcional articulação deste conjunto de usos, dependia o conforto dos hóspedes e, consequentemente, a rentabilidade e sucesso do hotel, razões pelas quais o projecto tinha de estar nas mãos de um arquitecto. Não se tratava apenas de uma questão de prestígio, mas

[964] No que respeita à Madeira esta literatura foi analisada no capítulo referente às quintas de aluguer.
[965] A obra é fruto de longas estadias nas ilhas e revela uma especial preocupação pelos enfermos e as suas condições de alojamento; para mais informações sobre Samler Brown consultar: García Pérez, *Viajeros ingleses en las Islas Canarias durante el siglo XIX*, pp.87–93.

de responder cabalmente a programas complexos que envolviam elevados investimentos. Eis o motivo porque os projectos dos primeiro três grandes hotéis do turismo terapêutico foram entregues a arquitectos: o do Reid, no Funchal, a Somers Clarke (1841-1926), o do Santa Catalina, em Las Palmas, a James Maclaren (1853-1890) e o do Taoro, em Puerto de La Cruz a Adolph Coquet (1841-1907). Todos estes autores, à data da encomenda, tinham conhecimento prévio das ilhas: Somers Clarke dos dois arquipélagos, onde, para além do Reid realizara outros projectos[966]; Maclaren apenas das Canárias[967]; quanto a Adolf Coquet, estivera uns anos antes na ilha do Tenerife onde lhe haviam encomendado o projecto de um mausoléu[968].

2.8.4 Grandes hotéis do turismo terapêutico

No que respeita à sua capacidade, os três grandes hotéis do turismo terapêutico (Figs. 179, 180, 181) apresentavam algumas diferenças: o projecto inicial do Reid previa cerca de 60 quartos; o do Santa Catalina 75, e o Taoro atingiu os 200 previstos pelo arquitecto em finais do século XIX. Os três partilhavam, todavia, entre si, o facto de serem hotéis com características sanatoriais, isto é, adaptados aos *invalids*. Olivia Stone, no seu guia, não deixou de chamar a atenção para este importante aspecto do serviço que prestavam: «*the five hotels of the Taoro Company offer all the comforts that a European invalid necessarily demands*»[969]. Importa porém, através de uma análise comparativa da sua arquitectura, compreender não só o que os diferenciava como as inovadoras semelhanças que partilhavam entre si.

A localização era, sem dúvida, uma delas. Pela primeira vez na história da hotelaria insular, a periferia das cidades, onde não se faziam sentir os constrangimentos da malha urbana e se podiam disfrutar panorâmicas privilegiadas, surgiam como locais de eleição. Ver e ser visto era um lema que se poderia bem aplicar a qualquer uma destas novas unidades: o Reid situava-se num promontório de onde se avistava, a nascente, o porto do Funchal e no horizonte as ilhas Desertas; o Taoro, que gozava também de um magestoso panorama, foi inicialmente conhecido como *Hotel Balcón* (hotel varanda), por se situar num planalto sobranceiro ao mar e ao casco urbano de Puerto de la Cruz; finalmente, o Santa Catalina foi-se implantar no ponto mais elevado de uma várzea situada entre o núcleo

[966] Ver nota biográfica de Somers Clarke na p.289;
[967] Cf.: Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, p.99.
[968] Cf.: Hernández Gutiérrez, *De la Quinta Roja al Hotel Taoro*, p.180.
[969] Stone, *Tenerife and Its Six Satellites; Or, The Canary Islands Past and Present*, p.40.

histórico da cidade e o porto de La Luz, um areal com o mar a nascente e a montanha a poente, conhecido como a Vega de Santa Catalina.

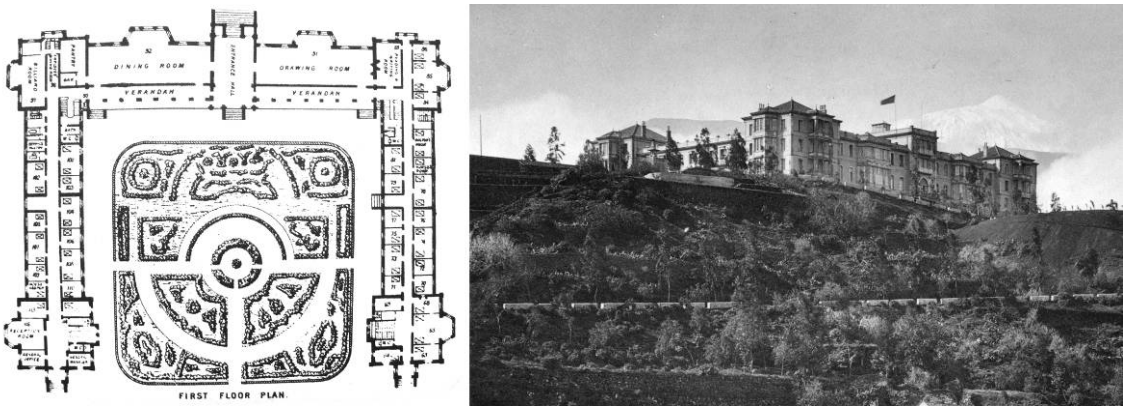


Fig. 179 Hotel Taoro, Puerto de la Cruz (fontes: plt. in Hernández Gutiérrez, *De la Quinta Roja al Hotel Taoro*; fot. col. FEDAC)

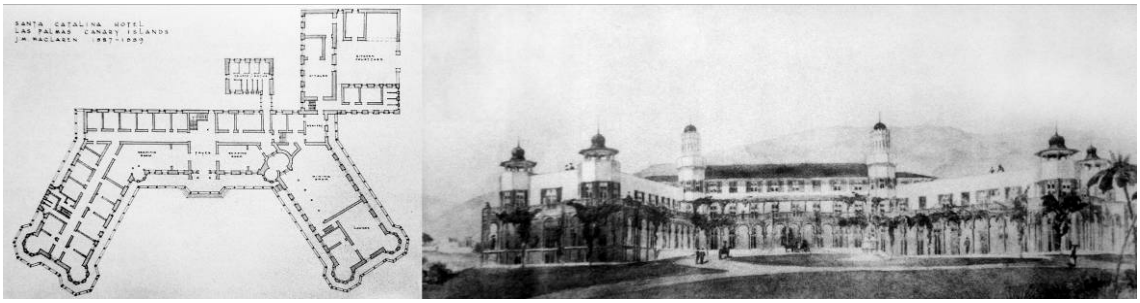


Fig. 180 Hotel Santa Catalina, Las Palmas de Grã Canária (in Calder, *James Maclaren, arts and crafts pioneer*)

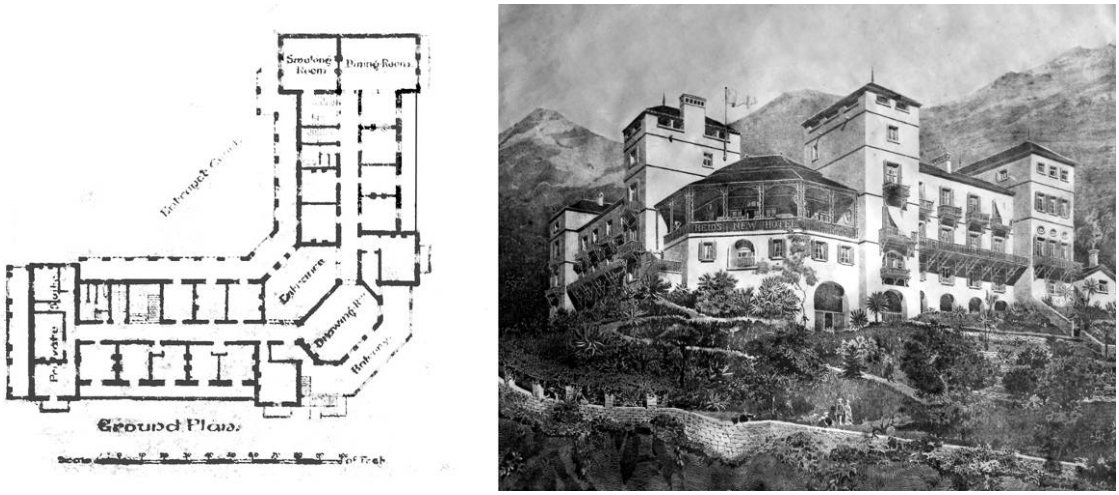


Fig. 181 *Reid's New Hotel*, Funchal (in *The Building News*, 3 Jan 1890)

A escolha do local – altitude, orientação, envolvente próxima – era, também, um problema sanitário em que qualidade do ar ocupava o topo de uma extensa lista de preocupações. Referindo-se à baixa de Puerto de la Cruz, Whitford alertava os seus leitores

para o «*ancient and fishlike smell»* que o empestava, sossegando-os, mais adiante, com uma boa notícia: *«but that is really of no consequence to visitors, because all the hotels are higher up in pure air, and future hotels will be erected upon bluffs still higher*»[970]. Um desses futuros hotéis viria a ser precisamente o Taoro, que para evitar este tipo de pestilências, se foi implantar 96 metros acima do nível do mar.

A sua planta em U abria a sul, com uma extensa varanda de repouso onde os enfermos podiam permanecer no exterior, ao abrigo dos ventos frios que sopravam do quadrante oposto (Fig. 179) [971]. Esta era, aliás, um dispositivo comum aos três hotéis – «*so that the enjoyement of the open air may be obtained by those who may be too unwell to leave the hotel »*[972] – como escrevera Somers Clarke, referindo-se ao uso a que estas varandas estavam destinadas. No Santa Catalina ela tomava a forma de uma *loggia*, em madeira, que corria ao longo de toda a fachada nascente do edifício. Tal como o Taoro, este hotel tinha uma planta em U, em que o corpo central e dois laterias formavam entre si angulos obtusos. No Reid, com uma planta em L, a varanda surgia como charneira dos dois corpos, orientados a sul e a nascente.

As propriedades que rodeavam estes hotéis tinham, todas elas, dimensões consideráveis e estavam localizadas em periferias urbanas de génese rural, muito ao gosto dos britânicos. A do Taoro era a maior, chegando a ultrapassar os 15 hectares. A desmesura deste hotel – os seus 200 quartos, correspondiam, à época, a quase 3/4 da oferta hoteleira do município de Puerto de la Cruz[973] – acabaria, aliás, por transformá-lo num polo de atracção não só dos *invalids*, como da própria colónia britânica então residente no vale de Orotava. Quanto ao Santa Catalina, as plantas do plano de Las Palmas do arquitecto Fernando Navarro (1911) dão uma ideia muito clara do enquadramento urbano onde este se inseria (Fig. 63). O hotel ocupava uma parcela da grande propriedade rústica que tinha pertencido ao convento de San Pedro Mártir. Depois de desamortizada, esta propriedade acabaria por se transformar, já na penúltima década do século XIX, no local preferencial de fixação da colónia inglesa de Las Palmas[974].

Uma outra característica comum aos três hotéis era a rigorosa racionalidade com que estavam estruturadas as zonas de quartos, sempre dispostos a ambos os lados de um corredor central – o que constitui, ainda hoje, uma das formas mais económicas e eficazes de os agrupar. Esta era, aliás, uma das tipologias que Burdett, no seu tratado sobre a

[970] Whitford, *The Canary Islands as a Winter Resort*, p.40.
[971] González Lemus e Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*, p.114.
[972] Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», 3 de Janeiro de 1890.
[973] Hernández Gutiérrez, *De la Quinta Roja al Hotel Taoro*, p.173.
[974] Cf.: Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, pp.97–98.

arquitectura hospitalar, classificava como o *double corridor type*[975]. Os quartos ocupavam integralmente os pisos superiores do estabelecimento partilhando o rés-do-chão com as áreas socias e de serviço. A sua grande maioria continuava a não ter instalações sanitárias próprias, as quais, cumprindo o padrão vigente na época, eram comuns e se agrupavam em um ou mais núcleos consoante a extensão do piso. No Santa Catalina estes núcleos constituiam um volume destacado do corpo principal do edifício ligando-se a este por um corredor.

As questões sanitárias – que estavam longe de se reduzir ao problema das casas de banho – eram, nestes hotéis, alvo de uma atenção especial – a qualidade do ar e da água foram um tema recorrente na sua promoção. No Reid, as plantas eram estudadas de modo a que, em caso de epidemia, houvesse a possibilidade de isolar determinados sectores do edifício[976]. Todas estas unidades dispunham de compartimentos dedicados à prática clinica – consulta, cirurgia, dispensário – como sucedia no Taoro onde os cuidados aos enfermos estavam a cargo de três médicos e de enfermeiras residentes[977]. Na verdade, este hotel começara por se apresentar e promover junto do público inglês como um sanatório[978], vertente clínica que sairia de novo reforçada quando, em 1906, Gotthold Pannwitz, um médico alemão especializado em doenças pulmonares, o adquiriu e se encarregou da sua administração, passando o hotel a designar-se *Humboldt Kurhaus*[979].

Considerados simultaneamente locais de cura e de recreio, os jardins eram também objecto de uma atenção especial. Nos 15 hectares que rodeavam o Taoro, cabiam não só arranjos «à inglesa», povoados por kiosques, campos de jogos e outros acontecimentos, como o geometrismo da topiária «à francesa» que ornava o grande pátio orientado a sul [980] (Fig. 184). No Santa Catalina, o terreno arenoso e estéril, sujeito às brisas salinas do oceano próximo, foi transformado num parque onde se aclimataram as mais diversas exóticas – parque esse que, ainda hoje, constitui o mais extenso espaço verde da cidade de Las Palmas. Na sua concepção esteve presente o paisagismo de tradição inglesa: a planta com o arranjo original mostra uma rede de percursos sinuosos que tinham como ponto focal o edifício do hotel, e que subiam o outeiro situado a poente, culminando num kiosque de onde se avistava toda várzea e o mar (Fig. 182).

[975] Burdett, *Hospitals and asylums of the world*, p.184.
[976] Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», 3 de Janeiro de 1890.
[977] González Lemus e Pérez, *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*, p.114.
[978] Ibid., pp.110,114.
[979] Ibid., p.123.
[980] Cf.: Hernández Gutiérrez, *De la Quinta Roja al Hotel Taoro*, pp.179–180.

Fig. 182 Hotel Santa Catalina, Las Palmas de Grã Canária (col. FEDAC)

Fig. 183 Hotel Santa Catalina, Las Palmas de Grã Canária (col. FEDAC)

Fig. 184 Hotel Taoro, Puerto de la Cruz (col. FEDAC)

Fig. 185 Hotel Taoro, Puerto de la Cruz (col. FEDAC)

Como era típico da arquitectura vitoriana a questão estilística foi central em todos estes hotéis[981]. James Maclaren declarou ter optado pelo *Hispano-Morish* no projecto do Santa Catalina(Fig. 183). Olivia Stone considerou-o próximo da expressão local: «*it has something of an indigenous air, the style being Moorish, and thus wholly in keeping with its surrundings and the sentiments of the isleños*[982]» . O *Moorish* era, todavia, do ponto de vista dos viajantes da era vitoriana que frequentavam as Canárias, um conceito difuso, que se aplicava até a edifícios neoclássicos, como o fez *lady* Burton quando se referiu à *fonda Gobea,* em Orotava como *«an ancient relic of Spanish-Moorish grandeur*»[983]...

É, porém, difícil sustentar, como o fez Alan Calder na mais recente monografia de Maclaren, que o edifício fosse «*a statement of the importance of place and captured de essence of the local style*»[984]. Na verdade, o arquitecto explorou um repertorio pitoresco-eclético muito variado que combinava temas da arquitectura local e do mudéjar espanhol – as fachadas caiadas a branco, os *balcones* em pinho canário e arcos em ferradura – com outros de origem oriental, cuja presença era, aliás, frequente na arquitectura vitoriana – minaretes com cupulas de perfil contracurvado coroando torreões de planta octogonal. O resultado não deixou, por isso, de dar origem a um edifício que, pelos elementos

[981] «*Every Victorian buiding of any consequence is a statement of stylistic belief*».John Summerson, *Victorian architecture; four studies in evaluation*, Bampton lectures in America, no. 19 (New York: Columbia University Press, 1970), p.6.
[982] Stone, *Tenerife and Its Six Satellites; Or, The Canary Islands Past and Present*, p.253.
[983] Burton e Wilkins, *The Romance of Isabel, Lady Burton*, p.208.
[984] Alan Calder, *James Maclaren, Arts and Crafts Pioneer* (Shaun Tyas, 2003), p.142.

iconográficos que hoje restam, parecia integrar-se perfeitamente no seu contexto, valorizando-o até, com o seu onírico orientalismo (Fig. 182)[985].

Sommers Clarke foi parco nas explicações que deu sobre a opção estilística que adoptou no Reid. Através do artigo que publicou no *Building News* fica-se apenas a saber que a expressão arquitectónica resultou não do detalhe mas da combinação de volumes[986]. Tal como fizera Maclaren, Clarke inspirou-se em temas locais, fazendo-o, aliás, de uma forma mais realista que a do seu colega escocês. Daí resultou, como já anteriormente se referiu, uma arquitectura muito próxima da expressão regional que o autor encontrou, ainda viva, no Funchal oitocentista. Um perfil torreado com panos de fachada rebocados e pintados, vãos guarnecidos a cantaria e cobertura em telha romana com beirado projectado – tudo, no hotel, parecia remeter para a fisionomia da arquitectura das grandes casas do ciclo do vinho, reinterpretadas com alguma fantasia. Em alguns casos, o cunho local surgiu contra a vontade do próprio arquitecto que não conseguiu introduzir, por exemplo, os elementos estruturais e decorativos em ferro nas consolas e coberturas de varandas (ver Cap. III, 2.2.5).

Diferenciando-se marcadamente dos dois hotéis projectados por arquitectos ingleses, o Taoro era um edifício de feição neoclássica ou, para se ser mais preciso, uma versão neoclássica do barroco francês – variante estilística que Adolfe Coquet conhecia bem pois tirocinara com Questel, um arquitecto de formação Beaux-Arts que esteve ligado à conservação do palácio de Versalhes[987]. Com uma planta em U rigorosamente simétrica, de onde emergiam quatro corpos torreados, havia nele uma evidente correspondência com alguns palácios do barroco francês. Temas como o *corps de logis* ou a *cour d'honneur*, característicos da arquitectura palaciana deste período, foram aqui revisitados por Coquet, que deles fez uso para afirmar, sem qualquer concessão à expressão local, a excepcionalidade e o luxo que o hotel pretendia ostentar – um luxo que se estendia aos interiores, desenhados em estilo Luis XVI (Fig. 185) e ao jardim geométrico da vasta *cour d'honneur.*

Do ponto de vista estilístico, os três primeiros grandes hotéis do turismo terapêutico foram, portanto, todos diferentes: enquanto o Reid e Santa Catalina, da autoria de arquitectos britânicos, procuraram referências em estilos locais, o Taoro, desenhado por um francês, assumia claramente uma feição erudita de inspiração neoclássica. Os três

[985] De acordo com Calder, prematuramente ceifado pela tuberculose, Maclaren não terá tido a oportunidade de demonstrar as suas invulgares qualidades de pioneiro do movimento *Arts and Crafts,* o qual, manifestamente, enriqueceu com o seu contributo. Ibid., pp.163–166.
[986] Clarke, «Reid's New Hotel, Madeira», 3 de Janeiro de 1890.
[987] Cf.: Hernández Gutiérrez, *De la Quinta Roja al Hotel Taoro*, p.175.

partilharam entre si, todavia, uma característica comum: o facto de serem hotéis sanatoriais, isto é, adaptados às necessidades dos *invalids*. Esse condicionalismo não os impediu, todavia, de, tendo resultado de projectos específicos feitos por arquitectos europeus, introduzirem nos dois arquipélagos uma nova tipologia: a do hotel, tal como hoje o concebemos, com as áreas de hóspedes e de serviços meticulosamente articuladas num programa complexo que abarcava não só o edifício como os arranjos exteriores. Nas Canárias, pela primeira vez, era posta em causa a tradição que colocava o pátio como centro de um esquema de distribuição espacial à volta do qual os quartos e os serviços do hotel se organizavam. Este era substituído pelo jardim, um espaço que se abria ao exterior e à paisagem.

2.8.5 Papel dos arquitectos

Nas Canárias, até meados do século XIX, a construção esteve sempre a cargo de pedreiros, mestres-de-obras ou engenheiros militares[988]. A entrada em cena dos arquitectos dá-se com a chegada ao arquipélago, em 1847, de Manuel de Oráa (1822-1889)[989]. Formado em Madrid pela *Academia de Bellas Artes de San Fernando*, foi ele quem abriu caminho às gerações seguintes destes profissionais. Os anos compreendidos entre 1890, data da inauguração dos dois grandes hotéis do turismo terapêutico e o eclodir da Primeira Guerra Mundial, foram anos de grande crescimento económico e expansão das duas maiores cidades do arquipélago. Estavam, pois, criadas as condições para que, arquitectos como Mariano Estanga (1867-1937)[990], Manuel de Cámara y Cruz (1848-1921)[991], Laureano Arroyo (1848-1910)[992] e Fernando Navarro (1864-1925)[993] – os dois primeiros em Santa Cruz do Tenerife e os segundos em Las Palmas de Gran Canária – fossem

[988] Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.96.
[989] Darias Príncipe, *Arquitectura en Canarias, 1777-1931*, p.118.
[990] Nascido em Valladolid em 1867, estudou arquitectura na Escuela de Madrid. Fixou-se no Tenerife em 1902 onde ocupou diversos cargos na administração pública. Como escreveu Darias Príncipe, «*Estanga es sin duda el arquitecto más preciosista de su generación en Canarias. Su arquitectura de decoración exquisita toma las tres vertientes que en ese momento dominaban el repertorio constructivo. De ellas, el modernismo es el de mejor factura y el que más se aproxima a su auténtico contenido*». Ibid., pp.108–109.
[991] Manuel de Cámara y Cruz nasceu em 1848 nas Canárias; formou-se na Escuela Superior de Arquitectura de Madrid; 1872-1883 foi arquitecto municipal de Santa Cruz so Tenerife; 1908-1921 Presidente de la Junta de Obras del Puero de Santa Cruz; «*Muy influenciado por la arquitectura madrileña del último tercio del pasado siglo procuró adaptar las posibilidades del promotor canario a las fórmulas de esta escuela*». Ibid., pp.103–105.
[992] Nasceu em 1848 em Barcelona; formado pela *Escuela de Madrid* em 1875; arquitecto municipal de Las Palmas de Gran Canária entre 1888-1910. Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.254.
[993] Nasceu em Las Palmas em 1864; formado pela *Escuela de Madrid* em 1891; arquitecto municipal entre 1910-1924; começou a trabalhar el Las Palmas desde 1891. Ibid.

também autores de novos projectos de hotelaria. Na Madeira, durante o mesmo período, exceptuando o caso de Somers Clarke, não há registo da contribuição de qualquer arquitecto em projectos hoteleiros.

Fig. 186 *Hotel Pino de Oro,* Santa Cruz do Tenerife (col. FEDAC)

Santa Cruz do Tenerife, na última década do século XIX, tinha ficado à margem do grande fluxo de visitantes gerado pelos dois luxuosos hotéis do turismo terapêutico: o Taoro (Fig. 179) , em Puerto de La Cruz e o Santa Catalina (Fig. 180) em Las Palmas. A cidade funcionava sobretudo como um porto receptor e o único hotel cujas característica mais se aproximava destas unidades era o Pino e Oro (Fig. 186), que ocupava uma antiga casa de habitação situada na periferia urbana, com dois pisos e uma extensa varanda de repouso – «*the only one on this side of the Island possessing gardens*», como anunciava o *Brown's*[994]. Foi para suprir esta falta que surgiram as primeiras iniciativas para construir um novo hotel nas imediações da capital da ilha. Esse hotel viria a ser o Quisiana (Fig. 187), cuja obra teve início em 1903 e surgiu por iniciativa de um proprietário que pretendia um edifício que evocasse os castelos ingleses[995].

O arquitecto Mariano Estanga, a quem foi encomendado o projecto, respondeu com eficácia ao fantasioso pedido[996]. No singular eclectismo da sua arquitectura, consegui combinar temas de diversas proveniências, que iam do neogótico a torres de inspiração italiana[997]. Implantado nas faldas da montanha estéril que limitava a poente Santa Cruz, o

[994] Darias Príncipe, *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981*, p.164; Brown, *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores*, 1903, p.21.
[995] Darias Príncipe, *Arquitectura y arquitectos en las Canarias Occidentales, 1874-1931*, p.327.
[996] Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, pp.85–86.
[997] Darias Príncipe, *Arquitectura en Canarias, 1777-1931*, p.109.

volume complexo do hotel, composto por vários corpos sabiamente articulados entre si, emergia entre a massa de vegetação do jardim, como quimérica miragem de um lugar distante. Estanga foi também o autor de um outro hotel, o Battenberg (Fig. 188), situado não longe do Quisiana, num quarteirão triangular do barrio de *los Hoteles* – a zona da cidade que melhor se coadunava ao turismo terapêutico (ver Cap. II, 3.5.2). Desenhado nos primeiros anos do século XX de acordo com o novo figurino Arte Nova e uma planta compacta onde o pátio central fora excluído, o hotel acabaria por apresentar fachadas de inspiração ecléctica, como o foram, aliás, muitos outros que este arquitecto projectou[998].

Fig. 187 *Gran Hotel Quisiana*, Santa Cruz do Tenerife (col. FEDAC)

O hotel Olsen (Fig. 189) instalou-se no início do século XX num edifício de habitação situado no quarteirão de gaveto das ruas Castillo e Robayna no *ensanche* oitocentista de Santa Cruz[999]. Edifício com projecto inicial do mestre de obras Vicente Armiño (1832-1896) acabaria por ser concluído pelo arquitecto Manuel de Cámara y Cruz [1000] que, ao abrigo das *ordenanzas municipales,* em 1875, data em que o projecto do edifício foi acabado, reclamava para si, o lugar de *Arquitecto Municipal de Santa Cruz de Tenerife*[1001]. O papel que estas *ordenanzas* reservavam aos arquitectos, não teve paralelo na

[998] Darias Príncipe, *Arquitectura y arquitectos en las Canarias Occidentales, 1874-1931*, p.336.
[999] Darias Príncipe, *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981*, pp.99–100.
[1000] Darias Príncipe, *Arquitectura en Canarias, 1777-1931*, pp.103–105.
[1001] « *Vicente Alonso de Armiño y Gutiérrez de Celis se formó como maestro cantero en la Escuela de Bellas Artes de Valladolid, y llegó ser nombrado Arquitecto Municipal de Santa Cruz de Tenerife (1860)*[...]*A partir de 1872 obtiene permiso para dirigir obras a particulares, sin menoscabo de sus responsabilidades oficiales. Se conservan aún en Santa Cruz varias casas proyectadas y construidas por*

Madeira e é bem demonstrativo do protagonismo que a classe gozava, já a esta data, no arquipélago canário. Em 1901, no projecto do hotel Vitoria (Fig. 190), Manuel de Cámara adaptou uma casa tradicional da primeira metade do século XVIII. A opção foi dar relevo ao corpo da ampliação introduzindo um torreão de esquina, o qual, de acordo com Darias Príncipe iria «*hacer escuela sobre todo en hoteles y viviendas unifamiliares*»[1002].

Fig. 188 Hotel Battenberg, Santa Cruz do Tenerife (col. FEDAC)

Fig. 189 Hotel Olsen
Santa Cruz do Tenerife
(col. FEDAC)

Fig. 190 Hotel Victoria
Santa Cruz do Tenerife
(fot. do Autor)

Vicente A. de Armiño. En 1875 reclamó la plaza de Arquitecto que ocupaba, por haber sido ilegal su nombramiento, don Manuel de Cámara, pues las ordenanzas decían textualmente: "Se prohíbe a los maestros canteros intervenir en los proyectos y construcciones de toda obra o edificio que tenga carácter público, como no sea con carácter de auxiliar o de segundo"». María Gallardo Peña, *El clasicismo romántico en Santa Cruz de Tenerife* (Santa Cruz de Tenerife: ACT, 1992), pp.75–78.

[1002] Darias Príncipe, *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981*, p.217.

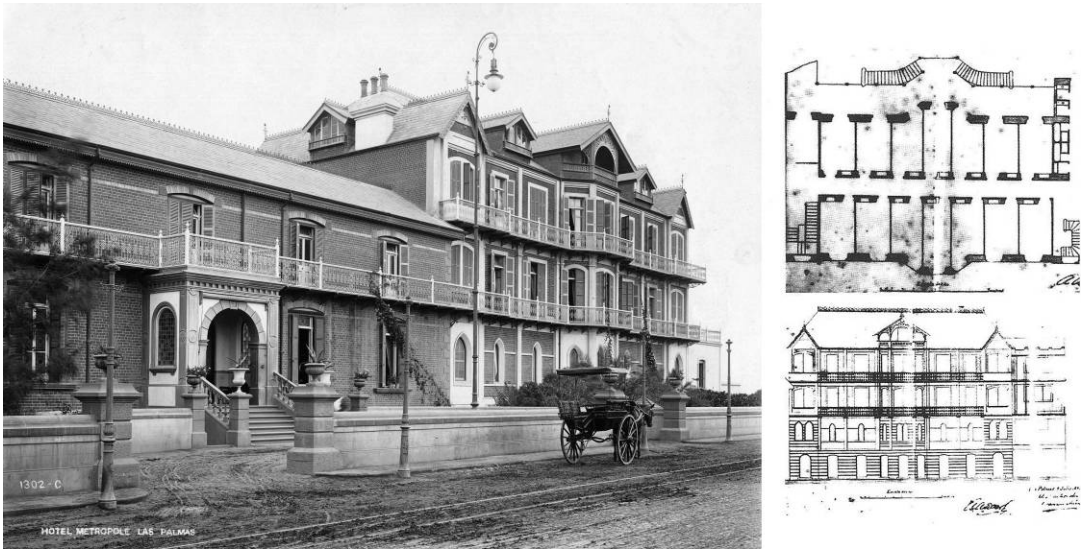


Fig. 191 Hotel Metropole, Las Palmas de Grã Canária (fontes: col. FEDAC; in Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria: ciudad y arquitectura*)

Fig. 192 Hotel Metropole, Las Palmas de Grã Canária (col. FEDAC)

Na periferia de las Palmas de Gran Canária, nas imediações do Santa Catalina, viria a surgir um outro hotel que desempenhou, na época, um papel de relevo: o Metropole (Fig. 191). O estabelecimento instalou-se no que fora a residência particular de Mr. James Pinnock, o qual, em 1889, encomendara o projecto ao arquitecto Laureano Arroyo[1003]. A casa, com dois pisos, estava organizada em torno de um pátio central circundado por corredores que davam acesso aos seus diversos compartimentos (Fig. 192). Tratava-se, portanto, da tradicional solução claustral da arquitectura doméstica canária que os arquitectos locais continuavam a reproduzir, adaptando-a aos novos materiais e novos temas

[1003] Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, p.110.

do eclectismo de fim de século. Objecto de inúmeras ampliações nas décadas seguintes[1004], nas quais participaram, entre outros intervenientes, o arquitecto Fernando Navarro, o hotel, com fachadas em tijolo aparente, uma *bay window*, alguns vãos em ogiva e telhados de acentuada pendente, tomou a vaga e pituresca aparência de um *cottage* inglês construido nos areais da beira mar. Os novos corpos de quartos adoptaram, todavia, o corredor central em lugar do tradicional pátio interior (Fig. 191).

A maioria dos hotéis de Las Palmas situava-se, porém, no bairro de Triana, que no último terço do século XIX começara a renovar-se e a crescer[1005]. Na maioria dos casos resultaram da adaptação de prédios urbanos inicialmente destinados a habitação e comércio. Entre empenas, ou em situações de gaveto, estes edifícios integravam os densos quarteirões gerados pela malha geométrica e compacta que a cidade oitocentista consolidou. Alguns apresentavam um desenho de notável sofisticação, que traduzia bem a formação erudita dos arquitectos que neles actuaram. O Imperial (Fig. 193) foi objecto de uma intervenção de Laureano Arroyo[1006]; Fernando Navarro actuou no Continental (Fig. 194) e no Quiney (Fig. 195), ambos na praça de San Bernardo, assinando, em 1905, o desenho de clara inspiração arte-nova do prédio residencial de gaveto onde viria a instalar-se o hotel Central (Fig. 196)[1007].

Fig. 193 Hotel Imperial, Las Palmas de Grã Canária (fot. do Autor)

[1004] Cf.: Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria*, p.295.
[1005] Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, p.92.
[1006] Ibid., p.96.
[1007] Ibid., p.94; Gago Vaquero, *La ciudad de Las Palmas de Gran Canaria y la cultura modernista* (Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1989), pp.33–35.

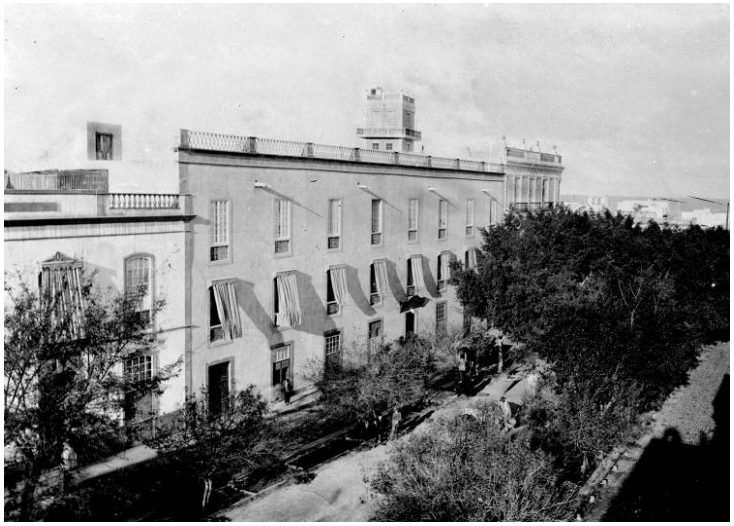


Fig. 194 Hotel Continental, Las Palmas de Grã Canária (col. FEDAC)

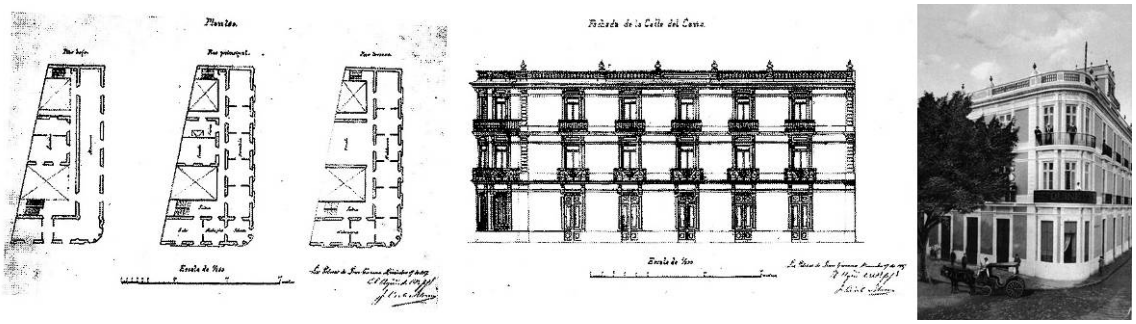


Fig. 195 Hotel Quiney, Las Palmas de Grã Canária (fontes: in Alemán Hernández, *Las Palmas de Gran Canaria: ciudad y arquitectura*; col. FEDAC)

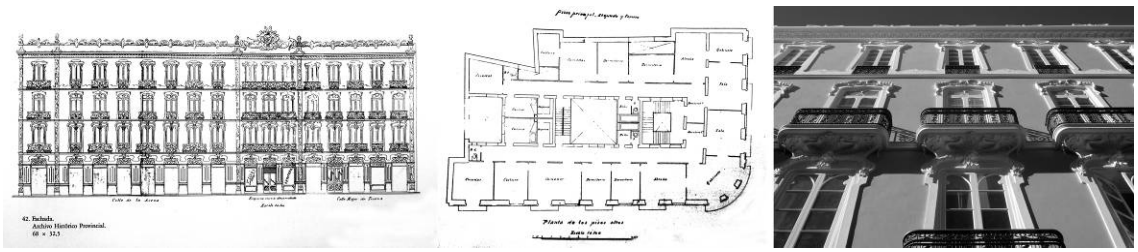


Fig. 196 Hotel Central, Las Palmas de Grã Canária (fontes: in Gago Vaquero, *La ciudad de Las Palmas de Gran Canaria y la cultura modernista*; fot. do Autor)

Todos estes estabelecimentos eram, porém, hotéis urbanos, mais vocacionados para receber os viajantes em estadia curta do que aqueles que procuravam a ilha em cura de ares. Por essa razão, muitos deles exploravam uma sucursal na estância de altitude, onde, neste período, surgiram novas unidades: em Tafira o *Quiney's Bella Vista* e no Monte Lentiscal o Santa Brígida (Fig. 197), inaugurado em 1898. Com os seus telhados de acentuada pendente e as paredes exteriores revestidas a madeira, este hotel, que mais tarde se fez rodear de um jardim com uma grande variedade de espécies, pretendia evocar os *cottages* que eram

familiares aos ingleses, os principais frequentadores da estância de altitude, onde alguns, aliás, haviam fixado residência[1008].

Como se referiu na introdução deste subcapítulo, na Madeira, nos anos compreendidos entre 1890 e o eclodir da Primeira Guerra Mundial, exceptuando o caso de Somers Clarke e dos malogrados projectos dos sanatórios alemães, não há registo de qualquer contribuição de um arquitecto na construção hoteleira. Para se ser mais rigoroso, não há, aliás, na ilha, registo de qualquer contribuição de um arquitecto em construção alguma. O facto explica-se, desde logo, pela relativa estagnação da economia da ilha – e da sua capital – quando comparados com o crescimento exponencial a que o arquipélago espanhol e as suas cidades, graças ao dinamismo das estruturas portuárias, estiveram sujeitos durante o mesmo período (ver Cap. II, 3.3.2). Formados pelas duas escolas de arquitectura da época – Madrid e Barcelona – os arquitectos espanhóis deixaram a sua marca na construção hoteleira insular, fosse projectando de raíz novos estabelecimentos, fosse adaptando edifícios já existentes, fosse actuando nos serviços municipais que então supervisionavam toda a construção pública e privada nas ilhas[1009]. Na Madeira, como se viu, seria necessário aguardar pela segunda metade do século XX para que surgissem os primeiros projectos de hotéis assinados por arquitectos.

Fig. 197 Hotel Santa Brígida, Monte Lentiscal (col. FEDAC)

[1008] Hernández Gutiérrez, *Cuando los hoteles eran palacios*, p.91.
[1009] Hernández Gutiérrez e Chávez, *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*, p.111.

CONCLUSÃO

A existência de uma *arquitectura do turismo terapêutico* como corpus coerente de estudo, isto é, como conceito operativo capaz de gerar novos e fecundos campos de investigação e conhecimento, foi a hipótese inicialmente formulada nesta tese. Importa, pois, começar por lhe dar resposta. Com base nos pressupostos críticos e analíticos que orientaram a investigação, concluiu-se, de facto, que na Madeira e Canárias, num período que se estendeu do início do século XIX ao eclodir da Primeira Grande Guerra, existiu uma arquitectura estreitamente relacionada com a cura de ares, cujo nexo cabalmente aqui se estabeleceu. A resposta é, pois, afirmativa: a *arquitectura do turismo terapêutico* – expressão cunhada por esta investigação – constitui um profícuo campo de estudo que está longe de se ter esgotado nos três capítulos desta tese.

Trata-se, como ficou aqui estabelecido, de uma arquitectura proto-turística. Este foi, aliás, um dos pressupostos da investigação, e a razão pela qual o objecto de estudo se restringiu a três tipologias directamente relacionadas com a presença temporária dos enfermos nas ilhas: quintas de aluguer, hotéis e sanatórios. O mesmo relevo não foi dado a outros programas, como igrejas, clubes ou bibliotecas, equipamentos que, embora utilizados pelos *invalids*, se destinaram também às populações residentes e poderiam ter sobrevivido sem a sua presença. Este interesse por uma arquitectura estreitamente relacionada com as origens do fenómeno turístico – tema que, no que se refere à Madeira, é abordado pela primeira vez – prende-se com o interesse crescente pela herança que resultou da presença dos enfermos na ilha. A eles se teria ficado a dever «um verdadeiro registo da identidade madeirense» [1010] para o qual a *arquitectura do turismo terapêutico* contribuiu decisivamente.

Abre-se aqui o caminho, portanto, para que seja possível estabelecer o elo – se é que esse elo existe... – entre o passado e o presente da chamada *arquitectura do turismo*. Com efeito, o advento do turismo de massas, último ciclo de um «desenvolvimento» que, nas ilhas, teve início na segunda metade do século XX, configura um processo de violenta ruptura com o passado cuja análise ultrapassa largamente o âmbito deste estudo. Trazido a lume pelos exuberantes espólios fotográficos que as ilhas conservaram, ou pelas muitas construções sem uso e em ruínas com que esta investigação se deparou, esse passado, onde, putativamente, estaria inscrita a identidade das ilhas, assombra hoje a memória dos ilhéus como um fantasma que o tempo, inexoravelmente, foi apagando. Preenchendo lacunas, este estudo pretendeu, em primeiro lugar, tornar mais claros os seus contornos e constituir-se como o ponto de partida de uma história da arquitectura do turismo na Madeira.

[1010] Bessa-Luís, *A Corte do Norte*, p.34.

Trata-se de matéria de interesse e alcance local, posto ao serviço de uma comunidade desejosa de conhecer a singularidade dos valores arquitectónicos e paisagísticos que fascinaram os primeiros *turistas* de oitocentos – valores que, paulatinamente, se têm vindo a dissipar neste último meio século. A verdade, porém, é que a informação aqui apresentada, acabou por abarcar horizontes mais vastos. Esse é um mérito que, mais do que às ambições deste trabalho, cabe à Madeira por direito próprio, graças ao papel proeminente e pioneiro que a ilha desempenhou no turismo europeu oitocentista. Pioneirismo que, em última análise, se fica a dever também a Inglaterra, cuja presença teve profundos reflexos na arquitectura e na paisagem do arquipélago, como aqui ficou sobejamente demonstrado. E este é um tema que remete, de novo, para a questão da identidade e especificidade local, bem como para o papel que à *arquitectura do turismo terapêutico* coube nesse domínio.

Com efeito, o território idealizado das ilhas sempre foi um excelente cenário para a indústria turística (e a arquitectura...) criarem as suas ficções. Este estudo revela quem foram os seus principais intérpretes no século XIX: que dificuldades enfrentaram, que ambições tiveram, de que meios dispunham e, finalmente, o que conseguiram realizar. Que experiências encerra este passado? Poderá o seu conhecimento ajudar a redefinir algumas das estratégias para o futuro? A resposta a estas questões – que transcendem já o âmbito da investigação – deverá partir dos resultados aqui obtidos. Arquitectura *versus* turismo, tradição, especificidade local, autenticidade, são temas para os quais, Madeira e Canárias, acidentados laboratórios onde há mais de dois séculos decorrem «experiências turísticas» em ambiente finito e de frágil equilíbrio, podem contribuir.

Falar de arquitectura implica, todavia, começar por enquadrá-la na história das **paisagens e cidades** das quais ela fez parte integrante, razão pela qual, embora não sendo esse o fulcro da investigação, se dedicou ao tema o segundo capítulo deste trabalho. A arquitectura do turismo terapêutico circunscreveu-se não só às urbes compactas das ilhas, formadas pelas ruas e praças de intramuros, como também, fundamentalmente, ao lugar difuso onde as cidades e o campo se interpenetraram, quando a cintura amuralhada, perdida a sua eficácia defensiva, se começou a esboroar. Durante o século XIX, porém, nenhuma das cidade insulares esteve sujeita às dramáticas transformações que sofreram as suas congéneres europeias. Madeira e Canárias iriam ficar à margem do processo de industrialização que ocorreu no Continente – muito embora alguns dos seus efeitos se tivessem feito sentir na economia das ilhas e, consequentemente, na estrutura das suas urbes.

Na verdade, apesar de situadas na área de influência de Inglaterra – a potência económica e marítima hegemónica do século – foi a marginalidade das ilhas que fez delas estâncias terapêuticas de sucesso. Graças a ela, aí sobreviveram muitas das estruturas sociais e espaciais do passado: periferias rurais não industrializadas, moderado crescimento populacional, ausência de poluição atmosférica. Dir-se-ia, mesmo, que o sucesso destas estâncias cresceu na razão inversa do seu grau de industrialização – se é que de verdadeira industrialização se pode falar a propósito das cidades aqui estudadas. Foi nas periferias semi-rurais que os *invalids* se sentiram a salvo dos miasmas que grassavam nos tecidos compactos de intramuros e, sobretudo, bem distantes das atmosferas poluídas das metrópoles industriais do Norte da Europa.

Durante mais de um século, uma periferia fértil e povoada de quintas, fez do Funchal a estância terapêutica de eleição do Atlântico Norte. As Canárias, que com ela concorriam, surgem neste estudo como importante termo de comparação, à luz do qual se recorta com maior nitidez o perfil das cidades e da arquitectura madeirense. No arquipélago espanhol, foi em Puerto de la Cruz, no litoral Norte da ilha do Tenerife, que surgiu um enquadramento semelhante à verdejante e arejada paisagem do anfiteatro da capital madeirense: o sumptuoso e fértil vale de La Orotava, varrido pela humidade dos Alísios, cuja beleza Alexander Humboldt já enaltecera em finais do século XVIII. Foi com esta estância que, a partir da segunda metade do século XIX, o Funchal teve de competir.

Ficaram amplamente demonstradas nesta tese as razões pelas quais tanto Las Palmas de Grã Canária como Santa Cruz do Tenerife – as duas maiores cidades portuárias canarinas – não tiveram, como estâncias terapêuticas, o mesmo sucesso que o Funchal e Puerto de la Cruz. Com efeito, enquanto nestas últimas, a um lento crescimento populacional correspondeu uma expansão arrabaldina em osmose com a periferia rural, com as casas e as quintas a fixar-se ao longo de uma rede preexistente de caminhos, nas primeiras a expansão urbana deu-se por *ensanche* – característica principal do urbanismo espanhol de meados do século XIX – gerando um xadrez de quarteirões compactos. Estes reflectem bem a explosão demográfica que, em finais do século, aí teve lugar, como resultado de uma intensa e próspera actividade portuária.

Um dos resultados fulcrais da investigação foi a identificação de uma arquitectura que, apesar da dominante presença britânica, nunca se desvinculou da sua matriz portuguesa, e que encontra na **quinta de aluguer** madeirense a sua forma de expressão mais original. No quadro das ilhas atlânticas, as quintas de aluguer foram, de facto, até à década de 80 do século XIX, uma especificidade do arquipélago português – nas Canárias, o

fenómeno foi não só mais tardio, como teve uma expressão bastante mais limitada. A designação *quinta de aluguer*, cunhada por esta investigação, remete, desde logo, para o carácter proto-turístico desta tipologia. Com efeito, a receita que estas quintas proporcionavam aos seus proprietários não resultava da exploração agrícola dos seus terrenos, que eram escassos ou mesmo inexistentes, mas do aluguer à estação aos enfermos que se deslocavam para as ilhas em cura de ares. No quadro cronológico aqui fixado, foram identificadas e estudadas na periferia do Funchal 163 unidades, número que faz, da quinta de aluguer, a mais importante tipologia do turismo terapêutico na Madeira.

Na grande maioria dos casos, tratou-se de uma arquitectura sem arquitectos construída de acordo com saberes e tecnologias que, durante séculos, mantiveram elevado grau de imutabilidade: no modo de lavrar e assentar as cantarias, de erguer as paredes, de caiar as fachadas, de escolher a madeira para os sobrados, de armar os telhados e revesti-los a telha de meia cana, ou de calçar, a seixo basáltico, os passeios dos jardins. Independentemente do grau de erudição, esta arquitectura alicerçou-se no sistema de medidas e proporções que caracterizavam a «casa da macaronésia»[1011] – um sistema que não foi exclusivamente de invenção local, mas que se inscrevia no património comum da cultura mediterrânica, transportada para a ilha pelos primeiros povoadores.

É essa a razão por que as quintas de aluguer, sejam elas originárias do século XIX, XVIII ou mesmo XVII, se apresentam como um conjunto de grande coerência morfológica. Nelas persistiram determinadas constantes de natureza construtiva, estrutural, espacial e decorativa que tornam reconhecível a arquitectura destas casas, conferindo-lhes um carácter singular que as distingue das que foram construídas na mesma época noutras regiões do país – facto que levou, aliás, alguns autores do século passado a falar na existência de uma «casa madeirense» [1012] . Na verdade, deveria antes falar-se de um «modo» ou «maneira madeirense» de adaptar a um novo meio um modelo forâneo – a casa mediterrânica e da Europa Ocidental. Essa adaptação deu origem a uma síntese entre as componentes nacional e regional que, na ilha, a partir de finais do século XVIII, se cruzou com a arquitectura inglesa de inspiração romântica.

A excepção a esta regra está nas poucas *villas* dos *wine merchants,* cuja arquitectura – sobretudo a dos exemplares mais «puros» – deixa claramente transparecer a sua origem exógena e concepção erudita. Não querendo deliberadamente pactuar com as tradições locais, os britânicos introduziram na cadeia evolutiva da casa insular uma verdadeira

[1011] Fernandes, «Cidades e casas da Macaronésia», p.233.
[1012] Sobre este tema, consultar o artigo em que confrontei – na teoria e na prática – as ideias de Raul Lino sobre «casa portuguesa» *versus* «casa madeirense» com as de Reis Gomes e Edmundo Tavares. Matos, «A Propósito das Casas Madeirenses».

ruptura morfológica e tipológica. Desde cedo, porém, alguns dos seus novos repertórios formais, bem como os padrões de conforto que exigiam das suas casas, foram sendo apropriados pelos construtores locais. Num lento processo de miscigenação, estes souberam afeiçoá-los à sua austera e frugal arquitectura, cujas raízes mergulhavam profundamente no solo da ilha e na memória colectiva da sua gente. Por obra destes construtores, popular e erudito, tradições locais e contributos alheios, enlaçaram-se, dando lugar a uma expressão original, a casas onde, por detrás de uma aparência chã, se ocultavam interiores sofisticados.

O universo de quintas analisado conduziu à determinação de três tipos de quintas de aluguer. A selecção resultou de uma distinção, nem sempre fácil, entre o essencial e o acessório na estrutura espacial e funcional de um vasto conjunto de exemplares, cujas plantas foram levantadas e confrontadas com os testemunhos iconográficos que delas chegaram aos nossos dias. Esta arrumação tipológica permitiu aprofundar o conhecimento da genealogia destas casas, tornando mais claras as suas raízes históricas e revelando com mais exactidão as influências que as moldaram. A *casa compacta de origem oitocentista* – expressão com que aqui se designou o tipo mais comum da quinta de aluguer (Tipo 3: Figs. 101 a 116) – resulta de um lento processo de miscigenação que deu origem, na segunda metade do século XIX, a uma casa que, embora enraizada na tradição local, se adaptou às exigências funcionais e aos padrões de conforto da sua clientela vitoriana.

Quer na disposição dos compartimentos interiores, quer na forma como se relacionavam com a sua envolvente, esta casa foi o reflexo de um ideal higiénico e anti-urbano, irrealizável no denso tecido da cidade tradicional. Concebida para a vida familiar – ocupando, por regra, o miolo de um lote murado – precisava do jardim não só como espaço de lazer e protecção da intimidade dos seus habitantes, mas também como garantia de salubridade. Tratava-se de uma construção compacta, com dois ou mais pisos, cobertura em telhado de quatro águas, planta quadrada ou rectangular. No exterior, debruçada sobre o arruamento, surgia com frequência a «casinha-de-prazer» – termo que designa, na Madeira, os pequenos pavilhões de jardim de onde é possível observar o que se passa no exterior, ou contemplar a paisagem.

Estes jardins foram profundamente marcados pela cultura britânica, em particular pela influência de Loudon, o grande divulgador desta arte junto da classe média oitocentista. Todos eles, mesmo os mais pequenos, mesmo aqueles moldados na tradição mediterrânica dos socalcos, são herdeiros da mentalidade romântica que, no início do século XIX, esteve intimamente ligada ao *landscape garden* inglês: os bosques e as clareiras relvadas, os lagos, os percursos sinuosos povoados de pequenos templos e outros acontecimentos, a natureza artificiosamente «natural» como esplendoroso pano de fundo da arquitectura. No escasso e

acidentado território da ilha, o que estes jardins perderam em extensão, ganharam em dramatismo ao abrir-se aos panoramas abissais, aos cumes das montanhas ou ao horizonte longínquo do oceano.

Esta nova relação contemplativa com a paisagem levava a implantar a casa em contextos que convidavam a meditar sobre a alma da Natureza e a natureza da Alma, o que em inícios de oitocentos constituia novidade absoluta na ilha. Bem demonstrativas desta nova mentalidade são as quintas de aluguer do tipo 2, aqui designadas como as *villas dos wine merchants* (Figs.86 a 100). Mais do que a sede de uma exploração agrícola, a quinta passara a ser um bem transáccionavel, um lugar de habitação, lazer e disfrute da paisagem. A cura de ares, por sua vez, era também uma cura de paixões, por isso, na relação que a casa tecia com o jardim – e, num sentido mais lato, com a paisagem – ressoava um quadro difuso em que sintomas e sentimentos se confundiam. Na quinta de aluguer oitocentista, o jardim foi tanto manifestação da alma romântica, quanto dispositivo de tratamento.

A originalidade da casa da quinta de aluguer madeirense, bem como o sucesso que teve junto dos *invalids* britânicos, torna-se mais clara quando a confrontamos com a casa tradicional canária. Com efeito, dois tipos diferentes caracterizaram, até finais do século XIX, a arquitectura doméstica dos dois arquipélagos. A quinta madeirense parece proceder da «casa bloco»[1013] – um tipo compacto, em que todas as dependências da habitação, gados e arrecadações se situavam sob o mesmo telhado (Fig. 77) – enquanto nas ilhas Canárias prevaleceu a «casa pátio», onde cada um destes usos se organizava em torno de um pátio (Fig. 117). Do ponto de vista tipológico, isto é, em tudo o que remete para a organização espacial e funcional do fogo, a «casa pátio» é, pois, distinta da «casa bloco». A origem histórica desta última, na sua versão erudita, pode fazer-se remontar à *Villa* Fiesole, uma construção compacta, de planta quadrangular, onde, pela primeira vez, as residências dos Medici, abdicando do pátio interior, se abriram integralmente para o exterior[1014].

Ora estes dois tipos tiveram aceitações muito distintas entre os britânicos – os seus principais clientes. Existem vivos testemunhos da má aceitação que teve a tradicional casa pátio nas Canárias, fosse como residência temporária ou permanente. O pitoresco da arquitectura local, apesar de muito apreciado, não deixava de ser alvo de severas críticas. Com efeito, a organização interna da habitação não correspondia às exigência de conforto e

[1013] A «casa bloco» é o tipo basilar que Demangeon estabeleceu para a casa rural, aquela em que todas as dependências (habitação, gados, arrecadações) se situam sob o mesmo telhado (por oposição ao tipo da casa pátio em que cada uma destes usos tem um edificio destacado em torno de um pátio). Oliveira e Galhano, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p.19.
[1014] Cf.: Ackerman, *The villa*, p.74.

higiene que a mentalidade vitoriana reclamava: faltava o quarto de banho; faltava a escada principal e a de serviço, segregando os circuitos de patrões e empregados; faltava o jardim exterior, envolvendo e dando intimidade à casa. O *Foreign Office* chegou a recomendar à comunidade britânica residente nas Canárias que não contratasse arquitectos locais porque estes não sabiam projectar senão casas pátio[1015].

Na Madeira, uma recomendação deste tipo não teria tido cabimento, não só por não ter havido, durante todo o século XIX, arquitectos locais, mas também por ser inexistente, na arquitectura doméstica do arquipélago português, a tradição da casa pátio. O que predominava era, como já se mencionou, a «casa bloco», a tipologia mais comum das quintas madeirenses. Raras foram, portanto, as casas tradicionais canárias que entraram no mercado de aluguer. Este foi maioritariamente constituído por edifícios construídos em finais do século XIX, inícios do século XX, de um tipo compacto, onde o pátio foi substituído por um jardim envolvendo a casa. Os seus proprietários recorriam com frequência aos famosos *pattern books*, um figurino de importação, onde se manifestou a influência do *Arts & Crafts* e do eclectismo de finais do século XIX. Daí resultou, no Vale de Orotava, um pequeno conjunto de casas aqui designadas como *cottages de aluguer* (Figs. 119 a 127).

No período abarcado por este estudo, **hotéis e sanatórios** constituíram uma tipologia difusa, que partilhava entre si diversos dispositivos formais e funcionais, razão pela qual se optou por abordar o tema num mesmo capítulo. Ficou claramente demonstrado o avanço que a indústria hoteleira madeirense, maioritariamente controlada pelos ingleses, manteve sobre a do arquipélago espanhol até à década de 80 do século XIX. Com efeito, a precariedade, desconforto e falta de higiene das *fondas* canarinas era um problema que remontava ao século XVIII. A arreigada aversão pelos *invalids* e o desprezo que a aristocracia manifestava pelo ofício de estalajadeiro, conjugados com os confortáveis rendimentos que a exportação da cochonilha proporcionava, foram factores que mantiveram as élites canarinas afastadas do turismo terapêutico durante muitos anos. No Funchal, pelo contrário, cedo apareceram os primeiros *family hotels* e *boarding-houses* que por serem geridos, na sua grande maioria, pelos britânicos residentes na ilha, souberam sempre satisfazer as exigências de conforto dos enfermos.

Estas primeiras hospedarias madeirenses instalaram-se em construções do século XVIII, ou inícios do XIX, que tinham resultado da riqueza gerada pelo comércio do vinho

[1015] Cf.: A. Sebastián Gutiérrez and Carmen Milagros González Chávez, *Arquitectura Para La Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX* (Santa Cruz de Tenerife; Las Palmas de Gran Canaria: Viceconsejería de Cultura y Deportes, 2009), pp.115 – 116.

(Fig. 129). Do ponto de vista formal, as mais opulentas aproximavam-se da expressão do barroco continental: eram edifícios urbanos com a típica seriação dos vãos de sacada no andar nobre, ornados por cornijas em cantaria nos lintéis e fachadas rematadas por beirados salientes. Em alguns deles, elevava-se a característica *torre-avista-navios*, variante morfológica muito frequente na arquitectura funchalense dessa época. Tinham, em geral, dois ou três andares, destinando-se o rés-do-chão ao comércio, adega ou arrumos e, os pisos superiores, aos compartimentos mais importantes da casa. Quanto aos acabamentos interiores, como resultado da influência inglesa, eram já comuns, no primeiro quartel do século XIX, os tectos e paredes em estuque, bem como com as janelas de guilhotina, que tinham vindo substituir os primitivos rotulados de madeira.

Na segunda metade do século XIX, a actividade hoteleira madeirense sofreu uma profunda alteração, passando a ser monopolizada, na sua quase totalidade, pela família Reid, que adquiriu as principais unidades do Funchal: o *Royal Edinburgh*, o *German*, o Carmo e o Santa Clara. Instalados, também eles, em grandes residências setecentistas, ou de inícios de oitocentos, estes hotéis eram maiores e prestavam serviços mais sofisticados que as antigas hospedarias, surgindo implantados em lotes urbanos mais desafogados. A grande novidade eram os jardins bem tratados, por vezes com campos de jogos, e as varandas de repouso – dispositivos que resultavam das recomendações terapêuticas dos médicos – as desejáveis permanências dos doentes ao ar livre. Estes hotéis mantinham, todavia, o carácter informal das antigas hospedarias, que as obras de adaptação não chegavam a apagar: inexistência de quartos estandardizados; multiplicidade de entradas; percursos interiores labirínticos; e a localização, aparentemente errática, das instalações sanitárias, que pareciam sempre escassear.

Tal como os primeiros *family hotels* e *boarding-houses* do Funchal, também as primeiras *fondas* e hotéis canarinos se instalaram em edifícios dos séculos XVIII, ou inícios do XIX, originalmente destinados a habitação e localizados no centro das cidades. Exceptuando, portanto, a medíocre qualidade do serviço, dir-se-ia que pouco os diferenciava dos seus congéneres madeirenses. A verdade, porém, é que, do ponto de vista tipológico, havia profundas diferenças. À semelhança do que sucedia com as quintas, estas explicam, em grande parte, a preferência dos ingleses pelas *boarding houses* e hotéis madeirenses: enquanto que, na Madeira, a casa urbana era compacta, organizando-se em torno da caixa de escada e com o característico logradouro ajardinado nas traseiras, nas Canárias, ela organizava-se em torno de um pátio.

A tipologia claustral não constituía uma dificuldade para a instalação da *fonda* ou do hotel – muito pelo contrário, a organização espacial da casa pátio tornava-a facilmente

convertível num programa hoteleiro: o piso nobre era reservado aos quartos e o piso térreo aos serviços, habitação do proprietário e empregados (Fig. 117). Porém, tal como sucedeu com as quintas de aluguer, existiu sempre uma forte antipatia dos britânicos por esta organização espacial e funcional. Viam nela um ensimesmamento lúgubre que parecia não corresponder às suas exigências de intimidade, conforto, higiene e relação com o exterior. Com as casas do Funchal (Fig. 131), pelo contrário, a empatia era imediata, como o prova o vivo testemunho de Isabela de França que, em meados do século XIX, as comparou às casas de Belgravia, o bairro das elites sociais Londrinas[1016].

Os anos de 1890-91 foram anos charneira para a hotelaria insular, por terem sido marcados pela inauguração de três grandes hotéis: o Taoro, em Puerto de la Cruz (Fig. 179), o Santa Catalina, em Las Palmas de Gran Canária (Fig. 180) e o *Reid*, no Funchal (Fig. 181). Pela primeira vez, o hotel resultava não da adaptação de um edifício preexistente, mas de um projecto específico; a encomenda partia, também ela, não de um particular, como tinha sido uso até então, mas de empresas com estreitas ligações a Inglaterra, país de onde provinha o capital e os futuros hóspedes; finalmente, pela primeira vez, eram contratados arquitectos, todos eles estrangeiros, para levar a cabo, de acordo com os parâmetros vigentes na Europa, os projectos das novas unidades.

Outra das novidades era a combinação eficaz de um número considerável de quartos, agrupados ao longo de corredores, com as áreas sociais e de serviço do hotel, cuja diversificação e complexidade aumentara. Esse foi, aliás, um dos motivos por que os projectos dos primeiros três grandes hotéis do turismo terapêutico foram entregues a arquitectos: o do Reid, a Somers Clarke (1841-1926), o do Santa Catalina, a James Maclaren (1853-1890) e o do Taoro, a Adolph Coquet (1841-1907). Nas Canárias, a rigorosa racionalidade com que a funcionalidade do hotel passou a ser encarada pôs em causa a tradicional organização que colocava o pátio como centro de distribuição espacial, à volta do qual os quartos e os serviços do hotel se organizavam. Este foi substituído pelo jardim, um espaço que se abria ao exterior e à paisagem.

Os três hotéis partilhavam entre si o facto de serem hotéis sanatoriais, isto é, adaptados aos *invalids* e de se localizarem na periferia das cidades – periferias de génese rural, muito ao gosto dos britânicos – onde não se faziam sentir os constrangimentos da malha urbana e se podiam disfrutar panorâmicas privilegiadas. Ver e ser visto era um lema que se poderia aplicar a qualquer um deles. A escolha do local, porém – altitude, orientação, envolvente próxima – era, também, um problema sanitário em que qualidade do ar ocupava

[1016] França, *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1845)*, pp.65–66.

o topo de uma extensa lista de preocupações. Considerados simultaneamente locais de cura e de recreio, os seus jardins passaram a ser lugar de múltiplas actividades lúdicas e terapêuticas. Neles se combinaram eclecticamente – como era corrente na época – o paisagismo de tradição inglesa com o geometrismo da topiária «à francesa».

Como era típico na arquitectura deste período, a questão estilística constituiu um problema central. Enquanto no Santa Catalina e no Reid, desenhados por arquitectos britânicos com ligações ao *Arts and Crafts*, os seus autores procuraram referências em «estilos locais», o Taoro, desenhado por um francês, assumia claramente uma feição erudita de inspiração neoclássica. No *Reid*, Somers Clarke inspirou-se no repertório local, daí resultando uma arquitectura muito próxima da expressão regional, que o autor encontrou ainda viva no Funchal oitocentista. Deste ponto de vista, o hotel madeirense constitui, pois, um caso singular de «aclimatação» que não aconteceu nos outros dois.

A arquitectura do turismo terapêutico não contou com o contributo dos arquitectos portugueses. Na Madeira, não há registo da sua participação na construção hoteleira – para se ser mais preciso, no período abarcado por este estudo, não há registo de qualquer participação de um arquitecto português em construção alguma. O facto explica-se, desde logo, pela relativa estagnação da economia da ilha e da sua capital, sobretudo quando comparadas com o crescimento exponencial que teve lugar em Las Palmas e Santa Cruz, as duas maiores cidades de Canárias. Formados pelas duas escolas de arquitectura da época – Madrid e Barcelona – os arquitectos espanhóis deixaram a sua marca na construção hoteleira do seu arquipélago, fosse projectando de raiz novas unidades, fosse adaptando edifícios já existentes, fosse actuando nos serviços municipais que então supervisionavam toda a construção pública e privada nas ilhas (Figs. 187 a 197). Na Madeira, seria necessário aguardar pela segunda metade do século XX para que surgissem os primeiros projectos de hotéis assinados por arquitectos.

Exceptuando o hotel Taoro, que em 1905 o Dr. Gotthold Pannwitz transformou num estabelecimento com uma forte componente sanatorial, as Canárias nunca tiveram um **sanatório** com as características do Hospício Princesa Dona Maria Amélia, edifício cuja singularidade e pioneirismo aqui ficaram, pela primeira vez, documentados. Mandado construir no Funchal pela Imperatriz Dona Amélia em 1855, foi o primeiro sanatório português e um dos mais avançados hospitais do seu tempo (Fig. 147). Projectado por um arquitecto britânico, Edward Buckton Lamb (1806-1869) – autor do primeiro sanatório inglês – o hospital madeirense surge como um monumento maior da arquitectura do turismo terapêutico, constituindo hoje um dos raros exemplares da época conservado em pristino.

As muitas referências a ele feitas, pelos clínicos da época, denotam a importância que o edifício teve e o papel que lhe coube na consolidação e protagonismo da Madeira como estância terapêutica.

Lamb adoptou para o projecto do Hospício uma solução pragmática: a austera tipologia das grandes casas de estilo georgiano do século XVIII, princípios do século XIX, uma solução com provas dadas na arquitectura hospitalar inglesa, que é possível encontrar com alguma frequência, até meados do século XIX, nos hospitais desse país. Do ponto de vista tipológico – de acordo com a classificação de Burdett – trata-se de um hospital do *corridor type:* uma solução compacta, de dois pisos e semi-cave, planta rectangular, com um corredor central, servindo compartimentos a ambos os lados (Fig. 153). Esta tipologia continuaria a prevalecer nos hospitais para tratamento da «tísica», muito embora, nas décadas que se seguiram à construção do Hospício, o tipo pavilhonar tivesse sido considerado mais eficaz no que respeita à ventilação das enfermarias, isolamento dos doentes e minimização do contágio.

Relativamente aos hospitais ingleses com a mesma especialidade, o Hospício apresenta uma interessante particularidade: a capela faz parte integrante do corpo principal da construção, desempenhando um papel estruturante na sua arquitectura, enquanto nos seus congéneres britânicos ela constitui um edifício autónomo ligado por um corredor ao corpo principal (Fig. 156). Do ponto de vista estilístico, o Hospício filia-se no *Renaissance Revival*, um estilo de inspiração italianizante muito divulgado na Inglaterra vitoriana, desde o início da década de 30 do século XIX, e muito utilizado na arquitectura hospitalar (Fig. 154). A composição é simétrica, os motivos são os do classicismo e os paramentos surgem lisos e caiados, isto é, sem a textura rica dos aparelhos de pedra aparentes que o seu arquitecto preconizava e que tantas vezes utilizou. A este traço, vem somar-se a marca dos construtores madeirenses que, com os seus saberes e tradições, lhe conferiram um sabor local, que o enraíza no meio insular.

O Hospício é indissociável do seu jardim. Trata-se de um jardim de concepção ecléctica, onde está presente a influência de Loudon (Fig. 160) e o gosto romântico da promotora da obra, a imperatriz Dona Amélia. O projecto original chegou aos nossos dias, pondo a claro estas influências (Fig. 161). Foi também concebido como um lugar de cura, exercício e tratamento de ar livre para os «doentes do peito», pois era como dispositivo clínico que os médicos o encaravam. Na Madeira, porém, não foi necessário – como o fora no *The City of London Hospital For Diseases of The Chest,* – encomendar a Paxton uma estrutura de ferro e vidro anexa ao hospital (Fig. 159), que recriasse artificialmente as condições de amenidade de um clima subtropical. Essas condições já existiam naturalmente.

A Companhia dos Sanatórios da Madeira, financiada por capitais alemães, fecha o ciclo das construções sanatoriais insulares. Esta esteve na origem do mais avultado investimento feito no turismo terapêutico madeirense durante o século XX, projecto falhado que, todavia, deixaria na ilha um sanatório construído no Monte em 1905 – conhecido como o «sanatório dos pobres» – hoje convertido em hospital (Fig. 165). Do ponto de vista tipológico, é muito semelhante ao Hospício Princesa Dona Maria Amélia, concebido meio século antes por Buckton Lamb: uma construção compacta, de planta rectangular, com corredor central servindo as enfermarias e quartos. Apesar de ambos se destinarem ao tratamento de enfermos sem posses, havia, no sanatório alemão, uma austera frugalidade que não existia no Hospício. Construído na sua proximidade, o *Kurhotel Amélia* (Fig. 166), que viria a ser demolido em 1941, era, pelo contrário, um estabelecimento luxuoso, cuja arquitectura acusava a influência da secessão vienense.

Ficaram por fazer os sanatórios marítimos (Fig. 164): um luxuoso complexo «com parques, jardins, exercício ao ar livre, praia para banhos, *villas* destinadas às famílias que aí queiram viver separadamente»[1017] e um *Palace Kurhotel,* a instalar à beira-mar, nos jardins de três quintas do Funchal. Tratava-se de uma verdadeira revolução nos padrões de conforto oferecidos pela hotelaria da ilha, com a qual nem o hotel *Reid*, o mais luxuoso de então, teria conseguido competir. A oposição da colónia britânica residente viria a bloquear o projecto sanatorial alemão, que poderia ter contribuído para enriquecer significativamente a arquitectura do turismo terapêutico na Madeira. Uns anos mais tarde, os alemães regressariam ao Funchal, não para construir, mas para bombardear a cidade. Com a Primeira Grande Guerra Mundial, fechava-se, finalmente, o ciclo do turismo terapêutico nos arquipélagos atlânticos.

[1017] *Os sanatórios da Madeira*, p.33.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

1. Fontes Manuscritas e dactilografadas

Arquivo Particular do Hospício Princesa D. Maria Amélia

Registo da Correspondência do Hospício 1854-1860

Biblioteca da Academia das Ciência de Lisboa

Francisco António Barral – Processos Académicos

British Architectural Library, Royal Institute of British Architects

Eward Buckton Lamb, Biographical File

Photographia – Museu "Vicentes"

Araújo, Helena. «Quinta do Jardim da Serra - historial», 2003.

2. Fontes Impressas

2.1. Guias para *invalids*, literatura de viagens, literatura

ABC de las Islas Canarias : guía práctica ilustrada turista-comercial fomento del turismo en el Archipielago canario. Tenerife: A. J. Benítez, 1911.

Abreu de Galindo, Juan de, e George Glas. *The History of the Discovery and Conquest of the Canary Islands: Tr. from a Spanish Manuscript Lately Found in the Island of Palma. With an Enquiry into the Origin of the Ancient Inhabitants. To Which Is Added, A Description of the Canary Islands, Including the Modern History of the Inhabitants, and an Account of Their Manners, Customs, Trade, &c.* London, R. and J. Dodsley [etc.], 1764.

Adams, Joseph. *A Guide to Madeira. With Instructions to such as Repair to That Island for Health*, 1808.

Albizzi, degli. *Madère. Guide pratique pour malades et touristes, par le marquis degli Albizzi*. Zurich: Orell, 1891.

Alcoforado, Francisco, J. Payne, J. Bouquet, e António Alberto Marinho Duarte de Sousa. *An Historical Account of the Discovery of the Island of Madeira, Abridged from the Portuguese Original: To Which Is Added, An Account of the Present State of the Island in a Letter to a Friend*. London: J. Payne, and J. Bouquet, in Pater Noster Row, 1750.

Baedeker, Karl. *Mediterranean: Seaports and Sea Routes, Including Madeira, the Canary Islands, the Coast of Morocco, Algeria and Tunisia*. Leipzig: Karl Baedeker, 1911.

Baker, Charlotte Alice. A Summer in the Azores: With a Glimpse of Madeira. Lee and Shepard, 1882.

Barrow, Sir John. *A Voyage to Cochinchina, in the Years 1792 and 1793: To Which Is Annexed an Account of a Journey Made in the Years 1801 and 1802, to the Residence of the Chief of the Booshuana Nation*. T. Cadell and W. Davies, 1806.

Baudelaire, Charles. *Petits poèmes en prose*. Manchester University Press, 1968.

Belcastel, Gabriel de. *Les iIles Canaries et la Vallée d'Orotava au Point de Vue Hygiénique et Médical*. Paris: J.B. Baillière, 1862.

Benjamin, S. G. W. (Samuel Greene Wheeler). *The Atlantic Islands as Resorts of Health and Pleasure*. New York: Harper & brothers, 1878.

Biddle, Anthony Joseph Drexel. *The Land of the Wine;being an Account of the Madeira Islands at the Beginning of the Twentieth Century and from a New Point of View*, 1901.

Bowdich, Thomas Edward. *Excursions in Madeira and Porto Santo: During the Autumn of 1823, While on His Third Voyage to Africa*. G.B. Whittaker, 1825.

Brown, A. Samler. *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores: A Practical and Complete Guide for the Use of Tourists and Invalids*. London: Simpkins, Marshall, Hamilton, Kent & Co., Ltd., 1927.

———. *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores: A Practical and Complete Guide for the Use of Tourists and Invalids, with Coloured Maps and Plans, and Numerous Sectional and Other Diagrams*. London: Sampson, Low, Marston & co., ltd; [etc., etc.], 1903.

———. *Brown's Madeira, Canary Islands, and Azores: A Practical and Complete Guide for the Use of Tourists and Invalids, with Coloured Maps and Plans, and Numerous Sectional and Other Diagrams*. London: Simpkin, Marshall, Hamilton, Kent & Company, 1910.

———. *Madeira and the Canary Islands : a guide for tourists*. 2nd ed. London, 1890.

———. *Madeira and the Canary Islands, with the Azores; a Practical and Complete Guide* .. London: London, Low, 1901.

Burton, Isabel, e W. H. (William Henry) Wilkins. *The Romance of Isabel, Lady Burton : The Story of Her Life*. New York: Dodd, Mead & Company, 1897.

Burton, Richard Francis. *Wanderings in West Africa from Liverpool to Fernando Po*. London: Tinsley brothers, 1863.

Burton, Richard Francis, e Verney Lovett Cameron. *To The Gold Coast for Gold, Vol. I A Personal Narrative*. London: Chatto & Windus, Piccadilly, 1883.

Carlota, Maria. *Un Hiver à Madère: 1859-1860*. Viena: Imprimerie I. R. de la Cour et de l'État, 1863.

Coleridge, Henry Nelson. *Six Months in the West Indies, in 1825*. J. Murray, 1826.

Combe, William. *A History of Madeira: With a Series of Twenty-Seven Coloured Engravings, Illustrative of the Costumes, Manners, and Occupations of the Inhabitants of That Island*. Ackermann, 1821.

Cooper, William W. *The Invalid's Guide to Madeira: With a Description of Teneriffe, Lisbon, Cintra, Mafra, Etc., and a Vocabulary of the Portuguese and English Languages*. London: Stewart and Murray, Old Bailey, 1840.

Dickens, Charles. *The Life and Adventures of Nicholas Nickleby*. London: Chapman and Hall, 1839.

Dinis, Júlio. *Cartas e esboços literários: cartas de Júlio Dinis sobre assuntos literários, cartas familiares, cartas literárias, cartas dirigidas a Júlio Dinis, esboços literários*. Livraria Civilização, 1967.

Dix, John Adams. *A Winter in Madeira: And a Summer in Spain and Florence*. New York: William Holdrege, 1851.

Driver, John. *Letters from Madeira in 1834; With an Appendix Illustrative of the History of the Island, Climate, Wines, and Other Information Up To 1838*. London: Longman & Co., 1838.

Edwardes, Charles. *Rides and Studies in the Canary Islands*. London, T.F. Unwin, 1888.

Ellerbeck, J. H. T. *A Guide to the Canary Islands, Calling at Madeira... by J. H. T. Ellerbeck*. G. Philip and son, 1892.

———. *Madeira and the Canary Islands: Being Notes Written to Illustrate Certain Photographs and Lantern Slides Taken and Published by J.H.T. Ellerbeck*. Ellerbeck Bros., 1891.

Embleton, Dennis. *A Visit to Madeira in the Winter 1880-81: Two Lectures Delivered before the Members of the Literary & Philosophical Society of Newcastle-upon-Tyne, on the 17th and 19th of October, 1881*. London: J. & A. Churchill, 1882.

Faria, José Cupertino de. *O Archipelago da Madeira: guia descriptivo*. Setúbal: Typ. J. L. Santos, 1901.

Forster, Georg, e Johann Reinhold Forster. *A Voyage Round the World, in His Britannic Majesty's Sloop, Resolution: Commanded by Capt. James Cook, during the Years 1772, 3, 4, and 5*, 1777.

França, Isabella de. *Journal of a Visit to Madeira and Portugal (1853-1845)*. Funchal: Junta Geral do Distrito, 1970.

Frutuoso, Gaspar. *Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998.

Grabham, Michael C. *The Climate and Resources of Madeira, as Regarding Chiefly the Necessities of Consumption*. London: John Churchill & Sons, 1870.

Harcourt, Edward William. *A Sketch of Madeira: Containing Information for the Traveller, or Invalid Visitor*. John Murray, 1851.

Hopkins, F. S. *An Historical Sketch of the Island of Madeira: Containing an Account of Its Original Discovery and First Colonization; Present Produce; State of Society and Commerce. Embellished with a Coloured View of the Island*. London: F.S. Hopkins, 1819.

Hughes, Terence McMahon. *The Ocean Flower: A Poem. Preceded by an Historical and Descriptive Account of the Island of Madeira, a Summary of the Discoveries and Chivalrous History of Portugal and an Essay on Portuguese Literature*. Longman, Brown, Green, and Longmans, 1845.

Johnson, James Yate. *Madeira its Climate and Scenery: a Handbook for Invalids and Other Visitors*. 3.ª ed. London: Dulau & Co., 1885.

Jones, Eugene E. G. *A Handy Guide to Madeira*. London, 1909.

Koebel, W. H. *Madeira: Old and New*. Francis Griffiths, 1909.

Krohn, Ronald E. S. *Führer durch Madeira*. Berlin: Madeira-Actien-Gesellschaft, 1906.

Langerhans, Paul. *Handbuch für Madeira: mit einer Karte der Insel und einen Plan der Stadt Funchal*. Hirschwald, 1885.

Lyall, Alfred. *Rambles in Madeira, and in Portugal in the Early Part of M.DCCC.XXVI with an Appendix of Details, Illustrative of the Health, Climate, Produce and Civil History of the Island*. London: printed for C. & J. Rivington, 1827.

March, Charles Wainwright, e António Alberto Marinho Duarte de Sousa. *Sketches and Adventures in Madeira, Portugal, and the Andalusias of Spain*. London: Sampson Low, Son & Co, 1856.

Maximiliano de Hasburgo, Carlota da Bélgica, e Duarte Mendonça. *Memórias da minha vida: um inverno na Madeira*. 1a ed. À esquina do mundo 4. Parede: Sopa de Letras, 2011.

Mittermaier, Carl, e Julius Goldschmidt. *Madeira und seine Bedeutung als Heilungsort: Nach vieljährigen Beobachtungen geschildert*. Leipzig, 1885.

Mocquet, Jean. *Voyages en Afrique Asie, Indes orientales et occidentales. - Paris, Menqueville 1617*. De Heuqueville, 1617.

Mourão-Pitta, C. A. *Du Climat de Madère et de son influence thérapeutique dans le traitement des maladies chroniques, en général, et, en particulier, de la phtisie pulmonaire*. Montpellier: Typographye de Boehm, 1859.

———. *Madère, station médicale fixe, climat des plaines, climat des altitudes, par le Dr C. A. Mourâo-Pitta,... accompagné d'un Guide-Madère*. F. Alcan (Paris), 1889.

Ovington, J. *A Voyage to Suratt, in the Year, 1689*. Jacob Thomson, Judges Head in Fleet-Street, 1696.

Picken, Andrew, James Macaulay, António Alberto Marinho Duarte de Sousa, e Vítor de Ávila Peres. *Madeira: Illustrated by Andrew Picken, with Description of the Island*. London: Day & Haghes, 1840.
Pindar, Peter. *The Works of Peter Pindar, Esq*. Printed for John Walker, 1794.
Pitta, Nicholas Cayetano de Bettencourt. *Account of the Island of Madeira*. Longman, 1812.
Power, Charles Alexander le Poer. *Tourist's Guide to the Island of Madeira*. London: George Philip & Son Ltd, 1914.
Reid, William, Alfred Reid, e Harriet Ames. *Madeira : A Guide Book of Useful Information with Illustrations and Maps*. London: F. Passmore, 1892.
Rendell, J M. *Concise Handbook of the Island of Madeira*. [C.] Kegan Paul [& co.], 1881.
Riddell, Maria. *Voyages to the Madeira and Leeward Caribbean Isles, with Sketches of the Natural History of These Islands*. Edinburgh: P. Hill and T. Cadell, 1792.
Smith, Emily. *From Victorian Wessex: The Diaries of Emily Smith 1836, 1841, 1852*. Solen, 2003.
Smith, Emily Genevieve. *A Panoramic View of the City of Funchal in the Island of Madeira: Sketched on the Spot*. B. Benson, 1844.
Smith, J. Jay (John Jay), e Richard Hill. *Letters of Doctor Richard Hill and His Children; Or, the History of a Family as Told by Themselves*. Philadelphia : Priv. print for the descendants, 1854.
Stevenson, Robert Louis. «Ordered South». *Macmillan's Magazine*, 1874.
Stone, Olivia M. *Tenerife and Its Six Satellites; Or, The Canary Islands Past and Present*. London: London, New York [etc.] M. Ward & co., limited, 1889.
Stuart-Wortley, Lady Emmeline. *A visit to Portugal and Madeira*. Chapman and Hall, 1854.
Taylor, Ellen M. *Madeira: its scenery, and how to see it. With letters of a year's residence*. London: Edward Stanford, 1882.
Thomas, Charles W. *Adventures and Observations on the West Coast of Africa, and Its Islands*. Derby & Jackson, 1860.
Thomas-Stanford, Charles. *Leaves from a Madeira Garden*. London: Lane; New York, Lane Co., 1910.
Trigo, Adriano Augusto, e Aníbal Augusto Trigo. *Roteiro e Guia do Funchal*. Funchal: Typografia Esperança, 1910.
Valdez, Francisco Travassos. *Africa Occidental: noticias e considerações*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.
Wells, Edward Watkinson. «A Trip to Madeira, Beeing the Journal of Edward Watkinson Wells»[texto dactilografado]. Em *Madeira Fragments*. Funchal: Graham Blandy, 1971.
White, Robert. *Madeira, its Climate and Scenery: containing medical and general information for invalids and visitors*. London: Cradock & Co., 1851.
White, Robert, e James Y. Johnson. *Madeira: its climate and scenery; a handbook for visitors*. 2d ed. Edinburgh: Adam and Charles Black, 1860.
Whitford, John. *The Canary Islands as a Winter Resort*. London: E. Stanford, 1890.
Wilde, William R. *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and Along the Shores of the Mediterranean*. London: Curry, 1840.

2.2. Climatologia médica, climatoterapia

Atkinson, John Charles. *Change of air, fallacies regarding it*. London: John Ollivier, 1848.
Awsiter, John. *Thoughts on Brighthelmston. Concerning Sea-Bathing, and Drinking Sea-Water.* London: Printed for J. Wilkie in St. Paul's Church-Yard, 1770.
Barral, Francisco António. *Le climat de Madère et son influence thérapeutique sur la phthisie pulmonaire / F. A. Barral ; Traduit du Portugais, Refondu et Augmenté de*

Notes Avec l'Autorisation de l'Académie et le Concours de l'Auteur, Par le Dr. P. Garnier. Paris: typ. de Gaillet et Cie, 1858.
———. *Notícia Sobre o Clima da Madeira e Sua Influência no Tratamento da Tisica Pulmonar*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.
Bouchard, Charles Jacques, e Édouard Brissaud. *Traité de Médecine*. Paris: Masson, 1901. Acedido 1 de Junho de 2014. http://archive.org/details/traitdemdeci07bouc.
Burgess, Thomas Henry. *Climate of Italy in relation to pulmonary consumption*, 1852.
Clark, Sir James. *The sanative influence of climate: with an account of the best places of resort for invalids in England, the south of Europe, &c*. Murray, 1841.
Gourlay, William. *Observations on the Natural History, Climate, and Diseases of Madeira: During a Period of Eighteen Years*. London: J. Callow, 1811.
Heberden, Thomas, e W. Heberden. «A Continuation of the Account of the Weather in Madeira. By Dr. Thomas Heberden. Communicated by Dr. W. Heberden, F. R. S.» *Philosophical Transactions* 48 (1 de Janeiro de 1753): 617–20. doi:10.1098/rstl.1753.0081.
Hippocrates. *On Airs, Waters, and Places*. Traduzido por Francis Adams, sem data. Acedido 29 de Maio de 2012. http://classics.mit.edu/Hippocrates/airwatpl.mb.txt.
Lachaise, Claude. *Topographie médicale de Paris; ou, Examen général des causes qui peuvent avoir une influence marquée sur la santé des habitans de cette ville, le caractère de leurs maladies, et le choix des précautions hygiéniques qui leur sont applicables*. Paris, Baillière, 1822.
Latimer, Isaac. *A Summer Climate in Winter: Notes of Travel in the Islands of Teneriffe [sic] and Grand Canary, with Maps*. Plymouth: Western Daily Mercury Office, 1887.
Marcet, W. *The Principal Southern and Swiss Health Resorts Their Climate and Medical Aspect*. London: J & A. Churchill, 1883.
Mason, J. *A treatise on the climate and meteorology of Madeira*. London: J. Churchill, 1850.
Nightingale, Florence. *Notes on Nursing*. New York: D. Appleton and Company, 1860.
Thurstan, Edward Paget. *The Canaries for Consumptives*. Allen, 1889.

2.3. Obras de natureza científica

Charles Darwin. *The Works of Charles Darwin / Edited by Paul H. Barrett and R. B. Freeman.* Vol. 1. 29 vols. London: Pickering and Chatto-1989, 1986.
Humboldt, Alexander von. *Ansichten der Natur*. Stuttgart und Tübingen: Cotta, 1807.
———. *Voyage aux Regions Equinoxiales du Nouveau Continent*. Vol. I. 4 vols. Paris: F. Schoell, 1814.
Humboldt, Alexander von, e Aimé de Bonpland. *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of the New Continent During the Years 1799-1804*. Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1822.
Humboldt, Alexander von, E. C. (Elise C.) Otté, B. H. (Benjamin Horatio) Paul, e W. S. (William Sweetland) Dallas. *Cosmos: A Sketch of a Physical Description of the Universe*. London, H.G. Bohn, 1849.
Humboldt, Alexander von, e Elizabeth Juliana Leeves Sabine. *Aspects of nature, in different lands and different climates with scientific elucidations*. [3rd ed.]. London: J. Murray, 1849. Acedido 6 de Maio de 2013. http:// www.biodiversitylibrary.org/ bibliography/ 45601, consult. em Set. 2013.
Macaulay, James. «Notes on the Physical Geography, Geology, and Climate of the Island of Madeira». *Edinburgh New Philosophycal Journal* xxix (1840): 336–75.
Penfold, Jane Wallas. *Madeira Flowers, Fruits, and Ferns a Selection of the Botanical Productions of That Island, Foreign and Indigenous*. London: Printed and published by Reeve, Bros., 1845.

Smyth, Charles Piazzi. *Teneriffe, an Astronomer's Experiment: Or, Specialities of a Residence above the Clouds*. L. Reeve, 1858.
Webb, Philip Barker, Sabin Berthelot, P. L. (Paul Louis) Oudart, M. Valenciennes, G. Brown (George Brown) Goode, e Charles Wallace Richmond. *Histoire Naturelle des Iles Canaries*. Paris: Béthune, éditeur, 1836.

2.4. Arquitectura, paisagem

Adam, Robert. *The Works in Architecture of Robert and James Adam, Esquires. Eng. & Fr.* London: The Authors-1822, 1778.
Alberti, Leon Battista, Arnaldo do Espírito Santo, e Mário Krüger. *Da arte edificatória*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
Burdett, Sir Henry C. *Hospitals and asylums of the world: their origin, history, construction, administration, management, and legislation; with plans of the chief medical institutions accurately drawn to a uniform scale, in addition to those of all the hospitals of London in the jubilee year of Queen Victoria's reign*. Taylor & Francis, 1893.
Cane, Florence Du. *The Flowers and Gardens of Madeira*. London: Adam and Charles Black, 1909.
Cerdá, Ildefonso. *Teoría General de la Urbanización y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona*. Madrid: Imprenta Española, 1867.
Harris, Thomas. *Three Periods of English Architecture*. London: B. T. Batsford, 1894.
Lamb, Edward Buckton. *Studies of ancient domestic architecture,principally selected from original drawings in the collection of the late Sir William Burrell, bart., with some brief observations on the application of ancient architecture to the pictorial composition of modern edifices.* London, 1846. Acedido 2 de Maio de 2012. http://hdl.handle.net/2027/njp.32101078303292.
Loudon, John Claudius. *An encyclopædia of cottage, farm, and villa architecture and furniture: containing numerous designs for dwellings ... each design accompanied by analytical and critical remarks ...* Longman, Orme, Brown, Green, & Longmans, 1839.
———. *The suburban gardener, and villa companion*. London: Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans; and W. Black, Edinburgh., 1838.
Vitrúvio. *Tratado de Arquitectura*. Traduzido por Manuel Justino P. Maciel. Lisboa: IST Press, 2006.
Young, Keith Downes. *On the evolution of hospital design. A paper, etc. [With plans.]*., 1910.

2.5. Periódicos

The Medical Times and Gazette, 1865, sec. Medical news. «A benevolent proposal».
The Building News. 10 de Janeiro de 1890. Clarke, Somers. «Reid's New Hotel, Madeira».
———. 3 de Janeiro de 1890. Clarke, Somers. «Reid's New Hotel, Madeira».
The Civil Engineer and Architect's Journal. 20 de Julho de 1855, sec. Notes of the month. «Competition».
The London Journal of Medicine. 1851. Cormack, e Semple. «The Hospitals of London».
The Buiding News, 20 de Fevereiro de 1857. Lamb, E. B. «Architectural Composition».
The Gardener's magazine and register of rural & domestic improvement. Longman, Rees, Orome, Brown and Green, 1833. Loudon, John Claudius.
The Builder. 21 de Julho de 1855, sec. Competitions. «Madeira».
———. 12 de Março de 1864. «Nun Apleton, Yorkshire».
———. 20 de Fevereiro de 1857. «Town Hall and Corn Exchange, Eye, Suffolk».

The Boston Medical and Surgical Journal. 1859. Warren, J. M. «The Island of Madeira».
The Ilustrated London News. 15 de Novembro de 1879. «Bay and town of Funchal»
The Times. 6 de Janeiro de 1821. «Island of Madeira - Desirable Family Residence». Acedido 14 de Junho de 2013. http://www.newspapers.com/image/32917291.

2.6 Outros

Blanc, Tibério Augusto. *Brevissima resenha de alguns dos serviços que ao districto do Funchal tem prestado o conselheiro José Silvestre Ribeiro*. Funchal: Typ. Nacional, 1851.

Nobrega, Januário Justiniano de, e Júlio da Silva Carvalho. *Visita de Sua Majestade a Imperatriz do Brazil, viúva, Duqueza de Bragança, á Ilha da Madeira e fundação do Hospicio da Serenissima Princesa D. Maria Amelia*. Funchal: Typ. da Flor do Oceano, 1867.

Os sanatórios da Madeira. Lisboa: Impr. Libânio da Silva, 1909.

Rapport à S. M. le Roi du Portugal / par le Conseil d' administration de l' hospice D. Maria Amelia à Funchal. Lisboa: Lallemant Frères, 1880.

Torriani, Leonardo. *Descrição e história do reino das Ilhas Canárias antes ditas Afortunadas : com o parecer das suas fortificações*. Traduzido por José Manuel Azevedo e Silva. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

3. Iconografia, Cartografia, Desenhos

3.1 Madeira

Arquivo Particular do Hospício Princesa D. Maria Amélia

Planta dos Terrenos Pertencentes ao Hospício de Sua Alteza A Sereníssima Senhora Princesa Dona Maria Amélia – Levantada em 1860 por Emiliano Augusto Bettencourt

Planta dos Terrenos Pertencentes ao Hospício de Sua Alteza A Sereníssima Senhora Princesa Dona Maria Amélia –1860 – A. A. Gonçalves (desenho dos jardins enviado pela Imperatriz em1860)

Planta da Canalização das Aguas de Beber e das de Rega Pertencentes ao Hospício de Sua Alteza A Sereníssima Senhora Princesa Dona Maria Amélia – Apresentada por José Maria Barreto no dia 24 de Dezembro de 1861

Planta do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia – 1878 – J. M. Agrella

Planta DA Casa de Residência dos Capelães do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia (sem data) J. M. Agrella

Coro da Capela (sem data e não assinado)

Arquivo da Câmara Municipal do Funchal

QUINTA DE SANTANA Escola Superior de Enfermagem de S. José de Cluny Rampa de Quinta de Sant' Ana nº 22 Madeira 9050-282 Funchal

QUINTA LYRA Clínica Santa Luzia Morada:R. Torrinha 59050-234 Funchal

QUINTA NOGUEIRA Projecto de licenciamento entregue na CMF em Julho de 2003 pelo Atelier Caires, requerente MOAPEL SA

QUINTA DOS ILHEUS Dixcart Management (madeira), Lda.Rua dos Ilhéus 6 9000-176 Funchal. Projecto da autoria do Atelier Caires, deu entrada na CMF nos anos 90

QUINTA PERESTRELO Rua Drº Pita nº 3 Funchal Funchal 9000 - 089, Requerente: Maria Luisa Araújo

QUINTA DO TIL Projecto do Atelier Caires dos anos 80 Cliente/requerente Jorge de Sá

Arquivo Regional da Madeira

Colecção Fotográfica

Casa Museu Frederico de Freitas

Colecção de Gravuras e Desenhos

Direcção Regional de Acção Cultural

Plantas cortes e Alçados da Quinta do Monte

Plantas cortes e Alçados da Quinta Avista Navios

Plantas cortes e Alçados da Quinta das Angústias

Direção de Serviços de Informação Geográfica e Cadastro

Planta de Localização da Quinta do Jardim da Serra

Museu Quinta das Cruzes

Colecção de Pintura, Gravuras e Desenhos

Photographia – Museu "Vicentes"

Colecção Fotográfica

Planta da Cidade do Funchal e Seus Arredores Dr. Luiz R. Gaspar e Francisco Bento de Gouveia, 1905

3.2 Continente

Biblioteca da Ajuda

The Mount House, A. Picken, 1840

Biblioteca Central da Marinha

Plantas dos Sanatórios Marítimos

Biblioteca Nacional

Funchal Bay, Vidal, A.T. E. [Londres] : Admiralty, 1845

Isole Canarie possedute da S. M. Cattolica., [s.l, ca 1695]

Instituto Geográfico Português

Planta da Cidade do Funchal, Feliciano António de Matos, 1804

3.3 Canárias

Fundación para la Etnografía y el Desarrollo de la Artesanía Canaria

Colecção Fotográfica

Bibliografia

1. Obras de referência

1.1 Enciclopédicas, Atlas, Dicionários

Aa. Vv. *Atlas d'architecture mondiale*. Stock, 1978.

Abreu, Mila Simões de, Luísa de Orey Capucho Arruda, e Paulo Pereira. *História da arte portuguesa*. Grandes temas da nossa história. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

Anacleto, Maria Rgina Dias Baptista Anacleto. *História Da Arte Em Portugal: Neoclassicismo e Romantismo*. Vol. 10. Lisboa: Alfa, 1993.

Branco, Manuel Bernardes. *Dicionário dos Escritores Estrangeiros que escreveram sobre Portugal*. BiblioBazaar, 2009.

Bryan, Michael, e George Charles Williamson. *Bryan's Dictionary of Painters and Engravers*. New York : Macmillan, 1903. Acedido 12 de Maio de 2014. http://archive.org/details/bryansdictionary05brya.

Carder, Timothy. *The Encyclopaedia of Brighton*. 1st Ed. edition. Lewes: East Sussex County Council, 1990.

«Dicionario Real Academia Española». Acedido 6 de Maio de 2013. Acedido 23 de Junho de 2013. Acedido 17 de Abril de 2013. http://www.rae.es/rae.html.

França, José-Augusto. *A arte em Portugal no século XIX*. 3a edição. Vol. 1. 2 vols. Lisboa: Bertrand Editora, 1966.

Freitas, Manuel Pedro da Silva. «Câmara de Lobos - Diccionário Corográfico - Edição electrónica». Acedido 22 de Outubro de 2011. http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/index_dicionario.html.

Jellicoe, Geoffrey, ed. *The Oxford Companion to Gardens*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1986.

Matthew, Colin, e Brian Harrison. *Oxford Dictionary of National Biography*. First Edition. OUP Oxford, 2004.

Oliver, Paul. *Encyclopedia of the Vernacular Architecture of the World: Cultures and Habitats*. Cambridge University Press, 1997.

Pereira, Esteves, e Guilherme Rodrigues. *Portugal Dicionário Histórico, Biográfico, Bibliográfico, Heráldico Corográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres, 1906.

Porfirio, José Luis, e Dalila Rodrigues. *Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX Da Expressão Romântica à Estética Naturalista*. Vol. 15. 20 vols. Lisboa: Fubu Editores, SA, 2009.

Ribeiro, Orlando, Hermann Lautensach, e Suzanne Daveau. *Geografia de Portugal*. Edições J. Sá da Costa, 1987.

Rio-Carvalho, Manuel. *História Da Arte Em Portugal: Do Romantismo Ao Fim Do Século*. Vol. 10. Lisboa: Alfa, 1993.

Sousa, Francisco António Clode, e Graça Mendes Pinto. *Obras de Referência dos Museus da Madeira*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2010.

Serrão, Joel, António Barreto, e Maria Filomena Mónica. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984.

Silva, António de Morais, Augusto Moreno, Francisco José Cardoso Júnior, e José Pedro Machado. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10a ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1949.

UMa - Reitoria e Núcleo de Estudos de História e Arte do Departamento de Arte e Design. «Arquipélagos». *Arquipélagos*. Acedido 30 de Março de 2015. http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/.

Valério, Nuno. *Estatísticas históricas portuguesas*. Estatísticas gerais. Lisboa: Inst. Nacional de Estatística, 2001.
Waymark, Janet, e Georges Tyssot. *The History of Garden Design: The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*. Thames & Hudson, 2000.

1.2 Teoria, História (enquadramento conceptual)

Argan, Giulio. *História da arte como história da cidade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
Ariès, Philippe, e Georges Duby. *História da vida privada*. Vol. 4. 5 vols. Porto: Afrontamento, 1989.
Bruner, Jerome. «The Narrative Construction of Reality». *Critical Inquiry* 18, n. 1 (1 de Outubro de 1991): 1–21.
Burke, Peter. *What is cultural history?*. Cambridge: Polity, 2008.
Clandinin, D. J. *Handbook of narrative inquiry: Mapping a methodology*. Sage Publications, Inc, 2007.
Dubos, René J Rene Jules. *The White Plague: Tuberculosis, Man, and Society*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1987.
Furet, François. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1986.
Hobsbawm, E.J. «The Historian between the Quest for the Universal and the Quest for Identity». *Diogenes* 42, n. 168 (1 de Dezembro de 1994): 51–63. doi:10.1177/039219219404216805.
Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
Leach, Andrew. *What is Architectural History?*. Polity, 2010.
Mattoso, José. *História da Vida Privada em Portugal- A Idade Moderna*. Vol. II. II vols. Temas e Debates, 2011.
Popper, Karl Raimund. *Em Busca de um Mundo Melhor*. Lisboa: Fragmentos, 1989.
Serrão, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem : uma antologia*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.
Claude Lévi-Strauss, Claude. *Tristes Tropiques*. New York: Athenaeum, 1975.

1.3 Turismo, Viagem

Anderson, Susan C. «Introduction: The Pleasure of Taking the Waters». Em *Water, Leisure and Culture: European Historical Perspectives*, editado por Bruce Tabb e Susan C. Anderson, 1–6. Berg Publishers, 2002.
Buzard, James. *The Beaten Track: European Tourism, Literature, and the Ways to `Culture', 1800-1918*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
Corbin, Alain. *História dos tempos livres : o advento do lazer*. Lisboa: Editorial Teorema, 2001.
Jankovic, Vladimir. «The Last Resort: A British Perspective on the Medical South, 1815–1870». *Journal of Intercultural Studies* 27, n. 3 (Agosto de 2006): 271–98.
Leed, Eric J. *The Mind of the Traveler : From Gilgamesh to Global Tourism*. New York, N.Y.: Basic Books, 1991.
Lippard, L. *On Beaten Track: Tourism, Art, and Place*. Illustrated edition. The New Press, 2001.
MacCannell, Dean. *The tourist: a new theory of the leisure class*. University of California Press, 1999.
Smith, Valene L., ed. *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.
Urry, John. *The tourist gaze*. London: Sage Publications Ltd, 2002.

1.4 Arquitectura, Cidade, Paisagem

Argan, Giulio Carlo. «On the Typology of Architecture». Em *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory 1965-1995*, 242–46. Princeton: Princeton Architectural Press, 1996.

Assunto, Rosário. «A Paisagem e a Estética». Em *Filosofia da paisagem : uma antologia*, por Adriana Veríssimo Serrão, 340–76. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

Benevolo, Leonardo. *Diseño de la Ciudad - El Arte y la Ciudad Contemporánea*. Vol. V. V vols. México: G. Gili, 1979.

Choay, Françoise. «The Modern City: Planning in the 19th Century». Planning and Cities. New York: G. Braziller, 1969.

Collins, Peter. *Changing Ideals in Modern Architecture*. McGill-Queen's University Press, 1965.

D'Angelo, Paolo. «Repensar a Paisagem». Em *Filosofia e arquitectura da paisagem: um manual*, por Adriana Veríssimo Serrão, 333–47. Aesthetica 3. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade, 2012.

Farinelli, Franco. «L'arguzia del paesagg». *Casabella*, 1991, 575–76.

Feduchi, Luis. *Itinerarios de arquitectura popular española*. Nueva imagen. Barcelona: Blume, 1974.

Lasansky, D. Medina, e Brian McLaren. *Architecture and Tourism: Perception, Performance and Place*. First Edition. Berg Publishers, 2004.

Martínez Hernández, Marcos. «Descripciones de jardines y paisajes en la literatura griega antigua». *Cuadernos de filología clásica: Estudios griegos e indoeuropeos*, n. 18 (2008): 279–318.

Mattos, Claudia. «Landscape Painting Between Art and Science». Em *Alexander von Humboldt From the Americas to the Cosmos*, por Raymond Erickson, Mauricio A. Font, e Brian Schwartz, 141–55. New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies, 2004. Acedido 15 de Maio de 2012. http:// web.gc.cuny.edu/ dept/bildn/ publications/ humboldt.pdf.

Mosser, Monique. *Histoire des jardins : de la Renaissance à nos jours*. Paris: Flammarion, 1991.

Mumford, Lewis. *The City in History*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd, 1973.

Pevsner, Nikolaus. *A History of Building Types*. London: Thames and Hudson, 1976.

———. *Génie de l'architecture européenne*. France: Livre de Poche, 1970.

Ritter, Joachim. «Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna.» Em *Filosofia da paisagem : uma antologia*, por Adriana Veríssimo Serrão, 95–123. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

Rapoport, Amos. *House Form and Culture*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1969.

Roger, Alain. «Natureza e Cultura». Em *Filosofia da paisagem : uma antologia*, por Adriana Veríssimo Serrão, 152–67. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

Rossi, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1971.

Seel, Martin. «Uma Estética da Natureza». Em *Filosofia da paisagem : uma antologia*, por Adriana Veríssimo Serrão, 396–418. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

Sica, Paolo, e Joaquín Hernández Orozco. *Historia del urbanismo: el siglo XIX*. 2ª ed. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1981.

Teyssot, Georges. «The Eclectic Garden and the Imitatation of Nature». Em *The History of Garden Design: The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, 359–71. Thames & Hudson, 2000.

«The European Landscape Convention». Acedido 18 de Junho de 2013. Acedido 7 de Abril de 2014 http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/ heritage/ Landscape/ Versions Orientation/ anglais.pdf.

Turri, Eugenio. «A Paisagem como Teatro». Em *Filosofia da paisagem : uma antologia*, por Adriana Veríssimo Serrão, 168–85. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

Wharton, Annabel Jane. *Building the Cold War: Hilton International Hotels and Modern Architecture*. 1.ª ed. University Of Chicago Press, 2001.
Zevi, Bruno. *História da arquitectura moderna*. S.l.: Arcádia, 1973.

1.4.1 Madeira

Aragão, António. *O Espírito do Lugar: a Cidade do Funchal*. Lisboa: P. Ferreira, 1992.
———. *O Museu da Quinta das Cruzes*. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo, 1970.
———. *Para a História do Funchal, pequenos passos da sua memória*. 2ª edição. Funchal: DRAC, 1989.
Assembleia Legislativa. «Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M». Diário da República, 2009. Acedido 2 de Junho de 2013. http:// www.oasrn.org/ upload/ apoio/ legislacao /pdf/tur122009m.pdf.
Barros, Fátima. «A Quinta das Almas ou Quinta Ornelas na Camacha». *Islenha*, n. 21 (1997): 110–15.
Bettencourt, Luísa Catarina Freitas Andrade. «A morfologia urbana da cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes». Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias., 2007.
Bragança, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. *A Princesa Flor Dona Maria Amélia A Filha mais Linda de D. Pedro I do Brasil e IV do Nome de Portugal*. Funchal: DRAC, 2009.
Branco, Maria dos Remédios Castelo. «As impressões de Jean Mocquet sobre o Funchal em 1601». *Atlântico*, n. 11 (1987): 222–26.
Câmara, Benedita. *A economia da Madeira (1850-1914)*. Lisboa, Portugal: Impr. de Ciências Sociais, 2002.
———. «The Tourism Industry in Madeira (1850-1914)». Em *Development of Tourist Industry in the 19th and 20th Century.*, 343–58. InternationalPerspectives. Editions Alphil, 2003.
Carita, Rui. «A arquitectura militar na Madeira : séculos XV a XVII». Universidade de Lisboa, 1993.
———. *Funchal 500 anos de História*. Guias do Funchal 3. Funchal: Funchal 500 Anos, E. M., 2008.
———. *História da Madeira - O longo século XIX (1834-1910)*. Vol. 7. 7 vols. Funchal: SREJE, 2008.
———. *O regimento de fortificação de D. Sebastião (1572) e a carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*. Funchal: Centro de Apoio Universitário Secret. da Educação, 1984.
———. *Paulo Dias de Almeida, tenente coronel do Real Corpo de Engenheiros e a sua descriçao da Ilha da Madeira de 1817-1827*. Funchal: DRAC, 1982.
Centenário do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia. Lisboa, 1962.
Clarke, Somers. «Reid's New Hotel, Madeira». *The Building News*. 10 de Janeiro de 1890.
Clode, Peter. *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses Sécs. XIX e XX.* Funchal: Caixa Económica do Funchal, 1983.
Colóquio de Urbanismo: palestras e conclusões de mesas redondas. Funchal: C.M, 1969.
Cossart, Noël. *Madeira: The Island Vineyard*. Christie's Wine Publications, 1984.
Egbert, Marie-Luise. «Uma Estufa ao Ar Livre: a Madeira e os seus Jardins na Literatura de Viagens Inglesa.» Em *Jardins do Mundo, Discursos e Práticas*, 673–82. Lisboa: Gradiva, 2001.
Faria, José Cupertino de. *O Archipelago da Madeira: guia descriptivo*. Setúbal: Typ. J. L. Santos, 1901.
Fernandes, José Manuel da Cruz. «Cidades e Casas da Macaronésia. Evolução do Território e da Arquitectura Doméstica nas Ilhas Atlântidas sob Influência Portuguesa. Quadro

Histórico, do Séc. XV ao Séc. XVIII». Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1992.
———. «O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa no Atlântico - estudo comparativo e de enquadramento histórico-estrutural». Em *Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989.
Ferraz, José de Freitas. *Planta da cidade do Funchal desenhada por Agostinho José Marques Rosa*. Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga 55. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1968.
Ferreira, Maria Fátima Araújo de Barros, Gastão Jardim, e Jorge Valdemar Guerra. *Guia do Arquivo Regional da Madeira*. Funchal: DRAC, 1997.
Freitas, Paulo de. «Casinhas de Prazer». *Islenha*, n. 7 (1990): 42–46.
Gisela Medina Guevara. «A questão da concessão dos sanatórios da Ilha da Madeira e as relações luso- alemäs antes da 1ªguerra mundial». *Islenha*, n. 19 (Dezembro de 1996): 35–43.
Gomes, Fátima de Freitas. «Hoteis e Hospedarias (1891-1901)». *Atlântico*, 1989.
Gomes, João dos Reis. *Casas Madeirenses*. Funchal: Diário da Madeira, 1937.
Gonçalves, Ernesto. *Portugal e a Ilha*. Funchal: CEHA, 1992.
González Lemus, Nicolás. «Las Islas de la Macaronesia como los Nuevos Health Resorts del Siglo XIX». *Islenha*, n. 17 (1995): 64–74.
Gouveia, Cláudia. «A Quinta do prazer e os sócios da casa comercial Phelps Page & Co.» *Islenha*, n. 40 (2007): 162–73.
Gregory, Desmond. *The beneficent usurpers: a history of the British in Madeira*. Associated University Presse, 1988.
Guerra, Jorge Valdemar. «A Quinta de Nossa Senhora das Angústias : em torno dos seus proprietários». *Islenha*, n. 23 (1988): 179–208.
———. *Funchal : breve cronologia 1419-1976*. Funchal: DRAC, 2010.
Guevara, Gisela Medina. *As relações luso-alemãs antes da Primeira Guerra Mundial: a questão da concessão dos sanatórios da Ilha da Madeira*. Estudos de história regional 13. Lisboa: Edições Colibri, 1997.
Hancock, David. *Oceans of Wine: Madeira and the Organization of the Atlantic World, 1640-1815*. New Haven, Conn.; London: Yale University Press, 2009.
Hausen, Bjorn M. «Paul Langerhans and the islands». *Islenha*, n. 7 (1990): 22–31.
———. «The Man behind the Eponym. Paul Langerhans--Life and Work. Part II. Postgraduate Studies, Travels, First Signs of Disease, Madeira». *The American Journal of Dermatopathology* 9, n. 2 (Abril de 1987): 157–62.
Henriques, Pe. João M. «Hospício da Princesa D. Maria Amélia». *Das Artes e da História da Madeira*, 1979.
Hoe, Susanna. *Madeira: Women, History, Books and Places*. Oxford: Holo, 2004.
«Island of Madeira - Desirable Family Residence». *The Times*. 6 de Janeiro de 1821. Acedido 18 de Fevereiro de 2013. http://www.newspapers.com/image/32917291.
Jardim, Luis Miguel. *Imagens do Funchal urbano : 1966*. Funchal: DRAC, ARM, 2013.
Lamas, Maria. *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*. Funchal: Eco do Funchal, 1956.
Lino, Raul. «Arquitectura - A Propósito da Casa Madeirense». *Das Artes e da História da Madeira* VI, n. 1 (1962): 42–44.
Lippold, Dr. *The Gardener's Magazine and Register of Rural & Domestic Improvement*. Editado por John Claudius Loudon. Longman, Rees, Orome, Brown and Green, 1838.
Livramento, Marco Nuno de Sousa. *Machim, um Herói Fundador. Algumas Notas sobre o Tratamento da Lenda de Machim ao Longo dos Tempos*. Funchal: DRAC, 2011.
Matos, Rui Campos. «A Propósito das Casas Madeirenses». *Revista Islenha*, n. 43 (2008): 117–36.

———. *As Origens do Turismo na Madeira - Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu - «Vicentes».* Funchal: Delegação Regional da OE e DRAC, 2013.
Mestre, Vitor. *Arquitectura Popular da Madeira*. Lisboa: Argumentum, 2002.
Nascimento, Cabral do. «As Quintas Fulcro da Paisagem». *Revista Panorama*, 1954.
Newell, H. A. *The English Church in Madeira: The Church of the Holy and Undivided Trinity a History*. Oxford: University Press, 1931.
Pereira, Eduardo C. N. *Ilhas de Zargo*. 4a ed. 2 vols. Funchal: Câmara Municipal, 1989.
Perry, Katherine E. «Extract from the Diary of Miss Katherine E. Perry». Em *Madeira Fragments*. Funchal: Graham Blandy, 1971.
Pio, Manuel Ferreira. *O Monte, santuário votivo da Madeira: retalhos históricos*. 2a ed. acrescentada. Funchal: Junta de Freguesia do Monte, 1978.
Quintal, Raimundo. «Os jardins da Quinta do Palheiro Ferreiro». *Revista Atlântico*, 1986.
———. «Quinta Monte Palace : caracterização fitogeográfica.» *Islenha*, n. 38 (2006): 70–92.
———. *Quintas, Parques e Jardins do Funchal: Estudo Fitogeográfico*. Lisboa: Esfera do Caos, 2007.
Rebok, Sandra. «La exploración naturalista de Madeira en el siglo XIX: Los viajeros alemanes y su interés por esta isla». *Arbor* CLXXXV, n. 740 (3 de Dezembro de 2009): 1323–37.
Rema, Henrique Pinto. «A Família Franciscana na Madeira no Passado e no Presente». Em *A Madeira e a história de Portugal.*, por CEHA, 41–75. Funchal, Madeira: CEHA, 2001.
Ribeiro, Orlando. *A ilha da Madeira até meados do século XX estudo geográfico*. Lisboa: Ministério da Educação Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 1985.
Rodrigues, Paulo Miguel. *A Madeira Entre 1820 e 1842 Relações de Poder e Influência Britânica*. Funchal: Funchal 500 Anos, E. M., 2008.
———. «Henry Veitch: um cônsul britânico-madeirense?». *Diário de Notícias*. 2 de Agosto de 2009. Acedido 3 de Maio de 2012. http:// m.dnoticias.pt/ impressa/ revista/ 193776/197196-estudo.
Sainz-Trueva, José de. «A Moda que não Vingou (Papéis de parede pintados numa quinta madeirense)». *Atlântico*, n. 19 (1989): 165–69.
———. *Forasteiros na Madeira Oitocentista, Uma Estação de Turismo Terapêutico - Catálogo da Exposição*. Funchal: D. R. A. C, 1985.
———. «O Solar de Nossa Senhora da Piedade». *Atlântico*, n. 20 (1989): 295–304.
———. «O solar N^{a} S^{a} da Piedade». *Atlântico*, n. 20 (1989): 295–304.
———. «Património». Em *A Vila de São Vicente: evocação dos duzentos e cinquenta anos (1744-1994)*, por Alberto Vieira, 46–60. Vila de São Vicente: Câmara Municipal de São Vicente, 1994.
———. «Quinta da Mãe dos Homens». *Atlântico*, n. 17 (1989): 5–15.
———. «Quinta do Jardim da Serra». *Atlântico*, n. 18 (1989): 105–12.
———. «Quinta do Monte». *Islenha*, n. 16 (1988): 304–11.
———. «Quinta do Palheiro do Ferreiro». *Atlântico*, n. 15 (1988): 222–31.
———. «Tectos estucados da cidade do Funchal». *Islenha*, n. 12 (1993): 125–64.
———. «Tectos madeirenses armoriados». *Islenha*, n. 1 (1987): 111–24.
———. *Viagens na Madeira Romântica*. Funchal: D. R. A. C, 1988.
Sarmento, Alberto Artur. *A Princesa do Reino-Unido: Portugal-Brasil na Ilha da Madeira em 1817*. [S.l: s.n.], 1943.
Serrão, Joel. «Arquipélago da Madeira». *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984.
Silva, António Ribeiro Marques da. «A casa de campo de Veitch». *Islenha*, n. 11 (1987): 233–38.

———. «Os Inícios do Turismo na Madeira e nas Canárias. O Domínio Inglês», 30:469–75. Funchal: CEHA, 1989.
———. *Passaram Pela Madeira*. Funchal: Edições Funchal 500 Anos, 2009.
———. «Uma visão da Madeira: viagem à volta do mundo no navio "Resolution" sob o comando do capitão COOK (1772-75)». *Atlântico*, 1986.
Silva, Fernando Augusto da. *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*. 3 vols. Funchal: Tipografia de O Jornal, 1946.
———. *Vocabulário Popular do Arquipélago da Madeira - Alguns Subsídios para o seu Estudo*. Funchal: Junta Geral do Funchal, 1950.
Silva, Fernando Augusto da, e Carlos Azevedo Meneses. *Elucidário Madeirense*. 3 vols. Funchal: DRAC, 1984.
Silva, Iolanda. *A Madeira e o turismo : pequeno esboço histórico*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, D. R. A. C., 1985.
Vasconcelos, Teresa. *O plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal: (primeira metade do século XX)*. Funchal 500 anos 9. Funchal: Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008.
Veríssimo, Nelson. «A Questão dos Sanatórios da Madeira». *Islenha*, n. 6 (1990): 124–44.
———. «Depois da Aluvião a 'Nova Cidade'». *Atlântico*, n. 8 (1986): 297–301.
Vieira, Alberto. «A emigração madeirense na segunda metade do século XIX». Em *Emigração/imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, por Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal Séculos XIX-XX,. Estudos 12. Lisboa: Fragmentos, 1993.
———. «A História do Turismo na Madeira Alguns Dados para uma Breve Reflexão». *TURISMO Revista de la Escuela Universitaria de Turismo Iriarte*, n. 1 (2008): 95–117.
Vieira, Gilda França, e António Aragão. *Madeira: investigação bibliográfica*. Funchal: DRAC. Centro de Apoio de Ciências Históricas, 1981.
Vieira, Rui. «Um Olhar sobre as Quintas da Madeira»,. *Almanaque do Posto Emissor do Funchal*, 2003.
Wilhelm, Eberhard Axel. «A Madeira entre 1850 e 1900: uma estância de tísicos germânicos». *Islenha*, n. 13 (1993): 116–21.
———. «Hamburgueses falecidos na Madeira (1868-1896)». *Islenha*, n. 20 (1997): 64–68.

1.4.2 Continente

Araújo, Ilídio de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962.
———. *Quintas de recreio: (breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadass durante o éculo XVIII)*. Braga: Livr. Cruz, 1974.
Azevedo, Carlos de. *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.
Binney, Marcus. *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa: Difel, 1987.
Caldas, João Vieira. *A Casa rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. 2. ed. Porto: FAUP publicações, 1999.
Costa, Leonor Freire, Pedro Lains, e Susana Münch Miranda. *História económica de Portugal, 1143-2010*. 1a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
Gonçalves, Fernando. *Evolução histórica do direito do urbanismo em Portugal (1851-1988)*. Informação científica 1. Lisboa: Lab. Nac. de Engenharia Civil, 1989.
Lino, Raul. *A Casa Portuguesa: Portugal : Exposiçao Portuguesa em Sevilha*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

Marques, A. H. de Oliveira. «Desamortização, Leis de». *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984.
Martins, Jorge Manuel Mangorrinha. «A cidade termal: ordenamento do território e turismo». Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2009.
Oliveira, Ernesto Veiga de, e Fernando Galhano. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
Pereira, Artur Torres, Luis Silveira Botelho, e Jorge Soares. «Presidentes da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa». *Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, 2010. Acedido 7 de Março de 2013. http: //www.scmed.pt/index.php/a-scml/ historia/ presidentes-da-sociedade-das-ciencias-medicas-de-lisboa/95-scml/historia/ presidentes-da-sociedade-das-ciencias-medicas-de-lisboa/presidentes/121-francisco-barral-1852-1853.
Pinto, Sandra M. G. «Regular = planeado versus irregular = espontâneo: Nascimento e morte de uma relação dicotómica nos estudos históricos da forma urbana». *Revista de Morfologia Urbana* 1, n. 1 (2013): 5–17.
Portas, Nuno. «Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas». Em *Estudos de arte e história: homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, por AAVV, 430–35, 1a ed. Artes. Lisboa: Vega, 1995.
Portas, Nuno, Pedro Vieira de Almeida, e João Vidigal. *A arquitectura para hoje seguido de Evolução da arquitectura moderna em Portugal*. 2a ed. Horizonte da arquitectura. Lisboa: Horizonte, 2008.
Ribeiro, Orlando. «Cidade. Evolução». *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984.
Rossa, Walter. «A Cidade Portuguesa». Em *História da Arte Portuguesa*, por Paulo Pereira, Mila Simões de Abreu, e Luísa de Orey Capucho Arruda, 232–323. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
Silva, António de Morais, Augusto Moreno, Francisco José Cardoso Júnior, e José Pedro Machado. «Quinta». *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1949.
———. «Solar». *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1949.
Vicente, Antonio Pedro. *O tempo de Napoleao em Portugal: Estudos historicos*. 2a. ed. Comissao Portuguesa de Historia Militar, 2000.
Vicent-Smith, John D. *As relações políticas luso-britânicas, 1910-1916*. Horizonte 30. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
Vieira, Ismael Cerqueira. «Conhecer, tratar e combater a "peste branca". A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853 -1975)». Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

1.4.3 Canárias

Alemán Hernández, Saro. *Las Palmas de Gran Canaria: ciudad y arquitectura; (1870-1930)*. Cabildo de Gran Canaria, 2008.
Andrés, Pedro C. Quintana. «El hábitat y la vivienda rural en Canarias: las transformaciones históricas de un espacio social». *Rincones del Atlantico*, 2008. Acedido 22 de Maio de 2012. http://www.rinconesdelatlantico.es/num5/2_pedro_quintana.html.
Barroso Hernández, Nicolás D. *Puerto de la Cruz, la formación de una ciudad*. Puerto de la Cruz: Ayto. de Puerto de la Cruz, 1997.
Cabildo Insular de Tenerife. «BOC Nº 073. Martes 15 de Abril de 2003 - 1596». Cabildo Insular de Tenerife, 2003. Acedido 15 de Maio de 2013. http://www. gobiernodecanarias. org/ boc/2003/073/022.html.

Cáceres Morales, Eduardo. *La formación urbana de Las Palmas : una hipótesis de ciudad informal*. Las Palmas de Gran Canaria: DACT - ULPGC, 2011.

Canarias e Inglaterra a través de la historia. 1a. ed. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1995.

Chávez, Carmen Milagros González. «La ciudad de Santa Cruz de Tenerife a través de su representación gráfica». *Anuario de Estudios Atlánticos* 1, n. 48 (1 de Janeiro de 2002): 543–65.

Construir la ciudad : criterios, objetivos y soluciones generales para la revisión del Plan General de Ordenación Urbana. Santa Cruz de Tenerife: Ayuntamiento, 1983.

Darias Príncipe, Alberto. *Arquitectura en Canarias, 1777-1931*. Santa Cruz de Tenerife: Centro de la Cultura Popular Canaria, 1991.

———. *Arquitectura y arquitectos en las Canarias Occidentales, 1874-1931*. Madrid: Confederación de Cajas de Ahorros, 1985.

———. *Ciudad, Arquitectura y Memoria Histórica, 1500-1981*. Santa Cruz de Tenerife: Ayuntamiento de Santa Cruz de Tenerife, 2004.

———. «Reflexiones Sobre Algunos Portuguesismos en la Arquitectura Canaria». *Revista da Faculdade de Letras*, 2003.

Fajardo Spínola, Francisco. «Una Comunidad Mercantil Atlántica: los Ingleses en las Islas Canar». *Anuario de Estudios Atlánticos*, n. 59 (2013): 381–428.

Gago Vaquero. *La ciudad de Las Palmas de Gran Canaria y la cultura modernista*. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1989.

Galante Gómez, Francisco. *El ideal clásico - arquitectura canaria: desde la segunda mitad del siglo XVIII hasta finales del siglo XIX*. LasPalmas de Gran Canaria: Edirca, 1989.

———. «El urbanismo como instrumento de poder. Las ciudades canarias del siglo XIX». *Norba - arte*, 1993.

Gallardo Peña, María. *El clasicismo romántico en Santa Cruz de Tenerife*. Santa Cruz de Tenerife: ACT, 1992.

García, Francisco, e Talavera Casañas. «La Macaronesia. Consideraciones geológicas, biogeográficas y paleoecológicas». Em *Ecología y Cultura en Canarias*, 1ª ed., 39–63. Tenerife: Organismo Autónomo: Complejo Insular de Museos y Centros, 1999.

García Pérez, José Luis. *Viajeros ingleses en las Islas Canarias durante el siglo XIX*. Santa Cruz de Tenerife: IDEA, 2007.

Gasparini, Graziano. *La arquitectura de las Islas Canarias, 1420-1788*. Caracas: Armitano Editores, 1995.

González Cruz, M. Isabel. «Las Relaciones Anglocanarias». *Cultura Canaria*, 17 de Dezembro de 2012. Acedido 20 de Fevereiro de 2013. http://www. gobiernodecanarias.org /educacion/culturacanaria/inglesa/ingleses.htm.

González Lemus, Nicolás. *Clima y medicina. Los orígenes del turismo en Canarias*. Tenerife, España: Ediciones Idea, 2008.

———. *Comunidad Britanica y Sociedad en Canarias: La Cultura Inglesa y su Impacto Sociocultural en la Sociedad islena*. 1. ed. Tenerife: Edén, 1997.

———. *El Puerto de la Cruz y el nacimiento del turismo en Canarias*. First. Puerto de la Cruz: Edén, 1999.

———. *La expedición alemana de 1910 a las Cañadas del Teide: turismo de salud y clima de montaña*. La Orotava: Ayuntamiento de la Villa de La Orotava, 2010.

———. *Las Islas de la Ilusion: Britanicos en Tenerife, 1850-1900*. 1. ed. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, 1995.

———. «Las Islas de la Macaronesia como los Nuevos Health Resorts del Siglo XIX». *Islenha*, n. 17 (1995): 64–74.

González Lemus, Nicolás, e Melecio Hernández Pérez. *El Puerto de la Cruz : de ciudad portuaria a turística*. Puerto de la Cruz: Centro de Iniciativas y Turismo del Puerto de la Cruz, 2005.

Hernández, Ana J. *Tenerife, fin de trayecto*. Santa Cruz de Tenerife: Idea, 1995.
Hernández Gutiérrez, A. Sebastián. «Arquitectos e ingenieros ingleses en las Islas Canarias». Em *Canarias e Inglaterra a tavés la historia*, 193–217. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1995.
———. *Arquitectura en el Centro Histórico de la Villa de La Orotava*. La Orotava: Dirección General de Patrimonio Histórico, 2003.
———. «Arquitectura inglesa en Canarias: pautas de comportamiento», 1992, 633–38.
———. *Cuando los hoteles eran palacios: Crónica del turismo histórico en Canarias: 1890-1914*. Dirección General de Ordenación e Infraestructura Turística, 1990.
———. *De la Quinta Roja al Hotel Taoro*. Santa Cruz de Tenerife; Las Palmas de Gran Canaria: Idea, 2009.
———. *La Edad de Oro: orígenes del turismo en Canarias*. Santa Cruz de Tenerife: Idea, 1996.
———. «Somers & Micklethwaite en Canarias». *Vegueta : Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, 1993.
Hernández Gutiérrez, A. Sebastián, e Carmen Josefa Viera Abreu. «The Orotava Library. Tiempos de gestión y construcción (1831-1903)». *Cuadernos de Biblioteconomía y Documentación*, 1988.
Hernández Gutiérrez, A. Sebastián, e Carmen Milagros González Chávez. *Arquitectura Para la Ciudad Burguesa, Canarias Siglo XIX*. Santa Cruz de Tenerife; Las Palmas de Gran Canaria: Viceconsejería de Cultura y Deportes, 2009.
Hernández Perera, Domingo. *El centro hitórico de la villa de la Orotava: consideraciones en torno a su rehabilitación*. La Orotava: Ayuntamiento, 1982.
Herrera Piqué, Alfredo. *La Ciudad de las Palmas : noticia histórica de su urbanización*. Las Palmas de Gran Canaria: Ayuntamiento de Las Palmas de Gran Canaria, 1978.
———. *Las Palmas de Gran Canaria : patrimonio histórico y cultural de una ciudad atlántica*. Las Palmas de Gran Canaria: Ayuntamiento de Las Palmas de Gran Canaria, 2002.
———. «Planos Históricos de Las Palmas de Gran Canaria». *Aguayro*, n. 214 (1995): 019–024.
Martínez Hernández, Marcos. «Las Islas Afortunadas en la Edad media». *Cuadernos del CEMYR*, n. 14 (2006): 55–78.
Martín Galán, Fernando. *El mar, la ciudad y el urbanismo: Vivir el litoral en las ciudades históricas de Canarias*. Autoridad Portuaria de Santa Cruz de Tenerife ; Autoridad Portuaria de Las Palmas ; Fundación Puertos de Las Palmas, 2007.
———. «Islas, sol, barcos, hoteles y climatoterapia. El turismo en Las Palmas de Gran Canaria hasta la primera Guerra Mundial». *TURISMO Revista de la Escuela Universitaria de Turismo Iriarte*, n. 1 (2009): 143–74.
———. *La formación de Las Palmas, ciudad y puerto : cinco siglos de evolución*. Las Palmas de Gran Canaria: Junta del Puerto de la Luz y Las Palmas, 1984.
Martín Rodríguez, Fernando Gabriel. *Arquitectura Doméstica Canaria*. Santa Cruz de Tenerife: Aula de Cultura de Tenerife, 1978.
Rodríguez, Fernando Gabriel Martín. *La primera imagen de Canarias, los dibujos de Leonardo Torriani*. Santa Cruz de Tenerife: Colegio Oficial de Arquitectos de Canarias, 1986.
Santana Rodríguez, Juan José. *Las Palmas de Gran Canaria: 100 años de urbanismo*. Las Palmas de Gran Canaria: Gobierno de Canarias, 2006.
Torriani, Leonardo. *Descrição e história do reino das Ilhas Canárias antes ditas Afortunadas : com o parecer das suas fortificações*. Traduzido por José Manuel Azevedo e Silva. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

Tous Meliá, Juan. «La Visita de las Yslas y Reyno de la Gan Canaria de Iñigo de Brizuela en 1636». *Biblio 3W, Revista Bibligráfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Acedido 14 de Setembro de 2013. http://www.ub.edu/geocrit/b3w-302.htm.

———. *Santa Cruz de Tenerife a través de la cartografía: (1588-1899)*. Santa Cruz de Tenerife: Museo Militar Regional de Canarias, 1994.

———. *Tenerife a través de la cartografía: 1588-1899*. Santa Cruz de Tenerife: Museo Militar Regional de Canarias, 1994.

Tous Meliá, Juan, e Alfredo Herrera Piqué. *Las Palmas de Gran Canaria a través de la cartografía: (1588-1899)*. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1995.

Tous Meliá, Juan, e Antonio ca Riviere. *Descripción geográfica de las Islas Canarias (1740-1743) de Dn. Antonio Riviere y su equipo de ingenieros militares*. Santa Cruz de Tenerife: Museo Regional Militar de Canarias, 1997.

1.4.4 Inglaterra

Ackerman, James. *The villa : form and ideology of country houses*. Princeton N.J.: Princeton University Press, 1990.

Archer, John. *Architecture and Suburbia: From English Villa to American Dream House, 1690-2000*. Univ Of Minnesota Press, 2008.

Arnold, Dana. *The Georgian Country House*. Phoenix Mill; Thrupp; Stroud: Alan Sutton, 2003.

Burdett, Sir Henry C. *Hospitals and asylums of the world: their origin, history, construction, administration, management, and legislation; with plans of the chief medical institutions accurately drawn to a uniform scale, in addition to those of all the hospitals of London in the jubilee year of Queen Victoria's reign*. Taylor & Francis, 1893.

Calder, Alan. *James Maclaren, Arts and Crafts Pioneer*. Shaun Tyas, 2003.

Crook, Joseph Mordaunt. *The Dilemma of Style: Architectural Ideas from the Picturesque to the Post-modern*. New edition. John Murray Publishers Ltd, 1989.

Dixon, Roger, e Stefan Muthesius. *Victorian Architecture*. 2.ª ed. Thames & Hudson, 1978.

Girouard, Mark. *Life in the English Country House: A Social and Architectural History*. 9.ª ed. New Haven: Yale University Press, 1984.

———. *The Victorian Country House*. Revised edition. Yale University Press, 1979.

Goodhart-Rendel, H. S. «Rogue architects of the Victorian era.» *RIBA Journal*, n. 1949 Apr. (1949): 251–59.

Hall, Catherine. «Lar, doce lar». Em *História da vida privada*, por Philippe Ariès e Georges Duby, 52–87. Porto: Afrontamento, 1989.

Hitchcock, Henry Russell. *Early Victorian architecture in Britain*. Da Capo Press series in architecture and decorative art 41. New York: Da Capo Press, 1972.

Jellicoe, Geoffrey, ed. «Gardenesque style». *The Oxford Companion to Gardens*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1986.

———. , ed. «Loudon, John Claudius». *The Oxford Companion to Gardens*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1986.

Kaufman, Edward. «E.B.Lamb A Case Study in Victorian Architectural Patronage». *JSTOR: Journal of the Society of Architectural Historians* 46, n. Nº 1 (1988): 30–38.

Mansbridge, Michael. *John Nash: A Complete Catalogue*. Phaidon Press, 2004.

Muthesius, Stefan. *The High Victorian movement in architecture, 1850-1870*. Routledge, 1972.

Newell, H. A. *The English Church in Madeira: The Church of the Holy and Undivided Trinity a History*. Oxford: University Press, 1931.

Penoyre, John, e Michael Ryan. *The Observer's Book of Architecture*. London; New York: Frederick Warne, 1958.
Pevsner, Nikolaus. *The Buildings of England*. Yale University Press, 2010.
Richards, Sir James Maude. *A Miniature History of the English House*. London: The Architectural Press, 1945.
Sheppard, F H W. «Southern Kensington: Brompton (Survey of London volume XLI).», 1 de Janeiro de 1983.
Stevenson, Christine. *Medicine and Magnificence: British Hospital and Asylum Architecture, 1660-1815*. Yale University Press, 2000.
Summerson, John. *Architecture in Britain, 1530 to 1830*. New Haven: Yale University Press, 1993.
———. *Victorian Architecture in England*. WW Norton & Co, 1980.
Taylor, Jeremy. *Hospital and Asylum Architecture in England, 1840-1914: Building for Health Care*. London: Mansell Publishing, 1991.
Teyssot, Georges. «The Eclectic Garden and the Imitatation of Nature». Em *The History of Garden Design: The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, 359–71. Thames & Hudson, 2000.
West, T. W. *History of Architecture in England.* London: University of London Press, 1966.

2. Obras Literárias

Bessa-Luís, Agustina. *A Corte do Norte*. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.
Brandão, Raul. *As ilhas desconhecidas*. Vega, 1998.
Castro, Ferreira de. *Eternidade*. Lisboa: Guimarães Editores, 1977.
Dinis, Júlio. *Cartas e esboços literários: cartas de Júlio Dinis sobre assuntos literários, cartas familiares, cartas literárias, cartas dirigidas a Júlio Dinis, esboços literários*. Livraria Civilização, 1967.
Gomes, Manuel Teixeira. *Cartas sem moral nenhuma*. Lisboa: Seara Nova, 1934.
Lamas, Maria. *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*. Funchal: Eco do Funchal, 1956.
Nemésio, Vitorino. *Corsário das ilhas*. Lisboa: Imp. Nac.-Casa da Moeda, 1998.
Pato, Bulhão. *Memórias*. Typ. da Academia Real das Sciencias, 1907.
Veríssimo, Nelson, e José de Sainz-Trueva. *Júlio Dinis : um romântico na ilha da Madeira*. Funchal: Secretaria Reginal do Turismo, 1990.